



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO

JONADABE GONDIM SILVA

**O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA FORMULAÇÃO, DEMANDAS
HISTÓRICAS E IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CLASSE TRABALHADORA E MEIO AMBIENTE:**
contribuição para uma análise



São Luís/MA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO

JONADABE GONDIM SILVA

**O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA FORMULAÇÃO, DEMANDAS
HISTÓRICAS E IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CLASSE TRABALHADORA E MEIO AMBIENTE:**
contribuição para uma análise

Tese de Doutorado para qualificação em
Políticas Pública.

Área de Concentração: Políticas Públicas e
Movimentos Sociais.

Linhas de Pesquisa: Desenvolvimento,
Questão Agrícola e Questão Agrária e Meio
Ambiente.

Orientador: Dr. Guillermo de Alfredo Johnson.

São Luís/MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA Silva

SILVA, Jonadabe Gondim.

O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA FORMULAÇÃO, DEMANDAS HISTÓRICAS E IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CLASSE TRABALHADORA E MEIO AMBIENTE: : contribuição para uma análise / Jonadabe Gondim Silva. - 2025. 409, p.

Orientador(a): Guillermo de Alfredo Johnson. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação Em Políticas Públicas D, 2025.

1. Socialismo Chinês. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Luta de Classes. 4. Meio Ambiente. 5. Lutas Ambientais. I. Johnson, Guillermo de Alfredo. II. Título.

JONADABE GONDIM SILVA

**O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA FORMULAÇÃO, DEMANDAS
HISTÓRICAS E IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CLASSE TRABALHADORA E MEIO AMBIENTE:
contribuição para uma análise**

Aprovado em: _09_ / _10_ / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Alfredo Johnson
(Orientador – Universidade Federal do Maranhão)

Profa. Dr^a. Josefa Batista Lopes
(Universidade Federal do Maranhão)

Prof. Dr. Fernando Michelotti
(Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
(Universidade Federal de Santa Catarina)

Profa. Dr^a. Sabrina Miranda Areco
(Universidade Estadual do Maranhão)

Data da defesa: 09 de outubro de 2025.

Local: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PGPP, Universidade
Federal do Maranhão, Campus São Luís

São Luís/MA

2025

RESUMO

A pesquisa foi elaborada com o objetivo de contribuir para a compreensão da processualidade histórica que culminou na formação e desenvolvimento do socialismo chinês em suas principais demandas, formulações e contradições; assim como os impactos de sua estruturação política (fruto de sua construção revolucionária e mediações junto ao grande capital) sobre o desenvolvimento econômico, a classe trabalhadora e o meio ambiente. Ao longo do trabalho empenhamo-nos não apenas em analisar a dinâmica do fenômeno em seu movimento concreto e que fez do socialismo chinês uma experiência única na contemporaneidade, mas em apreender as suas determinações históricas, econômicas e geopolíticas e como isso vem incidindo sobre a classe trabalhadora chinesa e o meio ambiente; as duas categorias mais diretamente afetadas pelas políticas empregadas pelo Estado e o capital no país. Para isso, analisamos as demandas históricas que fizeram culminar na Revolução Xinhai, no Partido Nacionalista, na fundação do Partido Comunista Chinês (PCCh), na Guerra de Libertação Nacional e, por fim, na Revolução Maoísta que deu origem à China contemporânea e à configuração política e econômica que lhe caracteriza em seus avanços e contradições. Contradições que na pesquisa aparecem sob duas formas interligadas: a dos embates entre o capital e a força de trabalho e as alteridades entre o desenvolvimento econômico chinês e o meio ambiente. Nesse conjunto, buscamos demonstrar duas coisas: a primeira é que o socialismo chinês, em suas diversas fases, não resultou na elaboração de uma nova vertente dentro do campo do marxismo/leninismo, mas na adaptação do marxismo/leninismo ao arcabouço histórico/cultural chinês; respondendo diretamente às demandas históricas do país e suas lutas sociais. A segunda é que se as contradições históricas existentes entre a força de trabalho, o meio ambiente e o capital não encontram resoluções no interior do capitalismo, o denominado socialismo de mercado (atual fase histórica do socialismo chinês) também não tem conseguido oferecer soluções definitivas para o problema. Nessa perspectiva, as mediações instituídas junto ao capital que ajudam a compor o socialismo como um sistema de transição terminam também por delimitar seu potencial para a superação das atuais contradições que permeiam as relações entre o capital, a força de trabalho e o ambiente natural. Assim, o que intencionamos demonstrar ao longo da pesquisa é que o equilíbrio entre a classe trabalhadora, o ser humano e o meio ambiente apenas poderá ser atingido quando as mediações junto ao capitalismo, sobretudo no atual estágio monopolista/imperialista estiverem, elas mesmas, superadas.

Palavras-Chaves: 1. Socialismo chinês. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Luta de classes. 4. Meio ambiente. 5. Lutas ambientais.

ABSTRACT

The research was conducted with the aim of contributing to the understanding of the historical process that culminated in the formation and development of Chinese socialism in its main demands, formulations, and contradictions; as well as the impacts of its political structuring (resulting from its revolutionary construction and mediation with large capital) on economic development, the working class, and the environment. Throughout the work, we endeavored not only to analyze the dynamics of the phenomenon in its concrete movement that made Chinese socialism a unique experience in contemporary times but also to grasp its historical, economic, and geopolitical determinations and how this has been affecting the Chinese working class and the environment; the two categories most directly impacted by the policies implemented by the State and capital in the country. Throughout the work, we aimed not only to analyze the dynamics of the phenomenon in its concrete movement that made Chinese socialism a unique experience in contemporary times, but also to understand its historical, economic, and geopolitical determinations and how this has impacted the Chinese working class and the environment; the two categories most directly affected by the policies employed by the state and capital in the country. To this end, we analyzed the historical demands that culminated in the Xinhai Revolution, the Nationalist Party, the founding of the Chinese Communist Party (CCP), the National Liberation War, and finally, the Maoist Revolution that gave rise to contemporary China and the political and economic configuration that characterizes it in its advances and contradictions. Contradictions that appear in the research in two interconnected forms: those of the clashes between capital and labor force and the alterities between Chinese economic development and the environment. In this context, we seek to demonstrate two things: the first is that Chinese socialism, in its various phases, did not result in the development of a new strand within the field of Marxism/Leninism, but in the adaptation of Marxism/Leninism to the Chinese historical/cultural framework; directly responding to the historical demands of the country and its social struggles. The second is that if the existing historical contradictions between labor force, the environment, and capital do not find resolutions within capitalism, the so-called market socialism (the current historical phase of Chinese socialism) has also not been able to offer definitive solutions to the problem. In this perspective, the mediations established with capital that help to compose socialism as a transitional system also end up delimiting its potential for overcoming the current contradictions that permeate the relationships between capital, labor force, and the natural environment. Thus, what we intend to demonstrate throughout the research is that the balance between the working class, humanity, and the environment can only be achieved when the mediations with capitalism, especially in the current monopolistic/imperialist stage, have themselves been overcome.

Keywords: 1. Chinese socialism. 2. Economic development. 3. Class struggle. 4. Environment. 5. Environmental struggles.

RESUMEN

La investigación fue elaborada con el objetivo de contribuir a la comprensión de la procesualidad histórica que culminó en la formación y desarrollo del socialismo chino en sus principales demandas, formulaciones y contradicciones; así como los impactos de su estructuración política (resultado de su construcción revolucionaria y mediaciones con el gran capital) sobre el desarrollo económico, la clase trabajadora y el medio ambiente. A lo largo del trabajo nos esforzamos no solo en analizar la dinámica del fenómeno en su movimiento concreto y que hizo del socialismo chino una experiencia única en la contemporaneidad, sino en aprehender sus determinaciones históricas, económicas y geopolíticas y cómo esto ha incidido sobre la clase trabajadora china y el medio ambiente; las dos categorías más directamente afectadas por las políticas empleadas por el Estado y el capital en el país. Para ello, analizamos las demandas históricas que culminaron en la Revolución Xinhai, en el Partido Nacionalista, en la fundación del Partido Comunista Chino (PCCCh), en la Guerra de Liberación Nacional y, por último, en la Revolución Maoísta que dio origen a la China contemporánea y a la configuración política y económica que la caracteriza en sus avances y contradicciones. Contradicciones que en la investigación aparecen bajo dos formas interconectadas: la de los enfrentamientos entre el capital y la fuerza de trabajo y las alteridades entre el desarrollo económico chino y el medio ambiente. En este conjunto, buscamos demostrar dos cosas: la primera es que el socialismo chino, en sus diversas fases, no resultó en la elaboración de una nueva vertiente dentro del campo del marxismo/leninismo, sino en la adaptación del marxismo/leninismo al marco histórico/cultural chino; respondiendo directamente a las demandas históricas del país y sus luchas sociales. La segunda es que si las contradicciones históricas existentes entre la fuerza de trabajo, el medio ambiente y el capital no encuentran resoluciones dentro del capitalismo, el denominado socialismo de mercado (la actual fase histórica del socialismo chino) tampoco ha logrado ofrecer soluciones definitivas al problema. Desde esta perspectiva, las mediaciones establecidas con el capital que ayudan a componer el socialismo como un sistema de transición terminan también por delimitar su potencial para la superación de las actuales contradicciones que permea las relaciones entre el capital, la fuerza de trabajo y el ambiente natural. Así, lo que pretendemos demostrar a lo largo de la investigación es que el equilibrio entre la clase trabajadora, el ser humano y el medio ambiente solo podrá ser alcanzado cuando las mediaciones con el capitalismo, sobre todo en el actual estadio monopolista/imperialista, estén, ellas mismas, superadas.

Palabras clave: 1. Socialismo chino. 2. Desarrollo económico. 3. Lucha de clases. 4. Medio ambiente. 5. Luchas medioambientales.

LISTA DE FIGURAS

Capa: imagem da celebração do aniversário de 70 anos da Revolução Chinesa e do domínio do Partido Comunista na China (Kevin Frayer/Getty Images).

Figura 1: Representação ilustrativa da partilha da China entre as potências capitalistas estrangeiras no século XIX.

Figura 2: A Imperatriz-Viúva Tseu-Hi ou Cixi. Uma das mais importantes lideranças do último século da China Imperial.

Figura 3: A Imperatriz-Viúva Tseu-Hi ou Cixi. Uma das mais importantes lideranças do último século da China Imperial.

Figura 4: Mapa da China. Destaque, em amarelo, para as regiões autônomas que fazem parte de seu mapa geopolítico.

Figura 5: Mao Tsé-Tung ou Mao Zedong. A maior liderança da Revolução Comunista na China.

Figura 6: Imagem dos membros fundadores do Partido Comunista da China, em 1921. No topo da esquerda para a direita: Mao Tsé-Tung, Dong Biwu, Li Da, Liu Renjing, Wang Jinmei, Chen Gongbo; Abaixo, da esquerda para a direita: He Shuheng, Chen Tanqiu, Li Hanjun, Zhanng Guotao, Deng Enming, Zhou Fohai.

Figura 7: Divisão organizacional do Partido Comunista Chinês.

Figura 8: Deng Xiaoping, o líder de uma nova China.

Figura 9: Área industrial na cidade de Muchangkou, na região de Tangshan.

Figura 10: Beijing, 1950. O início de uma nova era.

Figura 11: Uma jovem chinesa opera uma máquina fresadora em uma montadora de caminhões em 1956.

Figura 12: Vista aérea da Usina Hidrelétrica Três Garganta sobre o rio Yang Tsé.

Figura 13: Manifestantes sentados em volta à uma réplica da Estátua da Liberdade.

Figura 14: O vasto setor manufatureiro aumentou a demanda por energia na China.

Figura 15: Vista de uma cidade chinesa não identificada durante o ápice da poluição atmosférica que acometeu o país em determinado momento de seu crescimento industrial.

Figura 16: Vista aérea de mina de carvão em Fushun, na China.

Figura 17: A China se tornou o maior investidor em fontes de energias renováveis do mundo em 2022.

Figura 18: A ampliação dos investimentos chineses em outros mercados tem contribuído para que diversos desequilíbrios ecológicos possam ocorrer. Na imagem, a África tem apresentado um crescimento de desmatamento.

Figura 19: Moradores da Vila Cajueiro em um ato de reconstrução de residência demolida por seguranças a mando da CCCC/WTorre

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: distribuição populacional por sexo e idade na China, em 1957.

Gráfico 2: evolução das emissões de dióxido de carbono na China contando a partir de 1970.

Tabela 1: produção e consumo de energia na China.

Tabela 2: valor bruto da produção, 1º Plano Quinquenal, 1953-1957.

Tabela 3: Produção dos principais produtos agrícolas, 1949-1962 Unidade: 1 milhão de toneladas.

LISTA DE SIGLAS

BRICS – Brazil, Russia, India, China, South Africa

BRICS + - Brazil, Russia, India, China, South Africa +

BTC - Boletim Trabalhista da China

CCCC - China Communications Construction Company

CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CRBC - China Road and Bridge Company

CHEC - China Harbour Engineering Company

CO2 - Dióxido de Carbono

COP29 - 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática

DPOC - Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas

DNA - Deoxyribonucleic Acid

EAMs - Empresas de Aldeias e Municípios

ENR - Exército Nacional Revolucionário

EUA – Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCAC - Fórum de Cooperação China-África

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

IED - Investimento Estrangeiro Direto

MPF- MA – Ministério Público Federal do Maranhão

NASA - National Aeronautics and Space Administration

NFCP - Programa de Conservação de Florestas Naturais

Novo PAC – Novo Programa de Aceleração do Crescimento

OCS - Organização de Cooperação de Xangai

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMM - Organização Meteorológica Mundial

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCCh - Partido Comunista da China

PIB – Produto Interno Bruto

PM 2.5 - Particulate Matter 2,5

PPP - Purchasing Power Parity

PwrIndx – Power Index

P & D - Pesquisa e Desenvolvimento

REA - Regiões Administrativas Especiais

RESEX – Reserva Extrativista

Rio-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TOE - Toneladas de Óleo Equivalente

TUP – Terminal de Uso Privado

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

AGRADECIMENTOS

Dedico esta pesquisa a entes queridos que se foram, mas que sempre guardarei em minha memória e coração. Dedico a meu amado pai Francisco Alves Silva, a minha amada mãe Flor de Liz Gondim Silva e minha irmã Silvana Gondim Silva. Também dedico a meu querido tio Hilton Francisco Pinheiro, às tias Celimar Moreira Almeida e Marli Almeida França e ao meu amigo e irmão do coração João Batista Matos. Todos e todas estarão eternamente em minhas melhores lembranças. Gostaria imensamente de agradecer a meus familiares Kátia Gondim Silva, Raquel Gondim Silva, Héber Gondim Silva e Leandro Gondim Silva. A meus tios e primos João de Deus Moreira Almeida, Washington Moreira Ribeiro, Marcos André Moreira da Silva, Joel Viana Almeida, Rafael Viana Almeida, Aura Moreira Ribeiro e meus sobrinhos Francisco Reginaldo Gondim Silva Melo Jr., Kevin Gondim Silva Melo, Juliana Fontes Gondim Silva, Caio Fontes Gondim Silva, Renan Fontes Gondim Silva, Victor Hugo Araújo Gondim Silva e Ana Beatriz Araújo Gondim Silva. Gostaria de agradecer imensamente ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/UFMA e a meu orientador Prof. Dr. Guillermo de Alfredo Jhonson (pelo suporte intelectual, metodológico, camaradagem e não me deixar desistir nas horas mais difíceis). Cabe uma menção especial à Coordenação do Curso de Pedagogia CCSO/UFMA e à Profa. Dra. Marise Marçalina de Castro Silva Rosa (pela compreensão, sensibilidade, mão amiga e vista grossa nas horas mais sobrecarregadas), Samuel Mário Ribeiro (pela amizade e companheirismo no trabalho) e Paulo Eduardo (pela competência, presteza e por dar o suporte profissional que me ajudou imensamente na difícil arte de conciliar trabalho, pesquisa e escrita acadêmica). Gostaria de agradecer também aos amigos e amigas Raimunda Fontes Neta, Antonilson Diniz, Serginaldo Clayton, Artemio Macêdo, Raimundo Campos Júnior, Fernanda de Cássia Rodrigues Gomes, Neuziane Maia, Gleicy Cristina Nunes da Silva, Dival Aragão, Márcia Fernanda Pereira Gonçalves, Jaciene Pereira, Susy Nathia Ferreira Gomes, Flávio Pereira Costa Júnior, Mara Farah, Lenira Diniz Trindade, Batista Diniz Trindade, Rayllanne Rebecca Pereira Filgueiras, Cesar Castro Chaves, Dona Victória Lucia de Jesus Santos e a Tenda Pai Oxalá, Cristinno Farias, Alzira Ericeira,

Mariana Maciel, Juliana Maciel, Adriano Lopes, Adriano Ribeiro (companheiros de banda e lutas antifascistas), Leandro Barbosa e meus chegados de lutas, cervejas e risadas do grupo Underground Antifa. Dedico esta Tese à classe trabalhadora do mundo inteiro, especialmente do Brasil (nada temos a perder, exceto os grilhões que nos prendem), aos revolucionários maoístas, aos povos indígenas e quilombolas do Brasil e do mundo. Dedico este trabalho também às famílias moradoras da Vila Cajueiro e seu exemplo de luta e perseverança. Ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Por paz e justiça! Pela honra e liberdade do povo palestino! Do rio ao mar, a Palestina prevalecerá!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA PARTE I – DEMANDAS HISTÓRICAS	44
1.1. Incursões imperialistas, perda de soberania e crise do Império Chinês.....	48
1.2. As insurreições populares e o agravamento da crise social chinesa diante das ofensivas imperialistas.....	65
1.3. A evolução revolucionária chinesa, a construção republicana e seus dilemas	79
2. O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA PARTE II – REVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO POLÍTICA	99
2.1. O PCCh e a nova construção revolucionária chinesa	101
2.2. A construção política do PCCh e o desenvolvimento de sua abordagem socialista	130
2.3. Da Ditadura Popular à Nova Democracia	147
3. AS BASES MATERIAIS E POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS	170
3.1. A situação econômica da China após a guerra revolucionária.....	177
3.2. A influência soviética e a busca pela autonomia produtiva	194

4. A QUESTÃO AMBIENTAL NA CHINA: demandas, avanços e	
contradições.....	285
4.1. O custo ambiental do desenvolvimento econômico saiu na frente	
.....	290
4.2. A mitigação da crise ambiental e seu contexto	
internacional.....	310
4.3. Os limites e contradições da política de recuperação ambiental na	
China.....	332
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	354
REFERÊNCIAS.....	362

"O capitalismo falhou, falha e falhará em cada uma das sociedades onde ele colocar os seus tentáculos que se baseiam na expropriação e na exploração do homem pelo homem. É isso que nós combatemos!"

João Carvalho

INTRODUÇÃO

Ao elaborar o anteprojeto de pesquisa encaminhado para o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (Doutorado), a perspectiva dominante era instituir uma análise de caso centrada no conflito existente na Vila Cajueiro, em São Luís - MA, em razão da construção de um Terminal Marítimo de Uso Privado (TUP) na localidade. O *Porto São Luís*, o terminal em questão, pertence ao consórcio transnacional *China Communications Construction Company (CCCC)*¹ em parceria com a empresa brasileira *WTorre Empreendimentos Imobiliários S. A*² (representada pela empresa *TUP São Luís* antiga *WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S/A*).

O terminal foi apresentado à comunidade ludovicense a partir da grandiosidade de seu empreendimento. Segundo matéria publicada no site da *Antena1* (13/11/2019)³, uma vez concluídas as suas obras (então previsto para o ano de 2020), o Porto São Luís ocuparia posição destacada diante dos terminais marítimos brasileiros devido à sua localização; que permitirá acesso direto à *BR-135* (que liga Minas Gerais ao Maranhão), à *Ferrovia Carajás* e à *Ferrovia Transnordestina*⁴ (ainda em construção). O Terminal de Uso Privado também ocupará posição privilegiada por seu potencial para escoamento de cargas destinadas ao mercado internacional, permitindo uma mudança na

¹ CCCC é uma empresa multinacional chinesa de capital misto, majoritariamente estatal, voltada para os setores de engenharia, construção e operação de ativos de infraestrutura. Foi fundada oficialmente em 2005 através da fusão das empresas *China Road and Bridge Company* (CRBC) e *China Harbour Engineering Company* (CHEC), especializadas no ramo de transporte e infraestrutura marítima.

² WTorre Empreendimentos Imobiliários S. A. é uma empresa de engenharia fundada em 1981 e sediada em São Paulo – SP. Presidida por Walter Torre Jr (1956-2020) até sua morte, tem expandido seus investimentos para outros setores como o de serviços portuários.

³ Para consulta da matéria citada, segue o link: [China anunciará investimento bilionário em Porto ... | Antena 1](#).

⁴ Conforme divulgado pelo site gov.br (28/11/2024), a ferrovia Transnordestina consta como prioridade no Novo Programa de Aceleração do Desenvolvimento (Novo PAC), tendo as suas obras recomçadas e recebendo um impulso de R\$3,6 bilhões. O Novo PAC é uma retomada do antigo PC lançado pelo Governo Federal em 28 de janeiro de 2007, com um planejamento estabelecido para vigorar por quatro anos. O Novo PAC, lançado em 2023, tem orçamento previsto em R\$ 1,68 trilhão até o final de 2026. Link da matéria: [Governo libera R\\$ 3,6 bilhões para Transnordestina, empreendimento a cargo do Ministério dos Transportes — Ministério dos Transportes](#).

geografia portuária brasileira. O porto está projetado para ser um terminal multimodal, com área prevista de 2.190.000m² e com profundidade variando entre 18m e 25m, destinado a acomodar e escoar, sobretudo, minério de ferro e grãos, mas também fertilizantes, granéis líquidos, celulose e, futuramente, contêineres.

Contudo, a construção do terminal, a despeito das promessas de geração de sustentabilidade, desenvolvimento econômico e empregos⁵, encontrou resistência de muitas famílias residentes na Vila Cajueiro⁶ e defensores da oficialização da *Reserva Extrativista Tauá-Mirim*; seguindo uma tendência de desenvolvimentismo excludente e conflituoso bastante comum na história maranhense. Para as comunidades rurais maranhenses, as consequências que a implantação de projetos de grande porte como o Porto São Luís costumam acarretar estão enormemente referenciadas por um histórico de deterioração socioambiental ou de extinção definitiva. Como expôs Damasceno (2016), muitas das comunidades/povoados tradicionais de São Luís e arredores (*Tainha, Pindotiua, Paquatua, Carnaúba, Macacos, Tambaú, Lavapés, Boa Vista, Alegre*, etc.) se extinguíram em razão da concretização de projetos desenvolvimentistas e infraestruturais como *Vale* (antiga *Vale do Rio Doce*), *Alumar*, *Estrada de Ferro Carajás* e a *Termelétrica do Porto do Itaqui*.

Amparando-nos em Arcangeli (2021), sustentamos que foi para evitar sofrer o mesmo fim em sua territorialidade e existência concreta como comunidade extrativista que os povoados citados, que parte das famílias residentes na Vila Cajueiro passaram a enfrentar ao longo dos últimos anos os poderes públicos e privados. Em resposta às contínuas ameaças e agressões que denunciam serem vítimas⁷ – que, segundo relatam, têm se agravado diante do avanço da construção do Porto São Luís –, os moradores da Vila Cajueiro têm perpetrado ações em que buscam reconhecimento e reafirmação de sua

⁵ Conforme matéria publicada em *Agência Porto* (2018) e disponível em: [Gigante investe R\\$ 1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA | Agência Porto](#).

⁶ Também conhecida como Povoado Cajueiro e Sítio Bom Jesus do Cajual.

⁷ Conforme consta em <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2017/05/comunidade-pesqueira-do-cajueiro-no.html>.

existência de fato como comunidade rural tradicional⁸ e a criação da RESEX Tauá-Mirim. Isso considerando que muitos moradores da Vila Cajueiro ainda sobrevivem parcialmente ou exclusivamente através de atividades intrafamiliares e hereditárias de extrativismo, cultivo de roças, criação de pequenos animais e pesca. Logo, a existência material da comunidade depende diretamente da preservação do ecossistema em sua integralidade. Ecossistema que se encontra sob séria ameaça devido à construção do Porto São Luís.

Dessa forma, o empreendimento traz consigo as contradições que têm caracterizado o atual posicionamento da China perante o mercado internacional. Projetos como o Porto São Luís não vêm sendo estabelecidos ao fruto do acaso, mas como parte de uma tática pautada pela acirrada disputa geopolítica - que analistas como Liy (2020) classificaram como uma *Nova Guerra Fria*⁹ - que tem no expansionismo econômico um de seus principais vetores. Nesse contexto, a China vem exercendo o papel de líder no enfrentamento da hegemonia geopolítica norte-americana e ocidental e na alegada construção de um *mundo multipolar*; conceito polissêmico que, como pontuado por Amin (2005), pode significar tanto a busca por um maior equilíbrio na partilha da governança mundial entre as potências quanto o nascimento de uma nova era

⁸ Embora o conceito de Comunidade Tradicional seja bastante complexo e pautado por múltiplos contextos, será utilizado ao longo deste trabalho em conformidade ao publicado no Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007, pp. 101-102), onde comunidade ou população tradicional são classificados como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e fazem uso de territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

⁹ Nova Guerra Fria ou *Segunda Guerra Fria* são designações que se referem ao recrudescimento das tensões existentes não apenas entre os Estados Unidos e a China, mas entre os Estados e a Rússia, Oriente Médio, África e nações da América Latina. Em um cenário que envolve fortes disputas econômicas, territoriais, militares, tecnológicas e comunicacionais que tem ditado os rumos da geopolítica no século XXI. Ainda não há um consenso definido em torno do termo. Enquanto autores como Bovt (2015) e Lucas (2008) ponderam a favor do conceito, em comparação com o período de conflito geopolítico instituído entre os Estados Unidos e URSS após a *Segunda Grande Guerra*, outros como Walt (2018) e Westad (2019) criticaram o seu uso por acreditarem que não reflete o atual momento das disputas existentes no cenário internacional. Em 1998, o historiador e diplomata norte-americano George Keenan (1904-2005) previu em uma sessão do Senado dos EUA que a resolução para a incorporação da Polônia e da República Tcheca provocaria reações da Rússia e daria início à uma Nova Guerra Fria.

pós-imperialista que implique na revisão radical da relação de dominância estabelecida entre o centro e a periferia do capitalismo internacional.

Conflitos como o que vem ocorrendo na Vila Cajueiro expõem as ambiguidades existentes dentro da expansão econômica e geopolítica chinesa e leva-nos a questionar qual o sentido da multipolaridade geopolítica defendida pelo *Partido Comunista da China* (PCCh. Em chinês: 中国共产党) e quais demandas ela pode atender. Nas palavras do presidente Xi Jinping, a China e aliados (como a Rússia e demais parceiros do BRICS¹⁰) estão empenhados na formação de uma ordem mundial multipolar posicionada de forma equitativa, justa e articulada na promoção do desenvolvimento, segurança e soberania¹¹.

Para além das palavras, acordos formais e medidas de cooperação estabelecidas, as ambiguidades manifestas terminam muitas vezes por fomentar desconfiças a respeito da fundamentação da suposta nova ordem pretendida. As disputas territoriais existentes dentro e fora do bloco¹², a escalada

¹⁰ O BRICS (atualmente também conhecido como BRICS +) é uma associação de países emergentes na economia mundial. Trata-se de um [acrônimo](#) da [língua inglesa](#) que reúne a letra inicial do nome comum dos países participantes. Inicialmente, o agrupamento - fundado em Ecaterimburgo, Rússia, em setembro de 2006 - começou com quatro países sob o nome BRIC, reunindo [Brasil](#), [Rússia](#), [Índia](#) e [China](#). Contudo, a partir de [14 de abril de 2011](#), houve a admissão da [África do Sul](#) no bloco, passando a responder pela letra “S” na denominação. Em [1 de janeiro de 2024](#), [Egito](#), [Emirados Árabes Unidos](#), [Arábia Saudita](#), [Etiópia](#) e [Irã](#) aderiram integralmente ao grupo.

¹¹ A matéria onde constam as declarações proferidas não apenas de Xi Jinping, mas também de Vladimir Putin na *Organização de Cooperação de Xangai* (OCS) em Astana, Cazaquistão, que reuniu notadamente os chefes de Estado das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central, a Rússia, a China e a Índia pode ser conferida no link a seguir: [Xi Jinping e Putin defendem "mundo multipolar" em cimeira regional em Astana](#).

¹² A ainda não resolvida disputa entre a China e a Índia em torno da região de Aksai Chin, Ladakh, e a Travessia de Nathu, no Himalaia, já originou três conflitos militares entre os dois países (1962, 1967 e 1987) e constitui, atualmente, a maior disputa territorial do planeta, envolvendo uma área estimada em 3440km. Fora isso, as tensões que envolvem a Ilha de Taiwan, os conflitos entre a Índia e o Paquistão pelo controle da região da Caxemira e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia demonstram que os esforços em construir uma governança global multipolar ainda esbarram em velhas feridas geopolíticas de difícil cicatrização.

armamentista¹³, o expansionismo produtivista¹⁴, a desigualdade¹⁵ e uma agenda ambiental sinuosa¹⁶ deixam frequentemente a opinião pública e dos intelectuais impregnadas por incertezas e ceticismo, apesar dos esforços perpetrados pelo grupo dos países no cumprimento das metas contraídas.

A questão ambiental tem suscitado especial preocupação na comunidade internacional, com a China desempenhando uma preeminência

¹³ Segundo dados divulgados pelo *Instituto Internacional de Estudos para a Paz* (SIPRI), os gastos militares atingiram globalmente, em 2022, um recorde histórico de 2.240 mil milhões de dólares (2.036 mil milhões de euros). A cifra, que equivale a 2,2% do *Produto Interno Bruto* (PIB) mundial. Segundo o mesmo documento, os três países que mais gastaram em 2022 (Estados Unidos, China e Rússia) representaram 56% das despesas militares globais. Link para a matéria publicada pelo portal *Deutsche Welle* (23/04/2023) a seguir: [Despesa militar mundial atingiu "máximo histórico" em 2022 – DW – 24/04/2023](#).

¹⁴ Segundo publicação disponibilizada pelo *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial* (IEDI), as informações divulgadas pelo último relatório da *UNIDO* (*United Nations Industrial Development Organization*) com os dados do quarto trimestre de 2023 podem indicar que a indústria de transformação mundial está entrando em uma fase mais dinâmica, após a relativa estagnação que acompanhou o setor desde meados de 2022. De acordo com o relatório, várias adversidades influenciaram o setor manufatureiro durante 2023, como a alta taxa de inflação global e a consequente elevação de taxas de juros em muitas economias, influenciando negativamente a demanda agregada; persistentes interrupções na cadeia de abastecimento; insuficiente mão de obra qualificada em alguns setores da indústria, desdobramentos de conflitos regionais e desastres naturais, cada vez mais frequentes. No 4º trimestre/23, a produção industrial avançou +1,5% frente ao mesmo período do ano anterior. Foi uma alta duas vezes mais intensa do que no 3º trim/23 (+0,7% na mesma base de comparação). Link do relatório: [20240510_unido_2023T4.pdf](#).

¹⁵ Segundo relatório divulgado pelo *Banco Mundial*, publicado em dezembro de 2024, 2023 foi um ano em que se viu a desigualdade mundial crescer. Como consta no relatório publicizado pela agência *Folhapress*, em torno de 700 milhões de pessoas no mundo sobrevivem por dia com menos de US\$ 02,15 (R\$ 13,26 na cotação do dia 02/01/2024). Segundo a agência, esse número era 40% menor em 2010. O combate à pobreza sofreu um grande retrocesso com a pandemia de Covid-19; o que ocasionou um recuo de três anos no combate à baixíssima renda, além do desmonte da proteção ao trabalho que se adianta internacionalmente. O relatório afirma que o combate à pobreza estagnou mesmo nas faixas de renda menos precarizadas e que demandam por maior atenção, que vão de US\$ 3,65 a US\$ 6,85 (ou R\$ 22,52 a R\$ 42,26 na cotação do dia 02/01/2024) por dia. Link da matéria: [Desigualdade aumentou em 2023, diz Banco Mundial](#).

¹⁶ As Nações Unidas divulgaram um documento apresentado na preparação das negociações climáticas, a *COP28*, onde se destacou que os níveis de gases de efeito estufa em 2030 estarão em 22 giga toneladas, Gt. Esse volume provocará um aquecimento global acima do limite de 1,5º C graus, caso não mude a tendência de alta das emissões globais de gases do efeito estufa. O crescimento geral foi de 1,2% entre 2021 e 2022; um novo recorde registrado no *Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2023* - [Temperaturas recordes quebradas atingiram novos máximos, mas o capital mundial não está conseguindo reduzir as emissões nos volumes necessários](#). Link da publicação: [Mundo segue quebrando recordes de emissões de gases de efeito de estufa | Brasil teve aumento de 10% nas emissões de gases de efeito estufa em 2022 ONU News](#).

ambivalente em que se destaca tanto como a maior poluidora mundial¹⁷, quanto como a nação que tem empregado os maiores investimentos na produção de energia renovável e reflorestamento¹⁸. A duplicidade da composição das políticas ambientais chinesas faz com que muitas dúvidas parem no ar a respeito da anunciada construção da “civilização ecológica” (em chinês: 生态文明)¹⁹ feita pelas autoridades chinesas a partir da década de 2000. Dúvidas que estão relacionadas tanto ao conceito quanto à operacionalidade das políticas ambientais que conduziriam o país a esse estágio civilizacional; passando também pelas contradições concretas frente ao expansionismo industrial que produz ocorrências como as da Vila Cajueiro, em São Luís.

¹⁷ Segundo a *Agência Medioambiental Holandesa* (2006), a China responde isoladamente por cerca de 30% dos gases poluentes produzidos no mundo. Entre os resultados sentidos, em 2023 o país registrou o ano mais quente da história, com a quebra diária e mensal de recordes de temperatura e grandes ondas de calor. A temperatura média da China no ano foi de 10,7° C, atingindo picos registrados de 52,2° C no extremo oeste da província de Xinjiang (em chinês: 新疆). A elevação da temperatura, seguida por outras intempéries climáticas, provocou também o aumento o aumento do uso de energia elétrica e insegurança alimentar. Link das matérias: [China é o país mais poluente do mundo - Mundo - Correio da Manhã](#) ; [China teve ano mais quente já registrado, com condições extremas mortais | CNN Brasil](#).

¹⁸ A China liderou com sobras os investimentos mundiais em produção de energia limpa no ano de 2022, com a disposição de somas que alcançaram U\$ 546 bilhões, abrangendo energia solar, eólica, veículos elétricos e tecnologias de baterias. O investimento empregado na China em energia limpa supera em quase 400% os investimentos dos Estados Unidos no setor. A China também coordena o maior projeto de reflorestamento do mundo, provocando impactos sobre a desertificação do solo, benefícios climáticos e em proteção da agricultura. Links das matérias: [O domínio da energia limpa na China: uma mudança global no jogo](#) ; [Com 3 mil quilômetros de florestas, China transforma o deserto de Taklamakan em um marco ambiental e avança no maior projeto de reflorestamento do MUNDO! - CPG Click Petróleo e Gas](#) .

¹⁹ Como Campos (2018) enfatizou, o conceito de “civilização ecológica” é de formulação recente. Primordialmente elaborado na esfera da política interna chinesa, vem adquirindo alguma ressonância na política internacional nos últimos anos. A civilização ecológica agrupa um conjunto de ideias relacionadas à áreas que vão para além da preservação da natureza. Assim, o conceito é difundido como um princípio de harmonia entre o desenvolvimento econômico, soberania, promoção de justiça, bem-estar e construção de um mundo ecologicamente seguro. Nessa elaboração, a produção de energias renováveis dialoga também com a necessidade de autossuficiência na produção de combustíveis e desenvolvimento tático das forças produtivas. Presumidamente, o desenvolvimento e inovação tecnológica deverá ser ajustado de modo que o crescimento econômico ocorra de forma tanto quantitativa, quanto qualitativa. Dentro desse contexto, a China busca se adiantar para a criação de uma futura sociedade socialista moderna, em que a produção e sustentabilidade estejam equiparadas em seu nível máximo. Por ora, a China tem se preparado para liderar o mundo na transição ecológica que substituirá a energia baseada nos combustíveis fósseis para a preponderância das chamadas “energias limpas”; produzidas a partir de fontes não emissoras de gases poluentes e compostas por energia solar, eólica, hidráulica, nuclear, geotérmica, maremotriz e de biomassa.

Ao longo da constituição desta Tese, a imersão no estudo das contradições manifestas na expansão desenvolvimentista chinesa motivou-nos a redimensionar o campo de nossa pesquisa e buscar compreender o problema em sua perspectiva histórica e determinações internacionais. Nessa reformulação, o intuito passou a ser o de apreender analiticamente como as demandas manifestas na sociedade chinesa foram estruturadas e como direcionaram a política, o processo de expansão desenvolvimentista do país e seus impactos, sobretudo sobre a classe trabalhadora e o meio ambiente. Dessa forma, o trabalho de pesquisa e escrita passou a ser sistematizado na forma de uma introdução estendida ao socialismo chinês; considerando as suas contradições históricas e os impactos que tiveram sobre a atual formação política, economia, classe trabalhadora e o empreendimento de sua agenda ambiental.

Sendo assim, elaboramos o trabalho em três partes, divididas em quatro capítulos (fora a introdução e a conclusão), em que buscamos apresentar a China contemporânea e as determinações de seu poder político sobre o desenvolvimento econômico, luta de classes e meio ambiente. Para isso, adentramos na processualidade histórica que transformou o país miserável, derrotado e humilhado de outrora (que se tornou uma espécie de semicolônia das potências capitalistas do século XIX e XX) na superpotência que tem rivalizado diretamente com os Estados Unidos e Europa em termos econômicos, militares e na geopolítica mundial. O esforço analítico foi direcionado principalmente para a compreensão da política chinesa contemporânea em sua formação histórica, organização e seus impactos sobre a exploração do trabalho e recursos naturais.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida considerando a perspectiva dialética²⁰ centrada na análise das contradições históricas e

²⁰ Importante frisarmos, como bem pontuou Wolf (2016), que não existe um “método dialético” propriamente dito seja em Hegel (1995; 2008) ou em Marx. Resumidamente, que se entende por dialética é a manifestação do real através da contradição entre elementos opostos que se movimentam dentro de uma totalidade apreendida. A contradição hegeliana, dessa forma, existe na medida em que existam posições imanentes múltiplas e opostas, das quais podem ser

materiais que determinaram e caracterizaram a organização política chinesa e suas projeções sobre a economia e o meio ambiente. Tendo isso em vista, desenvolvemos o trabalho enfatizando as demandas produzidas no interior da sua milenar sociedade considerando o contexto internacional que colocou a soberania e o progresso econômico do país sob grave ameaça por conta do agressivo intervencionismo estrangeiro que operou em seu território por mais de cem anos. Dessa forma, elaboramos a Tese como uma extensa peça introdutória que permita-nos apresentar essas condições históricas, a movimentação instituída sob a liderança do PCCH para a sua superação e os contrassensos objetivos que regem essa processualidade.

Desse modo, empenhamo-nos em aprofundar a compreensão do processo de formação política da China contemporânea, as táticas que engendraram no enfrentamento de seu atraso material e suas repercussões sobre a classe trabalhadora e o meio ambiente. Tudo isso em uma circunstância em que as políticas organizadas pelo PCCh encontram reflexos cada vez mais expressivos também fora de suas fronteiras nacionais, produzindo novos pontos de desequilíbrios tanto em suas organizações societárias internas quanto em relação ao capital hegemônico internacionalmente.

Para isso, utilizamos ao longo da pesquisa e do processo de escrita contributos teóricos e analíticos produzidos por seguidas gerações de intelectuais chineses, os quais citamos fartamente nos capítulos da Tese. Esse referencial analítico, pautado no discurso direto, constituiu uma das partes mais importantes da pesquisa e elemento fundamental para compreendermos as demandas históricas que acarretaram a *Revolução Chinesa* (em chinês: 中国革命), seus desdobramentos e impactos sobre a sua cadeia produtiva, classe trabalhadora e meio ambiente. Junto ao debate crítico fundamentado nos intelectuais chineses fizemos uso das publicações e análises emitidas por

observadas e compreendidas através do exercício da razão e da aplicação da lógica. Assim, o que compreendemos como dialética se constitui como um conjunto de *relações dialéticas*. em Marx, as relações dialéticas constituem a essência de sua teoria da história. A dialética, desse jeito, é apresentada como uma forma crítica de pensar sobre sistemas ou processos, tendo em perspectivas as maneiras que ocorrem e se reproduzem.

personalidades centrais na formação da política e desenvolvimento socioeconômico que vigoram na contemporaneidade de sua nação. Desse modo, embrenhamo-nos na perspectiva dos acontecimentos apresentadas por proeminências políticas como Sun Yat-Sen (1866-1925), Mao Tsé-Tung (1893-1976), Deng Xiaoping (1904-1997) e o atual presidente Xi Jinping.

Entretanto, devemos acrescentar que às análises e visões emitidas pelos intelectuais chineses e lideranças históricas de sua política foram enriquecidas pelas contribuições de diversos pensadores e analistas ocidentais, cuja produção intelectual permitiu-nos o aprofundamento da análise em suas mais variadas categorias. Assim, os referenciais teóricos e críticos produzidos pelos intelectuais ocidentais vieram tanto para somar dentro do conjunto analítico da Tese como para referenciar o debate em seu contexto histórico, político, social e ambiental internacional; tendo em perspectiva que os objetos da análise se encontram profundamente determinados por relações geopolíticas originadas fora da territorialidade chinesa e pelo avanço mundial do capitalismo em sua fase imperialista. Para isso, foram utilizados fragmentos intelectuais e analíticos retirados de dezenas de livros e artigos, com grande destaque tanto para os pensadores marxistas históricos quanto para os expoentes da atualidade. O uso desses autores serviu para compor o mosaico analítico que constituiu esta Tese em sua totalidade, de modo que os elementos conceituais apresentados não ficassem desguarnecidos de, pelo menos, uma apresentação básica.

Dentre as fontes utilizadas, as fontes primárias se fizeram presentes em diversos momentos da escrita. A documentação utilizada ocorreu principalmente através de pronunciamentos, relatórios, recortes de jornais da época e estimativas produzidas por diversas instituições internacionais sobre as questões de ordem política, econômica, social e ambiental. Fontes as quais tivemos acessos graças à disponibilização que órgãos como o *Banco da China* (em chinês: 中国银行), *Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho de Estado da China* (em chinês: 中国国务院发展研究中心), *Ministério de Finanças*

da China (em chinês: 中国财政部), *Banco Popular da China* (em chinês: 中国人民银行) e Banco Mundial. A documentação utilizada foi a que estava disponibilizada digitalmente em inglês devido, sobretudo, às nossas limitações em relação ao mandarim. Contudo, buscamos apresentar a transcrição de diversos nomes utilizados ao longo da pesquisa (logradouros e instituições, principalmente) para o chinês simplificado. Um esforço a mais para conferir à Tese uma maior autenticidade e reverência em relação ao objeto de análise.

Na primeira parte do trabalho foi desenvolvida uma decomposição analítica a respeito das demandas históricas existentes na China e como elas levaram a sua classe trabalhadora e representações a organizarem às suas lutas e construção de soberania. Dividida em dois capítulos, debruçaremos-nos sobre as seguidas invasões e derrotas militares sofridas pela nação chinesa, o desmantelo do antigo Império, então comandando pela Dinastia Qing (em chinês: 清朝), a miséria generalizada que se instaurou e as convulsões sociais que culminaram em duas revoluções: a nacionalista e a comunista. Essa parte da pesquisa foi articulada como uma grande peça introdutória definida para apresentar as determinações históricas que moldaram a sociedade chinesa contemporânea e o poder político que a rege.

O primeiro capítulo, intitulado *O socialismo chinês em sua perspectiva histórica – parte I – demandas históricas* traz um apanhado dos principais eventos que desestruturaram a organização societária chinesa a partir de meados do século XIX. Ocorrências que levaram o país asiático a perder gradativamente a sua soberania e condições materiais que lhe conferiram a sua significância política, jurídica, social e econômica. No capítulo, buscamos contextualizar as transformações que desmantelaram o Império chinês, considerando o movimento expansivo do imperialismo internacional; em que as grandes potências capitalistas almejavam amealhar os mercados e recursos dispostos pelo mundo. Situação que encontrou um Império chinês pouco preparado para o seu enfrentamento, com as suas unidades militares obsoletas e forças produtivas debilitadas por uma estrutura social semifeudal que estava

assentada em tradições antigas. Uma nação que adentrou no século XIX ainda muito fechada às influências estrangeiras e que não desenvolveu as condições materiais que lhe possibilitasse enfrentar as incursões imperialistas que seriam articuladas contra si.

Assim, a partir do início das *Guerras do Ópio* (1839-1942; 1856-1860. Em chinês: 鸦片战争), declaradas pela Grã-Bretanha e da assinatura, em 1842, do primeiro dos denominados *Tratados Desiguais* (em chinês: 不平等条约), que ratificou a sua degradante derrota para os britânicos, a China passou a sofrer com seguidas invasões militares que minaram a sua soberania política, territorial e condições de sobrevivência. Essa situação, que conjugava a humilhação diante das potências estrangeiras à uma estrutura de poder interno de mando político absolutista, colocaria a sociedade chinesa em um duradouro estado de convulsão política que culminaria na revolução nacionalista que derrubou a monarquia no país e catalisou o seu movimento de modernização política, econômica e cultural. Acontecimentos que buscamos analisar no esforço de compreender em profundidade as determinações históricas que ainda operam sobre a política, economia e corpo social chinês.

O capítulo se encerra na análise da *Revolução Xinhai* ou *Revolução Nacionalista* (Em chinês: 辛亥革命) que apresentaria ao país à sua forma republicana e a primeira tentativa de construção de um Estado democrático. Este apanhado analítico foi desenvolvido para trazer ao leitor um melhor entendimento dos desafios históricos posteriormente assumidos pelos revolucionários maoístas que conquistaram a hegemonia política no território chinês e como essas incorrências dimensionaram as suas decisões políticas e desenvolvimento econômico.

No Capítulo 02, denominado *O socialismo chinês em sua perspectiva histórica – parte II – revolução e construção política*, empenhamo-nos em prosseguir a análise da fase revolucionária da China; em que a sua recém-iniciada experiência republicana abriu caminho para novas divisões internas que resultariam em ditadura, tentativa de restauração da monarquia, guerra civil

contra os cognominados *Senhores de Guerra* (em chinês: 军阀. Chefes militares que reivindicaram o controle de vastas regiões do país), mas também viu surgir movimentos revolucionários genuínos em seu território.

Entre os movimentos, merecem inequívocos destaques o *Movimento 04 de Maio* (em chinês: 5月4日运动. Movimento republicano e democrático liderado por estudantes e intelectuais), o *Kuomintang* (em chinês: 国民党. O *Partido Nacionalista Chinês* fundado no Havaí, em 1905, e reformulado, em 1919, na China. A principal expressão revolucionária chinesa antes da formação do PCCh) e o Partido Comunista da China (PCCh). Ao longo do capítulo serão analisadas as trajetórias desses partidos políticos, com ênfase maior ao PCCh, e como contribuíram para definir os rumos da política chinesa em seus conflitos e modernização.

A evolução revolucionária chinesa - entrecortada por ataques à sua soberania, brutais invasões estrangeiras, guerras imperialistas e infiltrações fascistas em sua política interna - merece ser considerada como um recorte à parte. Para além da inspiração no movimento operário europeu e na intelectualidade orgânica marxista, as lutas revolucionárias que resultaram em guerra civil entre nacionalistas e comunistas foram pautadas imensamente por questões relacionadas à soberania nacional, legado cultural milenar e articulação tática determinada por uma composição social predominantemente agrária e iletrada. Sendo assim, o socialismo chinês precisou se formular direcionando uma observação atenta para os acontecimentos que revolveriam o terreno político na Europa, especialmente na Rússia ou União Soviética, mas também dedicando um profundo olhar às imposições de sua própria realidade. Tanto em uma perspectiva quanto na outra, os comunistas chineses tiveram que definir os seus quadros e propósitos tendo em vista o enfrentamento peremptório ao capital imperialista e sua articulação neocolonial.

Nessa encruzilhada revolucionária, o mundo testemunhou em Mao Tsé-Tung ou Mao Zedong (1893-1976) o surgimento de uma extraordinária liderança e uma nova referência internacional no âmbito do marxismo-leninismo.

Na ocasião, o comando do ainda jovem intelectual e comunista conduziu as lutas revolucionárias chinesas a um outro patamar em termos de organização e definição tática, elevando as até então dispersas massas camponesas à uma condição de exército popular imparável em frente às duas frentes de batalha assumidas. Tudo condensado em um tipo de organização coesa a ponto de, em poucos anos, ser capaz de impor irreversíveis derrotas tanto aos invasores estrangeiros quanto ao movimento contrarrevolucionário de inspiração fascista conduzido pelo líder nacionalista Chiang Kai-Shek (1887-1975); surpreendendo mesmos os seus aliados internacionais mais próximos, sobretudo os soviéticos.

Para isso, a absorção das táticas revolucionárias bolcheviques ocorreu de forma adaptada à sua própria realidade e composição social situada ainda em parâmetros semifeudais na maior parte do território e sem a presença de uma burguesia dotada de grande expressão política e, portanto, pouco capaz de realizar uma revolução burguesa em território chinês. Essa perspectiva quanto a materialidade histórica de suas condições moldou não apenas as táticas de luta frente aos inimigos, mas serviu como guia para a superação das contradições materiais que legaram à esmagadora maioria da classe trabalhadora chinesa uma situação de atraso e miséria. Circunstâncias que Mao Tsé-Tung conhecia empiricamente graças à sua origem popular de homem do campo²¹.

Com o sucesso da *Revolução Comunista* ou *Guerra de Libertação* (1949. Em chinês: 共內戰) e a conquista da hegemonia política diante dos

²¹ Conforme consta na biografia escrita por Wenxian (1986), Mao Tsé-Tung nasceu na aldeia de *Shaoshan* (em chinês: 韶山), na província de *Hunan* (em chinês: 湖南), vindo de uma família de ex-camponeses empobrecidos que conseguiram ascensão social mesmo nas condições de penúria generalizada do país. A condição privilegiada que a sua família adquiriu o permitiu ter acesso a boas condições de estudos para a época, ainda que, segundo suas memórias, tenha sofrido perseguições na sua elitista escola devido à sua origem camponesa. O rígido ambiente familiar, as injustiças sociais, a desigualdade, a enorme pobreza que o cercava e as muitas influências intelectuais que foi adquirindo como o leitor voraz que era (que incluía obras de Zheng Guanying [1842-1923], Adam Smith [1723-1790], Rousseau [1712-1778], Montesquieu [1689-1775] e, posteriormente, autores anarquistas e socialistas como Piotr Kropotkin [1842-1921], Karl Marx [1818-1883], Friedrich Engels [1820-1895] e Vladimir Lenin [1870-1924]) despertaram no jovem Mao a vocação revolucionária e o desejo de construir um novo mundo que fariam dele uma das mais notáveis lideranças políticas do século XX.

nacionalistas, novas e antigas fissuras políticas passaram a ser enfrentadas seja no combate ao divisionismo/revisionismo interno, seja na ruptura com os outrora aliados soviéticos em proveito de uma perspectiva soberana e leal a seus próprios cânones. Os tensionamentos que tinham marcado a sociedade chinesa e suas relações externas ainda se faziam presentes, embora, muitas vezes, sob novos paradigmas. No capítulo, essas tensões serão bastante abordadas por se tratar de elementos importantes para a formação do socialismo chinês tanto em seu desenvolvimento histórico, como na constituição de sua plataforma política.

Como veremos, o reposicionamento do PCCh em relação aos ex-aliados soviéticos serviu como uma afirmação de sua soberania em um cenário mundial pautado sobremaneira pelas disputas entre as duas superpotências militares do pós-guerra (Estados Unidos e União Soviética). Situação que ajudou a conceder ao socialismo chinês uma formulação autônoma em relação aos bolcheviques e ao capitalismo internacional. O rompimento, decorrente de muitas divergências políticas com os bolcheviques, encerrou uma colaboração mútua que perdurou por mais de três décadas e forneceu ao PCCh o suporte inicial que lhe permitiu construir o seu programa.

No entanto, conforme relatado no capítulo, o afastamento do PCCh dos seus antigos aliados não significou a adoção de arquétipos estranhos ao campo do marxismo-leninismo. Ao contrário, o movimento de cisão estabelecido pelo PCCh contra o que consideravam um desvio revisionista perpetrado pelos soviéticos após o fim do comando de Josef Stalin (1878-1953) no país levou a China a escalonar a sua ditadura popular na tentativa de acelerar a construção de seu programa socialista. Circunstância que agravou de forma aguda tanto o seu isolamento internacional quanto as suas crises internas. Episódios como o *Grande Salto Adiante* (1958-1960. Em chinês: 大跃进), que será analisado no Capítulo 03, e a *Revolução Cultural* ou a *Grande Revolução Cultural Proletária*²²

²² Como veremos em maior detalhamento no capítulo 02 desta Tese, a Revolução Cultural surgiu como uma tentativa, por parte de uma fração dos quadros dos comunistas chineses - estando formalmente dentro ou fora do PCCh - de estabelecer um grande expurgo no país contra os elementos identificados pelo maoísmo radical como revisionistas ou como agentes restauradores

(1966-1976. Em chinês: 文化大革命), analisado no Capítulo 02, foram estabelecidos como expressões dramáticas desses tensionamentos e como tentativa de dar à Revolução Chinesa a sua própria construção permanente.

Não obstante, do esgotamento resultante das seguidas crises políticas internas e as contradições mútuas que envolveram questões relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas chinesas e relações de produção surgiu a compleição moderna do socialismo chinês que teve em Deng Xiaoping o seu principal formulador. Essa versão, que posteriormente ficou conhecida como *Socialismo com características chinesas* (em chinês: 中国特色社会主义), é fruto desses embates, mas também das condições sociais e demandas que afligiam o povo chinês. Nessa fase, foi proposta uma mudança substancial nos rumos da economia chinesa e a elaboração de mediações junto ao que havia de mais moderno no âmbito econômico mundial com o objetivo declarado de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas e promoção da melhoria geral das condições de vida no país. Seguindo a velha máxima leninista de “ser rígido em relação à estratégia e flexível em relação às táticas” as mudanças buscaram reorientar o padrão de desenvolvimento chinês e colocar o país no rumo das economias avançadas.

Desse conjunto de movimentações, para o qual estabelecemos um abreviado resumo nesta introdução, surgiu o socialismo chinês em sua configuração atual, conforme buscamos analisar no capítulo. O escopo, claramente, é compreender o socialismo chinês a partir de sua dinâmica histórica e demandas que moldaram o conjunto de suas decisões e ação política.

do capitalismo. Como relatado por Liu (2013), as ofensivas da ala radicalmente maoísta - que englobava militares, políticos, trabalhadores rurais e urbanos e estudantes – promoveu um grande banho de sangue; além de prisões, humilhações, agressões e fugas do país. O movimento, ao contrário de expurgos ocorridos em outras nações (como os ocorridos nos *Processos de Moscou* de 1936 a 1938), se caracterizou por apresentar uma maior *horizontalidade*, sendo conduzido em grande medida pela coletividade engajada em direcionar a China nos rumos de uma sociedade estruturada no comunismo. De forma um tanto irônica, a radicalidade descomunal do movimento e o praticamente inevitável desgaste político e socioeconômico que precipitou no país ao longo dos dez anos de sua duração serviu como transição para as reformas instituídas sob a liderança de Deng Xiaoping, ele mesmo vítima dos expurgos ocorridos, no final da década de 1960.

Lançando-nos em seu desenvolvimento histórico, podemos alargar o campo de apreensão de seu direcionamento hodierno tanto objetivo quanto subjetivo e na definição das táticas empregadas. Entendendo que as políticas formuladas pelo PCCh estão amplamente contextualizadas pelo enfrentamento das contradições materiais internas do país e do capital em sua fase imperialista. Circunstância histórica que teve na China uma das nações que sofreram as maiores perdas por causa das imposições das potências hegemônicas.

Assim, a primeira parte da Tese se fundamenta na tentativa de compreender o socialismo chinês a partir de sua historicidade, formulação, demandas e contradições. Entendendo que o socialismo é *par nature* um estágio de transição e que, conforme previamente expresso por Mao Tsé-Tung (1975) e atualizado pelo presidente Xi Jinping (2022)²³ a experiência chinesa tem no marxismo-leninismo um guia para a ação, mas não uma limitação objetiva. Em seu exercício, isso significa que a bússola teórica do marxismo-leninismo terá que ser constantemente adaptada ao contexto da realidade chinesa, suas manifestações culturais (como por exemplo a sua complexa relação histórica com o *confucionismo*²⁴ [em chinês: 儒]) e à composição de seus avanços. Desse modo, intencionamos apresentar o socialismo chinês para além de sua aparência, mas em sua dialética histórica, contradições intrínsecas e desafios. Tudo isso para fomentar nossa capacidade de compreender suas heterodoxas decisões políticas e atual estágio de desenvolvimento em suas conquistas, entraves concretos e impactos.

²³ Conforme relatório apresentado pelo presidente Xi Jinping na abertura do *19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China* (2022), o socialismo com características chinesas do século XXI é baseado, em seus princípios, não apenas na teoria orgânica marxista-Leninista, mas no pensamento de Mao Tsé-Tung, na Teoria de Deng Xiaoping, na *Teoria das Três Representações* (em chinês: 三个代表理论) - que engloba desenvolvimento econômico, desenvolvimento cultural e consenso político - e no Conceito Científico do Desenvolvimento. Para maiores detalhes: [Enfoque da China: Pensamento de Xi Jinping indica novo capítulo do Marxismo no século 21](#).

²⁴ Também conhecido como *ruísmo* e *classicismo ru*, o confucionismo é uma doutrina originária da China antiga que engloba religiosidade, filosofia e aspectos tradicionais da cultura chinesa num sistema de pensamento ou um modo de vida.

O Capítulo 03, intitulado *As bases materiais e políticas do desenvolvimento econômico chinês* aborda a expressão econômica das políticas encampadas pelo PCCh e seu significado dentro a *totalidade concreta*²⁵ da revolução. Mantendo a coerência metodológica empregada nos capítulos anteriores, apresentamos a questão do desenvolvimento econômico, sobretudo industrial, a partir de sua trajetória histórica e análise de suas demandas materiais; o que incluiu a necessidade de solvência de uma condição de atraso generalizada, a influência da planificação soviética, o oneroso plano maoísta de industrialização e a reconfiguração de sua base produtiva através do programa *Reforma e Abertura*²⁶ (em chinês: 改革开放), formulado sob a liderança de Deng Xiaoping, e a atual *Nova Economia de Projeto*²⁷.

²⁵ Por totalidade concreta, Marx e Engels (2005) compreenderam como o encontro dialético entre a generalidade, a particularidade e a singularidade do ser social. Como definido por Kosik (1976), a totalidade corresponderia a posição que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela sob a superfície e a casualidade dos fenômenos as conexões internas, necessárias. A totalidade, desse modo, é inerente ao materialismo histórico-dialético em que se partindo do abstrato se chega ao concreto ou da aparência para a essência. A noção de totalidade no campo analítico serve para demonstrar que embora composto por elementos contraditórios e em constante movimento, o todo é dotado de sentido e pode ser compreendido através de suas leis.

²⁶ Como veremos, o plano Reforma e Abertura é considerado o programa econômico mais importante da nação chinesa desde a sua refundação como República Popular da China, em 1949, e maior responsável pela retirada da economia do país do colapso em que se encontrava após as políticas econômicas maoístas e dos dez anos de Revolução Cultural; significando uma virada histórica para o gigante asiático. Como analisado em Wong (2008), o programa determinou pela criação das primeiras *Zonas Econômicas Especiais* (em chinês: 经济学与论文) em alguns municípios localizados nas províncias de Guangdong (Em chinês: 粤) e Fujian (em chinês: 福建) e a abertura de importantes cidades portuárias, com leis mais flexíveis em relação ao restante do país e voltadas para a atração de investimentos estrangeiros. As reformas buscaram impulsionar e modernizar a produção industrial do país e toda a sua infraestrutura. Com o passar dos anos, o programa foi se ampliando e outras cidades costeiras foram se abrindo aos investimentos estrangeiros e novas Zonas Econômicas Especiais foram estabelecidas em território chinês. A China atingiu rapidamente a partir da implantação do programa grandes índices de crescimento econômico (conforme está mais detalhado ao longo do capítulo) e desencadeou uma verdadeira revolução econômica no país enquanto os observadores dessa processualidade questionavam o modelo econômico e debatiam a respeito de sua autenticidade enquanto via de construção do socialismo.

²⁷ Baseando-nos nos estudos de Rangel (1987), mas também na interpretação de Jabbour et al (2020), compreendemos a Nova Economia de Projeto ou simplesmente *Economia de Projeto* como uma elaboração macroeconômica que tem a sua afirmação objetiva voltada à superação da dicotomia aparente entre o Estado e o capital privado na condução da vida econômica. Nessa seara econômica o centro da articulação produtiva são as necessidades ou demandas coletivas, cuja resolução passa pelo planejamento científico estatal junto a mediações ao capital privado, intersecções com as políticas de pleno emprego *keynesianas*, acumulação

As demandas socioeconômicas que a China atravessava nos anos iniciais da hegemonia política do PCCh se estabeleceram como resultado de uma complexa crise social que atravessou mais de um século e que se agravou enormemente em razão das invasões estrangeiras e seguidos conflitos militares estabelecidos dentro e fora de suas fronteiras. Uma situação que acarretou em enorme atraso econômico e social, com escassez de alimentos e com a maior parte da população chinesa imersa em condições de miséria²⁸. Nesse contexto, a indústria do país ocupava um diminuto espaço dentro de sua produção econômica, tornando a nação demasiadamente dependente do capital externo para ter acesso ao atendimento de suas necessidades mais prementes.

A China, na ocasião, era um país com pouca autonomia econômica e pouco desenvolvimento de suas forças produtivas; com baixa qualificação profissional, restrita escolaridade e analfabetismo atingindo a maioria absoluta de sua população e com expectativa de vida inferior à média mundial da época²⁹. Como pontuado por Carvalho (2013), a situação obrigou as lideranças chinesas a reconhecerem o imperativo do engendramento de profundas mudanças nas políticas públicas e no desenvolvimento econômico do país. Tudo planejado para que houvesse a elevação de suas bases materiais, sobretudo as de natureza industrial e infraestrutural, como meio para que se alcançasse uma sociedade pavimentada em bases sociais igualitárias e soberanas, tendo em vista a recuperação de sua integralidade territorial após um século de invasões estrangeiras.

primitiva socialista e um forte incremento à indústria e tecnologia formando um conjunto macroeconômico bastante heterodoxo em sua composição, mas que é conduzido em sua linha-mestra pela necessidade de resolução das demandas materiais historicamente instituídas em dada sociedade. Como veremos ao longo do Capítulo 02, essa formulação produtiva multifacetada explica grande parte do atual estágio do desenvolvimento econômico chinês.

²⁸ O percentual estimado de chineses vivendo em condições de extrema pobreza em 1950 é de impressionantes 88% de sua população. No mesmo período, a extrema pobreza atingia cerca de 40% da população mundial. Alguns pormenores a respeito desses índices podem ser conferidos a seguir: [Transição urbana e demográfica na trajetória chinesa da pobreza à prosperidade](#).

²⁹ A expectativa de vida na China em 1980 correspondia a cerca de 43,8 anos contra uma média mundial de 46,4 anos no mesmo período. Os índices de longevidade da época dados podem ser conferidos em: [Expectativa de vida na China 1950-2025 | MacroTendências](#).

Na circunstância, as principais lideranças chinesas almejavam acelerar o crescimento de sua incipiente indústria, profundamente avariada em decorrência das sucessivas guerras a que o país foi constrangido a lutar, dentro de planos voltados à sua recuperação e desenvolvimento. Nessa perspectiva, Mao Tsé-Tung coordenou os primeiros esforços em uma tentativa de espelhamento das políticas desenvolvimentistas soviéticas para depois tentar encontrar uma via própria no Grande Salto Adiante; que promoveu o crescimento numérico da produção industrial pesada ao mesmo tempo em que acarretou um custo humano desmesurado ao país.

O Grande Salto, como todo movimento econômico de grande envergadura, promoveu o deslocamento de um ponto de desequilíbrio para outro, criando precedentes para a superação do atraso infraestrutural do país, mas impulsionando outras contradições históricas que encontraram expressão em agudas tensões sociais. A fase mais radicalizada dos conflitos ocorreu na forma dos expurgos da Revolução Cultural, causando não apenas grandes ocorrências de violência em seu território como estagnação econômica que pôs em risco a perpetuação mesmo das conquistas revolucionárias obtidas a partir de 1949.

Deng Xiaoping conseguiu a sua proeminência política após o desgaste e perdas decorrentes da Revolução Cultural. Enfraquecido o grupo maoísta, Xiaoping e demais lideranças reformistas do PCCh viram diante de si a possibilidade de levar a China ao que Marcelino (2023) classificou como uma retirada parcial do movimento econômico da Grande Marcha, dando início a fase definida como *Socialismo de Mercado*³⁰. Em sua praticidade, isso derivou da avaliação do fracasso geral das políticas econômicas maoístas e de seu

³⁰ Amparando-nos em Bardhan (1993), compreendemos o Socialismo de Mercado como um sistema político e econômico radicalmente pragmático, de composição híbrida em sua gestão, que reúne elementos do planejamento socialista com princípios inerentes à livre-iniciativa do mercado capitalista. Esse modelo vem sendo adotado pela China e emergentes cada vez mais destacados como o Vietnã e Laos, obtendo grandes êxitos, mas também respondendo por pronunciadas contradições relacionadas à política, economia, trabalho e meio ambiente. O modelo vem deixando muitas inquietações sobre se de fato se afirmará como uma transição às fases mais avançadas do socialismo ou se acarretará no aprofundamento do modo de exploração do trabalho capitalista sustentado em uma planificação estatal moderada.

abandono em proveito de uma nova linha de desenvolvimento. Perante o déficit orçamentário e comercial, a elevada inflação e as condições gerais de pobreza a que a classe trabalhadora chinesa estava submetida decidiu-se por instituir um profundo reajuste na política econômica do país e uma abertura controlada ao capital internacional.

A maior flexibilização iniciada em 1977 através do conjunto de metas estabelecidas, conhecidas como *As Quatro Modernizações*³¹ (em chinês: 四个现代化), levou o debate sobre o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção na China a um outro estágio. Se a corrente maoísta buscou priorizar o desenvolvimento das relações de produção na tentativa de superação do modo de produção capitalista, nas reformas instituídas sob a liderança de Xiaoping se destacou o empenho em desenvolver e modernizar as forças produtivas do país para que as suas condições de subdesenvolvimento pudessem ser sobrepujadas.

Para isso, o Estado chinês procurou de diversas maneiras absorver o que o capitalismo internacional havia produzido de mais avançado para que a sua alegada transição ao comunismo ocorresse conjugada ao engendramento de uma sociedade moderadamente próspera, com elevação geral da qualidade de vida das famílias chinesas. Esse modelo, base do atual processo de desenvolvimento chinês, assumiu no pragmatismo econômico a forma de resolução das aspirações populares no país ou a realização do “sonho chinês” que como, matizado por Cunha (2022), propunha modernizar a nação chinesa em parâmetros inclusivos e harmoniosos. Como o autor pontuou, tratou-se de

³¹ Conforme exposto em Sperancete (2021), as Quatro Modernizações foi um conjunto de metas definidas, a princípio por Deng Xiaoping, mas logo adotadas como uma política oficial do PCCh visando desenvolver a indústria, a agricultura, a defesa e a ciência e tecnologia no país. O plano procurou por todos os métodos aumentar a produtividade na economia chinesa, incorporando, para isso, elementos pertinentes ao capitalismo moderno como competitividade entre diferentes setores, produtores e no meio da classe trabalhadora e o estabelecimento de remuneração diferenciada entre os profissionais. Em termos socioeconômicos, um dos pilares do plano era o estímulo para o crescimento da classe média chinesa e de uma sociedade moderadamente próspera em médio prazo, superando as condições generalizadas de pobreza que existiam e afetavam mais de 800 milhões de chineses.

um movimento que perseguiu de todos os modos a renovação ideológica e política da nação e a consolidação de sua unidade.

Internamente, o conjunto de mudanças se materializou em um plano de pacificação, desenvolvimento e inovação política, econômica, institucional e educacional que possibilitasse à China superar as suas contradições materiais. Internacionalmente o plano tem se efetivado sob o discurso de construção de um mundo politicamente e economicamente multipolar ou *pós-imperialista*. Perspectiva contra-hegemônica que tem impulsionado um complexo e pragmático conjunto de alianças que atendem à toda uma cadeia de interesses geopolíticos, mas também como forma de escapar de suas contradições internas manifestas no aumento da desigualdade social³², graves condições de exploração do trabalho³³ e esgotamento ambiental³⁴.

É na tentativa de compreender e apresentar esse complexo mosaico que forma a base do desenvolvimento econômico chinês que o capítulo foi elaborado; persistindo no esforço de assimilar melhor os mecanismos que

³² Segundo as avaliações de Medeiros; Morais (2009), junto à maior abertura econômica e absorção do modo de produção capitalista para o desenvolvimento de suas forças produtivas, houve também a ampliação das desigualdades próprias desse sistema produtivo na China. Ainda que o governo central tenha direcionado políticas voltadas à diminuição das desigualdades socioeconômicas no país, elas se fazem ainda muito presentes, atingindo regiões inteiras que seguem apresentando índices de pobreza e deficiências infraestruturais superiores às das regiões mais ricas e desenvolvidas do país.

³³ Historicamente um ponto sensível em sua realidade, as relações de trabalho na China têm apresentado uma evolução gradual tendo em perspectiva as suas tradições nas esferas da exploração do trabalho e em relação aos direitos trabalhistas em sua média internacional. Como podemos ver em Maciel; Moura (2014), a China passou por grandes transformações em sua estrutura econômica nos últimos 45 anos, saindo de uma economia em que as empresas estatais respondiam por 75% da produção industrial e de serviços para os cerca de 30% atuais. Com isso, houve grandes modificações em que mesmo usufruindo de melhorias na parte econômica e da qualidade de vida geral, o trabalhador comum ainda é submetido à uma elevada carga de trabalho e em condições muitas vezes abaixo do recomendável. A situação de 163 trabalhadores chineses resgatados pelo *Ministério Público do Trabalho* brasileiro em condições análogas à escravidão em Camaçari-BA enquanto prestavam serviço à uma montadora terceirizada sob contrato com a empresa chinesa BYD reflete bem as contradições que persistem no terreno da exploração da força de trabalho na economia chinesa.

³⁴ A substituição da matriz energética na China, ainda muito dependente do carvão mineral, tem sido um de seus maiores desafios na contemporaneidade. O país, embora tenha alcançado melhorias inegáveis na qualidade geral do ar, terminou o ano de 2024 como o décimo mais poluído do mundo e o município de Kashgar (em chinês: 喀什) ocupando a 37ª posição entre as 50 cidades mais poluídas do mundo. Segue o link com o ranking das cidades mais poluídas do mundo em 2024: [Cidades Mais Poluídas do Mundo 2024 | Ranking AQI](#) .

permitiram os avanços e contradições da industrialização chinesa e os efeitos projetados sobre a classe trabalhadora e meio ambiente. As categorias “trabalho” e “ecologia” são as que têm movimentado de forma mais contundente a política interna chinesa e exposto de forma mais nítida os limites e contradições do regime, seja através de inúmeras greves³⁵, seja em grandes protestos em defesa da salvaguarda ecológica³⁶. Turbulências sociais que, como procuramos demonstrar no capítulo, fazem da China o epicentro da luta de classes no mundo.

Dessa forma, o Capítulo 04, denominado *A questão ambiental na China: demandas, avanços e contradições* estabelece uma análise da problemática da degradação ambiental na China, considerando a sua evolução histórica, as políticas de proteção ambiental estabelecidas e o expansionismo produtivista que tem caracterizado a sua economia nas últimas décadas. Um conjunto de perspectivas ambivalentes que têm colocado o país como o maior poluidor do planeta e como a nação que tem produzido alguns dos mais impressionantes resultados no que diz respeito à recuperação do meio ambiente.

No capítulo, iremos abordar as circunstâncias que fizeram a questão ambiental ganhar em dado momento contornos absolutamente insustentáveis na China e como a agenda de recuperação da natureza elaborada pelo PCCh e a base social chinesa estão ajudando na resolução do problema. No entanto, como a crítica ecossocialista costuma pontuar, o processo de regeneração relativa que está sendo levado a cabo na China encontra seus limites e contradições perante o expansionismo econômico do país. Nesse contexto, as medidas de contenção da degradação ambiental e de recuperação da natureza se encontram

³⁵ Conforme consta no relatório publicado no *Boletim Trabalhista da China* (CLB, em inglês), que é uma organização independente do PCCh, houve um aumento significativo dos protestos e greves na China em 2023. Somente no primeiro semestre foram 741 casos, contra 830 em todo o ano passado. Pesquisadores apontam que podem chegar a 1,3 mil paralisações e greves até o fim do ano. O motivo é a desaceleração da economia, fechamento e realocação de fábricas, salários e condições de trabalho. A matéria em que constam as informações está no link a seguir: [Relatório aponta para aumento significativo dos protestos e greves na China em 2023](#).

³⁶ No ano de 2013, mais da metade dos incidentes públicos na China foram motivados pela insatisfação com a degradação do meio ambiente no país, conforme Chen Jinping, ex-chefe do *Comitê de Assuntos Políticos e Legislativos do Partido Comunista da China* (em chinês: 中国共产党政法委员会). Há entre 30 mil e 50 mil protestos anualmente no país, de acordo com Chen. Link da matéria: [Poluição é maior causa de protestos na China; situação é caótica em Pequim](#).

profundamente determinadas pelo produtivismo industrial e pela necessidade de garantia de existência de novos espaços voltados à acumulação de capital. Nessa perspectiva, as mediações que o programa socialista chinês assumiu em relação ao mercado capitalista como forma de desenvolver as suas forças produtivas têm produzido grandes efeitos, mas cobrado um preço elevado que tem recaído sobretudo sobre a classe trabalhadora e a natureza.

Os compromissos assumidos pelas autoridades chinesas em proveito da recuperação ambiental e redução da emissão de gases poluentes, os quais estão relacionados e analisados em seus principais resultados no capítulo, não tem surtido o efeito necessário até o momento, fazendo com que o planeta registre seguidos recordes de aquecimento em sua temperatura média³⁷. Outra questão exposta no capítulo: a exportação do parque infraestrutural chinês para os países emergentes ou dependentes economicamente tem contribuído para a melhoria das condições ambientais na China, mas produzido a degradação de ecossistemas e conflitos socioambientais nos países com que têm estabelecido parcerias.

A transferência de parte do setor produtivo chinês para outros territórios tem sido encarada factualmente como uma alternativa para atenuar a sua sobrecarga ambiental interna e para aumentar a sua influência econômica e geopolítica sobre os países periféricos ou emergentes no capitalismo internacional; especialmente os situados na África (Menezes, 2013), América Latina e Caribe (Milani, 2017). Como demonstrado por Zago (2015), esses países têm sido receptores de grandes investimentos por parte do capital chinês, notadamente em infraestrutura, como forma de superar sua própria defasagem tecnológica/industrial, aumentar sua exportação de matérias primas/produtos agrícolas e angariar recursos financeiros. Entretanto, essa solução termina por trazer consigo uma série de problemas relacionados ao uso de mão de obra,

³⁷ Apesar dos compromissos firmados para conter o aquecimento planetário e dos investimentos na produção de energia limpa, o ano de 2024 foi o primeiro a apresentar um aumento da temperatura média global acima do 1,5°C, o limite estabelecido pelo Acordo de Paris. Isso fez do ano o mais quente já registrado. As informações são do novo levantamento do observatório Copernicus, da União Europeia. Veja mais em [ONU confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, com cerca de 1,55°C acima dos níveis pré-industriais | As Nações Unidas no Brasil](#).

desalojamento de contingentes populacionais e destruição ambiental. Situação que os conflitos que vêm ocorrendo na Vila Cajueiro servem para exemplificar.

A luta de resistência que vem se desenrolando na Vila Cajueiro, a qual voltaremos à abordar no capítulo, é um reflexo claro das contradições objetivas que tem pontuado as políticas econômicas e ambientais chinesas e o modo como tentam conciliar o produtivismo da indústria pesada com grandes investimentos voltados para a reabilitação ambiental. O caso da Vila Cajueiro, embora ocupe um diminuto espaço comparado ao conjunto analisado na pesquisa, serve para ajudar-nos a dimensionar um pouco a contradição material que o modelo de desenvolvimento econômico e recuperação ambiental articulado pelo Estado e capital chinês vêm enfrentando.

A análise das contradições inerentes ao desenvolvimentismo chinês e seus efeitos sobre o meio ambiente e a classe trabalhadora levaram-nos ao seguinte contexto: 01. As contradições materiais manifestas foram produzidas tendo em vista a resolução das demandas históricas que foram amplamente analisadas nos capítulos 01, 02 e 03 da pesquisa. Demandas que corresponderam não apenas ao atraso material que possibilitou a subjugação de sua soberania pelas potências estrangeiras, mas deixou um legado de miséria generalizada no país. 02. O contexto político e econômico internacional que a China encontrou para desenvolver as suas forças produtivas continua pautado pela corrida imperialista que tem no capital norte-americano a sua maior expressão. Dessa forma, a construção de sua abordagem contra-hegemônica frente ao capital imperialista passa pela constante busca de autonomia e equiparação industrial/tecnológica/militar/comercial que tem sido alcançada somente através de grandes mediações junto ao modo de produção capitalista. 03. As mediações trazem consigo as contradições intrínsecas à acumulação capitalista em suas mais variadas formas, fases e variáveis dentre as quais destacamos a sobre-exploração da força de trabalho e a degradação ambiental.

O quadro que elaboramos serviu para introduzir em sua complexidade o problema histórico que reside sobre o programa desenvolvimentista chinês e as demandas a que se propôs resolver. Nesse cenário, surgiu um sistema híbrido

ou de transição em que a produtividade capitalista coexiste em larga escala com um sistema de governo assentado em bases socialistas, que gerencia a distribuição estratégica dos recursos no que podemos definir como economia de projeto. Todavia, ainda que tenham atingido grandes avanços econômicos, sociais e na parte da recuperação ambiental, a perpetuação e agravamento das contradições expostas atestam que, assim como no capitalismo, o socialismo de mercado também não possui capacidade de dar uma solução definitiva aos problemas relacionados à exploração da força trabalho, desigualdades e esgotamento da natureza.

Sendo assim, a perspectiva que chegamos é que a superação das contradições apresentadas na atual fase do desenvolvimento econômico chinês ocorrerá somente após a ultrapassagem do atual patamar conhecido como socialismo de mercado. Algo que, hipoteticamente, ocorrerá tendo como parâmetro o declínio do atual estágio imperialista do capitalismo em proveito do mundo multipolar que vem sendo anunciado pelas autoridades chinesas. Essa fase, que anunciamos como pós-imperialista, é a que possivelmente deverá oferecer condições para a superação das atuais mediações deferidas junto ao modo de produção capitalista e para o surgimento de uma nova racionalização da produção econômica e reprodução social; onde possam vicejar novas bases de usufruto da força de trabalho e um maior equilíbrio em relação às forças da natureza.

A Tese que formulamos, embora voltada à elaboração de perspectivas e demonstração das condições materiais que impossibilitam a resolução definitiva das contradições provenientes do socialismo chinês - notadamente as materializadas na exploração da força de trabalho e do meio ambiente - foi planejada para ser uma introdução ampliada sobre as questões que aborda; funcionando como um ponto de partida para novas pesquisas que realizaremos. O cenário que temos diante de nós, com a escalada da concorrência internacional e o agravamento das tensões econômicas, militares, sociais e ambientais é dos mais ricos para a pesquisa, embora nunca desejado como expressão concreta da realidade. O fato é que os conflitos

contemporâneos requisitam grandes esforços intelectuais para que se amplie a sua compreensão na dinâmica de sua totalidade e para que se estabeleça debates que consigam levar-nos a outros patamares de apreensão dos problemas na forma e volume com que estão se apresentando. Uma pequena contribuição que intencionamos ofertar com o desenvolvimento desta pesquisa.

1. O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA

PARTE I – DEMANDAS HISTÓRICAS

“Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente”

Karl Marx; Friedrich Engels, A Ideologia Alemã, 2007

Figura 1: Representação ilustrativa da partilha da China entre as potências capitalistas estrangeiras no século XIX.



Fonte: diariodasnacoes.files.wordpress.com/hdg.de (2016).

O pujante crescimento econômico que a China vem apresentando nas últimas décadas que a elevou à posição de superpotência global no século XXI fez surgir muitas questões a respeito da natureza e significações de seu regime político, econômico e social. Situação que tem provocado intensos debates a

respeito do seu arcabouço político e seus possíveis destinos; considerando a política interna do gigante asiático e sua inserção na política internacional.

Como apresentado por Jabbour (2021), as bases do crescimento econômico chinês levaram o país a um dos mais formidáveis processos de superação do atraso e da miséria já presenciados pela história moderna. Em poucas décadas, contadas ao longo dos anos 1970 até o presente momento, o país asiático atingiu uma média de crescimento anual do PIB de aproximadamente 9,5%, com elevação de sua renda *per capita* de US\$ 250,00, em 1980, para US\$ 5.067,72, em 2022 (CNY 36.887,80). Conforme matéria publicada em ceicdata.com (2021), a China possui uma relação equacionada entre o investimento e seu PIB na ordem de 43,289% (com o pico de 47,029% atingido em 2011). Fora isso, conforme publicação de *Trading Economics* (2025)³⁸, as reservas cambiais do país atingiram a grandeza de US\$ 3,22 trilhões, apresentando boa recuperação após o auge da pandemia de covid-19 que assolou o mundo a partir de 2020.

Conforme o relatório *Quatro Décadas de Redução da Pobreza na China* (2021)³⁹, divulgado de forma simultânea pelo Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho de Estado da China, Ministério de Finanças da China e Banco Mundial, o país, outrora agrário e atrasado, conseguiu superar a extrema-pobreza; contribuindo com 75% da redução mundial desse índice. Considerada em números brutos, tamanha redução compreende uma estimativa que contempla cerca de 800 milhões de pessoas em um período de 40 anos de sua história (1980-2020), num salto qualitativo e quantitativo sem paralelos.

Como sustentado por Pautasso; Maia (2021), a superação da extrema-pobreza foi obtida graças ao investimento em larga escala na transformação econômica de base ampla (compreendida em diversas frentes) e em políticas públicas de enfrentamento à pobreza de longo prazo que consideravam as grandes diferenças regionais e econômicas do país.

³⁸ Link da matéria: [China - Reservas Internacionais | 1980-2025 Dados | 2026-2027 Previsão](#).

³⁹ Matéria disponível em: [China tira 800 milhões de pessoas da pobreza em 40 anos, respondendo por 75% da redução global da pobreza - Ibrachina](#).

A China dividida e agrária que precedeu a revolução comunista conseguiu, em poucas décadas, se tornar uma potência industrial/tecnológica em escala mundial. O país, governado pelo Partido Comunista desde 1949, tem avançado significativamente também em seu poderio bélico. De acordo com a avaliação disponibilizada pelo site *globalfirepower.com* (2023)⁴⁰, a China conquistou a pontuação *Power Index* ou *PwrIndx*⁴¹ de 0,0722 (em uma pontuação em que 0,0000 é considerado o seu nível máximo) e com um investimento anual estipulado em U\$\$ 200 bilhões; o que a coloca como a terceira maior potência militar global da atualidade e avançando em passos largos para a superação da Rússia, cujo índice *PwrIndx* está estimado em 0,0714 e se colocando em concorrência direta com os EUA (0,0712).

O notável desenvolvimento das forças produtivas chinesas tem levado muitos na comunidade internacional a levantar hipóteses e questionamentos diversos e recorrentes sobre o modelo de desenvolvimento implementado na China ao longo das últimas décadas e suas projeções para o futuro. Uma perspectiva coerente diante das formulações de socialismo construídas ao longo dos últimos dois séculos? Herdeiros do marxismo-leninismo? Capitalismo de Estado? Novo imperialismo? Ou conforme apontado por Pinheiro-Machado, consiste numa *adaptabilidade aos novos tempos e paradigmas e sua capacidade de renovação, entrelaçando o tradicional e o moderno em um desenvolvimento com características próprias?* (2018, p. 125).

Essas são algumas das questões que têm nortead o debate a respeito do regime político adotado na China, seu modo de produção dominante e suas relações com o mundo contemporâneo. Conforme poderemos perceber no decorrer da análise, o socialismo chinês, apesar de ter conseguido despertar generosa atenção em uma parcela dos intelectuais hodiernos dedicados aos estudos relacionados à política internacional, não inaugurou, exatamente, um

⁴⁰ Matéria disponível em: [Estudo revela quais são as forças armadas mais poderosas em 2023: sabe que lugar ocupa Portugal no ranking da 'Global Firepower'? – Executive Digest \(sapo.pt\)](#).

⁴¹ O índice *PwrIndx* avalia cada nação segundo critérios que consideram valores individuais e coletivos através de uma fórmula interna desenvolvida para gerar a sua pontuação. Alguns valores são estimados quando os índices oficiais não estão disponibilizados.

novo campo teórico no marxismo-leninismo.

Embora tenha mobilizado pensadores diversos na busca de sua apreensão, o modelo chinês de socialismo diz respeito, essencialmente, à assimilação do socialismo científico, como *filosofia da práxis*⁴², pelo povo chinês e sua experiência histórica com o regime construído sob a liderança do PCCh a partir da primeira metade do século XX. Algo que no entendimento de Po-ta (2018) pode ser compreendido dentro das esferas de particularidades que deram forma e significação à Revolução Chinesa; considerando o contexto de sua construção e a constituição histórica de longa duração do povo chinês.

Assim, o foco nesta parte da pesquisa, dividida em dois capítulos, está voltado para a busca de compreensão histórica das condições estruturais que moldaram e determinaram o engendramento do socialismo chinês, a sua operacionalidade política e sua importância para a reconstrução interna da China e para a elevação de sua liderança junto às potências econômicas mundiais.

Na primeira parte, desenvolvendo uma análise historicizada que se fará presente ao longo de toda a pesquisa, iremos adentrar um pouco na crise generalizada que afligiu a China a partir do segundo terço do século XIX. Como poderemos averiguar, a crise foi desencadeada pelas incursões imperialistas perpetradas pelas nações estrangeiras contra o seu território e a consequente perda de soberania que veio a seguir. A falência material e política que se impuseram serviram como combustível para que as estruturas do mando absolutista da Dinastia Qing desmoronassem e para que as revoluções que estavam sendo construídas nas bases da sociedade chinesa pudessem ter o seu ascenso.

As lutas revolucionárias que tomaram de assalto o território chinês no início do século XX se instituíram, primeiramente, em uma frente, cujo movimento hegemônico ocorreu em um plano nacionalista, republicano e democrático. Dessa frente, surgiram novas perspectivas, fricções e contradições

⁴² Para uma maior compreensão da dimensão que a práxis ou a transformação material da realidade ocupa dentro da teoria marxista, sugerimos a leitura de *Filosofia da práxis* de Adolfo Sanchez Vásquez (1980); obra destacada dentro dos estudos brasileiros a respeito do pensamento de Karl Marx.

que resultaram tanto na fundação do Partido Nacionalista, *Kuomintang*, em 1919, quanto do *PCCh - Partido Comunista da China* em 1921. Como veremos, o PCCh foi o responsável, especialmente a partir da década de 1950, por conduzir o país à uma nova etapa de sua construção revolucionária e o libertar em definitivo do jugo imperialista a qual estava submetido. Mais que isso, sob a liderança do PCCh, a China pôde instituir uma nova dinâmica em suas forças políticas, produtivas e nas relações de produção que permitiram o surgimento de novas formas de propriedades no país e o colocar em posição de grande destaque na geopolítica internacional.

Dessa forma, o exercício de análise e investigação histórica desenvolvido ao longo dos primeiros dois capítulos tem como objetivo estimular a compreensão sobre as condições materiais e imateriais que precederam e edificaram o socialismo chinês pelo PCCh e como foram determinantes para as abordagens, sobretudo políticas, que foram sendo instituídas.

1.1. Incursões imperialistas, perda de soberania e crise do Império Chinês

Outrora um grande império, a China adentrou no século XX sendo considerado “o homem doente da Ásia Oriental”⁴³. Uma nação acometida por forte convulsão social estruturada pela crise econômica, social, territorial e de

⁴³ Em 2020 ocorreu um incidente que envolveu o *The Wall Street Journal* e autoridades chinesas por causa do uso da expressão “o homem doente da Ásia” em uma matéria divulgada naquele ano. No artigo em questão, publicado no dia 03 de fevereiro de 2020 e escrito pelo colunista especializado em política internacional Walter Russell Mead sob o título “China is the real Sick man of Asia”, se levantou supostas fragilidades relacionadas tanto à economia quanto à saúde pública às quais a sociedade chinesa estaria submetida e que poderiam sair do controle graças à pandemia que assolou o mundo a partir daquele ano. A expressão causou revolta na China e teve, entre os resultados, a expulsão de três colaboradores do periódico (um australiano e dois norte-americanos) sob a acusação de “promoverem racismo contra o povo chinês”. Independente desse acontecimento, como podemos perceber em Yau (2020) a expressão em questão possui uma origem antiga e remete a acontecimentos desencadeados ainda no século XIX; quando a China se viu derrotada na Primeira Guerra Sino-Japonesa. Segundo Yau (2020), o termo foi cunhado pelo estudioso chinês Yan Fu em 1895 para se referir aos oficiais chineses e sua vulnerabilidade diante das tropas japonesas e a toda estrutura de poder da cambaleante Dinastia Qing em seus últimos anos no governo da China. Na ocasião, a expressão adquiriu forte adesão popular; o que refletia a impopularidade dos governantes e o descontentamento geral com a situação de repetidas derrotas militares e de atraso econômico que o país atravessava.

poder ocasionadas em grande proporção por derrotas no plano militar e pela subsequente subordinação de sua soberania às potências estrangeiras atuantes dentro de seu território.

O “Século das humilhações”⁴⁴ (em chinês: 百年耻辱) se encontrava em pleno curso, impondo à sociedade chinesa o desafio de grande magnitude de modernizar seu Estado nacional, de redefinir suas formas históricas de propriedade e forças produtivas e de reverter o processo de colonização de seu território pelas potências imperialistas atuantes na América, Ásia e Europa. Grandes unidades do país estavam entregues diretamente às autoridades estrangeiras como resultado de fracassos militares exemplificados nas duas Guerras do Ópio, *Guerra Sino-Francesa* (1884-1885), *Primeira Guerra Sino-Japonesa* (1894-1895) e dos chamados Tratados Desiguais impostos pelas nações vencedoras (Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Império Austro-Húngaro, Itália, Estados Unidos e Japão). Adversidades que comprometeram gravemente sua autonomia econômica, política e territorial. Mas como isso começou?

De acordo com as análises de Beeching (1975), a *Primeira Guerra do Ópio* (1839-1842) foi um momento de clivagem na história do Império Chinês e um acontecimento categórico para que ocorressem profundas mudanças nos caminhos do país pelas décadas seguintes. A guerra terminou por precipitar o fim do reinado político no país da minoria manchu (em chinês: 满族) - materializado no mando da Dinastia Qing - e a transição para a China moderna e sua construção revolucionária.

⁴⁴ O denominado “século das humilhações” é uma forma com que passou a ser conhecido determinado período da história da China em que, derrotada no plano militar (primeiramente, pela Grã-Bretanha na primeira guerra do ópio, seguido por fracassos perante outras potências imperialistas como Japão e França), o país passou a experimentar perdas territoriais, de sua autonomia interna em função do intervencionismo estrangeiro e uma forte crise de poder que culminou no fim do reinado da Dinastia Qing, em 1912. Amparando-nos em Zhou (2021) e Jabbour et al (2021b), podemos admitir que existe consenso no reconhecimento do primeiro dos chamados “Tratados Desiguais” (assinando em Nanquim, em 1842) onde o governo chinês oficializou a sua derrota e capitulação diante dos ingleses, como o início desse período. O fim dessa era corresponde ao final da II Guerra Mundial, em 1945; quando o invasor japonês foi definitivamente derrotado e se preparou terreno para a Revolução Chinesa.

Fruto da disposição expansionista do capitalismo europeu, ávido por novos mercados após o fim das *Guerras Napoleônicas* (1803-1815)⁴⁵, a contenda esteve relacionada às investidas neocoloniais da Grã-Bretanha sobre o Extremo Oriente, principalmente contra a Índia, Birmânia, Bangladesh e a China. Então potência hegemônica no capitalismo mundial, a Grã-Bretanha enxergava no Oriente a resposta para a sua crescente demanda por matérias primas, mão de obra de baixo custo, mercado consumidor para suas manufaturas e espaço para disseminação ideológica e paradigmas civilizacionais. Conjuntura que não escapou das observações de Esquivel:

Durante el siglo XIX, Gran Bretaña se construyó como una especie de “Estado nacional imperial”, constituido por ingleses, escoceses, galeses y norirlandeses. Con el éxito de la revolución industrial y la consecuente expansión ultramarina, el (varón) británico se concibió como “ese elegido” por la providencia para mejorar al mundo. Esta especie de consciencia mesiánica protestante, le llevó a desarrollar representaciones de superioridad étnica y fenotípica sobre todos los otros, “necesitados” de su disciplina, civilización y liberación de sus supersticiones religiosas. De esta manera, el *modus operandi* de Gran Bretaña hacia el resto del mundo, se definió por su *civilizing mission*. Esto, a la vez que la creciente comunidad anglosajona alrededor del mundo, se caracterizó por una coherencia cultural, homogenizada por la lengua, la religión y los estilos de vida (vestimenta, arquitectura, hábitos, ocio, asociacionismo, sociabilidades, etcétera) (Esquivel, 2018, p. 96).

Pontuando que isso ocorreu dentro de uma dinâmica acelerada de concentração de capital que, graças as ações imperialistas e neocoloniais das potências capitalistas centrais, subtraiu crescentemente a participação dos países situados fora do eixo Europa-Estados Unidos do PIB mundial. Como demonstrado por Davis (2002), em 1850 o PIB mundial estava concentrado em cerca de 65% no que se convencionou classificar como “economias de terceiro mundo”, caindo para 1/3 dessa proporção em 1960.

⁴⁵ Motivada por disputas intra-imperialistas que ocorriam na Europa, as chamadas Guerras Napoleônicas, tiveram grande impacto no cenário geopolítico da Europa; com destaque para a dissolução do Sacro-Império Germânico-Romano. A guerra, compreendida em sua totalidade, ajudou a elevar os sentimentos nacionalistas que colaboraram, entre outras coisas, para o processo de unificação da Itália e da Alemanha e para inaugurar uma nova etapa dentro do desenvolvimento expansionista do capital europeu. Conforme pontuado por Lenin (1962b), as Guerras Napoleônicas terminaram por impulsionar a indústria bélica, sobretudo britânica, destacando a naval, e por redefinir a própria cultura intelectual de guerra das nações envolvidas, ampliando em grande escala os investimentos na indústria da guerra e mobilizando diversos setores da sociedade.

Foi uma situação que fez o Império Britânico entrar em grande divergência em relação à política protecionista levada a cabo pelo governo chinês e sua recusa em abrir seu mercado interno para os estrangeiros, com a exceção única do porto de Cantão⁴⁶, na província de Guangzhou. Assim, havia por parte dos ingleses o intuito de reverter o déficit comercial que se estabeleceu até o início da década de 1830 com a China; país de economia predominantemente agrária de que comprava porcelana, chá e seda, mas sem a correspondência mercadológica que desejava para as suas mercadorias. A tensão comercial entre os dois países está reproduzida com bastante clareza por Spence (1996) conforme podemos ver abaixo:

Tensions on both sides increased after the 1770s as British traders in particular, worried by the trade deficits that forced them to offer hundreds of thousands of pounds' worth of silver bullion each year in exchange for Chinese silks, porcelains, and teas, began to ship opium grown in India to southern Chinese ports and to exchange it there for Chinese manufactures and produce. The stakes became higher each year as the passion for tea drinking grew in both Britain and America: by 1800, the East India Company was buying over 23 million pounds of China tea at a cost of £3.6 million. (From 1784 onward, merchants in the newly independent United States, free now to trade where they chose, began to send their ships to the lucrative China tea market directly; but they too were subjected to the restrictions that bound Europeans) (Spence, 1996, p. 121, 122)

A grande exceção dentre o comércio britânico foi o ópio produzido na Índia e no Império Otomano e traficado pelos ingleses e norte-americanos para o território chinês. Extraído da papoula, o ópio é uma substância que causa forte dependência e que passou a ser introduzida na China em escala sempre ascendente ao longo do século XIX; saindo conforme detalhado por Marx; Engels (1974), de cerca de 67 toneladas em 1821 para 450 toneladas em 1835.

Tal situação, conforme assegurado por Inglis (2018), cobrou um preço alto da sociedade chinesa e veio somar-se à problemas internos sérios como a

⁴⁶ Cantão ou Guangzhou (também conhecida como Kwangchow. Em chinês tradicional: 廣州) é uma cidade com mais de 2200 anos de tradição, cujo porto é um dos mais importantes da China e participou intensamente da frente marítima da chamada Rota da Seda; sendo parte importante na integração regional do Oriente na Antiguidade. Cenários de muitos episódios na história da China, o porto da cidade sofreu o primeiro de uma série de restrições ao comércio estrangeiro durante a Dinastia Ming (1368-1644), passando a funcionar, posteriormente como porto único nesse ramo de atividades, atuando sob um controle estatal.

defasagem de suas técnicas produtivas em relação ao maquinário europeu, o aumento populacional vigoroso que o império experimentou nos anos de paz, intempéries climáticas e a escassez de alimentos que acometeu o país.

De acordo com Lovell (2011), o comércio de ópio, a despeito da existência de um Decreto Imperial de 1800 que o proibia em território chinês e do endurecimento do combate ao tráfico no reino desde a década de 1820, chegou a representar a metade das exportações inglesas para o país na década de 1830. Esse volume de entorpecentes e seu consumo descontrolado comprometeu sensivelmente a já complexa estabilidade social do país, debilitando seu sistema produtivo, impulsionando a evasão de divisas para o estrangeiro, propiciando o aumento da corrupção estatal e reduzindo a sua capacidade militar. A disseminação do consumo de ópio significou uma ameaça sem precedentes à existência da milenar sociedade chinesa e forçou suas autoridades a agirem para evitar o pior, a começar pelos já notados efeitos sobre a sua economia. Ameaça, cujo significado pode ser compreendido no enxerto abaixo:

The threat posed by opium to political stability was intensified by the government's financial worries. By the early decades of the nineteenth century – also years of rising opium, consumption – the empire seemed to be running out of silver, crucial to the smooth running of the economy because it was the currency in which taxes and the army were paid. If the silver became scarce and therefore more expensive, relative to the Copper currency used for small everyday transactions, the tax-paying populace were left squeezed and resentful (Lovell, 2011, p. 70).

Dessa forma, em 19 de março de 1839, o Imperador Daoguang (1782-1850), no usufruto de suas atribuições, estabeleceu um novo decreto proibindo o comércio da droga e exortando seus súditos a abandonarem o seu consumo. Junto a isso, em resposta a tumultos causados por ingleses em Cantão, que resultou em pelo menos um assassinato de um súdito chinês, o comissário imperial ordenou a prisão dos envolvidos, a expulsão dos ingleses da cidade e o confisco e queima do entorpecente dos armazéns estrangeiros responsáveis pelo seu fornecimento. Na ocasião, conforme consta em Collins (2002), foi feita a apreensão e destruição de mais de 20 mil caixas de ópio dos ingleses.

O que poderia ser encarado como um ato de autodefesa e soberania do povo chinês serviu para que a Grã-Bretanha, sob pretexto de cobrança de reparos indenizatórios, declarasse guerra ao país e iniciasse uma incursão que traria sérias mudanças no cenário geopolítico internacional nas décadas seguintes. A partir das ordens do então chanceler inglês, Henry John Temple, o 3º Visconde Palmerston (1784-1865), uma frota de 16 modernos navios de guerra britânicos feitos de aço, armados com canhões e movidos a vapor rumaram para o Extremo Oriente para enfrentar os obsoletos juncos chineses, dando início à uma guerra, cujo desenrolar foi determinado pela enorme discrepância entre as forças beligerantes.

Devemos frisar que dentro dos não raras vezes tortuosos códigos morais cultivados pelos europeus, os quais os povos originários escravizados das Américas e da África já conheciam muito bem, não seria muito lisonjeiro atribuir ao tráfico de ópio a centralidade de suas justificativas para a declaração de guerra contra a China. Nessa configuração, os motivos alegados para a incursão armada, conforme podemos apreender nas transcrições dos discursos do chanceler britânico Lord Palmerston na Câmara dos Comuns do Reino Unido⁴⁷, se deveriam aos supostos excessos do Estado chinês na punição dos súditos ingleses pelos crimes que estavam sendo acusados de terem cometido em Cantão; fazendo com que, rapidamente, um imbróglio diplomático evoluísse para uma unilateral declaração de guerra.

Segundo Marx; Engels (1974) expuseram, as forças britânicas encontraram uma corte chinesa inicialmente pouco ciente da extensão do poderio militar dos europeus e um país precário em sua integração regional diante da necessidade de enfrentamento da ameaça que pairava sobre si. Enquanto na região sul da China, havia um fervor nacionalista que alimentava

⁴⁷ Karl Marx cobriu jornalisticamente e submeteu a uma ácida crítica os discursos realizados na Câmara dos Comuns, assim como todas as justificativas emitidas no parlamento inglês para a sua incursão militar contra o Império Chinês. O intelectual dedicou robusta produção jornalística sobre as Guerras do Ópio e demais investidas coloniais europeias contra o Oriente. A maior parte da produção de Marx sobre o tema se deu a serviço do *New-York Daily Tribune*, periódico norte-americano para o qual trabalhou de 1852 a 1862. Muitos desses artigos estão reunidos em diversas publicações como *Sobre a China* (2016), *Sobre el colonialismo* (1974) e *Dispatches for the New York Tribune: selected journalism of Karl Marx* (2007).

seu ímpeto na luta contra as nações invasoras, na região norte vigorava maior receptividade aos estrangeiros e suas expedições mercantis. A isso, seguiu-se uma contundente vitória dos ingleses na batalha travada contra o império oriental. Uma guerra que, embora declarada de forma unilateral pelos britânicos, encontrou anuência em seus vizinhos europeus que *impasibles, han asistido a la Primera Guerra China — pese a su pretexto infame — porque les abría la perspectiva de una apertura del mercado chino* (Marx; Engels, 1974, p. 33).

Após intensos ataques da esquadra britânica sobre Nanquim (em chinês: 印度墨水), o cerco da província de Guangzhou (Cantão) e conquista do porto de Zhenjiang⁴⁸ (em chinês: 镇江), a derrota do Império Chinês foi reconhecida em 29 de agosto de 1842 com a assinatura do *Tratado de Nanquim* (também conhecido como Tratado de Nanjing). Assinado em 23 de agosto de 1842, foi desinente de uma rápida negociação concluída em 29 de agosto de 1842 por meio dos cônsules Yi Libu, Qi Ying e Harry Pottinger em que prevaleceram condições extremamente desiguais entre o Império Britânico e a derrotada China. E quais os resultados concretos da negociação?

A capitulação do Império Chinês perante os britânicos solapou de forma assaz sua soberania nacional e forçou suas autoridades a aceitarem, ainda que empreendessem esforços na negociação, os termos impostos pela nação invasora. O tratado ratificou a predisposição expansionista do capital comercial britânico sobre o Extremo Oriente e consolidou sua posição hegemônica diante do capitalismo internacional oitocentista. Para o Império Chinês, no entanto, a derrota resultou em uma crise sem precedentes que colocou em xeque a sua estrutura social milenar e que veio a se somar à uma série de crises e humilhações instituídas ao longo das décadas seguinte. Situação bem descrita nas palavras de Jianlang:

By the late Qing Dynasty era, Western powers had gained considerable control in China. Their many privileges commonly included extraterritoriality, control over tariff rates, concessions, spheres of

⁴⁸ Porto localizado na cidade de Zhenjiang, província de Jiangsu. Banhada pelo rio Yangtze, estabelece importante traslado interno para o país, especialmente para as províncias de Xangai (em chinês: 上海), Anhui, Chequião e Jiangsu. É um dos portos chineses mais importantes.

influence, coastal and river navigation rights, rights of garrison, and unilateral most-favored-nation treatment. In addition to these treaty-based privileges, there were those that had not been granted by the treaties, and those that were extended far beyond the original treaty stipulations. Their many privileges commonly included extraterritoriality, control over tariff rates, concessions, spheres of influence, coastal and river navigation rights, rights of garrison, and unilateral most-favored-nation treatment. In addition to these treaty-based privileges, there were those that had not been granted by the treaties, and those that were extended far beyond the original treaty stipulations (Jianlang, 2016, p.02).

Através do tratado se encerrou oficialmente a I Guerra do Ópio com graves imposições à nação derrotada; devidamente contabilizadas nos treze artigos do acordo. As perdas incluíram a concessão de cinco importantes cidades portuárias (Cantão, Fuzhou, Xiamen, Ningbo e Xangai) - que passaram a funcionar como enclaves comerciais britânicos -, tarifa aduaneira fixa, extinção de sua firma comercial voltada ao comércio com as nações estrangeiras, pesadas multas a título de indenização à nação vencedora, cujo valor somado foi estipulado em cerca de U\$\$ 30 milhões e a renúncia de Hong Kong⁴⁹; (em chinês: 香港) incorporada como possessão colonial pelo Estado britânico por tempo indeterminado.

De forma complementar ao Tratado de Nanquim, foi estabelecido um segundo acordo entre a China e o Reino da Grã-Bretanha e Irlanda em outubro de 1843. O ajuste, reconhecido como o *Tratado de Bogue* ou *Tratado do Rio Bug* (em chinês: 博格条约), foi assinado no estreito do delta que leva ao Rio das Pérolas (em chinês: 珠江), perto de Humen (em chinês: 虎门), na província de Guangdong e estabelece alguns pontos não contemplados no tratado anterior. Entre os pontos definidos está um maior detalhamento da regulamentação das relações mercantis sino-britânicas e questões referentes à moradia dos súditos britânicos nas cinco cidades portuárias que passaram a funcionar como enclaves comerciais após o Tratado de Nanquim. O acordo também conferiu privilégios

⁴⁹ Junto com Macau, Hong Kong constitui atualmente uma das duas Regiões Administrativas Especiais (RAE) da China; divisão administrativa a qual deve exercer até 2047, ano estipulado para que seja reincorporada completamente ao Estado chinês. A região ficou sob possessão britânica de 1842, como resultado do Tratado de Nanquim, até 1997 (enquanto Macau foi reincorporada em 1999); ano em que se iniciou a sua transferência para o controle chinês dentro de um processo de transição que terá 50 anos de duração.

extraterritoriais aos britânicos e o status de Nação Mais Favorecida, passando o país europeu a gozar de amplas vantagens em relação a qualquer nação perante o mercado chinês. Mas isso foi tudo?

Episódio especial dentro das incursões imperialistas no continente asiático, os tratados, em conjunto, determinaram o início do progressivo dismantelo do protecionismo comercial e do sistema tributário sinocêntrico, forçando, conforme presente na análise de Silva (2008), sua abertura subordinada ao capitalismo internacional. Algo que iria se acentuar bastante pelos próximos anos.

À medida que novos tratados foram impostos em decorrência da cobiça estrangeira e dos sucessivos fracassos militares do Império Chinês, novas camadas de opressões foram se estabelecendo sobre sua sociedade, precipitando uma gradativa perda de autonomia e elevação da crise social no país asiático. O *Tratado de Tien-Tsin* (em chinês: 《天津条约》), resultante de nova capitulação militar chinesa, agora na denominada II Guerra do Ópio (1856-1860), abrangeu as imposições estrangeiras contra o Estado chinês, ampliando as já duras condições infligidas pelos tratados de Nanquim e Bogue. Condições que, como exposto na análise de Fairbanks (1953), refletiam, em essência, diferentes racionalidades, condições materiais profundamente desiguais e divergentes perspectivas econômicas existentes entre os Estados capitalistas ocidentais e a agrária e derrotada China:

This survey of the famous Anglo-Chinese conflict of the period 1839-42 suggests that the Chinese officials were far removed, in their thinking, from the economic realities which they faced, whereas the representatives of Britain's economic expansion, particularly the pioneer opium merchants, knew clearly what they wanted and how to get it (Fairbanks, 1953, p. 95).

O conflito foi iniciado em 1856 sob pretexto de retaliação de uma abordagem e revista conduzida pelas autoridades portuárias chinesas ao navio *Arrow*, de bandeira britânica, no porto de Cantão, sob suspeita de estar transportando carga ilegal, piratas e traficantes chineses procurados pela polícia. As representações britânicas, após o protesto do capitão da embarcação ao cônsul britânico, alegaram que o ato estava em descumprimento aos termos

reunidos nos dois tratados firmados em 1842 e 1843 e exigiram retratação das autoridades chinesas e restituições para cobrir os prejuízos. Tal incidente terminou por agravar as já delicadas relações diplomáticas entre os dois países e ensejaria a segunda série de ofensivas militares contra os chineses naquilo que Marx conceituou como *a mais iníqua [injusta] das guerras* (2016, p. 78).

A indignação do revolucionário alemão não ocorreu sem motivos. Por trás do alegado descumprimento dos termos dos tratados assinados, existia a determinação expansionista do capital europeu sobre o Extremo-Oriente e a finalidade de abrir e controlar novas praças comerciais dentro do país asiático. Isso num cenário que, nos anos seguintes ao Tratado de Nanquim, contrariou alguns prognósticos e concretizou uma relativa estagnação das importações chinesas das manufaturas britânicas. Situação que encontra maior detalhamento em Machado (2020) tendo como parâmetro à cobertura jornalística perpetrada por Karl Marx dessas relações:

Nesse sentido [...] entre “1854 e 1857, as exportações de manufaturas britânicas para a China não atingiram mais de 1,250 milhão de libras esterlinas, um montante frequentemente atingido em anos anteriores à primeira guerra com a China”, isto é, a primeira guerra do ópio terminada em 1842 [...] Conforme nos é demonstrado com dados detalhados expostos em vários artigos, o “fenômeno particular do mercado chinês reside no fato de que, desde a sua abertura pelo tratado de 1842, a exportação do chá e da seda de produção chinesa para Grã-Bretanha se ter expandido continuamente”, por outro lado, “o comércio de exportação para a China das manufaturas inglesas se mantinha no conjunto estacionário” (Machado, 2020, 68).

Seguindo as observações de Fay, para quem *this treaty* (**Nota:** Tratado de Nanquim) *which at best left the opening of China half effected* (1997, p. 394), iteramos que, de forma isolada, o Estado chinês tentou impor alguma resistência aos avanços beligerantes já não apenas da Grã-Bretanha, mas também de seus aliados; ambiciosos que estavam pelos lucros resultantes da empreitada. Aliados que, em cujas histórias, tiveram pouquíssimos momentos de solidariedade mútua, mas que se uniram circunstancialmente para arruinar o que ainda restava da autodeterminação e soberania do Império Chinês sobre seu território e vida econômica.

Dessa forma, coube ao Imperador Xianfeng (1831-1861) a tarefa de organizar suas debilitadas forças para fazer frente à ação combinada da Grã-

Bretanha e Irlanda, França, Rússia e Estados Unidos numa luta de resistência centrada em Cantão e na posterior ocupação de Pequim ou Beijing (em chinês: 北京); onde seu desfecho se mostrou tão trágico quanto previsível. À derrota seguiu-se um novo tratado onde submetiam o Estado chinês à novas coerções.

Assim, o Tratado de Tien-Tsin sancionou novas imposições e uma maior abertura para a exploração mercantil estrangeira em território chinês, com destaque ao comércio de ópio. Dessa forma, foi firmada a abertura de mais onze cidades portuárias, a recriação de um Ministério dos Negócios Estrangeiros e a garantia de liberdade à duas categorias que conjuntamente traduzem bem a dimensão dos interesses expansionistas dos europeus sobre o Extremo-Oriente: os traficantes de ópio e os missionários cristãos. A disseminação do cristianismo traria consequências de enorme envergadura para a sociedade chinesa, conforme veremos adiante, e seria o núcleo de grandes tensionamentos sociais que estavam surgindo no país.

Desse modo, a China passou a experimentar de forma crescente o poder expansionista das grandes economias industriais sobre o seu território; assim como a sua capacidade de desestabilizar as estruturas sociais pré-capitalistas sobre as quais conseguiram impor o seu domínio. Domínio que avançou no plano econômico, político e militar num grande movimento de colonização imperialista da frente oriental. Consoante a Machado (2020), essas três esferas de influências, cada uma a seu modo, contribuíram para a expansão tanto do capital comercial estrangeiro sobre as manufaturas chinesas quanto para a desestruturação acelerada da antiga ordem que regia o país por séculos.

Nessa conjuntura, por meio dos Tratados Desiguais impostos pelas nações vencedoras, a China iniciou um decurso particularmente sombrio de sua existência como nação. Circunstância em que sua agenda política e econômica foi fortemente caracterizada por sucessivas concessões a nações estrangeiras no que diz respeito à sua autonomia territorial, política e econômica. A China, que após séculos de bem estruturado controle de suas rotas comerciais e, cuja sociedade foi estabelecida de forma bastante hermética em relação ao Ocidente passou a experimentar um período de perdas gradativas no âmbito geopolítico,

culminando no que Zeller (2019) interpretou na transformação imediata na organização política chinesa diante das investidas estrangeiras. Ou em suas palavras:

How one understood the period after the Opium War, however, differed based on political affiliation and had immediate consequences for the organization of Chinese society. Guomindang scholars like Tao Xisheng spoke of China's "feudal remnants" to address a perceived agrarian backwardness of the central state which conflicted with the advanced political economy of urban areas like Shanghai. (Zeller, 2019, p. 08).

Aos Tratados de Nanquim, Bogue e Tien-Tsin se seguiram grandes perdas de soberania do povo chinês, aprofundando a crise social e econômica que devastaram o país e ajudando a contextualizar as futuras revoluções que ocorreram em seu território. As derrotas na Guerra Sino-Francesa e, principalmente, na Primeira Guerra Sino-Japonesa⁵⁰, resultaram em novos e duríssimos tratados impositivos que intensificaram sobremaneira as humilhações sofridas pelo império asiático que culminariam na substituição de seu domínio regional no leste asiático pelo Japão e no início da derrocada final do mando político dos Qings sobre o país.

Como podemos ver em Lee (1989), a incursão francesa sobre a China esteve contextualizada pela expansão imperialista europeia sobre a Ásia que resultou na anexação do Laos e Camboja da mesma forma como tinha ocorrido com o Vietnã décadas atrás. Do conflito, resultou em novas perdas para a China, o aumento do controle dos europeus do sudeste do país e o agravamento dos ressentimentos de seu povo contra a dominação estrangeira.

Em uma circunstância em que esboçou uma recuperação relativa alimentada pela tentativa de modernização de seu Estado e poderio militar através do *Movimento de Autofortalecimento* (1865-1891. Em chinês: 自强运动)⁵¹, a China entrou em conflito com o Japão; nação que, graças à Restauração

⁵⁰ Também conhecida pelos chineses como "Guerra Jiawu" (Em chinês: 甲午戰爭), devido ao mês de seu calendário em que foi deflagrada.

⁵¹ Como podemos abstrair de Chang (2017), o Movimento de Autofortalecimento foi um período de reformas estabelecidas na China com o objetivo de fortalecer a centralidade do poder político

Meiji (1868-1889)⁵², dinamizou o seu Estado, industrializou a sua economia e foi alavancada à condição de potência em ascensão do Extremo-Oriente. Motivada, principalmente pela disputa dos dois países pelo controle da Coreia (então Estado-Tributário do Império Chinês), território geograficamente importante para a contenção do avanço da Rússia sobre o Oriente, a guerra evidenciou a enorme superioridade das forças armadas nipônicas sobre as chinesas. Depois de meses de consecutivas derrotas chinesas nos campos de batalha e perda do porto de Weihawei⁵³, o Estado chinês se viu forçado a entrar com um pedido de paz e a se submeter às condições japonesas que foram documentadas no *Tratado de Shimonoseki* (em chinês: 下关条约). E quais as consequências dessa nova derrota militar para os chineses?

O acordo, que pôs fim ao conflito entre os dois países, reconheceu o Japão como a nação vencedora. A Coreia, formalmente reconhecido como país independente, passou, a existir objetivamente sob a influência japonesa. A China se viu forçada também a ceder aos japoneses a península Liaodong (em chinês: 辽东) (posteriormente incorporada pela Rússia), a ilha de Taiwan (em chinês: 台湾), Jinzhou (em chinês: 锦州) e o arquipélago de Penghu (em chinês: 澎湖); além de uma multa reparatória de cerca de US\$150 milhões e ceder a abertura de diversos rios e portos para o comércio estrangeiro.

A China, nessa circunstância, enfrentou as consequências de sua posição subordinada à expansão do capital imperialista sobre o Oriente e dos

na corte imperial, tirar o país do atraso em que se encontrava e promover o desenvolvimento capitalista em parâmetros semelhantes aos que acabaram sendo implementados anos depois no Japão pelos restauradores Meiji. As reformas almejadas se concentraram principalmente na parte militar e econômica, iniciando o processo de industrialização da China. As reformas surtiram um efeito relativo. Contudo, foram encerradas com a derrota sofrida na Primeira Guerra Sino-Japonesa.

⁵² Conforme podemos ver em Duus (1976), a Restauração Meiji foi o movimento que culminou com a derrubada do Xogunato Tokugawa e que catapultou uma série de profundas transformações no regime teocrático do Imperador Meiji (1852-1912), modernizando o Estado japonês a partir da adoção de parâmetros administrativos ocidentais, industrializando a sua economia e promovendo diversas reformas nas áreas educacionais, institucionais e religiosas. Tais mudanças levaram o Japão a uma posição ascendente na geopolítica mundial e à condição de nação hegemônica no leste asiático.

⁵³ O porto de Weihawei ou Weihai é um importante porto marítimo situado na província de Shandong, com acesso direto ao Mar Amarelo.

tratados impostos pelas nações vencedoras. O que começou em 1842 com a abertura de cinco portos para que funcionassem como enclaves comerciais britânicos evoluiu para a concessão de mais de 50 portos às nações estrangeiras no final do século XIX e grandes reparações monetárias que, segundo Jabbour; Gabriele (2021), colocaram o país entre os mais empobrecidos do mundo.

Essas condições contribuíram para alterar substancialmente a ordem social chinesa, ameaçando violentamente a estrutura de poder que foi estabelecida em uma processualidade histórica de longa duração. Foi uma situação que fez brotar rupturas dentro de seu sistema societário onde novas e antigas perspectivas de construção coletiva entraram em colisão no país. A China, nessa conjuntura adversa, passou a sofrer com grandes tensionamentos que envolviam tanto as possibilidades de mudanças, quanto de permanências em suas estruturas socioeconômicas, numa movimentação que Konder (2004) ajuda a explicar em sua constituição dialética:

[...] Exatamente porque o movimento da história é marcado por superações dialéticas, em todas as grandes mudanças há uma negação, mas ao mesmo tempo uma preservação (e uma elevação a nível superior) daquilo que tinha sido estabelecido antes. Mudança e permanência são categorias *reflexivas*, isto é, uma não pode ser pensada sem a outra. Assim como não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação a que ele pertence (dentro da totalidade dinâmica de que ele faz parte), também não podemos avaliar nenhuma mudança concreta se não a reconhecermos como mudança de um *ser* (quer dizer, de uma realidade articulada e provida de certa capacidade de durar) (Konder, 2004, p. 53, 54).

Desse modo, seguindo as análises de Zhou (2021), concebemos o período dentro de uma dupla perspectiva que conjugou a resiliência e a desestruturação da antiga ordem estabelecida sob as doutrinas budista⁵⁴, taoísta⁵⁵ e, principalmente, confuciana. Somado a isso, a adoção de parâmetros filosóficos ocidentais terminaria por estruturar novos padrões de mentalidade

⁵⁴ O budismo na China ((汉传佛教) é bastante vinculado à versão desenvolvida na Ásia Central e compõe uma das três grandes escolas filosóficas existentes no país, junto ao confucionismo e o taoísmo. Não se sabe seguramente o ano de sua introdução, mas foi bastante difundido na região nos séculos V e VI, durante as dinastias Wei do Norte e T'angue.

⁵⁵ O taoísmo (道教) é uma doutrina fundada no século VI a. C. pelo filósofo e escritor Lao-Tsé, também conhecido como Lao Zi, Laozi ou Lao-Tzu e baseada no *Tao Te Ching* ou *O livro do caminho e da virtude* com enorme impacto sobre a vida cultural chinesa.

coletiva⁵⁶; algo que voltaremos a abordar mais adiante. Dentro dessa análise, podemos perceber o período que se inicia com a Primeira Guerra do Ópio como um ponto de clivagem na história chinesa e que lançaria as sementes para a construção de sua identidade moderna.

A unidade e estabilidade do antigo império - que nos séculos XVII e XVIII contava com a submissão de várias regiões-vassalas como Mongólia, Coreia, Vietnã, Birmânia, Tibete e Turquestão Oriental - era assegurada internamente por um governo centralizado que impunha, através de seu corpo de funcionários, um efetivo controle administrativo sobre os tributos e transações comerciais, além de uma relativa autonomia produtiva e uma organização civilizacional pautada, especialmente, pelo humanismo confuciano. Mas como esses princípios vigoravam na sociedade chinesa?

Conforme exposto por Armstrong (2007), o confucionismo é um sistema filosófico ou uma escola de pensamento milenar pautada nos ensinamentos do sábio K'ung-fu-tzū (孔夫子, Kǒng Fūzǐ, nome latinizado como Confúcio, cujo significado pode ser apreendido como "Mestre Kong"), nascido por volta de 551 a. C. no condado central de Lu em chinês: 路. Atualmente, província de Shān Dōng) e falecido em 479 a. C.

Os princípios disseminados por Confúcio (2011) e seus seguidores foram adotados, a partir do século II a. C., como doutrina oficial de Estado pela Dinastia Han (*Hàn Cháo*. Em chinês: 前); constituindo pelos milênios seguintes o fundamento principal da ética/moral da sociedade chinesa e a base filosófica que regia a educação e os códigos legais. Como doutrina oficial, foi instituída como elemento basilar no Sistema de Exames para a admissão no conselho burocrático imperial e seu conjunto de funcionários.

⁵⁶ Pegando carona nos estudos de LaCapra (2001) e Durkheim (2010), compreendemos o conceito de mentalidade, consciência coletiva ou estrutura coletiva de pensamento como um padrão cultural existente nas sociedades que se manifesta como ideologia e senso comum, sendo simultaneamente consciente e inconsciente.

Desse modo, o confucionismo, entendido pelo povo chinês como expressão da natureza moral da humanidade (*Xing*. Em chinês: 性), forneceu não apenas elementos éticos que orientaram a ordem comunitária chinesa e as relações sociais e jurídicas instituídas, mas também um sistema de compreensão filosófica da realidade e da ordem natural; que concebia a vida secular e as relações humanas como manifestações do sagrado e que deveriam concorrer para a harmonia social. Harmonia que, por sua vez, estava centrada na família, liturgia (manifestação visual dos princípios morais e de contato com a transcendência divina *Tiān* ou 天 e *Dào* ou 道), sinceridade, ordem e respeito às hierarquias. Um conjunto doutrinário assimilado e seguido por toda as camadas que compunham a sociedade chinesa, conforme logo entendido:

Mesmo o imperador, no topo dessa hierarquia cosmológica, deve se submeter também aos ritos e, conseqüentemente, ao curso espontâneo da natureza, ao *Dào*. Ele é chamado em chinês de “filho do céu” (天子 *tiān zǐ*) e como filho deve obedecer. Portanto, não se reconhece nem no súdito, nem no imperador uma vontade que possa querer se impor à ordem social. Nem o indivíduo, nem o imperador são compreendidos como fonte do poder político. Afinal, conforme Xún Zǐ, “o caminho do céu [da natureza] é constante. Ele não existe pelo ‘agir’ de Yao [imperador legendário da China]. Ele não se extingue pelo ‘agir’ de Jie [célebre tirano chinês] (Ramos; Rocha, 2015, p. 434).

A apropriação e oficialização dos princípios confucianos pelo poder central e sua assimilação dentro do conjunto da coletividade chinesa lhes forneceu determinada base de coesão cultural. No entanto, alinhando-nos à interpretação de pesquisadores como Naughton (2007) e Bai (2020), entendemos que a reprodução ideológica desses princípios pelo poder oficial e suas elites socioeconômicas também impregnou a sociedade chinesa com algumas características que contribuíram para o seu declínio; algo que ficou mais perceptível tendo como parâmetro a expansão dos países industrializados no século XIX, mas que já vinha adquirindo alguma notabilidade nos séculos anteriores.

Nessa circunstância, a China contava com uma elite senhorial pouco afeita às mudanças de longa duração que ocorriam no ordenamento societário interno do país e em sua estrutura mental coletiva; o que colocou o país em posição de vulnerabilidade diante do avanço das potências capitalistas.

Percepção que fica bem matizada nas palavras de Pomar:

Amarrado ao doutrinismo confuciano, o sistema dinástico chinês considerava-se o centro do mundo. Todos os demais povos seriam bárbaros. Foi como tratou os navegadores e comerciantes portugueses que se instalaram em Macau, em 1557, sem tirar nenhuma lição do acontecimento. Também não conseguiu entender o significado da desintegração das grandes propriedades rurais trabalhadas por servos. Ou da multiplicação das pequenas propriedades rurais que, além da agricultura, realizavam artesanato e comércio. Nem o motivo pelo qual um sem-número de senhores rurais mudava para as cidades com o fim de participar de atividades mercantis (Pomar, 2003, p.29).

Segundo Magnoli (2004), além de assegurar a manutenção de seu ordenamento interno, a política de isolamento chinesa tinha como finalidade salvaguardar sua civilização de possíveis agressões externas. Entretanto, essa acomodação organizacional colaborou para destacar a situação de atraso e estagnação de sua economia e de seu poderio militar em comparação a dos países capitalistas avançados. Como pontuado pelo pesquisador, o governo chinês não cultivava relações diplomáticas com Estados ocidentais e, desse modo, mantinha-se mal orientado quanto à política internacional.

Essa disposição contribuiu por séculos para o fortalecimento de seu ordenamento social e para a construção de seu império, sem nunca estabelecer em sua organização política um Estado nos parâmetros europeus. Porém, gradativamente, o seu atraso em relação às nações capitalistas que almejavam controlar os recursos e mercado interno da China ficou acentuado; o que culminou na abertura forçada de seu isolamento, por meio das agressões externas iniciadas pela Grã-Bretanha, mas seguidas pelas décadas seguintes pelas demais potências.

Todavia, advertimos que ao analisarmos as estruturas mentais/culturais predominantes na sociedade chinesa oitocentista (e o modo como construíram sua visão a respeito de seu próprio passado), esforçamo-nos para evitar reducionismos que deem perspectivas unidimensionais à essas manifestações, ainda que pesem sobremaneira sobre seu eixo social. Dessa forma, espelhando-nos em Cardoso; Vainfas (1997), reiteramos que o enfoque nas mentalidades e na doutrina confuciana não denota a existência de uma coerência estável de ideias e emoções em prejuízo da pluralidade dos sistemas

de crenças e racionalidades que coexistiam em seu interior.

Assim, ao fazermos esse exercício, estabelecemos um recorte no intuito de contextualizar alguns parâmetros civilizacionais então existentes, sua apropriação pelo Estado e como foram relevantes tanto para a estruturação do poder existente no Império Chinês oitocentista como para as transformações que transcorreram ao longo dos últimos dois séculos. Em concordância a Le Goff (1990), ponderamos que as estruturas mentais existentes em sociedades complexas não se movimentam como uma unidade monolítica, mas são pautadas dialeticamente pelas contradições decorrentes de suas divisões de classes e distinções culturais existentes entre as suas diferentes regiões e camadas sociais. Considerando que *A cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado [...] Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores* (Le Goff, 1990, p. 63).

Essas divisões ajudam a explicar, pelo menos parcialmente, o posterior conflito identitário que tomou a sociedade chinesa após as seguidas derrotas militares que sofreu. Conflito manifesto especialmente nos insurgentes movimentos de resistência popular contra as nações invasoras e a forma divergente com que se posicionaram em relação as tradições ancestrais e assimilação de elementos culturais e de organização social provindos do Ocidente; conforme veremos a seguir.

1.2. As insurreições populares e o agravamento da crise social chinesa diante das ofensivas imperialistas

Enfraquecido em decorrência das derrotas militares perante as potências capitalistas estrangeiras, o Império Chinês não demorou para se ver atingido por forte convulsão em sua ordem societária. Movimentos como a

Rebelião Taiping (1850-1864)⁵⁷, a *Rebelião Nian* (1851-1868)⁵⁸, o *Levante dos Boxers* (1899-1901)⁵⁹ e a *Revolução Xinhai* (1911, 1912)⁶⁰ se estabeleceram como reação ao estado de decadência das antigas estruturas de poder que

⁵⁷ A Rebelião Taiping (em chinês: 太平天國運動) foi uma revolta que tinha como principais lideranças os irmãos Hong Xiuquan (1814-1864) e, Yang Xiuqing (1821-1856) e Xiao Chaoqui (1820-1852), cujas famílias faziam parte do subgrupo hacá, pertencente à maioria étnica han. O movimento teve origem na província de Cantão, no sudeste chinês, e lutava por um conjunto de transformações baseado na peculiar visão do cristianismo na qual Hong Xiuquan se autoproclamava “o irmão mais novo de Jesus Cristo” e que teria sido enviado à China para livrar o país da “dominância corrupta dos Qing” e da filosofia confuciana. A Rebelião Taiping, conforme podemos perceber em Heath; Perry (1994), propunha não apenas a construção de uma ordem celestial na terra, através da Sociedade dos Adoradores de Deus, mas a transformação radical do conjunto social e do Estado chinês. Para isso chegaram a fundar um Estado rebelde teocrático denominado *Reino Celestial Taiping* (太平天國), tendo a sua capital na cidade de Nanquim. A rebelião culminou numa guerra civil contra a Dinastia Qing que resultou em cerca de vinte milhões de mortes no país e enfraquecimento dos Qing, da etnia manchú, no poder e aprofundamento da crise social naquele país.

⁵⁸ Conforme Siang-Tseh (1954), a Rebelião Nian ou Nien (Termo que numa tradução livre traz significações como “bandoleiros” e “bandidos” devido à forma como o Estado chinês via sua organização; em chinês: 捻亂) foi um movimento que ocorreu no norte da China de modo paralelo à rebelião dos Taipings. Surgiu em decorrência da forte crise social que acometeu a China após a sua rendição na Guerra do Ópio e tinha uma perspectiva francamente oposta ao governo imperial dos Qing. Após uma ação repressiva governamental determinada em um longo prazo, a rebelião foi suprimida apresentando como resultados mais de cem mil vidas perdidas e por marcar o enfraquecimento do mando político dos Manchus de forma irreversível.

⁵⁹ Amparando-nos em Bickers; Tiedemann (2007), pontuamos que o Levante dos Boxers, também conhecido como o *Movimento Yihetuan* (em chinês: 義和團運動) foi um movimento de caráter nacionalista articulado de forma radicalmente antiestrangeira, anticolonial e anticristã nos anos finais da Dinastia Qing. A *Sociedade dos Punhos Harmoniosos*, movimento que originou o levante, surgiu no norte da China num contexto de derrota militar na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e do consequente agravamento da crise social e de poder resultante do conflito. Apoiadores do governo da Dinastia Qing e da Imperatriz Viúva Cixi, os Boxers agiram atacando ferrovias, entrepostos comerciais, terras e demais propriedades estrangeiras em território chinês, além de representantes estrangeiros, missionários e chineses convertidos ao cristianismo. Contando, posteriormente, com apoio governamental, os Boxers travavam uma luta que envolveu tropas de oito países (Estados Unidos, Rússia, Japão, Reino Unido, Império Austro-Húngaro, França, Alemanha e Itália) que foram enviadas à China para reprimir o levante e assegurar a manutenção de seus enclaves dentro do país asiático. A derrota do movimento resultou em violenta perseguição e punição dos rebelados e novas sanções a título de indenização às nações vencedoras num montante que, somado, chegaria a cerca de 18 mil toneladas de prata fina, por 39 anos; num valor de aproximadamente U\$333 milhões na taxa de câmbio da época.

⁶⁰ A Revolução Xinhai, também conhecida como *Revolução Hsinhai* (em chinês: 辛亥革命) ou *Revolução Nacionalista Chinesa* foi uma revolução de libertação nacional que ocorreu na China nos anos de 1911 e 1912. Conforme Bianco (1970), o movimento tinha por objetivo acabar com o governo da Dinastia Qing na China e com os enclaves econômicos estrangeiros atuantes no país. A insurreição explodiu a partir do dia 10 de outubro de 1911, com a revolta militar que ocorreu em Wuchang, se espalhando rapidamente para as demais províncias e precipitando o fim da Dinastia Qing com a renúncia do Imperador-Infante Pu Yi, em 12 de fevereiro de 1912. Com a derrubada da monarquia, Sun Yat-Sen, foi empossado como o primeiro presidente da nova ordem republicana da China.

perduravam na China. Poderes constituídos com indubitável capacidade de resiliência, mas que se mostraram incapazes de dar respostas à contínua perda de soberania nacional imposta pelas nações invasoras e à pauperização aguda e contínua de sua base laboral.

Conforme fica sugerido em Zhou (2021), as insurreições que foram desencadeadas a partir de meados do século XIX na China apontavam também para a urgência da construção de padrões de pensamento que pudessem unir o país e superar suas fragmentações internas. Essas divisões eram determinadas em grande medida pela existência de poderes políticos que atuavam nos moldes feudais em diferentes regiões e de uma estrutura de tradição familiar hierarquizada que limitava de forma expressiva o sentimento de pertencimento do povo em sua perspectiva nacional. Sendo assim, seria necessário construir novos padrões de pensamento coletivo que pudessem contribuir para reerguer o país depois das derrotas matizadas nos Tratados Desiguais. Sobre esse conjunto de transformações que ocorreram na China a autora avaliou que:

[...] Se a formação da consciência nacional em Inglaterra e França passou por um processo de transformação da identidade religiosa, identidade feudal para a identidade nacional, a emergência da identidade nacional chinesa estava pendente da transformação da identidade patriarcal, identidade ética para a identidade nacional (Zhou, 2021, p. 9).

Dessa forma, como também fica patente em Sobral; Seng (2021), a crise de legitimidade que acometeu a Dinastia Qing teve sua correspondência em uma crise de identidade cultural. O somatório de ambas as crises colocou o país em conflitos internos de grandes proporções e que tinham como pano de fundo a desestruturação do antigo regime, a luta contra o domínio colonial estrangeiro e a degradação das condições materiais de existência.

A Rebelião Taiping (em chinês: 太平天国起义) e o Levante dos Boxers, cada movimento à sua maneira, exemplificam a profundidade da crise material e de identidade cultural que a China atravessava e suas possíveis consequências para a estabilidade dos seus poderes políticos formalizados e para a classe trabalhadora; que pagou com milhões de vidas enquanto o domínio estrangeiro se acentuava em seu território e determinava grande parte dos

rumos de sua organização social e da exploração de sua força de trabalho.

A crescente subtração de sua autonomia, a crise econômica agravada pelo *déficit* comercial e as dívidas contraídas, a instabilidade social que sucedeu essas perdas e até desastres naturais tiveram consequências que incidiram dentro da percepção geral do povo chinês a respeito de sua ordem societária, cultura e identidade nacional. Uma crise de valores que se afirmou, entre outras coisas, na aceitação de uma parte significativa da sociedade chinesa de expressões culturais que até então tiveram pouca penetração dentro de seu território.

De acordo com Meyer-Fong (2013), a maior presença do cristianismo na sociedade chinesa oitocentista (mediada pelos termos explicitados no Tratado de Tien-Tsin) se apresentou não apenas como resultado das imposições culturais das potências capitalistas europeias e da ação dos missionários em seu território. O acolhimento dos princípios cristãos denotou também a procura, por parte do povo chinês, de novos signos filosóficos que indicassem possibilidades de superação para o declínio de sua ordem social. O acolhimento desses princípios significou também a construção de paradigmas identitários que se mostraram fortes o suficiente para impor robustas cisões no interior de sua coletividade. Divisões que terminariam por culminar em episódios dramáticos como a Rebelião Taiping, a guerra civil mais violenta da era moderna.

Apoiando-nos em estudos de Nogueira (1978), entendemos que assim como aconteceu em inúmeros levantes de caráter messiânico, como, por exemplo, a Guerra de Canudos (1896-1897)⁶¹ - onde os seguidores de Antônio

⁶¹ A Guerra de Canudos foi um dos episódios mais trágicos da história brasileira e diz muito a respeito de nossa formação social. Amparando-nos nos escritos de Chiavenato (1988), podemos perceber que o risco real que levava os poderes públicos e privados a combaterem vigorosamente as comunidades religiosas ou messiânicas que proliferaram no interior brasileiro ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX era a forma como desagregavam a estrutura social do latifúndio ao atrair a mão de obra a qual sobre-exploravam. Essas comunidades eram construídas como verdadeiras sociedades paralelas que funcionavam através de leis próprias e pautadas no ideário cristão. Muitas vezes, essas comunidades representaram uma ameaça real à ordem instituída ao prover a seus moradores condições de sobrevivência, justiça e igualdade as quais não tinham acesso em suas antigas vidas, instituídas quase sempre sob a sombra do latifúndio e do mandonismo político. Canudos, com seus 20.000 mortos e atrocidades diversas cometidas pelas tropas republicanas é o caso mais conhecido,

Conselheiro (1828-1897) tentaram formar nas margens do rio Vaza-Barris, no sertão baiano, uma comunidade santa -, as motivações do movimento Taiping vão bem além das supramencionadas razões espirituais. A China oitocentista era uma sociedade flagelada pela opressão, injustiça, miséria, fome e vícios; onde uma grande parcela de sua população sofria as consequências do domínio estrangeiro, da exploração desmedida de seus recursos, das secas que afligiram o país entre 1850 e 1873 e da proliferação indiscriminada do consumo de ópio dentro de suas fronteiras.

A pauperização infligida pelas guerras e pelo domínio estrangeiro elevou em larga escala a piora das condições de sobrevivência na China. Nação que, junto com a fome, passou a sofrer com verdadeiras epidemias de malária, peste bubônica, disenteria, varíola, cólera e outras enfermidades que vitimaram milhões de vidas chinesas. Nessas circunstâncias, o apelo espiritual consegue adquirir uma conotação política difusa e a busca pelo reino celestial se confunde com a busca por reparações das injustiças ocorridas no plano terreno. Dessa forma, em alinhamento a Queiroz (2003), apreendemos que tais movimentos não integram, necessariamente, uma patologia social, mas surgem relacionados a crises que convulsionam sociedades tradicionais e as colocam em situação de anomia.

Lideranças como Hong Xiuquan e Antônio Conselheiro, dessa forma, encarnaram não apenas anseios espirituais dos excluídos, mas o seu desalento coletivo diante das calamidades provocadas fosse pelo domínio estrangeiro, Estado ou latifúndio e clamaram pela justiça divina numa ocorrência em que a justiça humana se encontrava impossibilitada. Assim, não existe nada de muito inusitado no fato de que o fervor messiânico costume adentrar no terreno da luta social, exatamente como ocorreu com os revoltosos Taipings; que entenderam como causa das mazelas que acometiam a sociedade chinesa o corrompido e

mas diversas outras comunidades tiveram fim parecido; caso dos Muckers (1874), do Rio Grande do Sul, cujo enfrentamento pelos poderes públicos e privados também terminou em banho de sangue.

fragilizado poder dos governantes da Dinastia Qing e o predomínio do confucionismo enquanto base espiritual do país.

Não se tratou de uma revolta qualquer e nem de um movimento desprovido de sentido. Perfilados em sua particular interpretação do cristianismo pautada nas visões messiânicas de Xiuquan, nos ressentimentos étnicos existentes contra o mando político manchu e na realidade histórica do país, os rebelados Taiping buscaram através da ação popular edificar uma sociedade justa e igualitária, onde *toda a terra da China deve ser trabalhada por todos os chineses* (SOBRAL, 2018, p. 70). O senso de igualdade que os norteou inspirou, posteriormente, revolucionários como os integrantes do Kuomintang e do PCCh.

Com as suas ações deflagradas depois da ocupação de grande parte do vale médio e inferior do rio Yang Tsé (em chinês: 长江), os rebelados representaram uma ameaça direta à já combalida ordem social administrada pelo governo Qing. O Estado chinês, por sua vez, reagiu usando o poder de suas armas e dos exércitos provinciais; arrastando o país para a sua maior guerra civil desde a perpetrada durante a transição de poder da Dinastia Ming para a Qing em meados do século XVII.

Embora derrotada pelo governo Qing, então representado pelo Imperador Infante Tonghzi (1861-1875) e pela Imperatriz Viúva Tseu-Hi ou Cixi (1835-1908), a Rebelião Taiping deixou marcas profundas na sociedade chinesa, influenciando sua agenda política pelas décadas seguintes. A rebelião expôs as contradições internas de uma nação bastante dividida em suas questões concretas e a respeito da ordem milenar confuciana que a regia; com um custo humanitário gigantesco e um número de mortos equiparável ao da Primeira Guerra Mundial.

A guerra civil em que a China imergiu resultou na perda de cerca de 30 milhões de vidas⁶². Somado a isso houve uma quantidade equivalente de refugiados do conflito, que se caracterizou pela extrema brutalidade de ambos os exércitos e no agravamento geral da pauperização do país. No entanto, não

⁶² Fonte: [Rebelião Taiping na China Qing \(greelane.com\)](http://greelane.com).

obstante a tragédia humanitária, o ideal igualitário dos Taipings germinou no interior da sociedade chinesa e, conforme enfatizado por Sobral:

[...] Em Nanquim, uma centena de milhar de Taipings pereceu, preferindo a morte à rendição. Nenhum sobreviveu. A sua religião desapareceu com eles. No entanto, o legado Taiping continuou vivo e inspirou gerações vindouras de líderes nacionalistas e socialistas na sua luta pelo ideal igualitário. (Sobral, 2018, p. 31-32).

O Levante dos Boxers, por sua vez, demonstrou que o ânimo do povo chinês na luta pela sua autodeterminação não se esgotara na derrota para os japoneses. Esse sentimento elevava no âmago de uma parcela de sua sociedade um espírito nacionalista de caráter restaurador, revanchista e antiestrangeiro que forneceria as bases motivacionais para o movimento. Segundo Harrington (2001), o levante surgiria nas últimas décadas do século XIX dentro de uma perspectiva restauradora, determinada a resgatar a soberania nacional e as tradições do antigo Império Chinês. Para isso, os aldeões pertencentes à *Sociedade dos Punhos Harmoniosos e Justiceiros* (em chinês: 義和團運動) promoveram o levante a partir de atos violentos desencadeados na província Xantum (em chinês: 黃原屬) e no norte da China; aonde se voltaram contra missionários cristãos, delegações, chineses convertidos ao cristianismo e propriedades pertencentes ao domínio estrangeiro.

Como fica destacado em Bickers; Tiedemann (2007), os Punhos Harmoniosos, assim como outras ordens secretas surgidas na época, se afirmaram como um movimento emocionalmente pautado por um profundo ressentimento que contagiava o espírito de uma parte considerável da sociedade chinesa. Frente ao domínio estrangeiro que transformou o antigo império em uma semicolônia submetida às suas interferências, havia a percepção de que a China havia sido subordinada à uma profanação espiritual que assolou seu território e suas raízes culturais.

Ainda apoiando-nos em Bickers; Tiedemann (2007)), depreendemos que essa percepção gerou em diversas camadas sociais da China o sentimento de que as calamidades que se sobrepunham estavam associadas ao que consideravam a degeneração de suas antigas tradições. Tragédias como a

inundação no rio Huang Ho (em chinês: 黃鶴), em 1887, que matou cerca de dois milhões de pessoas⁶³ e a grande fome que corroeu o norte da China entre os anos de 1876 e 1879, com cerca de 13 milhões de vítimas⁶⁴, impactaram substancialmente a psicologia coletiva do povo chinês e o levou a questionar as possíveis causas de seus infortúnios. Dentro dessa psicologia social, a solução vislumbrada por muitos para que se pudesse interromper tamanho ciclo de desgraças e humilhações estaria na restauração da harmonia atribuída aos princípios confucianos que regeram o país por séculos e na eliminação do cristianismo em seu território.

Figura 2: A Imperatriz-Viúva Tseu-Hi ou Cixi. Uma das mais importantes lideranças do último século da China Imperial.



Fonte: <http://lishisxk.com> (2021).

Dessa forma, podemos conceber que o nacionalismo cultivado pelos boxers não estava afirmado ainda como um programa politicamente estruturado nos termos que se mostrariam mais presentes entre os revolucionários Xinhai, no Kuomintang e os marxista-leninistas do PCCh. A ação levantada pelos boxers se configurava mais em torno de um ímpeto culturalmente restaurador

⁶³ Fonte: [Rio Amarelo – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Amarelo).

⁶⁴ Fonte: [Lista de fomes na China – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_fomes_na_China).

posicionado contra a interferência estrangeira a qual relacionavam às grandes catástrofes que ocorriam no país. Na visão de Hobsbawn (1990), tal movimentação encontra correspondência em um ideal nacional constituído de forma difusa; em que o sentimento de pertencimento à coletividade não decorre necessariamente de um cenário político pautado por grandes definições objetivas e nem resulta, tampouco, em um programa político minuciosamente articulado.

Assim, a questão política dos boxers se encontrava reunida em duas premissas interrelacionadas em sua guerra de resistência: a luta pela eliminação da influência estrangeira em seu território e o fortalecimento do mando político dos Qings, o qual identificavam como o elo remanescente da antiga integridade nacional. Mesmo com essa aparente restrição propositiva, o movimento dos boxers adquiriu aderência na sociedade chinesa por conseguir refletir o estado de ânimo manifesto em uma numerosa fração de seu povo, como fica refletido no relato de Silva:

A cada nova pressão por concessões e a cada derrota militar ou humilhação diplomática, aumentava o ressentimento com os estrangeiros, que reforçava a posição de uma parcela das elites, que defendia uma posição belicosa. Para parte dos adeptos dessa mentalidade, a China não deveria sequer negociar com os “bárbaros” ocidentais, e simplesmente atacá-los e expulsá-los do seu território e da sua costa. A ausência de condições materiais não seria um problema, na visão dos “puristas”, pois a força moral do povo chinês seria suficiente para combater os estrangeiros (Silva, 2017, p. 12).

Impelidos por essas percepções, os boxers iniciaram uma das lutas de resistência mais tenazes da era moderna. Após atacarem propriedades estrangeiras no norte da China e assassinares funcionários de carreira estrangeiros, militares, missionários cristãos e chineses convertidos, os revoltosos, convencidos do teor divino de sua missão e de sua suposta invulnerabilidade às armas estrangeiras, decidiram avançar sobre Pequim

Contudo, ainda em encontro aos relatos do autor (1968), a disposição da corte foi pendendo pouco a pouco para o lado dos rebelados até que em 19 de junho de 1900 a Imperatriz assinou a declaração de guerra contra as nações invasoras. Entretanto, não foi uma decisão que encontrou ressonância unânime

na corte e nas províncias espalhadas pelo país. Enquanto, agora num polo invertido em relação a outros conflitos, as províncias do norte da China aderiram de forma resoluta à guerra de resistência, nas do sul isso não ocorreu de modo tão entusiasmado; refletindo mais uma vez as persistentes divisões existentes dentro da sociedade chinesa oitocentista e como elas determinariam os traçados nas revoluções que ocorreriam nos anos seguintes.

O bloqueio iniciado pelos boxers – movimento que em seu auge chegou a contar com cerca de 300 mil combatentes, muitos praticantes de artes marciais - forçou diplomatas, militares, missionários, comerciantes e mesmo chineses convertidos ao cristianismo a se refugiarem no Bairro da Legação Diplomática⁶⁵; local que serviu de fortaleza enquanto aguardavam dos seus Estados de origem e da própria corte chinesa a resolução para a ameaçadora situação em que se encontravam. Situação descrita em algumas de suas minúcias mais contundentes por Gelber:

En mayo de 1900, los bóxers iniciaron la marcha hacia Pekín, se apoderaron de líneas ferroviarias, expulsaron a los trabajadores extranjeros y quemaron iglesias. A mediados de junio, irrumpieron en Tianjin y Pekín, saquearon las iglesias e iniciaron una matanza de cristianos, muchas veces con suma crueldad. La emperatriz no sólo consintió sino que fomentó estos actos, llegando a publicar el 19 de junio una declaración de guerra contra las potencias occidentales y ordenando la inmediata expulsión de Pekín de las misiones diplomáticas [...] siguiente tropas imperial és y de los bóxers sitiaban el barrio de las delegaciones extranjeras, aislándolo del mundo hasta el T4 de agosto. Los 475 civiles extranjeros y los 450 militares de ocho naciones, junto con unos tres mil cristianos chinos, se vieron bajo el fuego de Jos asediantes y tuvieron que resistir sus asaltos durante ocho semanas hasta la llegada de refuerzos. (Gelber, 2007, p, 240).

A resposta das nações estrangeiras ocorreu de forma não muito diferente da praticada nos outros conflitos e se deu através da formação de uma

⁶⁵ O Bairro ou o Quarteirão da Legação Diplomática era uma área existente no centro de Pequim destinada pelo governo Qing a acolher as representações ou delegações estrangeiras residentes na capital do Império Chinês. A área, que possuía pouco mais de 5 km², abrigava diplomatas, funcionários de carreira estrangeiros, militares e mesmo algumas famílias chinesas. O quarteirão contava também com a presença de várias empresas estrangeiras e alguns bancos. O cerco imposto pelos boxers durou 55 dias e exilou no quarteirão cerca de 900 estrangeiros, divididos entre militares, e civis e 2800 chineses convertidos ao cristianismo.

coalizão militar que ficou conhecida como Aliança de Oito Nações⁶⁶. A expedição multinacional enviou inicialmente cerca de 20 mil soldados para reprimir a ação dos militares e das milícias chinesas, tomando os fortes litorâneos para depois derrotar as tropas imperiais em Tianjin e conquistar capital imperial em 14 de outubro do 1900; onde avançaram contra as milícias boxers numa contenda deflagrada com pouca paridade de armas entre as partes.

Conforme consta nos relatos de Preston (2000), a incursão estrangeira ocorreu de forma bastante violenta frente a resistência chinesa. Implacável contra os seus oponentes, as tropas multinacionais avançaram matando membros tanto das forças imperiais quanto das milícias boxers; saqueando, violentando e destruindo tudo que se encontrava em seu caminho. Como resultado da investida, a imperatriz foi forçada a empreender a fuga da capital e a enviar um emissário para negociar uma proposta de paz para encerrar as batalhas; que se seguiram até meados de 1901, quando se encerraram com a assinatura do acordo que ficou conhecido como o *Protocolo Boxer*.

Desse modo, o tratado lavrado impôs ao Império Chinês a ampliação e o endurecimento do domínio colonial estrangeiro que operava em seu território; acarretando novas medidas contra o povo chinês, com perdas territoriais, enormes prejuízos econômicos e feroz perseguição a qualquer um que fosse identificado como apoiador ou participante do levante. Situação que ganha maior nitidez descritiva nas palavras de Godiva; Falci:

O tratado [...] foi extremamente desvantajoso para a China. Determinava a execução dos políticos e militares ligados aos boxers; proibia qualquer atividade hostil aos estrangeiros; proibia a importação de armas; exigia o desmonte dos fortes de Dagu e a entrega de outros para o controle estrangeiro; estabelecia controle militar estrangeiro sobre a estradas de ferro Pequim-Tianjin e o envio de missões expiatórias aos países da aliança - medida particularmente humilhante (Godiva; Falci, 1995, p. 06).

⁶⁶ Segundo Preston (2000), a Aliança das Oito Nações foi o nome dado à coalizão militar mantida entre 10 de junho de 1900 a 07 de setembro de 1901 e que envolvia a Grã-Bretanha, França, Alemanha, Estados Unidos, Rússia, Império Austro-Húngaro, Itália e Japão. Também se juntaram à associação militar a Bélgica, Países Baixos e Espanha. O Estado chinês também chegou a se filiar ao grupo de países por um curto período, mudando de lado em 21 de junho de 1900 e lutando contra as nações estrangeiras. A guerra, em sua totalidade, mobilizou cerca de 500 mil combatentes de ambos os lados.

Voltando a Gelber (2007), o autor expôs que tratado ratificou o pagamento de multas compensatórias às nações vencedoras numa combinação total de cerca de U\$\$ 333 milhões a serem concluídos em 39 anos. Também, como mencionado, se ampliou o controle estrangeiro sobre o interior da China e sua presença militar em áreas estratégicas e em proteção às suas delegações. A Rússia, nação mais beneficiada pelo acordo, conseguiu manter sobre seu domínio a região da Manchúria (em chinês: 满洲), onde instalou um sistema de estradas de ferro em benefício de sua expansão imperial.

A guerra, como esperado, acarretou na piora das já difíceis condições sociais existentes na China e do mando colonial a que estava subordinada; agravando a sua crise de poder, de sobrevivência material e os ressentimentos contra os manchus e as interferências estrangeiras. A nova derrota, que resultou na perda de mais de 100 mil vidas, entretanto, não aplacou nos chineses a sua vontade de resistir e superar as humilhações a que estavam sendo submetidos. Um estado de espírito que já vinha se formando há décadas, como ficou claro nas observações feitas por Marx; Engels (1973) ainda na ocasião da Segunda Guerra do Ópio:

Es evidente que existe en los chinos un espíritu diferente al demostrado en la guerra de 1840-42. Entonces el pueblo permaneció tranquilo; dejó que los soldados del emperador lucharan contra los invasores y, con fatalismo oriental, se sometió al poder del enemigo después de una denota. Pero ahora, por lo menos en las provincias del sur a las cuales se circunscribe hasta el momento la contienda, las masas populares desempeñan un papel activo, más aún, fanático, en la lucha contra los extranjeros (Marx; Engels 1973, p. 114).

Contudo, novos rumos se faziam necessários para que os objetivos de recuperação da autonomia e integridade nacional, união do povo chinês e superação do atraso a qual a China estava submetida pudessem ser alcançados. Caminhos que seriam definidos pelas próprias condições materializadas na crise de poder que acometia o mando político dos Qings, na insatisfação generalizada entre as camadas populares com os seus meios de sobrevivência e no fortalecimento de categorias sociais que demonstrariam grande poder de mobilização popular ao longo dos anos. Algo que seria fundamental para a

derrubada da velha ordem e para a futura construção do socialismo no país.

O Protocolo Boxer expôs a olhos nus a situação delicada em que o Estado chinês e o governo Qing se encontravam naquela circunstância Histórica. Encurralados pelas potências estrangeiras vencedoras no conflito e com o apoio popular enfraquecido após a supressão dos boxers, a Imperatriz-Viúva e sua corte se viram impelidos a dar respostas aos problemas que se avolumavam. Respostas que se manifestaram em um plano geral de reformas que, entre outros nomes⁶⁷, ficou conhecido como *Reformas Qing Tardias* (em chinês: 晚清改革). Cabe salientar que o plano foi desenvolvido como uma tentativa de retomada das reformas iniciadas nas décadas anteriores como *A reforma dos Cem Dias* (1898. Em chinês: 百日改革)⁶⁸ e o *Movimento de Autofortalecimento*.

Em consonância a Fenby (2008), consideramos que as reformas tinham por objetivo modernizar o Estado chinês dentro de um novo plano constitucionalista que ajudasse a reintegrar o país. Para isso foi elaborado um cronograma programático onde buscava-se redimensionar as mais diversas esferas em seus setores políticos, administrativos, militares, culturais, educacionais e produtivos. Nessa perspectiva, foi formada uma comissão que atuou ao longo dos anos seguintes na formulação das reformas espelhadas nas principais nações capitalistas da época dentro de um esboço relativamente

⁶⁷ Na China, o conjunto de reformas é conhecido principalmente como *Novas Políticas da Dinastia Qing* (em chinês: 清末新). Outras denominações, contudo, são utilizadas para definir o movimento como *New Deal do Final da Dinastia Qing* ou simplesmente *Novas Políticas Ghengzi* (em chinês: 庚子新政). Após a derrubada do mando político dos Qings na China, a reforma foi chamada pelos revolucionários nacionalistas Xinhai de *Reformas que cobrem a vergonha* (em chinês: 遮羞变法).

⁶⁸ A Reforma dos Cem Dias ou *Reforma Wuxu* foi uma das várias tentativas mediadas pelo Estado chinês, na ocasião sob a liderança do jovem imperador Guangxu (1871-1908,) de implantar uma reforma nacional que atingisse áreas importantes como a política/administrativa, cultural, militar e educacional. Entre as propostas modernizadoras espelhadas no Ocidente estava a de transformar o sistema de governo de uma monarquia absoluta para uma monarquia constitucional, abolir o sistema nacional de exames, criação de uma escola naval e da Universidade de Pequim, aplicação de princípios capitalistas para dinamizar a economia e um plano de industrialização do país. Considerada radical demais pelas elites chinesas, a reforma durou de 11 de junho a 22 de setembro de 1898, quando foi revogada em decorrência do golpe de Estado promovido pela Imperatriz Cixi e oficiais militares que depôs e prendeu o então Imperador Guangxu, o condenou a prisão domiciliar e condenou à morte seus conselheiros reformadores mais destacados.

avançado; alterando, inclusive, as relações de tributos e controle fiscal internas; fortemente afetadas devido às reparações as quais o Estado chinês estava constrangido a pagar às nações estrangeiras.

As reformas, no entanto, tiveram um impacto imediato restrito e diferenciado dentro do país; concentrando seus efeitos nas proximidades do vale Yangzi (em chinês: 扬子) enquanto em outras regiões do país as relações permaneceram praticamente inalteradas. Assim, embora tivessem sido formuladas sob a intenção de constituir um arcabouço que possibilitasse a reestruturação do Estado chinês e da sua economia em um plano de longa duração, esbarrava em uma limitada capacidade de aplicação. Além disso, seguindo a avaliação de Hsü (2000), as reformas falharam por não conseguir oferecer resolução aos ressentimentos étnicos entre a maioria han e a minoria manchu e à condição semicolonial a que a China foi submetida pelas potências capitalistas internacionais.

Contudo, para Preston (2000), não obstante as limitações que impossibilitaram um grande êxito das reformas, algumas mudanças instituídas tiveram efeito em médio prazo e operaram dentro de uma razoável eficiência. Caso da reforma educacional implantada; que na prática aprofundava um conjunto de medidas aplicadas nos anos anteriores e que ensejou o surgimento de um jovem corpo de estudantes e intelectuais⁶⁹, cuja formação aberta à influência ocidental os conectou com princípios adversos aos da antiga estrutura de poder materializada nos Qings. No entendimento de Spence (1996), foi essa base de jovens chineses que junto à burguesia comercial/financeira estabelecida na mediação ao capital estrangeiro e aos futuramente denominados Senhores

⁶⁹ É notável a participação do jovem corpo de estudantes e intelectuais chineses, com muitos tendo vinculação acadêmica a institutos de ensino estrangeiros, nos processos revolucionários que foram desencadeados na China no início do século XX e em suas construções programáticas. Nomes como Sun Yat-Sen, Chen Duxiu (1879-1942), Hu Hanmin (1839-1936), Li Dazhao (1889-1927), Hu Shi (1891-1962), Wu Shuqing (1892-?) e Qiu Jin (1875-1907) deram contribuições inestimáveis às lutas de emancipação nacional e para a derrubada da velha ordem capitaneada pela Dinastia Qing. Muitos desses jovens intelectuais estão entre os fundadores tanto do Kuomintang (1919), quanto do Partido Comunista da China (1921).

de Guerra⁷⁰ formaram a vanguarda política que levou a Revolução Xinhai às últimas consequências; encerrando o longo ciclo da Dinastia Qing no comando na China e possibilitando à nação iniciar a recomposição de suas forças políticas.

A derrocada final do mando político dos Qings na China ocorreu a partir de uma conjunção de fatores que terminaram por catalisar o seu desgaste e da ordem social que representavam. A incapacidade dos mandatários em recuperar a autonomia nacional frente ao capital estrangeiro, os ressentimentos étnicos, a pungente crise econômica e social que afligia a massa trabalhadora, a pouca propensão da classe dirigente em transformar substancialmente as arcaicas estruturas de poder existentes precipitaram o que para Engels (1857) *seria a última hora da velha China*. Sim, a moderna China viria a nascer, mas não sem o enfrentamento de muitas dores.

1.3. A evolução revolucionária chinesa, a construção republicana e seus dilemas

A fundação da República da China (em chinês: 中华民国) em 1912, assim como ocorreu posteriormente com a Revolução Comunista, foi decorrente de um histórico de lutas camponesas e nacionalistas que serviram tanto para quebrantar as bases do poder dos Qings, como para aprofundar a disputa quanto aos direcionamentos emergentes dentro do novo plano político. Uma disputa que tensionava a manutenção de antigas tradições com a assimilação de novas formas de sociabilidades e velhas relações de produção com as novas formas que surgiam no horizonte político. Como podemos ver em Scalapino; Yu (1961),

⁷⁰ Na definição de McCord (1993), os Senhores de Guerra correspondiam a destacados chefes de milícias privadas que se fortaleceram na China a partir de sua contribuição para a supressão da Rebelião Taiping. Esses chefes passaram a ter bastante poder nas regiões em que atuavam, dentro de uma forma de exercício que se assemelhava às existentes nas sociedades feudais e foram responsáveis por estabelecer em diferentes províncias um mando político paralelo ao Estado oficial chinês. Os Senhores de Guerra ganharam bastante força principalmente após a morte do primeiro presidente eleito da república chinesa, Yuan Shikai, em 1916, colocando o país em nova guerra civil.

existia em parte dos revolucionários de 1911 a propensão de reerguer o país dentro de concepções culturais renovadas que transformassem as estruturas de poder, enquanto outra parte se engajava na manutenção das formas de propriedade estabelecidas e do mando político regional. E quais foram os desdobramentos desse atrito?

Nessa fase, as diferentes perspectivas ficaram evidentes na ausência de um programa unitário que elaborasse as diretrizes necessárias para o enfrentamento do poder político manchu e para a formulação da nova estrutura política que estaria por vir. A ausência de um planejamento unificado esteve refletida no próprio enfrentamento popular que levou a governança Qing a seus derradeiros dias. Um processo de lutas que se constituiu na forma de dezenas de levantes espalhados em diferentes regiões, com propósitos, lideranças e organizações próprias e de forma pouco integrada entre si. As rebeliões pareciam trazer consigo tanto as fragmentações internas de longa duração que acometiam a sociedade chinesa quanto a antiga tradição de lutas camponesas que ocorreram por milhares de anos no país.

Contudo, como podemos concluir a partir da análise dessa experiência histórica, se por um lado, essa tradição de organizações camponesas, situadas numa sociedade com larga predominância agrária⁷¹, garantia aos chineses um determinado referencial histórico de lutas, por outro era comumente associada à uma estrutura política arcaica e verticalizada; que deixaria poucas probabilidades de engendramento de transformações substanciais e de longo alcance. São relações que ficam bem perceptíveis nas observações de Coggiola:

[...] Essas lutas de classes, porém, não provocavam a substituição de uma classe por outra no Estado, pois os camponeses não conseguiam articular-se nacionalmente, eles mesmos, como uma classe social capaz não só de lutar, como também de mudar radicalmente o sistema social através do exercício do poder. E não existia outra classe social,

⁷¹ A China é uma sociedade historicamente estruturada pela predominância do campo sobre o setor urbano e com a sua industrialização consolidada, ainda que em grande volume, apenas nas últimas décadas. A superação da população urbana sobre a rural veio a ocorrer somente em 2011; exatamente um século depois da derrubada de sua monarquia pela revolução nacionalista. Os dados desta transição estão disponíveis em [G1 - China conta agora com mais população urbana que rural - notícias em Mundo \(globo.com\)](#).

nas cidades ou de âmbito nacional, que enfrentasse as dinastias, opondo outro sistema de produção (por exemplo, o desenvolvimento de indústrias baseadas na exploração do trabalho assalariado), pois as classes possuidoras preferiam investir, segundo a tradição chinesa, em terras (Coggiola, 2015, p. 01).

Figura 3: Sun Yat-Sen. O Pai da Revolução Chinesa e sua liderança mais destacada em sua fase republicana e democrática.



Fonte: www.thoughtco.com (2019).

A crítica de Coggiola dialoga com uma ampla produção intelectual – estruturada, mormente, no pensamento marxista (GURVITCH, 1982; LUKÁCS, 2003; MÉSZÁROS, 2002, etc.) - que se dedicou à compreensão do movimento histórico-dialético que constituiu o proletariado urbano como destacado vetor das lutas revolucionárias contemporâneas. No entanto, as atribuídas limitações do campesinato mencionadas ao longo deste capítulo devem ser ponderadas em um crivo analítico que considere suas transformações estruturais ao longo do tempo e das circunstâncias. Algo fundamental para entendermos o campesinato dentro de sua potencialidade revolucionária e como se tornou uma das principais

frentes de lutas populares existentes na atualidade. Essa dinâmica, que implica potencialidade e limitação, encontra pertinente elucidação na análise de Silva:

No geral, em que se pese o reconhecimento de sua importância como ator político, muitas das reflexões existentes tendem em concordar que o campesinato necessita de agentes e fatores externos para se organizar e atuar politicamente [...] Essa reflexão deve ser relativizada, pois, se verdadeira, não é restrita ao campesinato. Pois a organização política e a mobilização para a manutenção ou mudança em uma ordem política, independente da classe, não é necessariamente obra de toda a classe, mas inicialmente, de indivíduos ou de um grupo de elementos humanos, muitas vezes, de distintas origens econômicas e sociais (Silva, 2008, p. 64).

Nas vias de superação de sua dispersão histórica, o campesinato chinês encontrou o seu potencial revolucionário nas lutas políticas que determinaram o encerramento da dominância política manchu no país. Posteriormente, essa camada social se mostrou fundamental para que a Revolução Maoísta tivesse êxito e originasse relações de poder e formas de propriedade até então inexistentes em sua sociedade.

Dessa forma, o campesinato foi um dos agentes que tornaram possíveis as grandes transformações estruturais que ocorreram na China ao longo do século XX e a superação da condição semicolonial a que sua nação estava submetida. Uma classe de trabalhadores que exerceu papel decisivo nesses processos e da qual se cobrou os maiores sacrifícios. Essa realidade, condizente com a materialidade das condições históricas então efetivas na China, levou Lenin ou Lenine a compreender que *Seria utópico pensar que os partidos proletários, nos países atrasados, poderiam adotar táticas e políticas comunistas sem considerar as relações com o movimento camponês e sem apoiá-los efetivamente* (Lenin, 1938, p. 240-241).

A atenção de Lenin para as condições materiais da classe trabalhadora de sociedades sob ocupação colonial e países atrasados como a China de sua época se estabeleceu em coerência com os princípios internacionalistas cultivados desde meados do século XIX, na chamada

*Primavera dos Povos*⁷². Conforme matizado por Hu Qiaomu (2018), Lenin demonstrou grande interesse e preocupação com os rumos da política chinesa e da organização de sua classe trabalhadora desde, pelo menos, o final do século XIX, tendo dedicado diversos artigos e pronunciamentos a respeito. Algo que fica demonstrado na reprodução a seguir:

Deve-se lembrar acerca disto, que já em 1900 e, particularmente em 1912 e 1913, o próprio Lenin já dava grande atenção e escrevera importantes artigos sobre a questão chinesa. Durante o período de 1918-1920, os anos mais críticos após a Revolução de Outubro, Lenin e Stalin, em muitas ocasiões, deram as mais profundas orientações sobre a questão nacional no Oriente. Foram tais orientações que constituíram o ponto de partida da obra *A Nova Democracia*, do camarada Mao Tsé-tung. No Segundo Congresso da Internacional Comunista, realizado em julho de 1920, Lenin fez um relatório especial e elaborou um programa sobre a questão nacional e colonial. Estes clássicos documentos escritos por Lenin traçaram o fundamental curso revolucionário para as nações oprimidas e para os povos dos países coloniais e semicoloniais, estabeleceram a política básica que os comunistas deveriam adotar no curso dos movimentos nacional-revolucionários, e fazendo-o, prestaram uma fundamental ajuda à Revolução Chinesa (Qiaomu, 2018, p. 33).

Assim, a organização e direcionamento das massas camponesas se constituíram como elementos cruciais para que o processo revolucionário na China pudesse ser construído seja em sua fase republicana/democrática/nacionalista, seja na conquista do poder político pelos comunistas do PCCh. Cabendo ao proletariado, intelectuais e militares direcionar as lutas em uma circunstância histórica em que a embrionária, dependente e importadora burguesia chinesa se encontrava impossibilitada de cumprir essa função; ao contrário do que ocorreu na Europa ocidental e na América do Norte.

Nessa conjuntura, como exposto por Fenby (2008), as lutas revolucionárias instituídas na virada dos oitocentos na China não foram precedidas por uma revolução burguesa, como ocorreu em parte das potências capitalistas existentes. Assim, o processo de enfrentamento do poder absolutista

⁷² Para Hobsbawn (1977), assim como para Marx (2011) e Marx; Engels (2012), o processo revolucionário que ocorreu simultaneamente em alguns dos principais centros da Europa deixaram patente a retração do ímpeto revolucionário da burguesia europeia e o ascenso do proletariado como expressão política e como *classe em si e para si*, cuja maximização de seu protagonismo político instituído nas lutas sociais levariam à destruição do ordenamento classista da vida social.

dos Qings coube ao campesinato e às categorias sociais então emergentes: militares descontentes com os denominados “Novos Exércitos”⁷³ (em chinês: 新军队), milícias armadas instituídas de modo semifeudal, a incipiente e reduzida burguesia estruturada nas importações e intermediações junto aos enclaves estrangeiros atuantes no país e a classe de letrados (estudantes, professores e intelectuais) formados nas décadas que precederam a revolução. Essa última camada atuou como a grande divulgadora da causa nacional tanto em território chinês como para além de suas fronteiras.

Nessas condições, o autor considera que a Revolução Xinhai surgiria da confluência dessas classes políticas que, em conjunto, trariam contributos para que o enfrentamento do poder da Dinastia Qing na China e dos enclaves estrangeiros então operantes atingisse pela primeira vez dimensões nacionalizadas. Assim, a revolução nacionalista/republicana/democrática ganhou força a partir da junção de frentes distintas, cuja unidade se estabeleceu não através de uma base programática elaborada e coesa, mas pelos inimigos comuns a serem combatidos. Considerando também, nessa conjuntura, que os falecimentos da Imperatriz Cixi e do Imperador Guangxu (ambos em 1908) contribuíram para o enfraquecimento da já alquebrada monarquia chinesa. Destacando, no processo, a influência de lideranças como Sun Yat-Sen, Yuan Shikai (1859-1916) - não por acaso, os primeiros presidentes da República da China -, Liang Qichao⁷⁴ (1873-1923) e Huang Xing (1874-1916) para que as forças revolucionárias ganhassem a definição de propósitos necessária para que o primeiro grande objetivo, o término da monarquia dos Qings, fosse concluído.

⁷³ Forma como se convencionou chamar as mudanças modernizantes determinadas pelo governo Qing que impuseram a reestruturação e os vínculos de lealdade de suas forças armadas. Faz parte do denominado Movimento de Autofortalecimento da China.

⁷⁴ Liang Qichao foi um intelectual, jornalista e formulador da *Teoria do Novo Povo* (em chinês: 新理论). Foi uma notável liderança política e Chefe de Finanças da República da China de julho a novembro de 1917. De acordo com Zhou (2021), a Teoria do Novo Povo se estruturou como uma crítica profunda de Qichao a respeito da constituição civilizacional da China e sobre a necessidade de reformulação das relações sociais existentes no país em uma perspectiva nacionalista e modernizante. As formulações de Qichao defendiam a implantação de uma monarquia constitucional e a conversão do povo chinês de súditos da coroa para cidadãos em moldes semelhantes aos existentes no países mais avançados do Ocidente.

Conforme podemos apurar em Estherick; Wei (2014), os inúmeros levantes que constituíram a Revolução Xinhai e impuseram à Dinastia Qing os seus derradeiros anos surgiram através da ação desses agentes políticos, organizados na maioria das vezes em sociedades secretas (fundadas dentro ou fora do território chinês) ou em colaboração com elas. Sun Yat-Sen se destacou nessa fase por contribuir muitas vezes em sua organização e direcionamento.

Organizações como a *Sociedade Literária Furen* (em chinês: 辅仁文学社; Hong Kong, 1890), *Sociedade para a Regeneração Chinesa* (em chinês: 中国复兴学会; Honolulu, Havaí, 1894) e a *Sociedade de Reavivamento da China* (em chinês: 中国复兴会; *Huaxinghui*, 1894), organizaram diversas revoltas a partir de diferentes províncias. Muitas derrotas e perdas humanas foram contabilizadas nessa fase de construção do processo revolucionário chinês por meio da repressão violenta empregada pelo Estado. Entretanto, em conjunto impuseram um desgaste cada vez mais evidente no mando político dos Qings sobre o país, que se prolongou até a sua derrota definitiva.

Levantes como as *Revoltas de Guangzhou*⁷⁵, *Revolta de Huizhou*⁷⁶,

⁷⁵ As Revoltas de Guangzhou (em chinês: 广州起义), 1905 (primeira) e 1911 (segunda) foram organizadas pela Sociedade para a Regeneração Chinesa. O movimento fracassou e suas lideranças foram presas, executadas ou tiveram que se exilar. Caso de Sun Yat-Sen; que teve que fugir para o estrangeiro. Nos anos seguintes, o líder revolucionário trabalhou intensamente em organização e propaganda da causa chinesa enquanto residia no Japão, Cingapura, Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos. Em abril de 1911 ocorreu a Segunda Revolta de Guangzhou ou a Revolta do Monte das Flores Amarelas que culminou em mais uma derrota e no massacre dos revolucionários.

⁷⁶ A Revolta de Huizhou (em chinês: 惠州起义) ocorreu na província de Cantão, em 1900. Foi organizada e liderada por Sun Yat-Sen e Zheng Shiliang (?; Líder revolucionária). Contou com cerca de 20.000 homens e alguma colaboração estrangeira e dispersando-se através da ação do então primeiro-ministro japonês Ito Hirobumi (1841-1909), resultando em mais um fracasso.

*Revolta de Huanggang*⁷⁷, *Revolta de Zhennanguan*⁷⁸ e, por fim, a *Revolta de Wuchang*⁷⁹ conseguiram ampliar, com suas vitórias e fracassos, a participação popular necessária para impor a derrocada final do mando político dos Qings e encerrar a dinastia que governou por mais de 200 anos a China.

Ainda amparando-nos nos estudos de Estherick; Wei (2014), concluímos que a Revolta de Wuchang constituiu um ponto de virada dentro da Revolução Chinesa. Em outubro de 1911, os revoltosos, desertores dos Novos Exércitos e revolucionários civis, conseguiram conquistar por força das armas a importante cidade de Wuchang e impor, desse modo, a primeira derrota consistente e definitiva às forças imperiais; massacrando o contingente manchú e executando as lideranças capturadas. E quais as consequências imediatas?

A revolta serviu, a partir de então, como modelo organizacional⁸⁰ para dezenas de levantes que viriam a ocorrer em seguida em diversas províncias⁸¹;

⁷⁷ A Revolta de Huanggang (em chinês: 皇岗起义) irrompeu na cidade Chaozhou (em chinês: 潮州), na Província de Cantão, em 1907. Avançaram e conquistaram a cidade de Huanggang, na província de Hubei. No entanto, o sucesso inicial durou pouco e não conseguiram se sobressair diante da contraofensiva imperial, sendo derrotados e com cerca de 200 revolucionários sendo mortos.

⁷⁸ A Revolta de Zhennanguan (em chinês: 镇南关起义) ocorreu em 1907 e foi outra revolta que contou com a participação e liderança direta de Sun Yat-Sen, além de Huang Xing (militar e estadista. Primeiro Comandante-em-chefe da República Popular da China) e Hu Hanmin (1879-1936; político e filósofo chinês. Um dos fundadores do Kuomintang). Derrotados novamente pelas forças imperiais, causou forte crise entre os revolucionários, forçando Sun Yat-Sen a se exilar em Cingapura; de onde não retornaria até a eclosão da grande Revolta de Wuchang, em 1911.

⁷⁹ O Levante de Wuchang (em chinês: 武昌起义), ocorreu em 1911, na antiga cidade de Wuchang (em chinês: 武昌), situada na província de Hubei, principal centro militar do país. Foi a primeira grande rebelião republicana vencedora na China e costuma ser creditada como se constituísse o começo da Revolução Xinhai, quando, na verdade, foi uma das etapas da revolução e sua rebelião mais importante.

⁸⁰ Ainda que os conjurados tenham sido impelidos a precipitar seu avanço em virtude de uma explosão acidental em Hankou [em chinês: 汉口] que expôs às autoridades manchus sua organização.

⁸¹ Inúmeros levantes armados ocorreram pelas províncias chinesas no final do ano de 1911. Tendo como base organizacional frentes militarizadas compostas por desertores do Novo Exército inconformados com o mando político dos Qings e revolucionários civis engajados nas pautas nacionalistas e democráticas. Levantes como a Restauração de Changsha (26 de outubro de 1911), Revolta de Jiujiang (23 de outubro de 1911), Revolta de Kunming (30 de outubro de 1911), Revolta Armada de Xangai (03 de novembro de 1911), Revolta de Nanquim (08 de novembro de 1911) e Revolta de Ningxia (17 de novembro de 1911) impuseram expressivas derrotas à monarquia chinesa e instituíram governos militares em oposição ao governo central.

com muitas delas aproveitando a circunstância para proclamar a sua independência⁸². Assim, estavam instituídas as bases para que a guerra civil se consolidasse dentro de uma perspectiva nacionalizada na China, ainda que as bases de sua unidade ainda apresentassem consideráveis inconsistências.

Como fica claro em Costa (2015), nesta fase da revolução ainda preponderavam condições determinadas de forma assaz por conjunturas regionais; que iam ao encontro dos descontentamentos das camadas sociais locais com a combalida realeza Qing (com destaque aos oficiais e jovens soldados que se sentiram negligenciados, ameaçados e traídos com as reformas conduzidas pelo governo central nas formas armadas), sem, no entanto, apresentar definições unificadas quanto às transformações a serem estabelecidas. A título de exemplo, as mudanças promovidas pelos Qings em suas forças de segurança tinham por objetivo modernizar seu quadro militar e ampliar seus vínculos de lealdade. Foram modificações que alteraram parte da composição de suas forças com o ingresso de jovens, muitas vezes, com uma formação superior aos remanescentes das antigas divisões e milícias incorporadas. Contudo, as reformas tiveram efeitos inesperados pelos mandatários, conforme o autor deixa manifesto abaixo:

O império Qing adota um plano de 10 anos, onde planeja montar e treinar 36 divisões do Novo Exército chinês, e, portanto, começam instalar novas escolas militares: Cada província iria instalar uma escola cujo curso duraria três anos; Zhili, Shaanxi, Jiangsu, e Hubei teriam escolas adicionais contendo cursos que durariam dois anos; Beijing, por fim, teria uma academia militar cujo curso durava 18 meses e um colégio militar cujo curso demorava 2 anos. Paradoxalmente, enquanto os exércitos em que se baseavam eram unificados, o império deixou nas mãos dos líderes provinciais a criação e alistamento desses novos exércitos dando ainda mais poder para esses líderes regionais e fragmentado ainda mais o exército. Para aumentar o número de recrutas para esses Novos Exércitos, o Estado inicia uma campanha para transformar a carreira de soldado em uma carreira mais bem vista

⁸² Diversas províncias chinesas e Estados-Vassalos declararam a sua independência durante e após os levantes que terminariam por derrubar o poder monárquico dos Qings no país. As províncias de Guangdong (1911), Shandong (1911), Anhui (em chinês: 安徽, 1911), Jiangsu (em chinês: 江苏, 1911), Sichuan (em chinês: 四川, 1911), Guangxi (em chinês: 广西, 1911), Fujian (1911), Shaanxi (em chinês: 陕西, 1912), Jiujiang (em chinês: 九江, 1912), além do Tibete (1912) e Mongólia (1911). Essas divisões, tiveram impacto significativo no curso da Revolução Chinesa e foram determinantes sobre a reestruturação do poder após a renúncia do imperador-infante Xuantong (Pu Yi), o último monarca Qing, em 12 de fevereiro de 1912.

entre os jovens, e agora que o exército estava sendo modernizado eram os jovens letrados e não aqueles que realizavam grandes feitos físicos. Esses jovens, que formavam a base desses novos exércitos, eram muitas vezes jovens que haviam estudado fora do país em academias militares no Japão, e traziam consigo ideais revolucionários e tiveram grande influência nos momentos revolucionários que culminaram na revolução de 1911 que derrubou o Império (Costa, 2015, p. 06).

Assim, pautando-nos nas análises de Fitzgerald (1996), consideramos que coexistiam na China revolucionária de então pelo menos três perspectivas concretas quanto à reestruturação do poder: 1. A do grupo republicano, democrático e nacionalista que estava sob a liderança de Sun Yat-Sen. 2. A dos monarquistas constitucionalistas e contrarrevolucionários que desejavam impor reformas ao Estado chinês, mas preservando o mando político dos Qings. Grupo que tinha em Yuan Shikai sua liderança mais destacada. 3. A dos grupos regionalizados, liderados pelo que viria a ser conhecido pela história como “Senhores de Guerra” (chefes militares formados no século anterior no combate a rebeliões como a Taiping e que ganharam enorme poder nas províncias; onde passaram a exercer sua autoridade de forma semifeudal). Muitas dessas províncias e Estados-Vassalos acabariam por ter a sua independência da China decretada durante as revoltas ou após a derrubada do poder monárquico dos Qings, ameaçando gravemente a unidade territorial e política do país.

O caso tibetano é o mais conhecido pela opinião pública ocidental. Com uma história de mais de 2000 anos, o Tibete foi unificado pela primeira vez no século VII pelo Rei Songtsen Gampo (569-649) e passou a existir como um protetorado chinês durante a Dinastia Qing, mantendo-se fora da influência europeia pelos dois séculos seguintes. Como fica detalhado em Grunfeld (2015), a situação mudou após os Tratados Desiguais tendo primeiramente a região sul do montanhoso Estado-Vassalo invadida pelos britânicos a partir da década de 1850.

Ainda seguindo os relatos de Grunfeld (2015), constatamos que em 1903, a região passou para o controle da Grã-Bretanha, retornando em 1906 para o comando chinês através do acordo firmado na *Convenção Anglo-*

*Chinesa*⁸³. Em 1913, o protetorado, aproveitando o calor da Revolução Xinhai, declarou a sua independência do Império Chinês, não sendo reconhecida, contudo, pela nova república asiática. Com a conquista do poder político por parte do PCCh, a região foi anexada como província e houve um endurecimento desse controle; ocasionando uma mudança drástica no regime de poder tibetano, até então organizado sob um sistema estamental bastante rígido.

Figura 4: Mapa da China. Destaque, em amarelo, para as regiões autônomas que fazem parte de seu mapa geopolítico.



Fonte: newscomworld.com (2020).

Tenzin Gyatso, o 14º Dalai Lama, fugiu, em 1959, para a Índia, onde fundou, em Dharamsala, o *Governo de Exílio*; na prática uma representação política destinada a obter reconhecimento internacional para a luta pela independência do Tibete. O antigo Estado vassalo existe atualmente como uma Região Autônoma⁸⁴. O Tibete, por seu relevo, cumpre funções militarmente

⁸³ A Convenção Anglo-Chinesa foi um tratado assinado em 27 de abril de 1906 que sucedeu o *Tratado de Lhasa* (assinado em 07 de setembro de 1904 e ratificado em 11 novembro de 1904, em que foram reconhecidas as fronteiras entre o estado indiano de Sikkim e o Tibete e a abertura das cidades tibetanas ao comércio britânico. O tratado cancelou os acordos firmados entre a China e a Grã-Bretanha em 1890 e 1893 e retirou o Tibete da tutela Chinesa). No acordo, mediante compensação indenizatória à Coroa Britânica, a China voltou a ter posse do Tibete.

⁸⁴ Existem atualmente cinco regiões autônomas na China, que são: Tibete, Mongólia Interior, Guangxi, Ningxia e Xinjiang. Conjuntamente, as regiões têm cerca de 4374200km².

estratégicas em relação à Índia e ao Paquistão. Países com que divide fronteiras e com os quais a China possui divergências territoriais intrínsecas⁸⁵. A região tibetana é a mais alta do mundo, com uma média de altura superior a 4.000m, com muitos recursos naturais e é onde estão as principais nascentes fluviais que abastecem a China.

Os acontecimentos desencadeados em Wuchang, como fica reforçado em Chen Renyu (2013), deixaram evidente que a participação dos militares seria categórica tanto para a derrota dos Qings quanto para a definição dos trilhos políticos e territoriais da China pelos anos seguintes. A articulação multipolar da revolução e a grande autonomia que a sua organização adquiriu nas províncias contribuíram inequivocadamente para precipitar a queda da monarquia, mas puseram em risco a própria sobrevivência política da nação.

O problema foi contornado parcialmente com a *Proclamação da República Popular da China* (1º de janeiro de 1912), a abdicação do Imperador-Infante Xuantong (1906-1967; 12 de fevereiro de 1912) e com a entrega do governo do país a Yuan Shikai, comandante do *Exército de Beyang*⁸⁶ (em um acordo mediado por Sun Yat-Sen que uniu províncias do norte e do sul da China). No entanto, mesmo contando com uma poderosa unidade militar, Shikai conseguiu apenas adiar por um curto período que uma nova onda de descontentamento se espalhasse e o país entrasse novamente em guerra civil. Conforme fica exposto abaixo por Costa:

Com a República estabelecida, e com a abdicação formal do último Imperador Qing, os revolucionários passaram a ver o poder nas mãos de Yuan Shikai como algo negativo, afinal ele não era ideologicamente um revolucionário como os membros do KMT. Havia criticado firmemente os defensores dos direitos das mulheres que ele acreditava

⁸⁵ Existe uma complexa rede de disputa territorial que envolve China, Índia e Paquistão. A China tem uma área de confronto com a Índia que se estende pelo Vale de Galwan, em Ladakh, com ambos os países se acusando de invasão e condenando as construções infraestruturais das duas partes. A Índia acusa a China de apoiar o Paquistão, país com que disputa a região da Caxemira desde meados do século XX, enquanto a China acusa os indianos de apoiarem os separatistas tibetanos.

⁸⁶ O Exército de Beyang (que pode ser traduzido literalmente como “Exército do Mar do Norte”. Em chinês: 北洋軍) foi uma divisão militar organizada durante as reformas articuladas no governo da Dinastia Qing e inspirada nos parâmetros das potências militares ocidentais. Foi de grande importância na transição política entre monarquia e república e foi um referencial no campo militar chinês até a conquista do poder pelos comunistas do PCCh em 1949.

estarem destruindo a família tradicional chinesa, e ele acreditava que a eliminação dos estudos confucianos seria uma mudança drástica demais. Eventualmente essas animosidades chegam ao seu clímax nas eleições de 1913, onde Yuan Shikai assassina seu rival político Song Jiaoren do KMT. Os revolucionários se vêm forçados a entrar em guerra contra Yuan na chamada “Segunda Revolução” (Costa, 2015, p. 07, 08).

Atingido o objetivo inicial, a extinção do mando político da Dinastia Qing e oficialização da república, a China continuaria sofrendo com graves problemas que comprometeriam fortemente a sua experiência republicana e a futura construção socialista do país: a aguda fragmentação política interna que levou diversas províncias e Estados-Vassalos a não reconhecerem em termos concretos o governo central da China, a soberania nacional subjugada pelos enclaves estrangeiros que operavam em seu território e pelas sanções imperialistas resultantes das guerras em que saiu derrotada. A isso devem ser somados o atraso econômico, tecnológico e militar a qual estava submetida e a miséria generalizada que afligia o povo chinês.

Externamente, a emancipação do país, em que pese suas contradições internas, esteve correlacionada à luta anticolonial e à correspondente divisão espacial e econômica impulsionada pela expansão internacional do capitalismo. Assim, inspirando-nos em Galeano (2010), Lenine (2003), Lukács (2003) e Luxemburgo (1970), para quem desenvolvimento e subdesenvolvimento compõem partes integradas dentro do modo de produção capitalista, compreendemos que a consciência nacional na China moderna surgiu ancorada na necessidade de superação da condição semicolonial que lhes foi imposta pelas nações imperialistas. Luta que seria determinante para a consolidação da república chinesa e para a construção de seu programa socialista ao longo de suas diversas fases e características.

Internamente, a questão da reconstrução nacional esteve inequivocadamente interligada aos problemas da falta de unidade política e da dificuldade do povo chinês em se reconhecer como participante de uma nacionalidade constituída; o que comprometeria seus vínculos de lealdade e a sua integração como parte de uma nação. Tamanha debilidade foi apresentada por Sun Yat-Sen como uma problemática, cuja superação se impunha como um

imperativo para a sobrevivência material do povo chinês e para a construção de sua prosperidade:

Qual é a posição de nossa nação no mundo? Em comparação com outras nações, temos a maior população e a mais antiga cultura, com 4.000 anos de duração. Deveríamos estar progredidos ao lado das nações da Europa e da América. Mas, o povo chinês conta apenas com grupos familiares e de clã; não tem espírito nacional. Consequentemente, apesar de 400 milhões de pessoas se congregarem numa só China, somos, de fato, apenas um lençol de areia movediça. Somos o Estado mais pobre e mais fraco do mundo, ocupando a posição mais baixa no cenário internacional. O resto da humanidade é o trinchante e o prato, enquanto nós somos o peixe e a carne. Nossa posição, atualmente, é extremamente perigosa. Se não promovermos intensamente o nacionalismo e amalgamarmos nossos 400 milhões de compatriotas numa forte nação, enfrentaremos uma tragédia — a perda de nosso país e a destruição da nossa raça. Para afastar esse perigo, devemos esposar o nacionalismo e utilizar o espírito nacional para salvar o país (Sun Yat-Sen, 1944, p. 18-19).

A questão da unidade do povo chinês em proveito de uma identidade cultural nacional, embora nunca plenamente resolvida (como fica indicado pela própria divisão geopolítica do país e pela existência de regiões autônomas, Regiões Administrativas Especiais [Macau e Hong Kong] e pelo caso de Taiwan⁸⁷, Estado Insular, cuja reivindicação de independência se mantém como força política expressiva), ganhou perspectivas de resolução em termos mais factíveis na luta contra as potências estrangeiras, principalmente o Japão.

⁸⁷ Reconhecida oficialmente como República da China, Taiwan (em chinês: 台灣), é um Estado Insular, localizado na Ilha Formosa (em chinês: 台灣) e com uma área de 35980 km². No período das grandes navegações, a ilha esteve sob o controle de holandeses e espanhóis. Passou a integrar o Império Chinês em 1683, durante o mando político da Dinastia Qing. A ilha também esteve sob domínio japonês a partir do início da década de 1920 até a rendição dos japoneses na II guerra Mundial, em 1945. Após a vitória comunista na guerra civil que assolou a China entre 1927 e 1949, os nacionalistas do Kuomintang fizeram da ilha sua base de governo, com a cidade de Taipei (em chinês: 台北市) sendo elevado à capital da República da China, usufruindo de grande reconhecimento internacional. Dessa forma, a República da China, objetivamente constituinte da República Popular da China, foi um dos fundadores das nações unidas e fez parte de seu Conselho de Segurança até 1971; quando foi substituída pela República Popular da China. Existe em Taiwan um longo movimento separatista que tem conseguido manter o mando político nas últimas eleições, com o *Partido Democrático Progressista* (em chinês: 民主进步党), fundado em 1986 e contrário a união entre a China continental e Taiwan, conseguindo se reeleger recentemente; conforme detalhado na matéria do G1 reproduzida no link a seguir: [Partido contrário à unificação de Taiwan com China vence eleição presidencial | Mundo | G1 \(globo.com\)](#).

Tendo como parâmetro as análises de Gelber (2007), concluímos que na China republicana, a disseminação de princípios nacionalistas foi um desafio admitido em meio a condições que foram se agravando com as divisões políticas internas e à ação agressiva das potências estrangeiras. Isso em um contexto em que as disputas interimperialistas levaram grande parte do mundo a entrar em conflito armado. Nessas circunstâncias, três fatores interligados tiveram determinação sobre o crescimento do sentimento nacionalista entre os chineses: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o recrudescimento das investidas japonesas contra o Estado chinês e a Revolução Russa (1917). E como essas ocorrências contribuíram, em seu conjunto, para a consolidação nacional da China?

A eclosão da Primeira Grande Guerra, o maior conflito imperialista até então, colocou alguns enclaves operantes em território chinês em lados opostos, permitindo à China buscar constituir um plano de alianças com a intenção de ganhar algumas posições no âmbito geopolítico internacional. Como vimos ao longo do texto, as sucessivas derrotas militares que sofreram e a resultante perda de soberania foram imperativos que levaram os chineses a reavaliarem seu ordenamento político e civilizacional; assim como a construção de sua política externa. A convulsão política internacional decorrente da Primeira Guerra permitiu a China abdicar de seu tradicional isolamento diplomático e reformular sua articulação externa de alianças; Isso por acreditar na elaboração de acordos com o Ocidente que possibilitassem a recuperação gradativa de sua autodeterminação. Algo que fica manifesto a seguir:

[...] newly republican China also came to see support for the Allied war effort as the price for a seat at the table in the post-war settlement and a place as an equal within international society. Beginning in summer 1915, Beijing allowed the Allies to recruit as many as 140,000 Chinese laborers to the European front, and in 1917, despite weakness and internal division, the Chinese Republic officially joined the war on the Allied side. In this respect, the war proved a great disappointment for many who had hoped to parlay support for the Allied war effort into advances in claims for self-government. This result set the stage of anti-colonial conflict for decades to come, not least in making the radical promises of the Bolshevik Revolution in Russia all the more attractive for those seeking to throw off the colonial yoke (Gerwart; Manela, 2014, p. 10).

A contribuição da China no conflito, já próximo do seu final, ocorreu dentro de suas limitações estruturais. Numa circunstância em que enfrentava, em paralelo, uma grave crise política interna que culminou em duas breves tentativas de restabelecimento da monarquia (Yuan Shikai, em 1915, e Zhang Xun, em 1917) e uma nova ofensiva japonesa contra o seu território; com o objetivo de ampliar o controle imperialista sobre a região. Como é possível conferir em Gerwart; Manela (2014), o plano japonês consistia em amealhar o enclave alemão em Tsintao (Qingdao. Em chinês: 青島), com suas linhas férreas e recursos naturais. Após estabelecer uma frente de combate bastante eficiente, os japoneses conseguiram derrotar os alemães, apossando-se do território e de outras colônias germânicas situadas no Extremo-Oriente.

Em conformidade a Luo (1993), temos o entendimento que a Grande Guerra concedeu aos japoneses a oportunidade de tentar consolidar o seu avanço neocolonial japonês sobre a região, sobretudo, no território chinês. Nessa circunstância, ocuparam parte da província de Shandong (em chinês: 山东. De onde se retiraram apenas em 1922; em virtude do *Acordo de Washington*⁸⁸) e estabeleceram um conjunto de exigências à autoridade chinesa que ficou conhecido como *Vinte e uma demandas* (posteriormente, reduzidas a treze devido à resistência diplomática chinesa e à preocupação dos aliados ocidentais do Japão). O protocolo, novo atentado contra a soberania do Estado chinês, fez parte da estratégia japonesa de ganhar posições dentro da corrida imperialista.

Além da tomada de controle das possessões alemãs na China, o Império Japonês reivindicou princípios de extraterritorialidade, posse da Zona

⁸⁸ O Acordo de Washington ocorreu durante a *Conferência Naval de Washington* (concluída em 06 de fevereiro de 1922); tratado estabelecido entre EUA, Reino Unido, França, Itália e Japão com o objetivo de limitar a corrida armamentista entre as nações vencedoras do Primeira Grande Guerra. No Encontro, os EUA mediarão as negociações entre o Japão e a China referenciadas pelo Art. 156º do Tratado de Versalhes; que regulamentava o destino das ex-colônias alemãs. No acordo foi estabelecido que fosse devolvido à China o controle da China a Península de Xantum (em chinês: 山东半岛) e a província de Shandong; territórios conquistados pelos japoneses do domínio alemão durante a guerra. Os termos do acordo estão disponíveis em: [Coleção de Tratados das Nações Unidas](#) (vol. 25, pp. 202–227).

Ferrovária da Manchúria do Sul (em chinês: 南满洲里) e do interior da Mongólia (em chinês: 蒙古), do complexo mineiro e metalúrgico de Han-Ye-Ping (em chinês: 韩业萍), nomeação de funcionários japoneses para os quadros administrativos do governo e exclusividade comercial. A parte mais agressiva do protocolo exigia o controle da província de Fujian, das finanças e da polícia da China.

A nova investida imperialista japonesa, que contou com reconhecimento internacional no *Tratado de Versalhes*⁸⁹, e a fragilidade do governo republicano em impor sua soberania (cedendo aos 13 pontos remanescentes das exigências do Japão) agravou a crise política na China e o ímpeto separatista dentro de suas fronteiras. Para o povo chinês, estava evidente que os governos conservadores instituídos a partir de Yuan Shikai pouco poderiam oferecer no âmbito da recuperação de sua soberania, passando a serem vistos como uma continuação da fracassada política levada a cabo pela Dinastia Qing.

Nessa percepção, a recém-empossada república estaria fracassando tanto na construção da unidade interna (com pouca capacidade de enfrentar o poderio dos Senhores de Guerra, com cada grupo auferindo frações do território para impor o seu poder oligárquico), quanto no reposicionamento internacional do país, pouco avançando na reconstrução da autonomia política do Estado. O descontentamento com a situação esteve no cerne das razões do surgimento de

⁸⁹ Conforme pode ver em Magnoli (2008), o Tratado de Versalhes foi o protocolo assinado em 28 de junho de 1919 e que encerrou oficialmente a I Guerra Mundial. Tendo como signatários o Reich Alemão, Estados Unidos, Império Britânico, França, Itália e Japão. Grande derrotado no conflito, o Reich Alemão foi penalizado com pesadas sanções econômicas sob a forma de multas e indenizações às nações vencedoras, limites e proibições quanto ao desenvolvimento de suas forças armadas, perda de indústrias, territórios e colônias. Os territórios perdidos em batalhas para os japoneses foram reconhecidos e oficializados pelo tratado; o que incluiu os enclaves que existiam na China que passaram a ser controlados pelos japoneses. Essa ocorrência foi recebida pelo povo chinês como uma nova afronta à sua soberania e humilhação imposta pelo imperialismo internacional.

movimentos anti-imperialistas como o *Movimento 04 de Maio*⁹⁰ (em chinês: 五四运动), na formação do Kuomintang e do PCCh na China.

O advento da Primeira Grande Guerra e as possibilidades de negociação com as nações ocidentais dentro de um plano de alianças estratégicas pouco alteraram, em curto prazo, a situação semicolonial da China. A participação chinesa no conflito - em uma caótica situação política interna e de grande rotatividade do governo que só foi encerrada a partir do comando do nacionalista conservador Chiang Kai-Shek (1887-1975), em 1928 - se mostrou tardia e subordinada, oferecendo não efetivos militares, mas mão de obra para atuar em auxílio de seus aliados. A adesão subordinada da China no conflito foi detalhada com esmero por Guoqi (2017), como podemos ver a seguir:

How many laborers eventually made the journey to France? All in all, about 140,000 Chinese laborers went to France to work for British expeditionary forces or French defense related factories or companies. According to a detailed report, the Huimin Company organized Twenty five shipments of French recruited laborers. Three sailed in one month from Tianjin. The first departure, on July 12, 1916, involved 1,698 laborers; the second, on July 17, 1916, had 1,365 men; the third, on July 25, 1916, numbered 1,984, making a total of 5,047 laborers. Following the Laoxikai disaster, Huimin had to move south to recruit through its branch in Hong Kong. Recruitment in south China started in December 1916 and lasted about five months. During those months, the Hong Kong Huimin Company managed to send laborers to France five times, with a total number of 3,221. Huimin also started to recruit laborers in east China at its Pukou operation [...] The first British contingent of 1,086 Chinese left Weihaiwei on January 18, 1917. The last left Qingdao on March 2, 1918, with 1,899 laborers. A total of 94,458 Chinese men arrived in France under British auspices. On November 30, 1917, the highest war authority, the British Army Council, proposed recruiting a total of 150,000 Chinese laborers for its war effort in France (Guoqi, 2017, p. 48-49).

Contudo, alguns resultados atingidos podem ser creditados à tática de cooperação subordinada da China com seus aliados na Primeira Guerra.

⁹⁰ O Movimento 04 de Maio surgiu em maio de 1919, em Pequim, a partir de protestos estudantis anti-imperialistas e contra a debilidade da resposta do governo chinês, sob o comando do Primeiro-Ministro Qian Nengxun (1869-1924), aos termos que seriam ratificados no Tratado de Versalhes. No tratado, foi reconhecido e legitimado o domínio japonês sobre ex-colônias alemãs (Península de Xantum e parte da província de Shandong) situadas em território chinês. Para além do nacionalismo, o movimento foi caracterizado por propagar ideias progressistas e renovadoras para a época, dando origem ao *Movimento Nova Cultura* (em chinês: 新文化運動) e contribuindo para a fundação do Partido Comunista da China (PCCh), em 1921.

Resultados manifestos, sobretudo, no que se refere a renegociação das indenizações impostas pelas nações estrangeiras pelas quais foi derrotada e recuperação de autonomia territorial em regiões como Shandong, em 1922. No entanto, como relatado por Mao Zedong (1979), a ofensiva japonesa demonstrou durante e após a Primeira Guerra que o esforço diplomático empreendido pelo governo chinês foi insuficiente para a superação das contínuas humilhações impostas pelos países imperialistas. Nessa conjuntura, a rebelião civil encabeçada pelo Movimento 04 de Maio e a fundação do partido nacionalista Kuomintang por Sun Yat-Sen, em 1919, foram de grande importância para a continuidade da resistência anti-imperialista no país. Todavia, os chineses ainda estavam distantes da emancipação do jugo semicolonial a que estavam submetidos.

O terceiro e decisivo fator externo que concedeu aos chineses uma perspectiva concreta de afirmação de sua nacionalidade e vitória contra o mando imperialista começou a se delinear com a Revolução Russa e a subsequente ascensão do Partido Bolchevique ao poder, em outubro de 1917. Acontecimentos que tiveram reflexos diretos na política chinesa e resultaram na fundação do Partido Comunista da China, em 1921. Em conjunto, a aliança que viria a ser instituída entre a Rússia (que antecipou a sua retirada da Primeira Grande Guerra com a assinatura do *Tratado de Brest-Litovsk*⁹¹, em 2018) e a China impulsionou mudanças significativas no mapa geopolítico internacional.

Os revolucionários Bolcheviques, conscientes que estavam da necessidade de construir uma frente internacional anti-imperialista estabeleceram estreita colaboração, inicialmente, tanto com os republicanos chineses (agrupados em torno do Movimento 04 de maio e do Kuomintang), quanto com os revolucionários comunistas que formariam o PCCh, em 1921.

⁹¹ O Tratado de Brest-Litovsk foi um acordo de paz em separado, assinado em 03 de março de 1918, entre a Rússia e Alemanha, Império Otomano, Império Austro-Húngaro e Bulgária. O acordo possibilitou à Rússia a sua retirada imediata do conflito. Os termos do Tratado estão detalhados em: [O Tratado de Paz de Brest-Litovsk - Arquivo de Documentos da Primeira Guerra Mundial \(byu.edu\)](https://byu.edu/peace-treaty-brest-litovsk). Acesso em 15/12/2023.

Para Lenine (2003), estava definido que a corrida imperialista havia chegado a um ponto em que a partilha do mundo sob o poder capitalista exigia uma contraposição de forças dispostas também no âmbito internacional. Dessa forma, a luta da China pela sua emancipação do freio neocolonial passou a contar com apoio organizado não apenas pela Rússia (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a partir de 1922), mas pelos diversos partidos socialistas formados sob a sua influência ao longo de diversos países. Com poucas probabilidades de ampliação de sua soberania por meio da diplomacia e com a sua situação interna instabilizada por forte crise política, econômica e cultural, restou ao povo chinês a radicalização de sua luta política.

2. O SOCIALISMO CHINÊS EM SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA PARTE II – REVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO POLÍTICA

“Atravessar o rio sentindo as pedras”

Ditado chinês

Figura 5: Mao Tsé-Tung ou Mao Zedong. A maior liderança da Revolução Comunista na China.



Fonte: hdg.de (2016).

Em continuidade ao capítulo anterior, estabeleceremos a análise sobre o sistema político chinês tendo como perspectiva a observação crítica sobre os desdobramentos oriundos de sua constituição histórica e as demandas a que foi submetido. Dessa forma, a análise será feita tendo como parâmetro a processualidade histórica que moldou o socialismo chinês em seu exercício concreto, objetivos e significações. Portanto, a abordagem que estamos desenvolvendo será engendrada com o intuito de melhor compreender as demandas, movimentações e as interações dialéticas que estruturaram o socialismo chinês ao longo de sua formulação objetiva.

Para esse exercício, iremos fazer observações considerando o desenvolvimento político do socialismo chinês em suas três grandes fases

históricas. Etapas que, em conjunto, ajudaram a configurar e definir o que hoje compreendemos como socialismo chinês ou socialismo com características chinesas. Sempre na busca de assimilar as demandas existentes e como essas determinaram o curso dos acontecimentos e elaboração de seu programa.

Dessa forma, discorreremos sobre a fundação do Partido Comunista da China, a influência direta dos bolcheviques na formulação de seu programa, a fragmentada luta contra os Senhores de Guerra, sua participação na Guerra de Resistência contra o invasor japonês e a posterior Guerra Civil contra o Kuomintang que culminou na conquista do poder político. Em seguida, analisaremos a construção política implantada na era em que Mao Tsé-Tung figurou como a principal liderança do país, o reposicionamento do PCCh frente aos soviéticos e as convulsões políticas que estremeceram o país durante a Revolução Cultural. Na parte final, aprofundaremos o olhar sobre a reforma política implementada sob a direção de Deng Xiaoping e como ela abriu caminhos para a expansão econômica e geopolítica da China.

Por ora, centraremos nossas investigações no movimento histórico-dialético que configurou a *Realpolitik* chinesa na atual organização estruturada no Partido-Estado e ditadura popular que vem determinando as direções do desenvolvimento socioeconômico e ambiental no país. Essa escolha ocorreu por entendermos que as raízes das principais formulações existentes no socialismo chinês e da consecução de sua agenda política residem nas demandas históricas que lhes foram apresentadas. Tão ou mais importante que a sua imersão nos princípios marxista-leninistas pertinentes à elaboração do programa político do PCCh.

Desse modo, compreendemos que questões como a luta do povo chinês contra a opressão imperial e feudal, a soberania nacional e o mando neocolonial, o subdesenvolvimento de suas forças produtivas e as contradições programáticas em relação aos bolcheviques ajudaram os chineses a formular o seu próprio paradigma quanto ao socialismo. Uma abordagem que agregou as contribuições teóricas do marxismo-leninismo às condições profundamente nacionalizadas com que se defrontaram. Direcionamento que se mantém mesmo

na atualidade - com o Estado chinês despontando como superpotência na geopolítica internacional - em que a soberania e construção de sua perspectiva de socialismo superaram as contingências históricas a que foram submetidos. É na análise dessas determinações e como os comunistas chineses se articularam em relação a elas que empregaremos nossos esforços ao longo dessa unidade.

2.1. O PCCh e a nova construção revolucionária chinesa

Figura 6: Imagem dos membros fundadores do Partido Comunista da China, em 1921. No topo da esquerda para a direita: Mao Tsé-Tung, Dong Biwu, Li Da, Liu Renjing, Wang Jinmei, Chen Gongbo; Abaixo, da esquerda para a direita: He Shuheng, Chen Tanqiu, Li Hanjun, Zhanng Guotao, Deng Enming, Zhou Fohai.



Fonte: hunantoday.cnh (2019).

O PCCh teve a sua gênese estruturada, principalmente, a partir de egressos do Movimento 04 de Maio que, instituindo os primeiros contatos com os revolucionários bolcheviques - especialmente após a visita do emissário da

*Internacional Comunista*⁹², Grigori Voitinsky (1893-1953), em 1920 -, adotaram a perspectiva leninista como método e horizonte político. Personalidade ainda pouco reconhecida pelos brasileiros, Voitinsky desempenhou papel fundamental na fase embrionária do PC na China, fundando o *Secretariado da Internacional Comunista (Comintern)* em Xangai, em 1920, e participando ativamente na formulação do que viria a ser o Partido Comunista da China. Além disso, o revolucionário russo disponibilizou recursos e promoveu uma série de estudos, intercâmbios e ajudou a desenvolver a logística que deu impulso à organização que culminaria na fundação do partido em julho de 1921.

Como mencionado anteriormente, em paralelo à aliança tática constituída com os nacionalistas do Kuomintang, os bolcheviques colaboraram intensamente com a formulação e fundação do PCCh; com Lenin assumindo a posição de principal influência teórica sobre os revolucionários chineses. Isso em uma conjuntura em que mesmo contando com contributos de intelectuais como os professores e membros fundadores do PCCh Li Dazhao e Chen Duxiu (1879-1942), o pensamento marxista ainda era pouco difundido entre suas fileiras. O impacto da teoria e a dimensão de sua absorção pelos revolucionários chineses fica tangível no recorte abaixo:

O preparo intelectual e político dos bolcheviques era um patrimônio do qual os revolucionários chineses anti-Manchu, sob o comando de Sun Yat-Sen, não tinham a menor ideia. Levaria mais uma década até que esses jovens chineses que se tornaram comunistas comesçassem a adquiri-lo, por meio da Terceira Internacional (Comintern). O apelo do marxismo e de seu desenvolvimento por Lênin sobre os líderes do Partido Comunista Chinês (PCC) como Mao Tsé-Tung era duplo. O materialismo histórico ofereceu uma maneira de extrair sentido socioeconômico do longo passado do país e projetá-lo para a frente com um propósito para além de qualquer coisa que os chineses tivessem imaginado até então. Ele diminuiu a ansiedade intelectual

⁹² A III Internacional, Internacional Comunista ou simplesmente *Comintern* ou *Komintern* (junção das palavras alemãs Kommunistische Internationale) foi, na visão de Broué (2007), construída em resposta à onda de chauvinismo colaboracionista com o mando imperialista que determinou a falência moral da II Internacional ou a Internacional Social-Democrata (1889-1916). A Internacional Comunista, em sua jovem vida (1919-1943), estabeleceu como meta a construção da via revolucionária e a superação do reformismo burocrático liderado pelo Partido Social-Democrata Alemão e que levou ao apoio de seu corpo burocrático à I Grande Guerra. Foi fundada por Vladimir Ilyich “Lenin” Ulianov sob a perspectiva de organizar a revolução proletária internacionalmente. Estabeleceram estreita colaboração com os revolucionários chineses contra o mando semicolonial que lhes estava sendo imposto pelas potências capitalistas.

sobre o vácuo político-moral deixado pelo colapso da ortodoxia confuciana – sempre olhando para o passado como uma Era de Ouro – ao fornecer uma base confiável para as esperanças de um futuro melhor para o país que tinha visto a circulação de visões utópicas de literatos desde o período final da dinastia Qing [...] Ao mesmo tempo, o materialismo dialético e a teoria leninista de partido revolucionário pareciam fornecer o melhor conjunto de ferramentas teóricas para a estratégia revolucionária e a mobilização social moderna (Chaohua, 2018, p. 78).

Posteriormente, como fica intelectualmente tangível em Coggiola (2004), o suporte da Rússia/URSS se manifestou para além do reconhecimento formal do direito de autodeterminação do povo chinês e da fundação do PCCh, mas ganhou bases consistentes também no campo militar e infraestutural. O suporte oferecido pelos bolcheviques à China se refletiu materialmente em uma relativa modernização de suas forças produtivas, militares e na fundação do *Exército Nacional Revolucionário* (em chinês: 国民革命军). O ENR foi estruturado subordinado ao Kuomintang e se manteve como exército nacional da China até 1947, sendo fundamental para a derrota dos Senhores de Guerra, em 1928.

O *Congresso Nacional* onde se formalizou a fundação do Partido Comunista da China foi realizado na última semana do mês de julho de 1921; sendo parte do movimento internacional que originou diversos partidos e organizações inspiradas pela Revolução Russa, como o *Partido Comunista Francês*, fundado em 1920, e o *Partido Comunista do Brasil*, fundado em março de 1922. De acordo com Lee Feigon (1983), mesmo enfrentando a repressão conduzida pelas forças imperialistas operantes dentro território chinês⁹³ e com um pequeno número de delegados, o congresso conseguiu ser concluído e teve

⁹³ Conforme relatado por Qiaomu (2018), os membros fundadores do PCCh enfrentaram a desconfiança da ala conservadora/direitista do Kuomintang que, embora ainda não apresentasse a inclinação anticomunista que vigorou no partido após a morte de Sun Yat-Sen e sob o comando de Chiang Kai-Shek, não via com bons olhos o direcionamento voltado à luta de classes defendido pelos comunistas. Na circunstância, os comunistas tiveram que enfrentar também a repressão da polícia francesa, enclave imperialista ainda atuante em território chinês; o que forçou os delegados fundadores a transferirem o congresso para um barco turístico posicionado no Lago Sul (em chinês: 南湖), em Jiaxing (em chinês: 嘉兴), na província de Zheijiang (em chinês: 浙江).

no então ausente Chen Duxiu⁹⁴ seu primeiro Secretário Geral eleito. O partido contava, na ocasião, com cerca de cinquenta filiados, sendo doze os participantes de sua fundação. Sobre o caráter incipiente dos estudos do marxismo na China, Yoshihiro (2013) emitiu a análise reproduzida abaixo:

Marxist study in China did not blossom as a result of a sufficient accumulation of socialist research, nor was it attained as a consequence of the development of economic theories, and it was not realized by virtue of the labor movement. It was, in a word, a Marxism that was "learned". The history of its acceptance in China was not only the stimulation of interest in a accepting a foreign culture that emerged in the process of "study"; insofar as one can ever that having "studied" Marxism gave rise to a distinctive attribute of the Communist Party, "knowledge and guidance" the subsequent Communist movement under Comintern influence also deserves full consideration (Yoshihiro, 2013, p. 55, 56).

Em sua origem, ainda sustentando-nos nas análises de Yoshihiro (2013), o PCCh assumiu uma linha de comprometimento com a III Internacional, em coerência com a sua luta interna contra o mandonismo imperialista o qual a China estava subordinada desde meados do século XIX. O partido, então uma força minoritária dentro do cenário político de seu país, começou nessa ocasião a delinear suas estratégias para conseguir obter relevância junto aos trabalhadores chineses. Contando, nessa circunstância, com o apoio dos bolcheviques tanto em sua base material quanto na formulação de seu arcabouço programático e de suas táticas.

Destarte, o Partido Comunista da China surgiu ancorado, primeiramente, numa grande luta de libertação nacional e de recuperação de sua unidade política. Situação que iria determinar não apenas a sua formulação primordial, mas toda a sua construção estratégica ao longo do século seguinte. Assim, o socialismo chinês se instituiu em uma conjuntura dialética de dupla composição; em que sua aderência ao programa formulado pelo comunismo internacional estava articulada a questões internas que envolviam a unidade

⁹⁴ Apesar de ocupar posição bastante destacada nos anos iniciais do PCCh, Chen Duxiu - que na descrição de Lee Feigon (1983), foi um ex-militante anarquista convertido ao trotskismo (posição que o colocaria, posteriormente, em inconciliável divergência em relação ao alinhamento programático à URSS então hegemônico no Comitê Central do PCCh e que causaria a sua expulsão do partido, em 1927) - não pôde comparecer ao congresso de fundação do partido, tendo enviado um representante em seu lugar.

política do país e sua elevação da opressão imperialista e neocolonial. Essa condição, sobre a qual poderíamos enxergar algumas contradições objetivas, levou Mao Tsé-Tung, a maior liderança da Revolução Comunista chinesa, a estabelecer posteriormente a seguinte reflexão:

Os comunistas, sendo internacionalistas, podem ser ao mesmo tempo patriotas? Pensamos que não só podem, mas também devem. São as condições históricas que determinam o conteúdo concreto do patriotismo. [...] Só o combate pela defesa da pátria permite que vençamos os agressores e libertemos a Nação. E só essa libertação tornará possível a emancipação do proletariado e do povo trabalhador. A vitória da China e a derrota do imperialismo que a agride constituirão exatamente uma ajuda para os povos dos demais países. Por consequência, o patriotismo constitui uma aplicação do internacionalismo na guerra de libertação nacional. Aí está a razão por que cada comunista tem de despender um máximo de atividade, avançar com coragem e decisão para o campo de batalha da guerra de libertação nacional e apontar as armas contra o agressor japonês (Mao Tse-Tung, 1975, p. 314-315).

A materialidade das determinações em que a China estava absorta, refletia a situação comum aos países economicamente atrasados frente ao poderio das nações capitalistas avançadas; em que enfrentavam a perda contínua de sua soberania diante das potências estrangeiras, a crise de sua política interna, o crescente empobrecimento de sua classe trabalhadora e a deterioração da vida social. Assim, a formação do PCCh (e as bases do *maoísmo* ou socialismo chinês), embora inspirada em formulações e acontecimentos estabelecidos no estrangeiro, sofreu com determinações instituídas sob um contexto profundamente nacionalizado; que tinha na libertação do mando imperialista, na recuperação da unidade política, no desenvolvimento de suas forças produtivas e relações de produção as suas primeiras grandes lutas.

Nessas circunstâncias, a luta contra o domínio neocolonial na China adquiriu duas frentes distintas: em um lado se situavam os nacionalistas do Kuomintang (cujas tática foi definida pela continuidade do alinhamento subordinado às potências ocidentais) e no outro, o PCCh, que interligava a luta de libertação nacional ao movimento revolucionário internacional referenciado nos bolcheviques. Como podemos ver em Pomar (2003), essa divisão, embora tivesse sido interrompida em alguns momentos (em alianças que derrotaram o

domínio feudal dos Senhores de Guerra e do *Exército de Beiyang*⁹⁵ e contra a nova invasão japonesa, a partir de 1937), resultou em uma guerra civil brutal, cuja resolução só ocorreu com a vitória dos comunistas em 1949.

A guerra civil ocorreu a partir de uma conjuntura política que reproduzia em território chinês tensões internacionalmente estabelecidas. O Kuomintang, dominado após a morte de Sun Yat-Sen pelos conservadores, entrou em conflito com o PCCh de forma praticamente simultânea a ofensiva militar desencadeada contra os Senhores de Guerra, promovendo, em 1927, um verdadeiro massacre em Xangai. Sob o comando do Generalíssimo Chiang Kai-Shek, o expurgo teve como objetivo eliminar a presença de comunistas dentro do Kuomintang e destruir o PCCh.

O massacre é considerado o marco inicial da *Guerra Civil Chinesa*⁹⁶ (1927-1937; 1946-1949); conflito que perduraria por mais de duas décadas. As ofensivas instituídas contra os comunistas e seu *Exército de Libertação Popular*⁹⁷ (em chinês: 人民解放) forçaram uma retirada tática entre 1934 e 1935

⁹⁵ Como podemos ver em McCord (1993) Exército de Beiyang ou “Exército do Mar do Norte” (em chinês: 北洋軍) foi uma organização militar criada durante a Dinastia Qing tendo como inspiração as forças militares ocidentais. Durante a Revolução Xinhai, se dividiu em diversas camarilhas que contribuíram para a derrota da Monarquia Qing, mas terminou por fortalecer novas divisões no país e atuando sob o comando de chefes militares, os Senhores de Guerra, que impuseram seu mando oligárquico em várias províncias chinesas.

⁹⁶ dividem entre 1927 e 1937 e 1946 e 1949. Entre essas fases, ocorreu um intervalo de cerca de nove anos (1937-1946), onde houve trégua reconhecida entre o Kuomintang e o PCCh que foi motivada pela invasão japonesa. A trégua em questão ficou conhecida como *Segunda Frente Unida* (em chinês: 第二次统一战线). Apesar de formalmente unidas, existiam diferentes abordagens na forma como as duas forças se dedicaram ao combate contra as tropas japonesas. A liderança de Kuomintang almejou a continuidade da tática empregada na Primeira Grande Guerra de aliança subordinada às potências ocidentais enquanto o PCCh empregou suas forças no combate aos japoneses e na construção de sua via revolucionária em território chinês. Embora estivessem sob trégua reconhecida, ambos os lados entraram em conflitos ao longo do armistício.

⁹⁷ O Exército de Libertação Popular da China ou ELP foi fundado pelo Partido Comunista da China na cidade de Nanchang, capital da província de Jiangxi, em 1º de agosto de 1927. Foi formado no contexto da revolta que ocorreu na cidade que pôs fim a *Primeira Aliança* constituída entre o Kuomintang e o PCCh no âmbito da luta pela reconstituição da unidade política do país. O episódio, que ficou conhecido como a *Revolta de Nanchang*, marcou o início da guerra civil que assolou a China entre 1927 e 1949 (tendo um período de trégua demarcado entre 1937 e 1946, por causa da invasão japonesa. Contudo, como demonstrou Pomar (2003), mesmo esse período foi marcado por diversos conflitos entre o ENR e o ELP. Inicialmente minoritário e com ajuda limitada por parte de seus aliados soviéticos, o ELP participou da Grande Marcha

que ficou conhecida como *A Grande Marcha*⁹⁸ (em chinês: 大游行). Nessas perspectivas, o Kuomintang internalizou a agenda política fascista propagada pela extrema-direita no contexto internacional do pós-1918 e instituiu o combate ao comunismo como a sua prioridade maior; chegando a sobrepor, inclusive, a luta contra o domínio neocolonial e as invasões estrangeiras.

Dessa forma, conforme os escritos de Mao Tsé-Tung (1975), a inclinação conservadora adotada pelo Kuomintang refletiu a divisão social então existente na China. Enquanto a zona de influência do partido nacionalista esteve concentrada na burocracia burguesa urbana e nos latifúndios, os comunistas se viram forçados a agrupar as suas forças nas zonas rurais e afastadas dos grandes centros; encontrando no campesinato e trabalhadores pauperizados suas adesões mais consistentes.

A divisão social chinesa esteve refletida também na luta contra a nova invasão japonesa, onde os segmentos alinhados ao conservadorismo do Kuomintang almejavam dar continuidade à tática de resistência subordinada enquanto o PCCh se engajou na luta mais tenaz. A diferença de estratégias adotadas colocou o PCCh na vanguarda da resistência ao domínio estrangeiro e promoveu nas camadas populares a identificação do partido com a luta pela autodeterminação nacional. Situação que não escapou à visão de Pomar, para quem:

perpetrada entre outubro de 1934 e outubro de 1935 como uma retirada estratégica, sendo fundamental para a reorganização das forças do PCCh e para a guerra contra os japoneses e contra o Kuomintang. Com a incorporação do ENR, em 1947, e a vitória dos comunistas, em 1945, o ELP, até então um braço armado do PCCh é incorporado de forma definitiva às forças armadas oficiais da China. Atualmente é o maior exército do mundo (com 2.035.000 de soldados ativos), com o segundo maior orçamento de defesa do mundo (\$ 227.000.000.000 anuais), perdendo apenas para o orçamento dos EUA (\$ 831.781.000.000 anuais). Fonte: [/www.maioresemelhores.com/maiores-exercitos-mundo/](http://www.maioresemelhores.com/maiores-exercitos-mundo/)

⁹⁸ Conforme detalhado por Mao Tsé-Tung (1975) e Thomas (2000), a retirada que cerca de 130 mil comunistas chineses se viram obrigados a empreender para o extremo norte da China devido as ofensivas militares conduzidas pelo Kuomintang reconfigurou as lutas engendradas naquela ocasião e elevou o nome de lideranças como Mao Tsé-Tung e Zhou Enlai entre as camadas populares da China. A retirada, que durou de 16 de outubro de 1934 a 20 de outubro de 1935, feita em duríssimas condições ao longo de mais de 12.000 quilômetros se encerrou no noroeste da província de Xianxim (em chinês: 陝西), onde os revolucionários se reuniram e estabeleceram os planos de reorganização de suas forças e arregimentação popular. O acontecimento ficou marcado na memória do povo chinês e no resto do mundo como um exemplo quase mítico de resiliência e perseverança revolucionária.

Os trabalhadores, camponeses e classes médias mostraram disposição de resistir. Os grandes latifundiários e a burguesia burocrática, por seu lado, haviam perdido o senso de nacionalidade e achavam a revolução pior que a rendição. Entre esses dois polos, vacilavam a burguesia nacional e os setores dos pequenos e médios latifundiários e compradores. Queriam se opor aos nipônicos, mas temiam a revolução. Além disso, as outras potências imperialistas – França, Inglaterra e Estados Unidos – pretendiam manter o acordo de Washington, de 1922, que reservava a China como área de domínio conjunto. A decisão japonesa de colonizar a China rasgou esse acordo. Agravou as disputas entre elas e o Japão, permitindo à China unir-se a elas contra o Japão. Nesse contexto, uma frente única anti-imperialista não mais se dirigiria contra todos os imperialismos, mas unicamente contra o Japão. E os setores burgueses e latifundiários ligados àquelas potências poderiam incluir-se em tal frente (Pomar, 2003, p. 55, 56).

Assim, a guerra de resistência contra os japoneses (1937-1945), estabelecida no contexto de acirramento imperialista que levou a Segunda Grande Guerra, encontrou a China dividida internamente em guerra civil entre o Kuomintang e o PCCh; com cada fração arrastando consigo as camadas sociais historicamente identificadas com os seus programas. A nova invasão japonesa, iniciada a partir da Ponte Marco Polo (em chinês: 卢沟桥)⁹⁹, ocorreu de forma particularmente brutal, num nível de violência com pouca equivalência na história. Como descrito por Chang (2011), episódios como o *Massacre de Nanquim* (onde os invasores japoneses promoveram o assassinato em massa, com cerca de 300.000 mortos¹⁰⁰ e estupros e decapitações em larga escala) foram particularmente chocantes e ainda representam um trauma coletivo para o país.

⁹⁹ O evento que ficou conhecido como o *Incidente da Ponte Marco Polo*, marcou o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Na ocasião (julho de 1937), o Japão buscou estabelecer o controle da referida ponte ao leste de Pequim, entrando em confronto com o Exército Revolucionário Nacional; desencadeando uma invasão generalizada do Japão sobre o território chinês que só acabou com a sua derrota e rendição incondicional na Segunda Grande Guerra, em setembro de 1945.

¹⁰⁰ Estimativa reconhecida pelo governo chinês. Para maior detalhamento do acontecimento e sua dimensão histórica, recomendamos o acesso à documentação reunida pela UNESCO e disponível em [Documentos do Massacre de Nanjing - Memória do Mundo \(unesco.org\)](https://unesco.org). Também recomendamos *Le massacre de Nankin 1937: entre mémoire, oubli et négation* (2007), do professor de literatura, escritor, diretor e documentarista francês Mich  el Prazan.

Persistindo nas observações de Pomar (2003), compreendemos que para o Kuomintang a agressão japonesa (e a usurpação dos recursos territoriais que ficaram sob a sua ocupação, inclusive as cobiçadas minas de carvão mineral) trazia consigo um elemento de contradição objetiva que os fez perder aderência popular a seu programa. Sob domínio do grupo liderado por Chiang Kai-Shek, o partido se viu forçado a se equilibrar entre a necessidade concreta de resistir ao agressor japonês (com o qual possuía claras identificações ideológicas anticomunistas) e a manutenção de sua luta contrarrevolucionária contra o PCCh. O resultado desse posicionamento ambíguo foi a perpetração de uma resistência titubeante diante do invasor. Em paralelo a isso, os Estados Unidos e URSS, cada qual desempenhando agendas programáticas distintas na geopolítica internacional articulavam, junto aos chineses, suas linhas de colaboração contra os inimigos em comum.

O posicionamento vacilante do Kuomintang possibilitou às camadas populares engajadas na luta contra os japoneses identificarem as suas omissões diante das agressões estrangeiras e construírem um maior alinhamento junto à guerra de resistência conduzida por Mao Tsé-Tung e o PCCh. Adjacente à essa questão, o programa socialista do PCCh e a forma como levantou bandeiras históricas hasteadas por movimentos como os Taipings - em que prometiam aos trabalhadores rurais terras para o cultivo e justiça contra a opressão dos latifúndios - conseguiu criar conexões robustas com os trabalhadores rurais pauperizados.

Como podemos ver em Mao Tsé-Tung (1975), a divisão social então existente na China (com a sua população constituída em larga maioria por trabalhadores camponeses em situação de grande pobreza) se impuseram como determinações sobre as formulações táticas e programáticas do PCCh e sua compreensão sobre a luta de classes. As condições sob as quais a massa trabalhadora chinesa se encontrava não possuía muitas semelhanças com as dos países capitalistas centrais e nem seus inimigos históricos se apresentavam da mesma maneira naquele momento.

Não havia, como pontuaram Jabbour; Gabriele (2021), na realidade da China, o desenvolvimento de suas forças produtivas em proporção equivalente ao que vinha ocorrendo nos países capitalistas avançados, cujas burguesias revolucionárias se elevaram à condição de dominância no processo de reprodução social. Logo, também não havia, nessas circunstâncias, a presença de um proletariado urbano com autossuficiência relativa em sua capacidade de ação e organização da revolução contra os poderes hegemônicos existentes. A classe trabalhadora da China estava concentrada, essencialmente, nas zonas afastadas dos centros urbanos e estruturada em paradigmas sociais ainda muito próximos do feudalismo.

Entretanto, as análises de Naves (2005) deixam-nos chegar ao entendimento de que o que poderia ser um entrave à luta de classes e edificação revolucionária do PCCh foi o que possibilitou a reviravolta que o colocou em situação de vantagem diante dos conservadores e do invasor japonês. A expressiva aderência do trabalhador rural precarizado às lutas organizadas pelos comunistas permitiu que a condição, então minoritária, do partido fosse revertida dentre de poucos anos; auferindo maioria numérica em diversas frentes de combate contra os japoneses e as forças constituídas sob a liderança de Chiang Kai-Shek e seus aliados ocidentais (sobretudo os Estados Unidos).

Seguindo a análise da autora, temos o entendimento que a situação agrária predominante no país se estabeleceu como uma determinação material sob a qual os revolucionários maoístas tiveram que construir as bases de seu programa e arregimentação popular. Característica que distinguiu a luta de classes e o processo revolucionário chinês do que estava sendo construído no seio das nações capitalistas avançadas. A particularidade e especificidade das condições históricas da China se impuseram durante certo período como um verdadeiro desafio à compreensão do pensamento ainda ortodoxo de suas vanguardas revolucionárias; considerando as condições objetivas então materializadas no país. Falta de percepção que foi exposta, mais uma vez, com bastante clareza por Naves:

A direção do Partido e a Internacional não se mostravam capazes de apreender a especificidade da situação chinesa e o papel do campesinato na revolução, tanto que passaram a defender, partir de 1927, após a destituição de Chen Duxiu da secretaria geral do PCC, uma estratégia insurrecional nas cidades, dirigida pela classe operária, não obstante esta ter sido derrotada e massacrada pouco tempo antes. Os levantes armados, com pouco apoio de massa, ocorreram em Nanchang, sob a direção de Zhou Enlai e Zhu De, em Cantão, e, sob o comando de Mao, nas cidades de Changsha e Hankou (o chamado Levante da Colheita de Outono), redundando todos em derrota, com elevadas perdas dentro do contingente revolucionário. (Naves, 2005, p. 24).

A consciência referente aos imperativos históricos/materiais existentes na China foi se constituindo na vanguarda revolucionária à medida que as lutas de resistência estabelecidas em suas frentes distintas foram ganhando volume e consistência. Desse modo, as demandas objetivas interpostas foram pautando a formulação programática do partido e determinando os princípios de sua ação. Uma realidade, cuja processualidade foi estruturada pelo mandonismo político feudal remanescente, pelo domínio imperialista estabelecido em seu território, pela divisão política interna, pelo sucesso da Revolução Russa, pela inspiração conservadora então hegemônica no Kuomintang, pelo parco desenvolvimento de suas forças produtivas e pobreza.

Nessas condições, os revolucionários maoístas tiveram que forçosamente compreender as particularidades e especificidades de sua realidade histórica e as possibilidades que ela oferecia para a construção de seu êxito ou fracasso. Não se trata, *a priori*, de uma redefinição ou revisionismo¹⁰¹ dentro do marxismo-leninismo, mas do aprofundamento da aplicação do

¹⁰¹ Como atesta de forma clara o documento intitulado *Uma compreensão básica do partido*, na seção: *os princípios básicos do partido (Partido Comunista da China, 1974, parte V)*, existe uma orientação objetiva contra o revisionismo e ecletismo dentro das formulações políticas do partido. Desse modo o marxismo e o revisionismo são encarados como dois sistemas ideológicos diametralmente opostos, em que: “O marxismo é o sistema ideológico do proletariado; é uma poderosa arma nas mãos de todos os revolucionários para compreender e transformar o mundo de uma maneira correta. O marxismo representa os interesses do proletariado e demais trabalhadores. Mostra ao proletariado e demais trabalhadores de todo o mundo o caminho através do qual é possível alcançar sua libertação e guiá-los na derrubada da burguesia e todas as demais classes exploradoras, e lutar heroicamente pela máxima realização do comunismo. O revisionismo – ou oportunismo de direita – é uma tendência de pensamento ideológica burguesa internacional” (Comitê Central do PCCh, 1974). Disponível em: [Os princípios básicos do Partido \(Partido Comunista da China, 1974 - parte V\) - Servir ao Povo](#).

programa na China; levando em conta as dramáticas condições erigidas no país ao longo de sua história e seu processo de formação social. A perspectiva fica mais acessível à razão nas palavras de Mao:

A grande força do Marxismo-Leninismo reside precisamente na sua fusão com a prática revolucionária concreta de cada país. Para o Partido Comunista da China isso significa que se impõe aplicar a teoria marxista-leninista em função das condições concretas da China. Se os comunistas chineses, que constituem parte da grande nação chinesa e ligam-se a ela como sua própria carne e sangue, falassem do Marxismo sem levar em conta as particularidades da China, este não seria mais do que algo abstrato, esvaziado de todo o conteúdo. Assim, a questão que a totalidade do Partido deve compreender e resolver com a máxima urgência é a da aplicação do Marxismo de maneira concreta na China, a fim de que reflita, em todas as circunstâncias, os traços específicos do nosso país; noutras palavras, trata-se de aplicá-lo tendo em conta as particularidades da China (Mao Tsé-Tung, 1975, p. 336, 337).

As análises de Mao deixaram evidente uma inquietação substancial no que diz respeito à história e condições existentes na China e uma sensibilidade aguçada para captar seu movimento dialético. Dessa forma, as bases para a construção da *práxis* revolucionária no país foram desenvolvidas levando-se em conta a complexidade estrutural da sociedade chinesa e do cenário de disputa imperialista instituído no capitalismo internacional. Uma realidade não apresentada como um dado inerte, mas que provocava constantemente a capacidade de análise dos revolucionários maoístas, segundo fica manifesto a seguir:

Quais são as particularidades do movimento actual? A que leis se submete? Como dirigi-lo? Tudo isso são outras tantas questões práticas. No momento, nós ainda não conhecemos de todo o imperialismo japonês nem conhecemos perfeitamente a China. O movimento desenvolve-se, algo novo vai surgir ante nós, o novo nasce continuamente. Estudar esse movimento em todos os seus aspectos e evolução, eis o grande tema que merece continuada atenção (Mao Tsé-Tung, 1975, p. 337).

A compreensão do desenvolvimento histórico da China e do estágio de disputa imperialista existente no cenário internacional se apresentou como fundamento categórico para a arregimentação popular, a construção do programa socialista chinês e a definição das estratégias que culminariam em sua vitória. A guerra de resistência empreendida contra os japoneses, que possibilitou a segunda aliança com o Kuomintang (1937-1945), ampliou de forma

inequívoca a influência do PCCh sobre, pelo menos, noventa milhões de trabalhadores chineses¹⁰². Mal comparando, o ENR contava, no mesmo período, com cerca de um milhão de soldados em suas fileiras, com muitos mudando de lado durante o desenrolar dos acontecimentos.

A consistência e clareza do arcabouço programático elaborado pelo PCCh no decorrer dos anos e a grande capacidade de organização de lideranças como Mao Tsé-Tung, Zhou Enlai e Deng Xiaoping fizeram os comunistas e o ELP se constituírem a partir desse momento como as forças políticas mais relevantes da China. Assim, a mudança de consciência da vanguarda revolucionária acerca das condições materiais então existentes e sobre a necessidade de politização da base popular predominantemente campesina que vigorava se confirmaram como imperativo para que alcançassem a vitória nas duas frentes de batalhas existentes. Sobre as definições conceituais e táticas de aproximação com o campo popular e sua arregimentação pelo ELP no clamor das lutas, Mao Tsé-Tung (2004) resumiu de forma bastante esclarecedora no enxerto abaixo:

Foi na base da guerra e dos princípios de unidade entre o exército e o povo, de unidade entre os comandantes e combatentes, e de desintegração das forças inimigas que o exército realizou um grandioso trabalho político revolucionário, o qual constituiu um fator importante na conquista da vitória. As células do Partido são as organizadas na base da companhia; essa é uma das razões importantes pelas quais o exército tem sido capaz de manter-se indestrutível num trabalho tão árduo. O trabalho político do exército guia-se por três princípios fundamentais: Primeiro o princípio de unidade entre os oficiais e os soldados, o que significa a liquidação das práticas feudais no exército, a proibição de bater e insultar, a instauração de uma disciplina consciente e a introdução de um tipo de vida que os oficiais e soldados compartilhem as alegrias e as penas. Em resultado, o exército inteiro ficou unido; Segundo, o princípio da unidade entre o exército e o povo, o que significa a observação de uma disciplina que não tolera a menor violação dos interesses populares, a realização de uma propaganda entre as massas, a organização e o armamento das massas, a diminuição das cargas econômicas destas e a repressão aos colaboracionistas e dos traidores da pátria, que prejudicam o exército e o povo; Terceiro, o princípio da desintegração das tropas inimigas e

¹⁰² A estimativa do quantitativo de adesões e apoio ao PCCh que está reproduzida no texto está referenciada nas análises e descrições que constam no artigo escrito por Luís Cunha (2022) sobre a resiliência e progresso do partido na China ao longo do século após a sua fundação. O artigo foi publicado no jornal eletrônico semestral *janus.net*, dedicado ao estudo e publicações voltadas às relações internacionais e geopolítica. O e-jornal é integrado ao grupo *Observare*, pertencente à *Universidade Autónoma de Lisboa*.

do tratamento indulgente aos prisioneiros de guerra (Mao Tsé-Tung, 2004, p.14,15).

A aplicação do programa elaborado pelo partido, como uma organização direcionada ao proletariado, buscou estabelecer em pleno âmago das lutas a superação das reminiscências feudais e absolutistas existentes nas forças armadas chinesas e no conjunto das relações sociais instituídas. Com isso, o partido implantou nas esferas que estavam sob sua influência a rearticulação das vinculações hierárquicas predominantes no âmbito militar e um novo direcionamento ético voltado à sociedade civil. Dessa forma, logo em seus primeiros anos e sob condições muito difíceis, o PCCh buscou seguir uma *filosofia da práxis* em que o seu programa se apresentou não como uma abstração, mas dentro de uma operacionalidade prática e consequente em todas as suas instâncias. A dimensão ampla da organização elaborada a partir do PCCh fica bem delineada no fragmento reproduzido abaixo:

Para travar uma luta vitoriosa, o proletariado não apenas necessita estabelecer seu próprio partido político revolucionário, também deve dotar-se de todas as organizações necessárias para travar exitosamente a luta revolucionária: corpos estatais, um departamento de assuntos militares, sindicatos, associações de camponeses pobres, federações de mulheres, uma Liga da Juventude, Guardas Vermelhas, Pequenas Guardas Vermelhas e outras organizações das massas revolucionárias. Estes diversos departamentos e organizações são sumamente importantes para a revolução e a construção socialistas, o cumprimento da missão histórica do proletariado, a realização do comunismo; elas não podem se descuidar. Estes departamentos e estas organizações tornam possível mobilizar o proletariado e as amplas massas revolucionárias, fortalecer e consolidar a posição proletária em todas as frentes. Para servir à causa do socialismo é, portanto, necessário que todas as organizações revolucionárias sejam feitas para desempenhar plenamente seu papel. Porém, não podem levar a cabo este papel ativo com uma correta orientação a menos que estejam sob a direção do Partido, sob o guia de sua linha marxista-leninista (Partido Comunista da China, 1974).

Em sua construção histórica, o PCCh passou por diversas fases em sua organização revolucionária e na edificação de seu programa socialista. Fases que passaram pela etapa embrionária em que adotou como modelo o regime soviético até a construção de uma abordagem autorreferenciada do

*centralismo democrático*¹⁰³ e *ditadura democrática*¹⁰⁴ (em chinês: 民主独裁), onde assumiram a soberania plena sobre os caminhos de sua construção política e do seu desenvolvimento.

Nos anos iniciais do partido, sua estruturação de forças esteve empregada nas duas guerras em que esteve envolvido (a Segunda Guerra Civil Chinesa e a luta contra os invasores japoneses) e na transformação das condições materiais da nação. Uma experiência de lutas, cujos resultados apontaram para a capacidade do PCCh como organizador popular e construtor de autodeterminação soberana do povo chinês. Isso considerando uma conjuntura geopolítica internacional que sofria profundas mudanças determinadas pelo fim da Segunda Grande Guerra e ascensão dos Estados Unidos e União Soviética como superpotências globais.

Para Cunha (2022), o fim do maior conflito interimperialista da história e a decorrente rendição japonesa aos Aliados, em 02 de setembro de 1945, ajudaram a consolidar de forma assaz o PCCh como a força política mais significativa na China. Reconhecimento popular que foi resultante da capacidade de organização das lideranças comunistas e da tenacidade da luta empreendida

¹⁰³ Na visão de Lessa (2018, p. 06), o centralismo democrático “Enquanto tal, é um partido que se apresenta na luta de classes com uma postura única, dirigida tática e estrategicamente pelas resoluções de seus congressos e, entre a realização desses, pelas decisões de seus órgãos dirigentes”. Uma análise que traduz resumidamente as formulações referentes à democracia proletária publicizada por Lenin em obras como “O que fazer?” (2020), onde expôs as bases do modelo de transição participação popular, pautado nos soviets ou Conselhos Políticos formados pelas classes populares, em substituição ao modelo burguês.

¹⁰⁴ O conceito de “ditadura democrática” ou “ditadura democrática popular” está intrinsicamente ligado ao conceito de “ditadura do proletariado”, que na definição de Lenin (2011) e do Partido Bolchevique, corresponde a um Estado de Transição entre a derrota política da burguesia no processo revolucionário e a construção de novas relações sociais e de produção. No seu famoso discurso em comemoração do 28º aniversário de fundação do PCCh, Mao Tsé-Tung afirmou que: “[...] Com efeito, instauramos a ditadura. A experiência acumulada pelo povo chinês durante vários decênios nos fala da necessidade de instaurar a ditadura da democracia popular. Isto quer dizer que os reacionários devem ser privados do direito de expressar sua opinião e que só o povo tem o direito ao voto, o direito de manifestar sua opinião. Quem é o “povo”? Na etapa atual, o povo da China é integrado pela classe operária, a classe camponesa, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Sob a direção da classe operária e do Partido Comunista, estas classes se uniram para formar seu próprio Estado e escolher seu próprio governo, a fim de instaurar a ditadura sobre os lacaios do imperialismo – a classe dos latifundiários e o capital burocrático –, a fim de esmagá-los e só tolerar sua atuação dentro de certos limites, a fim de não permitir que passem desse limite, nem em palavras, nem em atos [...] O sistema democrático deve ser aplicado entre o povo, dando a este a liberdade de palavra, de reunião e de organização”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1949/mes/ditadura.htm>.

pelo Exército de Libertação Popular contra os invasores nipônicos. Ações que foram celebradas pelo povo chinês, que voltaria a respirar ares mais soberanos depois de mais de um século de subordinação ao mando imperialista e de perdas humanas em um nível incomparável.

Por outro lado, como adiantado anteriormente, o papel desempenhado pelo Kuomintang e o generalíssimo Chiang Kai-Shek contribuiu sobremaneira para o aumento da rejeição à sua liderança entre as camadas populares. A participação das forças conservadoras na guerra ocorreu predominantemente como um novo esforço de cooperação subordinada ao mando imperialista ocidental; o que gerou insatisfação em uma larga parcela da sociedade chinesa em moldes muito semelhantes ao que havia acontecido com o Movimento 04 de Maio, em 1919. A ambiguidade de propósitos dos nacionalistas e sua ação muitas vezes passiva frente a agressão japonesa foi capturada com profusão de detalhes pelas análises de Pomar:

Na China, os únicos que pretendiam capitular ao Japão eram os grandes latifundiários e os burgueses burocratas associados ao imperialismo nipônico. Os grandes latifundiários e compradores ligados aos franceses, ingleses e norte-americanos vacilavam entre a rendição e a resistência. Isso explica, em parte, a dubiedade dos *nacionalistas*, mesmo após o acordo para a Guerra de Resistência Antijaponesa. Os colaboracionistas notórios haviam passado para o lado japonês. Mas, no Guomintang, conviviam setores com diferentes atitudes ante o Japão. Os pró-japoneses desejavam a guerra civil. Entre os antijaponeses, havia os que queriam combater os japoneses e os comunistas, os que pretendiam enfrentar os japoneses sem aliar-se aos comunistas e os que defendiam uma guerra unificada contra o Japão. Diante disso, a transição de uma resistência parcial, levada a cabo apenas pelos comunistas e pelos *nacionalistas* favoráveis à guerra, poderia desenvolver-se tanto na direção de uma guerra total quanto na direção da capitulação, ou da coexistência entre capitulação e resistência. Em 1938, quando o comando japonês mudou sua estratégia, os *nacionalistas* também mudaram sua política de resistência ativa para resistência passiva. Chiang Kai-Shek adotou a tríplice política de negociar com os japoneses, criar *fricções* com os comunistas e resistir passivamente (Pomar, 2003, p. 61).

A ordenação da ação dos nacionalistas resultou não apenas em seguidas capitulações ao inimigo estrangeiro, mas em reiteradas traições aos seus circunstanciais aliados comunistas. Inclinação que respondia objetivamente à identificação que o Kuomintang, sob a liderança de Chiang Kai-Shek, possuía junto aos japoneses e seus correligionários do Eixo com a ideologia fascista.

Essa adesão de princípios, que passou a ser dominante no partido após o expurgo de sua ala esquerda a partir de 1926, colocou-os na difícil situação de buscar meios para resistir ao invasor nipônico, enquanto procurava adotar uma linha programática semelhante no âmbito de sua política. Em sua configuração fascista, o Kuomintang passou a utilizar como tática, conforme consta na destacada palavra de Pomar (2003), provocar constantes “fricções” com os seus aliados nominais e oponentes ideológicos do PCCh.

Por “fricções” com os comunistas”, entende-se um conjunto de medidas que tinham por objetivo enfraquecer e combater o PCCh e seus apoiadores no curso da guerra, ainda que tenham formalizado aliança por motivo da invasão japonesa em 1937. Essa “fricção” ocorreu substanciada pela ideologia fascista que os fez considerar os revolucionários comunistas uma ameaça maior e mais premente a ser combatida que os próprios invasores. Dessa forma, os partidários do Kuomintang seguiram promovendo uma série de ataques aos seus aliados nominais enquanto persistiam na tática de resistência passiva e subordinada frente aos nipônicos. Algo que também não escapou às observações de Pomar:

Na China, os favoráveis à paz com o Japão diziam que “fazer a paz é sobreviver; lutar é correr perigo”. Supunham os japoneses dispostos a retirar-se dos territórios ocupados. Chiang Kai-Shek declarou [...] que aceitaria um acordo se o Japão se retirasse para o norte e mantivesse ocupadas apenas as províncias do nordeste. Com essa perspectiva, os *nacionalistas* espalharam notícias e documentos incriminadores contra o Partido Comunista e ampliaram o uso da *fricção*, um tipo de ação praticada durante a cessação da guerra civil e transformando as guerrilhas em unidades do Exército Nacional [...] Em julho de 1939, o 27º Exército cercou o Escritório de Ligação do 4º Exército, em Pingqiang, matando vários oficiais e soldados. *Fricções* desse tipo continuaram nos anos seguintes. No início de 1941, quando o Japão se lançou contra os comunistas para “queimar tudo, matar tudo, pilhar tudo”, Chiang ordenou ações não contra os japoneses, mas contra os comunistas. Emitiu ordens contraditórias de desmobilização e deslocamentos do 4º Exército, ao mesmo tempo que ordenou ataques contra os contingentes em marcha. Mais de nove mil soldados do 4º Exército foram mortos e feridos, e seu próprio comandante foi aprisionado (Pomar, 2003, 61, 62).

O fragmento acima demonstra um pouco no que consistiu o posicionamento do Kuomintang ao longo da invasão japonesa e da Segunda Guerra, a despeito de suas alianças formais. Após a morte de Sun Yat-Sen, a

hegemonia alcançada no partido por sua ala direitista levou-os rapidamente a transitar do campo democrático à composição junto ao fascismo internacional; a despeito da ação imperialista japonesa ter os colocado em lados opostos na Grande Guerra. A identificação ideológica com o invasor e o *Pacto Anti-Komintern*¹⁰⁵ levou Chiang Kai-Shek e seus generais a buscarem estabelecer alguns vínculos de colaboração com os japoneses no combate aos comunistas; colocando em segundo plano a própria luta pela soberania nacional e integridade territorial da China.

A disposição *ativa contra os comunistas e passiva contra os japoneses* (POMAR, 2003, p. 63) do Kuomintang no conflito progrediu mesmo diante das mudanças que ocorreram após o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor em dezembro de 1941. O episódio, que consolidou o Japão na mira da superpotência emergente, para além de demonstração de ousadia, represália e ímpeto imperialista, foi decorrente de uma situação de guerra que começava a se mostrar delicada para os japoneses.

Como foi deixado claro pelas pormenorizadas análises de Zarrow (2005), embora tenha obtido grandes e imediatos êxitos, o esforço de guerra prolongado do Japão contra a China começava a ajudar no desgaste de sua economia. Inicialmente, o Império Japonês angariou conquistas expressivas, tomando com extrema violência grandes cidades chinesas como Pequim e Nanquim, mas sofreram com o prolongamento de uma guerra que planejaram para se encerrar rapidamente.

A expectativa japonesa foi frustrada graças à resistência obstinada do povo chinês contra os invasores constituída sob a liderança do PCCh e dos seguidos embargos que passou a sofrer¹⁰⁶. Prosseguindo nas análises do autor,

¹⁰⁵ Em conformidade a Schroeder (2019), o Pacto Anti-Komintern foi assinado em 25 de novembro de 1936 pela Alemanha nazista e o Império Japonês com o objetivo de forjar uma aliança política e militar contra a expansão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O pacto garantia socorro mútuo em caso de beligerância e consolidou as bases do que viria a ser o Eixo ou a aliança militar nazifascista que operou na Segunda Guerra.

¹⁰⁶ Como detalhado por Clements (2002) e Horner (2002), os embargos aplicados pelas potências ocidentais, sobretudo os Estados Unidos, foram cometidos em represália às seguidas investidas japonesas contra territórios no Extremo-Oriente. Ávido por novas conquistas e

percebemos que mesmo operando em seu limite, a indústria japonesa já não estava conseguindo competir contra os seus rivais ocidentais ou acompanhar a sua produtividade. A guerra contra a China mobilizara milhões de soldados japoneses e comprometeu seu sistema produtivo para muito além das expectativas contraídas pela sua governança e ajudou a precipitar a sua derrota, conforme fica relatado a seguir:

During the war, the CCP grew to 1.2 million members and the Communist armies grew to almost a million soldiers. China, including both GMD and Communist forces, lost every major battle against Japan in the course of the war. If Japan was ultimately defeated by the United States, China's contributions – and sacrifices – were large. China, which to some degree had been fighting Japan for fifteen years from the time of the Manchurian Incident of 1931, tied down two-fifths of Japan's forces. And while Japan enjoyed a high degree of success in pacifying the areas that it conquered all across East and Southeast Asia, continued Chinese resistance sapped Japanese strength. Following Japan's defeat in 1945, Chiang Kai-shek rebuilt his dictatorship; the revived Nanjing government could finally claim real national sovereignty. Extraterritoriality was abolished in 1943; Chiang used the war to push Soviet forces out of Xinjiang (though China recognized Outer Mongolian independence under Soviet auspices); China recovered Taiwan and Manchuria from Japan, and the United States continued to back the GMD government. China became a founding member of the United Nations with its own Security Council seat in 1945, though it was still a desperately poor nation with little international influence (Zarrow, 2005, p. 266, 267).

Dessa forma, a derrota do Japão e do campo nazifascista como um todo na guerra imperialista teve reflexo imediato dentro da política chinesa. A identificação programática contraída pelo Kuomintang junto à ideologia fascista e seu interesse em retomar o controle sobre regiões como a Manchúria, então conquistada pelos soviéticos, colocou-os em nova rota de colisão contra o PCCh. Situação que adiantou a retomada da guerra civil e busca pela hegemonia dentro

confiante em seu poderio militar após a vitória na guerra Russo-Japonesa (2005), o Império Japonês ampliou severamente suas investidas pelo continente, atacando possessões pertencentes aos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha; com destaque à conquista da Indochina e Filipinas. Os embargos ameaçaram seriamente o suprimento energético da indústria japonesa, principalmente de petróleo, que possuía grande dependência das importações; com os Estados Unidos sendo responsável, na época, por cerca de 80% do fornecimento ao país dessa matriz energética. A crise gerada pelos embargos motivou os japoneses a atacarem a base norte-americana de Pearl Harbor em dezembro de 1941 e estabelecer uma nova frente de guerra.

de suas fronteiras. A despeito de tentativas de se estabelecer um governo de coalisção, sob mediação norte-americana e apoio dos bolchevistas, o cenário que levou a eclosão da Grande Guerra continuava reverberando na sociedade chinesa. Situação que fica mais inteligível a partir das análises de Hu Qiaomu:

Ainda que a guerra civil planejada pelo Kuomintang tenha se tornado inevitável, e ainda que tivessem se isolado da população, o povo amante da paz ainda lutava por todos os meios antes da eclosão da guerra civil total e não queria romper laços com o Kuomintang. Ilusões com o Kuomintang, com os Estados Unidos e acerca de uma “terceira via”, ainda existia entre a burguesia nacional, entre seus partidos e grupos. O Partido Comunista da China, contudo, há muito já previa um complô de guerra civil, que o conluio entre o Kuomintang e o imperialismo norte-americano estava preparando, tanto ideológica quanto organicamente. Contudo, para salvar a paz até o último minuto e educar por completo o povo, o Partido, após o encerramento da Guerra de Resistência, fez grandes esforços e demonstrou grande paciência para liderar o povo pelo país e procurar um caminho para evitar a guerra e conquistar a paz e a unidade (Qiaomu, 2018, p. 107).

Contudo, para além das posições políticas estabelecidas, a busca pela reunião da sociedade chinesa na realidade do pós-guerra se mostrou bastante dificultada em virtude das inequívocas mudanças estabelecidas em sua vida cotidiana ao longo do conflito. Ficou evidente para todas as partes que o curso das guerras perpetradas nas últimas décadas impôs muitas transformações dentro de sua composição social e que a retomada da vida existente antes da última invasão japonesa já não seria possível, conforme fica relatado abaixo:

In the immediate aftermath of the Resistance War the gulf between the generations that had developed during the war opened up even further. The GMD leaders, like the CCP leaders, were still, in comparison to other national leaders, quite young, on either side of 50, but they were now of the parental generation. The GMD leaders seemed to have made little effort to appeal to the young; the CCP took the opposite tack. Many young people had no memory of the old world for which their elders were so nostalgic. They had lived only in the turmoil of war and were eager for a new life. Some young people saw the end of the war as the chance for escape into hedonism and self-indulgence. Many others were taken by an idealistic vision of a new world, a vision that led them towards the CCP (Lary, 2015, p. 69-70).

Com isso, a luta pela hegemonia política na China logo recomeçou de forma aberta, com as frentes de batalha sendo reestabelecidas em disputa de importantes regiões no plano interno do país. As forças dividiram-se com o sul

do país controlado pelo Kuomintang enquanto as regiões situadas ao norte estavam sob a influência dos maoístas. Recebendo grande suporte norte-americano em armas, munições e mantimentos - além de apoio logístico e em transportes -, o Kuomintang conseguiu alguns bons êxitos frente aos comunistas e sua resistência popular ao longo da retomada da guerra civil.

Não obstante, como pontuado por Westad (2003), o conflito agravou em demasia as já duríssimas condições materiais enfrentadas pelas famílias que compunham a base laboral chinesa; que sofriam há mais de um século com as contínuas humilhações, perda de soberania e degradação de suas condições de vida. Na circunstância do pós-Guerra, a devastada China amargava alguns dos piores índices socioeconômicos do mundo, com o 11º PIB mais baixo do planeta¹⁰⁷, hiperinflação¹⁰⁸, elevado índice de desnutrição¹⁰⁹, analfabetismo

¹⁰⁷ Índice compartilhado do artigo publicado em china.org.br (2023) e disponível em: [Como a China venceu a miséria e eleva o padrão de vida dos pobres mesmo com crises - Agência Brasil China](#).

¹⁰⁸ *Entre 1935 e 1949, conforme consta em fee.org (2024), a China experimentou uma hiperinflação em que os preços subiram mais de mil vezes. Segundo a matéria, a causa imediata da inflação estaria relacionada aos esforços de guerra e a necessidade do governo nacionalista em injetar continuamente grandes montantes de papel-moeda na economia chinesa para assegurar alguma paridade do seu poder de compra. A expansão monetária ocorreu de forma tão agressiva que, durante a Segunda Guerra Mundial, as impressoras do Kuomintang não conseguiram acompanhar a demanda e a moeda chinesa impressa na Inglaterra teve que ser transportada sobre o Himalaia. Para maior aprofundamento, recomendamos a leitura do artigo no link a seguir: [O que a hiperinflação da China na década de 1940 pode ensinar aos americanos \(fee.org\)](#).*

¹⁰⁹ Conforme consta em Jabbour; Gabriele (2021a), a fome e a insegurança alimentar atingiram a maior parte da população chinesa nas décadas de 1930 e 1940. Segundo os autores, cerca de 80% da população chinesa no período foram atingidos pelo problema. Realidade que terminou por agravar os problemas sociais e econômicos existentes naquele momento.

dominante¹¹⁰ e baixa expectativa de vida¹¹¹. Questões de elevada importância que seriam impostas aos comunistas como determinações objetivas sobre seu programa e abordagem referente ao socialismo. E quais reflexos isso teve sobre a classe trabalhadora chinesa nos campos e nas cidades?

Diante das circunstâncias e do papel desempenhado por cada facção na luta contra o invasor japonês, os trabalhadores chineses ansiavam por alternativas factuais e definitivas à essa condição, resgatando em seu íntimo esperanças contraídas desde os primórdios da Revolução Xinhai. Apesar dos nacionalistas terem promovido reformas para contornar a crise social e recuperar credibilidade diante de sua base laboral, elas pareceram tardias, insuficientes e fizeram com que as aspirações, em grande parte, fossem ao encontro dos maoístas e seus aliados, conforme expresso em Losurdo:

Em 1949, o partido comunista alcança o poder também porque se apresenta às largas massas como a única força política capaz de salvar a nação chinesa da tragédia que sobre ela se abate por mais de um século. A partir da guerra do ópio, ela teve que suportar a amputação de enormes territórios. No momento da revolução de 1911, alguns patriotas esperam ainda poder recuperá-los. E essas

¹¹⁰ Conforme consta em artigo escrito por Marianna Ferry e publicado em mandarimlin.com.br (2022), desde a década de 1920 até 1949 com a criação da República Popular Chinesa, a China chegou ao seu ponto mais baixo de escolarização; com cerca de 80% da população acima de 15 anos sem saber ler ou escrever. Previamente ao governo comunista, o índice de matriculados no ensino fundamental era de menos de 20% da população, com os matriculados no ensino médio em cerca de apenas 6%. Com o ascenso do PCCh ao poder, o número de não matriculados na rede de ensino formal, caiu para 22%, com o governo assumindo o compromisso de ampliar o investimento e a obrigatoriedade do ensino em seu país. O PCCh fez uso do modelo soviético de educação até depois da década de 1960, quando passou a desenvolver o seu próprio modelo e conjunto metodológico de ensino. Para mais esclarecimentos, segue o link da matéria: [Escolaridade na China: de onde veio e como funciona – Mandarin com a Lin \(mandarimlin.com.br\)](https://mandarimlin.com.br).

¹¹¹ A expectativa de vida na China, conforme consta em www.macrotrends.net (2024), não ultrapassava os 43 anos em 1950. Esperança de vida um pouco menor que a brasileira no período (45 anos), mas muito abaixo da expectativa norte-americana (70 anos). Os números podem possuir alguma imprecisão, considerando que o primeiro censo populacional da República Popular da China só foi publicizado em 1953. As estimativas populacionais anteriores eram de 510 milhões de habitantes, mas 580 milhões foram registrados no censo; comprovando a elevada taxa de natalidade então existente no país. Lembrando que a política do filho único só foi adotada em 1979 como parte das reformas conduzidas sob a liderança de Deng Xiaoping. Dados a respeito da evolução demográfica na China podem ser acessados em: [Crescimento da população na China \(dadosmundiais.com\)BBC Brasil - Notícias - População da China envelhece e cria 'fardo' para os mais jovens; saiba mais](https://www.bbc.com/portuguese/health-60909090).

esperanças parecem encontrar novo alento seis anos depois, graças à tomada de posição assumida, na Rússia soviética recém-nascida, por Karakhan, que, exercendo função de comissário para Assuntos Externos, declara-se pronto a repudiar os tratados impostos à China pela Rússia Czarista (Losurdo, 2004, p. 167).

Nessa conjuntura, embora o Kuomintang detivesse a superioridade bélica sobre seus oponentes, carecia de uma maior base popular em seu apoio. Os nacionalistas sofriam perante a opinião pública com o desgaste causado pela prolongada crise econômica, debilidade diante dos invasores, corrupção de seus dirigentes, abusos e indisciplina de suas tropas. Problemas que pouco afligiam os maoístas que estavam com o moral elevado após a guerra de resistência contra o invasor japonês e do sucesso de suas táticas e disciplina revolucionária. Fora isso, a identificação da classe trabalhadora chinesa com os comunistas foi resultado tanto dos abnegados esforços dos maoístas junto ao povo chinês na guerra contra os japoneses, quanto do caráter popular moldado pelos seguidos e violentos conflitos que acometeram o país e a aguda crise decorrente. Desses vínculos de confiança foi possível a edificação revolucionária como um todo; conforme Po-Ta deixou exposto:

O processo da Revolução Chinesa foi extremamente tortuoso, intricado e cruel. Foi esta situação que levou a classe operária e ao povo chinês adquirir um temperamento heroico, e igualmente permitiu ao partido da classe operária chinesa – o Partido Comunista da China – fortalecer-se completamente. Além disso, as grandes experiências revolucionárias, que constituíram, precisamente, o tesouro da classe operária chinesa, enriqueceram inevitavelmente a teoria marxista-leninista (Po-Ta, 2018, p. 28).

As condições materiais existentes se mostraram favoráveis aos maoístas da mesma forma como outrora se mostraram aos nacionalistas. A luta revolucionária estava em vias de amadurecimento acelerado, possibilitando aos comunistas edificarem a derrota dos conservadores direitistas liderados por Chiang Kai-Shek. A circunstância da Grande Guerra, resguardada a sua tragédia humanitária, evidenciou a liderança do Partido Comunista na luta pela reconstrução da soberania da China e promoção de justiça social; o que foi fundamental para a sua ascensão política no país. Algo que, retomando Cunha (2022), fica bastante perceptível:

Por outro lado, sem o combate aos japoneses, na Segunda Guerra Mundial, o PCC não teria conseguido alcançar o poder, como o próprio Mao admitiria. Na realidade, a ascensão e consolidação do poder do PCC fundam-se em factos históricos associados às duas guerras mundiais. É, desde então, que os chineses cultivam um arraigado nacionalismo de cariz anti-ocidental (Cunha, 2022, p. 43).

Desse modo, conforme relatado por Lary (2015), o conflito civil foi reestabelecido com cada contingente dispondo dos recursos herdados da circunstância da guerra contra o Império Japonês. O Kuomintang detinha o controle dos grandes centros urbanos do sul do país, melhores armas e mantimentos ofertados pelos seus aliados, sobretudo os Estados Unidos. Já os maoístas dispunham do domínio territorial de regiões situadas ao norte, apoio popular e o aprendizado tático obtido nas experiências de guerras anteriores. E como essas determinações afetaram o desenvolvimento do conflito?

Ainda amparando-nos na autora, advertimos que na retomada do conflito, os maoístas pouco puderam contar com apoio dos soviéticos; que mantiveram relações diplomáticas com ambas as partes na avaliação de que os nacionalistas provavelmente seriam os vencedores. Além da Manchúria, a guerra civil envolveu importantes províncias como Shandong, Jiangsu (em chinês: 江苏) e Guangzhou, com os comunistas conseguindo importantes e numerosas adesões principalmente junto ao campesinato. Isso permitiu às tropas maoístas cercarem as grandes cidades controladas pelos nacionalistas e inverter alguns polos de vantagens frente às forças de Chiang Kai-Shek.

A estratégia de Guerra Popular adotada pelo PCCh obteve êxito nas duas frentes em que foi articulada e tanto impediu a capitulação chinesa no cenário de guerra internacional quanto conseguiu estabelecer importantes derrotas ao campo fascista em sua luta interna. A crescente debilidade das ofensivas do Kuomintang ficou perceptível na luta pela conquista da Manchúria, onde perderam, dentro de diversos reveses, grandes contingentes humanos e armas de grande potencial destrutivo para os comunistas. O largo conhecimento da geografia da região e a tática de guerrilha conseguiram impor aos nacionalistas uma derrota da qual não conseguiram recuperação. Mais que isso: a adesão popular ganhara maior consistência também nas cidades mais

importantes da província; onde a ética maoísta contrastou de forma protuberante com os abusos dos nacionalistas por onde esses conseguiram se estabelecer. Situação que ficou mais bem delineada nas palavras de Ferrari:

After some military successes and the occupation of Manchurian cities , the Kuomintang however lost the heart and mind of Chinese people of all classes; urban classes, students and people of the countryside. The urban classes were lost as in the liberated cities the Kuomintang behaved like an invading force, treating locals with contempt, confiscating property and setting up an economy of conquest based on high prices, monopolising key commodities and entering in direct competition with local enterprises; corruption was rampant and people's purchasing power was reduced enormously by the artificially inflated exchange rate (200 to 1, twice as much as it should have been) that was set between the Nationalist currency and the Japanese-based puppet currency (Ferrari, 2014, p. 02).

No início de 1949, Pequim foi conquistada pelos comunistas sem enfrentar praticamente nenhuma resistência. Conquista que foi seguida por outras, onde Cantão, Xangai e Nanquim foram anexadas pelos maoístas às suas linhas de defesa. A Guerra Civil se aproximava de seu fim, com os maoístas obtendo uma vitória inesperada mesmo pelos seus aliados mais próximos. O ano citado foi decisivo para a situação política no país, com esse se dividindo em duas partes com o recuo do Kuomintang para a Ilha de Taiwan; numa movimentação que envolveu não apenas a cúpula do partido, mas cerca de 600 mil soldados e dois milhões de apoiadores chineses¹¹².

A vitória dos maoístas representou não apenas o sucesso contra os conservadores do Kuomintang, mas também sobre a tática orientada pelos bolcheviques, sob o jugo de Stalin (1878-1953), de cooperação subordinada com os nacionalistas. Algo que limitou de forma assaz a organização dos comunistas chineses e pouco os preparou para o golpe cometido pelos nacionalistas em 1927 e o expurgo dos comunistas e da ala vermelha do Kuomintang que veio a seguir. Sobre isso, Trotsky estabeleceu críticas bastantes duras à burocracia stalinista, como fica exemplificado abaixo:

¹¹² Os números estão reproduzidos em várias fontes, como matérias jornalísticas sobre o fim da Guerra Civil Chinesa. A título de exemplo deixaremos disponível o link de uma matéria publicada no site g1.com em 16/01/2024: [4 chaves que explicam como Taiwan mudou de ilha pobre e autoritária a democracia rica | Mundo | G1 \(globo.com\)](#).

Mas os dirigentes da Internacional Comunista foram além. Forçaram o Partido Comunista Chinês a fazer parte do Kuomintang e a se submeter à sua disciplina. Telegramas especiais de Stalin recomendaram que os comunistas chineses contivessem o movimento agrário. Proibiu-se que os operários e os camponeses revolucionários criassem soviets, por medo de criar suspeitas em Chiang Kai-Shek, defendido por Stalin, contra a oposição, ainda no começo de abril de 1927, poucos dias antes do golpe de Estado de Xangai, e por ele proclamado aliado fiel numa reunião do partido em Moscou (Trotsky, 2007, p. 71).

Deve-se salientar que, ainda que os comunistas soviéticos e chineses estivessem alinhados no âmbito programático, nem sempre as táticas, necessidades e interesses imediatos coincidiam entre si. Conforme podemos apreender a partir da leitura de Kaple (1998) e Jun (1998), a China e a URSS, embora tivessem aliança reconhecida, estavam em etapas bastante distintas em seus respectivos processos revolucionários e espaços ocupados dentro da geopolítica internacional.

Como fica minudenciado em Goulart; Silva (2017), a complexa conjuntura internacional colocava, não raras vezes, os interesses contíguos da URSS e da China em conflito; com a URSS stalinista assumindo uma posição cautelosa diante das questões da política interna chinesa e seus conflitos inerentes. Isso ocorreu de forma mais eloquente durante a Guerra Civil Chinesa quando os soviéticos se mostraram bastante receosos em colaborar com os maoístas por não acreditar em seu êxito perante os nacionalistas. Parcimônia que, por sinal, já havia se manifestado na luta dos chineses contra os invasores.

Também escorando-nos em Goulart; Silva (2017), fica perceptível que o cálculo político, dentro do pragmatismo tático stalinista, foi que uma aliança declarada poderia comprometer fatalmente a diplomacia instituída entre a China e a URSS. Essa situação poderia ter como resultado indesejado a abertura do caminho para o aumento da influência ocidental, sobretudo dos Estados Unidos e Inglaterra, sobre o Extremo-Oriente. A posição reservada dos soviéticos provocou nos maoístas um profundo ressentimento em relação ao que consideravam os seus principais aliados e a percepção de que dependeriam de forma assaz das próprias forças para poder estruturar sua luta revolucionária e consolidar novamente a China como um Estado soberano.

Enquanto isso, os contrarrevolucionários nacionalistas, isolados em Taiwan, refundaram a República da China, sendo reconhecidos de prontidão pelo imperialismo internacional, simpático à sua causa conservadora, como o Estado verdadeiramente legítimo. O país de dimensões monumentais passou então a ter o seu reconhecimento pelo Ocidente reduzido à república instaurada em uma pequena ilha, tendo em Taipei (em chinês: 台北) a sua capital provisória, mutilando novamente a unidade territorial chinesa. E como isso se desenrolou?

A estratégia norte-americana diante da derrota do Kuomintang na Guerra Civil se deu na forma de prosseguimento do reconhecimento diplomático e cooperação militar e econômica com os nacionalistas em seu novo centro político. A abordagem de Washington, conforme as análises de Losurdo (2004) permite-nos concluir, consistiu em utilizar a ditadura de Chiang Kai-Shek como entreposto para a contenção de uma possível expansão da Revolução Chinesa pelo Oriente e para articular uma futura reconquista do território pelos nacionalistas. Conforme podemos conferir a seguir:

Mas isto não basta para evitar o confronto com os EUA, lançados à conquista da hegemonia mundial. Depois de ter intervindo pesadamente a favor de Chiang Kai-Shek, Washington impede que a guerra civil alcance a sua conclusão com a recuperação de Taiwan por parte do governo central. A nova superpotência planetária não quer fechar o capítulo da “China crucificada”, ao contrário, faz de tudo para reabri-lo. Imediatamente depois da conquista do poder por parte dos comunistas, a administração Truman empenha-se em promover na ilha um movimento independentista. Se realmente não se consegue manter o controle sobre o grande país asiático no seu conjunto, em todo caso não se pode renunciar a Taiwan: é necessário estar pronto a transformá-la em “uma nação autogovernada”. A tentativa não tem êxito então, mas nem por isso desaparecem as aspirações dos EUA sobre um território considerado como “um trampolim” para um futuro ataque contra a China continental (Losurdo, 2004, p. 168).

Baseando-nos nos escritos do oficial nacionalista e professor Ghung-Gi Kwei (1970), fica alentado que a República da China gozou de pronto reconhecimento internacional a ponto de integrar o *Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas*¹¹³. Contudo, na prática, o governo de Chiang

¹¹³ Como Estado e governo reconhecidos pelo Ocidente, a República da China, teve a sua transferência administrativa para Taiwan oficializada em 07 de dezembro de 1949. Assim, conservou de imediato o *status* de Membro Fundador *Organização das Nações Unidas* (em 24

Kai-Shek se estabeleceu pelas décadas seguintes¹¹⁴ como uma ditadura conservadora e subordinada aos interesses norte-americanos e como uma ameaça permanente à integridade territorial chinesa e à Revolução Popular. O Partido Nacionalista que, assim como os comunistas, se autoproclamou imediatamente como o único detentor de legitimidade governamental sobre toda a China, se convertia, dessa forma, em uma peça útil nas disputas imperialistas estabelecidas dentro da crise geopolítica do pós-guerra.

Em paralelo a isso, os vitoriosos maoístas fundaram em 1º de outubro de 1949 a *República Popular da China* (em chinês: 中华人民共和国) numa organização que a intelectual marxista Enrica C. Pischel identificou como essencial para *liberare il popolo di tutto il paese* (1973, p.442). No entanto, a China conquistada pelos maoístas, em que se pese suas tradições, guardava pouca semelhança com o antigo império que habitava a memória histórica do país. Os comunistas chineses assumiram o desafio de reerguer uma nação destruída pelas guerras, pela dominação imperialista a que esteve sujeita por mais de cem anos, pela miséria e por suas divisões sociais internas. Assim, a adoção do marxismo-leninismo pelos revolucionários chineses foi instituída sob um plano consequente que buscou operar dentro da situação concreta da China.

Sustentando-nos em Marti (2021) e Rabelo (2021), observamos que para além das apreensões teóricas derivadas do marxismo-leninismo e do aprendizado com os acontecimentos decorrentes da Revolução Russa, o socialismo chinês está correlacionado às experiências históricas que a China atravessou, seu legado estrutural e as demandas existentes em sua sociedade.

de outubro de 1945) e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; permanecendo nessa posição até a sua substituição pela República Popular da China dentro das movimentações políticas relacionadas à Guerra Fria e das mudanças estratégicas dentro do panorama geopolítico internacional que resultaram em uma gradativa retirada da China de sua posição de isolamento político e econômico em relação ao Ocidente e que precipitou a *Reforma e Abertura* instituída sob a liderança de Deng Xiaoping a partir da 1978.

¹¹⁴ A República da China foi governada sob regime unipartidário e *Lei Marcial* durante as décadas de governo do Generalíssimo Chiang Kai-Shek e de seu filho-único Chiang Ching-Kuo (1910-1988). O país realizou as suas primeiras eleições legislativas apenas no ano de 1986 e teve a sua primeira eleição presidencial direta no ano de 1996, com o Presidente Lee Teng-Hui (1923-2000) liderando a fase de maior abertura democrática que o país passou a construir.

O arcabouço herdado foi determinante para que o rumo das lutas empreendidas, seus desafios e suas definições programáticas se afirmassem em um programa relacionado inteiramente com a esfera empírica de sua formação histórica, cultural e econômica. A China que surgiria nessa processualidade construiria sua abordagem do socialismo e da luta de classes como um campo de experiências voltado à resolução de suas necessidades concretas de desenvolvimento socioeconômico, recomposição nacional e construção de sua soberania diante das potências internacionais. Perspectiva que fica mais compreensível a partir das análises de Rabelo:

A China na complexidade de sua formação econômico-social, oriunda do seu nível primário de desenvolvimento, determinou como sua principal tarefa o crescimento das forças produtivas, colocou o socialismo com suas próprias características de vanguarda do processo de desenvolvimento e crescimento na época em que vivemos. O seu Estado é conduzido por forças políticas e sociais que desde a instauração da República Popular mantém a perspectiva socialista e se instrui na base teórica do marxismo (Rabelo, 2021, p. 19).

Neste ponto, aprofundaremos um pouco mais a análise sobre a abordagem do PCCh na formulação do socialismo na China levando em consideração algumas das principais determinações instituídas sobre a sua construção política. Para isso, iremos examinar alguns aspectos da organização política implementada pelo PCCh e a afirmação de seu programa a partir de algumas questões que entendemos como cruciais para a compreensão histórica do desenvolvimento político no país: 1. As relações instituídas com o Partido Bolchevique e a URSS. 2. Composição de sua política no âmbito da construção do socialismo chinês e a Nova Democracia. Os princípios da soberania nacional e da luta de classes estarão presentes em ambos os objetos de análise, por entendermos se tratar de uma determinação geral sobre as políticas chinesas; o que inclui o desenvolvimento de suas forças produtivas, relações de produção e as políticas voltadas ao meio ambiente. Questões que serão analisadas em maior densidade a partir do próximo capítulo.

2.2. A construção política do PCCh e o desenvolvimento de sua abordagem socialista

Figura 7: Divisão organizacional do Partido Comunista Chinês.



Fonte: revista política hoje (2015).

O processo de constituição da Revolução Chinesa se desenvolveu tendo como parâmetro imediato a destruição da condição semicolonial que lhes foi imposta pelo mando imperialista por mais de um século e que maculava a sua autonomia política, econômica e territorial. O gigante asiático teria como desafio não apenas a sua reconstrução infraestrutural após as seguidas e devastadoras guerras que enfrentou, mas de construir dentro de seus limites a superação do que Arrighi (2008), Harvey (2005) e Lefebvre (2001) classificaram como *a lógica territorial do capitalismo*. Considerando a dialética neocolonial, compreendemos que essa lógica opera dentro de uma complexa relação em que a política estatal atua para que o monopólio sobre a reprodução do capital seja estabelecido para além de suas fronteiras nacionais, dominando cadeias produtivas estabelecidas na periferia do capitalismo hegemônico.

O controle espacial, desse modo, se traduz em comando sobre a infraestrutura, *commodities*, finanças e mercado em um princípio de dominação que se sobrepõe à força de trabalho em uma divisão desigual do trabalho internacionalmente estabelecida. As implicações dessa divisão imperialista do

trabalho e do acúmulo de capital ganham maior clareza nas detalhadas análises de Arrighi, as quais recorreremos:

Em todas as expansões financeiras de importância sistêmica, a acumulação de capital excedente em forma líquida teve três efeitos principais. Em primeiro lugar, transformou o capital excedente embutido na paisagem, na infraestrutura e nos meios de comércio e de produção em oferta cada vez maior de dinheiro e crédito. Em segundo lugar, privou governos e populações dos rendimentos retirados previamente do comércio e da produção, que não eram mais realizados porque se tornaram pouco lucrativos ou arriscados demais. Finalmente, e em boa parte como corolário dos dois primeiros efeitos, criou nichos de mercado altamente lucrativos para intermediários financeiros capazes de canalizar a oferta de liquidez cada vez maior para governos ou populações em dificuldade financeira ou populações em dificuldade financeira ou para empreendedores públicos e privados que pretendiam abrir novos caminhos para a geração de lucro no comércio e na população (Arrighi, 2008, p. 241).

Na fase histórica em que se encontrava, a China esteve sujeita a perigos análogos aos que muitas sociedades que estavam recém-saídas do jugo colonial ou semicolonial estavam enfrentando; com menção especial aos países independentes da América Latina. Estados, cujas emancipações políticas não evitaram que caíssem nas amarras da fragilidade de suas instituições, do atraso de suas forças produtivas, do endividamento público e da dependência econômica diante do capitalismo hegemônico. São países que foram estruturados como linha auxiliar dos países avançados, cumprindo funções específicas e se situando na periferia do capitalismo global. Essa forma de inserção geopolítica foi analisada de forma multidisciplinar por intelectuais como Fernandes (1975, 2005, 2015), Frank (1980), Marini (2013) e Bichir (2017); sempre à procura de compreensão de sua dialética tanto em sua lógica interna, quanto externa e dos caminhos necessários para a sua superação, como fica exemplificado a seguir:

A incorporação ao mercado mundial e às estruturas internacionais de poder numa posição heteronômica envolve uma forma peculiar de integração nacional [...] A dominação externa em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo

hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, com uma base para a exploração externa e para a acumulação interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (Fernandes, 1975, p. 19, 20).

Como podemos apreender em MacFarquhar; Fairbank (1987), guardadas as diferenças, o desafio para a China se apresentava na superação dessa complexa rede de dependência e desenvolvimento subordinado. No contexto do pós-guerra, isso demandava pela construção de uma estrutura política autônoma e posicionada frente ao ascenso das duas superpotências em constantes tensionamentos que surgiam no cenário internacional, os Estados Unidos e a União Soviética.

Se a relação com os Estados Unidos esteve pautada desde o primórdio pelo antagonismo e resistência das lideranças chinesas quanto a Washington, houve diferenças sensíveis a respeito dos soviéticos. Como é possível averiguar em Kaple (1994), a cooperação com os bolcheviques foi almejada pelos chineses como estratégia fundamental para a reconstrução da China e para a definição dos rumos que seriam efetivados a seguir. O aporte econômico, militar e tecnológico desejado pelas autoridades chinesas facilitaria o seu trabalho na elevação da infraestrutura do país e forneceria condições materiais para que a China pudesse se estabelecer enquanto Estado.

Desse modo, como podemos averiguar em Danhui (2011), a assinatura do *Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética*¹¹⁵ (1950-1979. Em chinês: 中苏友好同盟互助条约. Em russo: Советско-

¹¹⁵ O Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética marcou o auge das relações estabelecidas entre a União Soviética e a República Popular da China. Entre diversos elementos que compuseram a sua agenda bilateral, o tratado promoveu o intercâmbio de cerca de 15 mil estudantes chineses na URSS e a assistência soviética com o envio de inúmeros técnicos e engenheiros ao país asiático. Houve também forte inserção cultural soviética na China no período, com 747 filmes soviéticos exibidos no país. Como mencionado por Thomas Barthlein

китайский договор о дружбе, союзнничестве и взаимной помощи) foi compreendido pelos maoístas como um passo importante em seus primeiros anos no comando da nação. O tratado foi celebrado pelos chineses como verdadeira conquista e como elemento crucial para a consolidação do país no então emergente bloco dos países socialistas. Assim, no princípio, o aporte soviético foi encarado pelas lideranças chinesas como estrategicamente necessário para a afirmação da China em sua nova configuração política e para ajudar a suprir as suas demandas materiais.

O auxílio da URSS stalinista ocorreu também como referencial político a ser seguido pelos chineses numa circunstância em que seu compromisso com a causa revolucionária deveria se asseverar em sua *práxis* governamental. Nessa perspectiva, o programa político elaborado se constituiria não como uma abstração vaga, mas como uma bússola que orientaria as ações do partido na edificação de sua experiência socialista. As vias de construção política estabelecidas pelo PCCh foram então efetivadas tendo no comunismo o horizonte político, nunca se desviando desse perímetro mesmo diante das crises mais agudas. Para a perseguição da utopia concreta, foram empregados grandes esforços pelos maoístas para assimilar as significações do comunismo como uma totalidade dialética. Uma dimensão conceitual que fica mais facilmente compreensível a partir da análise de Badiou:

Compreende-se desde já porque a palavra “comunismo” não pode ser um nome puramente político: no caso do indivíduo do qual ela sustenta a subjetivação, ela liga o processo político a alguma coisa que não é ele próprio. Ela também não pode ser uma palavra puramente histórica, porque, sem o processo político efetivo, do qual veremos que contém parte irreduzível de contingência, a História é apenas um simbolismo vazio. E, por fim, ela também não pode ser uma palavra puramente subjetiva ou ideológica porque a subjetivação opera “entre” a política e a história, entre a singularidade e a projeção dessa singularidade numa totalidade simbólica, e, sem essas materialidades e essas simbolizações, ela não pode advir ao regime de uma decisão. A palavra “comunismo” tem o *status* de uma Ideia, o que significa que, partindo de uma incorporação, do interior de uma subjetivação política, essa palavra denota uma síntese da política, da história e da ideologia. É

(2022), nenhuma nação conseguiu exercer até então tamanha influência cultural em território chinês; que se notabilizara por sua determinação isolacionista em relação ao Ocidente nos séculos anteriores. Detalhes da matéria estão presentes em: [1950: Tratado de Amizade entre China e URSS – DW – 14/02/2022](#) .

por isso que é melhor compreendê-la como uma operação do que como uma noção. A Ideia comunista existe apenas na fronteira do indivíduo e o processo político, como esse componente de subjetivação que se sustenta por uma projeção histórica da política. A Ideia comunista é o que constitui o devir Sujeito político do indivíduo como sendo também e ao mesmo tempo sua projeção na História (Badiou, 2012, p. 151, 152).

Nas condições estabelecidas, a via de elaboração dos fundamentos que nortearam a construção do socialismo chinês encontrou resolução em um modelo centralizado inspirado na União Soviética. Nesse parâmetro, em conformidade com Jian; Kuisong (1998), o PCCh se firmou como Partido-Estado enquanto Mao Tsé-Tung se projetou como a maior liderança política de toda a sociedade chinesa. Nessa ordem, o PCCh passou a absorver todas as instâncias decisórias então existentes. O partido estabeleceu com a classe trabalhadora um vínculo de compromisso verticalizado que tinha por fins imediatos a reconstrução da nação e o desenvolvimento de suas forças produtivas no modelo socialista. Com grande apoio popular e sem uma reminiscência burguesa influente o suficiente para oferecer grandes contraposições aos maoístas, restou aos comunistas resolverem as suas divisões internas, combater as dissidências e a operacionalizar a sua gestão no que classificaram como “ditadura democrática”. E como isso se efetivou em termos práticos?

Como sintetizou Vargas (2015), as lideranças chinesas buscaram fomentar, em sua edificação do socialismo, um tipo de organização social ancorada em instituições políticas e administrativas coesas e alinhadas ao programa elaborado pelo partido. Para isso, construiu-se um arcabouço que definiu o PCCh e seu *Comitê Central* (*Birô Político do Comitê Central do PCCh*. Em chinês: 中国共产党中央政治局) como o núcleo de liderança política da China. Junto à essas instâncias, a governança do país se estabeleceu através de uma rede institucional que conjugou o *Conselho de Estado* (em chinês: 国务委员会), a *Assembleia Nacional Popular* (em chinês: 全国人民会议), o *judiciário*, as *Forças Armadas* e *comitês provinciais e municipais*.

Como sinalizado por Deutscher (1970), na estrutura política ascendida, as fronteiras entre o PCCh e o Estado Chinês se tornaram rarefeitas,

com o partido ocupando funções de gerenciamento público tanto no âmbito objetivo (burocrático-administrativo, jurídico, militar e policial), quanto subjetivo (como discurso político e ideologia oficial). O partido pavimentou o seu caminho se misturando por completo ao tecido social chinês, participando de forma incisiva em todas as decisões relevantes para o país e administrando as mediações necessárias para o seu desenvolvimento.

Como é possível perceber nas análises de MacFarquhar (1997), o regime de ditadura democrática instituído a partir do PCCh respondeu a necessidades concretas da China quanto à construção da unidade política do país e desenvolvimento de suas forças produtivas. Para isso, se empreendeu esforços no sentido de centralizar as instâncias decisórias, combater à anomia social decorrente das guerras e o poder paralelo exercido pelos grandes proprietários de terras em diferentes regiões. Assim, a unificação das estruturas de poder foi encarada, sob a liderança de Mao Tsé-Tung, como um movimento crucial para a estabilização do país e sua pacificação.

Para além disso, os anos seguintes à fundação da República Popular da China foram marcados pelo enfrentamento de um grande *déficit orçamental* que ameaçava a sua sobrevivência. A estrutura de governança montada, tendo a centralização do poder como paradigma, serviu também para perseguir o maior equilíbrio das contas públicas, aumentar o controle sobre a arrecadação e criar as possibilidades materiais de construir a sua própria *planificação econômica*¹¹⁶. Perspectiva que se torna mais compreensível quando nos deparamos com a explicação reproduzida no fragmento abaixo:

¹¹⁶ Conforme Mikhailova (2012), a *Planificação Econômica* ocorreu na Rússia sucedendo o que a autora classificou como “comunismo de guerra”; que foi caracterizado pelo rígido controle estatal, pela plena mobilização de recursos e expropriação forçada durante a guerra civil que ocorreu no país em 1917. No final da guerra, a economia russa estava praticamente destruída, com uma queda na produção industrial atingindo cerca de 80% em comparação com a produção de 1913 e a produção industrial caindo em cerca de 40% em comparação ao mesmo período e com muitas empresas deixando de funcionar. A Planificação Econômica começou a ser construída pela União Soviética no início da década de 1920 de forma diretiva e centralizada como forma de gestão e de funcionamento da economia socialista, num esforço até então nunca visto na história moderna. Dividido em várias fases como os *Planos Quinquenais* e no que ficou conhecido como *Nova Política Econômica* (NEP), a política econômica soviética exerceu influência contundente sobre as autoridades chinesas nos anos iniciais da República Popular.

[...] o governo empenhou-se em reduzir radicalmente o déficit orçamental, por três meios: primeiro, pela centralização dos impostos. Por um lado, isso eliminava dum só golpe a principal fonte da corrupção sob o regime do Kuomintang, que consistia em que o proprietário fundiário, ele mesmo as mais das vezes cobrador de impostos da aldeia, não pagava taxas e fazia desaparecer nos seus próprios bolsos a maior parte dos impostos arrancados dos camponeses. Por outro lado isso restabelecia ao mesmo tempo a *igualdade fiscal* da cidade e do campo (MANDEL; WU; ROSSI; ROUSSET; LEW, 1977, p. 51).

A burguesia chinesa, proporcionalmente diminuta e sem o histórico revolucionário de seus pares nas nações desenvolvidas, era encarada pelas lideranças comunistas não fundamentalmente como opositores ou inimigos de classe, mas como parte do povo chinês e necessária à reconstrução da nação. Em um país onde a luta de classes se constituiu historicamente relacionada às lutas anti-imperialistas, o próprio conceito de *povo* e *classe trabalhadora* se encontra articulado em consonância à essa realidade. Nesse aspecto, a burguesia era compreendida como uma camada social possível de ser subordinada e integrada ao desenvolvimento da nação. Uma categoria que era considerada como potencialmente aliada contra as oligarquias regionais e mediadora no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Um posicionamento de classe aparentemente ambíguo, mas que ganha nas palavras de Qiaomu maior clareza:

O processo de controlar o capitalismo é um processo de se unir e lutar contra a burguesia nacional e, ao mesmo tempo, um processo de reformar a burguesia nacional. Mao diz: “se este trabalho for bem feito, as principais classes exploradoras da China – os latifundiários, o capital burocrático e o capital monopolista – terminarão por ser liquidadas. No concernente à outra classe exploradora, a burguesia nacional, pode-se na etapa atual realizar um grande trabalho educativo em seu seio. Quando o socialismo for realizado, isto é, depois da nacionalização das empresas privadas, a burguesia nacional poderá continuar a se educar e reeducar. O povo dispõe de um poderoso aparelho estatal e não teme a sublevação da burguesia nacional” (Qiaomu, 2018, p. 120).

No entanto, se é verdade que as lideranças do PCCh se inspiraram nos bolcheviques para definir sua organização política, econômica e social, também é verdade que os maoístas almejavam construir os próprios caminhos e desenvolver abordagens que estivessem relacionadas às suas demandas históricas. Dessa forma, o modelo erigido com resiliência pelos maoístas através

dos anos se estruturou na forma de um Partido-Estado, em que o Partido Comunista opera concomitantemente como instituição política e de Estado¹¹⁷. Nessa ordem, o Estado e o PCCh se configuraram como uma unidade, cuja vinculação ainda permanece sem o menor sinal de esmorecimento. Esse encadeamento institucional e suas diferenciações com o modelo soviético ganham maior nitidez nas palavras de Cunha:

No entanto, algumas características do PCC diferenciam-se do sistema soviético. Desde logo, a capacidade de penetração do Partido no tecido social, económico e militar. O PCC está presente em todos os cantos da sociedade, obrigando a uma lealdade incondicional. Os militares devem obediência constitucional ao Partido, bem como o sistema judicial. O mesmo se aplica ao setor público da economia, que inclui algumas das empresas mais conhecidas internacionalmente, os chamados “campeões da indústria”. É assim que o “pensamento de Xi Jinping (...) reflete a vontade comum de todo o Partido, todas as Forças Armadas e o povo de todos os grupos étnicos” [...] Constitucionalmente, o governo soviético e o PCUS eram órgãos separados, embora a realidade desmentisse esse artificialismo. Na China, o PCC deixou sempre bem claro que seria o único responsável pelo controlo de toda a sociedade. Consequentemente, a estreita interligação entre Partido e Estado é indistinguível. Na linguagem oficial “é necessário assegurar que a liderança do Partido e do Estado permanece nas mãos daqueles que são leais ao marxismo, ao Partido e ao povo (Cunha, 2022, p. 43).

Para conseguir impor a sua abordagem e construir objetivamente o seu modelo governamental baseado no Partido-Estado, os maoístas consideraram que as alianças deveriam ter por princípio a preservação da integridade territorial, autonomia política e demandas históricas do país. Diante disso, suas autoridades buscaram demarcar a sua política interna e externa, considerando as demandas particulares do país, seu tecido social e visões geopolíticas. Entretanto, isso foi acarretando em diferenças cada vez mais

¹¹⁷ Devemos mencionar que a organização do PCCh após a implantação da República Popular da China ocorreu sem obedecer a um cronograma muito rígido. Como salienta Cunha (2022), após a *Conferência Consultiva Política do Povo Chinês* (em chinês: 中国人民政治协商会议) em 1949 (em um grande empenho no qual debateram e articularam os princípios que norteariam a construção do novo Estado e da elaboração do Programa Comum), não houve grande urgência por parte das lideranças do partido em o rearticular dentro de um plano de governança. O primeiro *Plano Quinquenal* foi aprovado apenas em 1953, a primeira Constituição, em 1954 e o primeiro congresso do PCC veio a ocorrer somente em 1956 (cerca de sete anos após os comunistas conquistarem o poder político do país). O *Congresso Nacional Popular* (CNP. Em chinês: 人大), fundado em 1954, não reuniu entre 1966 e 1974, anos em que o país estava sendo sacudido pela Revolução Cultural (em chinês: 文化大革命).

pronunciadas em relação aos soviéticos e que foram se intensificando ao longo das distintas fases da construção política da China.

Desse modo, como podemos perceber em Li (2010), foi constituída junto aos bolcheviques uma relação configurada como uma aliança programática, mas impregnada por fortes ambiguidades. Ambos os países, cada qual à sua maneira, compreendiam a necessidade de construção de uma unidade internacional que possibilitasse a afirmação e sobrevivência das repúblicas socialistas perante as potências imperialistas, sobretudo os Estados Unidos. Contudo, o posicionamento de cada país dentro da aliança estabelecida estava desde o início marcado por contradições mútuas quanto ao desenvolvimento político conjunto e por interesses relacionados a questões geopolíticas e nacionais.

A URSS, a nação mais avançada do bloco socialista nessa conjuntura, definiu os seus interesses e estratégias tendo como ponto de partida a posição que passou a ocupar na geopolítica internacional desde a revolução de 1917. Nessa situação, os bolcheviques se movimentaram na construção de uma agenda pautada sobremaneira pela busca de consolidação de seu poder político, autodefesa diante das potências ocidentais e desenvolvimento de suas forças produtivas. Assim, como fica passível de se entender em Westad (1998), internacionalmente, o país procurou aumentar a sua zona de influência como forma de assegurar a sua própria sobrevivência enquanto Estado.

Conforme a assimilação de Goulart; Silva (2017), a abordagem autocentrada dos soviéticos na aplicação de seu programa levou o país a estabelecer conflitos de diferentes ordens com os seus aliados; com o gigante euroasiático conduzindo suas relações com os demais países socialistas de modo vertical e desigual. A perspectiva da União Soviética sob o mando stalinista em relação aos seus camaradas no Oriente teve a sua definição estabelecida por questões muito mais pragmáticas do que programáticas. No caso da China, podemos afirmar que as diferenças se pronunciaram de forma bastante precoce. O suporte estratégico dado pelos soviéticos ao Kuomintang e a inércia manifesta em relação à invasão japonesa já haviam evidenciado que o empenho

bolchevique na construção de uma agenda bilateral com o PCCh seria determinado pelas possibilidades que ela traria diante do problemático cenário político internacional.

Nesse contexto, a aliança entre a URSS e a China foi determinada principalmente pela sua importância tática para a contenção da influência ocidental sobre o Oriente. O grande temor dos soviéticos, na ocasião, dizia respeito ao possível avanço norte-americano sobre a região e a exposição de suas fronteiras que esse panorama poderia acarretar. Logo, para além de questões pertinentes à construção da agenda socialista internacional, havia demandas de natureza territorial que se mostraram demasiadamente importantes dentro das disputas geopolíticas existentes. Desse modo, a União Soviética procurou assegurar a sua posição de liderança no bloco socialista como forma de impor uma agenda conjunta apta a garantir a sua própria segurança diante do Ocidente. Considerando, que o destaque soviético foi se afirmando internacionalmente a partir da exibição de seu poderio militar na Segunda Grande Guerra; sem o qual o encerramento do conflito poderia não ocorrer em curto prazo, conforme relatado a seguir:

Durante a primeira semana de fevereiro de 1945, seis meses antes do cessar das hostilidades no Pacífico, o destino da China no pós-guerra fora decidido pelos “Três Grandes” – os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética – no resort de Ialta, na Crimeia. Politicamente fortalecido pelas “realidades no terreno” ditadas pelo Exército Vermelho na Europa Oriental, Estaline apresenta a Franklin D. Roosevelt e a Winston Churchill as suas reivindicações relativas ao Extremo Oriente. As exigências do autocrata soviético não se compaginam com o silêncio anglo-americano porque Roosevelt necessita de convencer o seu homólogo soviético a entrar na guerra do Pacífico. Antevendo uma invasão prolongada, e sanguinária das ilhas nipônicas, os Estados Unidos procuram o destacamento dos exércitos de Estaline para a China e para a Coreia, de forma a abrir uma segunda frente contra os japoneses (Rato, 2020, p. 73, 74).

Ainda segundo Rato (2020), a dimensão que a URSS atingiu na geopolítica internacional determinou muitas estratégias que foram traçadas e motivou as autoridades chinesas a procurarem o seu apoio; mesmo que as minúcias da aliança não as deixassem muito satisfeitas. Assim, a proximidade entre os dois países progrediu entrecortada por avanços e divergências. A Guerra Fria e o receio de uma ofensiva ocidental levaram os soviéticos a

escalonarem a sua influência sobre regiões como a Mongólia e Xinjiang (em chinês: 新疆); algo que os chineses encararam com bastante inquietação. Contudo, mesmo com problemas dessa ordem, havia por parte do PCCh a disposição em ampliar a base de sua união com os bolcheviques, ainda que desejassem estabelecer maior autonomia para agir.

Não parecia haver na percepção das autoridades chinesas a possibilidade de construir o seu programa socialista sem que se estabelecesse um bloco internacional articulado de forma multipolar contra o avanço imperialista liderado pelos Estados Unidos, França e Reino Unido. Dessa forma, as afinidades programáticas, por mais pontuadas que pudessem ser pelas particularidades de cada país, eram encaradas pelos maoístas como prioritárias em detrimento de suas contradições mútuas. As divergências entre os dois países não surgiram e se desenvolveram sem que todos os esforços na construção de uma agenda comum fossem empenhados. Como Rato deixa novamente detalhado:

As tensões entre os partidos soviético e chinês não emergem de imediato, até porque a dedicação de Mao ao marxismo-leninismo assentava na convicção de que a transformação revolucionária do estado e da sociedade chinesas restauraria o país à grandeza negada pelas potências imperialistas. Para atender aos objetivos domésticos da revolução preconizada por Mao, torna-se inevitável traçar uma orientação anti-imperialista em política externa. Restaurar a posição legítima da China no mundo exigiria que o novo governo da RPC desfizesse o legado do “século da humilhação nacional”; isto é, impunha-se a reformulação das relações de Beijing com as potências ocidentais. A política interna e externa do PCC eram, pois, indivisíveis, reforçavam-se mutuamente. Acrescenta-se que, impulsionado pela rejeição do legado do “século da humilhação nacional”, o nacionalismo do PCC encaixava no léxico anti-imperialista dos partidos marxista-leninistas do Comintern” (Rato, 2020, p. 76).

Para atingir os seus objetivos, o PCCh empreendeu um movimento de dupla composição em que o empenho pela solidificação de sua aliança com a URSS foi articulado enquanto trabalhavam para ampliar a sua margem de autonomia dentro do bloco. O mencionado Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, assinado em substituição ao pacto homônimo firmado com o governo nacionalista, em 1945, foi efetivado tendo essas questões como referência. Homologado após muita insistência das autoridades chinesas

e uma prolongada negociação entre Stalin e Liu Shaoqi (1898-1969; primeiro presidente do Congresso Nacional do Povo), o acordo trouxe à tona alguns dos principais interesses, relutâncias e contradições existentes entre os dois países.

Militarmente, a consequência mais contundente do tratado foi a participação chinesa na *Guerra da Coréia*. Como analisado por Foot (1985), o esforço chinês ocorreu dentro de uma colaboração estratégica com a URSS, cabendo aos chineses a tarefa de exercer a linha de frente nos combates. Estipulando uma linha de comparação, enquanto os russos despacharam cerca de 26 mil combatentes no auge de sua atuação, a China enviou cerca de 1,450 milhões de soldados à Coréia, assumindo os maiores riscos decorrentes.

A intervenção militar representou, sob muitas perspectivas, um marco contraofensivo ao expansionismo norte-americano sobre o continente asiático. Entretanto, a ação colocou a China sob séria ameaça de sofrer retaliações nucleares dos Estados Unidos. A autora analisou também a potencialidade do conflito em ter se transformado em uma guerra de proporções semelhantes aos conflitos mundiais ocorridos, caso os chineses e norte-coreanos não tivessem negociado uma trégua com os norte-americanos e sul-coreanos e a repatriação dos prisioneiros de guerra.

Para os soviéticos, como exposto por Jian; Kuisong (1998), o tratado deu prosseguimento à satisfação de algumas de suas principais ambições na região. Isso tendo em vista a afirmação de compromisso militar entre os países e a manutenção dos privilégios soviéticos sobre regiões como Mongólia e Xinjiang; que o PCCh desejava submeter ao seu controle de modo definitivo. O nordeste chinês continuou acolhendo participação soviética em sua infraestrutura, com destaque à zona portuária e à linha ferroviária da Manchúria.

O tratado possibilitou à China, conseguir um bom suporte financeiro do Estado Soviético, através de um empréstimo de cerca de U\$\$ 300 milhões e um novo impulso para a cooperação logística entre as duas nações. Todavia, como Heinzig (2004) e Kissinger (2011) descreveram minuciosamente, o acordo frustrou as expectativas maoístas quanto a construção programática da aliança entre os dois países e elevação da soberania chinesa. Mais que isso, o tratado

não eliminou as ambiguidades e a desconfiança mútua entre as partes; com a URSS assumindo posições que feriam sistematicamente as pretensões territoriais chinesas. Conforme fica destacado a seguir:

Stalin's hypocrisy in presenting himself as the protector of the independence of Outer Mongolia is impressive given the fact that this independence was false and was designed to disguise the country's absolute dependence on the Soviet Union. Stalin's chutzpah reached its peak when he also presented himself as a defender of Chinese interests by claiming that he would restrain Outer Mongolia's plans to annex Inner Mongolia. Although Mao did retreat, he must have noticed Stalin's insincerity, which must have left a correspondingly unfavorable impression (Heinzig, 2004, p. 168).

Dessa maneira, como fica perceptível em Lüthi (2008), o tratado funcionou como um paliativo diplomático, não impedindo que as contradições que impregnavam a agenda dos dois gigantes fossem ficando cada vez mais patentes. A cautela dos soviéticos em relação aos Estados Unidos e a diligência do país na manutenção de sua liderança dentro do bloco socialista foi progressivamente deteriorando as relações com a República Popular da China. Além disso, o movimento estratégico dos bolcheviques sobre o Oriente reacendeu nas lideranças chinesas receios contraídos desde as invasões europeias deflagradas a partir da Primeira Guerra do Ópio.

De acordo com as ponderações de Li (2012), a China revolucionária não estava com grande disposição em se reposicionar como um Estado-Satélite seja da URSS ou de qualquer outra nação, por mais que a aliança lhes trouxesse benefícios. Em um país, cuja soberania nacional segue articulada como uma questão prioritária e tão intrinsecamente correlacionada à luta anti-imperialista, não seria muito coerente esperar que se contentassem com uma aliança estruturada de forma tão desigual e verticalizada como a que foi concretizada.

Assim, as tensões entre os países foram se avolumando, ganhando maior nitidez após a morte de Stalin (1953), o *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*¹¹⁸ (1956) e as mudanças assumidas por Nikita

¹¹⁸ Notório congresso do Partido Comunista Soviético ocorrido em Moscou entre os dias 14 e 25 de fevereiro de 1956. No evento, o Secretário Geral do partido e sucessor de Stalin, Nikita Khrushchov anunciou novos direcionamentos para a política levada a cabo pelo partido e

Khrushchov (1894-1971) no comando da URSS. Determinados a aprofundar a construção do socialismo dentro e fora de suas fronteiras, as autoridades chinesas enxergaram o passo dado por Khrushchov na busca de uma “convivência pacífica” com o Ocidente como um retrocesso programático. Na ocasião, Mao e as principais lideranças do PCCh terminaram por repelir o que consideraram uma demonstração explícita de revisionismo¹¹⁹ e colaboração com as nações imperialistas. Situação que motivou Mao a externar o seu desapontamento sem parcimônia, conforme manifesto a seguir:

Since Khrushchov usurped the leadership in the Soviet Party and State, there has been a fundamental change in the state of class struggle in the Soviet Union. Khrushchov has carried out a series of revisionist policies, serving the interests of the bourgeoisie and rapidly swelling the forces of capitalism in the Soviet Union. On the pretext of “combating the personality cult”, Khrushchov has defamed the dictatorship of the proletariat and the socialist system and thus in fact paved the way for the restoration of capitalism in the Soviet Union. In completely negating Stalin, he has in fact negated Marxism-Leninism which was upheld by Stalin and opened the floodgates for the revisionist deluge (Mao Tsé-Tung, 1964, p. 39-40).

Não obstante a contundência do posicionamento do líder chinês, as críticas proferidas tiveram uma repercussão inicialmente morna em Moscou e foram acolhidas com alguma indiferença pelas lideranças bolcheviques; com a recusa por parte dos soviéticos em se empenhar no aprofundamento desse

denunciou os crimes cometidos pelos stalinistas, sobretudo no decorrer do Grande Expurgo de 1918-1939, e o culto à personalidade estimulado por Stalin. Mais que isso, conforme podemos constatar em Khrushchev; Khrushchev (2006), Khrushchov exacerbou a disputa contra a linha stalinista que vinha se desenrolando no âmbito interno do partido e os acusou de “terem se afastado no campo do marxismo-leninismo” em proveito da implantação de uma política burocrática, repressiva e distanciada do campo popular. Externamente, foi anunciada uma política de busca de uma “convivência pacífica” com o Ocidente que desagradou profundamente as principais lideranças comunistas chinesas e as levou a acusar os seus pares soviéticos de “revisionistas”.

¹¹⁹ Como observado por Goulart; Silva (2017), a posição assumida por Khrushchov no XX Congresso catalisou um forte ressentimento nas autoridades chinesas. Para além de discordâncias imediatas, a unilateralidade da tomada de posição por parte dos soviéticos e a desconsideração da participação dos demais países alinhados fez com que o desgaste político e diplomático existente entre as lideranças chinesas e soviéticas ganhasse maior visibilidade. Depois do congresso, Mao Tsé-Tung discutiu as posições assumidas por Khrushchov em várias reuniões do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, expondo a decisão final do Partido através do jornal “Renmin Ribao”, onde, mesmo identificando o que classificou como “graves erros” de Stalin, apresentou a sua própria linha de defesa do ex-líder soviético e seu reconhecimento como liderança de extrema relevância dentro do campo marxista-leninista internacional.

debate entre os dois partidos. Contudo, a condescendência soviética não evitou que o distanciamento ideológico contraído entre os comunistas russos e chineses ganhasse maior nitidez e viesse a se somar às ambiguidades constantes nas relações engendradas entre os países. Algo que culminou com a ruptura entre os dois governos tendo como estopim a declaração emitida pelo governo soviético em 1963¹²⁰. A esse respeito, o ex-Secretário de Estado e Conselheiro de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger (1923-2023), no alto de seu lugar social como figura de proa na política norte-americana, fez boas considerações, como fica demonstrado a seguir:

A ideologia havia unido Pequim e Moscou, e a ideologia os afastara. Havia excessiva história compartilhada suscitando pontos de interrogação. Os líderes chineses não conseguiam esquecer as exigências territoriais dos czares, tampouco a disposição de Stalin, durante a Segunda Guerra Mundial, de entrar num acordo com Chiang Kai-Shek em detrimento do Partido Comunista chinês. A primeira reunião entre Stalin e Mao não transcorreria bem. Quando Mao conseguiu um espaço sob o guarda-chuva de segurança de Moscou, levou dois meses para convencer Stalin, e o preço da aliança foram vultosas concessões econômicas na Manchúria e em Xinjiang que debilitaram a unidade da China (Kissinger, 2011, p. 237).

As divergências estavam postas para muito além dos acordos bilaterais, com as autoridades chinesas demonstrando franca insatisfação perante os russos quanto a organização do bloco socialista; com Mao tecendo críticas cada vez mais rigorosas ao *Pacto de Varsóvia* (1955)¹²¹ e a respeito das

¹²⁰ A declaração em questão, emitida pelo governo soviético no dia 15 de julho de 1963, reiterou a intenção da URSS em assegurar uma convivência pacífica com o Ocidente e evitar os riscos de uma guerra nuclear. Tal posição, conforme consta em Mao Tsé-Tung (1964) foi recebida pelos chineses como uma traição a causa revolucionária e como uma demonstração cabal de colaboracionismo bolchevique com o imperialismo internacional; acarretando rompimento definitivo entre os dois países conforme já vinha se prenunciando ao longo da década anterior.

¹²¹ O *Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua* ou simplesmente o Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar organizada sob a liderança da URSS e foi assinado em Varsóvia (Polônia), em 14 de maio de 1955 e encerrado em 01 de julho de 1991. Como relatado por Crump (2015), consistiu em um acordo de apoio militar entre a URSS e sete países do bloco socialista da Europa Oriental, sendo eles a Polônia, Bulgária, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Albânia (retirou-se em 1968), Romênia e Alemanha Oriental. O tratado foi organizado como uma resposta à *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (1949) (OTAN ou NATO; cooperação militar articulada sob liderança dos Estados Unidos. A China, já com as suas relações com a URSS em acelerada deterioração, se recusou a fazer parte da frente para priorizar a frente oriental e a reconstrução do próprio país.

interferências dos bolcheviques sobre países aliados como a Polônia (1956)¹²² e Hungria (1956)¹²³. Diferenças que posteriormente se manifestariam no profundo incômodo dos chineses diante da posição de neutralidade dos soviéticos em relação a seu conflito fronteiriço com a Índia (1959; 1962)¹²⁴ e também em relação ao Afeganistão¹²⁵ e no conflito entre o Camboja e o Vietnam¹²⁶. A China se distinguiu também por ansiar pela construção de um

¹²² A questão polonesa, como analisado por Persak (2006) envolvia problemas de unidade territorial e disputas que antecederam mesmo a formação das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Após a invasão soviética de 1939, houve o recrudescimento do sentimento antimoscovita na Polônia. Após a morte de Stalin houve uma série de levantes na República Polonesa que ensejou entre os russos a elaboração de planos de uma nova intervenção militar no país. Sobre essa intenção, as autoridades chinesas foram consultadas e manifestaram veemente contrariedade por entender que não se tratava de uma insurreição anticomunista, mas em favor da soberania nacional polonesa; algo que gerava forte identificação nos chineses.

¹²³ Conforme analisado ricamente por Fehér; Heller (1983), a Revolução Húngara de 1956 (ou contrarrevolução, conforme a visão dominante entre as autoridades chinesas do momento) ocorreu motivada por oposição popular ao programa soviético e sua forte repressão sobre as classes sociais do país. Em uma circunstância de estagnação econômica creditada à nacionalização da economia implantada pelas autoridades húngaras e soviéticas e da disseminação de ressentimento motivado pela contínua intervenção russa sobre a organização política, econômica e militar do país surgiram levantes de grande proporção nas principais cidades da então *República Popular da Hungria*. O objetivo imediato das manifestações era a derrubada das lideranças socialistas e a elevação de um novo governo em bases mais próximas ao Ocidente. Ao contrário do que ocorreu na Polônia, os chineses defenderam uma atuação repressiva por parte dos soviéticos para impedir que o que identificaram como uma *contrarrevolução burguesa* ganhasse força e se espalhasse por outros países do bloco. A cautela demonstrada inicialmente por Nikita Khrushchev em sair em auxílio ao governo húngaro e em reprimir militarmente o movimento provocou críticas ácidas de Mao Tsé-Tung aos bolcheviques por considerar sua posição inicial uma traição às camadas populares húngaras e contra a construção do programa socialista internacional.

¹²⁴ Ainda sustentando-nos nas análises de Kissinger (2011), ponderamos que a Guerra Sino-Indiana terminou por aprofundar a ruptura entre a China e a URSS. Ensejada por disputas territoriais envolvendo a região conhecida como Tibete do Sul, a Índia avançou suas patrulhas militares na fronteira, ainda em 1959; o que gerou reação por parte das autoridades chinesas. O litígio escalonou até outubro de 1962, quando a China respondeu militarmente ao movimento indiano e entrou em conflito com o país vizinho. A posição de neutralidade da União Soviética ao longo do confronto gerou forte indignação nas autoridades chinesas e precipitou o fim da aliança constituída.

¹²⁵ Como relatado por Feifer (2009), a Guerra do Afeganistão ou Guerra Afegã-Soviética (1979-1989), foi um dos episódios mais tensos ocorridos durante a Guerra Fria; com a União Soviética intervindo militarmente no país em apoio ao governo marxista empoderado na Revolução de 1978 e contra os guerrilheiros *mujahidins* (combatentes armados inspirados pelo fundamentalismo religioso islâmico). A posição intervencionista soviética gerou novos incidentes com o governo chinês, que se mostrava favorável ao levante e sua ala maoísta incorporada pela *Organização para a Libertação do Afeganistão*.

¹²⁶ Conforme as descrições de Chen (1987), em fevereiro e março de 1979, a China perpetrou o que denominou como uma “ofensiva punitiva” contra o Vietnam após este, com o apoio de Moscou, invadir o Camboja e acabar com o domínio político do *Khmer Vermelho* no país, que

mundo geopoliticamente multipolar, rejeitando a divisão internacionalmente estabelecida entre blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. A exaltação de ânimos teve repercussões de grande envergadura, resultando no encerramento da cooperação entre os dois países, conforme fica delineado em Vergara:

La desconfianza entre chinos y soviéticos, esencialmente tras la muerte de Stalin y el ascenso de Khrushchev, se confirmó em 1959 con la suspensión del programa de colaboración nuclear que Moscú sostenía con Pekín. Las razones se centraron em cuatro puntos esenciales: 1. La persistencia de Pekín de que la guerra contra los imperialistas era inevitable. 2. La Cumbre de Campo David en 1959 en la que Washington y Moscú establecieron la posibilidad de evitar la proliferación nuclear militar. 3. La negativa china de dar acceso al ejército y la marina soviéticos para utilizar sus puertos y su territorio como puntos de patrullaje y observación. 4. La neutralidad de Moscú en la guerra que China e India desarrollaron em 1960 (Vergara, 2005).

O encerramento da colaboração política com a União Soviética teve repercussões tanto externamente (com uma maior autonomia e uma gradual e estratégica abertura do Ocidente à China na intenção consolidar o seu afastamento da URSS), quanto na construção da política interna do país. Inegavelmente, a ruptura trouxe consigo novos desafios e oportunidades para a China. Com maior autodeterminação na condução de seu direcionamento político, o PCCh voltou-se para a resolução de suas contradições internas e disputas de perspectivas existentes em seu interior. Embates que terminaram por demandar um custo social enorme na China, mas que também os permitiu avançar em sua própria abordagem dentro do campo do socialismo.

então contava com o apoio do PCCh. A incursão chinesa que durou cerca de um mês, ocorreu pouco após do término do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética e aprofundou o impasse existente entre os dois países. Sob a liderança suprema de Deng Xiaoping, a China se recusou a assinar novos tratados com a União Soviética se os comunistas russos não revisassem suas posições em relação ao Camboja, Vietnã e Afeganistão, o que acabou não ocorrendo. Apesar da operação militar chinesa e dos danos causados, a ocupação vietnamita sobre o Camboja se prolongou por mais dez anos e com as relações diplomáticas entre a China e o Vietnã comprometidas até o ano de 1991.

2.3. Da Ditadura Popular à Nova Democracia

As insurreições deflagradas nos países do bloco socialista e as posições assumidas pela URSS reforçaram nas lideranças chinesas o entendimento de que a luta de classes persistiria mesmo em sociedades, cujas estruturas de poder estivessem sob domínio socialista. Dessa forma, a solvência das contradições internas não se efetivaria somente com a conquista do poder político ou pelo estabelecimento da ditadura do proletariado, mas através dos esforços na construção de uma nova sociedade pautada no desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e na reestruturação cultural¹²⁷. Isso tendo no partido a expressão materializada da ditadura de classe dos trabalhadores das cidades e dos campos. Percepção que vai ao encontro dos ensinamentos de Lenin, para quem:

É justamente depois da derrubada da burguesia que a luta de classes assume a forma mais nítida. E de nada servem esses democratas e socialistas que se enganam e depois enganam também os outros, dizendo: uma vez derrubada a burguesia, o caso está encerrado. Ele não está encerrado, mas apenas começou, porque a burguesia, até agora, não acreditava na ideia de que fora derrubada e, às vésperas da Revolução de Outubro, ainda zombava muito carinhosa e amável (Lenin, 2019, p. 41).

Na percepção maoísta, a questão da luta de classes estava intrinsecamente correlacionada às condições históricas da China que resultaram em seu atraso material, político e cultural. O resiliente antagonismo de classes na sociedade chinesa teria as suas raízes no arcabouço histórico herdado do isolacionismo cultural, da concentração de terras, da debilidade de seu desenvolvimento econômico e das carências intelectuais da massa trabalhadora. Assim, a transformação dessas condições deveria ser alcançada por meio de um

¹²⁷ Sobre a parte de reestruturação cultural, importante mencionar as contribuições do poeta e intelectual Guo Moruo (1892-1978) e seus estudos profundos sobre a história, educação, cultura e filosofia chinesa. Foi uma das lideranças mais proeminentes da China nas primeiras décadas de existência do PCCh e presidente da *Academia Chinesa de Ciências* (1949-1978. Em chinês: 中国科学院) e da *Universidade de Ciência e Tecnologia da China* (1958-1978. Em chinês: 中国科学技术大学). Durante a Revolução Cultural sofreu violenta perseguição e teve banimento de sua obra. Contudo, após a abertura liderada por Hua Guofeng (1921-2008) e Deng Xiaoping houve um resgate de seus contributos e seu nome foi elevado ao panteão dos grandes pensadores do socialismo chinês ao lado do de Mao, Dazhao e Xiaoping.

plano ambicioso que almejava não apenas a superação do modo de produção capitalista, mas a construção de uma China renovada em sua totalidade, conforme Mao Tsé-Tung deixou expresso a seguir:

Durante muitos anos, os comunistas vêm lutando não só pela revolução política e econômica na China, mas também pela revolução cultural, todas objetivando a construção de uma nova sociedade e de uma nova pátria para o povo chinês, nas quais prevaleçam um novo sistema político e econômico e também uma nova cultura. Isto significa que devemos não apenas transformar a China, oprimida politicamente e explorada economicamente, num país politicamente livre e economicamente próspero, mas também, transformar um país de população ignorante, atrasada e orientada há tanto tempo por uma cultura retrógrada, num país civilizado e progressista orientado por uma nova cultura. Em suma, devemos construir uma nova China. E o estabelecimento de uma nova cultura da nação chinesa é o objetivo do nosso trabalho na esfera cultural (Mao Tsé-Tung, 2006).

Se, externamente, a disposição ideológica das autoridades chinesas colocou-as em confronto com as diretrizes políticas soviéticas (como anteriormente havia ocorrido com os EUA e seus aliados), internamente, isso lançou-as na busca pela consolidação da liderança do PCCh frente à sociedade chinesa. Única alternativa vislumbrada tanto para a consolidação da revolução democrática/burguesa no país quanto para alicerçar os seus caminhos na direção do socialismo. Ainda seguindo as formulações de Mao, o fortalecimento da liderança do PCCh seria necessário como um catalizador de ambas as etapas de transformação da sociedade chinesa e de sua renovação política e cultural. Em suas palavras, [...] *É absolutamente claro, portanto, que a velha cultura que desejamos eliminar não pode ser isolada da velha política e da velha economia do nosso país, e que a nova cultura que aspiramos construir não pode ser isolada da nossa nova política e da nova economia* (Mao Tsé-Tung, 2006).

Um dos resultados concretos dessa resolução foi que a participação popular nos centros decisórios da China foi se constituindo de forma deveras hierarquizada e disciplinada pelo partido. Uma decisão que foi elaborada a partir da assimilação, por parte de sua vanguarda revolucionária do PCCh, da debilidade e atraso existentes nas classes sociais chinesas e da emergência do partido em as liderar no processo de construção de uma nova nação. Entretanto, segundo algumas análises, essa reafirmação do poder decisório do núcleo do

partido colocaria o regime e sua experiência revolucionária sob risco de se deteriorar em novas contradições, conforme as pontuações de Kissinger:

Esse clamor pelo comprometimento ideológico também ilustrou o dilema de Mao como sendo o de qualquer revolução vitoriosa: uma vez que os revolucionários tomam o poder, são obrigados a governar hierarquicamente, se querem evitar a paralisia ou o caos. Quanto mais radical a derrubada do governo anterior, mais a hierarquia deve assumir o lugar do consenso que mantém unida uma sociedade funcional. Quanto mais elaborada é a hierarquia, maior a probabilidade de que se transforme em uma outra versão ainda mais elaborada do opressivo estabelecimento que foi substituído (Kissinger, 2011, p. 172).

Embora as ponderações de Kissinger pudessem ter alguma correção, se pensarmos a respeito dos perigos que as revoluções populares correm ao se burocratizarem, é preciso enfatizar que suas conjecturas não se consolidaram na China dentro de nenhum aspecto a ser considerado. O movimento revolucionário encabeçado pelo PCCh se instituiu como uma força avassaladora atuante na destruição da velha ordem e não retrocedeu em absoluto diante da tarefa histórica que assumiu de reconstruir a China como uma nova sociedade. Os resquícios da antiga estrutura política, como o violento feudalismo tibetano, viram o seu poder de classe ser completamente destruído e surgir uma organização societária recomposta em novos parâmetros.

O que ocorreu no socialismo chinês não encontrou similaridades em movimentos restauradores como o denunciado por Marx (2011b) em seu *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. O acirrado debate estabelecido dentro do PCCh esteve centrado em aprofundar as suas referências no marxismo-leninismo, no centralismo democrático e na ditadura popular e em estabelecer novos pontos de desequilíbrios, necessários à evolução de sua experiência revolucionária. O partido, por mais que a liderança de Mao pudesse ser destacada, não esteve livre de disputas a respeito de seu direcionamento e nem se desenvolveu unilateralmente.

Desse campo interno de disputas, grandes fricções surgiram através de programas e acontecimentos que marcaram de forma indelével a história chinesa contemporânea como Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural ou

a Grande Revolução Cultural Proletária¹²⁸. Esses eventos refletiram não apenas as tensões existentes no âmago do PCCh, mas *o olhar fundamentalmente para dentro* que os revolucionários chineses estavam empregando na busca de correção das antigas e novas contradições políticas, econômicas e sociais com que se deparavam. Movimentações que, conforme as observações de Pomar (2003) permite-nos concluir, levariam a luta de classe no país e o socialismo chinês a assumir formas e perspectivas próprias.

Importante ressaltar que ocorrências como o Grande Salto Adiante (sobre o qual aprofundaremos a análise no capítulo seguinte) e a Revolução Cultural não podem ser resumidas à simples determinações oriundas do poder central sobre a classe trabalhadora chinesa. Ambas representaram o ápice dos esforços e sacrifícios coletivos para alavancar as forças produtivas do país e seu processo revolucionário. A Revolução Cultural (assim como o Grande Salto Adiante) marcou um dos períodos mais agudos das disputas no interior do socialismo chinês. Os tensionamentos ocorreram sob a perspectiva de aceleração das etapas necessárias para que o país pudesse avançar em direção ao comunismo real. Como Asad Haider se animou em elucidar em um instigante artigo publicado em *The Point Magazine* (2020), *a Revolução Cultural foi muito mais complicada do que poderiam sugerir narrativas unidimensionais sobre massas violentas sem consciência dirigidas por Mao*.

Conforme presente nas análises de Russo (2020), a Revolução Cultural foi desencadeada a partir de uma ocorrência aparentemente pouco relevante e se estabeleceu como um verdadeiro terremoto no interior da sociedade chinesa, a convulsionando sob diversas formas. A crítica emitida por Yao Wen-Yuan (1931-2005) contra a peça teatral, *A demissão de Hai Rui*, cujo

¹²⁸ O enredo da peça *A demissão de Hai Rui* (em chinês: 海瑞辞职) narrou episódios relacionados à vida de um alto funcionário da corte imperial chinesa que viveu no século XVI. O desenvolvimento do drama trazia questionamentos a respeito das penúrias e injustiças que acometiam as famílias camponesas graças à opressão governamental; que as levavam a perder suas terras e dignidade. A peça vinha sendo encenada na China pelo menos desde 1961, mas só foi classificada por Mao como um item de propaganda direitista na China em 1966; a partir da crítica publicada por Yao Wen-Yuan no periódico *Wen Hui Bao* (1966). O espetáculo já havia sido assistido e elogiado pelo líder comunista anteriormente. O que poderia reforçar a hipótese de que foi usada como pretexto para a perseguição a seus opositores.

enredo foi compreendido por Mao e seus apoiadores como um manifesto contra o Grande Salto, foi o estopim para um gigantesco levante popular contra as alas do PCCh e da sociedade chinesa consideradas “revisionistas” ou “contrarrevolucionárias”. Compreendida pela ala maoísta da sociedade chinesa como uma crítica programática ao Grande Salto Adiante, a representação teatral e seus participantes sofreram com reações que foram progredindo velozmente da crítica intelectual para verdadeiros banhos de sangue coletivos.

Ainda segundo Russo (2020), o debate subsequente à crítica de Yao Wen-Yuan à peça trouxe à superfície muitos ressentimentos e temores que rondavam significativa parcela da sociedade chinesa a respeito das possíveis ameaças que a cercavam e dos rumos de sua construção revolucionária. Rapidamente, isso irrompeu em um estado de fúria coletiva direcionado contra os então identificados como restauradores e revisionistas pelos maoístas. Circunstância que, conforme relatado por Dittmer (1988) encontrou precedentes em expurgos promovidos sob a liderança de Mao Tsé-Tung como o *Movimento Sufan* (em chinês: 苏帆运动). Ocorrido oficialmente entre julho de 1955 até o final de 1957, o expurgo foi sistematizado como uma continuação do Movimento de Zhefan (em chinês: 振帆运动), criado em repressão aos contrarrevolucionários mais resilientes do Kuomintang. Dessa vez, os alvos das ações foram, principalmente, intelectuais não alinhados ao Programa Socialista chinês e dissidências então existentes no âmago do próprio PCCh.

Embora até então não tivessem chegado ao nível dos expurgos stalinistas¹²⁹, os movimentos de repressão política conduzido a partir do interior

¹²⁹ Os expurgos stalinistas representaram um capítulo particularmente sombrio na história da União Soviética e seguem levantando grandes discussões mesmo passadas décadas de sua execução. Como relatado por Bertin (1978), os *Processos de Moscou* (Московские испытания) foram levantados primordialmente contra lideranças da chamada *Velha Guarda Bolchevique* (em russo: Большеви́стская старая гвардия) acusadas pelo núcleo duro stalinista de serem “contrarrevolucionárias” e “inimigas do povo”. No entanto, o expurgo logo ultrapassou a fronteira das lideranças mais destacadas e das disputas políticas constituídas no interior do Partido Bolchevique e se alastrou para diversas outras camadas da sociedade soviética como intelectuais, artistas e camponeses. O número total das vítimas dos expurgos não se sabe ao

do Comitê Central do PCCh resultaram, combinados, na prisão de mais de 2.8 milhões de pessoas e em cerca de 765 mil mortes. Números menos expressivos do que os da União Soviética tanto no âmbito das prisões quanto de mortes, mas que foram bastante significativos para representar o estágio dos conflitos políticos internos na China e o que o Comitê Central do PCCh estava determinado a fazer para acelerar a construção do país nos trilhos do socialismo. Resolução, cujo andamento encontra boa resolução nas análises de Dittmer:

The regime's first priority was to eliminate its "diehard" opponents. A campaign for the Suppression of Counterrevolutionaries (zhengfan) was launched in 1950 and, in close connection with agrarian reform, lasted through most of 1951; it resulted in the execution of seven hundred thousand to eight hundred thousand counterrevolutionaries, "not counting those who were imprisoned or put under control," which "should aggregate several millions." The Three-Anti and Five-Anti movements (December 1951–December 1952) also placed the urban bourgeoisie under some constraint, though they were not yet deprived of their property and not usually executed (about five hundred were executed, thirty-four thousand imprisoned, and two thousand committed suicide). A second campaign against counterrevolutionaries, the Sufan (suqing ancang fangeming), was set in motion in mid-1955 as a sequel to the campaign to criticize Hu Feng. The chief difference between the Zhengfan and the Sufan campaigns is that the former was conducted in rural areas, small towns, and city slums against those who had served in KMT militia, police, or other "public servants" (qian gongjiao ren yuan), whereas the latter was mainly directed against non-Communist intellectuals. In the course of Sufan, eighty-one thousand intellectuals were "unmasked and punished," and more than three hundred thousand lost their civil rights because of "political unreliability." The selection of targets for exemplary criticism in the campaigns involved a more or less elaborate preliminary investigative procedure to ensure that only well-qualified culprits were selected. Political pressures were imposed to intensify the search, particularly during the early phase of the campaigns: beginning in the early 1950s the Party began to set fixed quotas for investigation. By September 1955, 2.2 million people were reported to have been investigated, and one hundred ten thousand "counterrevolutionaries" exposed. In Mao's view about fifty thousand major suspects were still at large, however, and 11 to 12 million people were yet to be investigated when the movement ended. Target selection in response to administrative quotas resulted in a certain ritualization of the process in some cases, as the same targets were trotted out repeatedly at the commencement of the various campaigns and forced to submit self-criticisms (Dittmer, 1988, p. 47,48.)

certo, indo de um total de baixas que varia entre 3 milhões e 9 milhões de pessoas de acordo com a fonte.

O que concederia à Revolução Cultural uma maior diferenciação em relação aos expurgos ocorridos na primeira década de vigência do maoísmo na China é a maior horizontalidade e participação das camadas populares na ação repressiva. Incentivadas pelo próprio Mao, que não hesitou em se dirigir de forma contrária à burocracia do PCCh, as massas populares promoveram grandes diligências que se afirmaram como um verdadeiro terror voltado contra os que identificavam como traidores de seu processo revolucionário. A reação popular não tolerou, em seu andamento, nenhuma categoria a qual entendiam como parte da resiliência contrarrevolucionária em solo chinês. Isso fez com que fossem atingidos grandes montantes de intelectuais, artistas, políticos, militares, proprietários de terras, empresários, comerciantes, jornalistas, estudantes e religiosos. Investida que, como Xiaoping (1984) expôs, já havia ocorrido em menor proporção no caso da *Campanha das Cem Flores*¹³⁰ (1956-1957. Em chinês: 百花齐放运动).

Mais que um levante contra os burocratas supostamente encastelados na estrutura orgânica do PCCh, a Revolução Cultural se instituiu como uma tentativa de construção popular de uma *revolução permanente*. Como em uma obra de realismo fantástico, as tensões e discussões perpetradas a partir da encenação teatral escalonaram até chegar ao nível de uma perseguição em massa contra tudo e todos que fossem identificados como partidários da contrarrevolução no país. Situação que fez da China se transformar em um imenso campo de batalha entre facções opostas na segunda metade da década de 1960. Investidas que, como mencionamos, foram plenamente encorajadas por Mao contra os seus antagonistas dentro do partido e contra as camadas previamente apresentadas por sua ala política como entraves ao curso revolucionário do país, conforme descrito abaixo:

¹³⁰ Criada sob os auspícios do PCCH, a *Campanha das Cem Flores* surgiu supostamente para fomentar o debate político na China e o desabrochar de novas ideias. Como consta em Shu (2019) o crescimento das críticas ao regime por parte dos intelectuais gerou uma ação repressiva por parte dos comunistas chineses, que passaram a os censurar e perseguir por presumivelmente estarem promovendo ideias direitistas dentro da sociedade chinesa e por conspirarem contra a revolução chinesa e o comunismo.

De tudo quanto acaba de ser dito ressalta que os nossos inimigos são todos os que estão conluiados com o imperialismo – os caudilhos militares, os burocratas, a classe dos compradores, a classe dos grandes senhores de terra e o sector reaccionário dos intelectuais que lhes é anexo. A força dirigente da nossa revolução é o proletariado industrial. Os nossos mais chegados amigos são a totalidade do semi-proletariado e a pequena burguesia. Quanto à média burguesia, sempre vacilante, a sua ala direita pode transformar-se em nossa inimiga e a esquerda, em nossa amiga, devendo, no entanto, manter-nos constantemente em guarda e não permitir que tal classe venha criar confusão nas nossas fileiras (Mao Tsé-Tung, 1979, p. 06).

À primeira vista, os eventos poderiam suscitar a interpretação de que tudo não passaria de um grande expurgo nos moldes stalinistas que não poupou sequer lideranças históricas da revolução chinesa como Liu Shaoqi¹³¹, Peng Dehuai¹³² (1898-1974) e Deng Xiaoping¹³³. Eles próprios perseguidos e “demitidos” (para usar a expressão utilizada por Asad Haider no artigo mencionado) de suas funções pela cúpula partidária e pela massa revolucionária sob acusações de exercerem posições restauradoras dentro do ponto de vista maoísta. No entanto, os sentidos e motivações relacionadas ao movimento tiveram bases mais profundas. A Revolução Cultural foi muito além dos antagonismos instituídos entre Mao e seus companheiros de legenda. O rumo

¹³¹ Liu Shaoqi (1898-1969) foi uma das principais lideranças do PCCh em suas primeiras décadas de formação, ocupando os cargos de presidente do Congresso Nacional do Povo (1954-1959), vice-presidente do PCCh (1956-1966) e presidente da República Popular da China (1959-1968). Foi também um eminente teórico político e econômico do partido e responsável pela implantação de uma série de políticas de reconstrução econômica na China após a crise resultante do Grande Salto Adiante. Expurgado do PCCh e da vida pública chinesa sob acusações de “restauração do modo de produção capitalista no país”, sofreu grandes perseguições durante a Revolução Cultural, sendo preso em 1968 e vindo a falecer pouco tempo depois.

¹³² Ex-ministro da defesa da República Popular da China, Peng Dehuai (1898-1974) esteve entre as mais proeminentes lideranças militares do PCCh. Participando das principais ações do partido desde a *Expedição do Norte* (ver capítulo I desta tese) e um dos maiores articuladores da intervenção militar da China na Guerra da Coreia. Peng foi um dos críticos mais expressivos no alto escalão partido ao Grande Salto Adiante e ao culto à personalidade estabelecido em torno da figura de Mao Tsé-Tung. Destacado apoiador das reformas econômicas elaboradas sob a liderança de Liu Shaoqi, foi, durante a Revolução Cultural, perseguido, preso e submetido à grandes humilhações sob as acusações de ser “anti-maoísta”, “anti-partido” e “restaurador”. Faleceu em 1974 em situação de prisão perpétua.

¹³³ Uma das mais importantes lideranças políticas da história da China e principal formulador do conceito de *socialismo com características chinesas* (sobre o qual falaremos muito no decorrer dessa tese ainda), Deng Xiaoping sofreu intensas perseguições no período da Revolução Cultural sob acusações de “articular reformas capitalistas na China”. Foi banido da vida política do país e exilado pelos maoístas na província de Jiangxi (em chinês: 江西). Após a morte de Mao, em 1976, foi resgatado por Hua Guofeng, então secretário geral do PCCh, do ostracismo e elevado à condição de principal liderança e modernizador do socialismo chinês.

dos acontecimentos, diga-se de passagem, ultrapassou em muito o controle de Mao e do PCCh, com consequências aterradoras no âmago da sociedade chinesa.

Embora Mao e a denominada *Gang dos Quatro* ou *Camarilha dos Quatro*¹³⁴ (em chinês: 四人帮) exercessem grande influência e protagonismo em seu desenrolar, a revolução não foi encaminhada de forma inteiramente profissionalizada em seu movimento hegemônico. Mesmo com o aparato repressivo do Estado atuando com vigor contra os seus oponentes, muitas dos episódios mais lancinantes foram ocasionados fora dos gabinetes partidários, das polícias secretas e das tramas governamentais. Conforme relatado por Bettelheim (1979), as ações, que acarretaram em uma nova e forte crise humanitária no país, com a perda de milhões de vidas, foram estruturadas e desempenhadas, em grande medida, dentro de um prisma de horizontalidade.

Dessa forma, persistindo nas observações de Bettelheim (1979), a Revolução Cultural se desdobrou em diversas frentes distintas, carregando, cada uma, suas peculiaridades diante do processo histórico que tinha diante de si, sejam nos campos, seja nos centros urbanos. A revolução avançou sobre as cooperativas agrárias, fábricas, centros de ensino, quartéis e oficinas de arte. O reconhecimento dominante de Mao como a liderança mais expressiva pelas camadas populares não constituiu um entrave para que se desenvolvesse

¹³⁴ Como as análises de Walder (2015) permite-nos conferir, o papel exercido pela denominada Gang dos Quatro na Revolução Cultural é controverso. Constituído pelo mencionado Yao Wen-Yuan, Jiang Qing (1914-1991), esposa de Mao Tsé-Tung, ex-atriz e militante revolucionária do PCCh, Zhang Chunqiao (1917-2005) e Wang Hongwen (1935-1992), o grupo esteve na vanguarda política chinesa, controlando as principais instâncias decisórias do PCCh a partir do início da década de 1970. A camarilha contou com participação contundente de Lin Biao (1907-1971), militar com grande destaque na Guerra Civil Chinesa e então vice-presidente do PCCh. Partidários da radicalização da construção política da China contra as alas mais moderadas, a ação do grupo esteve associada desde ao incentivo à brutalidade da Guarda Vermelha contra os seus oponentes políticos até acusações de conspiração para se perpetuarem no poder. Após a morte de Mao, em 1976, a camarilha foi presa a mando de Hua Guofeng, que encerrou em definitivo a Revolução Cultural na China. Com a exceção de Biao, morto em um acidente aéreo em setembro de 1971, o grupo foi julgado e condenado à morte e prisão perpétua posteriormente (sendo Biao declarado, *post mortem*, traidor da Revolução Comunista e da pátria chinesa em conjunto aos demais membros da camarilha); marcando o início de uma maior abertura política e econômica na China e o início do *socialismo com características chinesas como um programa definido*.

organizações dotadas de ampla autonomia em seus métodos, propósitos e na identificação de seus inimigos.

De acordo com as investigações de Cheng; Lestz; Spence (1998), organizações coletivas como a *Guarda Vermelha*¹³⁵ (em chinês: 红卫兵) brotaram do ventre da base social chinesa e assumiram a posição de vanguarda revolucionária maoísta. Composta em sua esmagadora maioria por jovens estudantes e operários, a guarda surgiu como uma milícia revolucionária determinada a adiantar a transformação estrutural da China. Para isso, a organização promoveu guerra civil em diversas províncias contra facções que não estivessem alinhadas à concepção radical que possuíam sobre os direcionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais do país. O ímpeto dos jovens chineses que se lançaram na luta era o de destruir todas as reminiscências da antiga ordem imperial e o legado de suas tradições na nação chinesa.

O engajamento radical demonstrado na luta estudantil contra a contrarrevolução e as burocracias acadêmicas/escolares se equiparou em nível de dramaticidade ao que ocorrera em movimentos históricos como Levante dos Boxers e a Revolução Taiping. Descrições de episódios de violência extrema são recorrentes, como nos conhecidos massacres de Quancim (em chinês: 广西大屠杀), Guangdong e Yunnan (em chinês: 云南). Essas ocorrências deixaram claro que a convulsão que atingiu o arcabouço social chinês refletia muito mais que disputas intra-burocráticas contraídas pela cúpula do PCCh. O desencadear dos acontecimentos fez emergir emoções viscerais acumuladas ao longo das primeiras décadas de existência da República Popular da China. Sentimentos, cuja resolução se materializou em manifestações dotadas de intensa brutalidade

¹³⁵ Embora a Guarda Vermelha seja mais reconhecida pela sua atuação agressiva durante a Revolução Cultural, o grupo também foi articulado como um veículo de participação política e difusão do marxismo-leninismo sob a ótica maoísta no país. Para isso estiveram entre os principais divulgadores do Livro Vermelho, onde o pensamento de Mao Tsé-Tung estava simplificadaamente reunido, pelas províncias chinesas. Conforme detalhado em Cheng, Lestz e Spence (1998), o movimento se estabeleceu de forma radicalmente contrária ao que compreenderam como o domínio na nação chinesa das designadas *Velhas Ideias* (em chinês: 旧思想) sobre a cultura, pensamentos, costumes, hábitos.

contra os que julgavam como traidores ou negligentes da causa revolucionária. Algo que o relato a seguir consegue expor sem eufemismos:

On August 4 at Beijing Fourth Middle School, more than thirty teachers and administrators were attacked on the playground. Students poured ink on them, beat them, kicked them, and tore their clothes. After this incident, two teachers who were insulted committed suicide. At the Middle School attached to Qinghua University (清華大學), the birthplace of the Red Guards, Wan Bangru (萬邦儒), the principal, and his vice-principal, Han Jia'ao (韓家釐), were forced to put a piece of black cloth on the front of their shirts, on which were written in white characters: "first head of the black gang" and "second head of the black gang," respectively. Beginning from early August, they were beaten black-and-blue many times. Their hair was cut raggedly. Wan's kidneys were seriously damaged. One day the students of class 6401 (the eighth grade) forced Han Jia'ao to kneel on the floor of their classroom and took turns beating him, one after another, with a club, whip, or leather belt for more than an hour, and then burned Han's hair. Some teachers were forced to beat each other and were told, "If you don't beat each other, we will beat you both." A female staff member, Gu Hanfen (顧涵芬), not only had half of her head shaved, but was also blinded in one eye as a result of being beaten (WANG, 2001, p. 07).

Entretanto, como podemos apreender em Meisner (1996), a violência política que explodiu em episódios como o Agosto Vermelho¹³⁶ (1966. Em chinês: 红八月) e toda a tragédia humanitária decorrente, não impediram que o debate político florescesse e nem que se levantasse diferentes paradigmas de construção econômica na China. Os inegáveis excessos da Revolução Cultural, que custaram milhões de vidas e a degradação das forças produtivas do país¹³⁷,

¹³⁶ O Agosto Vermelho ocorreu em 1966 como decorrência da agitação política que vigorava na China revolucionária e culminou em massacres que marcaram a sua história republicana. A fagulha surgiu quando Mao Tsé-Tung encontrou e reverenciou na Praça Tiananmen (em chinês: 天安门广场. Local que mais de duas décadas depois também estaria relacionado a eventos de brutal repressão), em Pequim, Song Binbin (1949); então jovem e destacada liderança da Guarda Vermelha. No encontro, Mao reconheceu publicamente a milícia popular e os congratulou. Se sentindo encorajados pelo ato de lisonja, os integrantes da guarda investiram contra os seus opositores em atos que resultaram em chacinas em larga escala. Segundo estimativas divulgadas por Kuhn (2014), o número de mortos do Agosto Vermelho pode ter superado a cifra dos 10.000, colocando o evento entre os mais atrozes da história do país. A extrema violência da Guarda fez com que Mao Tsé-Tung e a ala do PCCh alinhada a ele recuassem em seu estímulo à milícia e passassem a recomendar o uso da persuasão no lugar da violência.

¹³⁷ Como destacado por Russo (Id), a Revolução Cultural teve um custo econômico gigantesco na China e foi a causa direta de enorme retrocesso produtivo e infraestrutural no país. A indústria pesada, carro-chefe do Grande Salto Adiante e símbolo da planificação econômica maoísta, ficou comprometida devido ao atraso técnico de seu sistema produtivo e comprometimento da produção; algo demonstrado na baixa qualidade do aço chinês do período. O atraso do

não conseguiram impor uma disseminação homogênea do pensamento ou a interdição de novas vias para a elaboração do socialismo chinês.

Tampouco a derrota da ala mais radicalizada do partido (com novos e descomunais expurgos e a prisão e condenação da Gang dos Quatro após a morte de Mao, em 1976) acarretou no enfraquecimento do PCCh como Partido-Estado ou na deliberação a uma regressão capitalista nos moldes liberais. Amparando-nos no ponto de vista de Marcelino (2023), entendemos que as mudanças se estabeleceram em um direcionamento controlado hegemonicamente pelo Comitê Central do PCCh a fim de restabelecer a ordem pública, modernizar sua política e promover o desenvolvimento econômico. Transformações que foram substanciais para a elaboração do denominado socialismo com características chinesas e as experiências societárias que estariam por vir.

Figura 8: Deng Xiaoping, o líder de uma nova China.



Fonte: allchinareview.com (2015).

desenvolvimento agrário possibilitou a intensificação da fome no país; um problema bastante persistente na sociedade chinesa. No geral, a prolongada instabilidade política, materializada em grandes expurgos e violência exacerbada, acarretou em estagnação econômica, elevação do custo de vida e desemprego. Um quadro que manteve o país em uma situação de miséria generalizada, com cerca de 800 milhões de pessoas vivendo na pobreza.

Para além das disputas internas do PCCh, o novo direcionamento só foi possível após expressiva participação das camadas populares, ávidas em interromper o ciclo de violência política e conter os excessos cometidos pelos jovens radicalizados pelo pensamento maoísta. Protestos em massa, como os ocorridos em abril de 1976, na Praça Tiananmen, foram levantados não apenas contra a brutalidade descontrolada da Guarda Vermelha, mas também contra o atraso econômico, déficit orçamentário e estagnação política que atingiam e empobreciam a China. Conforme Fairbank; Goldman (2008), na ocasião do julgamento da Gang dos Quatro foi estipulada a sua responsabilização pela perseguição de cerca de 700 mil indivíduos, com cerca de 35 mil pessoas condenadas à morte pela camarilha. Mas a estimativa de desaparecidos e fugitivos pôde ser revelada apenas gradativamente; dentro da reabilitação das vítimas da Revolução Cultural promovido por Hua Guofeng e Deng Xiaoping.

Segundo Vogel (2011), o resgate de Xiaoping, por Hua Guofeng, do ostracismo e sua elevação à posição de líder do processo de reformas políticas e econômicas que seriam implantadas representaria não apenas a derrota do campo maoísta nesse debate, mas a inserção da China em uma nova era. As reformas seriam conduzidas dentro de um audacioso plano que permitiria à China construir uma maior abertura econômica e proximidade com o Ocidente. Algo que vinha ocorrendo gradativamente desde a visita de Richard Nixon ao país¹³⁸, em 1972, e com a admissão da China na Organização das Nações Unidas¹³⁹, no ano anterior.

¹³⁸ Conforme reportado por Ladley (2007), a visita do então presidente norte-americano Richard Nixon à China ajudou a reestabelecer as relações entre os dois países e a retirar o país asiático da situação de isolamento em que se encontrava internacionalmente. A visita só se tornou possível graças ao decrescente apoio popular à Revolução Cultural e ao contexto geopolítico da Guerra Fria. O ato diplomático ocorreu dentro de uma tática desenhada pelo governo dos EUA, sobretudo pelo conselheiro de segurança nacional Henry Kissinger, de isolar a URSS.

¹³⁹ O ingresso da China na Organização das Nações Unidas, em 1971, ocorreu, após praticamente uma década de negociações e mediações presididas principalmente pelo Paquistão. Conforme as análises de Valente; Albuquerque (2015) permite-nos concluir, a aceitação da China aconteceu contextualizada pela Guerra Fria, a ruptura sino-soviética que atingiu um dos seus pontos mais elevados no final da década de 1960 e as demandas materiais que a China atravessava. A participação da China, em substituição a Taiwan, pode ser entendida como o primeiro grande ato pragmático da China maoísta em sua política enquanto o país atravessava violenta crise por causa da Revolução Cultural que ainda se desenrolava com robustez.

Contudo, ainda pautando-nos em Vogel (2011), compreendemos que apesar dos julgamentos, expurgos e reabilitações, não ocorreu na China uma equivalência ao que ocorreu na URSS, sob o mando de Nikita Khrushchov, a respeito do legado de Mao Tsé-Tung. A ascensão da ala reformadora no comando do país e a reformulação do seu programa socialista não resultaram em tentativa de abolição da herança maoísta (como ocorreu com Stalin), mas na busca pelo seu aprimoramento e modernização; condenando apenas o que consideraram excessivo, atrasado ou equivocado no âmbito de sua construção política e econômica. Conforme presente em Lubetkin (1988), havia a compreensão por parte das principais lideranças do PCCh, incluindo Hua Guofeng e Deng Xiaoping, que repudiar Mao seria repudiar grande parte da base popular do PCCh no país.

A política conhecida como *Boluan Fanzheng* (que pode ser traduzido como “eliminar o caos e voltar à normalidade”), conduzida por Deng Xiaoping, tinha por objetivo primordial pacificar e disseminar a harmonia no interior da sociedade chinesa. Analisando o exposto por Jabbour (2021), compreendemos esse encaminhamento político como um sinal para a reabilitação de filosofias ancestrais como o taoísmo e o confucionismo dentro do arcabouço societário chinês; conectando as características herdadas de seu longo processo histórico de formação cultural à nova construção humanitária que estaria se elevando. Dessa forma, os novos trilhos e mediações edificadas no terreno da formulação do socialismo com características chinesas surgiram no intuito de promover o equilíbrio social no país e para estabelecer novo impulso a seu desenvolvimento. Situação que não escapou ao olhar de Pinheiro-Machado, que chegou à seguinte conclusão:

As noções de harmonia e equilíbrio, embora sejam tratadas pelas autoridades chinesas como uma moral a ser resgatada, ou, pelo menos, que deva se estender à esfera política e social, na realidade são categorias fortemente enraizadas na cultura chinesa. Desde longa data, os sujeitos classificam o mundo através delas. Além do fato disso ter vindo à tona no trabalho de campo com os imigrantes, em período posterior, na própria China, ouvia cotidianamente as pessoas ressaltando a importância de que os atos humanos devem ter pingheng (equilíbrio) (Pinheiro-Machado, 2007, p. 153).

Disso podemos concluir que o conjunto de reformas implementadas e a pavimentação objetiva do socialismo com características chinesas serviram, essencialmente, para reestabelecer a ordem pública no país, desenvolver as forças produtivas e promover o aperfeiçoamento e modernização de sua experiência socialista. Considerando que, como assimilado em Lubetkin (1988), os desdobramentos caóticos da Revolução Cultural fizeram a nação imergir em um nível de degradação material análogo ao atingido durante a invasão japonesa e a fundação da República Popular. Dessa forma, coube ao programa socialista chinês desenvolver as forças produtivas da nação em um ponto em que o capitalismo ainda não havia conseguido perpetrar dentro de seu território.

Economicamente, o programa *Reforma e Abertura*¹⁴⁰ (em chinês: 改革开放), do qual falaremos bastante no capítulo a seguir, tinha propósitos bem definidos: retirar a China do atraso econômico, desenvolver as suas forças produtivas, competir com as nações capitalistas no comércio internacional e melhorar as condições de vida gerais no país. Isso dentro da perspectiva leninista que almejava agregar o desenvolvimento produtivo/tecnológico capitalista à ditadura do proletariado sob a regência do Partido Comunista ou desenvolver uma economia de mercado sob o socialismo. Resumidamente, as ambições de Xiaoping se concentravam em amadurecer o Estado de Transição existente na China e demonstrar materialmente que o socialismo constituía um estágio superior de organização socioeconômica, como fica perceptível a seguir:

É fato que não queremos o capitalismo, mas também não queremos ser pobres sob o socialismo. O que queremos é o socialismo no qual as forças produtivas são desenvolvidas e o país é próspero e poderoso. Nós acreditamos que o socialismo é superior ao capitalismo. Essa superioridade deve ser demonstrada no fato de que o socialismo

¹⁴⁰ Dialogando com a enriquecedora análise presente no artigo de Jaguaribe (2011), entendemos que o programa Reforma e Abertura surgiu em decorrência de um longo debate estruturado na China revolucionária em que lideranças como Liu Shaoqi e Deng Xiaoping elaboraram alternativas à planificação econômica maoísta e a política voltada ao centralismo estatal e o desenvolvimento centrado nos limites de suas forças. A reforma propunha uma maior abertura econômica e o incentivo à concorrência privada no interior da China como forma de acelerar o desenvolvimento de suas forças produtivas e modernizar a sua agricultura, indústria de base, indústria armamentista, ciência e tecnologia. Implantado oficialmente no final de 1978, o plano tinha por ambição retirar a China de seu isolamento econômico e comercial, buscando um maior intercâmbio produtivo e absorver as técnicas e engenharia dos países capitalistas mais adiantados.

permite condições mais favoráveis à expansão das forças produtivas do que o capitalismo (Xiaoping, 2013).

Desse modo, compreendemos que o socialismo com características chinesas não representaria, em essência, a inauguração de um novo ramo conceitual dentro do marxismo-leninismo, mas uma política pragmática que estabeleceria avanços e recuos em relação ao panorama maoísta. Antes de tudo, a assimilação desses princípios foi objetiva e programaticamente instituída pelo PCCh tendo como parâmetro a própria experiência histórica contraída pelo povo chinês e suas demandas. Trata-se, como as palavras de Xiaoping (2013) deixam nítido, de um Estado de Transição voltado à superação das mazelas sociais historicamente reproduzidas no país, especialmente se considerarmos os acontecimentos que precederam a Revolução Chinesa nos cem anos anteriores à sua consecução. O socialismo com características chinesas, pelo qual Xiaoping é mais reconhecido, dialoga com a teoria orgânica marxista-leninista, com o pensamento maoísta, com a luta anti-imperialista e pela soberania nacional e o arcabouço histórico-social chinês dentro de uma busca de coesão entre as partes.

Sustentando a análise em Pomar (2015), chegamos à conclusão de que o movimento dominante no atual estágio do socialismo chinês faz com que a sua política fosse assimilada como um resultado da fricção dialética de sua historicidade complexa com a pulsão revolucionária do marxismo-leninismo. Disso surgiu uma experiência política particular, voltada para a resolução das contradições históricas existentes no seio da nação chinesa e para a superação da reprodução social capitalista em seu território. Uma edificação política que, embora também decorrente dos antagonismos de classes internacionalmente estruturados e da reiterada disposição em construir uma geopolítica multipolar, possui na superação das demandas nacionais o seu maior esteio motivacional.

Seguindo a análise, em sua totalidade, o socialismo chinês é determinado pelas contingências históricas do país, pela sua construção orgânica do debate com a orbe teórica marxista-leninista-maoísta, a interação constituída com os países que compunham o bloco socialistas, a luta anti-

envolvem, sobretudo, colaborações na parte econômica e no desenvolvimento das forças produtivas.

Ao passo que a URSS obteve destaque como antagonista histórico da influência norte-americana muito em decorrência de seu poderio militar, a China tem construído a sua participação na política internacional a partir de uma estratégia dotada de uma dinâmica multifacetada. Como detalharemos bem mais nos capítulos seguintes, a influência geopolítica mais notabilizada que a China vem exercendo tem ocorrido na seara econômica. O modelo de cooperação que vem sendo delineado pelo Comitê Central do PCCh tem se materializado na forma de inúmeros acordos de cooperação econômica em uma agenda que tem se apresentado de forma eminentemente pragmática e com pouca ou mesmo nenhuma propensão em exportar o seu modelo de construção socialista.

Entretanto, isso não significa que a disputa política tenha sido abandonada pelos comunistas chineses. A tática adotada pelos chineses vem se desenrolando com o embate contra a hegemonia imperialista do Estados Unidos e União Europeia dentro da disseminação do conceito de multipolaridade geopolítica. Dessa forma, o poder do capital norte-americano é enfrentado diretamente através da concorrência econômica/tecnológica enquanto sua política externa agressiva é confrontada pelo desenvolvimento da capacidade militar chinesa, acordos estratégicos multilaterais e com a sua participação nos órgãos políticos internacionais. Todavia, como Repnikova (2020) observou, a China tem adentrado no terreno do denominado *Soft Power*¹⁴² como forma de angariar maior capital cultural e se tornar mais influente no ramo da comunicação

¹⁴² *Soft Power* é expressão que foi popularizada pelo professor de *Harvard* Joseph Nye por meio de seu livro *Soft Power: the means to success in the world politics* (2004). Na obra, Nye discorre sobre o poder de persuasão do capital hegemônico sobre as demais economias através do controle de mecanismos de disseminação tecnológica, comunicacional e cultural como forma de disseminação ideológica. O capital cultural hollywoodiano é uma referência óbvia, mas atualmente os mecanismos dessa influência se encontram fortalecidos por uma enorme rede de propaganda que atua, sobretudo, através da internet. A China, na sua atual condição de superpotência e não mais um país emergente, tem estabelecido um plano de divulgação de sua cultura e de seus avanços socioeconômicos sobre os demais países. Para isso, conta com diversos acordos de colaboração internacional em que através do oferecimento do acesso à tecnologia digital, facilitam o acesso às suas produções culturais, sistema político e compreensão intelectual da política mundial.

duramente comprometido no decurso violento da Revolução Cultural e dos expurgos perpetrados. Aperfeiçoador na medida em que se buscou construir vias de recuperação da liberdade de pensamento e das propostas de construção do país do estado opressivo em que se encontravam desde meados da década de 1960. A experiência socialista chinesa, como um Estado de Transição genuíno, para se consolidar e desenvolver necessitaria de um maior encorajamento das ideias e experiências do campo político. Isso dentro de um movimento delimitado e disciplinado pelo partido de forma a assegurar a construção do socialismo chinês e sua permanente evolução. Conforme Deng reiterou abaixo:

Por cerca de dez anos, os grilhões mentais impostos por Lin Biao e pela Camarilha dos Quatro prendeu o pensamento das pessoas e as impediu de colocar sua sabedoria e criatividade à prova. Mas agora estamos encorajando as pessoas a emanciparem suas mentes e reiterando a política de “deixar cem flores desabrocharem e cem escolas de pensamento se enfrentarem”, como proposto pelo Presidente Mao Zedong, a fim de criar as condições necessárias para despertar a iniciativa do povo chinês e trazer sua inteligência e sabedoria à plena atividade. Estamos fortalecendo e promovendo a democracia para o mesmo objetivo. Mas algumas pessoas confundem nossa democracia em expansão com a defesa da anarquia [...] Se você tivesse vindo à China nos anos 50 ou no início dos anos 60 você teria descoberto que nossa conduta social era boa. Durante esses tempos difíceis, as pessoas observaram a disciplina, levaram em consideração a situação geral, combinaram o interesse pessoal com os interesses gerais do coletivo, do Estado e da sociedade, e conscientemente superaram as dificuldades com o governo. Foi desta forma que passamos pelos três anos de dificuldades econômicas que começaram em 1959 (Xiapoing, 2013, p.02;03).

Sobre as definições políticas instauradas, podemos ainda fazer duas observações. A primeira, é que a maior abertura ao pensamento não significou livre trânsito em direção ao modelo ocidental de democracia. O incentivo mais amplo ao debate engendrado desde então ocorreu dentro das demarcações impostas pelo PCCh e na perspectiva de aperfeiçoamento de sua experiência socialista. Ocorrências como a da Praça Tiananmen, em 1989 (quando o braço repressivo do Estado chinês não hesitou em reprimir violentamente manifestações consideradas “contrarrevolucionárias” e “restauradoras”), demonstraram que tentativas de restauração capitalista nos moldes do que aconteceu no leste europeu não seriam admitidas. Independente das controvérsias e das contestações da versão dominante no partido, como

presente nas críticas de Chaohua (2018), ficou evidente que o Comitê Central do PCCh não estaria disposto a tolerar movimentos considerados restauradores e liberais na China.

A segunda observação é que a luta de classes não se extinguiu na China, por mais que discursos e políticas que deem destaque à harmonia no país possam sugerir o contrário. A luta de classes segue viva no país, considerando que também sofre determinações produzidas internacionalmente, conforme os escritos de Chaohua (2003) expressam com veemência. Ainda que os sentidos do termo se apresentem de forma polissêmica; seja devido às particularidades de sua constituição histórica e cultural, seja pelas diferenças existentes entre os altos escalões do PCCh, o empresariado e a base trabalhadora. Existe, para além dos consensos e do apoio ao PCCh pela esmagadora maioria do povo chinês¹⁴⁵, uma inquietação social vigorosa no país; questão que voltaremos a explorar com bastante ênfase nos próximos capítulos.

Como ressaltado por Sanches (2021), esse estado de ânimo pode ser percebido nas constantes greves que explodem no país - como talvez em nenhuma outra parte do globo -, em que os trabalhadores organizados enfrentam tanto o poder do capital atuante no país quanto a organização estatal. A luta de classes, nessa circunstância prolifera tendo em vista também o enfrentamento das contradições manifestas pelas burocracias e na vida cotidiana do povo chinês. Nesse prumo, as significações da luta de classes interagem e competem entre si; ainda que os avanços materiais e as conquistas históricas demonstrem os inegáveis êxitos do PCCh na condução dos interesses públicos na China. O fato é que a luta de classes no país segue em aberto, mesmo que seus sentidos se apresentem, não raras vezes, de forma difusa, sobretudo no âmbito da cúpula

¹⁴⁵ De acordo com uma pesquisa publicada, em 2020, pela Universidade de Harvard, o governo central da China conta com uma taxa de aprovação de 93,1% do povo chinês. A pesquisa foi realizada pelo *Centro Ash para a Governança Democrática e Inovação da Escola de Governo de Kennedy* depois de entrevistar pessoalmente cerca de 30 mil chineses entre os anos de 2003 e 2016. A crescente aprovação tem se mostrado bastante expressiva no interior do país e nas regiões mais pobres. Os consultados destacaram três aspectos da atuação governamental entre os que mais lhes agradam, que são: serviços públicos, luta contra a corrupção e proteção ambiental; como pode ser conferido no link a seguir: [Taxa de aprovação do governo chinês atinge 93%, segundo pesquisa de Harvard - Portuguesa \(cri.cn\)](https://cri.cn) .

partidária, conforme Cunha pondera tão bem a respeito:

Nas constituições da República Popular e do PCC, encontramos o obrigatório léxico comunista referindo uma ditadura democrática popular, o centralismo democrático e a luta pela classe trabalhadora. Na verdade, o “proletariado” deu lugar aos empresários cooptados pelo Partido ao tempo de Jiang Zemin, e a “luta de classes” é agora reduzida à contradição evidenciada na desigualdade social provocada pelo desenvolvimento económico desenfreado. Uma fragilidade estrutural que o PCC admite abertamente nos seus documentos oficiais (Cunha, 2022, p. 49).

Conforme as impressões de Jabbour (2020) permite-nos concluir, a luta de classes continua sendo a chave para compreendermos melhor a complexidade da formação política, econômica e social que vigora na China. Isso considerando que a progressiva resolução das contradições históricas atuantes no país permitiu que o nível de conflito interno se redimensionasse de muitas maneiras, dentro das novas estruturas que iam surgindo. De um país imperial, agrário, atrasado e semicolonial a China se transformou numa república socialista, industrial, moderna e soberana, mudando drasticamente o desenvolvimento de suas forças produtivas e a reprodução social decorrente. Um paradigma de luta de classes que se expressa também no antagonismo anti-imperialista e pró-geopolítica multipolar que tem se mostrado indissociável da política externa do país.

Como elucidado por Motta (2020), o socialismo chinês foi decisivo para retirar a China da condição de “homem doente da Ásia”, desenvolver as suas forças produtivas e recuperar a soberania negada pelo capitalismo hegemônico. Dessa forma, compreendemos que a luta pela soberania e desenvolvimento das forças produtivas se tornaram elementos condicionantes para a elevação material da classe trabalhadora chinesa e para a construção política do seu modelo de socialismo. Modelo contextualizado seja pelas características históricas matizadas por Mao e Xiaoping, seja pelas demandas dialeticamente estruturadas pelo desenvolvimento acelerado que tem referenciado as políticas promovidas pelo atual governo de Xi Jinping. O fato é que a Revolução Comunista possibilitou ao povo chinês superar grande parte das determinações a que estava submetido. Mais que isso, a China pôde não

apenas recompor a sua autonomia política, mas ascender à posição de liderança destacada na esfera geopolítica internacional e de franco concorrente à posição que os EUA se acostumaram a ocupar de forma isolada.

Entretanto, a China, sob a regência do PCCh, ainda está distante de superar as persistentes diferenças entre o capital e a força de trabalho. Internacionalmente, essa contradição tem encontrado reflexos no dimensionamento de sua influência geopolítica e o modo como interfere na política interna dos países com que mantém relações. Interferência que tem se notabilizado, sobretudo, pelos acordos de cooperação econômica que possibilitam a países periféricos alterar a dinâmica de sua produção industrial, mas que têm levado os mesmos a acentuarem suas diferenças de classes e a destruição da natureza. No campo da política interna, também ocorrem desdobramentos bastantes severos, que inclui participação política, condições de trabalho, desigualdades sociais e a alarmante deterioração do meio ambiente a que o país continua sendo submetido. Questões que serão analisadas em um foco mais específico a partir do próximo capítulo.

3. AS BASES MATERIAIS E POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

“A prática é o critério da verdade”

Mao Tsé-Tung, Sobre a prática, 1937.

Figura 9: Área industrial na cidade de Muchangkou, na região de Tangshan.



Fonte: brasil.elpais.com (2016).

Neste capítulo, adentraremos na construção econômica na China a partir do domínio político do PCCh após a sua vitória na violenta Guerra Civil contra o Kuomintang. Uma circunstância em que as lideranças chinesas se defrontaram com uma nação destruída, com a sua unidade territorial ainda fragilizada e com as bases de sua soberania ainda por se fortalecer. Nessa fase de seu desenvolvimento histórico, o PCCh e a classe trabalhadora chinesa dos campos e das cidades tinham diante de si o duplo desafio de transformar as suas formas históricas de propriedade enquanto buscavam impulsionar as suas forças produtivas em um projeto ambicioso de reconstrução nacional.

Posto isso, deu-se início a um vigoroso plano de reforma agrária que destituiu de forma implacável as velhas oligarquias agrárias e seu poder político que vigorava há muitas gerações. As antigas tradições feudais foram submetidas completamente ao novo ordenamento político instituído sob o comando dos revolucionários comunistas que não hesitaram em reformular drasticamente o regramento das propriedades fundiárias. Para isso, buscou-se equiparar todas as famílias camponesas dentro de um sistema que conjugava propriedades familiares das terras com propriedades comunitárias, abolindo o latifúndio que por muito tempo materializou o poder político e econômico dos grandes proprietários.

Mas essa reformulação, sobre a qual aprofundaremos a análise na primeira parte deste capítulo, foi apenas o início das grandes transformações que viriam. Se a China adentrou no século XX como uma economia determinada em seu movimento hegemônico pelo poder dos proprietários de terra, sob o comando dos comunistas o país passou por um grande plano de industrialização que colocou nas cidades o maior montante dos investimentos públicos e privados. O *Primeiro Plano Quinquenal* (em chinês: 第一个五年计划), dessa forma, colocou a China em seu primeiro grande ciclo autônomo de desenvolvimento; em que o Estado chinês pôde estabelecer as suas próprias de crescimento industrial acelerado.

Com forte inspiração no homônimo plano de desenvolvimento econômico estabelecido pelos bolcheviques na União Soviética, o plano se dividiu em metas que intencionaram harmonizar internamente o desenvolvimento de suas forças produtivas, algo vital para solidificar a sua soberania enquanto nação, com as transformações nas relações de produção. Um desafio que, como veremos ao longo do capítulo, continua em aberto. Situação que mesmo diante dos inegáveis avanços da economia da China e da qualidade de vida geral de sua classe trabalhadora, levanta muitas dúvidas a respeito do regime político e econômico que vigora no país. Questão que, como vimos no capítulo anterior, motivou episódios de grandes turbulências políticas,

econômicas e sociais como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. Movimentos que buscaram não apenas atingir maiores níveis de desenvolvimento econômico, mas também acelerar o direcionamento da sociedade chinesa na construção do comunismo.

Outra questão bastante relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas é a do fortalecimento de sua soberania perante as demais nações, especialmente as potências capitalistas. O impulso em seu desenvolvimento industrial em suas diversas modalidades (infraestrutural, siderúrgica, mineradora, transporte, utensílios, química e tecnologia) foi encarado como um princípio inegociável para a consolidação de sua soberania política, territorial e de sua autossuficiência em setores estratégicos, como a geração de energia. Soberania que levou as lideranças do PCCh a entrar em desacordo e posterior ruptura com os então maiores aliados soviéticos. Após enfrentar mais de um século de derrotas, humilhações e carências materiais, a China ousou levantar a sua voz dentro da divisão geopolítica internacional no gozo de sua autonomia reconquistada a ponto de não aceitar para si uma posição subordinada seja em relação ao Ocidente capitalista, seja em relação aos então aliados soviéticos.

A despeito do previsto em seu tratado de aliança (que formalmente continuou vigendo até fevereiro de 1979), a assistência mútua entre a China e a União Soviética se encerrou concretamente no final da década de 1950, pondo fim a cooperação instituída entre os dois países. Conjuntura que terminou por deixar a China livre para seguir os seus próprios rumos em sua construção política e para lidar com os seus conflitos internos. Em paralelo à essa ruptura, o Grande Salto Adiante, que trataremos na terceira parte deste extenso capítulo, expôs de forma muito nítida a resiliência das contradições históricas na China e os impactos da ditadura popular instituída pelos maoístas sobre a classe trabalhadora chinesa, especialmente a camponesa.

A conquista do poder político pelos revolucionários maoístas após a Guerra Civil, embora trouxesse ao país uma maior unidade, soberania, desenvolvimento e propagação de justiça, não o pacificou inteiramente e nem encerrou as contradições históricas em que esteve imerso durante um longo

período; ainda que a partir desse momento os contrassensos se manifestassem dentro de outras configurações. A classe camponesa, inicialmente granjeada com o acesso às terras outrora pertencentes aos grandes proprietários teve que arcar com os maiores sacrifícios dentro do ambicioso plano de industrialização estabelecido no Grande Salto Adiante. Situação que fez explodir novos conflitos sociais enquanto as lideranças chinesas entravam em desacordo sobre a construção política e econômica que estava sendo aplicada.

Tensões que têm se mostrado persistentes na história da República Popular da China, não obstante tenham diminuído a sua letalidade após o encerramento da Revolução Cultural e com a aplicação das reformas instituídas sob a liderança de Deng Xiaoping na segunda metade da década de 1970. Mesmo com os notáveis êxitos, que fizeram da China a maior economia do mundo (se consideramos como critério a industrialização¹⁴⁶ e a Paridade do Poder de Compra entre os países), existe no país uma inquietação social que como Chaohua (2018, p. 126) afirmou, faz com que a estabilidade do PCCh dependa, em última instância, *de o governo moderar ou aumentar ainda mais o uso da força*. Em outras palavras, embora a participação popular na China conte com novos e antigos meios para a sua consumação, a conciliação entre a ação coletiva e a repressão política tem persistido.

A classe trabalhadora chinesa segue lutando seja com as revoltas camponesas de ontem ou as greves operárias da atualidade. Época em que as mediações junto ao modo de produção capitalista exacerbaram as desigualdades no país. Com a maior importação da produtividade econômica capitalista, incentivada em grande escala com o programa Reforma e Abertura, se incorporou também a acentuação das diferenças, a competitividade vertical e

¹⁴⁶ Como relatado por Okoroafor (2025), a China é a maior economia industrial do mundo e a segunda maior economia geral, com um PIB nominal de mais de US\$ 15 trilhões. O país passou por uma acelerada industrialização e urbanização nas últimas décadas, transitando de uma sociedade principalmente agrária em uma potência industrial e líder mundial em tecnologia. A China abriga diversas das maiores e mais inovadoras empresas do mundo em uma ampla gama de modalidades, incluindo eletrônicos, automotivo, aeroespacial e energia renovável.

horizontal, o aumento das contradições entre o capital e a força de trabalho e o capital e o meio ambiente.

A questão ambiental fez aflorar na sociedade chinesa outro grande ponto de contradição: o frenético desenvolvimento das forças produtivas e o aumento escalonar do domínio dessas sobre o ambiente natural colocou a China não apenas na posição de grande produtora industrial do mundo, mas também como a nação que mais tem degradado a qualidade do ar e o ambiente natural. Conjuntura que fez o país explodir em grandes protestos de rua e greves operárias em que a luta pela preservação do meio ambiente e da qualidade do ar entrou diretamente para o âmago das reivindicações proletárias¹⁴⁷, pressionando o governo chinês a buscar soluções para a questão e a questionar o seu próprio programa de desenvolvimento. Particularidade que daremos maior ênfase no Capítulo 4 desta Tese.

Neste capítulo, faremos uma análise do desenvolvimento econômico chinês em sua conflituosa dinâmica histórica, tendo como objeto de observação a política de desenvolvimento aplicada pelo PCCh a partir de seu ascenso ao poder político no país e os desdobramentos que a luta de classes assumiu em sua territorialidade. Movimentações que envolvem o vertiginoso crescimento industrial e tecnológico que a China atingiu e seus impactos sobre a classe trabalhadora e o meio ambiente no país. Circunstância que fez da China o epicentro das duas grandes lutas de nossa era: as lutas da classe trabalhadora e as lutas ambientais. Enfrentamentos que no país assumem uma perspectiva cada vez mais unificada em suas organizações e nas denúncias das

¹⁴⁷ Como apresentado por Barbieri (2019), as lutas em defesa do meio ambiente e da qualidade do ar tem mobilizado grande parte das forças políticas de base na China, ocupando uma parcela generosa das reivindicações de sua classe trabalhadora, com um crescimento médio dos protestos motivados por causas ambientais em torno de 29% anuais. Como a autora sinalizou: “O incremento no número de protestos pode ser compreendido a partir da microperspectiva, focada na ação individual, e da macroperspectiva, focada na ação coletiva. A microperspectiva reconhece alguns fatores como fundamentais para compreender o engajamento ambiental: informação disponível, percepção dos riscos ambientais, reconhecimento da responsabilidade individual, interesses individuais, conhecimento prévio sobre a problemática ambiental. Já a macroperspectiva busca compreender os protestos ambientais a partir da legislação ambiental existente, traços culturais, fatores econômicos e políticos” (2019, p. 13).

contradições materiais que regem a política econômica do gigante asiático sob o governo do PCCh.

Sendo assim, debruçaremos sobre o processo de desenvolvimento econômico chinês, considerando o seu progresso industrial em sua perspectiva histórica e do compromisso assumido pelo governo chinês em alavancar a melhoria de suas condições de vida, sua soberania nacional e construção de seu programa socialista. Para a constituição desse ponto de análise demos atenção especial a alguns momentos particulares do desenvolvimento econômico perpetrado na China. Os anos iniciais da experiência governamental do PCCh no território chinês ocupou grande parte do capítulo. Isso ocorreu por entendermos que é possível compreender em boa medida o expansionismo desenvolvimentista do país e suas contradições tendo como objeto de análise as demandas históricas que as lideranças maoístas e a classe trabalhadora chinesa encontraram diante de si naquelas circunstâncias.

Desta forma, empenhamo-nos em aprofundar-nos nas reformas instituídas nos primeiros anos de hegemonia política do PCCh na China e seus impactos sobre a construção do socialismo e a classe trabalhadora camponesa e citadina nas diversas regiões do país. Tanto a reforma agrária efetivada quanto o Primeiro Plano Quinquenal foram responsáveis tanto por moldar a recuperação e desenvolvimento econômico da China quanto por transformar as bases humanas de sua sociedade, mudando radicalmente uma estrutura social e de poder político que vingava por séculos.

O Grande Salto Adiante é outro momento histórico a que dedicamos uma atenção mais aprofundada. Tratou-se de um movimento que tinha como objetivo superar o atraso econômico da China e assegurar as bases de sua autossuficiência em alguns setores estratégicos da economia, principalmente a parte da indústria siderúrgica e infraestrutural. Mais que um plano de aceleração de desenvolvimento, o Grande Salto expôs os moldes que a luta de classes adquiriu na China dentro do novo plano de governo e as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que os comunistas chineses trouxeram consigo.

As reformas produtivas e modernizantes que foram implementadas sob a liderança de Deng Xiaoping também requisitaram o nosso olhar investigativo na tentativa de compreender o seu atual movimento (geo)político e econômico em suas principais demandas. O Programa Reforma e Abertura, mais que a promoção de uma maior intermediação junto ao capital privado e ao comércio internacional, ajudou o Estado chinês a solucionar algumas das mais expressivas e persistentes contradições materiais internas do país.

Nessa conjuntura, a China e o seu programa socialista ainda precisavam superar grandes carências estruturais e mazelas como a fome, o desemprego, o analfabetismo e o desamparo social que em linhas gerais, depauperava a classe trabalhadora chinesa. As reformas serviram para auferir um maior acúmulo de capital, desenvolver as forças produtivas e consolidar o poder político do PCCh. Em termos geopolíticos, o plano permitiu ao país a superar o seu isolamento comercial e ao Estado chinês a ocupar um maior espaço no mapa geopolítico mundial. Condição que possibilitado ao gigante asiático a desempenhar protagonismo mundial na construção de uma agenda internacional multipolar e na superação da fase imperialista do capitalismo

Contudo, nem tudo são cem flores. Apesar de todos os ganhos e avanços, a sociedade chinesa e seu poder político se encontram sob constantes questionamentos sobre o modelo econômico que construiu e o futuro do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção no país. Questões que carregam forte preocupação sobre os rumos da construção socialista no país e como afetam a classe trabalhadora. Não se trata apenas de progressão econômica ou segurança material, mas de combate à desigualdade, direitos e participação política, liberdades civis, proteção ambiental, justiça e bem-estar geral.

A agenda ambiental adotada provoca algumas das inquietações mais recorrentes e levanta dúvidas se o esforço empreendido pelo Estado chinês é suficiente para a recuperação da salubridade e equilíbrio do ecossistema mundial dentro da magnitude dos impactos que o desenvolvimento chinês acarreta internacionalmente. Junto ao impressionante desenvolvimento

econômico que alcançaram com os anos as questões provocadas parecem ter proporcional envergadura ao seu desenvolvimento industrial e é sobre esses problemas e contradições que estabeleceremos nossas reflexões ao longo deste capítulo. Esperamos que sejam pertinentes para o aprofundamento da obra introdutória que intencionamos elaborar como tese.

3.1. A situação econômica da China após a guerra revolucionária

Figura 10: Beijing, 1950. O início de uma nova era.



Fonte: br.pinterest.com (2020).

Ao ter o seu comando político hegemônico assumido pelo PCCh no final de 1949 a China chegava à uma nova etapa de sua história. Uma nova era que se iniciava após a nação atravessar mais de um século de domínio estrangeiro, guerras contra as potências imperialistas, enormes turbulências internas, fragmentação territorial, humilhações diplomáticas e crises econômicas. Como analisado por Bergère (1980), com a vitória maoísta sobre os invasores estrangeiros e as forças nacionalistas do Kuomintang, novos tempos se apresentavam ao exaurido povo chinês e, com ele, desafios de gigantescas proporções que despertaram enormes dúvidas nos observadores

internacionais quanto às possibilidades de sua superação¹⁴⁸.

Segundo fica apreensível em Yin; Xu (2022), o conjunto sistêmico encontrado no princípio da construção governamental do PCCh na China foi dos mais complexos; com o mundo saindo da segunda guerra imperialista e se conformando na integração contraditória em que a supremacia capitalista dos Estados Unidos se defrontava com o ascenso da União Soviética no plano geopolítico internacional. Situação que colocaria o avanço imperialista global dentro de uma nova configuração que determinaria pelo surgimento de conflitos que responderiam tanto pelas novas conjunturas que sobreviriam quanto ao movimento histórico que estruturou essa fase do capitalismo. Contextualidade que em Marini ganha um bom delineamento histórico:

A consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional não ocorre de forma tranquila. No curso de sua evolução terá que passar por um período extremamente difícil, que se abre com a guerra de partilha colonial de 1914, avança com a desorganização imposta ao mercado mundial pela crise de 1929 e culmina com a guerra pela hegemonia mundial de 1939. A economia que emerge deste processo reestabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em nível mais alto que o anterior, na medida em que

¹⁴⁸ Em um artigo publicado no periódico *New York Times*, em sua edição de 06 de janeiro de 1953, o correspondente internacional Henry R. Lieberman, que expressou bem as incertezas dos observadores ocidentais sobre os rumos que seriam tomados na China e as possibilidades de êxito ou fracasso das políticas implementadas, sobretudo no campo econômico e na consolidação de sua aliança com a União Soviética stalinista. Em seu relato, o jornalista apresentou sem rodeios algumas das incertezas que impregnavam a imprensa ocidental através de sua coluna ou sorvendo diretamente as palavras do correspondente: *“Como o autor O comércio exterior do regime de Peiping é financiado principalmente pela troca de exportações agrícolas por importações industriais. Fundamentalmente, os aspectos econômicos da aliança sino-soviética parecem envolver uma relação quid-pro-quo baseada em trocas de mercadorias em vez de em folhetos de Moscou. Entre os produtos do bloco soviético que agora estão sendo anunciados no mercado chinês estão metais, petróleo, caminhões, peças e produtos químicos industriais - geralmente a preços muito superiores aos prevalecentes em Hong Kong. Em geral, no entanto, as primárias da China as importações da União Soviética parecem ser técnicos e equipamentos militares para uso na guerra da Coreia. Apesar das tensões e tensões de dois anos de guerra na Coreia, a economia chinesa está longe de desmoronar. A impressão aqui é que a guerra realmente forneceu força motriz extra para apertar o controle político geral do regime por meio de a eliminação da oposição interna e a introdução de uma centralização administrativa cada vez maior. Embora os embargos ocidentais tenham criado escassez de materiais e equipamentos industriais essenciais, com os preços agrícolas ficando atrás dos preços industriais, os comunistas mantiveram os preços das necessidades diárias estáveis e mantiveram um controle relativamente firme sobre o valor da moeda. No entanto, a guerra da Coreia e as exigências da defesa nacional impuseram uma carga orçamentária que não pode ser ignorada. Aparentemente sem divisas, Peiping anunciou em 6 de dezembro que estava desvalorizando o dólar do povo em 10%”* (LIEBERMAN, 1953). O artigo, em sua íntegra, está disponível em: [China Vermelha iniciará primeiro plano de 5 anos](#) . Acesso em 13/12/2024.

consolida definitivamente a integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação. Em seu processo mais global, este processo dá lugar a tendências contraditórias. Por um lado, reforça o sistema imperialista, conformando um centro hegemônico de poder – os Estados Unidos – que impulsiona e coordena a integração, garantindo-a com o seu poder militar. Por outro lado, conduz ao surgimento de um campo de forças opostas: o campo socialista, que nasce e se desenvolve no fogo dos conflitos engendrados pela própria integração imperialista (Marini, 2013, p. 52,53).

Internamente, conforme explanado por Ravallion (2021), o cenário encontrado foi de calamidade geral e ínfimo desenvolvimento de suas forças produtivas. Situação que socialmente ficou marcada pela condição de pobreza que castigou grande parte da população chinesa no período¹⁴⁹ e que estava intimamente relacionada à destruição da economia do país após os conflitos com o Japão e a Guerra Civil que enfrentou por mais de 20 anos. Conflitos que deixaram como legado a pulverização da infraestrutura do país e o grave comprometimento de sua produção agrícola. Circunstâncias que colocaram a China em situação desfavorável mesmo em comparação com os também empobrecidos vizinhos do continente asiático. O que fica bastante perceptível a seguir:

The armed conflicts, political realignments and economic setbacks within North East Asia during the first half of the C20th left China, Taiwan and South Korea very poor by 1950, though China was clearly poorer. A number of observers described the extreme poverty of rural China in the decades prior to WW2. Virtually all China's rural peasantry faced regular hunger in what Mallory (1926) dubbed the "land of famine." Maddison's (1995) estimate of GDP per capita is lower for China than SKT (**Nota:** South Korea and Taiwan) in 1950, although longer-term growth rates had been similar; a marked divergence only emerged after 1950. Both China and SKT had relatively low inequality of incomes, though inequality was lower in China; [...] A notable difference in this context is that mainland China lagged in human development relative to SKT; for example, the Barro-Lee data for 1950

¹⁴⁹ Como analisado em Wu; He (2015), a ausência de dados coletados em um recenseamento sistematizado inibe a apresentação de estatísticas muito pormenorizadas em relação à pobreza nos anos iniciais da experiência política chinesa sob o comando do PCCh. O primeiro censo realizado no país ocorreu apenas em 1953 e coletou informações baseada no nome, idade, gênero, procedência nacional, relações familiares e divisão populacional entre as áreas rurais e urbanas. O segundo censo realizado, datado de 1964 (mas disponibilizado para a consulta apenas no início da década de 1980), acrescentou informações a respeito do acesso dos chineses à educação, trabalho e classe social. Dessa forma, as estimativas sobre a pobreza na China no período, embora corretas em seu direcionamento, carecem de precisão em relação à condição de vida do povo chinês na década de 1950. Situação que contrasta agudamente com os dados apresentados a partir do final da década de 1970 que permitem uma apreensão mais minuciosa do IDHM da China.

indicate that 55% of those aged 15-64 had completed primary school in South Korea, as compared to 29% in Taiwan and only 7% in mainland China (Ravaillon, 2021, p. 3,4).

Após a hegemonia conquistada, coube aos novos mandatários reorganizarem a economia chinesa e estabelecer a transição entre a economia de guerra estabelecida ao longo de mais de vinte anos no país para a planificação econômica voltada a propiciar o desenvolvimento de suas forças produtivas em bases mais equânimes e em uma estratégia mais ampla. A partir de Friedman; Pickowicz; Selden (2005), compreendemos que o prolongado esforço de guerra e o cenário político internacional contextualizado pelo avanço imperialista levou as lideranças chinesas a priorizarem por um expressivo período o desenvolvimento de sua indústria de guerra e a organização de suas defesas.

O empenho esteve devidamente representado no orçamento estatal que destinou nos anos de 1951 e 1952 cerca de 42% da arrecadação para o incremento de sua defesa, tamanha era a expectativa de um recomeço das ofensivas das potências capitalistas contra o seu território. Uma preocupação que mesmo obtendo um maior equilíbrio perante as demais necessidades e atividades empreendidas no país, persistiu em face as incertezas do cenário político internacional e levou a China a construir a desenvolver tecnologia nuclear menos de duas décadas depois da elevação dos maoístas ao comando da nação. Sob o maoísmo, a defesa do país passou a sofrer um processo de ressignificação em que o patriotismo não era mais atrelado apenas à defesa da nação, mas da causa revolucionária e da perspectiva anti-imperialista ou nas descrições de Friedman; Pickowicz; Selden:

The political atmosphere was infused with patriotic pride and survivalist paranoia. On October China announced the explosion of an atomic bomb. The event swelled national pride but also heightened the danger of preemptive attack. Mao urged Chinese to keep socialism (here meaning anti-imperialist patriotism) alive in every locale. (2005, p. 73).

Dessa forma, a nova autoridade política precisou operar através de grandes adversidades projetadas no plano interno e externo da nação enquanto formulava o seu programa de desenvolvimento. Dessa forma, junto a um intenso

empreendimento de desenvolvimento industrial, buscou-se impor a recuperação da agricultura para possibilitar uma maior segurança alimentar e aumentar a sua margem de crescimento populacional. A reforma consistiu primeiramente em um amplo processo de coletivização de terras que consolidou em definitivo a ruptura com a antiga estrutura fundiária que vigorou por séculos no país e estabeleceu a prevalência de novas formas de propriedades. Reestruturação que encontrou boa síntese no enxerto abaixo:

Os primeiros anos do governo de Mao Zedong foram responsáveis por uma reforma agrária abrangente, acompanhada do desenvolvimento de formas de cooperação cada vez mais coletivizadas. Inicialmente, as famílias eram organizadas em equipes de ajuda mútua (normalmente de oito a dez famílias) que, em 1955, representavam cerca de 60% das propriedades agrícolas. No ano seguinte, entre 1955-1956, o setor agrícola foi reorganizado em cooperativas de produtores agrícolas simples (20-25 famílias) ou avançadas (150-200 famílias). Entretanto, com a adoção do Grande Salto, o partido convocou formalmente os fazendeiros a estabelecer comunas em todo o país (Chang; Wen, 1997). Dessa forma, as cooperativas avançadas transformaram-se em Comunas do Povo, com uma média de membros de 5.000 famílias (Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 05).

Como podemos conferir em Barbosa (2015), nos anos iniciais de vigência do PCCh em seu comando político, a China passou por uma transição, cujas ações estavam voltadas para a pacificação imediata de sua sociedade e reconstrução das bases econômicas do país. Para isso, foi instaurada pelo governo comunista, em 28 de junho de 1950, a *Nova Lei Agrária* ou *Lei de Reforma Agrária da República Popular da China* (em chinês: 中华人民共和国土地改革法). Adotada pelo *Conselho do Governo Popular Central* (em chinês: 中央人民政府委员会), a lei deixa claro logo no seu Art. 01 os objetivos e princípios gerais que a conduziram: abolir o sistema de propriedade e exploração da terra feudal e instituir o sistema de posse fundiária coletiva, libertar as forças produtivas rurais, desenvolver a produção agrícola e fomentar as bases para o crescimento da produção industrial. Assim, o novo sistema de propriedade fundiária foi implementado tendo como premissa a reprodução social, o acúmulo de capital e consolidação da hegemonia política do PCCh na China.

Dividida em seis seções e 40 artigos, a lei determinou pela execução de um ambicioso projeto que se estabeleceu através do confisco, requisição e distribuição da terra pelo poder central, regulamentação de problemas especiais relacionados à propriedade fundiária e criação dos comitês responsáveis pela direção e orientação das questões referentes à reforma agrária no país. No entanto, como enfatizado por Barbosa (2015, p. 03), apesar da dimensão profunda da reforma fundiária, houve, inicialmente, o empenho em assegurar o funcionamento das forças produtivas, mantendo, como disposto no Art. 04 da Seção 01, a proteção ao direito de propriedade da indústria e comércio. No artigo os termos dispostos não deixam muitas margens pra dúvidas quanto aos interesses de preservação das atividades comerciais e industriais do país:

As empresas industriais ou comerciais administradas pelos latifundiários, bem como a terra e demais propriedades utilizadas diretamente por eles para a operação de empresas industriais ou comerciais, não serão confiscadas. No processo da confiscação dos latifúndios e outras propriedades não será permitida a interferência na indústria ou no comércio. A terra e as residências de camponeses pertencentes a industriais ou comerciantes serão requisitadas, mas suas outras propriedades rurais e empresas legais serão protegidas contra violação (República Popular da China, 1950).

Como previamente abordado no Capítulo 02 desta Tese, houve por parte do Governo Central o interesse em harmonizar as forças produtivas do país em suas vertentes públicas e privadas de modo a pavimentar a estrutura do desenvolvimento econômico e social da nação. Dessa forma, ao menos nos primeiros anos de seu exercício governamental a influência do modelo soviético e a forma radical com que buscaram coletivizar os meios de produção não se fizeram tão presentes entre as lideranças maoístas. A prioridade imediata esteve centrada na modificação das difíceis condições materiais herdadas das guerras que a China atravessou e afiançar o desenvolvimento das forças produtivas. E como isso se desenrolou?

O objetivo inicial, como Karol (1966) permite-nos concluir, era reverter os danos infraestruturais e na agricultura causados pelos longos anos de conflitos armados em que o país se viu envolvido e assegurar as condições de sobrevivência material do povo chinês diante da situação de calamidade em que

se encontrava. A construção de novas formas de propriedade avançou, na conjuntura dos anos iniciais de seu governo, de forma gradual e atendendo as necessidades mais emergenciais de cada setor produtivo, tendo na reforma agrária o ponto de partida para o desenvolvimento das forças produtivas chinesas e de transformação de sua estrutura social. Algo que fica tangível no enxerto a seguir:

Les seules lois applicables dans l'immédiat étaient évidemment celles qui concernaient la réforme agraire et le « Règlement sur les privilèges de l'armée rouge ouvrière et paysanne ». La terre des landlords devait être purement et simplement confisquée, tandis que celle des paysans riches devait être redistribuée mais pas dans sa totalité: les riches étaient autorisés à conserver assez de terres pour nourrir leur famille. Les combattants de l'armée étaient prioritaires dans l'allocation des terres disponibles et toute la population - à commencer par les cadres politiques - devait aider, de son travail, les familles des soldats absents. La Loi prévoyait deux jours de travail manuel obligatoire pour les cadres (Karol, 1966, p. 100).

A China, como fica exposto em Coggiola (2015) estava muito distante do nível de desenvolvimento dos países capitalistas mais avançados e não contou em sua formação histórica com uma burguesia capaz de levar a sua progressão econômica a um nível de organização social superior ao do sistema feudal que vigorou por séculos na maior parte do país. O processo de acumulação primitiva de capital e outras etapas históricas que contribuíram para estruturar o grande capital fora de seu território não ocorreu dentro de seus limites fronteiriços com força suficiente para dar ao país uma forma capitalista avançada. Pelo contrário, o processo de construção de capital até então existente ocorreu quase exclusivamente mediado pelo poder estrangeiro neocolonial que se projetou sobre o país a partir das Guerras do Ópio. E a condição de atraso econômico do país se encontrava agravada em um patamar crítico devido aos longos anos de conflitos em que se viu envolvido.

Nessas condições, como Mao Tsé-Tung (2006) analisou, era preciso estabelecer um programa econômico que primeiramente desenvolvesse uma economia de pós-guerra que resolvesse os problemas emergenciais que a China atravessava. Grandes calamidades como a fome, a proliferação de doenças e a falta de moradia que acometia milhões de chineses e que requisitavam por uma

solução, mesmo que de ordem paliativa. Em seguida, era necessário recuperar as bases infraestruturais do país para que se tornasse possível conseguir estabelecer as suas metas de desenvolvimento econômico. Sem um arcabouço capitalista consistente o suficiente para fornecer às suas bases produtivas condições de levantar o país de forma completamente autônoma e sem ter o suporte das potências ocidentais, a China pôde contar nos primeiros anos com o apoio técnico/logístico e financeiro da União Soviética para suprir as suas demandas. Na ausência do desenvolvimento capitalista, o PCCh buscava implantar o seu programa de desenvolvimento pautado na acumulação socialista. Mas no que consiste esse processo de acumulação?

O princípio de acumulação socialista se constituiu como uma teoria orgânica de transição econômica não capitalista que como Preobrajenski (1979) advertiu, colocaria, por meio do Estado, a apropriação e repartição dos meios e produtos da força laboral a serviço da coletividade e como forma de impulsionar a execução ampliada do programa socialista. Desse modo, a acumulação socialista é direcionada à organização, desenvolvimento das forças produtivas em suas fases mais elementares e para a transformação das relações de produção em dada circunstância. Considerando que quanto maiores forem as condições de atraso econômico, menor será o capital que o proletariado terá disponível ao assumir o poder político para a construção do seu programa.

Na situação da China de nação empobrecida e com parco desenvolvimento de suas forças produtivas, restou ao PCCh começar a construir as suas bases de progressão se concentrando não na nacionalização da indústria (que em 1950 tinha uma participação bastante diminuta no interior da economia chinesa¹⁵⁰), mas no desenvolvimento de sua infraestrutura fundiária.

¹⁵⁰ Conforme disponibilizado por Acioly; Cunha (2009), a reduzida participação da indústria na composição econômica da China no final da década de 1940 coincidia em grande medida com a redução da participação da China na economia mundial. Enquanto no início do século XIX o país contribuía com cerca de 1/3 da vida econômica no planeta, em meados do século XX a situação havia se alterado drasticamente; com o país respondendo por uma baixíssima produtividade e com uma infraestrutura muito aquém do necessário para dar pulsão a seu programa de desenvolvimento.

Essa reorganização da propriedade agrária e seu redirecionamento produtivo seria, como veremos, um ponto de partida para a superação da velha ordem social, controle de excedentes por parte do poder público e para fornecimento de matéria-prima para a nascente indústria nacional. O planejamento central, ainda bastante referenciado pelos soviéticos, tinha como objetivo dar resolução aos problemas emergenciais que acometiam a sociedade chinesa do pós-guerra e preparar as condições para que a China pudesse ir para além da posição periférica que então ocupava na economia mundial. O desafio que os maoístas tinham diante de si para a reorganização do poder político e da vida econômica nessa fase de sua história encontra boa decomposição analítica a seguir:

Sob essa perspectiva [...] por mais pujante que seja o processo de industrialização, este somente conseguirá forjar os elementos para a superação da condição periférica na medida em que coexistir com uma estrutura política e econômica, na qual a reprodução em escala ampliada do capital seja compatível com o controle do excedente e o direcionamento do mesmo pelos agentes nacionais. Tal estrutura, por sua vez, segundo a leitura deste artigo, só é possível em um cenário em que a estratégia industrializante seja balizada por políticas industriais que apresentem um sólido planejamento de longo prazo, no qual o controle das variáveis macroeconômicas fundamentais e do direcionamento do processo de acumulação seja exercido nacionalmente (com ênfase na participação estatal) a fim de se conferir um caráter autônomo a essa estratégia de desenvolvimento (Milaré; Diegues, 2014/2015, p. 67, 68).

Logo, a reorganização produtiva nos campos e cidades e o engendramento de formas de propriedade ainda inexistentes na vida social chinesa foram os marcos iniciais para a elevação das forças laborais do país e conceder a seu programa socialista uma maior consistência. Assim, a reforma agrária foi a primeira grande meta econômica assumida pelo governo maoísta na China em um plano elaborado para suprir as necessidades alimentares do povo chinês, eliminar a pobreza e fornecer à indústria as bases materiais necessárias para o seu desenvolvimento. A coletivização da propriedade fundiária, na ocasião, foi encarada como uma tarefa imediata a ser cumprida tendo como escopo a busca pelo progresso produtivo, mas também para encerrar de vez a os vestígios do poder senhorial e promover uma maior justiça social no país. Algo que fica bem sintetizado no fragmento abaixo:

A reforma agrária consiste em confiscar as terras dos grandes proprietários de terras para distribuí-las entre os camponeses sem terra mal aquinhoados. Assim, os grandes proprietários territoriais são suprimidos da sociedade como classe e o sistema da grande propriedade baseado na exploração feudal é substituído pelo sistema da propriedade camponesa (Chau-Tsi, 1950, p. 28).

Ainda segundo Chau-Tsi (1950), a reforma agrária foi encarada como forma de remodelar um regime de propriedade fundiária a que consideravam extremamente irracional, em que uma parcela reduzida da sociedade chinesa, que correspondia a menos de dez por cento da população, concentrava de setenta a oitenta por cento da propriedade das terras cultiváveis. Regime de propriedade que era utilizado para sobre-explorar as famílias de camponeses (que compunham cerca de 80% dos mais de 5,8 milhões de filiados ao PCCh¹⁵¹) que sem a posse dos meios de produção não tinham outra opção senão se sujeitar às duras condições impostas pelos latifundiários.

Essa parcela sobre-explorada correspondia a aproximadamente 80 por cento da população chinesa e respondia por não mais que trinta por cento das terras cultiváveis. Desde a guerra de libertação nacional contra os invasores japoneses essa estrutura fundiária havia se modificado em regiões onde os comunistas já haviam realizado a reforma agrária, mas em diversas regiões, como Sechuan (em chinês: 四川), a estrutura territorial permanecia intocada ou até mesmo ficou ainda mais concentrada nas mãos dos latifundiários.

Deve-se salientar que o modelo de reforma agrária elaborado pelo governo maoísta no início da década de 1950 derivou em grande parte das experiências vivenciadas ao longo da Guerra Civil e da guerra contra o invasor japonês. Seja por tática de arregimentação popular, por disposição ideológica ou para enfraquecer o poder da elite senhorial, houve um intenso trabalho de base por parte do exército comunista em que o seu avanço territorial foi sucedido pela transformação do regime de propriedade fundiária e de participação dos trabalhadores nas deliberações sobre a organização do trabalho. Como fica

¹⁵¹ Estimativa feita pelo próprio PCCh e disponibilizada por Qiaomu (2018). A maioria absoluta dos camponeses entre os filiados no partido decorre em grande medida das campanhas que os comunistas organizaram desde a Grande Marcha, em 1927.

elucidado por Xiaohong (2018), lideranças históricas como Deng Zihui (1896-1972) exerceram notável pioneirismo na condução das reformas de base que terminaram por antecipar empiricamente as definições que foram posteriormente materializadas na forma da lei.

Sendo um dos principais formuladores do *Desenvolvimento Central do Trabalho Rural* (em chinês: 农村工作中央发展), Deng promoveu um modelo de gestão destacado por sua política consultiva em que os trabalhadores e trabalhadoras eram estimuladas a participar das tomadas de decisões, tendo a sua vivência direta bastante valorizada. Ainda de acordo com Xiaohong (2018), suas experiências na reforma agrária e estabelecimento de vilas-modelo (em chinês: 模范村), sobretudo na província de Fujian (em chinês: 福建), se notabilizaram e ajudaram a fundamentar as reformas fundiárias e de organização do trabalho que viriam a ser implementadas pelo PCCh na China; sendo um dos principais idealizadores das comunas populares (em chinês: 人民公社). Dessa forma, mais uma vez fica perceptível as condições profundamente nacionalizadas que determinaram os rumos da Revolução Chinesa.

Nessa fase, não houve na China uma reprodução das políticas de coletivização forçada como as que caracterizaram as reformas soviéticas. A então república socialista, como podemos ver em Martins; Duarte (2019), aplicou seu programa de coletivização e estatização de forma radical e hierarquizada, não poupando, no processo, nenhuma categoria social. Junto à eliminação dos *Kulaks*¹⁵² (em russo: *Кулаки*), se instaurou a partir do *Primeiro Plano*

¹⁵² Como definido por Lewin (1966), “Kulak” foi um termo de caráter um tanto depreciativo que surgiu na então União Soviética e era utilizado para se referir aos camponeses mais abastados que possuíam extensas porções de terra e exploravam a mão de obra assalariada no cultivo do solo. Ganharam maior importância no país graças às reformas conduzidas por Piotr Stolypin (1862-1911) em 1906. O estímulo concedido à categoria pelas reformas ocorreu, entre outras coisas, com o objetivo de gerar uma classe de fazendeiros abastados apoiadores do regime czarista. Essa camada social, embora duramente combatida pelos bolcheviques na primeira década do curso de seu poder na Rússia/União Soviética, conseguiu se manter em uma relativa margem nos primeiros anos do governo socialista. Contudo, a partir da instauração do Primeiro Plano Quinquenal na União Soviética deu-se sequência ao planejamento inicial de eliminação dos kulaks das repúblicas socialistas, culminando no confisco de suas terras, degredo para colônias de trabalho forçado na Sibéria, montes Urais e norte do Cazaquistão e pena capital. A

*Quinquenal*¹⁵³ (em russo: *Первый пятилетний план*), na então União Soviética, a distribuição das terras segundo sistemas agrícolas conhecidos como *kolkhozes*¹⁵⁴ (em russo: *Колхозы*) e *sovkhozes*¹⁵⁵ (em russo: *государственные фермы*). Enquanto os procedimentos chineses de coletivização se centraram na expropriação das camadas privilegiadas e no incentivo às cooperativas, a mão do Comitê Central soviético se fez sentir dura e verticalmente sobre todas as categorias existentes.

O confisco e requisição de terras na China, como previsto na Lei de Reforma Agrária, ocorreram a partir de uma mudança no sistema de propriedade fundiária que afetou diretamente as terras então pertencentes aos latifundiários, mosteiros, santuários, igrejas, escolas e demais proprietários. Também houve requisição de terrenos pertencentes à industriais, comerciantes e terras arrendadas, cujos lotes ultrapassavam o dobro da média que cabia a cada habitante da localidade, afetando também a pequena fração do campesinato mais abastado. Os demais casos permaneceram com seu direito de propriedade inteiramente inviolado. O que incluiu os camponeses ricos que faziam uso da

violenta repressão contra os kulaks e a sua eliminação como classe social foi apresentada como uma resposta contra a disposição da categoria em não contribuir com a construção do socialismo na União Soviética e por agirem como elementos contrarrevolucionários e em oposição à coletivização dos meios de produção.

¹⁵³ Conforme as análises de Duarte; Martins (2022), o primeiro dos doze Planos Quinquenais implantado na União Soviética foi oficializado após uma agressiva disputa entre as lideranças mais destacadas do PC, sobretudo Leon Trotsky (1879-1940) e Josef Stalin (1878-1953). Na circunstância, havia muitas tensões sobre os rumos do país e das políticas encampadas pelo Comitê Central do PC em superação da *Nova Política Econômica* (NEP. Em russo: *Новая экономическая политика*). O Plano foi definitivamente adotado em 1928 e vigorou até 1932 com a declarada meta de promover o rápido crescimento industrial e a coletivização da agricultura. O Plano foi responsável pelo desenvolvimento acelerado da indústria pesada no país, sobretudo setores como a siderurgia, mineração e energia. Também ocorreu uma forte desestabilização no campo, com fome e lutas camponesas.

¹⁵⁴ Seguindo as definições de Jørgensen (2013), *Kolkhozes* eram fazendas públicas administradas em regime de cooperativa em que a produção era repartida entre os camponeses e o Estado. Existiam em maior número que as fazendas estatais (*Sovkhozes*) e os agricultores recebiam por produtividade, sendo remunerados pelas próprias unidades para as quais trabalhavam.

¹⁵⁵ Já os *Sovkhozes*, como relatado por Konstantinov (2007), eram fazendas estatizadas e com largo uso de produção agrícola mecanizada. Utilizadas predominantemente na porção asiática da União Soviéticas, a produção pertencia em sua totalidade ao Estado, que assumia completamente a responsabilidade por sua distribuição e comercialização; com os agricultores sendo remunerados em valores fixos determinados pelo Estado. As unidades produtivas foram perdendo força a partir da crise econômica, política e social que terminou por liquidar as repúblicas soviéticas no início da década de 1990.

exploração de mão de obra assalariada; sendo a única forma de usufruto do trabalho admitida pelos maoístas. Mas quais os critérios adotados para a distribuição de terras?

Os critérios de distribuição de terras foram estabelecidos na Seção III da Lei de Reforma Agrária que determinou que toda propriedade confiscada, exceto os bens que deveriam ser nacionalizados, ficariam sob controle imediato das associações camponesas divididas em unidades administrativas conhecidas como *hsiang* (em chinês: 乡). Posteriormente, as terras deveriam ser distribuídas de maneira equânime entre os camponeses pobres. Os latifundiários se converteriam, eles próprios, em camponeses segundo as novas normas de propriedades estabelecidas, rompendo, por completo, com a antiga tradição senhorial que vigorou na China por séculos.

Entretanto, a China do pós-guerra era uma sociedade ainda bastante desigual e com grandes discrepâncias regionais. Uma nação que, para além das imposições climáticas e geológicas que possuía, carregava em cada região os frutos das condições universais, particulares e específicas contraídos após um século de fragmentações políticas, humilhações e das funções respectivas que ocuparam dentro dos interesses provenientes da dominação estrangeira no país. A política de redistribuição fundiária buscou levar essa condição em consideração e ajudar a amainar as desigualdades regionais que se faziam e ainda se fazem presentes na realidade chinesa, ainda que em outra proporção e sob um outro contexto histórico. Dessa maneira, a política de reforma agrária assumida prontamente pelo PCCh estava relacionada também a consolidação soberana territorial chinesa e minoração das desigualdades regionais que imperavam. Conforme fica exposto a adiante:

Ao assumir a liderança política chinesa, Mao Tsé-Tung tinha o intuito de consolidar territorialmente o país. O legado deixado por décadas de fragmentação política, guerras e colonizações foi uma China com exacerbadas diferenças regionais e com uma economia fragilizada. Nas atividades agrícolas, as diferenças de produtividade refletiam uma variedade de condições climáticas, diferentes fertilidades das poucas terras então cultiváveis (1/10 do território) e vastas disparidades nas técnicas de plantio e instrumentação das fazendas. Contudo, as maiores desigualdades regionais se encontravam nas atividades industriais [...] Como os interesses mercantis, sejam eles domésticos

ou externos, eram os dominantes, a localização das atividades manufatureiras era determinada pela acessibilidade ao fluxos de comércio exterior. A região costeira, e mais especificamente os portos, eram os locais onde se encontrava a então pouco desenvolvida indústria chinesa. As províncias costeiras de Guangdong (Hong Kong), Jiangsu, Shandong, Hebei, Liaoning possuíam metade da indústria mineradora e a quase totalidade das empresas de fiação de algodão e seda. De acordo com o censo de 1933/34, Xangai possuía metade das fábricas do país (Ruiz, 2006, p. 12).

A metodologia incorporada para o reajustamento das propriedades levou em consideração o tamanho, a qualidade da terra e a sua localização, dando a primazia aos camponeses que já cultivavam o solo sob o regime anterior. Também de acordo com a nova lei, poderia ocorrer algum nível de flexibilização nos critérios de acordo com as circunstâncias específicas de cada localidade, podendo as associações de camponeses ou a administração municipal perpetrar as adaptações podendo, portanto, variar o tamanho das concessões. A terra doada aos camponeses pobres, por princípio, não seria requisitada pelo poder público, podendo ainda o lote concedido ser maior ou menor do que a média estipulada em cada localidade de acordo com a extensão de sua família ou dependentes; cabendo às associações de camponeses ou à gerência municipal decidir a esse respeito.

Mas a Lei de Reforma Agrária também previa a contemplação em outros casos e categorias de trabalhadores. Artesões rurais, vendedores ambulantes, desempregados, assim como outros ramos de profissões também foram inseridos dentro dos critérios de distribuição de terra. Considerando que, no período, a maioria esmagadora da população chinesa vivia nas zonas rurais e não nos centros urbanos do país. No caso, a concessão de terras poderia ocorrer ou não de acordo com a renda comprovada dos profissionais não-camponeses, com a preferência voltada aos que tivessem uma margem de ganho menor em relação à média dos profissionais de cada territorialidade. Caso não dispusessem de outros meios de garantir a sua subsistência e estivessem dispostos ao trabalho agrícola. Categorias como monges, padres, freiras e demais lideranças religiosas poderia receber parcelas das terras e meios de produção segundo os mesmos parâmetros adotados para os camponeses.

Igualmente, como previsto no Art. 13 da lei, as famílias que fugiram do país ou emigraram por conta das circunstâncias das guerras também estariam aptas a serem beneficiadas pelo reajuste de propriedade fundiária o qual a China atravessava. Ainda como parte dos esforços destinados à pacificação do país, mesmo as pessoas que trabalharam ou atuaram do lado dos inimigos dos maoístas nas guerras deflagradas seriam acolhidas dentro do processo de redistribuição de terras. A exceção caberia apenas aos que persistiram em atuar como agentes da contrarrevolução, copartidários traidores e criminosos de guerra de acordo com os critérios adorados pelos maoístas. Nessa conjuntura, apenas os familiares que não houvessem participado de ofensivas restauradoras ou contrarrevolucionárias poderiam dispor de lotes de terra para exercer o seu trabalho.

A coletivização de terras, como analisado por Bergère (1980) alterou drasticamente a estrutura fundiária no país e resultou na transferência de cerca de 47 milhões de hectares de terras para aproximadamente 300 milhões de pessoas. Em termos econômicos, a redistribuição de terras promoveu em larga escala a difusão da agricultura de subsistência, com o predomínio técnico voltado ao cultivo familiar. Nessa reconfiguração das propriedades rurais, 90% das terras cultiváveis passaram a ser gerenciadas em regime de propriedade coletiva, com o restante se dividindo entre a propriedade estatal e privada.

No entanto, os esforços empregados na redistribuição das terras e meios de produção esbarrou nas limitações históricas e sociais que ainda incidiam sobre o povo chinês. Como pontuado por Selden (1988), embora os incentivos do governo tenham surtido efeito sobre o aumento da produção agrícola, especialmente sobre a safra de grãos e algodão, a demanda pelos produtos da terra ainda suplantava a oferta e a China se manteve afligida pela mesma crise inflacionária que a acompanharia desde as duas guerras que enfrentou. A fome, grave problema estrutural que acometia o povo chinês havia gerações, demonstrou maior resiliência do que o planejamento inicial maoísta poderia supor. A maior racionalização do uso do solo e o acesso garantido à propriedade da terra permitiram uma imediata melhoria na alimentação popular,

contudo, ainda havia um caminho a percorrer para atingir a solvência das necessidades materiais dentro do contexto da nova era de industrialização do país que se iniciava, conforme o detalhamento a seguir:

Embora no ano de 1952, o crescimento da produção agrícola tenha sido rápido, com a safra de grão e algodão crescendo a uma taxa anual de 11.7% e 37.3% respectivamente, a produção agrícola não conseguiu acompanhar o rápido crescimento do setor industrial durante a vigência do primeiro plano econômico de cinco anos [...]. Tal fato é justificado não só pela alocação desigual de investimentos a favor da indústria, mas também pela intervenção estatal sobre o mercado de grãos por meio do controle de preços [...]. Apesar do Estado ter incentivado o comércio de grãos no início da década de 1950, o aumento da sua demanda por grãos provocou uma pressão inflacionária sobre os preços desta mercadoria, tornando, assim, a sua compra mais custosa para o governo. Por essa razão, o Estado restringiu a atividade comercial do mercado de grãos ao se estabelecer como o único comprador da mercadoria. Contudo, a estratégia não deu certo e os preços continuaram subindo, pois os preços dos produtos continuaram crescendo uma vez que os camponeses estavam relutantes de vender grãos para os Estado (Louzeiro, 1983, p. 166).

A política adotada em relação à produção agrária seguiria, dessa forma, uma abordagem heterogênea nos anos de transição econômica na China: radical e expropriadora em relação ao grande latifúndio e gradual e incentivadora em relação aos camponeses e as associações agrícolas das quais faziam parte (SELDEN, 1988). A heterogeneidade se acentua, nesses anos iniciais de governo maoísta, se considerarmos que os princípios de economia de guerrilha¹⁵⁶ que ainda vigoravam moderadamente em relação ao campo contrastavam com a clara inspiração soviética que os chineses assumiriam quanto ao plano de desenvolvimento industrial que passaram a adotar e que trariam enormes consequências para a sua sociedade. Mudanças que colocariam a China sob graves conflitos e crises sociais, mas que, também

¹⁵⁶ Como abordado por Le Billon (2005) e Rosenbaum (1942), a Economia de Guerra atende a um conjunto de práticas econômicas pautadas pela excepcionalidade da guerra, cujas circunstâncias podem acarretar em maior demanda por recursos para manter os esforços direcionados ao conflito e para atender às necessidades mais urgentes dos soldados, oficialato e população em geral. No caso chinês, a economia de guerrilha adotada durante os anos de Guerra Civil e Guerra de Libertação Nacional serviram não apenas para garantir o acesso aos produtos básicos de consumo como também para adiantar as reformas no setor produtivo que mais adiante seriam encaminhadas na vigência de seu governo como a reforma agrária, a formação de coletivos agrários e a racionalização da distribuição dos produtos de modo a garantir tanto a continuidade da luta armada contra os nacionalistas e invasores estrangeiros quanto a sobrevivência dos trabalhadores nas regiões em que o PCCh estava operando.

seriam responsáveis pela modernização do país em sua política, economia e ciência.

Mas as políticas de promoção de melhorias na qualidade de vida e do direito ao trabalho não se encerraram na Reforma Agrária. Como Maciel; Moura (2014) frisaram, houve com o advento do novo governo e da reconfiguração da política chinesa a adoção de uma legislação conhecida como *Ordinance of Labor Insurance* (1951) que tinha como objetivo central garantir o acesso ao trabalho em um paradigma de proteção social que lhe garantiria o emprego durante toda a vida. Com a homologação da nova lei, o trabalhador teria assegurada a sua permanência no emprego, mas também prerrogativas como moradia, pensão, cuidado com a saúde e estrutura de ensino nas unidades de trabalho.

Conforme podemos analisar em Curtis (2011), o reconhecimento jurídico de direitos e benefícios foi um avanço sem precedentes na esfera das conquistas da classe trabalhadora chinesa. Entretanto, em seu âmbito objetivo, as garantias se encontravam bastante limitadas em sua realização por causa das restrições materiais a que a economia chinesa estava submetida. Limitações que estavam relacionadas ao bloqueio econômico aplicado pelo capitalismo internacional sob a liderança dos Estados Unidos, a destruição de sua infraestrutura após longos anos de guerras enfrentadas, debilidade de suas forças produtivas e pobreza generalizada.

A melhoria das condições de vida, dessa forma, necessitaria de muito mais que o reconhecimento formal do Estado chinês para poder se efetivar. Seria necessário desenvolver a economia do país e produzir abundância material suficiente para que os investimentos na construção de um *Estado de proteção social* tivessem uma sólida base material em que pudessem se sustentar. Perspectiva desenvolvimentista que foi obstinadamente perseguida pelas lideranças chinesas; que tentaram conjugar o desenvolvimento de suas forças produtivas e, concomitantemente, acelerar o cumprimento de seu programa socialista.

3.2. A influência soviética e a busca pela autonomia produtiva

Ultrapassados os primeiros anos de transição econômica e de superação da economia de guerrilha, o desafio de alavancar a produção industrial e o desenvolvimento de setores estratégicos como infraestrutura, saneamento, construção civil e transportes passou a ser encarado com maior atenção por parte das autoridades chinesas. Contudo, a meta a ser atingida tinha diante de si a dominância da agricultura como principal setor da economia interna e a falta de experiência empírica na condução de políticas voltadas ao crescimento da manufatura. A tradição econômica da China se assentava até então quase inteiramente na agricultura e comércio, com forte predominância da agricultura familiar após a reforma agrária instituída. Embora a maior parte dos investimentos estivessem já nessa fase destinados aos empreendimentos industriais e infraestruturais, o espaço que o setor agrícola ocupava na economia chinesa demonstrava de forma simultânea tanto as bases materiais disponíveis para o acúmulo de capital e reinvestimento quanto os imperativos que pairavam sobre o desenvolvimento chinês.

Figura 11: Uma jovem chinesa opera uma máquina fresadora em uma montadora de caminhões em 1956.



Fonte: asiasociety.org/blog (2016).

Partindo das análises de Huaiwen (1989), chegamos à conclusão de que a predominância agrária das forças produtivas chinesas e a distribuição populacional desigual entre a cidade e o campo (com mais de 80% da população vivendo afastada dos grandes centros e se dedicando à agricultura e comércio) passaram a ser encaradas pelo governo chinês como um empecilho à industrialização. Desse modo, a composição social e civilizacional majoritariamente agrária do país foi então admitida como um entrave, cujo enfrentamento não poderia mais ser protelado, ao crescimento econômico. A disposição territorial difusa de sua base laboral, as diferenças regionais e mesmo a larga propagação das novas formas de propriedade, conquanto essas últimas cumprissem uma importante etapa na transição histórica na estrutura fundiária do país e de equiparação social, dificultavam sobremaneira a consolidação das vias de desenvolvimento pretendidas.

Dessa forma, as novas formas de propriedade passariam também a sofrer crescentemente com intervenções estatais articuladas de modo a acelerar o plano de desenvolvimento econômico elaborado pelo PCCh. Assim, o estabelecimento do Plano Quinquenal na China trouxe consigo modificações expressivas dentro da base produtiva do país, almejando impor a modernização e aumento da produtividade perante as condições históricas chinesas e sua base civilizacional. Logo, buscou-se por meio das reformas aprofundar o caminho da planificação econômica, da estatização das terras e demais meios de produção e da acumulação socialista no país. Conforme podemos ver a seguir:

Por sua vez, do ponto de vista da organização das unidades produtivas, expandiu-se o controle estatal e coletivo em detrimento da propriedade particular. Até 1956 haviam sido extintas no país, praticamente, todas as empresas privadas. Na agricultura, o 1º Plano Quinquenal representou o avanço da coletivização do campo em substituição à pequena propriedade familiar. Em 1954, apenas 2% das famílias camponesas trabalhavam em cooperativas ou fazendas coletivas; em 1955 eram 14%, e, em 1956, 98%.¹³ A generalização das empresas estatais na indústria e a coletivização do campo são as bases sobre as quais a economia planificada chinesa se assentará a partir de 1956, ambas funcionando com preços e cotas de produção definidos pelo governo. Desta forma, a propriedade privada deu lugar à propriedade estatal e coletiva enquanto a anarquia da produção mercantil foi substituída pelo planejamento centralizado da produção (Carvalho, 2013, p. 25).

A propensão das autoridades chinesas em modernizar e dinamizar a sua economia foi ao encontro das demandas históricas da nação e sua luta pela soberania política, social e produtiva, de modo que o país, ainda extremamente dependente da ajuda externa, pudesse desenvolver uma maior autossuficiência. Dessa forma, embora a agricultura se mantivesse como o maior setor de sua economia ainda por longos anos, os esforços estiveram bastante direcionados a serviço do crescimento industrial. Como Bergère (1980) possibilita-nos apreender, distribuição dos recursos sobre os diversos setores produtivos exprimiu indubitavelmente os paradigmas econômicos adotados pelos maoístas em dadas circunstâncias.

Ainda sustentando-nos na autora, detalhamos que a indústria, o centro dos investimentos econômicos da nação, recebeu com o Primeiro Plano Quinquenal cerca de 56% dos recursos financeiros (equivalente a 76 bilhões de yuans), sendo 48% do montante total destinado apenas à ampliação da indústria pesada ou 88,8% dos investimentos direcionados ao desenvolvimento industrial. O restante dos investimentos ficou dividido entre os demais setores, com os transportes recebendo bom destaque com cerca de 18,70% da soma. Em comparação, a agricultura, ainda a principal atividade econômica do país, foi contemplada com modestos 8,20% dos investimentos. Disparidade que, como veremos mais adiante, terá suas consequências sobre a nação.

Como fica perceptível em Lardy (1987), nessa fase do desenvolvimento econômico chinês havia a necessidade de adquirir uma maior autonomia na indústria pesada, sobretudo no tocante à siderurgia, construção e energia. Dessa forma, a produção de aço, cimento e outros bens industriais foi bastante incrementada por investimentos concebidos para dar ao país a garantia de que a sua configuração produtiva seria radicalmente transformada ao longo dos próximos anos. Como resultado dos investimentos, pôde-se notar um expressivo crescimento desses setores, com muitas fábricas sendo instaladas. Isso trouxe uma sensível modificação na paisagem chinesa, aumentando a produção industrial anual em uma taxa de 19% até o final da execução do Primeiro Plano Quinquenal, em 1957. No caso da indústria siderúrgica, o

aumento da produtividade levou o país a quadruplicar a produção de aço no período, saltando de 1,3 milhões de toneladas em 1952 para 5,3 milhões de toneladas no final de 1957¹⁵⁷.

Prosseguindo nas análises de Lardy (1987), averiguamos que o setor de transportes também atingiu um significativo nível de evolução, possibilitando ao país em poucos anos dar saltos na produção de maquinários em suas diversas classificações. Evolução que permitiu à China desenvolver o seu setor de transporte tendo como parâmetro mais emergencial operar como linha auxiliar da indústria pesada e agricultura (ainda bastante carente de automação nessa fase). Tomando essa dianteira, a indústria de máquinas saiu de 1552 unidades, em 1949, para cerca de 30.000 unidades, em 1958. A produção de tratores de 15 cavalos, absolutamente inexistente em solo chinês em 1949, passou a ostentar a marca de 1.100 unidades ao final do Primeiro Plano Quinquenal. O mesmo ocorreu com a produção de locomotivas e veículos, ausentes dentro do quadro produtivo do país, em 1949, e que passaram a contar com uma frota de 350 e 16.000 unidades, respectivamente¹⁵⁸.

A questão das grandes desigualdades regionais, problema de grande penetração na sociedade chinesa, começou a ser enfrentada com maior vigor também a partir do estabelecimento do Primeiro Plano Quinquenal. Como Bergère (1980) trouxe à tona, os planejadores maoístas buscaram estabelecer uma distribuição dos recursos elaborada de forma a atenuar as grandes diferenças existentes, sobretudo, entre a faixa litorânea e o interior do país. As regiões situadas no litoral da China, devido em grande parte aos anos de ocupação estrangeira e em mediação a seus interesses, foram até então desenvolvidas como bolsões industriais enquanto as zonas mais afastadas ficaram por muitos anos relegadas à produção agrícola em suas formas mais rudimentares. O Plano Quinquenal, como o então Ministro das Relações Exteriores e Chefe de Governo Zhou Enlai, uma das principais mentes por trás da formulação do desenvolvimento chinês, anunciou, intentou construir uma

¹⁵⁷ Estimativas coletadas em Bergère (1980, p.75).

¹⁵⁸ Estimativas coletadas em Bergère (1980, p.75).

planificação econômica que integrasse o país dentro de uma maior homogeneidade produtiva (Karol, 1966).

Nessa configuração, seguindo o apresentado por Chen; Galenson (2017), entendemos que o direcionamento dos recursos foi instituído visando diminuir as diferenças materiais estabelecidas dentro do território da China Popular, numa divisão de investimentos que se concentrou mais no interior do que nas grandes cidades litorâneas. O objetivo não estaria resumido apenas ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas, determinando por uma maior equiparação aos centros mais adiantados, mas também em evitar um fluxo de urbanização demasiadamente acelerado e concentrado. Nessas ocorrências, o desafio estaria manifesto na superação das assimetrias demográficas e na consolidação da unidade política e econômica da nação.

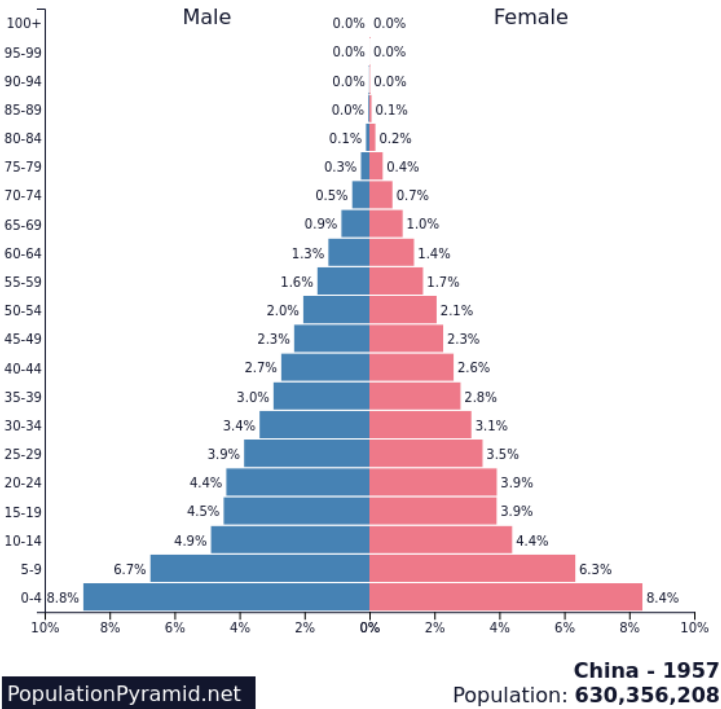
Dessa forma, indo ao encontro das exposições de Chen (1973), constatamos que a distribuição geográfica da industrialização chinesa ocorreu de forma descentralizada em contraste com o planejamento político que se estabeleceu dentro dos princípios do centralismo democrático ou ditadura popular tão caros ao modelo soviético em que se inspiraram. Nessas circunstâncias, a população urbana, em consequência das políticas desenvolvimentistas do Plano Quinquenal, experimentaria um crescimento que a fez se elevar de 11% da totalidade dos habitantes da China, em 1949, para 15% no encerramento do seu primeiro ciclo de planificação econômica¹⁵⁹. A China ainda era um país hegemonicamente agrário, mas já daria sinais de mudanças e que caminharia para uma disseminação maior do tecido urbano ao longo de seu território. Desse modo, guiando-nos pelas análises de Lefebvre (2001), compreendemos que a China começaria a fazer de sua paisagem urbana um legado histórico do desenvolvimento industrial que se iniciava.

O crescimento urbano chinês durante os anos de vigência do Primeiro Plano Quinquenal, contudo, expressa mais do que o percentual numérico isoladamente parece indicar. Na verdade, por trás da melhora percentual

¹⁵⁹ Dados consultados em <https://countryeconomy.com>. Acesso em 28/02/2025.

aparentemente comedida se encontram dados bastante promissores e que revelam o êxito inicial do comando político do PCCh na China. Em um país que enfrentou durante décadas uma mortalidade acentuada e modesto crescimento populacional em comparação a outros países, conforme os pronunciamentos da liderança histórica chinesa Sun Yat-Sen procuraram alertar (ver o Capítulo I desta Tese), a recuperação de sua reprodução social veio a confirmar o sucesso do planejamento econômico maoísta.

Gráfico 1: distribuição populacional por sexo e idade na China, em 1957.



Fonte: populationpyramid.net (2024).

De acordo com Howe (1979) o crescimento populacional chinês, em sua vertente urbana, praticamente dobrou no espaço de tempo que se desenrolou entre os anos de 1949 e 1957. Nesse intervalo, a população urbana da China deu um salto de 58 milhões de habitantes, em 1947, para cerca de 100 milhões de habitantes em 1957. No mesmo período, a evolução total da

população chinesa foi de 543 milhões de habitantes (1949) para 647 milhões de habitantes (1957). Ou seja, o crescimento de 4% da população urbana em relação à composição universal da demografia chinesa correspondeu, em termos absolutos, em um aumento numérico de aproximadamente 85%. Um avanço formidável, se considerarmos que a totalidade do crescimento populacional no país em seus primeiros anos dentro da nova experiência política correspondeu a cerca de 19,5%. O crescimento respondeu em grande proporção às políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial do nordeste do país e do interior, seguindo o modelo soviético que, enfim, passou a influenciar o programa socialista chinês para além dos esforços de guerra.

No entanto, como o **Gráfico 1** expôs, o crescimento populacional da China, embora sirva para representar à sua gradativa recuperação após as seguidas calamidades, também demonstra parte da dimensão dos desafios que o país ainda estava enfrentando dentro daquela conjuntura. O achatamento na base do gráfico e o contraste proeminente com a sua ponta indicam que mesmo diante da recomposição de suas forças, o país ainda contava com uma expectativa de vida baixa em comparação com as nações mais adiantadas e com uma mortalidade infantil bastante expressiva¹⁶⁰. Problemas que vinham afligindo a nação por muitas décadas e que demandaram por uma completa reestruturação em sua vida econômica para a qual o Primeiro Plano Quinquenal constituiu apenas a sua fase inicial. Mudanças que, como analisado por Chang (2022), requisitaram pelo aprofundamento imediato do desenvolvimento de suas forças produtivas e do fortalecimento de sua aliança estratégica com a União Soviética em termos políticos, militares, sociais e econômicos. Uma aliança previamente constituída no andamento da guerra, mas que precisaria avançar.

Assim, a economia chinesa e a parceria estabelecida com os soviéticos passariam a se concretizar para além dos esforços de guerra, respondendo à demandas relacionadas ao desenvolvimento das forças

¹⁶⁰ Para uma análise mais detalhada da dinâmica referente à evolução na expectativa de vida e envelhecimento populacional em uma perspectiva multimodal, sugerimos a leitura do artigo *O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo* (KALACHE et al, 1987).

produtivas em ambos os países, à modificação das relações de produção e no cumprimento de uma agenda geopolítica determinada sobremaneira pela guerra fria que se precipitava. A cooperação entre os dois países, desse modo, foi articulada tendo em vista o avanço imperialista que motivaria não apenas a deflagração da Guerra da Coreia, mas de muitos outros conflitos militares que viriam a acontecer. A planificação econômica, modelo adotado pelos soviéticos e que influenciaria pelos anos seguintes as bases do desenvolvimento produtivo chinês, atenderia a princípios gerais de planejamento os quais estão sintetizados com mais clareza a seguir:

A razão desse fenômeno é muito simples: o planejamento tem sido adotado nos países socialistas como meio de promover o desenvolvimento econômico e deve ser considerado assim em todas as situações em que se deseja uma política consciente de desenvolvimento econômico; em outras palavras, sempre que não queiramos deixar a direção do desenvolvimento apenas ao sabor de forças econômicas espontâneas [...] Sempre que as forças espontâneas não são capazes de promover um rápido desenvolvimento econômico, é necessário recorrer-se ao planejamento (Lange, 1981, p. 93, 94).

Como mencionado, a cooperação com os soviéticos ocorreu em múltiplas frentes tendo como eixo o estabelecido no *Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético*. Como podemos constatar em Heinzig (2004), firmado em 1950, após longas tentativas diplomáticas empreendidas entre Mao Tsé-Tung e Josef Stalin, o pacto teve como contexto a vitória dos comunistas chineses na Guerra Civil e dos soviéticos contra os nazistas. O tratado foi então articulado como uma peça de reconhecimento recíproco e fortalecimento de ambos os governos diante da hegemonia norte-americana no capitalismo internacional e a rearticulação da ofensiva imperialista na circunstância do pós-guerra. Mas quais os seus quesitos basilares?

Os principais pontos do tratado diziam respeito à cooperação entre os dois países e a aliança em caso de agressão militar por parte das demais nações, reconhecimento da soberania da China, transferência tecnológica e parceria no desenvolvimento técnico e econômico e a composição de uma frente socialista e anti-imperialista no âmbito geopolítico. No entanto, como ilustrado por Goulart; Silva (2017), o tratado, embora represente um marco na esfera

contra-hegemônica na geopolítica internacional, encontrou barreiras substanciais entre as lideranças dos dois países e que as colocou em posições divergentes tanto a respeito de questões ideológicas quanto no pragmatismo dos interesses. A URSS, país detentor da posição mais avançada no recém-fundado bloco socialista internacional, se viu em uma situação ambígua; em que o interesse na solidificação de sua influência na geopolítica mundial e no estabelecimento de parcerias econômicas, políticas e militares entraria em conflito com o encaminhamento cauteloso adotado diante dos Estados Unidos e do *compromisso em firmar o socialismo em um só país*¹⁶¹.

Conforme podemos apreender das análises de Lindoso (2013), a política de construção do socialismo em um único país estaria consolidada na União Soviética desde os últimos anos da década de 1920 e do encerramento da *Nova Política Econômica* (em russo: Новая экономическая политика). A linha dominante passou a ser, desde então, a do desenvolvimento das forças

¹⁶¹ O princípio de construção do socialismo em um único país, embora comumente reconhecido como uma política eminentemente *stalinista* tem precedentes anteriores à ascensão de Josef Stalin ao comando da URSS. A ideia já havia sido apresentada, ainda que não necessariamente dentro do mesmo plano tático, por Vladimir Lenin (2011) em 1915. Na ocasião, o revolucionário russo trouxe a questão não como o recuo estratégico que posteriormente caracterizaria os encaminhamentos da política stalinista frente ao Ocidente, mas como um avanço em proveito da elaboração de uma força de vanguarda que adiantaria os rumos da construção da revolução proletária nos países industrializados em decorrência das grandes disparidades de condições existentes nos diferentes países. Dessa forma, para Lenin, caberia às vanguardas mais adiantadas iniciar e guiar o processo em vez de se ficar na expectativa de que as condições do proletariado se equiparassem internacionalmente. A teoria ganharia força também com as exposições de Nikolai Bukharin (1888-1938) e os debates instituídos no *XIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (em russo XIV съезд Коммунистической партии Советского Союза). No congresso, se discutiu a respeito das vias de fortalecimento do socialismo na União Soviética em um cenário internacional em que as lutas proletárias haviam sofrido sucessivas derrotas e a contrarrevolução fascista ganhara força em vários países da Europa, como a Itália, Espanha e Alemanha. Dessa tese, surgiu a política coordenada por Josef Stalin (1954) que determinou pela construção do socialismo em um só país como um recuo tático diante do Ocidente e da hegemonia inglesa e norte-americana; considerando as condições de forte tensionamento internacional que terminou por culminar na Segunda Guerra Mundial. Na circunstância, Stalin justificou o direcionamento afirmando a necessidade de se desenvolver as bases do socialismo soviético, de suas defesas e condições materiais. Esse encaminhamento despertou forte oposição dentro do PCC, com inegável destaque a Leon Trotsky (2007) e a sua defesa da revolução permanente. Em crítica à posição assumida pelo partido, Trotsky denunciou o aprofundamento da estagnação, fragilização e burocratização que a Revolução Russa estaria submetida a partir desse encaminhamento político e tático e que a real defesa do socialismo se instituiria através do empenho pela sua expansão para além das fronteiras territoriais da União Soviética.

produtivas internas, de suas relações de produção e do fortalecimento do regime político conduzido por Stalin em um cenário internacional em que o nazifascismo escalonava e as nações capitalistas mais adiantadas se preparavam para uma nova guerra de grandes proporções. Situação que, como Sheng (1997) concluiu, mesmo passados vinte anos e em um cenário em que o nazifascismo se encontraria derrotado militarmente ainda possuía contiguidade no contexto do avanço imperialista do pós-guerra. A paz, nessas condições, corresponderia mais a um interregno enquanto uma nova grande ofensiva não se iniciava.

Fora isso, pesava sobre as relações instituídas entre as duas repúblicas socialistas os interesses dos soviéticos pela manutenção de seus privilégios no nordeste da China e que estariam assegurados no *Tratado de Amizade e Aliança* (1945-1950. Em chinês: 友好同盟条约. Em russo: Договор о дружбе и союзнничестве). Em conformidade a Atwood (2005), asseveramos que no tratado firmado ainda com a China sob a regência do Kuomintang, estão consagradas as prerrogativas soviéticas sobre a região da Manchúria como a participação em uma linha férrea, um porto livre e uma base da Marinha. Concessões colonialistas que, conforme Heinzig (2004) analisou, dificilmente teriam continuidade sob um novo pacto de aliança. Todavia, a presença militar norte-americana em Taiwan, dentre outras vicissitudes do pós-guerra, terminou por estimular as lideranças soviéticas e chinesas a chegarem a um acordo.

Mesmo não considerando a situação como a ideal, os soviéticos concordaram em rever as suas posições no nordeste chinês e assentiram em transferir os direitos sobre a Ferrovia Changchun (em chinês: 长春) à China, além da retirada de suas tropas da base naval em Lüshunkou (Port Arthur. Em chinês: 旅顺口) e na devolução do porto em Dalian (em chinês: 大连). Os soviéticos também concordaram em garantir aos chineses um empréstimo anual de U\$60 milhões por cinco anos (à uma taxa de juros de 1% ao ano) e de suporte na área infraestrutural do país. O acordo previa também o estabelecimento de um cronograma conjunto para se construir a paz com o Japão e assim, evitar novas escaladas de conflitos na região. O temor de que após a Segunda Guerra outro

grande confronto surgisse no horizonte contribuiu decisivamente para que os soviéticos abdicassem de suas antigas concessões na China em proveito da construção de uma aliança tática que atendesse à nova conjuntura geopolítica internacional que se desenhava. Em contrapartida, os maoístas precisaram recuar em seus interesses de incorporar a Mongólia, conforme relatado a seguir:

It is amazing how quickly the Chinese CP leadership gave way on the Mongolian question. As late as 1936, Mao had stated that Outer Mongolia "will automatically become a part of the Chinese federation" after the victory of the revolution in China. Mao's retreat is also remarkable when one considers, as already mentioned, that the head of the KMT government's delegation in the negotiations for the Sino-Soviet treaty of August 14, 1945, T.V. Soong, had fought extremely bitterly, if ultimately unsuccessfully, for Outer Mongolia. Chinese negotiating techniques in 1945 and 1949 are comparable in that both times they surrendered Outer Mongolia in order to achieve Soviet concessions in other areas. In 1949, they were interested primarily in Soviet approval of greater assistance for the new China (Heinzig, 2004, p. 168).

Dessa forma, ainda que as negociações tivessem sido entrecortadas por tensões entre as lideranças dos dois partidos comunistas, os objetivos centrais de cada país foram atingidos e o tratado foi consagrado como um marco nas relações internacionais dos dois países. Como Chen; Galenson (2017) puderam atestar, a União Soviética conseguiu estabelecer uma aliança importante tanto para as suas questões militares quanto para as negociações comerciais. No contexto da Guerra Fria que se iniciava, os soviéticos buscaram consolidar a sua influência no Oriente e assim fazer frente ao expansionismo norte-americano e europeu sobre o continente. A China, por sua vez, conseguiria com o acordo firmar as bases para o exercício de sua soberania e integridade territorial após mais de um século de seguidas violações de seus direitos por parte das potências capitalistas. Ou como Cruz (2011) analisou, teve no bloco dos países socialistas o seu primeiro e grande meio para conseguir legitimação internacional e no estabelecimento de parcerias que lhe ajudasse na reconstrução e desenvolvimento do país.

Como ponderado por Ellman (2014), o tratado forneceu ao Estado chinês um melhor suporte para a sobrelevação de seu atraso material e para que o regime instituído sob a liderança de Mao Tsé-Tung pudesse prosperar. A

aliança entre os comunistas soviéticos e chineses, até o momento vacilante em diversas circunstâncias, pôde, com o pacto, atingir a sua maior expressão até então; tendo os bolcheviques a compreensão que de pouco adiantaria a composição de uma aliança com a China caso ela permanecesse vulnerável nos planos infraestruturais e militares.

Desse modo, como publicizado por Zhang (2001), um grande plano de cooperação foi elaborado, o que permitiu às lideranças chinesas definirem metas mais ambiciosas para serem cumpridas em curto e médio prazo. O Plano Quinquenal foi organizado tendo esse parâmetro e com os soviéticos atuando em sua salvaguarda em termos financeiros, em assessoria técnica e transferência tecnológica. A colaboração dos bolcheviques com os seus camaradas chineses ocorreu principalmente nos últimos termos citados. Concretamente, o suporte financeiro oferecido correspondeu à apenas uma parcela do montante empregado no programa desenvolvimentista chinês, correspondendo a cerca de 4 bilhões de Yuans dentre os 76 bilhões investidos. A assessoria soviética foi organizada sobretudo em apoio técnico ou logístico, cedendo um grande contingente de engenheiros para ajudar a qualificar a mão de obra disponível no país. Isso concedeu aos chineses as condições materiais e técnicas para que pudessem priorizar o seu desenvolvimento industrial e infraestrutural, tendo o setor de energia uma das principais vias de sustentação.

Assim, ainda conforme o autor, o Primeiro Plano Quinquenal pôde se constituir a partir de duas frentes. A primeira frente buscou atingir altas taxas de crescimento econômico balizada no desenvolvimento da indústria pesada e tendo como carros-chefes os ativos provenientes da energia, siderurgia e mineração. A outra frente do plano consistiu em retirar a agricultura do centro da vida econômica chinesa em proveito do desenvolvimento fabril/tecnológico e da construção de maquinários que possibilitassem ao país adquirir maior autossuficiência produtiva ao longo dos anos.

Desse modo, podemos reparar que enquanto a reestruturação agrária/fundiária foi concebida como prioridade nos primeiros anos do comando do PCCh na China, na nova etapa que se iniciava essa modalidade produtiva foi

colocada como linha auxiliar do desenvolvimento industrial. Perspectiva que, como veremos mais adiante, traria grandes impactos à sociedade chinesa e marcaria para sempre a sua história. Segundo Yin; Xu (2022), dentro desse novo planejamento econômico, o setor de energia foi concebido como um dos maiores pilares desenvolvimentistas; com investimentos significativos em áreas como carvão, hidrelétricas e petróleo. O carvão mineral se constituiu como a principal matriz energética da China, posição que ocupa ainda na atualidade e constitui origem de alguns dos maiores desafios ambientais. O mineral tem sido bastante utilizado em usinas termoelétricas, emitindo grandes volumes de gases poluentes e de efeito estufa.

No entanto, outras matrizes energéticas concorreram com o carvão mineral como destino dos capitais provenientes do Primeiro Plano Quinquenal e dos planos seguintes; situação que na atualidade ganhou contornos mais nítidos. A construção de usinas hidrelétricas foi outro ponto em que os investimentos estiveram concentrados, expandindo ou dando origem a grandes projetos em geração de energia. A Usina Hidrelétrica de Fengman (em chinês: 丰满水力发电厂), construída sobre o rio Songhua (em chinês: 松花江), simboliza o empreendimento do governo maoísta em ampliar e diversificar a base energética do país e garantir uma maior autonomia.

Figura 12: Vista aérea da Usina Hidrelétrica Três Garganta sobre o rio Yang Tsé.



Fonte: robot.ekstrabladet.dks (2024).

Embora os maiores capitais estivessem empregados nas mineradoras, os empreendimentos hidrelétricos estão desde o Primeiro Plano entre as maiores prioridades do capital chinês. Como podemos ver em Schutte; Debone (2017), o setor hidrelétrico emergiu como um dos pontos estratégicos na garantia de autossuficiência energética do país. Apenas em 2012, como parte do 12º Plano Quinquenal (2011-2015), foi deliberada a construção de 50 novas represas como forma de expandir o seu alcance para, na ocasião, 15% das energias renováveis dentro do território chinês. Hidrelétricas que, na circunstância, tiveram como modelo a gigantesca Usina Três Gargantas (em chinês: 三峡发电厂), construída sobre o rio Yang Tsé (em chinês: 杨子).

A Usina Três Gargantas, a maior do mundo, teve o início de sua construção no ano de 1993 e foi concluída em 2012, com um custo total estimado em cerca de US\$25 bilhões. A usina foi construída tendo um duplo objetivo: primeiramente, proteger a população das cheias do rio Yang Tsé, que, por exemplo, somente na inundação ocorrida em 1954 matou cerca de 33 mil pessoas e forçou a mudança de mais de 19 milhões de chineses de suas residências. O segundo motivo foi, obviamente, promover a expansão energética e o crescimento econômico da China, garantindo a seu setor produtivo um montante energético que apenas em 2020 produziu cerca de 111,8 milhões de MWh¹⁶².

Deve-se salientar que, conforme Schutte; Debone (2017) expuseram, os investimentos energéticos chineses não estão restritos aos seus limites fronteiriços; com a China adotando uma política de IED (Investimento Estrangeiro Direto) expansiva e que tem exercido influência cada vez maior no plano internacional. Investimentos que têm se distribuído de forma abundante

¹⁶² Fonte: [Hidrelétrica das Três Gargantas: história, desafios e curiosidades sobre a construção – Celere](#).

não apenas pela Ásia, mas também pela Oceania¹⁶³, Europa¹⁶⁴, África¹⁶⁵ e Américas¹⁶⁶; com o Brasil ocupando elevada posição nos investimentos recebidos¹⁶⁷, conforme a exposição abaixo deixa claro:

Nessa estratégia o Brasil ocupou um papel de destaque. No período entre 2005 e 2016, ficou em quarto lugar entre os países receptores de

¹⁶³ Apesar das desconfianças políticas, devidamente rebatidas pelo diplomata australiano Shannon Powell em uma palestra realizada em um almoço na *Câmara de Comércio da Austrália* Macau em maio de 2023, existe um ambiente comercial que tem sido favorável para a expansão comercial bilateral entre a China, a Austrália e os demais países da Oceania. Na ocasião, Powell comemorou a maior abertura no mercado chinês para os vinhos australianos enquanto a delegação chinesa reforça que, em média, mais de 90% das investidas comerciais chinesas na Austrália tem sido aprovadas. Link: [Relações comerciais entre Austrália e China foram tema no almoço da AustCham – PONTO FINAL](#).

¹⁶⁴ A China tem instituído muitas transações econômicas na Europa. A companhia de notícias e análise de mercado Bloomberg analisou 678 operações contraídas em 30 países europeus, entre os anos de 2008 e 2017, e cujos termos financeiros foram revelados. Em causa estão operações realizadas por empresas estatais ou privadas. No total foram investidos 255 mil milhões de dólares (207,5 mil milhões de euros) no continente, ao longo de 10 anos. A Bloomberg analisou também negócios sobre os quais não foram revelados os termos. E, incluindo estes, o total poderá superar os 318 mil milhões de dólares. Para informações mais precisas, acessar o link: [Mapa: China investe mais de 300 mil milhões na Europa. Saiba onde - Empresas - Jornal de Negócios](#).

¹⁶⁵ Como Menezes (2013) expôs em sua análise, o continente africano tem adquirido importância cada vez maior dentro dos planos das lideranças chinesas em sua busca de maior integração geopolítica e expansão econômica; com o continente recebendo grandes montantes em investimentos diretos e com parcerias sendo estabelecidas em áreas estratégicas como a infraestrutura, energética e mineração; tendo a China especial interesse nas matérias-primas existentes em abundância no continente africano. Nas últimas décadas, a China se tornou a maior parceira comercial individual da África e país com o maior volume de investimentos efetivados no continente e maior credor particular. O comércio entre a China e os países africanos totalizou cerca US\$ 250 bilhões até o ano de 2022. A China importou principalmente matérias-primas, como petróleo e minérios, e exportou, sobretudo, produtos com valor agregado. Em 2022, Pequim investiu US\$ 5 bilhões nas economias africanas, onde a maior parte foi destinado para a construção de novas vias de transporte, instalações de energia e no desenvolvimento da mineração. Naquele ano, as empresas chinesas lucraram com estes projetos cerca de US\$ 40 bilhões. O continente africano também tem se consolidado como um importante parceiro na esfera geopolítica, ajudando a consolidar a influência da China na política internacional e na salvaguarda dos interesses comuns e do enfrentamento do imperialismo ocidental. Como complemento às informações e números apresentados, segue o link: [Por que a China tem feito tantos negócios na África? | Economia | G1](#)> .

¹⁶⁶ De acordo com o monitor de fluxos de saída do Investimento Estrangeiro Direto da China realizada pela Rede ALC-China em plena pandemia, o país asiático acelerou seus investimentos na América Latina e no Caribe, se convertendo na terceira fonte de investimento nas economias da região. Entre 2015 e 2020, as empresas privadas e estatais investiram em torno de 74,8 bilhões de dólares nos países latinos. Link para maiores informações: [As principais apostas da China na América Latina | LexLatin](#).

¹⁶⁷ O Brasil se tornou um dos principais destinos dos investimentos diretos chineses, onde destacamos os empreendimentos infraestruturais e energéticos. No ano de 2021 os investimentos alcançaram a soma de US\$5,9 Bilhões, totalizando 28 grandes projetos, sobretudo em petróleo. Para maiores informações, segue o link: [Brasil foi maior destino de investimentos da China em 2021 — e chineses prometem mais | Exame](#).

IED chineses, com US\$ 45,6 bilhões de investimentos acumulados de um total de US\$ 858,2 bilhões, atrás somente dos EUA (US\$ 149,7 bilhões), da Austrália (US\$ 84,6 bilhões) e do Canadá (US\$ 46 bilhões) e à frente do Reino Unido (US\$ 44,7 bilhões), principal porto de entrada na Europa⁶. Houve um destaque para os investimentos nos setores de energia, mais especificamente petróleo e eletricidade, aos quais são dirigidos mais de dois terços do total dos IED chineses no Brasil [...] O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica desses investimentos a partir da estratégia global das empresas estatais no âmbito da busca de uma nova inserção do país na divisão internacional de trabalho (Schutte; Debone, 2017, p. 92).

O relatório do Banco Asiático de Desenvolvimento, lançado no *Encontro Anual do Fórum Boao para a Ásia 2025*¹⁶⁸ destacou os avanços comerciais que a China empreendeu e os desafios para a sustentabilidade que estão apresentados na atual conjuntura de expansionismo econômico no continente. Dentre os pontos, foram ressaltados: 1. O protagonismo da China na integração econômica/comercial da Ásia; 2. Os investimentos estratégicos e liderança no desenvolvimento de uma infraestrutura ecologicamente sustentável (com destaque à expansão de energia solar e eólica na Ásia. Com os investimentos chineses no setor saltando de 8% do total IED em 2013 para 27% em 2023); 3. A crescente influência no comércio regional e desempenho central nos acordos de livre comércio, resiliência econômica e impacto geopolítico (com a China liderando a recuperação econômica do continente e participação no desenvolvimento de economias como a do Vietnã, Indonésia e Malásia); 4. Integração financeira e digital do continente e cooperação multilateral.

Como pontuado por Pautasso; Oliveira (2008), os investimentos chineses na busca de garantia de sua segurança energética os levaram à consolidar as suas matrizes de origem fóssil (carvão mineral, gás natural e petróleo, principalmente), hidrelétricas, mas também na construção de fontes alternativas como a eólica e solar; setores que atualmente têm na China os seus maiores propagadores. O petróleo e o gás natural são matrizes de grande

¹⁶⁸ Para maiores informações segue o link: [Asian Economic Integration Report 2025: Harnessing the Benefits of Regional Cooperation and Integration.](#)

importância para o êxito econômico atingido pela China, com investimentos astronômicos instituídos dentro e fora do país.

A Plataforma de petróleo e gás oceânico instalada e colocada em operação no campo petrolífero em Xijiang (em chinês: 西江) é bem representativa a esse respeito, integrando perfuração, produção e hospedagem dos funcionários, sendo composta de uma parte marítima e outra subaquática. A plataforma fica erguida à uma elevação de 98 metros e possui uma altura total de 198 metros e com um peso total de cerca de 30.000 toneladas. A plataforma usa o que existe de mais avançado em tecnologia, incluindo sistemas em 3D. Atualmente, a China é o país líder em plataformas flutuantes no mercado internacional, tendo em operação 42 instalações de suporte para grandes plataformas oceânicas.

Entretanto, como mencionado, os investimentos chineses públicos e privados em fontes de energia têm alcançado grande projeção para muito além de seu território. Empreendimentos que no contexto do capitalismo global terminam por desempenhar funções tanto econômicas quanto geopolíticas; acirrando a disputa com o capital ocidental, sobretudo o norte-americano, no âmbito da produção de energia e na esfera da influência política. Ainda que as energias renováveis tenham granjeado investimentos cada vez mais volumosos nas últimas décadas, o petróleo continua ocupando grande espaço na agenda energética internacional, gerando uma verdadeira corrida na busca pelo domínio dessa matriz. Movimento que conseguem obter boa tradução em sua dinâmica nas descrições de Pautasso; Oliveira:

[...] o petróleo apresenta-se como fundamental à sobrevivência dos EUA e ao êxito da ascensão chinesa. Para a China a compra do petróleo (e outras *commodities*) tem sido utilizada para fortalecer a segurança energética e ampliar sua inserção em outros mercados, alterando a correlação de forças mundiais por meio de seu comércio exterior. Para os EUA, o petróleo apresenta-se ainda como um mecanismo de controle indireto dos principais polos desafiantes, ou seja, China, União Europeia e Japão. Além do crescimento das disputas entre os grandes e novos consumidores, há o declínio da extração petrolífera em regiões tradicionalmente produtoras, incluindo EUA e Mar do Norte. A batalha pelos recursos estratégicos parece cada vez mais complexa, especialmente no que se refere ao petróleo. O caso das disputas sino-americanas pelos hidrocarbonetos em áreas

de exploração mais recentes, como África e Ásia Central, é ilustrativo da nova tendência. Esta batalha deve ser, portanto, um dos elementos-chave na transição em curso no sistema internacional, condicionando fatores estruturais na política internacional neste início do século XXI: a reorganização de forças e os alinhamentos diplomáticos; a capacidade institucional e a possível escalada de violência; e a redefinição da importância e do protagonismo do continente africano (Pautasso; Oliveira, 2021, p. 363, 364).

No caso das fontes renováveis ou “limpas” os investimentos por parte do capital chinês seguem uma ordem diferente da empregada com as fontes baseadas nos combustíveis fósseis (assim como nas hidrelétricas), não tendo nenhuma inserção no Primeiro Plano Quinquenal nem nos que se seguiram. Como defendido por Juncal (2019), a maior inclusão de fontes alternativas à essas matrizes ocorreram em um processo que pode ser considerado um tanto tardio, cuja maior ênfase aconteceu apenas no século XXI; com o Estado chinês lançando empreendimentos voltados ao desenvolvimento de energias renováveis como parte do *Quinto Plano Quinquenal* (2001-2005).

O impulso mais contundente ocorreu com a implantação da *Lei de Energias Renováveis* (2006. Em chinês: 可再生能源法案) que tratou de definir metas e políticas mais ambiciosas para a expansão das fontes de energias renováveis como a eólica, solar e, novamente, hidrelétrica. Isso em um contexto em que a China assumiria a liderança planetária entre os países com os maiores índices de emissão de CO₂; posição até então ocupada pelos Estados Unidos. A situação colocou a China no centro das cobranças internacionais sobre o controle das emissões. Todavia, é possível concluir que a partir do Quinto Plano Quinquenal e da Lei de Energias Renováveis a China adentrou em uma nova fase em sua política de produção de energia renováveis, o que trouxe novas perspectivas ao desenvolvimento econômico do país. Algo que fica um tanto mais inteligível a partir da análise de Juncal:

Com o estudo da legislação e dos planos quinquenais, foi possível verificar que houve uma evolução em direção a um discurso que incentiva o desenvolvimento de energias renováveis a partir da Lei de Energias Renováveis de 2006, o principal marco legal que indica uma guinada da China ao desenvolvimento de energias renováveis. Esses documentos também reforçam os interesses e necessidades apontados pela literatura de que a estratégia da China com o investimento em energias renováveis envolve aspirações de liderar as

inovações em energias renováveis, mitigar e adaptar-se aos efeitos das mudanças climáticas e contribuir para a segurança energética global. É interessante notar que neles o desenvolvimento de energia renovável é associado a outras áreas e políticas públicas como instrumento, por exemplo, para o combate à pobreza e para o desenvolvimento de novas indústrias. No 13º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento de Energias Renováveis, que instituiu metas para o período de 2016 a 2020, destacam-se os objetivos de aumentar a participação de energia não proveniente de recursos fósseis no consumo total de energia primária para 15% até 2020 e para 20% até 2030, aumentar a capacidade instalada de energia renovável, liderar a inovação em tecnologia de energia renovável, apoiar o desenvolvimento da indústria de energia renovável e reduzir a dependência de empresas estrangeiras e resolver problema de interrupção no fornecimento e transmissão de energia renovável. Além deste plano, a China emitiu planos quinquenais específicos para tecnologias de energia renovável (Juncal, 2019, p. 72, 73).

Desse modo, a produção energética segue ocupando um lugar central no plano de desenvolvimento econômico chinês; posição em que se encontra desde o Primeiro Plano Quinquenal. No entanto, embora a indústria de produção de energia prossiga no cerne do seu progresso econômico, ela tem sofrido significativas mudanças em seu planejamento nas últimas décadas. A motivação para a ampliação das matrizes não está mais restrita apenas à busca pela soberania energética e se encontra cada vez mais relacionada à questões de ordem planetária; elevando o debate sobre os investimentos públicos e privados constituídos para além de suas fronteiras internas. Isso considerando que os efeitos do expansionismo energético e da produção industrial do país têm tido grande ressonância no ecossistema mundial; fazendo com que as preocupações sobre o crescimento industrial do país virem pauta cada vez mais constantes nos debates científicos/ambientais internacionais. Problemática que também tem reverberado nas lutas sociais e marcado profundamente a luta de classes no país; levantando questionamentos sobre o modelo adotado de desenvolvimento.

Seguindo as descrições de Howe; Walker (1989), reconhecemos o fenômeno da expansão de capital que a China se prontificou a realizar a partir, principalmente, do plano Reforma e Abertura, como algo absolutamente notável. Contudo, existem questões referentes ao mesmo que merecem uma observação mais detalhada. A começar pelas relações instituídas entre o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção e as mediações junto ao modo

de produção capitalista que dão forma e conteúdo às contradições entre o capital e a força de trabalho no país. Ainda que as formas históricas de propriedade tenham sofrido sensível alteração a partir da consolidação do mando político do PCCh em território chinês o modo de produção capitalista não sofreu modificações expressivas dentro dessa processualidade e segue determinando as vias de desenvolvimento constituídas.

O desenvolvimento econômico capitalista, compreendido dentro da equação que flexiona o incremento das forças produtivas com as relações de produção em dada sociedade, é, conforme podemos ver em Marx (1982), por sua natureza e organização, um dinamizador das relações de classes instituídas em seu desdobramento histórico. Isso ocorre de forma assaz não apenas graças ao desenvolvimento técnico resultante da contínua execução do trabalho disciplinado, mas também como consequência da propriedade privada dos meios de produção e suas representações jurídicas, da concorrência intercapitalista e seus efeitos sobre a base laboral que sustenta a produção.

Tal realidade vai ao encontro das análises de Lênin (1982) e Luxemburg (1970), para quem o ininterrupto desenvolvimento das forças produtivas, disposto sob o manto do capitalismo, se estabelece não apenas em proveito do acúmulo econômico (na forma privada ou como entesouramento público) e hegemonia social do capital. Associado ao capital financeiro e ao aparato jurídico, burocrático, militar e repressivo estatal é afirmado também como fundamento para assegurar a posição de predominância imposta pelas elites capitalistas através da concorrência que exercem entre si.

Em vista disso, como fica susceptível a ser apreendido em Harvey (2014), expansão da produção e a abertura do mercado em direção a novos espaços de acumulação são determinações que operam em benefício do desenvolvimento econômico, do poder de classe dos detentores do capital sobre a força de trabalho e da concorrência intercapitalista exercida. Concorrência que, conforme podemos ver em Fernandes (1975), origina divisões do trabalho estruturadas para além dos limites internos dos estados nacionais; com atribuições específicas a serem desempenhadas de acordo com o grau de

desenvolvimento e a posição ocupada pelos países na economia global. Nessa situação, as grandes potências econômicas e seus grupos correlatos colaboram e concorrem entre si na corrida imperialista e estabelecem para as economias periféricas posições subalternas nas instâncias decisórias e o cumprimento das etapas mais brutas da produção internacional.

Dessa forma, podemos depreender que o desenvolvimento das forças produtivas, em seu grau mais elevado e dentro das determinações do mercado capitalista, constitui-se como gerador de riquezas, assegurador de hegemonia social e como condicionante da concorrência e divisão internacional do trabalho. Contudo, a busca pelo desenvolvimento da produção não está referenciada apenas pela concorrência intercapitalista ou como item relacionado à reprodução do trabalho. Amparando-nos em Harvey (2006), apontamos que o desenvolvimento permanente das forças produtivas e o movimento expansivo do capital são determinações basilares sem as quais o capitalismo não consegue escapar de suas crises cíclicas e contradições inerentes a seu modo de produção e acúmulo. Contradições que, em conformidade a Lukács (2003), incorporam objetivamente e subjetivamente a dialética social existente entre o capital e a força de trabalho. Mas qual contraponto podemos estabelecer à essa visão?

A doutrina liberal, afirmada em nomes como Hayek (1984) e Friedman (2014), estabelece através de diferentes caminhos e proposições alguns paralelos em relação às posições de Harvey. Estes autores, situados em um diâmetro ideológico oposto ao do geógrafo britânico, sustentam que as crises do capitalismo, abstraindo-se as contradições intrínsecas a seu modo de produção, estão identificadas na estagnação produtiva e do mercado; encontrando na expansão de suas atividades o veículo de sua superação (e não na redistribuição social de riquezas ou alterações qualitativas nas relações de produção que não estejam afiançadas diretamente pelo mercado). Logo, a solução paliativa para o tensionamento estrutural existente entre a produção social de riquezas e seu acúmulo privado e concentrado estaria disposta no desenvolvimento contínuo das forças produtivas e na busca de novos espaços para a acumulação.

No entanto, conforme podemos constatar em Luxemburg (1970), a contínua expansão da acumulação capitalista enseja novas e violentas contradições. No estado de permanente expansão produtiva e busca por mercados é acirrada a concorrência e a rivalidade entre as elites econômicas dos diferentes países. Tal condição as impele a se movimentar amparadas em seus respectivos Estados para que consigam sobrepor suas contingências na consecução da reprodução ampliada do capital. Tal fator, longe de resolver as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista e sua natureza expansiva, estimula a contenda tarifária e militar pelo controle dos recursos e mercados internacionais. Mas como o desenvolvimento desigual capitalista se projeta sobre a classe trabalhadora?

Conduzindo-nos pelas observações de Germer (2009), enfatizamos que, a princípio, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção moldados pelo capitalismo apresentam dissensos e assimetrias que se manifestam na totalidade de seu metabolismo social. Diferenças que se apresentam levando em consideração as particularidades e especificidades das diversas etapas produtivas e regiões em que ocorrem em suas condições e potencialidades. O desenvolvimento das forças produtivas, neste enquadro, se articula de forma desigual e simultânea como multiplicador de riquezas, estruturador da concorrência intercapitalista e como mecanismo utilizado no controle das relações de produção. Ou como reproduzido abaixo:

[...] A cumulatividade e a progressividade do desenvolvimento das forças produtivas são condicionadas, positiva ou negativamente, por diferentes fatores, entre os quais se encontra o próprio nível já alcançado pelas forças produtivas. A possibilidade de retrocessos, porém, não anula a lei, como alguns autores pretendem, a ponto de deixar a linha de desenvolvimento da sociedade indeterminada. Dada a consistência da lei, os retrocessos devem ser encarados como exceções e não como regra. Também se faz objeções à consistência da lei com base nas diferenças de ritmos de desenvolvimento de diferentes sociedades, como entre as orientais e ocidentais, e até mesmo na aparente estagnação de outras [...] A esse propósito, é curioso que os críticos ignorem o fato de que, sendo as forças produtivas compostas por elementos fornecidos pela natureza, é óbvio que a composição dos elementos naturais disponíveis, em cada região geográfica, é um dos fatores a condicionar – de modo mais favorável ou mais desfavorável – o desenvolvimento das forças produtivas. Não é possível, por exemplo, conceber meios de aproveitamento da força

do vento em regiões onde não há ventos suficientemente fortes, ou da água onde não há quedas-d'água e essas não podem ser construídas, e assim por diante (Germer, 2009, p. 83).

Em consonância a Antunes (2001) e Gramsci (2008), também concluímos que a apropriação pelo capital do conhecimento técnico e das inovações produtivas atuam fortemente sobre a força de trabalho e as relações sociais com as quais está correlacionado. Tal atuação promove, através da subordinação e disciplina laboral, divisões e hierarquias que vigoram entre a classe trabalhadora e impulsionam a concorrência disseminada em sua base pelos espaços mais destacados dentro da cadeia produtiva. Espaços e posições que são distribuídos conforme o lugar social e grau de especialização individual do trabalhador em relação às técnicas produtivas e organizacionais; com reflexos diretos sobre o *status* social e a remuneração entre as diferentes categorias de profissionais.

Tal circunstância potencializa as desigualdades não apenas entre as classes sociais dentro de dado território (como as próprias mediações chinesas junto ao modo de produção capitalista servem para demonstrar), mas também as deixam reproduzidas na divisão internacional do trabalho. Assim, na reprodução ampliada do capitalismo, as desigualdades operam através da divisão interna entre a classe trabalhadora em suas distintas especialidades e entre as camadas laborais atuantes nos diferentes países; de acordo com o lugar que ocupam na concorrência internacional. Quanto mais atrasado e dependente for o desenvolvimento das forças produtivas em cada localidade, mais refletidas essas condições tendem a se manifestar nas condições de vida de sua classe trabalhadora.

No entanto, as diferenças de condições também conferem às classes trabalhadoras das diversas regiões espalhadas pelo mundo potencialidades inerentes de transformação das determinações às quais estão sujeitas dentro de cada contexto. Desse modo, o desenvolvimento econômico, inserido nas imposições dialéticas que atuam sobre as classes sociais existentes no capitalismo, constitui elemento indissociável às frentes de lutas organizadas em proveito de sua superação. Estabelecendo-se, desse modo, como terreno em

que as demandas coletivas concretas e contraditórias ao poder hegemônico e as ações para que sejam consistentemente solucionadas sejam instituídas. Raciocínio que acompanha as análises de proeminentes pensadores marxistas como Lênin (1982), Mao (1972) e Rangel (1960; 2005); que enxergam no desenvolvimento econômico referenciado pelo modo de produção capitalista uma condição de transição inevitável dentro da luta de classes e para a construção de novas formas de sociabilidades.

É uma análise que carrega em seu bojo uma crítica direcionada a dois flancos distintos. Em primeiro plano, coloca em discussão o paradigma liberal neoclássico, expresso em nomes como Jevons (1988) e Mises (2018), que concebe o desenvolvimento econômico como uma estrutura dotada de relativa independência, cujo movimento livre e assegurado pelo direito de propriedade encontra o seu equilíbrio no mercado; considerado nessa ordem o verdadeiro e legítimo regulador da vida social em suas mais variadas acepções. Em franca oposição à essa visão, intelectuais como Tavares (1996) argumentam que o mercado não é um asseverador de justiça e inclusão. Estando esse mesmo mercado disposto internacionalmente e regulamentado pelo grande capital em sua forma jurídica/coercitiva, termina por contribuir para que as desigualdades se acentuem e que a classe trabalhadora carregue consigo o ônus do crescimento econômico.

É uma situação que não encontra paralelos nas camadas superiores, cuja acumulação de capital, conforme podemos constatar no relatório divulgado em 2022 pela Oxfam¹⁶⁹, cresce de forma exponencial e coloca em situação de vulnerabilidade o meio ambiente e a existência de milhões de famílias que não conseguem sequer garantir suprimentos necessários à sua sobrevivência. Dessa maneira, fica exposto que o capitalismo, em seu processo ininterrupto de reprodução e acumulação, carrega consigo o germe da desigualdade e da sobre-exploração. Algo que, conforme fica expresso em Mészáros (2002), não

¹⁶⁹ Conforme destacado por Lucena (2023) 2/3 das riquezas do mundo estão concentrados nas mãos de apenas 1% população. Fato que expõe em cores vivas a crise social do capitalismo. Para maiores informações, segue o link: [Dois terços da riqueza do mundo são acumulados por 1% da população mundial, diz Oxfam – Mundo – CartaCapital](#).

possibilita que se estabeleça a superação das desigualdades extremas provenientes de seu modo de produção sem que se determine por um processo de ruptura estrutural. Destarte, fica claro que o progresso econômico capitalista traz em seu interior todos os elementos de sua falha social.

Por outro lado, a crítica se dirige também às interpretações antidialéticas e, portanto, anti-históricas sobre o desenvolvimento econômico, das forças produtivas e sua possível ruptura metabólica. Esse tipo de percepção é muito comum em algumas correntes culturalistas e ao anarquismo¹⁷⁰ e se estabelece como crítica aos movimentos de revolução social deflagrados a partir do século XX na Rússia, Cuba e China, principalmente. Nessa visão, se compreende que o processo de transformação das relações de produção deve ocorrer como resultado imediato da derrota das classes dominantes através das lutas revolucionárias. Em termos econômicos, a crítica se constitui em oposição às mediações transitórias realizadas junto ao modo de produção capitalista em proveito do desenvolvimento das forças produtivas. Nessa perspectiva, as transformações das relações de produção e do sistema de propriedade devem ser priorizadas dentro de um movimento contínuo em detrimento do incremento das forças produtivas (e a promoção imediata do crescimento infraestrutural e quantitativo da economia).

Como podemos observar em Pomar (2015) e Jabbour (2020), não se trata de uma equação simples, homogênea e definida. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção respondem conjuntamente às sociedades, enquanto totalidade, onde se processam; considerando suas assimetrias e seus aspectos universais, particulares e específicos, a disposição de capital, recomposição de forças políticas ou mesmo as políticas

¹⁷⁰ Os embates ocorridos entre apoiadores de Karl Marx e MiKhail Bakunin (1814-1876) nos eventos relacionados à *I Internacional* ou *Associação Internacional dos Trabalhadores* (1874-1876) exemplificam bem as diferentes visões instituídas entre os partidários do que seria conhecido posteriormente como comunismo e anarquismo. Os anarquistas, como bem relatado em Bakunin (2004), seguiam princípios mais próximos dos defendidos por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e se opunham à formas de organização popular pautadas no centralismo e transições como os seguidores de Karl Marx passariam a defender de forma cada vez mais consolidada. Com o tempo as diferenças entre ambos os grupos ficaram inconciliáveis e levou a dissolução da associação.

compensatórias pré-estabelecidas em benefício da classe trabalhadora. Considerando que as políticas públicas, como está exposto em Gomes (2006), refletem o grau de aprofundamento das correlações de forças nas sociedades onde são requisitadas, formuladas e aplicadas; constituindo um dos elementos pertinentes às ambiguidades do poder e das divisões de classes existentes.

Em acordo a Lenine (2012), pontuamos que a superação de uma velha ordem por outra não se encerra na conquista do poder político, do conjunto de reformas estabelecidas ou mesmo por meio do constante aprimoramento das políticas públicas, mas se desenrola em diversas camadas de relações, cuja desconstrução ocorre a partir de diferentes embates e temporalidades. Condições impostas sobremaneira pelas conjunturas internacionais, a forma de organização do capital mundialmente hegemônico e sua incidência no interior dos estados nacionais.

Não obstante o poder catalizador da conquista do poder político em dado território e da capacidade do poder hegemônico de determinar as reformas e políticas públicas necessárias em cada estágio das correlações de forças existentes, as relações materiais e imateriais em transformação respondem a fins e particularidades com próprias. As estruturas materiais de produção e reprodução da vida social também atendem às reconfigurações dialéticas e aos novos conflitos desencadeados tanto no plano interno, quanto no plano internacional em que o capitalismo opera, sobretudo em suas expressões imperialistas (Chesnais, 1996).

Outro campo considerável, como podemos perceber em Marini (2013), é o papel estratégico que o desenvolvimento econômico e das forças produtivas exerce contra a conformação imperialista do capitalismo internacional. Conformação imperialista, cuja existência concreta é constituída como uma determinação contrária seja ao surgimento de um possível Estado operário, seja à elevação dos países situados dentro do bloco dependente para além dos marcos do desenvolvimento capitalista subordinado.

Assim, segundo Rangel (2005), nessas circunstâncias, a luta pelo desenvolvimento autônomo das forças produtivas é uma condição essencial

para a afirmação contra-hegemônica dos países atrasados e para a ruptura de sua posição subordinada frente ao bloco capitalista internacionalmente dominante. Nesta perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas está relacionado de forma indissociável às lutas populares por maior autonomia ou autodeterminação.

As relações de produção, conforme percebemos em Germer (2009), não se desenvolvem nessas conjunturas como mero fruto da transformação das forças produtivas. As relações de produção se constituem, nessas ocorrências, dentro de um plano dialético com múltiplas determinações que operam também sobre o desenvolvimento econômico, o modo de produção e as políticas públicas qualitativas que a classe trabalhadora consegue arrancar dos poderes públicos e privados estabelecidos. O que termina por inserir novas contradições que vêm substituir as antigas ou somar e remodelar as persistentes dentro das mediações que são agregadas no processo de construção de novas formas societárias.

Dentro disso, como apreendido em Dagnino (2004), as políticas públicas (e mudanças no regime de propriedade), embora não escapem em sua elaboração e execução das delimitações e contradições impostas pelos poderes constituídos, são fundamentais para o desenvolvimento e ampliação da democracia e participação política; especialmente das camadas menos abonadas da sociedade. Constituindo, assim, terreno para o enfrentamento das grandes desigualdades e de organização popular diante do acúmulo desmedido e concentrado do capital.

Dentro desse conjunto, o desenvolvimento econômico e das forças produtivas está plenamente relacionado ao desenvolvimento das relações de produção. Não em um jogo determinista de causa e efeito, mas como parte de uma totalidade, cuja consignação universal é a preeminência capitalista, em suas diversas fases, como forma de produção, apropriação de riquezas e organização social. Logo, são partes interdeterminantes dentro desse conjunto de relações, ainda que preservem uma autonomia relativa em seu movimento e processualidades. Sendo ambos constituintes da luta de classes em sua dialética histórica e transformadora.

O modelo chinês de socialismo, desde o seu princípio estabeleceu mediações junto ao modo de produção capitalista como forma de superar as suas condições de atraso econômico e as graves demandas sociais a que estava sujeita. Isso também considerando um cenário internacional de avanço imperialista em que as nações desenvolvidas economicamente impõem à periferia do capitalismo o cumprimento de uma agenda subalterna, para não dizer recolonizadora, a partir de sua posição dominante. Essa imposição ocorre não apenas tendo como fundamento o poderio particular de cada país, mas com a instituição de organismos multilaterais que refletem os interesses do capital hegemônico sobre a aparência normativa de universalidade. Algo que em Chang ganha clareza:

[...] já que o *establishment* internacional da política de desenvolvimento é capaz de influenciar as “boas políticas” e as “boas instituições” são definidas, interpretadas e promovidas, ainda é conveniente discutir que políticas e instituições se devem pedir a cada país em desenvolvimento. O argumento “acatar as normas globais ou perecer” pressupõe que o EIPD (**Nota:** Establishment Internacional da Política de Desenvolvimento) é uma biruta a girar às cegas ao sabor dos ventos dos sentimentos dos investidores internacionais. Mas esse *establishment* pode decidir ativamente – e geralmente decide – o vigor com que as políticas e instituições são impostas (Chang, 2004, p. 227).

Dessa forma, o investimento chinês foi elaborado desde o Primeiro Plano Quinquenal se dispondo a atingir as metas de superação citadas tendo como paradigma a construção de sua soberania nacional e como transição para outras formas de organização societária. Perspectiva desenvolvimentista que, conforma podemos apreender em Fleider; Oliveira (2024), não foi abandonada pelas lideranças chinesas ao longo de sua experiência socialista, ainda que tenha sofrido com crises e contingências de grande envergadura. O fato é que o comando político da China conseguiu estabelecer vias de progressão na sua política econômica que conseguiu elevar as suas condições gerais de produção e consumo e fez com que o país atingisse em algumas décadas padrões de desenvolvimento compatíveis com os existentes nas economias mais avançadas. Algo demonstrado concretamente nos níveis de produção e consumo de energia do país, em conformidade com o decodificado na tabela abaixo:

Tabela 1: Produção e consumo de energia na China

Eletricidade	Total/ano	China por habit.	USA por habit.
Consumo próprio	8,540 trilh. kWh	6.053,69 kWh	12.325,52 kWh
Produção	8,882 trilh. kWh	6.296,25 kWh	12.814,53 kWh
Importação	5,87 bilh. kWh	4,16 kWh	170,10 kWh
Exportação	20,18 bilh. kWh	14,30 kWh	47,05 kWh
Petróleo bruto	Barris/ano	China por habit.	USA por habit.
Consumo próprio	5,53 bilh. Bbl	3,919 bbl	22,065 bbl
Produção	1,82 bilh. Bbl	1,290 bbl	22,755 bbl
Importação	3,37 bilh. Bbl	2,390 bbl	8,466 bbl
Exportação	19,16 milh. Bbl	0,014 bbl	2,232 bbl
Gás natural		China por habit.	USA por habit.
Consumo próprio		259,56 m ³	2.729,95 m ³
Produção		159,74 m ³	3.072,42 m ³
Importação		101,21 m ³	255,69 m ³
Exportação		3,98 m ³	583,72 m ³

Fonte: Balanço de energia e CO₂ na China (2025).

Segundo informações constantes no mesmo balanço, a China possuía, em 2021, 26,02 bilhões de barris de petróleo bruto recuperáveis, mas ainda não utilizados. Isso fora as reservas de petróleo bruto existentes em reservatórios. Em todo o mundo existe um total de reservas de petróleo garantidas estimado em cerca de 1,7 trilhões de barris. Nesse montante, a China tem uma participação de 1,53% e ocupa a 13^a posição entre os 99 países com reservas de petróleo conhecidas. Esses dados comprovam que os objetivos do PCCh em desenvolver a sua autonomia energética, considerando fontes de energia fósseis e renováveis, foram plenamente atingidos; o que concede ao país possibilidades reais não apenas de impulsionar largamente o seu desenvolvimento econômico, mas também de participar ativamente no cenário geopolítico contemporâneo.

Entretanto, a busca pela autonomia em produção e consumo de energia não responde apenas a demandas provenientes da expansão industrial. Existe uma disputa entre as potências pelo controle das reservas e, portanto, das garantias de crescimento econômico que assegure os seus espaços destacados na geopolítica internacional. Dessa forma, a política expansionista da produção e consumo de energia é estabelecida tendo como parâmetro a concorrência e o movimento especulativo que compõe grande parte da economia mundial. Nessa conjuntura, o crescimento produtivo é considerado em seu efeito direto sobre o acúmulo de capital, mas também na projeção que possa ter sobre as economias concorrentes. Paradigma que tem em Pautasso; Oliveira uma boa análise:

De qualquer forma, é preciso analisar a forma que deve assumir a competição pelos escassos e fundamentais recursos energéticos fósseis, especialmente petróleo e gás natural, entre EUA e China nos próximos anos. A atual conjuntura de crescente escassez relativa de petróleo no mercado mundial, agravada principalmente por uma demanda superior à oferta total, complica a análise de cenários futuros, onde pode haver até mesmo escassez absoluta de petróleo. O que pode ocorrer tanto em virtude das guerras locais e possíveis colapsos regionais de mercados produtores como pelo esgotamento dos principais campos produtores mundiais de petróleo convencional. Como anteriormente citado, a ameaça deste tipo de cenário é que tanto os Estados Unidos como a China possam acreditar que o crescimento do consumo energético do outro é uma ameaça ao seu próprio crescimento, ou até mesmo à sua própria sobrevivência econômica, social e política. Se a competição sino-americana assumir forma antagonística, expressa em inimizade política e preparação militar, a transição sistêmica pode culminar em guerras de largas proporções. Este não seria o cenário esperado pelo governo chinês, que no momento tenta a todo custo preservar a estabilidade da ordem mundial (Pautasso; Oliveira, 2008, p. 309).

Atualmente, o crescimento econômico chinês e seus efeitos sobre o campo social da nação é uma realidade. As transformações das condições de vida no país têm se concretizado como uma das maiores conquistas da história sob qualquer perspectiva que possamos levar em consideração. Os Planos Quinquenais com seus avanços, recuos e remodelações têm ajudado a traçar e cumprir metas ambiciosas que elevaram a China à condição de superpotência. No entanto, as contradições entre o capital e o trabalho têm avançado dentro de diferentes aspectos e demonstrado que a conquista do poder político pelos

revolucionários maoístas não encerrou as contradições entre o capital e a força de trabalho. Ao contrário, com a instituição de novas formas de propriedade e de organização social a classe trabalhadora dos campos e cidades tem carregado consigo os maiores ônus das transformações.

Passados os primeiros anos de vigência do poder político dos comunistas na China, os conflitos entre classes sociais emergiram com força e desafiaram a estabilidade do regime. Programas como o Grande Salto Adiante e Reforma e Abertura avançaram no caminho da modernização e crescimento econômico, mas também evidenciaram as contradições concretas com que o socialismo chinês teria que lidar. As mediações estabelecidas junto ao modo de produção capitalista nas diferentes fases de sua construção política ajudaram o povo chinês a superar contradições históricas e a derrubar o poder político absolutista e feudal, mas ajudaram a acarretar novos pontos de desequilíbrios os quais a classe trabalhadora chinesa nunca pareceu disposta a encarar passivamente. Sem nenhuma sombra de dúvida, novos e alvissareiros tempos se iniciaram na sociedade chinesa com a conquista do poder político pelos revolucionários comunistas, mas junto a isso as contradições entre a força de trabalho, o capital e o poder político foram remodeladas e deram início a uma nova fase nos conflitos sociais no país. Algo que adentraremos um pouco mais a seguir.

3.3. A aceleração desenvolvimentista e a recomposição da luta de classes na China

Como fica perceptível em Yin; Xu (2022) e foi amplamente abordado nesta pesquisa, os primeiros movimentos econômicos desempenhados pelo Partido Comunista da China se constituíram tendo três parâmetros: o primeiro, a resolução de contradições materiais históricas que estruturaram uma sociedade profundamente desigual e empobrecida. O segundo, acelerar o andamento de seu programa socialista. O terceiro, incrementar as bases de seu

desenvolvimento de modo a assegurar a sua soberania perante o capital internacional. Os Planos Quinquenais representam também um modelo de governança, a princípio inspirado nos cânones soviéticos, mas prontamente adaptado às particularidades e especificidades das demandas históricas e composição social chinesa. Planos que foram construídos como parte estruturante do poder estatal e de outros planos de desenvolvimento, conforme exposto a seguir:

As an important way of state governance, the five-year planning system establishes a mechanism of being led by the CPC Central Committee, approved by the National People's Congress, and prepared and implemented by the government. Specifically speaking, the Central Committee first puts forward proposals for the five-year plan for national economic and social development, and makes decisions and coordinates various major issues; the National People's Congress reviews and approves the five year plan and supervises its implementation by the law; and the State Council prepares and implements the five-year plan and strengthens the management of other plans in all sectors by the requirements of optimization, synergy, and efficiency. This mechanism has been continuously institutionalized and written in the constitution of the PRC,⁶ fully guaranteeing the authority, standardization, continuity, and stability of the five-year planning system (Yin; Xu, 2022, p. 09).

Como Milaré; Diegues (2012) demonstraram, o Primeiro Plano Quinquenal e a reforma agrária instituída em 1950 conquistaram êxitos no enfrentamento dos problemas que motivaram as suas formulações. A predominância das antigas formas históricas de propriedade, fundamentadas no poder de classe dos latifundiários e no capital estrangeiro, foi implacavelmente combatida e substituída pela democratização do acesso à terra e pelo controle estatal da produção industrial; dando resolução à injustiças que perduraram na sociedade chinesa por séculos. Mais que isso: as novas formas de propriedade contribuíram de forma decisiva para que uma nova estrutura social e produtiva pudesse florescer no país. Em seu conjunto, as reformas serviram para ajudar a promover um sentimento mais amplo de pertencimento comunitário ainda não visto nas experiências societárias que vigoraram anteriormente na China e que tinham exercido impacto negativo em seu desenvolvimento econômico. Problema que o enxerto a seguir não tangencia em evidenciar:

Além da cristalização das relações sociais, existia uma grande fragmentação do povo chinês, dividido em clãs. Um dos fatores explicativos dessa fragmentação é o fato de não existir um elemento

religioso que unificasse os cidadãos, além de haver uma rígida separação entre as classes sociais. Era possível observar que as famílias que migravam para as cidades mantinham-se social e economicamente afastadas umas das outras, tendo vínculo exclusivamente com seu clã de origem. Dessa forma, as cidades constituíam-se basicamente como simples distritos administrativos, sem que constituíssem uma rede de integração política e econômica, capaz de enfrentar o poder central [...] Essa paralisia trouxe consigo um caráter deletério ao desenvolvimento de uma sociedade industrial. Era demasiadamente custoso romper com o status quo e avançar rumo à modernização em uma sociedade pautada em valores tão arraigados. Por esse motivo, a quebra do imobilismo tradicional – político e social – era condição necessária para a industrialização e construção de uma sociedade igualitária. A ruptura com o passado deve ser analisada como um objetivo perseguido por Mao Tsé-Tung durante todo o seu governo. Para Mao, o ímpeto revolucionário deveria ser permanente, ou seja, uma revolução deveria suceder a outra com objetivo último de construir uma sociedade verdadeiramente desenvolvida e igualitária (Milaré; Diegues, 2012, p. 362).

Nessa perspectiva, as reformas e planos foram instituídos com o intuito de fazer surgir na China uma nova organização produtiva e induzir o vicejamento de formas de sociabilidades até então inexistentes em sua longuíssima história. Com isso, a transformação de suas bases laborais em proveito do desenvolvimento industrial também atingiu patamares mais elevados, possibilitando ao país avançar em seu crescimento infraestrutural/energético e na expansão das manufaturas e bens de produção. A indústria, que até então tinha uma participação muito restrita na economia chinesa passou a ocupar uma parcela mais significativa dentro do seu sistema produtivo. A respeito dessa movimentação socioeconômica, Harvey (2011) fez as seguintes considerações:

Atualmente, populações recém-proletarizadas e, em muitos casos, apenas de modo parcial, da China rural foram o fundamento de uma fase fenomenal de crescimento capitalista. Esse crescimento tem ajudado a manter um capitalismo cada vez mais volátil em uma trajetória composta de crescimento mesmo que a ênfase tenha estado nas regiões que não poderiam competir com a indústria da China com baixos salários. Para dar outro exemplo, o movimento de massa da expansão das populações nas áreas urbanas colocou grande pressão sobre os usos da terra e desempenhou, portanto, um papel fundamental no aumento do valor da terra e das rendas da terra que foram capturados por capitalistas fundiários e urbanistas (Harvey, 2011, p. 207).

Se como já mencionado, em 1950 a produção industrial respondia por modestos 5% do PIB chinês, no final do Primeiro Plano Quinquenal a

participação da indústria no PIB saltou para 28,3%¹⁷¹. A indústria chinesa, dessa forma, começaria a sentir os efeitos de sua própria revolução e a apresentar as primeiras mudanças visíveis sobre a composição econômica e social do país. A economia continuava hegemonicamente agrária, mas pela primeira vez a indústria começaria de fato a despontar e apresentar plataformas produtivas mais diversificadas. Variação que fica bem demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 2: valor bruto da produção, 1º Plano Quinquenal, 1953-1957.

Indicador (unidade)	1952 realizado	1957 planejado	1957 realizado	Realizado 1957 / 1952
Valor bruto da produção (em milhões de yuan de 1952)				
Industrial (excluindo artesanato)	27.010	53.560	65.020	141%
Setor produtivo	10.730	24.303	34.330	220%
Maquinaria	1.404	3.470	6.177	340%
Químicos	864	2.271	4.291	397%
Setor produtivo menos maquinaria e químicos	8.462	18.562	23.862	182%
Produção Física				
Carvão (mmt)	69	113	130	90%
Petróleo bruto (TMT)	436	2.012	1.458	234%
Lingotes de aço (mmt)	1	4	5	296%
Cimento (mmt)	3	6	7	140%
Energia elétrica (kwh bilhões)	7	16	19	166%
Motores de combustão interna	28	260	609	2107%
Turbinas hidrelétricas (kw)	6.664	79.500	74.900	1024%
Geradores (mil kw)	30	227	312	951%
Motores elétricos (mil kw)	639	1.048	1.455	128%
Transformadores (mil kva)	1.167	2.610	3.500	200%
Máquinas (em unidades)	13.734	12.720	28.000	104%
Locomotivas (em unidades)	20	200	167	735%
Vagões ferroviários (unidades)	5.792	8.500	7.300	26%
Navios mercantes (mil toneladas dwt)	22	179	54	151%
Caminhões (unidades)	-	4.000	7.500	>100%
Bicicletas (mil unidades)	80	555	1.174	1368%
Soda cáustica (TMT)	79	154	198	151%
Carbonato de sódio (TMT)	192	476	506	164%
Sulfato de amônio (TMT)	181	504	631	249%
Nitrato de amônio (TMT)	7	44	120	1614%
Pneus de automóvel (mil conjuntos)	417	760	873	109%
Ácido sulfúrico (TMT)	149	402	632	324%
Inseticida (toneladas)	600	70.000	61.000	10067%

Fonte: Milaré; Diegues (2012).

No entanto, no final do Primeiro Plano Quinquenal algumas mudanças passariam a ser percebidas de forma mais veemente e marcariam

¹⁷¹ Dado pautado em Maddison; Wu (2022) e o trabalho de coletas estatísticas bastante criterioso e sistematizado que realizaram. Lembrando que é bastante difícil encontrar levantamentos ou quadros estatísticos construídos de forma muito coesa e ordenada antes de 1978 na China.

substancialmente a construção política, econômica e social da China. O modelo soviético, até aquele momento o maior referencial em termos de construção política e desenvolvimento econômico, passaria a sofrer críticas mais contundentes e elaboradas que precipitariam não apenas novos trilhos na construção política e econômica da China, mas o encerramento da colaboração entre os dois países. O arcabouço de desenvolvimento econômico aplicado pelos bolcheviques seria então submetido a um crivo analítico inflexível por parte dos comunistas chineses. Perspectiva crítica que terminaria por incidir sobre o caráter pragmático das políticas econômicas aplicadas pelos bolcheviques, os efeitos dessa política sobre a classe trabalhadora soviética e suas possíveis contribuições para a aceleração do programa socialista. A dureza do exame elaborado pelos comunistas chineses fica bem demonstrado no fragmento abaixo:

Sobre a questão das indústrias pesada, leve e da agricultura, a União Soviética não colocou ênfase suficiente nas últimas duas, e por conseguinte sofreu perdas. Além disso, eles não fizeram um bom trabalho ao combinar os interesses imediatos e de longo prazo do povo. Quanto ao principal, eles andaram com uma perna só. Comparando o planejamento, quem de nós, afinal, tinha o “desenvolvimento proporcional planificado” mais bem adaptado? Outro ponto: Stálin enfatizou apenas a tecnologia, os quadros técnicos. Ele só queria tecnologia, nada além de quadros: política, não, massas, não. Isso também é andar numa perna só. Na indústria, mais uma vez andaram com uma perna só, quando prestaram atenção apenas à pesada, mas não à leve. Além disso, não indicaram os aspectos principais das contradições na relação entre setores da indústria pesada. Exageraram sua importância, afirmando que o aço era o fundamento, as máquinas, o coração e a alma. Nossa posição é que os grãos são o suporte da agricultura, o aço, o da indústria, e se o aço for considerado suporte principal, quando tivermos matéria-prima, a indústria das máquinas irá atrás dela (Mao Tsé-Tung, 2008, p. 139, 140).

A crítica foi estruturada a partir de uma criteriosa análise, desenvolvida ao longo de uma profunda observação que permitiu aos comunistas chineses não somente mudar o seu julgamento sobre o modelo de desenvolvimento formulado pelos bolcheviques, mas também elaborar o seu próprio arquétipo de planejamento econômico e programa socialista. Para isso, foram convocados mais de 30 departamentos econômicos para avaliar a situação da China naquele momento histórico e debater os mecanismos

necessários para acelerar o andamento de seu programa socialista. Desse esforço de análise saiu o relatório intitulado *Sobre as dez principais relações* (1956. Em chinês: 关于十大主要关系). Apresentado pela primeira vez por Mao Tsé-Tung, em maio de 1956, na *Conferência Estadual Suprema* (em chinês: 州最高会议), o relatório trouxe um balanço resumido da experiência da construção socialista na China, estabeleceu duras críticas aos então aliados bolcheviques e apontou os percursos para a construção do socialismo chinês segundo os seus próprios paradigmas.

A autoavaliação exercida pela vanguarda política chinesa e a crítica estabelecida aos soviéticos, como apresentado por Bianco (2018), ocorreram em uma circunstância em que as autoridades chinesas buscavam acelerar a construção de seu programa socialista na direção da coletivização dos meios de produção e crescimento econômico. Destarte, Mao Tsé-Tung e as principais lideranças chinesas se viram em uma encruzilhada em que as audaciosas metas de desenvolvimento econômico deveriam ser perseguidas (com as mediações junto ao modo de produção capitalista devidamente equacionadas) sem regredir na implantação de seu programa político e de acordo com as suas próprias demandas históricas.

Do balanço dos primeiros anos do governo maoísta na China saiu a resolução de que seria preciso avançar no cumprimento da agenda estabelecida e robustecer o comprometimento coletivo com a causa socialista. Mesmo que no relatório mencionado os maoístas tivessem criticado os soviéticos por “ênfatarem apenas a tecnologia e os quadros técnicos, não as massas”, se aprofundou exponencialmente na China as políticas verticais e autoritárias que demandaram pelo desenvolvimento industrial e sobre-exploração da classe trabalhadora. Políticas que cobraram um preço excessivo dos trabalhadores dos campos e das cidades e deram a dimensão das contradições que estavam se constituindo entre o Estado, o capital e a força de trabalho dentro da configuração de poder político que vigorava na China após 1949. Problemática que ganha um pouco mais de clareza nas palavras de Bianco:

Last, I must repeat that Mao's originality from 1957 onward (in other words from the time he criticized his model and decided to correct it) in part consisted of going further in the same direction and radicalizing policies that were already far too radical. He never questioned the doctrine itself, but remained a pure Stalinist even as he criticized such and such an aspect of his former master's action or thought. In 1956, he reproached Stalin in a well-known text ("On the Ten Great Relationships") of having given absolute priority to heavy industry and exploiting the peasants too harshly. "In view of the grave mistakes made by the Soviet Union on this question ... the proportion [of investment] for agriculture and light industry must be increased." Was he then leaning toward a more moderate, more balanced policy, a Bukharin-style review, even a toned down version but without any reference to him? No, for instead of that Mao launched the GLF in the fall of 1957, further increasing investment in heavy industry and exploiting the peasants as much as, if not more harshly than Stalin during his first Five-Year Plan, using methods that resembled wartime Communism even more than the FFYP. As for the social innovations of the GLF (People's Communes, mandatory canteens etc.), the mobilization of millions of peasants sent to distant projects, and the backyard furnaces, all exceeded anything Stalin ever attempted to do or probably even dreamed of (Bianco, 2018, p. 74).

Se nos primeiros anos de vigência do governo socialista prevaleceu a narrativa oficial de uma construção política, social e econômica pautada pela harmonia entre os diferentes setores da sociedade chinesa¹⁷², a partir do avanço de seu planejamento econômico e da coletivização dos meios de produção a aludida unidade passou a sofrer maiores contestações. Como analisado por Fairbank; Goldman (2006) a decisão de agilizar a produção industrial surgiu como forma de compensar a diminuição do crescimento econômico que ocorreu em 1954 e 1955, principalmente; muito em razão das baixas colheitas sucedidas em 1954 em consequência de desastres naturais, como as inundações acarretadas pelas cheias do rio Yang Tsé¹⁷³.

¹⁷² Nessa perspectiva, a figura de Zhou Enlai, Primeiro-Ministro da República Popular da China de 1949 a 1976, foi muito representativa para a disseminação no corpo social chinês de um ideal de consenso, equilíbrio e unidade bastante pertinente ao taoísmo e confucionismo. Em um curto artigo publicado na revista *Relações Internacionais* (2008), Helena Ferreira Santos Lopes destacou a importância de Zhou Enlai para a reabilitação política do confucionismo dentro da cultura chinesa após um século de graves conflitos sociais no país. No plano político que passou a vigorar na China após as lutas revolucionárias que foram travadas, Zhou Enlai encarnou a imagem do velho sábio chinês moderado e em busca da concórdia e harmonia. O que contrastava com a imagem de Mao Tsé-Tung como liderança enérgica, combativa e radical.

¹⁷³ Sobre as grandes inundações ocorridas em 1954 em razão das cheias do rio Yang Tsé, sugerimos a leitura das descrições contidas na Enciclopédia Britânica, cujo link está a seguir: [Three Gorges Dam | Facts, Construction, Benefits, & Problems | Britannica](#).

Como Yin; Xu (2022) deixaram patente, os economistas do PCCh estavam inclinados a dar um maior fôlego à indústria leve ou de bens de consumo, mas Mao Tsé-Tung e seus aliados mais próximos divergiram da decisão e determinaram para que se concedesse prioridade à indústria pesada e coletivização de terras. A agricultura familiar, outrora um segmento bastante valorizado pelos maoístas como forma de solucionar o problema da fome e acesso às terras, passou a sofrer maiores intervenções do Estado em proveito das coletivizações. Como Nascimento (2025) deixou esclarecido, Mao Tsé-Tung, naquela altura de sua governabilidade, passou a acreditar que a agricultura familiar *seria um empecilho ao desenvolvimento de uma economia socialista, decidiu acelerar a coletivização agrícola, por achar que a mão de obra rural bem organizada iniciaria a revolução agrícola* (p. 66). Na perspectiva hegemônica, prevaleceu o entendimento de que a progressão do socialismo chinês não seria decorrente da via social, mas do desenvolvimento econômico, sobretudo através do crescimento industrial.

Com o Segundo Plano Quinquenal (1958-1962) e, principalmente, o Grande Salto Adiante os conflitos entre o capital chinês (em sua organização partidária/estatal) e a força de trabalho começaram a ganhar contornos mais acentuados. Os novos planos de desenvolvimento foram formulados tendo como referência a predisposição de Mao Tsé-Tung em acelerar o desenvolvimento econômico, como exposto no relatório Sobre as Dez Principais Relações; onde a cúpula política chinesa buscou identificar os erros em sua trajetória política e econômica e traçar os rumos para uma construção socialista adequada ao país.

No entanto, como Bianco (2008) tratou de deixar evidente, as observações e críticas presentes no documento não significaram, em hipótese alguma, uma mudança nos direcionamentos traçados no interior do PCCh. Pelo contrário, a partir daquele momento foi decidido que seria necessário aprofundar os trabalhos para dar maior celeridade na execução do programa socialista chinês. Disso resultou a ampliação de seus planos de coletivização dos meios de produção e da sobre-exploração da força laboral em níveis não vistos pela sociedade chinesa até então.

O Segundo Plano Quinquenal foi fruto desse clima político. Impulsionados pelos avanços auferidos através da execução do Primeiro Plano, o segundo foi planejado para atingir metas que diziam respeito ao aumento da coletivização das terras, ao crescimento da indústria pesada, leve e desenvolvimento tecnológico, fortalecimento da defesa do país, fomento educacional, cultural e aumento da produção agrícola. No entanto, como Chu-Yuan (1971) expôs, o planejamento foi rapidamente colocado em segundo plano para que o Grande Salto Adiante pudesse ser executado.

O Grande Salto Adiante foi concebido para ser um mobilizador das massas chinesas em prol da aceleração de sua construção socialista e, conforme as análises de Marconi (1999), uma tentativa de transformar as relações de produção antes que as forças produtivas tivessem alcançado um grau de desenvolvimento mais elevado. Resultado da preeminência política de Mao Tsé-Tung e aliados, o Grande Salto decorreu de uma situação de fortes embates políticos no interior do PCCh em que a ala mais radicalmente alinhada a Mao buscava aprofundar o andamento do programa socialista do partido em uma época em que grandes expurgos estavam ocorrendo no âmbito do socialismo chinês.

Como Nabuco (2009a) detalhou, no período que correspondeu ao final do Primeiro Plano Quinquenal e a formulação do Segundo Plano Quinquenal, milhares de membros do PCCh foram enviados às comunidades onde seriam “reeducados” de acordo com o que os cânones maoístas e as vias radicais que propunham. Ímpeto retificador que se voltou, inclusive, contra o ministro da Defesa Peng Dehuai e a direção colegiada eleita no 8º Congresso do Partido, realizado em 1956; a qual procuraram destituir.

Como a pesquisadora enunciou, há controvérsias sobre as reais intenções de Mao Tsé-Tung ao promover tais políticas. Para alguns estudiosos, a repressão foi uma tática empregada para identificar os direitistas infiltrados no partido e de combate à uma temida contrarrevolução. Para outros, no entanto, se tratava de uma tentativa de Mao Tsé-Tung de consolidar o seu poder dentro do partido e se colocar acima das instâncias decisórias com as quais precisava

dialogar. O receio de que o partido passasse a ser corroído internamente por um processo de “revisionismo” nos arquétipos do que acusavam Khrushchev de promover na URSS também não pode ser negligenciado.

Nessa conjuntura, Mao Tsé-Tung buscou reforçar o seu papel de “grande timoneiro” (em chinês: 伟大的舵手) dentro da política chinesa e edificar uma via de participação popular intensificada como forma de alavancar as transformações das relações de produção na China. A eliminação ou subjugação do que consideravam revisionismo, naquela circunstância e perspectiva, equivaleria a estabelecer garantias de que as conquistas da Revolução Maoísta não fossem revogadas em proveito da reestruturação do capitalismo em território chinês. Nisso, o Grande Salto Adiante surgiu como um plano audacioso que resumidamente tinha como objetivo o cumprimento de dois propósitos: 1. Elevar o padrão de desenvolvimento chinês. 2. Solidificar o programa socialista no país. Ou conforme Nabuco:

O Grande Salto Adiante é fruto deste cenário conturbado de disputas e tensões políticas internas e internacionais, além da necessidade de dar resposta aos problemas da economia chinesa, especialmente no campo. Mais que isso, foi uma tentativa de reverter os resultados agrícolas ruins do Primeiro Plano Quinquenal, cujo objetivo era fazer a produtividade no campo aumentar através de incentivos morais e da mobilização dos chineses com a participação direta dos dirigentes locais do PCCh. O plano de Mao, que tinha como inspiração a mobilização através da reforma agrária promovida em Yan'an ainda na época da luta contra os japoneses e o Guomintang, o elemento central nos planos do Grande Salto era a mobilização política da nação (Nabuco, 2009a. p.01).

Dessa feita, como Saldanha (2020) esboçou, foi traçado um plano para que a coletivização das terras e a estatização da indústria fossem definidas como a base da produção e em detrimento da propriedade privada dos meios de produção. O cenário político interno em 1957-1958 já apresentava significativas diferenças do existente no início do governo comunista na China. Se em 1950 a diminuta burguesia chinesa teve acolhimento como participante da reconstrução do país e na deposição do poder de classe dos grandes latifundiários, no Grande Salto Adiante ela viu a sua participação na economia chinesa diminuir sensivelmente a ponto de ser reputada como praticamente inexistente. A palavra de ordem, que viria a caracterizar a trajetória do PCCh pelos próximos anos,

seria “coletivizar”, o máximo possível, e das continuidades ao processo de substituição das formas de propriedade no país.

Retomando as análises de Nabuco (2009a), no início, as coletivizações agrárias tiveram um maior impulso em virtude das boas colheitas obtidas no verão de 1958. Nessa conjuntura, as comunas passaram a ser consideradas a forma de propriedade compatível com a construção do socialismo chinês e com as metas de desenvolvimento econômico estipuladas. Entretanto, no balanço total daquele ano as safras foram mais modestas do que o esperado, contribuindo para que as expectativas contraídas pela classe dirigente fossem frustradas. Fora isso, o cenário de desconfiança geral que se estabeleceu na China graças aos expurgos políticos gerou o efeito indesejado de inserção de distorções nos relatórios divulgados das colheitas, prejudicando a contabilidade necessária para que o planejamento estatal da economia se desenvolvesse em bases mais exequíveis, conforme podemos ver a seguir:

Estimava-se que a produção agrícola da China fosse dobrar em 1958. Posteriormente, quando foi feito o balanço, o total anunciado da produção de grãos para o ano de 1958 de 375 milhões de toneladas teve que ser revisto para 250 milhões e depois para modestos 200 milhões. Nenhum dos responsáveis pela contagem queria se arriscar a indicar que a meta não tinha sido atingida, e sofrerem com a alcunha de direitistas ou derrotistas, o resultado foi que, naquele ano, as cotas em praticamente todas as localidades foram formalmente atingidas. Algum tempo depois ficou patente que elas não refletiam a realidade. Logo após a campanha anti-direitista do final de 1957 havia um temor generalizado de que qualquer indicação de insucesso do Grande Salto pudesse ser interpretada como desvio pequeno-burguês ou tentativa de boicote ou derrotismo (Nabuco, 2009a, p. 02).

Como Vidal (2025) referiu, o paradigma ideológico se apresentou, nessas circunstâncias, como uma via de mão-dupla. Se por um lado, serviu para consolidar a dominância política da ala maoísta a ponto de constituírem a sua ditadura sobre as massas e o próprio partido, ela também serviu para inviabilizar o debate econômico em grande medida devido ao que a autora identificou como “esquerdismos”. Cabe acrescentar que a avaliação feita por Marconi (1999) sobre os riscos inerentes à imposição de uma política de transformação abrupta das relações de produção sem que as forças produtivas tivessem adquirido maior maturidade teve no Grande Salto um notável campo para sua

demonstração. O voluntarismo e a contaminação idealista que levou o corpo dirigente do PCCh a superestimar os resultados vindouros cobrou um preço elevado de suas bases produtivas nos campos e nas cidades.

Como ponderado por Moraes (2011), o Grande Salto foi articulado segundo objetivos desenvolvimentistas, mas também estratégico-militares visando o aumento da produtividade agrícola, uma melhor distribuição da indústria pelo território chinês e maior ênfase à indústria pesada. Para isso, houve um aumento massivo dos investimentos públicos e como resultado a participação da indústria pesada na composição industrial nacional aumentou expressivamente, atingindo a marca de 66,6%¹⁷⁴ do PIB industrial da China. Nesse sentido, o plano conseguiu atingir êxito quantitativo em elevar os índices de produção pesada no país e estimular a descentralização de seu parque industrial, atingindo diferentes regiões da China, conforme explanado pela economista:

Paralelamente, a estratégia maoísta de industrialização pesada também carregava um forte comprometimento com a descentralização, em parte por conta da preocupação com o crescimento das desigualdades regionais no longo prazo (e com a instabilidade social que poderia emergir do desenvolvimento de poucas cidades), mas fundamentalmente por conta dos riscos militares da concentração da indústria na costa. Com isso, a formação de uma indústria pesada na China foi feita de forma a desenvolver as regiões remotas do país. As províncias do interior, responsáveis por um terço da produção industrial receberam metade dos investimentos industriais totais durante o primeiro plano [...] com as províncias mais pobres apresentando taxas de crescimento superiores às mais industrializadas [...] As províncias responsáveis pelas maiores taxas de produção industrial per capita em 1957 tiveram fatias declinantes na média nacional até 1979 (notadamente Xangai, Tianjin, Liaoning, Heilongjiang e Jilin). A exceção é Pequim, que se beneficia de um intenso programa de industrialização. Ao mesmo tempo, um número importante de províncias menos industrializadas, Henan, Hunan, Guangxi, Anhui, Shaanxi, Ningxia e Qinghai, assistiram a importantes aumentos na sua fatia em relação à média nacional (Moraes, 2011, p. 34, 35).

Como veremos de forma mais detalhada, o modelo de coletivização forçada, levado a cabo em moldes stalinistas, trouxe resultados, mas também

¹⁷⁴ Dados publicados pelo *Escritório Nacional de Estatísticas* (em chinês: 国家办公室统计数据) (1960).

acarretou grandes problemas. Como o próprio Mao Tsé-Tung (1979) deixara evidente, as comunas seriam adotadas por todo o país como o modelo-padrão do que deveria ser o socialismo chinês naquela fase. As cooperativas agrícolas foram, desse modo, rapidamente absorvidas pelas cerca de 26.000 comunas implantadas que passaram a contar com cerca de 99% da população camponesa do país. Com uma população composta em sua maioria avassaladora por famílias de trabalhadores rurais, as lideranças comunistas buscaram criar um tipo híbrido de trabalhador que exercesse funções ligadas tanto à agricultura quanto à indústria. A renda que as famílias conseguiam obter graças ao cultivo da terra foi abolida pelo governo chinês e substituída por pagamentos salariais, assim como já acontecia com os trabalhadores das indústrias e outros ramos de profissões.

Na nova forma de organização produtiva dominante, como Dikötter (2021) pormenorizou, todas as atividades públicas e privadas foram definidas para serem desempenhadas coletivamente; subtraindo da classe trabalhadora o reconhecimento de qualquer manifestação de individualidade. Uma parcela dos camponeses também foi remanejada para expedições em busca de urânio e petróleo para abastecer a indústria. No esforço para dar maior impulso à produção industrial chinesa, especialmente à metalúrgica, e, ao mesmo tempo, modificar a composição de sua base laboral, foram montados cerca de um milhão de pequenos fornos siderúrgicos para que as metas de produção de aço fossem atingidas.

Não obstante, como anunciado por Fairbank; Goldman (2008), o plano esbarrou na insuficiente qualificação técnica dos camponeses chineses para a execução do trabalho e na precariedade das fornalhas na fundição de minério de ferro. Como resultado dessa condição, o trabalho coletivo teve um desempenho pouco produtivo e o aço fabricado obteve baixa qualidade em comparação com o produzido nos centros mais avançados. Além disso, foram registradas elevadas taxas de acidentes de trabalho; o que colaborou para exaurir a mão de obra na China. A modificação acelerada da base produtiva trouxe um peso adicional sobre os homens e mulheres do campo e solapou as

suas condições de vida e a forma como lidavam com o a realidade que vivenciavam.

Desse modo, o conjunto de mudanças estabelecido teve um impacto significativo sobre as famílias camponesas da China; elas próprias fruto de uma formação societária de longa duração que moldou a sua sensibilidade em relação ao mundo em que habitavam. Conforme sugeriu Hardman (2021), as transformações orgânicas impostas pelo comando político da China entraram em conflito com estruturas materiais e imateriais pré-situadas ao longo de milênios e que se encontravam profundamente entranhadas na mentalidade e identidade coletiva do país; inspirada não apenas em saberes e filosofias milenares como o taoísmo e confucionismo, mas por aquilo que pensadores como o filósofo Fei Xiaotong (1910-2005) definiram como “identidade rural chinesa”. Percepção que ganha maior eloquência nas palavras de Hardman (2021, p. 138) para quem *É sobretudo a agricultura, a vida rural e camponesa que determinam muitas das visões e construções mentais do povo chinês, bem como a valorização extrema dos núcleos familiar e de vizinhança, a importância dos vilarejos, a relação próxima com a natureza.*

Prosseguindo em Hardman (2021), não se resume apenas em *habitus* ou em resiliência perante a natureza, mas de um processo de desenvolvimento histórico dotado de muitas camadas de profundidade que moldou o povo chinês enquanto uma totalidade surgida a partir da sedentarização de tribos nômades que se estabeleceram nos vales dos rios Yang Tsé e Huáng Hé (em chinês: 黄河). Um complexo contexto cultural elaborado em uma processualidade temporal de mais de cinco mil anos de duração; constituindo, portanto, uma das civilizações mais antigas da humanidade.

Conforme podemos ver em Jabbour; Dantas (2021), a sociedade chinesa se estruturou em torno de milhares de famílias camponesas, cuja principal atividade laboral girava em torno da produção de arroz e demais cereais. Esse conjunto de famílias, num traçado histórico milenar, desenvolveu robustos laços comunitários e uma cultura integrada e tolerante expressa em um arcabouço filosófico que concebia o homem e a natureza como parte de uma

unidade. Portanto, a pretendida ação do governo em dar celeridade à sobreposição do campo pela cidade e à conversão da mão de obra camponesa para industrial traria impactos para muito além dos desígnios produtivos que desejavam alcançar.

Outro fator de desequilíbrio foi que a sobrecarga de trabalho gerou o aumento da demanda por alimentos por parte dos trabalhadores em uma circunstância em que a produção de grãos foi bastante afetada por intempéries climáticas, baixa produtividade e mal planejamento empregado pelo corpo dirigente¹⁷⁵. Assim, como analisado por Vidal (2025), as famílias chinesas sofreram com a escassez e insegurança alimentar após alguns anos de melhorias nesse sentido. Conforme demonstrado por Chan-Cheng (2004), depois de ter experimentado notáveis avanços na produção de grãos, base da alimentação das famílias chinesas, após o empoderamento do PCCh e suas medidas de transformação na produção e regime de propriedade fundiária, houve uma queda de 25% da colheita durante a vigência do Grande Salto. E isso em uma circunstância em que a demanda por alimentos se expandiu substancialmente na China. A grave retração na produção de alimentos no período fica demonstrada numericamente na tabela abaixo, onde se percebe o crescimento da produção e a queda aguda que passou a sofrer no decorrer do Grande Salto:

¹⁷⁵ Além dos erros de desenvolvimento logístico por parte das autoridades chinesas causados por desvarios ideológicos que dificultaram a compreensão da dimensão das estruturas materiais que dispunham para o cumprimento das ambiciosas metas de modernização que traçaram, houve diversos erros circunstanciais que acarretaram graves consequências sobre o povo chinês. A *Campanha das Quatro Pragas* (em chinês: 四虫运动), também conhecida pelo infame nome *Campanha Mate um Pardal* (em chinês: 驱逐麻雀运动) foi um daqueles episódios capazes de causar grande comoção, mas também de expor os riscos que a concentração de poder pode acarretar. Iniciada sob ordens de Mao Tsé-Tung, em 1958, como uma campanha voltada à promoção de melhorias na higiene social da sociedade chinesa chegou a resultados realmente trágicos. Com o intuito de combater animais vetores de doenças (mosquitos, ratos e moscas), foi incluída entre as “pragas” os pardais por serem animais que comiam os grãos, alimentos centrais na alimentação do povo chinês. Contudo, o largo extermínio da ave acabou provocando uma superpopulação de gafanhotos que atacaram as plantações chinesas e prejudicaram enormemente os cultivos e colheitas, precipitando a grande fome que se iniciaria e ceifaria a vida de milhões de chineses. Em seu livro *Soviet Scientist in China* (1964), Klochko traz detalhados relatos sobre esse e outros episódios referentes à sua experiência de colaboração com a China.

Tabela 3: Produção dos principais produtos agrícolas, 1949-1962 Unidade: 1 milhão de toneladas

Ano	Grãos	Algodão	Oleaginosos
1949	113,18	0,44	2,56
1950	132,13	0,69	2,97
1951	143,69	1,03	3,62
1952	163,92	1,30	4,19
1953	166,83	1,17	3,86
1954	169,52	1,06	4,31
1955	183,94	1,52	4,83
1956	192,75	1,45	5,09
1957	195,05	1,64	4,20
1958	200,00	1,97	4,77
1959	170,00	1,71	4,10
1960	143,50	1,06	1,94
1961	147,50	0,80	1,81
1962	160,00	0,75	2,00

Fonte: Chang-Sheng (2004).

A reforma agrária instituída no início da hegemonia do PCCh na China assegurou aos trabalhadores chineses as melhores condições de subsistência em algumas décadas. Mas com os problemas climáticos¹⁷⁶, a coletivização agrária forçada e a definição de metas de crescimento econômico pouco substanciadas nas condições materiais que dispunham os resultados ficaram comprometidos. Mesmo com as importações de grãos¹⁷⁷, os preços subiram -

¹⁷⁶ Embora defendamos a tese de que o grande problema em relação ao Grande Salto Adiante foi o mau planejamento efetuado, as intempéries climáticas não podem ser desconsideradas na geração dos resultados obtidos. Como documentado por Xun (2012), em um grande esforço, a China sofreu no período com graves ocorrências climáticas que colocaram em risco a vida e trabalho de seu povo. O Grande Salto ocorreu em um momento em que houve mudanças na configuração do clima global que terminaram por afetar drasticamente a situação interna da China e influenciou a sua agricultura. Secas e inundações foram bastante comuns naqueles anos e ajudaram a reduzir as colheitas e a aumentar a insegurança alimentar do povo chinês naquelas circunstâncias.

¹⁷⁷ Como amplamente relatado por Chang-Sheng (2004), o aumento das importações foi discutido e aplicado como uma solução paliativa para a crise de insegurança alimentar que a China atravessava. No entanto, novamente a perspectiva dirigista ou excessivamente centralizadora do partido atrasou a sua execução. No trecho a seguir, a situação fica mais bem pormenorizada: A partir de junho de 1960, Zhou Enlai começou a discutir com os ministros a falta de grãos. Na época, as cidades de Xangai, Beijing, Tianjin e Shenyang só tinham estoques para poucos dias e em alguns locais só havia reserva para um dia. O Vice-Primeiro-Ministro Chen Yun (1905-1995) sugeriu importar os grãos e a sua proposta foi aprovada por Zhou Enlai. Por razões ainda não conhecidas, só no fim do ano Mao deu o sinal verde para a importação. Em dezembro de 1960, Zhou Enlai decidiu importar 1,5 milhão de toneladas de trigo do Canadá e da Austrália, e Chen Yun aumentou a importação para 2,5 milhões de toneladas (no final de 1961, a China importou 5,8 milhões de toneladas de trigo). O primeiro navio de trigo chegou ao Porto de Tianjin no início de 1961. Cerca de 1.200 caminhões foram anteriormente importados para

ainda que, como pontuado por Lardy (1978), o PCCh tenha exercido o controle do sistema bancário e fiscal do país desde o início de sua governança -, a distribuição de alimentos ficou gravemente afetada e a fome voltou a crescer com força na China após alguns anos de declínio. Mas a queda de produtividade ocorreu por meio de qual processualidade?

A situação de baixa produtividade agrícola que resultou em escassez generalizada, como demonstrado por Chang-Sheng (2004), está relacionada em grande parte a rigidez do governo na cobrança dos dividendos sobre a produção camponesa e à insatisfação dos trabalhadores rurais com o que ajuizavam como uma apropriação indevida por parte do Estado. A ausência de participação popular nas decisões que afetavam a coletividade e o rigor com que o poder público reivindicava pela sua contribuição terminaram por quebrantar alguns vínculos de confiança que foram estabelecidos desde as campanhas de resistência dos comunistas contra os invasores estrangeiros e os direitistas do Kuomintang. Situação que é descrita em maiores minúcias no fragmento abaixo:

De fato, os camponeses não tiveram dificuldade em formar equipes de ajuda mútua, pois tinham tradição de solidariedade e apoio recíproco na produção; mas se desinteressavam das cooperativas, porque não queriam entregar as terras e os animais de tração. Deng Zhihui, vice primeiro-ministro do governo e ministro do Trabalho Rural do Comitê Central do PCCh, observou que o gado grosso (bois, cavalos etc.) fora socializado praticamente sem indenização e sem prazo de devolução. Também foi confiscado o gado miúdo (porcos, carneiros etc.). Para não serem entregues à cooperativa, houve um abatimento báquico dos animais. De acordo com Deng Zhihui, “O gado das cooperativas escapava para longe, mas ninguém se importava em trazê-los de volta; os barcos flutuaram no rio por quilômetros, ninguém se importava em ancorá-los”, “cerca de 60% das cooperativas sofreram perdas de gado.” A coletivização acelerada prejudicou os interesses dos camponeses. Mesmo numa boa colheita, o governo não aumentaria a parte do consumo dos camponeses, e nos anos de fome, eles teriam de pedir “empréstimos” ao governo. Exceto em regiões atingidas pelas calamidades naturais, todas as cooperativas eram obrigadas a devolver os “empréstimos” e a cumprir as cotas do governo. Em consequência, os camponeses ficavam sem incentivos para produzir mais e melhor, à medida que o Estado socialista eliminava, passo a passo, as suas perspectivas de viver melhor (Chang-Sheng, 2004, p. 109).

transportar e distribuir esse trigo. Os grãos importados sustentaram a população urbana do país por mais de 4 meses, até junho de 1961, quando chegou a nova colheita de trigo” (Chang-Sheng, 2004, p. 121,122).

Disso podemos concluir que a escassez de alimentos que vitimou milhões de chineses durante a vigência do Grande Salto Adiante foi fruto de uma situação complexa que gerou conflitos existentes entre o Estado chinês e a base de trabalhadores, sobretudo camponeses. Ainda que sejam inegáveis os avanços que as famílias camponesas passaram a contar após a revolução, foi se criando um cenário de sobre-exploração laboral e abusos por parte dos funcionários governamentais que foi minando o interesse dos camponeses em se dedicar ao cultivo da terra e criação de animais. Muitos se lançaram em fugas mesmo diante dos riscos de repressão brutal que corriam. Conforme dados fornecidos por Dikötter (2021), somente em 1958 cerca de 115 mil pessoas deixaram as aldeias estabelecidas próximas das fronteiras com o Vietnã, Laos e Birmânia em função da precariedade de condições de vida e da sobre-exploração de sua força de trabalho.

As famílias camponesas sofriam não apenas em decorrência das intempéries climáticas e o mau planejamento do poder central em suas políticas desenvolvimentistas, mas com a repressão do poder público e com diversas modalidades de corrupção praticadas pelos funcionários do governo chinês¹⁷⁸. Desse modo, as relações instituídas entre os trabalhadores, o governo maoísta e os representantes da burocracia governamental foram ficando cada vez mais tensas, ocasionando diversas formas de protestos e resistências por parte das famílias integradas às comunas chinesas. A fome que se alastrava vertiginosamente, matando milhões de chineses, atingia de forma desigual os cidadãos de acordo com a sua proximidade com o núcleo de poder político e as funções que exerciam, gerando revolta em uma parcela cada vez mais

¹⁷⁸ A corrupção e a má conduta, em diversos níveis, são problemas que a sociedade chinesa vem confrontando há muito tempo e adotando leis cada vez mais severas em seu enfrentamento. Durante o período de avaliação dos resultados do Grande Salto Adiante muitas medidas foram tomadas e que iam desde a destituição de cargos até a prisão e morte. Recentemente, o presidente Xi Jinping promoveu o maior expurgo desde a era maoísta e determinou por uma ampla reforma nos quadros do partido, substituindo cerca de 170 ministros e vice-ministros e 60 generais do exército chinês. No total foram punidos mais de um milhão de servidores públicos. Para maiores detalhes: [China pune 1 milhão de corruptos em maior expurgo desde Mao - BBC News Brasil](#).

expressiva dos camponeses; que manifestavam o seu desagrado com a situação de múltiplas formas, como o enxerto abaixo exemplifica:

Durante a fome, os banquetes e a bebida (dachi dahe) nos encontros do partido que aconteciam nas cidades e no campo eram fonte comum de reclamações [...] Mas fora do partido, algumas pessoas também tinham a oportunidade de regalar-se. O pessoal das cantinas coletivas frequentemente abusava de sua posição para surrupiar provisões. Em uma fábrica de algodão em Zhengzhou, capital da esfomeada Henan, os chefes regularmente invadiam os recintos onde se estocavam alimentos, usando-os como despesa pessoal. Em uma ocasião, um cozinheiro devorou vinte ovos em um só dia, outros deram fim em quilos de carne enlatada. Comiam macarrão e bolos fritos à noite, enquanto carne, peixe e verduras destinados às cantinas eram divididos entre a equipe durante o dia. Trabalhadores comuns tinham que sobreviver com três tigelas de mingau de arroz por dia, ocasionalmente suplementadas por um pouco de arroz seco e bolinhos de massa cozidos a vapor. Muitos estavam fracos demais para trabalhar. No campo, os aldeões nem sempre assistiam inertes à pilhagem. Em uma comuna de Guangdong, onde dois terços de todos os porcos tinham sido comidos por quadros locais em banquetes e festas para celebrar o advento da abundância, os agricultores advertiram: “Vocês, quadros, roubam abertamente, nós, membros da comunidade, roubamos secretamente”. Uma orgia de abates marcou o campo em 1958, quando agricultores mataram suas aves domésticas e gado como forma de resistência contra as comunas do povo. Impulsionados pelo medo, pelos rumores e pelo exemplo, optaram por comer os frutos de seu trabalho, ou estocar um suprimento de carne, ou vender seus produtos no mercado negro e guardar algum dinheiro em vez de entregar os seus pertences (Dikötter, 2021, p. 308, 309).

A grave situação de fome a que os trabalhadores chineses e suas famílias estavam expostos, a repressão estatal, a pouca participação popular nas instâncias decisórias, os abusos e a corrupção praticados pelos funcionários públicos provocaram sentimentos de inconformismo e desespero que motivaram insubordinações camponesas em várias partes do país. Como Sheng (2019) trouxe à baila, muitas famílias campesinas beneficiadas pela reforma agrária conduzida pelo PCCh em 1950 se opuseram à criação das comunas e à coletivização das terras e perda de controle sobre os frutos de seu cultivo. Com o grande advento da fome no país, essa classe de trabalhadores se organizou em protestos contra as condições de trabalho e sobrevivência a que estavam sendo obrigados a se submeter. Em 1959, houve em Henan, uma das localidades mais afetadas pela escassez, uma revolta camponesa em oposição aos métodos e resultados do Grande Salto. Protesto que logo passou a ocorrer

também em outras regiões, como Shandong (1960) e Sichuan (1959-1961), mesmo que a repressão estatal se fizesse presente com grande violência¹⁷⁹.

Mas parte da crise produtiva em relação ao Grande Salto não foi ocasionada apenas pelo descontentamento dos camponeses chineses com a coletivização forçada e os abusos que sofriam nas mãos dos pequenos tiranos que exerciam funções intermediárias dentro do sistema administrativo da China. O oposto também contribuiu para alavancar o colapso social na concretização das irreais metas estabelecidas pelo poder central. Confiantes no progresso da China e convencidos da importância da missão desenvolvimentista a qual foram imbuídos a cumprir, milhões de camponeses se empenharam intensamente no trabalho industrial, mas sob muitas adversidades materiais e pouquíssima qualificação técnica (lembrando que o suporte técnico soviético à China foi encerrado em 1960). Entre os resultados de tamanho empenho efetuado sob péssimas condições, a baixa qualidade dos artigos fabricados e a redução do trabalho destinado ao cultivo dos produtos da terra merecem ser mencionados. Algo para a qual Barbieri chama a atenção:

Exércitos entusiasmados de trabalhadores abandonavam o cultivo para construir projetos gigantescos de irrigação que não contemplavam custos e raramente rendiam frutos. Em outro momento, camponeses sem experiência com indústria eram mobilizados para superar a produção britânica de aço, mesmo que toda ferramenta ou bem final de metal tenha derretido para esse fim, produzindo quantidades enormes, mas inutilizáveis de produto quebradiço (Barbieri, 2017, p. 179).

Assim, a grande emergência produtiva e alimentar que se criou na China e o crescente descontentamento de sua base de trabalhadores forçou o governo a tomar medidas que iam para além da repressão pura e simples na busca de resolução da crise humanitária que atravessavam. O imprevisto e

¹⁷⁹ Na biografia escrita por Philip Short intitulada "Mao: a life" (2000) estão descritas práticas de repressão empregadas contra os trabalhadores chineses durante a crise ocasionada pelo Grande Salto Adiante. Embora a documentação referente aos episódios de violência estatal tenha limitações em sua disponibilidade devido à censura imposta pelo governo chinês e muitos detalhes sejam desconhecidos pela opinião pública até a atualidade, existem inúmeros relatos de prisões, torturas e assassinatos de trabalhadores, sobretudo dos campos chineses no período.

absurdo custo social do Grande Salto Adiante deveria ser contornado antes que a revolta de uma parcela contra as comunas, a fome e o trabalho compulsório se voltasse também contra a revolução e suas conquistas. A grande questão naquele momento estava relacionada ao novo redimensionamento do trabalho nas comunas de modo que a divisão entre a agricultura familiar e a produção coletiva ganhasse maior equilíbrio. Para isso, o Comitê Central buscou estabelecer novos regramentos com o intuito de amortizar a situação emergencial que afligia o povo chinês. Mas como Sheng trouxe à tona, os problemas resultantes do mal planejamento persistiram e as soluções inicialmente apresentadas pouco contribuíram para dar resposta à calamidade:

Para agravar ainda mais a situação, em janeiro de 1960, na reunião de Xangai, o Comitê Central decidiu reforçar o igualitarismo e a grandiosidade das comunas populares por meio da chamada “igualação e centralização” (yi-ping-er-diao). O PCC tentou “igualar” as riquezas entre as comunidades mais abastadas e as mais carentes, tirando os recursos das mais ricas para ajudar as mais pobres. Pela “centralização” o PCC permitiu às comunas populares centralizarem os recursos das equipes de produção, o que, na verdade, era uma medida de confisco das comunidades rurais. Em consequência, além dos camponeses, os dirigentes das aldeias também perderam o interesse pela coletivização (Sheng, 2012, p. 64).

Considerando o exposto, fica evidente que o problema central na crise produtiva e alimentar que passou a acometer o povo chinês tinha a sua origem não na disposição do trabalhador em contribuir, mas no planejamento extremamente deficiente realizado pelo governo. Contudo, as circunstâncias difíceis em que a China se encontrava obrigou as autoridades regionais e o quadro de dirigentes das aldeias e comunas a procurar soluções enquanto o governo central intensificava a importação de alimentos. Tal ocorrência forçou os responsáveis pelas comunas a adotarem uma posição mais maleável diante da crise e ouvir mais o que a base de trabalhadores tinha a propor. Muitas comunas, assim, modificaram a divisão de terras e deram mais flexibilidade à condução dos trabalhos; concedendo ao trabalhador camponês uma maior autonomia no cumprimento de suas obrigações. Com o fracasso das medidas que tomaram para solucionar a questão, o Comitê Central também precisou

abrandar algumas determinações e adotar um novo modelo de partilha e organização do trabalho, conforme Sheng deixa claro outra vez:

O primeiro-secretário de Anhui, Zeng Xisheng, era fanático pelo Grande Salto mas, depois da morte de quase 2 milhões de camponeses, mudou a posição. Em agosto de 1960, numa reunião com os secretários dos distritos e condados, Zeng propôs a distribuição das “terras salva-vidas”, o que significava distribuir uma parte das terras da comuna para os camponeses cultivarem e se alimentarem. Do fim de 1960 ao início de 1961, Anhui foi a primeira província do país a praticar “três liberdades e um contrato” (san-zi-yi-bao): feira livre, lotes particulares de terra, lucros e perdas por conta própria e contratos de produção familiar. Zeng Xisheng fez uma investigação e descobriu que, nas equipes de produção que “emprestaram” terras para os camponeses plantar, a produção aumentou 39% em relação a 1960; nas equipes que não fizeram a experiência, o aumento foi de apenas 12%. Os camponeses que plantaram individualmente trabalharam menos e colheram mais. Assim, Zeng ficou convencido das vantagens que a produção familiar apresentava e manteve a experiência. Liu Shaogi, Deng Xiaoping e Chen Yun também apoiaram a ideia da produção familiar sob contratos. Mao sabia que os camponeses preferiam contratos de produção individual, mas achou que a prática seria uma “restauração capitalista”. No final de 1960, reconhecendo a gravidade do problema, Mao começou a moderar as suas políticas radicais (Sheng, 2012, p. 66).

O colapso humanitário que se viu na China e a urgência por soluções após o fracasso das tentativas do Comitê Central do PCCh colocaram as lideranças maoístas em uma encruzilhada onde teriam que decidir qual rumo deveriam seguir: ou insistir nos caminhos do centralismo acentuado que precipitou a crise social que enfrentavam ou admitiriam outras vias para que os trabalhadores chineses pudessem usufruir de maior autodeterminação na forma com que cultivavam a terra. Para isso, foi necessário que as lideranças do PCCh fizessem um exercício de autocrítica para que se compreendesse a dimensão dos erros cometidos e a tragédia social acarretada por eles. Apenas na província de Anhui, como consta em Chang-Sheng (2004), a população regrediu por fome, repressão ou evasão de 33.941.565 (1957) para 31.335.852 (1962). A totalidade do número de vítimas é praticamente impossível de se saber com maior precisão devido à pouca disponibilidade de fontes confiáveis sobre o ocorrido.

Devemos lembrar que, embora a crise social que maltratou a China no período de vigência do Grande Salto Adiante tenha tido a sua expressão mais eloquente nas zonas rurais do país e sobre a parcela da sociedade de origem

camponesa, ela também se fez sentir nas cidades e nos trabalhadores urbanos. Como Short (2000) chamou à atenção, a sobre-exploração da força de trabalho, os abusos e a escassez de alimentos afetaram também as cidades chinesas. A situação de penúria generalizada, com provisões alimentares insuficientes para a demanda, fez com que a classe operária também se lançasse em diversos protestos e greves; mantendo viva a tradição de lutas populares que existe na China desde muito antes de sua experiência republicana. Mas como isso se efetivou?

Protestos e greves ocorreram em diversas cidades, sendo protagonizados por trabalhadores e estudantes na luta contra as duras condições que enfrentavam e que iam para muito além da escassez de alimentos. Dessa forma, referenciando-nos em Becker (2013), o trabalho compulsório, as baixas remunerações pelos ofícios (que não raras vezes ocupavam cerca de dezesseis horas diárias), a precariedade e insalubridade dos ambientes de trabalho, baixo acesso à proteção social regulamentada e à participação política motivaram as insurgências urbanas em um período de grande turbulência social.

As greves afetaram especialmente setores relacionados à indústria pesada (como a mineração), as manufaturas e as instituições de ensino. Desse modo, como Sheng (2012) analisou, a insatisfação dos trabalhadores e estudantes urbanos resultou em paralisações fabris e manifestações que se fizeram notar em grandes centros como Pequim, Shangai e Cantão. Mesmo que os protestos urbanos tenham tido menor repercussão ou menos registros documentais de sua existência em comparação às lutas camponesas, em conjunto, as manifestações deram contributos para provocar mudanças no planejamento econômico do país e se chegar ao apaziguamento da crise humanitária que castigava a nação. O envolvimento do proletariado urbano nas lutas políticas na China foi ganhando maior destaque à medida que a sua participação na composição social do país foi ganhando volume. Situação que foi se confirmando a partir das reformas conduzidas por Deng Xiaoping, na

segunda metade da década de 1970 e que mudaram irrefutavelmente o panorama econômico e social da China.

Somente a partir da análise crítica do planejamento efetivado e sobre as expectativas irreais que almejaram satisfazer é que se pôde, enfim, esboçar as mudanças que tornaram possíveis a recomposição de sua base produtiva e dar um encerramento à grande crise alimentar a qual o povo chinês foi inserido. Como MacFarguhar (1983) permite-nos constatar, a autocrítica serviu, nesse caso, não apenas para dar resolução à situação de colapso social que a China vivenciava, mas também para reorganizar o seu desenvolvimento produtivo dentro de um planejamento mais equilibrado. Durante o Grande Salto, a produção de aço no país obteve um crescimento bastante significativo e atingiu um nível de fabricação que correspondeu à praticamente o dobro do existente antes do plano, mas com um custo humanitário que ultrapassou mesmo as previsões mais pessimistas. Conjuntura que, para além das inúmeras vidas perdidas, deixou as famílias de trabalhadores chineses traumatizadas com as memórias do período e com o que avaliaram como um grave erro de percurso dentro do socialismo chinês, conforme descrito a seguir:

We have seen that the Great Leap Forward Famine was induced by Maoist state repression as well as party-mandated harvest exaggerations and excessive state extraction. We have also seen that the notion that Mao's famine directly reflected the unreasonable popular consumption of "free food" in the common mess halls is questionable—at least for Da Fo. Villagers associate the starvation of the Great Leap with the skewed redistributive politics that passed only a few crumbs down to the remote, poor villages of backward, interior agricultural provinces like Henan. Several aspects of this flawed system of food distribution, of which villagers were clearly aware, structure popular memory of the Great Leap (Thaxton Jr., 2008, p. 233).

Como Xun (2012) explicou, ainda que os relatórios apresentados ao governo central da China fossem ineficazes em ilustrar a crise humanitária pela qual estavam passando, as manifestações concretas da realidade terminaram por cumprir essa função; dando um choque de realidade às autoridades chinesas e obrigando-as a confrontar o problema em sua magnitude. As muitas cartas escritas pelos camponeses famintos à governança do país, em que expuseram em cores vivas todo o sofrimento que atravessavam e as visitas que as

autoridades fizeram às comunas terminaram por abrir os seus olhos para a catástrofe que estava acontecendo.

Os relatos da experiência que tiveram com o colapso humanitário chinês foram apresentados durante a *Conferência dos 7 mil Quadros* (1962. Em chinês: 七千个画框的会议) e impactaram as principais hierarquias do partido. Essa pungente tomada de conhecimento acerca da realidade nas comunas terminou por intensificar a percepção de que uma autocrítica precisaria ser estabelecida antes que fosse tarde demais. Liu Shaoqi (1898-1969), sucessor de Mao Tsé-Tung na Presidência da China e ele próprio um homem de origem camponesa, expressara todo o seu desalento diante do que presenciou em suas visitas ao interior do país:

On April 2, 1961, the president of China, Liu Shaoqi, embarked on a journey to Huaminglou, his home village in Hunan province. While traveling from the provincial capital, Changsha, to Huaminglou, Liu was surprised by what he saw. The hills that used to be covered in fruit trees were completely barren, and nothing except wild grass was growing in the nearby fields. Villages along the road looked deserted, and the majority of the houses had been torn down, leaving only a few cracked walls standing. The huge pig farm— a Great Leap Forward project— had very few pigs in it, and those that were there looked wretchedly thin and unhealthy. In Huaminglou itself, Liu was horrified to discover the damage that radical collectivization had caused. Deeply distressed, he decided to carry out further investigations. On April 12, Liu and his team arrived at Tianhua brigade in Guangfu people's commune in Changsha county. The brigade was hailed as one of Hunan's model organizations. It had won many "red flags" of commendation during the Great Leap Forward. Liu stayed in Tianhua for eighteen days, and on May 11 he wrote a long letter to Chairman Mao in which he described the devastation found there: one-third of the houses had been pulled down, and 60 percent of the villagers had no homes to return to. Pigs had been killed and consumed by local cadres while many villagers were dying of edema (Xun, 2012, p. 162).

Partindo das análises de MacFarguhar (1983), entendemos que a autocrítica, embora parcial e limitada, foi formulada em consonância ao pensamento marxista e desenvolveu sustento para que os planejamentos futuros não incorressem nos mesmos erros cometidos. Liu Shaoqi emitiu duras críticas ao Grande Salto Adiante o qual concebeu como um fracasso que cobrou do povo chinês um preço terrível a se pagar, comprometendo não apenas aquela geração, mas as vindouras. Mao Tsé-Tung, ainda que tenha reconhecido as graves falhas ocorridas, atribuiu a sua decorrência muito mais à execução

propriamente dita do que ao planejamento efetuado pelo governo central, preferindo culpar os operadores responsáveis pelo cumprimento das medidas e aos corruptos que cometeram abusos contra o povo chinês.

É uma forma de avaliar a circunstância que vai ao encontro de pensadores como Doping Han (2019), para quem existe a difusão de muitas concepções equivocadas sobre diversos aspectos da Revolução Chinesa. Para o Han, o Grande Salto terminou por ser um plano de desenvolvimento exitoso, que modificou a infraestrutura produtiva da China e abriu caminhos para o crescimento econômico em larga escala que o país experimentou nas décadas seguintes.

É um debate que se estendeu para muito além do período de vigência do Grande Salto, não existindo, portanto, um consenso muito fortalecido sobre o sucesso ou fracasso do programa. Como fica elucidado em Sheng (2012), no Comitê Central do PCCh a autocrítica não foi definida como uma unidade. Enquanto lideranças como Liu Shaoqi expressaram grandes frustrações com os resultados obtidos e o custo social acarretado, outras lideranças, como Mao Tsé-Tung e seu núcleo apoiador, não apresentaram o mesmo desalento em relação à totalidade do plano; preferindo considerar que a plataforma teve falhas em sua execução, mas que também promoveu avanços na infraestrutura do país. Importante frisar que a despeito da tragédia que vitimou milhões de seus cidadãos, não houve responsabilização das lideranças responsáveis pelo planejamento do Grande Salto. Posição que veio a corroborar com a autocrítica moderada promovida por Mao e que deixou claro que não seriam adotadas mudanças muito significativas nas políticas encabeçadas pelo partido.

Em termos gerais, prevaleceu o posicionamento de que a crítica estabelecida não poderia dar margens ao revisionismo nos moldes do que acusavam Khrushchov de promover na URSS e que havia gerado duras críticas na China, conforme o artigo publicado por Jiaxian (1958) exemplificara muito bem. De toda forma, no interior do partido e perante grande parte da sociedade chinesa Mao Tsé-Tung continuou exercendo grande influência, mas com o presidente Liu Shaoqi ganhando maior prestígio político dentro e fora do partido.

Disso podemos apreender que o saldo do Grande Salto Adiante foi extraído a partir de uma grande ambivalência em que se criou bases infraestruturais e de indústria pesada para os anos seguintes (ainda que a qualidade do aço produzido tenha sido questionável em grande medida), mas que se assentou sobre uma grande tragédia social. Balanço que tem em Isabela Nogueira de Moraes (2019) uma interpretação bastante equilibrada:

O sistema de comunas também não conseguiu amenizar as tragédias em grandes proporções, causadas por uma sucessão de desastres políticos e naturais, cujo ápice foi a Grande Fome, entre 1959 e 1961, que levou à morte um número extraordinário de pessoas, algo em torno de 20 milhões, segundo fontes ocidentais. Tanto em 1959 quanto em 1960, cerca de 800 milhões de mu, ou metade da área cultivável da China, foi afetada por fortes inundações. E 1960 é, também, o ano da saída soviética e do conseqüente fim da ajuda técnica e do apoio industrial. No conjunto, a coletivização forçada da agricultura, as metas irrealistas de produção industrial (inclusive para as zonas rurais), a excessiva ênfase na indústria pesada, o medo de autoridades locais reportarem falta de alimentos, e as campanhas nacionais desastrosas, como os altos-fornos de quintal (que também tiraram os agricultores das suas funções básicas e os colocaram parte do tempo produzindo aço), deixaram o campo chinês totalmente desestruturado e tiveram radical impacto negativo para a produção agrícola. Entre 1958 e 1960, a produção de alimentos caiu de 200 milhões de toneladas para o piso de 143 milhões, só ultrapassando o nível de 1958 oito anos depois. Isso não significa que todo o Grande Salto Adiante tenha sido um total fracasso, dado que parte dos investimentos em ativos fixos e infraestrutura, que levaram ao crescimento nos anos seguintes, foi feita durante o período. Seu erro fundamental foi, concomitantemente à elevação drástica da taxa de investimento na indústria pesada, comprometer a produtividade agrícola, levando a uma falta generalizada de bens de consumo básicos, especialmente alimentos (Moraes, 2019, p. 41, 42).

De fato, mesmo considerando os “exageros” e “radicalismos” (termos utilizados pelo Presidente Liu Shaoqi em suas críticas ao Grande Salto) do plano e seu custo humano terrível sobre a sociedade chinesa, é possível constatar que ele também promoveu uma aceleração no crescimento do parque industrial/infraestrutural chinês e deu sustentação para que novos voos fossem alçados; especialmente se pensarmos nas retificações que foram feitas e no conjunto de reformas promovidas anos depois por Deng Xiaoping. A participação do capital industrial na economia chinesa obteve, mesmo que à duras penas, um consistente crescimento em relação aos anos iniciais da governança maoísta, conforme exemplificado a seguir:

Além do crescimento do PIB auferido na era Mao Tsé-Tung, assistiu-se também a uma transformação qualitativa no sistema produtivo chinês, com uma crescente participação da indústria no PIB, em detrimento de uma menor participação da agricultura. Pode-se observar na Tabela 3 que em 1952 a participação da agricultura era superior a 70% do PIB, mostrando que a economia era primordialmente agrária e que a indústria era praticamente inexistente (sua participação não chegava a 8%). Com as reformas de Mao Tsé-Tung e o foco na indústria de base, esta passou a ter uma participação crescente no PIB. Em 1978, 36% do PIB chinês já eram formados pela indústria e 37%, pela agricultura. Em que pese o ainda relevante tamanho do setor primário na composição do PIB chinês, não se pode deixar de reconhecer que a indústria já havia sido montada e era igualmente importante para o país. Dessa forma, podemos concluir que os primeiros passos rumo à industrialização chinesa já haviam sido dados na era Mao Tsé-Tung. Em 1978, a participação da indústria já era bastante significativa (36%), mostrando que o esforço industrializante empreendido por Mao possibilitou a criação de um parque industrial robusto, ainda que atrasado. Esse parque foi fundamental para que Deng Xiaoping pudesse empreender seu plano bem sucedido de modernização (Milaré; Diegues, 2012, p. 372, 373).

As mudanças mais significativas tanto em termos políticos quanto econômicos só foram ocorrer após os conflitos inerentes à Revolução Cultural (amplamente reportados no Capítulo 2 desta Tese) e do que autores como Nabuco (2009b) classificaram como a “desmaoização” da política chinesa; quando, em sua linha hegemônica, o PCCh passou a adotar encaminhamentos mais pragmáticos e menos ideologizados na materialidade de sua execução. Após as falhas no planejamento e operacionalidade do Grande Salto e a tragédia social resultante, as autoridades chinesas procuraram manter um olhar mais atento para a concretude das condições que possuíam ao estabelecer as metas a serem atingidas.

O Programa Reforma e Abertura significou, dessa forma, o início de uma nova fase na construção política da China em termos de economia, desenvolvimento e participação popular. Como é possível ver em Vidal (2025), o arquétipo maoísta de ditadura popular, em que o PCCh exerce legalmente o monopólio do poder e que tem na classe trabalhadora um agente de mobilização sob a sua liderança, se não foi transformado em sua essência, passou por ajustes graduais que deram ao regime feições mais consultivas. Um tipo de modelo de governança que evoluiu para o que Xi Jinping categoriza atualmente como *Democracia em todo o processo* (em chinês: 在整个过程中民主). Nessa

perspectiva, a participação popular é reconhecida como um elemento propositivo, consultivo e fiscalizador que concede ao regime legitimidade segundo os seus próprios termos. As mudanças, que mantém o PCCh atuando como Partido-Estado, ocorreram tendo em vista não apenas a ampliação da participação e representatividade, mas principalmente o desenvolvimento econômico e a estabilidade social. Ou nas palavras de Vidal:

O conceito de “democracia de processo integral” promovido por Pequim desafia diretamente os parâmetros tradicionais do Ocidente, que associam democracia essencialmente a eleições multipartidárias, alternância de poder, imprensa livre e garantias individuais inalienáveis. Para governos, instituições e analistas liberais, um sistema sem competição política real não pode ser chamado de democrático em sentido pleno. Por outro lado, a China argumenta que a legitimidade de um governo não depende exclusivamente da forma, mas também da eficácia: um regime que promove estabilidade, reduz a pobreza, impulsiona o crescimento e responde às necessidades da maioria pode — e deve — reivindicar sua própria definição de democracia. Para Pequim, o sucesso econômico e a coesão social são indicadores mais concretos de governança responsável do que a simples realização de eleições regulares. Essa divergência revela mais do que um debate sobre conceitos. Trata-se de uma disputa profunda sobre valores, culturas políticas e modelos de futuro (Vidal, 2025).

As mudanças transcorridas junto ao plano Reforma e Abertura foram instituídas não com o objetivo de se adotar um padrão de construção política e econômica espelhado no Ocidente, mas de desenvolver as potencialidades existentes na China tendo a experiência e o pragmatismo como critério. Nessa visão, prevaleceu o entendimento de que os erros do maoísmo foram menores que suas conquistas e que para o bem da China o seu legado teria que ser valorizado; ainda que se reconheça também a necessidade de superação de suas políticas dentro de uma nova plataforma de desenvolvimento. Desse jeito, a democracia e participação política deveria ser estruturada tendo em vista o desenvolvimento econômico, o bem-estar do povo chinês e a qualidade de sua inserção na vida pública. Um modelo formulado em consideração ao traçado histórico do povo chinês, suas demandas concretas, educação e formação cultural. Princípios que ganham expressão mais nítida a seguir:

O pragmatismo de Deng logo se refletiu na política do partido. Duas novas palavras de ordem — “procure a verdade nos fatos” e “A prática é o único critério de verdade” — mostraram a sua força, atacando a supremacia do pensamento de Mao Tsé-Tung. Deng pretendia mostrar

que nem todas as verdades podiam ser simplesmente determinadas, avaliando-as de acordo com as máximas de Mao. Essas palavras de ordem instruíram o povo a procurar a verdade na realidade do mundo, não em frases de propaganda ou teorias do momento (Lubetkin, 1988, p. 81).

Nesse sentido, a ampliação da participação política estaria condicionada pelo desenvolvimento econômico e liderança do PCCh. Uma determinação ainda exercida em sua construção democrática por compreenderem que liberdade e participação não podem se afirmar objetivamente sem que estejam afiançadas as bases materiais de sobrevivência e prosperidade popular. Logo, o grande foco da reforma esteve no desenvolvimento e modernização das forças produtivas do país e controle de capital de modo que as ainda precárias condições de vida do povo chinês pudessem ser transformadas. Dentro desse parâmetro, o plano Reforma e Abertura se estruturou, como é possível conferir em Jinglian (2021), como uma iniciativa guiada pelo forte gerenciamento estatal e por mediações implementadas junto ao mercado e modo de produção capitalista; observando especialmente o “milagre asiático” ou o processo de crescimento industrial, tecnológico, científico e educacional desenvolvido por alguns de seus países vizinhos, conforme podemos constatar abaixo:

However, economists and Party and government officials who had long lived under the Maoist system and suffered various persecutions and attacks saw hope for change from the fall of the old ruling group. Knowing that the root causes of the disaster were the absurd policies that accompanied the system, they began to pursue enthusiastic efforts to find ways to help salvage the crisis and achieve a revitalization. In order to learn from the experience of foreign development, the Chinese government sent a large number of delegates to visit European, American and East Asian countries. Officials were most interested in the experiences of Japan and South Korea, Singapore, Taiwan and other “dragon” governments in using their industrial policies to “guide” enterprise to achieve rapid development while relying on market forces to allocate most goods and services (Jinglian, 2021, p. 42).

Orientando-nos por Vogel (2011), inferimos que, embora Deng Xiaoping, Hua Guofeng e outros grandes quadros do PCCh estivessem dispostos a adotar uma linha de governança mais pragmática e flexível do que a que foi empregada durante o período maoísta, não havia disposição em admitir do capital privado uma articulação independente ou maior participação política.

O modelo que seria assumido em seu arcabouço político e econômico implicou na hegemonia do PCCh no âmbito decisório, maior autonomia às províncias, controle estatal dos monopólios naturais e admissão do mercado privado como estímulo à produção e competitividade.

Segundo Naughton (2021), o controle sobre o sistema bancário serviria para garantir que a produção real da economia não fosse suplantada pelo aumento da capitalização e dividendos provenientes da especulação financeira. A abertura da economia ao mercado foi exercida, nesse paradigma, tendo objetivos muito claros de atrair capitais, inovação e dinamizar a sua produção; dando sequência à ruptura do isolamento comercial que a China vinha gradualmente estabelecendo desde a aproximação com os Estados Unidos durante o governo Nixon.

Para impulsionar a adição de capitais, foram criadas na faixa litorânea leste *Zonas Econômicas Especiais* (em chinês: 经济特区), com regramentos dotados de maior flexibilidade, incentivos fiscais, menos burocracia e acesso à mão de obra de baixo custo como forma de catalisar o investimento estrangeiro direto no país e o aporte tecnológico. Implementadas como plataformas de exportações, as Zonas Econômicas Especiais passaram a operar em centros como Hainan (em chinês: 海南), Shantou (em chinês: 汕头), Zhuhai (em chinês: 珠海), Xiamen (em chinês: 厦门) e Shenzhen (em chinês: 深圳) na forma e objetivos que seguem o detalhamento abaixo:

Em 1983 foi promulgado um regulamento definindo regras e diretrizes mais específicas concernentes ao IDE, o “Implementing Regulations for the Law of the People’s Republic of China on Joint Ventures Using Chinese and Foreign Investment”, estabelecendo um equilíbrio entre receitas e despesas em moeda estrangeira e incentivos à exportação, sob pena de sofrer ingerência do governo central. Ademais, em alguns setores específicos em que o desenvolvimento tecnológico fosse estratégico para o governo, os acordos de proteção da tecnologia não poderiam superar 10 anos, quando ocorreria a perda da patente. Dessa forma, os objetivos de incorporação tecnológica e desenvolvimento de exportações foram conciliados com o acesso dos investidores estrangeiros ao mercado chinês, desde que este já não fosse atendido por indústrias nacionais, preservando um equilíbrio em transações correntes que até então era uma das maiores preocupações do Governo Central. O governo central ainda aprovou diversas regulamentações que complementavam os 15 artigos da Lei das Joint

Ventures de 1979, buscando reforçar a segurança do capital estrangeiro (Fernandes, 2020, p. 47, 48).

Procurando consolidar o seu plano de abertura, o governo chinês iniciou o processo de privatizações de estatais e mudanças no gerenciamento das empresas em seu território; dando margem para o crescimento de empreendimentos privados ou de capital misto na vida econômica do país. Com isso, passou a ocorrer um maior intercâmbio entre o capital interno e estrangeiro enquanto o Estado concentraria os seus investimentos em áreas estratégicas. Como analisado por Souza (2018), no caso chinês, o aumento da inserção do capital privado e investimentos estrangeiros diretos não significou uma diminuição da importância do Estado no desenvolvimento chinês ou uma retração dos investimentos públicos na seara produtiva. Pelo contrário, o Estado continuou exercendo um papel fundamental através dos anos e dos novos Planos Quinquenais para o progresso econômico do país. Conforme elucidado no fragmento a seguir:

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que os conglomerados e firmas estatais desempenham importante papel na economia chinesa. A partir da segunda metade da década de 2000, houve concentração de esforços para ampliação e consolidação de conglomerados de empresas estatais selecionadas em setores prioritários da economia. O êxito dessa estratégia governamental é ilustrado pelo fato de que são estatais quase todas as empresas chinesas que constam na lista anual das 500 maiores firmas do mundo, no levantamento da revista Fortune. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar a função econômica do Estado chinês em auxiliar a elevação dos lucros dos capitais no país, através da desvalorização relativa do capital constante dos investimentos em razão do fornecimento, pelas empresas estatais, de máquinas, equipamentos, peças, insumos e energia, em preços vantajosos, como se fosse um subsídio do Estado para as demais firmas (Souza, 2018, p. 117).

Ainda seguindo as análises de Souza (2018), chama a atenção o modo como as privatizações foram perpetradas pelo PCCh em solo chinês. Muitas das empresas sofreram mudanças em seu regime de propriedade tendo o seu controle repassado a particulares que até então desempenhavam funções no Estado, no que o autor classificou como “uma privatização por dentro”. A justificativa para essa forma de concessão foi a de que seria melhor os novos proprietários conhecerem a fundo o funcionamento das empresas e as

mudanças necessárias para alavancar a sua eficiência produtiva. Lembrando que a China até então e por causa de várias contingências históricas não possuía uma burguesia consolidada o bastante para assumir o domínio das empresas estatais do país. Desse modelo de privatização assistida surgiram grandes conglomerados empresariais, cujas origens residiam na costela estatal. Como divulgado por Marcelino (2022), em 25 anos de abertura econômica, a China viu o número de empresas capitalistas crescer em mais de cem vezes e chegar a 15 milhões de empreendimentos que absorveram a maior parte da mão de obra.

Com isso, a China deu início à uma nova fase em seu programa de desenvolvimento a qual foi denominada como *Socialismo de Mercado*. Como podemos ver em Jabbour (2021), tal experimento foi estabelecido como uma transição no modelo econômico chinês, cujo escopo está centrado em acelerar o desenvolvimento de suas forças produtivas com forte estímulo à produtividade, competitividade e inovação enquanto o Estado é estruturado como o verdadeiro centro do poder político. Nesse paradigma, o mercado existe fortalecido como a expressão privada do modelo macroeconômico elaborado pelo poder público; atuando como um ente econômico de grande envergadura, mas subordinado à primazia política do PCCH e do Estado que operam *com o poder político exercido por um bloco histórico comprometido com a estratégia socializante* (Jabbour, 2021, p. 22).

Desse modo, as reformas instituídas, principalmente a partir de 1978, contribuíram de forma decisiva para que se principiasse na China as bases materiais necessárias para o surgimento do que Jabbour; Gabrielle (2021) reconheceram como uma *nova formação econômico-social* amplamente assentada no que vem sendo classificado como *nova economia de projeto*. Dentro desse arcabouço híbrido - que conjuga princípios econômicos marxistas e keynesianos com a *neuro-economia chinesa*; cuja psicologia social está ancorada na tradição filosófica-cultural herdada, sobretudo, do confucionismo, taoísmo, budismo e da compreensão holística da realidade bastante comum na sociedade chinesa - a China terminou por definir parâmetros próprios em seu desenvolvimento econômico e programa socialista.

Trata-se, segundo Jabbour (2021), de uma formação socioeconômica e cultural que tem desafiado os estudiosos a elaborar interpretações minimamente condizentes com a sua complexidade, conforme Jabbour (2021) deixou enunciado no recorte a seguir:

A compreensão do que está a se configurar na China como “nova formação econômico-social” é parte de um esforço nosso de ressignificar alguns conceitos marxistas à luz do nosso tempo. Temos revisto os conceitos de modo de produção, formação econômico-social e a lei do valor [...] mas estamos a construir uma nova teorização, baseada no marxismo, que leva em consideração a prevalência, no mundo, de relações de produção de tipo mercantil e monetária, a lei do valor como operadora do sistema e o circuito investimento-acumulação e extração de mais-valia. Classificar a China e sua formação econômico-social passa por compreender que esta prevalência à qual e referi impõe limites imensos à construção do socialismo. A começar pelo fato de o socialismo se “obrigar” – para sobreviver enquanto experiência – a ser um sistema que crie valor, algo de difícil compreensão à maioria dos marxólogos de plantão. Esse é o ponto (Jabbour, 2021, p. 23).

Como detalhadamente analisado por Huang (2008), a abertura econômica e privatizações ocorreram em diversos setores e perspectivas; operando diretamente ou indiretamente em praticamente todas as repartições da economia chinesa, fossem públicas ou privadas. Assim, enquanto a esfera estatal passou a ser cada vez mais influenciada pelos paradigmas de eficiência e competitividade liberal, grandes montantes da economia chinesa passavam para o controle empresarial direto. Dessa forma, relevantes setores produtivos como a indústria, agricultura, serviços, transportes, tecnologia e energia foram absorvidos pela iniciativa privada ou pelo capital misto. O sistema de comunas, grande referência na produção agrícola na China desde o final do Primeiro Plano Quinquenal, foi dissolvido com a liberalização aos mercados agropecuários e com os Sistemas de Responsabilidade Familiar¹⁸⁰ (em chinês: 家庭责任体系).

¹⁸⁰ Conforme consta em Lin (1988), na prática, o Sistema de Responsabilidade Familiar permitiu as famílias camponesas chinesas abandonar o sistema de comunas e assumir um contrato de terra com o governo. O contrato basicamente determinava que as famílias de trabalhadores rurais poderiam assumir a incumbência sobre a produção dentro de um lote específico em troca de uma quota obrigatória ao Estado. Esse novo sistema garantiu aos camponeses chineses o usufruto de uma maior autonomia em sua forma de cultivar a terra, maior rendimento e melhorias em sua qualidade de vida.

Por trás da busca pela produtividade existia também o interesse em alavancar o surgimento de uma *burguesia agrária* na China.

Outro passo importante foi a criação *das Empresas de Aldeias e Municípios* (EAMs)¹⁸¹. Essa modalidade de empreendimento foi apresentada como um substitutivo para o sistema de comunas rurais. Em sua praticidade, as AEMs funcionaram como empresas privadas administradas pelas lideranças governamentais de cada localidade ou pelo empresariado chinês e/ou estrangeiro. Dentro dessa dinâmica, sustentada pela sobre-exploração laboral dos trabalhadores rurais e pelos baixos salários, houve um rápido e compacto aumento da produtividade agrária, gerando dividendos e atraindo mão de obra. Se em 1978 as AEMs empregavam cerca de 28 milhões de trabalhadores, em 1993 a mão de obra utilizada nesse sistema de produção ultrapassara os 123 milhões de trabalhadores. Com o êxito da iniciativa, as AEMs passaram a simbolizar o sucesso das reformas implantadas na China após 1978; sendo bastante mencionadas nas propagandas governamentais. As AEMs passaram a representar também a dualidade da política econômica chinesa e as ambivalências existentes entre o Estado e o capital, conforme exemplificado por Souza:

Apenas formalmente as empresas de aldeias e municípios são propriedades dos governos locais ou são empresas coletivas. Às EAMs interessa exibir uma fachada com o “chapéu vermelho”, a fim de tirar proveito de recursos produtivos, fornecimentos, créditos, acesso a mercados, assistência técnica e proteção governamentais. Nessa controvérsia, entretanto, há quem afirme que efetivamente essas empresas seriam propriedades das instâncias locais de governo [...] Acumularam-se as vantagens apontadas na experiência das empresas de aldeias e municípios. Principalmente na década de 1980 e até a primeira metade dos anos 1990, essas empresas eram apresentadas como a comprovação irrefutável do sucesso e da peculiaridade das reformas chinesas. Essas empresas seriam a prova: i) da expansão irrefreável e vitoriosa das iniciativas locais; ii) da participação direta e desburocratizada na vida econômica; iii) da indústria na própria área rural; iv) da crescente participação da pequena empresa na produção e nas exportações; e v) da forma criativa e eficaz de geração de empregos, ajudando a conter o êxodo da população rural para os grandes centros urbanos (Souza, 2018, p. 120, 121).

¹⁸¹ Também conhecidas como Townships and Villages Enterprises (TVEs) (Souza, 2018).

Dentro da abertura da economia chinesa à iniciativa privada e capital misto, se criou uma plataforma desenvolvimentista que ficou conhecida como *As Quatro Modernizações*. Conforme consta em Spence (1996), a nova plataforma desenvolvimentista foi elaborada para catapultar o crescimento da indústria de valor agregado no país e o crescimento de sua economia em bases mais competitivas no mercado internacional. O plano em si consistiu em um conjunto de medidas estabelecidas com o objetivo de estimular a modernização e crescimento da agricultura, indústria de base, indústria militar, ciência e tecnologia. O plano também foi responsável por incentivar a formação dos estudantes chineses em áreas estratégicas para o desenvolvimento técnico/industrial do país e por facilitar o intercâmbio com programas acadêmicos estrangeiros na busca pela qualificação de seus quadros técnicos. Se parte dos resultados do Grande Salto Adiante ficaram aquém do esperado devido à baixa qualificação e experiência da mão de obra, na Reforma e Abertura o preparo profissional da base laboral chinesa recebeu uma atenção especial.

Junto aos incentivos para que os estudantes chineses pudessem se especializar no exterior, o Estado investiu pesadamente no aprimoramento educacional/científico do país. Se no início do governo maoísta, a China possuía um ensino precário e uma população constituída em sua esmagadora maioria por pessoas não alfabetizadas, a partir das reformas instituídas o país pôde experimentar um amplo desenvolvimento educacional que colocou o país na liderança de diversos indicadores. A China conta atualmente com a maior população universitária do mundo em números absolutos, com cerca de 47,63 milhões de estudantes espalhados pelas 3.074 Instituições de Ensino Superior existentes no país¹⁸². A China conta, também, com mais de 2,07 milhões de professores de ensino superior em regime de dedicação integral. Isso é resultado dos investimentos que atualmente correspondem a cerca de 4% do P I B. chinês

¹⁸² Dados disponíveis em [China tem mais de 47 milhões de estudantes do ensino superior em 2023](#).

e que em 2023 ultrapassaram, pela primeira vez, a barreira dos seis trilhões de Yuans¹⁸³.

Segundo Chak; Prashad (2024), em 1950, início da hegemonia política do PCCh, o país contava com um percentual de pessoas não alfabetizadas que correspondia a estimados 80% de sua população. Em 1982, recorte temporal em que a classificação *Socialismo com características chinesas* começou a ser utilizada para referenciar o sistema político e econômico implementado, a taxa de analfabetismo havia involuído para cerca de 22% da população. Com os contínuos investimentos e elaboração de programas educacionais como *Projeto 211*¹⁸⁴ (1995. Em chinês: 211工程) e *Projeto 985*¹⁸⁵ (1998. Em chinês: 985工程) a China pôde elevar o seu padrão educacional de forma a dar maior sustentação à sua plataforma de desenvolvimento com pesquisas e inovações. A educação, sobretudo em áreas técnicas, foi estruturada em diversos estágios em uma perspectiva de longo prazo no que autores como Lima; Fonseca; Salvino; Benning (2020) identificaram como “Modelo Confuciano de Desenvolvimento”¹⁸⁶. Plataforma de desenvolvimento educacional, cujo trajeto os autores analisaram nos seguintes detalhes:

Desde 1978, a política educacional chinesa passou por quatro estágios, a saber: i) a recuperação e reconstrução da ordem educacional (1978-1984); ii) o início de uma reforma total do sistema

¹⁸³ Para maiores detalhes acessar [Investimento total em educação da China ultrapassa 6 trilhões de yuans em 2022 | Exame](#).

¹⁸⁴ Como podemos conferir em Chiu (2020), o Projeto 211 foi lançado em 1995 com o objetivo de modernizar e desenvolver as cem maiores universidades chinesas tendo como parâmetro os melhores centros de ensino superior do mundo. No cumprimento desse objetivo, o governo chinês investiu substancialmente em infraestrutura, formação e pesquisa para torná-las mais competitivas e aptas a contribuir para o progresso econômico e social do país.

¹⁸⁵ Segundo Lima; Fonseca; Savino; Benning (2020), o Projeto 985 foi lançado em 1998 com o objetivo de criar Instituições de Ensino Superior de elite na China para ajudar, com pesquisa e inovação, a fomentar o progresso do país. Inicialmente, o projeto contemplou apenas nove universidades chinesas, que receberam grandes investimentos para que se equiparassem aos melhores centros de ensino superior do mundo. Posteriormente, o programa se expandiu para incluir outras universidades em seu arcabouço.

¹⁸⁶ Amparando-nos nos estudos de Menezes (2023), compreendemos o Modelo Confuciano de Desenvolvimento como uma abordagem relacionada à herança cultural chinesa que promove a articulação entre os princípios filosóficos confucianos e estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico e social. A partir do ocaso da hegemonia maoísta na China, os princípios filosóficos confucianos passaram a ser cada vez mais integrados à visão marxiana e ao pragmatismo econômico em uma combinação que passou a ser conhecida como *Socialismo com características chinesas*.

educacional (1985-1992); iii) ajuste da política educacional capaz de enfrentar a reforma do sistema econômico de mercado (1993-2002); iv) e o novo desenvolvimento da política educacional sob o comando das perspectivas científicas sobre desenvolvimento (2003- 2009) [...] o ponto de partida se dá no ano de 1985 quando o governo traça objetivos de longo prazo, tais como a consolidação do sistema educacional compulsório de 9 anos e maior autonomia a educação superior. Esses objetivos foram sendo modernizados ao longo do tempo para dialogar com as necessidades da China. Dessa forma, essa modernização resultou num aumento de políticas educacionais, como pode ser observado no período de 2000 e 2017, quando o Estado chinês promulgou 22 documentos referentes a políticas educacionais [...] Além disso, o autor destaca que ao longo dos anos, três tipos de teorias - foram justapostas para criar as políticas de desenvolvimento chinesas. Quais sejam a Teoria da Modernidade, a Teoria do Capital Humano e a Mentalidade Pós-colonial (Lima; Fonseca; Salvino; Benning, 2020, p. 48, 49).

Se, como Xiaoping (2001) explicou, a pobreza não traduz o sentido real do socialismo e que o desenvolvimento das forças produtivas é uma determinação absoluta para o atingir, a China parece estar no caminho correto. Em termos de desenvolvimento econômico, muitos resultados atingidos falam por si. Os abundantes investimentos públicos e privados, combinados a um planejamento estatal bastante efetivo e controle públicos das finanças levou a China a manter uma média de crescimento anual de seu PIB de 8,9% por mais de 40 anos. Percentual realmente impressionante se lembrarmos que a média de crescimento mundial anual no mesmo período ficou em torno de 3%. A contribuição média anual da China para o crescimento econômico global é de 24,8%, sendo a maior do mundo¹⁸⁷. Como podemos constatar em Okoroafor (2025), a China detém atualmente o maior parque industrial do mundo, como consequência do contínuo e bem estruturado investimento que promoveu uma rápida urbanização e industrialização que levou o país a ser responsável por 31,28% da produção industrial do mundo.

Com isso, a China conseguiu se transformar em menos de duas gerações em um dos maiores centros do mundo em indústria, ciência e inovação, construindo uma base sólida para avançar em seu programa político. O país, outrora dependente e atrasado se constituiu como um dos maiores exportadores

¹⁸⁷ Os dados apresentados no parágrafo estão disponíveis em: [Pesquisa da China mostra que economia do país asiático foi a que mais cresceu desde 1979 | Exame](#).

mundiais de valores agregados, sendo proeminente no comércio mundial de máquinas e aparelhos, metalúrgica, indústria química, veículos automotivos, plásticos, borracha, adubos, além de produtos agrícolas como arroz, batata, cereal, algodão e chá¹⁸⁸.

Conforme consta em Yin; Xu (2022), a China atualmente é reconhecidamente uma grande potência e abriga um complexo industrial bastante inovador e diversificado; com grande destaque aos setores tecnológico/eletrônico, químico, automotivo, aeroespacial e de energia. As privatizações e incentivos à uma maior competitividade e interlocução com o mercado capitalista contribuíram para fazer da economia chinesa uma das mais dinâmicas da contemporaneidade, com Huizhou, no centro-leste do país, se destacando como o maior polo industrial. A China tem mantido um percentual alto de empregabilidade de recursos não apenas para que as suas demandas históricas sejam superadas, mas para manter o seu crescimento econômico em bases superavitárias. Isso tem permitido ao país manter um ritmo acelerado de crescimento mesmo nos momentos de desaceleração da economia mundial, expandindo o seu mercado consumidor interno e com controle sobre a inflação. conforme analisado a seguir:

During the Ninth Five-Year Plan period, in the critical situation where many countries experienced economic recession and sharp currency devaluation due to the Asian financial crisis, China honored its commitment to not devaluing the RMB, making a great contribution to mitigating this financial crisis that shook the world. At home, the whole country was united, not afraid of any difficulties and not confused by any disturbances, making new achievements in reform, opening up and modernization (Yin; Xu, 2022, p. 168).

A geografia industrial da China, incluindo as ZEEs, tem se expandido consideravelmente nas últimas décadas, chegando mesmo às regiões mais empobrecidas. Se cidades como Cantão, Xangai e Shenzhen constituem a vanguarda industrial na China, outros pontos têm se feito notar nesse quesito. Cidades como Hong Kong (serviços financeiros e tecnologia de equipamentos

¹⁸⁸ Para informações mais detalhadas, segue o link: [Quais sao as principais industrias da China? - MAX Turbos.](#)

médicos), Qingdao (indústria petroquímica, metalúrgica e têxtil), Chongqing (em chinês: 重庆. Indústria automobilística, eletrônica e química), Xi'na (em chinês: 西安. Indústria espacial, programas e empresas automotivas) entre outras têm dado importantes contributos para o desenvolvimento chinês. Contudo, embora seguidos governos tenham se empenhado em diminuir as desigualdades regionais elas ainda existem. Nesse cenário, as *províncias orientais* seguem liderando a economia chinesa e concentrando as maiores e mais ricas cidades. Enquanto isso, as *províncias centrais* seguem com menos poder econômico, mas desempenhando importantes funções no âmbito da produção industrial do país e, por sua vez, as *províncias ocidentais*, permanecem compondo a parte menos desenvolvida da China¹⁸⁹.

Em conformidade a Naughton (2021), compreendemos que as grandes cidades da China se desenvolveram nas últimas décadas como verdadeiros centros logísticos, unidades produtivas e entrepostos comerciais em uma conectividade internacional. São cidades que tiveram a sua infraestrutura remodelada para que pudessem receber e comportar investimentos estrangeiros diretos em uma escala ampliada. Como resultado, a China se transformou, em 2020, no maior receptor de investimentos estrangeiros diretos do mundo, superando os Estados Unidos. Os fluxos de IED para a China tiveram um aumento de 4% naquele ano (correspondendo a US\$163 bilhões) enquanto os principais mercados do mundo viram essa esfera de investimentos encolher 42%. Como publicado em *Multiways* (2021), as indústrias chinesas de alta tecnologia tiveram grande destaque dentro desse cenário, obtendo um aumento de 11% em 2020. As fusões e aquisições transnacionais tiveram um crescimento de 54% no mesmo período; englobando, principalmente, tecnologia da informação, comunicação e indústria química/farmacêutica.

Prosseguindo nas análises de Naughton (2021), as estratégias e a envergadura dos investimentos chineses passaram a exercer uma crescente

¹⁸⁹ Para maiores informações, segue o link: [As 10 maiores potências industriais da China: um guia para negócios e transporte marítimo](#).

influência sobre o mercado mundial dentro de uma estrutura de funcionamento própria. Dessa forma, a China não opera como um tigre asiático, não reproduzindo a mesma lógica de acumulação de capital de países vizinhos, como Singapura ou Coréia do Sul. A China desenvolveu um modelo que combina a hegemonia política do PCCh, controle de áreas estratégicas, investimentos e liberalização controlada da economia atuando em proveito do desenvolvimento de suas forças produtivas em um alegado plano de construção de soberania e de seu Programa Socialista. A abertura econômica não concedeu ao capital chinês ou estrangeiro o *status* de dominância política como ocorreu na Rússia de Gorbachev¹⁹⁰, por exemplo. Na China, o mercado atua como um instrumento para estimular a produção industrial e a inovação, mas não se sobrepõe ao poder político exercido pelo PCCh. A dinâmica do desenvolvimento econômico chinês fica expressa em sua particularidade a seguir:

One often hears that China is following an industrial policy rather similar to that followed by Japan, Korea, and other earlier fast developing East Asian economies, so-called “developmental states.” This is wrong in multiple dimensions. On one hand, China inherited a legacy of total government control when it entered the contemporary era. To be sure, that government control, as of 1978, was completely dysfunctional. However, precisely because the command economy was so distorted, policy-makers had to give all their attention to implementing market reform without blowing up the economy; they had no conceptual space nor effective instruments for implementing Japan-style industrial policy. While Japan and Korea layered industrial policy on top of reviving war-shattered economies, those economies were primarily market-based and small-scale. China’s starting point was precisely the opposite, and it spent thirty years throwing off the legacy of excessive direct government control (Naughton, 2021, p. 15).

Mas se tudo isso é verdade, é igualmente verídico que o acelerado desenvolvimento das forças produtivas chinesas e a superação de sua condição de atraso econômico e pobreza também tiveram custos monumentais. Para além

¹⁹⁰ Levando em conta as análises de Brown (1996), compreendemos que a *Perestroika* (em russo: Перестройка) e *Glasnost* (Гласность) contribuíram diretamente para a dissolução da antiga URSS em uma remodelagem política e econômica que visou promover não apenas a entrada de capitais no país, mas revogar a constituição soviética e o seu legado. Se a *Perestroika* promoveu a ampliação da ação do grande capital nas estatais, a *Glasnost* impulsionou transformações políticas substanciais que precipitaram o encerramento da hegemonia do PCC no país, a separação do bloco de Repúblicas Socialistas, a instituição do poder político do grande capital nos centros decisórios e a participação política nos moldes ocidentais.

das grandes crises ou tragédias sociais que tiveram os seus ápices durante o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, a Reforma e Abertura trouxe consigo novos pontos de desequilíbrios que se manifestaram na forma de contradições políticas, sociais (em que destacamos a sua expressão trabalhista) e ambientais. Politicamente, como podemos conferir em Pantsov; Levine (2015), a Reforma e Abertura gerou em uma parcela da base social chinesa, especialmente estudantes e trabalhadores urbanos, questionamentos sobre uma possível correspondência política ao movimento econômico que estava sendo empregado sob a liderança do PCCH.

As reformas perpetradas a partir da liderança de Deng Xiaoping ocorreram em uma perspectiva internacional de falência e dissolução do bloco dos países socialistas, especialmente no leste europeu. Em paralelo, a articulação neoliberal ganhara força na geopolítica mundial com a liderança dos Estados Unidos, então governados por Ronald Reagan, e do Reino Unido, sob a governança liberal-conservadora de Margaret Thatcher. Esse contexto internacional, bastante favorável ao avanço do imperialismo ocidental à sombra da égide neoliberal, teve efeitos também sobre a política interna da China. Como relatado por Becker (2019), o governo norte-americano buscou através de seus meios provocar desestabilização na esfera da política interna da China com o objetivo claro de instigar uma contrarrevolução no país e derrubar o regime socialista que vigorava desde 1949. Tendo em vista a derrocada do Bloco Socialista no leste europeu, o governo dos Estados Unidos pareceu enxergar o momento propício para criar uma frente antissocialista e contrarrevolucionária no continente asiático.

Dessa forma, sob o pretexto de promover uma abertura democrática no padrão ocidental na China, os Estados Unidos financiaram uma voraz máquina de propaganda anticomunista destinada principalmente aos jovens estudantes universitários espalhados pelas grandes cidades chinesas. Esse modelo de desestabilização política, que atualmente é conhecido como “Guerra

Híbrida”¹⁹¹, foi exercido pelos Estados Unidos contra a China através de financiamento, agência de espionagem e veículos de comunicação que chegavam aos lares das famílias chinesas com notícias invariavelmente desastrosas sobre o governo chinês e suas atividades. Desse modo, como Becker (2019) expôs, redes de comunicação como a rádio *A Voz da América* (em inglês: *The Voice of America*) levava para a opinião pública chinesa relatos sobre como estariam sendo oprimido por um governo “autoritário”, “corrupto” e que seguia um arquétipo econômico “internacionalmente falido”.

Evidentemente, embora seja verdade que o poder descomunal da propaganda não possa ser descartado dentro da balança política, seja na China ou em qualquer outro lugar, também é verdade que a China enfrentava graves problemas no final da primeira década de efetividade da Reforma e Abertura. Como observado por Luo (2021), a descentralização das atividades econômicas e da atuação estatal se por um lado, propiciou uma rápida expansão das atividades produtivas, também teve como implicação o aumento da desigualdade socioeconômica e da corrupção praticada pelos funcionários públicos em todas as províncias e ramos profissionais e administrativos.

A prática difusa de favorecimentos e ganhos escusos estruturada em um conjunto de relações promíscuas exercidas junto ao capital privado e desempenhada por oficiais, quadros políticos/administrativos e funcionários públicos de diversos níveis terminara por minar a credibilidade da governança chinesa para uma parcela da população, especialmente entre a classe estudantil universitária. As diversas formas de corrupção se estabeleceram de modo resiliente e generalizado, provocando rombos orçamentários que dificultavam uma racionalização mais precisa da gestão das demandas sociais. Práticas que

¹⁹¹ Como amplamente analisado por Hoffman (2007), Guerra Híbrida é uma forma de intervenção externa que se caracteriza pela combinação de táticas convencionais, como operações militares, com táticas inovadoras como ataques cibernéticos, financeiros/especulativos e de propaganda. Nessa modalidade de conflito, a tecnologia e o monopólio da informação exercem grande influência, principalmente na busca pela manipulação da opinião pública e outras formas de efetivar a desestabilização de governos não alinhados aos interesses internacionalmente hegemônicos.

mesmo duramente combatidas, permaneceram nas entrelinhas da vida política e administrativa da China por muitos anos, como o relato a seguir deixa evidente:

Since 1978, the Chinese government has launched four anti-corruption campaigns. The first one, which began in 1982, targeted economic crimes with significant success. 136,024 cases of economic crime were investigated, of which 44,000 were brought to trial with 26,000 people convicted and 44,000 persons surrendering themselves to the police [...] The second anti-corruption campaign, which began in late 1983 and lasted until early 1987, concentrated on consolidating party organizations. During this movement, a large number of party members who had violated party discipline or engaged in corrupt activities were punished, including 35,616 senior officials at the county level and above. The third anti-corruption campaign began in 1988 and reached at its peak in the late 1989. A huge number of corrupt officials were punished or surrendered themselves to the anti-corruption agencies. According to official statistics, 116,763 cases of graft, bribery and other relevant crimes were heard by the Procurators in 1989, of which 58,726 cases were investigated and prosecuted, 20,794 criminals were arrested, 482.86 million yuan were recovered, and 36,171 officials surrendered themselves to the anti-corruption agencies from 15 August 1989 to 31 October 1989 [...] The fourth anti-corruption campaign began in the late 1993 and has lasted to the present. This campaign had three goals: addressing the issue of self-regulation of senior officials; strengthening the investigation and prosecution of large-size corrupt cases, and forcefully curbing unhealthy tendencies within the government departments. The newest anti-corruption campaign has had some positive effects as indicated by the slight improvement of the corruption degree in China after 1995 perceived by Transparency International. But the situation facing anti-corruption agencies is still very serious and there is no reason for optimism (He, 2000, p. 267, 268).

As ilicitudes dos agentes públicos existiam muito antes da vigência da forma republicana e socialista de governança que foi implementada no país; se adaptando a diferentes regimes e contextos históricos e sempre atuando na mediação de interesses privados que se sobrepujam muitas vezes às necessidades públicas. Foi assim no Império e no mando político absolutista que o caracterizou e também com o advento do domínio estrangeiro que se impôs ao país após as Guerras do Ópio. Com a hegemonia política dos comunistas e as articulações resultantes da prevalência de uma nova forma estatal na China, as buscas pelo favorecimento privado prosseguiram se adaptando às brechas existentes na lei e nas falhas na fiscalização por parte do poder público. Embora a corrupção não possa ser categorizada como um problema exclusivo do mando político do PCCh na China, como prática, ela se sobressaiu nas diferentes fases

do regime. Perpetrada largamente tanto no contexto maoísta quanto na abertura efetuada sob a tutela dos reformistas chineses, a corrupção seguiu desafiando a ordem social e a estabilidade governamental, como analisado por Luo:

Após a reforma e a abertura do país, é possível contextualizar a transformação económica da China em quatro partes, ligadas às características da economia planificada, sendo elas a liberalização económica, descentralização, privatização e globalização económica. Consequentemente, estes novos comportamentos e fenómenos dos agentes económicos estão para além do âmbito do sistema anterior, o que acaba por proporcionar oportunidades onde surjam comportamentos especulativos, incluindo corrupção. O novo sistema correspondente ao sistema socialista de economia de mercado ainda não fora estabelecido, criando um "vazio" ou lacuna no sistema e impedindo uma contenção atempada dos comportamentos especulativos. Como resultado, são criadas brechas institucionais que originam amplas oportunidades para a corrupção. Isto deve-se ao facto de, tendo em conta a natureza do sistema e aos efeitos da transição gradual, este está sujeito a ficar para trás do processo de transformação económica. (Luo, 2021, p. 25, 26).

Nessa perspectiva, embora a propaganda norte-americana tenha se apropriado do problema e construído uma narrativa voltada à destruição do regime socialista na China, existia uma crescente demanda anticorrupção no país que se mostrou forte o suficiente para mobilizar uma parcela de sua opinião pública em protestos que se mostraram cada vez mais radicalizados. Para certa gama de ativistas intelectuais, como Wang Chaohua (2018), a disseminação da corrupção e outras questões que afligiam a classe trabalhadora chinesa estava sendo reproduzida também como uma decorrência da *financeirização do patrimônio público* pelo PCCh e baixa participação popular no debate político e nas instâncias decisórias do país. As reformas instituídas junto ao plano Reforma e Abertura teriam, nessa visão, privilegiado excessivamente o bojo económico do regime enquanto a sua forma política seguiria negligenciada em seus aspectos de participação popular. Algo que Chaohua expressa com loquacidade no seguinte fragmento:

Se a liderança do PCC estivesse realmente enraizada nas tradições revolucionárias, teria reconhecido a necessidade de um debate aberto sobre as lições a serem tiradas da Revolução Cultural e sobre o propósito essencial de uma revolução socialista. Teria sido ávida por encontrar maneiras de garantir às massas o acesso à participação política institucionalizada. Não teria explorado as memórias do caos da Guarda Vermelha para censurar todo tipo de movimento social vindo de baixo. Infelizmente, fracassou em todos esses testes. Com uma

popularidade muito maior e um risco muito menor de crise política no início da Era da Reforma e Abertura do que tinha Gorbatchov em 1986, Deng Xiaoping e seus companheiros anciãos estavam determinados a não deixar que as esperanças de reformas políticas ameaçassem o seu poder – se necessário, revertendo as mudanças para melhor que eles próprios haviam introduzido, ou permitido, a fim de preservá-lo. A habilidade estratégica e a confiança que mostraram serviram aos interesses do partido como um detentor do poder, e não aos das pessoas e da sociedade a que a revolução original propunha servir (Chaohua, 2018, p. 92).

Para além dos desvios de conduta dos agentes públicos em proveito de favorecimentos privados que contrariavam o interesse coletivo, havia também o impacto que as reformas econômicas causaram sobre os trabalhadores. A responsabilidade direta pela execução do programa desenvolvimentista e pela aceleração do crescimento econômico recaiu sobre a classe trabalhadora dos campos e cidades chinesas, exigindo muito de suas forças, ainda que no atendimento de princípios mais racionalizados do que os que vigoraram durante o Grande Salto Adiante. Como ilustrado por Pinheiro-Machado (2018), as condições de trabalho continuaram sendo bastante precárias para o atendimento dos planos de formação de capital elaborados pelas lideranças chinesas. Graças a isso, os trabalhadores continuaram submetidos à jornadas longas e exaustivas, ambientes insalubres, baixas remunerações, assédios e usufruto do trabalho infantil. Se é um fato que as condições gerais de vida melhoraram na China, também é correto afirmar que a sobre-exploração da classe trabalhadora persistia ocorrendo em todos os sentidos.

As reformas instituídas pelo Comitê Central do PCCh trouxeram uma nova dinâmica para o desenvolvimento econômico chinês, mas também foram responsáveis pela subtração de diversos direitos dos trabalhadores. Como Chaohua (2018) explanou, ela mesma uma das lideranças dos protestos que ocorreram na China em 1989, a prevalência das reformas econômicas sobre as políticas foram determinantes para que a classe trabalhadora chinesa arcasse com o ônus do desenvolvimentismo almejado. Como a autora ressaltou, essa situação fez com que *A ligação entre a indústria nacionalizada e os programas de proteção relativa da classe trabalhadora tornaram-se há tempos coisa do passado* (2018, p. 106). Nessas circunstâncias, os salários ficaram estagnados

por vinte anos e se maximizou a exploração da força laboral chinesa no que as autoridades denominaram de *Desenvolvimento de Sobrevivência* (em chinês: 生存发展); etapa que cumpriria funções acumulativas para que se lançasse as bases para a construção de uma sociedade moderadamente próspera (Xiaoping, 2001).

O fato é que a dureza dos imperativos materiais somada à frustração dos trabalhadores chineses com os constantes abusos, a corrupção e a interdição da participação política direta forneceram condições para que uma parcela da população passasse sentir forte descontentamento com a situação geral do país, colocando a China sob aguda ebulição social. Vale lembrar, como destacado por Pinheiro-Machado (2018), que a China possui uma forte tradição histórica de insurgências populares e que esse legado tinha se estabelecido com especial vigor nos últimos 150 anos. Dentro dessa configuração social, as lutas políticas se instituíram em torno de diversas questões (salários, acesso a saúde, habitação e como veremos no Capítulo 5 desta Tese, pelo direito de usufruir de um meio ambiente equilibrado) em um plano horizontal, ainda que necessitassem ser pré-aprovadas em grande medida pelas autoridades chinesas.

Feito esse exercício de contextualização, parece-nos factível que a propaganda norte-americana e as intenções golpistas alimentadas pelo Ocidente ganharam alguma ressonância entre uma parcela dos estudantes e intelectuais chineses também porque havia determinado nível de instabilidade no país. Como analisado por Chaohua (2018), havia uma demanda social por reformas políticas em uma determinada fração da classe trabalhadora e estudantil que participara ativamente das ocorrências que culminaram no fim da hegemonia maoísta e da *Camarilha dos Quatro*. Uma geração comprometida em lutar por uma maior participação na política formal e pela melhora das condições gerais de vida em uma perspectiva própria da luta de classes. Como o enxerto seguinte deixa esclarecido:

Vimos que a principal força a impulsionar as mudanças após a morte de Mao foi uma reação contra a Revolução Cultural. No entanto, isso nunca foi apresentado como uma revolta contra o socialismo. Tanto no

discurso oficial como no entendimento popular, a Revolução Cultural foi tratada como o socialismo que deu errado. Do ponto de vista econômico, a revolução socialista não significava manter as pessoas na pobreza. Do ponto de vista político, ela prometia a emancipação em vez da tirania demagógica exercida pelo “Bando dos Quatro”. Em um movimento de “libertação do pensamento”, os apelos à democracia socialista na imprensa ao mesmo tempo encorajaram ativistas e beneficiaram Deng em suas lutas pelo poder dentro do Partido. Uma vez que o ambiente internacional já não era tão hostil à China como nas décadas de 1950 e 1960, e quadros do partido – ainda não corrompidos – seguiam capazes de implementar diretivas, essa deveria ter sido a oportunidade ideal para o PCC experimentar um socialismo genuíno, com apoio popular e toda uma geração de jovens ansiosos por participar (Chaohua, 2018. p. 91, 92).

A perspectiva veiculada por Chaohua diverge parcialmente de interpretações como as de Becker (2019), que apresentam protestos políticos como os ocorridos em Tiananmen, em 1989, como resultado das intervenções do Ocidente sobre a política interna chinesa. No entanto, existia uma conjuntura realmente complexa na China e as reivindicações estabelecidas pelos ativistas chineses não podem ser reduzidas à *simples quimeras ideológicas de estudantes manipulados pela propaganda norte-americana*. O que podemos extrair das análises é que houve uma profusão de manifestações em prol de melhorias de condições de vida e trabalho e por ampliação da participação política que o Ocidente julgou poder direcionar em proveito de sua própria hegemonia global.

Os manifestantes situados mais à esquerda se colocavam de modo refratário à abertura econômica instituída sob a liderança de Deng Xiaoping. Dentro dessa escola de pensamento, o redirecionamento econômico promovido equivaleria ao “revisionismo” tão severamente combatido pelos revolucionários maoístas décadas antes e colocaria em sério risco a estrutura social montada após a conquista do poder político pelos comunistas. A preocupação dessa parcela estaria correlacionada também ao funcionamento dos órgãos estatais, aos cargos que ocupavam na esfera pública e aos benefícios conquistados a duras penas que ficaram sob ameaça devido às mediações instituídas pelo poder público junto ao capital. Essa ala dos manifestantes ganhou as ruas com motivações mais pertinentes aos princípios de construção do poder popular, manutenção da burocracia estatal e proteção social, divergindo, portanto, dos

estudantes e intelectuais que desejavam uma maior abertura ao modelo político e econômico ocidental. Ou como sintetizado por Fewsmith:

Leftists, on the other hand, emphasized ideology. They did so for several reasons. Many were products of the propaganda “system” (xitong) and thus had a vested interest in maintaining the political relevance of their competencies. Central ministries also had a vested interest in conservative ideological interpretations, because emphasizing such themes as “the planned economy as primary” or “state-owned enterprises as pillars of the economy” bolstered their importance in the political system. Leftist ideology also appealed to the vast numbers of Party cadres who worked in state-owned enterprises, whose relevance was thrown into question by the economic reforms. By 1979 Deng had already raised the issue of removing Party committees from enterprises, an issue that continues to fester two decades later. Thus, leftists saw Deng’s reforms as undermining ideology and weakening the “fighting strength” of the Party. Market-oriented reforms, decentralization, and opening to the outside world all threatened these beliefs and interests (Fewsmith, 2004, p. 28).

As razões que estimularam a ala esquerdista dos manifestantes a ir às ruas, obviamente não dialogavam muito com a parcela interessada em promover uma abertura política e econômica no modelo do liberalismo ocidental na China. Esses, segundo os apontamentos feitos por Becker (2019), receberam financiamento e armamentos para que constituíssem um contingente contrarrevolucionário que desencadeasse uma guerra civil na China ou que pelo menos precipitasse acontecimentos semelhantes aos que incidiram na Europa Oriental. Esse destacamento estudantil e de intelectuais, contrário ao regime político existente na China e desejoso de uma conversão plena do país em uma sociedade capitalista moderna, procurou constituir uma linha de frente nos protestos para direcioná-los para muito além das reivindicações comuns aos trabalhadores chineses.

Os protestos, inicialmente com predominância pacífica e com um direcionamento inclusivo em suas reivindicações, foram ganhando contornos mais virulentos; escapando parcialmente das buscas por reformas e participação política para assumir uma diretriz pró-Occidente. Conforme relatado por Vogel (2011), as tensões e desconfianças foram ganhando volume especialmente após a morte de Hu Yaobang (1915-1989); proeminente liderança do PCCh que se mostrou favorável às reformas políticas na China e que contava com a simpatia de grande parte dos intelectuais e membros do corpo estudantil. Dessarte,

muitas das novas palavras de ordem dos manifestantes exigiam a deposição das lideranças chinesas e a constituição de um modelo democrático mais próximo ao que vigorava nas potências capitalistas ocidentais. Enquanto isso, a emissora de rádio A Voz da América continuava estimulando o clima de efervescência que tomava conta das ruas e praças chinesas com notícias sobre uma possível prisão do *Premier* Li Peng (1928-2019) ou mesmo sobre uma hipotética morte de Deng Xiaoping.

Figura 13: Manifestantes sentados em volta à uma réplica da Estátua da Liberdade.



Fonte: Revista Ópera (2019).

O fato é que como é possível ver em Vogel; Davis (1990), os humores de agitação política escalonaram a ponto de culminar nos eventos trágicos ocorridos na Praça Tiananmen, em junho de 1989; em que foram deflagrados graves conflitos entre o Exército de Libertação do Povo e os manifestantes. O número de vítimas fatais ou não continua impreciso em uma conta que, mesmo tendo passado mais de três décadas, ainda se encontra refém das narrativas. As estimativas de mortos e feridos podem variar substancialmente dependendo

de quem estiver relatando os acontecimentos. Se por um lado, a propaganda governamental insistiu em destacar as ocorrências de violências praticadas contra os agentes do Estado, por outro a mídia pró-Occidente não se fartou em levantar editoriais de glorificação e vitimização dos manifestantes a exemplo do que já havia feito em outros momentos de crise na China. Como reforçado por Becker (2019), conglomerados midiáticos ocidentais como o *Wall Street Journal* e *Fox News* saudaram os manifestantes como “combatentes da liberdade” enquanto se ocupavam em demonizar o governo chinês em seus editoriais.

Todavia, se os protestos que ocorreram - seja em sua perspectiva à direita ou à esquerda do espectro político - não conseguiram derrubar o regime, tencionaram-no o suficiente para que as autoridades chinesas se empenhassem em articular ajustes graduais em seu plano de desenvolvimento econômico e no modelo de participação política existente. Como Martins (2009) deixou esclarecido, os episódios de violência e a repercussão internacional causada serviram para elevar a preocupação governamental com a segurança e sobrevivência do regime em uma linha de ação política efetivada em dois sentidos: o de reforçar a vigilância e controle sobre os grupos políticos organizados e em iniciar uma reforma gradual na esfera da participação política no país.

As autoridades chinesas já haviam assimilado a necessidade de se construir vias mais amplas para a participação popular, mas temiam, sobretudo, a desintegração do sistema político da China na forma como ocorreu na União Soviética. Receio que desde então tem acompanhado as principais lideranças do PCCh e as estimulou a adotar um controle preventivo ainda mais severo contra as chamadas “Revoluções Coloridas”¹⁹² e seus efeitos na política. As

¹⁹² Baseando-nos nos estudos de Sharp (2010), compreendemos que as denominadas “Revoluções Coloridas” ocorreram como uma série de movimentos de protestos e transformações políticas que ocorreram em diversos países, a partir do final do século passado e seguindo até os dias atuais. Esses movimentos costumam ser identificados pela proeminência de manifestações não violentas. Cada movimento ficou conhecido por um símbolo ou cor específica, como a “Revolução das Rosas” na Geórgia (2003) ou a “Revolução Laranja” na Ucrânia (2004). Em seus fins alegados, os movimentos buscavam promover a democratização em moldes liberais, com a busca de promoção de uma agenda econômica voltada à

eventuais reformas no âmbito da participação política seriam perpetradas dentro de um movimento cauteloso, de modo que não trouxessem novas instabilidades ao ambiente político da China. Ou como discorrido por Martins:

[...] todas as organizações civis tiveram de voltar a registar-se para conseguir exercer a sua actividade. O conceito de sociedade civil que estava a tomar forma ao longo da década de 1980, de repente desintegrou-se. Actualmente nenhuma organização com fins explicitamente políticos ou ligada ao Tibete é bem-vinda. Somente as organizações que procuram dar apoio às populações pobres ou com fins ambientais são incentivadas (Martins, 2009, p. 103).

As mudanças foram consagradas de forma gradual e considerando a integralidade do campo social chinês. Se de alguma forma o governo chinês se sentiu obrigado a escutar os recados das ruas, também ponderou que a construção da participação popular na política deveria ocorrer segundo as suas particularidades históricas e necessidades na busca por um modelo funcional de democracia. Dentro desse princípio, como Wang Huning (1991), um dos principais quadros intelectuais da política chinesa, sustentou, a China se empenha não em seguir politicamente os regimes ocidentais, mas em construir *uma democracia popular em todo o processo*. Em sua objetividade, busca-se combinar a participação popular na política com a estabilidade e preservação da centralidade governamental. Nesse modelo, a participação e a noção de cidadania se estabelecem em diversas etapas da governança em um prisma consultivo e fiscalizador, mas também na formulação de políticas públicas. A perspectiva de democracia, desse modo, ocorre para muito além do voto, embora questionamentos sobre os seus limites sejam sempre levantados.

Dessa forma, o paradigma chinês de governança e atividade política difere bastante do modelo liberal e competitivo preponderante no Ocidente. A formação histórica da sociedade chinesa, a visão comunitária predominante e o legado cultural oriundo do confucionismo, budismo e taoísmo contribuíram para o desenvolvimento de uma sensibilidade política particular na China, assim como

transparência e a responsabilidade governamental. O que costuma levantar suspeições de que são movimentos impulsionados a partir dos órgãos de inteligência do governo norte-americano para desestabilizar governos e regimes contrários aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos.

em boa parte do Oriente. Como Cheng (2023) deixou elucidado, o arcabouço cultural do povo chinês originou uma percepção política que atribui ao poder público o cumprimento de finalidades éticas e de bem-estar social. Nesse parâmetro, as lideranças políticas são incumbidas de implantar um determinado tipo de governança carismática capaz de conduzir a coletividade para o caminho da consonância e equilíbrio.

Nesse ponto de vista, como o Presidente Xi Jinping (2014) explanou, o campo democrático existe a partir de um determinado sentido de funcionalidade que complementa o Programa Socialista Chinês e a via de desenvolvimento econômico implementada; constituindo uma unidade estabelecida sobre pontos divergentes. Se o conceito político formulado por Deng Xiaoping de "Um país, dois sistemas"¹⁹³ (em chinês: 一个国家, 两种制度) foi instituído a partir da coexistência de elementos de planificação econômica com os da economia de mercado, politicamente, a sua correspondência tem sido encontrada na junção de princípios da ditadura popular com os de uma forma democrática supervisionada; em que o Partido Comunista se sobressai sobre todas as outras organizações em um regime híbrido que combina centralismo e participação.

No entanto, como podemos depreender nos estudos de Chan (2001), embora as reformas políticas e a ampliação da participação popular tenham avançado, as metas econômicas continuaram sendo privilegiadas como o caminho concreto para assegurar o desenvolvimento, soberania e bem-estar do povo chinês. Nesse sentido, como Vidal (2025) deixara expresso, o desempenho econômico e a estabilidade foram concebidos como fundamentos para a legitimidade política do PCCh. Na gradualidade das reformas, o modelo de participação classificado como "democracia em todo o processo" só foi

¹⁹³ O conceito formulado por Deng Xiaoping (2001) de "Um país, dois sistemas" opera segundo objetivos de garantia de integralização soberana e pacífica de territórios como Hong Kong, Macau e Taiwan à República Popular da China.

devidamente oficializado em 2021; integrando a visão chinesa de Estado de Direito, democracia eleitoral e consultiva com participação popular nas etapas de formulação, decisão, execução e supervisão de políticas públicas. Se o monopólio político do PCCh, como Partido/Estado, não sofreu nenhuma abertura à concorrência, a classe trabalhadora chinesa ganhou direitos de maior participação na política interna do país.

Outro ponto fundamental para a busca de equilíbrio social na China está relacionado aos direitos trabalhistas. Em uma sociedade, cuja classe trabalhadora carrega sobre os ombros o cumprimento das elevadas metas contraídas de desenvolvimento econômico, a renovação da força laboral se estruturou como um imperativo para a sobrevivência do regime. Assim, conforme as descrições de Chan (2010) permite-nos concluir, as novas leis trabalhistas foram elaboradas para assegurar a reprodução da força de trabalho e perpetuação do modo de produção dominante em uma dinâmica expansiva. O fim do sistema de emprego vitalício (*Danwei*. Em chinês: 单位) foi uma das mudanças marcantes, concedendo ao trabalhador maior liberdade na escolha de onde e como trabalhar. A admissão de contratos trabalhistas em moldes mais próximos às economias liberais, permitiu uma maior flexibilidade junto ao mercado de trabalho. Mudanças que se não alteraram drasticamente a situação de sobre-exploração existente, sinalizaram para um maior reconhecimento de direitos tanto para os trabalhadores quanto para os contratantes.

A *Lei do Trabalho* (1994. Em chinês: 劳动法), homologada sob a presidência de Jiang Zemin (1993-2003), significou um passo à frente no reconhecimento de direitos em meio às duríssimas condições de trabalho as quais os trabalhadores chineses se encontravam submetidos; trazendo maior segurança aos contratos de trabalho, piso salarial e proteção jurídica contra o assédio e discriminação nas empresas. Junto a isso, foi implementado um sistema de segurança social com determinado nível de amparo ao trabalhador em caso de desemprego, doença e aposentadoria.

Mas como Chan (2010) deixou ilustrado, a evolução das leis de proteção ao trabalho não encerrou as contradições do regime ou o que

poderíamos categorizar como a *luta de classe com características chinesas*. Nesse estágio de consecução do Programa Socialista, embora o poder político não esteja concentrado na burguesia, mas na representação popular materializada no PCCh, as mediações junto ao grande capital atuam como uma determinação para o desenvolvimento das forças produtivas e afirmação de soberania perante o imperialismo internacional. Entretanto, as interlocuções junto ao modo de produção capitalista em um plano de desenvolvimento acelerado trouxeram consigo elementos que historicamente deram forma a luta de classes constituída no capitalismo contemporâneo. O êxito econômico e suas consequências sobre os demais ramos de atuação do Estado (Defesa, planejamento, educação, ciência, tecnologia, proteção social etc.) foi obtido a partir da sobre-exploração da mão de obra barata e disciplinada, especialmente nas indústrias voltadas para a exportação.

Como fica enunciado em Medeiros; Morais (2011), tamanha heterogeneidade de condições fez explodir a desigualdade na China ao mesmo tempo em que os índices de pobreza diminuiriam de forma acentuada pelas décadas seguintes. A perspectiva de acumulação de capital, desenvolvimento das forças produtivas e investimentos modificou a estrutura socioeconômica chinesa da situação de grande igualdade sob pobreza generalizada para a de opulência assentada sobre o crescimento da desigualdade. Estatisticamente falando, se no início da década de 1980 o coeficiente Gini chinês¹⁹⁴ para a renda nacional estava em 0,29 (índice de desigualdade semelhante ao de países como a Alemanha), em 2008 a marca alcançada foi de 0,47. Em 2020, o índice regrediu para 0,38; registro acima do nível de desigualdade existente na China em 1980, mas ainda abaixo ao de outras grandes economias como o Brasil; que em 2023

¹⁹⁴ O índice Gini foi elaborado pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, com o objetivo de quantificar a desigualdade de renda em uma população ao comparar a distribuição real de renda entre os diferentes extratos. O índice Gini, portanto, é uma medida estatística usada para avaliar a desigualdade de renda ou riqueza em uma população. Ele varia de 0 a 1, onde 0 (zero) representa a igualdade perfeita, onde todos têm a mesma renda ou riqueza e 1 (um) representa a desigualdade absoluta. Dessa forma, quanto mais próximos de zero os contingentes populacionais existentes em dado território estiverem, menos desiguais economicamente eles se encontram.

registrou a marca de 0,51 Gini. A evolução da desigualdade na China tem no fragmento abaixo a seguinte explicação:

O caso chinês pós-1978 é, evidentemente, particular em função da sua posição clássica de oferta “ilimitada” de mão de obra (e também da sua particular curva populacional, por conta do aumento populacional durante o maoísmo versus o controle de natalidade pós-Deng) e do ritmo acelerado de urbanização e transferência de mão de obra da agricultura para a indústria e serviços. De qualquer forma, a segmentação genérica de rendimentos [...], com remunerações do trabalho hierarquizadas entre trabalhadores agrícolas no piso, trabalhadores urbanos informais em um patamar um pouco superior e trabalhadores urbanos formais no patamar seguinte, é rigorosamente válida para a China hoje. A diferença crucial, entretanto, é que o crescente grau de informalidade após meados dos anos 1990 veio de um legado de economia planificada, para o qual as categorias de desemprego ou de trabalhador informal eram numericamente irrelevantes (e nem sequer a instituição “mercado de trabalho” existia). E a segmentação fundamental no mercado de trabalho urbano hoje acontece entre trabalhadores migrantes sem registro e trabalhadores residentes, regulada por uma das instituições mais fundamentais para o mercado de trabalho urbano chinês, o hukou, ou o registro de moradia do cidadão (Medeiros; Morais, 2011, p. 105)

Como podemos extrair das pesquisas de Wang; Wei (2022), a pobreza na China vem declinando de forma inegável. Desde a implantação das reformas econômicas o percentual de pessoas vivendo na extrema pobreza regrediu de cerca de 88% em 1981 para o percentual de 0,2% da população em 2022. Uma redução que em números absolutos beneficiou mais de um bilhão de chineses. Uma progressão no desenvolvimento humano sem paralelos na história moderna e contemporânea e resultado da combinação de hegemonia política, planejamento, investimentos em larga escala e trabalho. Entretanto, o país ainda sofre com graves problemas e contradições que se manifestam seja na forma política, seja na forma econômica do regime e suas incidências sobre a exploração da força laboral e meio ambiente.

Conforme as análises de Chan (2010), o sucesso econômico da China reside em boa medida na exploração de duras condições de trabalho e exploração da mão de obra barata e razoavelmente qualificada. Um modelo de desenvolvimento que trouxe resultados inequívocos. Em contrapartida, a classe trabalhadora chinesa, cada vez mais participativa na política do país, tem se organizado em proveito de melhores salários e ampliação de direitos sociais,

trabalhistas, ambientais e políticos. Essa classe trabalhadora tem se lançado em inúmeros protestos e greves nas últimas décadas em que reivindicam transformações nas relações de trabalho/produção e por uma melhor distribuição da abundância econômica que a China acumulou a partir da Reforma e Abertura.

A greve organizada em duas fábricas da Honda, nas cidades Foshan (em chinês: 佛山) e Wuhan (em chinês: 武汉) por reivindicações salariais, melhorias em condições de trabalho e criação de um sindicato independente são encaradas como um marco dentro das lutas trabalhistas no país. A greve, que contou com a adesão de cerca de dois mil trabalhadores, foi levantada especialmente contra uma determinação do Comitê Central do PCCh que limitava os salários dos trabalhadores a não mais que 477,00 yuans (cerca de 57,00 euros). A medida visava tornar o mercado de trabalho chinês atrativo para o capital estrangeiro e conceder mais pujança a economia interna do país.

Todavia, a base de trabalhadores da multinacional japonesa decidiu se organizar contra o decreto e paralisou as atividades na perspectiva de conseguir melhores benefícios. A China havia se transformado no maior mercado automobilístico do mundo¹⁹⁵, sem, no entanto, que os trabalhadores das montadoras pudessem ter acesso ao produto de seu labor devido as baixas remunerações que recebiam. Os significativos impactos que as reformas tiveram sobre a economia e desenvolvimento chinês ainda não se fazia sentir proporcionalmente nos ganhos salariais da massa de trabalhadores.

A luta dos operários das fábricas da Honda expressou bastante sobre a dimensão das lutas sociais na China e a configuração particular da exploração da mão de obra no país. Após cruzarem os braços e requisitarem melhorias, sobretudo em suas remunerações, os trabalhadores chineses conseguiram amealhar do patronato japonês uma proposta de aumento salarial. Contudo, como ilustrado por Nabuco (2012) o governo da província de Guangdong se posicionou de forma contrária à concessão, por acreditar que estimularia novas

¹⁹⁵ Para maiores informações: [Greve na Honda chinesa por causa dos salários baixos | PÚBLICO](#).

greves e instabilidades no país. Como Mori (2010) reportou, membros do Partido Comunista e representantes da *Federação Chinesa de Sindicatos* (em chinês: 中国工会联合会), único sindicato reconhecido pelo governo chinês, chegaram a reprimir e agredir fisicamente os trabalhadores para que voltassem a seus postos. No entanto, a luta obstinada dos operários não recuou e conseguiu impor ao setor governista uma derrota diante da organização popular. Após mais de duas semanas de paralização e negociação com o patronato e o governo provincial foi decidido conceder aos trabalhadores um reajuste salarial de 24%.

Ainda que as reivindicações não tenham obtido grande êxito fora da esfera salarial (não conseguindo construir um sindicato independente ao PCCh, por exemplo), a greve nas montadoras da Honda é considerada um marco nas lutas trabalhistas na China. O levante organizado diretamente pelos trabalhadores demonstrou que havia, por parte da classe operária, a consciência das contradições objetivas existentes entre as formas políticas e econômicas do regime e a força de trabalho que o sustenta e reproduz. Mesmo que a classe trabalhadora chinesa tenha experimentado boa evolução em seu padrão de vida nas últimas décadas, é notável o restrito domínio que possui sobre as riquezas que gera. Como analisado por Chau (2022), as lutas operárias têm se espalhado para vários setores produtivos do país. Na construção civil, por exemplo, diversos protestos e greves ocorreram em províncias situadas no norte da China como Shandong, Shaanxi e Henan; sendo logo seguidas por Jiangsu e Guangdong. Manifestações que na maioria das vezes estão relacionadas à questões salariais, mas que também envolvem diversas outras contradições do regime, inclusive a baixa qualidade do ar nas cidades industriais¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Em matéria publicada na revista Istoé Dinheiro (2021), consta que, embora a qualidade do ar tenha melhorado em uma perspectiva geral na China, os índices de poluição atmosférica apresentaram uma piora a partir da retomada das atividades industriais após conseguirem atingir um maior controle sobre a propagação da covid-19 no país. A persistência do uso de combustíveis fósseis, sobretudo o carvão mineral contribuíram para o aumento da emissão de gases poluentes. Apesar de tudo, em 2020 a qualidade do ar melhorou em 86% de suas cidades, segundo consta em matéria publicada em Brasil de Fato (2021). Para maior precisão quanto as informações, seguem os links: [Poluição atmosférica está de volta a níveis anteriores à Covid-19 na China - ISTOÉ DINHEIRO](#) ; [Em 2020, qualidade do ar melhorou em 86% das cidades chinesas - Brasil de Fato](#).

O fato é que os contrassensos estruturais que compõem o presente estágio do socialismo chinês e sua existência concreta como uma economia de mercado continuam sendo determinantes para que diversos episódios de insubordinação popular tenham ocorrido na China nas últimas décadas. Segundo consta no *China Labor Bulletin* (2024), em 2023, o número de protestos e greves no país chegou à impressionante marca de 1.794; atingindo setores da construção civil, manufaturas, transportes, além dos trabalhadores agrários. Esses últimos, mesmo perdendo a dominância numérica que exerciam no sistema produtivo da China continuam sendo uma força relevante nas lutas políticas. As contradições materiais que envolvem trabalho, qualidade de vida, meio ambiente e participação política continuarão dando a tônica nas lutas da classe trabalhadora chinesa em um contexto particular de governança centralizada, forte acumulação interna de capital e um cenário internacional de forte crise do capitalismo¹⁹⁷.

Conforme o Presidente Xi Jinping (2022) tem analisado, o estágio atual do Programa Socialista Chinês não está formulado como um= modelo definitivo em sua construção política e econômica, mas responde às demandas e conjunturas de sua época; estando o Programa em uma fase inicial diante da missão histórica assumida pelo PCCh. Missão que consiste não apenas em elevar o nível de soberania e desenvolvimento da China, mas de inaugurar uma nova era na diplomacia internacional através do que Jinping qualificou como *diplomacia de grande país com características chinesas* (em chinês: 具有中国特色的大国外交). O objetivo expresso desse modelo de diplomacia divergente do modelo disseminado pelas potências ocidentais, é promover tanto o

¹⁹⁷ Segundo Foster (2009), A crise proveniente da quebra da bolha imobiliária em 2008 representa não apenas uma contração no crédito do tipo recorrente na história do capitalismo contemporâneo, mas sinalizou para a crise do que podemos classificar como *financeirização da economia internacional* e do *laissez-faire* especulativo que tem operado no mercado e pautado o capital nas últimas quatro décadas. Como o sociólogo diagnosticou: “Diante da tendência à estagnação própria às economias capitalistas modernas e a escassez de oportunidades novas e rentáveis para aplicação, na economia real, dos grandes volumes de excedente econômico gerado, a financeirização, juntamente com a expansão dos gastos militares, tem se colocado como a principal força propulsora do crescimento econômico desde os anos 1970, através de seus efeitos diretos sobre o emprego e indiretos pelo estímulo à demanda criado pela apreciação dos ativos” (2009, p. 10).

estabelecimento de um novo padrão de relações internacionais como a formação de uma comunidade global multipolar e de futuro compartilhado. É um modelo político, econômico, militar e diplomático articulado no enfrentamento das contradições de seu tempo, mas que também produz dissonâncias como resultado das mediações estabelecidas entre pontos divergentes, assim:

Logo de imediato, ao assumirmos que a *formação social* chinesa é uma miríade onde existem diferentes *estruturas/formações* que assentam diferentes *modos de produção* e suas devidas *lógicas de funcionamento*, **devemos assumir, como uma lógica de funcionamento, que tais formações não se limitam a coexistir. Coabitam em conflito e exercem pressão – uma sobre a outra – aberta entre si.** Por exemplo, a expansão da *economia de mercado* pressiona e impõe a *tendência ao desaparecimento da economia natural de subsistência*; o mesmo ocorre na *pressão que a transformação da agricultura em um ramo da indústria exerce sobre a pequena produção mercantil*. O mesmo ocorre entre o *setor socialista* da economia e a *capitalista privada*, com a última sendo pressionada diante da tendência de cada vez maior centralização da grande produção industrial nos 149 conglomerados empresariais estatais e do já citado processo de aumento contínuo do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional (Jabbour, 2021, p. 145).

Porém, se as mediações estabelecidas entre o Estado chinês e o grande capital têm obtido êxito na superação do atraso econômico em que o país esteve mergulhado por décadas, também têm provocado muitos questionamentos sobre os seus limites; sobretudo no que concerne à sua forma política, relações de produção e deterioração do meio ambiente. As contradições entre um regime político voltado à elevação do socialismo como forma superior de organização social e uma economia em que o modo de produção capitalista detêm a hegemonia na geração de valor¹⁹⁸ deixam muitas dúvidas sobre o futuro da articulação entre o Estado e o capital na China. Diante disso, a classe trabalhadora segue mobilizada e lutando para melhorar as suas condições de vida nos campos e cidades, aumentar a sua participação nas instâncias

¹⁹⁸ Como pontuado por Jabbour (2021, p. 145), “**A lei do valor** não é passiva de superação sob o socialismo de mercado visto como parte do início do processo histórico de construção do socialismo. Acreditamos ser essencial essa observação àqueles que, como nós, guardam preocupações sobre os limites da planificação econômica em formações sociais onde pedaços de capitalismo privado não somente estão presentes, como também exercem pressão sobre a formação dominante (socialismo)”.

decisórias do país e no enfrentamento das contradições provenientes da expansão do capital sobre o meio ambiente. A questão ambiental, por sinal, vem pautando as lutas políticas na China como em talvez nenhum outro país e tem ajudado a compor cada vez mais o bojo das manifestações dos trabalhadores.

As incoerências estruturais do regime em sua configuração hodierna trazem consigo limites que, orientando-nos em Jabbour (2021), encontrarão a sua resolução em sua forma mais consistente a partir da superação do atual estágio do socialismo chinês e da conjuntura internacional que enfrenta. O presente momento do socialismo chinês (socialismo de mercado) surgiu em decorrência da superação de pontos de desequilíbrios então existentes (feudalismo, atraso econômico, escassez generalizada, soberania quebrantada etc.) e do estabelecimento de assimetrias correspondentes ao atual período histórico e suas contradições intrínsecas. Nessa condição, a classe trabalhadora segue sendo o motor não apenas da construção do desenvolvimento econômico e social chinês, mas também como o agente das transformações que deverão conduzir o Programa Socialista Chinês a novos patamares. Nessa disposição, a luta de classes na China segue viva em suas particularidades e na perspectiva de superação do capital; seja nas relações de poder, produção ou contradições frente ao ambiente natural. Conforme veremos no capítulo seguinte.

4. A QUESTÃO AMBIENTAL NA CHINA: demandas, avanços e contradições

“Rico é aquele que sabe ter o suficiente”

Lao Tze.

Figura 14: O vasto setor manufatureiro aumentou a demanda por energia na China.



Fonte: bbc.com (2015).

Neste capítulo iremos concentrar-nos na dimensão ambiental do desenvolvimento chinês. Sem dúvida, um dos aspectos mais preocupantes da escalada produtiva que o gigante asiático tem implantado desde a sua configuração como República Popular; especialmente se pensarmos no processo de rápida industrialização que a China atravessou ao longo de poucas décadas e que fez o país ser reconhecido como “a fábrica do mundo”. Todavia, o crescimento econômico e produtivo que permitiu à China reverter as condições de atraso em que estava imersa e retirar mais de um bilhão de seus cidadãos da situação de extrema pobreza a que estavam submetidos teve elevados custos para poder se concretizar da forma como conhecemos.

Como buscamos aprofundar ao longo da pesquisa, a resolução das demandas históricas da China pelo Partido Comunista Chinês, sobretudo em relação à sua unidade, soberania e atraso econômico o levou a empreender esforços para o desenvolvimento de suas forças produtivas de modo sem paralelo na história. Isso fez com que a outrora semicolônia e paupérrimo país passasse a liderar o planeta nos principais índices de crescimento econômico; fazendo de uma sociedade constituída de forma milenarmente agrária na potência urbana e industrial que vem transformando substancialmente a geopolítica mundial.

Todavia, o parâmetro sem igual de desenvolvimento que foi implementado sob a liderança política do PCCh na China acarretou na sobrecarga das duas categorias fundamentais nesse processo: a classe trabalhadora chinesa e o espaço natural do país; que foram sobre-explorados em um grau de intensidade pouco visto em qualquer sociedade minimamente organizada em torno do reconhecimento de direitos.

Se no capítulo anterior estabelecemos uma análise sobre as condições históricas do desenvolvimento das forças produtivas na China pós-guerra revolucionária, neste adentraremos nos impactos da aceleração industrial sobre o espaço natural, suas consequências sobre a classe trabalhadora chinesa, as medidas de mitigação e reversão dos efeitos e suas inconsistências. Isso contextualizado por um cenário internacional densamente demarcado pela concorrência imperialista e sua constante busca por monopólios; o que acarretou sobre a China a subtração de sua soberania, unidade, desenvolvimento e equilíbrio social. Traumas históricos que foram determinantes para que, uma vez no poder, o PCCh assumisse políticas voltadas para a construção de sua autonomia material perante o capital hegemônico. Como podemos observar, as táticas empregadas para a consolidação da autonomia da China perante as nações estrangeiras estiveram centradas principalmente no desenvolvimento de suas forças produtivas em suas diversas vertentes.

A política econômica adotada, contudo, elevou nas últimas duas décadas a China à constrangedora posição de nação que mais devastou o meio

ambiente no planeta, que mais poluiu, que mais lançou de gases de efeito estufa na atmosfera e que mais provocou danos à saúde de sua população devido à degradação das condições do ar, da água e do solo. Situação que, como veremos, provocou uma verdadeira catástrofe sanitária no país; chegando a alcançar, em meados da década de 2010, a assustadora marca de quatro mil mortes por dia devido a problemas respiratórios. Ocorrência que levou a China a um verdadeiro colapso social e que mobilizou a sua classe trabalhadora a lutar pela salubridade dos campos e cidades chinesas.

A gravidade da circunstância impeliu o governo a buscar soluções para o problema e a investir pesadamente em medidas de recuperação ambiental. Não que tenha sido uma preocupação repentina: a China vem atuando como signatária dos principais esforços internacionais pela preservação ambiental desde a Conferência de Estocolmo, em 1972. No entanto, o agravamento dos efeitos de sua produção industrial e das grandes reservas de energia fóssil utilizadas compeliu os seus poderes públicos e privados a buscar alternativas, principalmente em seu setor energético, que pudessem reverter o estado de esgotamento ambiental fomentado. Medidas que iremos analisar em sua consecução, êxitos e contradições ao longo do capítulo.

Entretanto, para chegarmos aos resultados da pesquisa, dividimos esta parte da Tese em três partes; onde na primeira, estabelecemos uma análise sobre as demandas históricas do desenvolvimento econômico chinês e o custo ambiental acarretado por esse processo desenvolvimentista. Assim, analisaremos os impactos das transformações materiais sobre o meio ambiente, a biodiversidade e seus efeitos sobre a base social chinesa. Base que, como adiantamos, arcou com o ônus do crescimento econômico chinês através da sobre-exploração de sua força laboral, mas que foi também extremamente prejudicada pela degradação do meio ambiente; sendo a camada mais exposta às condições insalubres e aos resíduos industriais mais agressivos à saúde.

Mais que isso, no decorrer desta unidade demonstraremos como os resíduos industriais e o uso em grande escala de combustíveis fósseis por parte da China se transformou em um problema que extrapolou em muito as suas

fronteiras; com o país sendo responsável pela metade do consumo de carvão mineral do mundo. O consumo desenfreado de combustíveis fósseis na China em uso doméstico e industrial tem colaborado significativamente para as mudanças climáticas que têm castigado o planeta e colocado sob ameaça a biodiversidade e a própria existência da espécie humana.

Na segunda parte do capítulo debruçaremos sobre as diligências tomadas para a contenção dos impactos de seu setor produtivo sobre a natureza e as medidas de reversão adotadas. Medidas que têm impressionado o mundo cada vez que são anunciadas e demonstradas em seus efeitos; como os investimentos em energia eólica e solar e os programas de reflorestamento implantados, que tem transformado grandes áreas desérticas em florestas. Programas como o *Grain for Green* (em chinês: 退耕还林) têm causado alguma renovação nas esperanças da opinião pública mundial sobre a possível recuperação ambiental do planeta enquanto as autoridades chinesas anunciam ao mundo a expectativa de se construir na China uma “civilização ecológica”. Materialmente falando, nada no planeta tem se comparado aos investimentos perpetrados pelo Estado e capital chinês em proveito da mitigação dos impactos de seu sistema produtivo sobre a natureza. No entanto, existem elementos a se considerar nessa questão e que serão analisados na terceira parte do capítulo.

Enfim, na terceira parte do capítulo faremos a análise sobre os limites e contradições das políticas de recuperação ambiental e produção de energias renováveis que a China vem promovendo. Para isso, procuraremos demonstrar como as grandes mediações feitas junto ao modo de produção capitalista e a concorrência econômica internacional pautada pelo imperialismo tem impedido até o momento que se chegue à uma resolução definitiva do problema da degradação ambiental. Uma situação que tem feito com que os esforços destinados à salvaguarda dos ecossistemas entrem em constante colisão com as metas produtivas e busca incessante por novos espaços para a acumulação. Expansionismo econômico que tem sido encarado pelo Estado chinês como condição fundamental não apenas para assegurar as suas próprias bases de desenvolvimento socioeconômico e soberania, mas para que a China consiga

exercer a posição de liderança na geopolítica internacional como principal articuladora de uma nova ordem multipolar.

Essa posição conflituosa e expansiva do capital chinês tem provocado um redimensionamento em seu setor produtivo e levado o país a exportar parte de seu parque industrial - principalmente em suas modalidades infraestruturais, portuárias e mineradoras - para outros países. Deliberação que tem ajudado a China a exercer uma maior influência geopolítica, ampliar a produção industrial e diminuir a sobrecarga que os empreendimentos acarretam sobre o seu próprio meio ambiente. Isso, conforme veremos, enquanto os países com que estabelece as parcerias industriais enxergam possibilidades de superar as suas próprias condições de atraso econômico através dessas negociações.

No entanto, veremos que isso tem cobrado um preço alto não apenas em relação às forças da natureza, afetadas brutalmente pela indústria pesada, mas também em diversos aspectos de sua vida social ou comunitária. Circunstância que tem na Vila Cajueiro, em São Luís - MA, um bom exemplo e caso a ser estudado. Dessa forma, buscamos demonstrar que os limites da recuperação ambiental repousam sobre a constante ampliação da produção industrial, das mediações instituídas junto ao modo de produção capitalista e sua lógica geográfica que, como aponta Harvey (2006), necessita perenemente do domínio e aquisição de novos espaços para a acumulação. Sem uma transformação substancial nessa lógica, contextualizada pelo capital monopolista, a questão ambiental segue em aberto e sem uma resolução definitiva.

4.1. O custo ambiental do desenvolvimento econômico saiu na frente

Figura 15: Vista de uma cidade chinesa não identificada durante o ápice da poluição atmosférica que acometeu o país em determinado momento de seu crescimento industrial.



Fonte: <https://www.independent.co.uk> (2015).

O progresso econômico chinês, assim como todo programa voltado ao desenvolvimento acelerado tem acarretado um grande custo ambiental. Baseando-nos em Morton (1995), compreendemos que a crise ambiental alcançou o seu auge na China nas últimas décadas em decorrência dos programas de desenvolvimento econômico direcionados a retirar o país das condições de subdesenvolvimento que o colocaram entre as nações mais empobrecidas do mundo. A situação de enfrentamento de invasões, guerras e a violenta transição em seu regime político resultou em um país devastado, endividado, dependente economicamente e com poucas expectativas de melhoras na qualidade de vida de sua classe trabalhadora.

Dessa forma, como aludido por Brown (2012), logo em seus primeiros anos de vigência, o governo socialista instituído sob a liderança de Mao Tsé-Tung buscou tracejar as vias de superação da condição de atraso em que o país estava submetido e que foi amplamente relatada ao longo desta Tese. Assim, foram estabelecidas metas ambiciosas para serem cumpridas por meio de

diversos programas que almejam levar a China a novos patamares de desenvolvimento das forças produtivas e em suas relações de produção. Isso dentro da dialética material que, conforme apontada por Marx (1982), envolve um processo simultâneo de destruição e construção em que os compostos orgânicos e inorgânicos dão forma aos produtos necessários ao consumo humano e transações econômicas/geração de valor.

Destarte, a transformação da matéria, fundamental para o progresso econômico chinês está articulada a um custo ecológico com poucos precedentes na história moderna e que vem colocando o equilíbrio ambiental dentro e fora de suas fronteiras sob séria ameaça. Ocorrência que, conforme relatado por Morena (2013), inseriu a China em uma situação que a jornalista classificou como um “cataclisma”. Em Pequim, janeiro de 2012, ano marcado pela organização de dezenas de milhares de protestos motivados pela defesa do meio ambiente no país, a escala de medição da concentração de *PM 2.5* por m^3 de ar (as de diâmetro igual ou inferior a 2.5 *micrômetros* são extremamente nocivas pela dificuldade de serem filtradas) chegou a $993\mu g/m^3$. A escala de medição, criada na mesma Pequim pela Embaixada dos Estados Unidos, *vai de $0\mu g/m^3$ (ar “puro”) a $500\mu g/m^3$ (nível de poluição altamente prejudicial à saúde)*. Conforme divulgado pela Organização Mundial da Saúde, *concentrações acima de $100\mu g/m^3$ são consideradas o pior nível para a saúde*¹⁹⁹.

As implicações da inalação de MP sobre a saúde humana são diversas. Segundo Goelzer (2023), entre os principais efeitos das partículas

¹⁹⁹ O *Material Particulado* – abreviado como “MP” em português ou “PM” em inglês – é uma combinação de partículas líquidas e sólidas, que são leves e pequenas o suficiente para permanecer suspensas no ar. Quanto menor a partícula, mais prejudicial ela se torna à saúde humana e de animais em geral. Assim, pesquisadores e reguladores tendem a classificar o PM por tamanho. “PM_{2.5}” refere-se a material particulado de 2,5 microns ou menor. (um micron é igual a um milésimo de metro) PM_{2.5} inclui a subcategoria PM_{0.1} (partículas ultrafinas) que são ainda mais prejudiciais à saúde. A maioria dos materiais particulados finos surgem através de atividades humanas, como incêndios florestais, queima de combustíveis fósseis (através de veículos, fornalhas, fogões, fábricas e usinas), construção de estradas, queima de lixo, tabaco etc. Para maiores informações sobre os riscos que as partículas finas representam para a saúde e sobrevivência humana segue o link: [PM 2,5 – O que são partículas finas e como elas impactam a sua saúde? | Ecoquest](#).

sobre no organismo estão: danos e Inflamação no sistema respiratório, Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas (DPOC), efeitos cardiovasculares, infarto agudo do miocárdio, problemas na circulação sanguínea, estresse oxidativo, agravos oxidativos ao DNA, envelhecimento celular precoce, problemas neurodegenerativos, câncer e diabetes. Conforme veiculado por Sweeney (2021), as partículas MP estão bastante associadas à aquisição de problemas cognitivos, afetando a capacidade de concentração, tempos de resposta e produtividade.

Os impactos do programa desenvolvimentista sobre o espaço natural e seus recursos são muitos; afetando a biodiversidade do país em grande escala. A devastação das florestas chinesas ocorreu de forma bastante agressiva nas primeiras décadas de governança do PCCh, trazendo incalculável prejuízo ambiental ao país. A *Floresta de Qinling* (em chinês: 秦岭森林), localizada na montanhosa província de Shaanxi, no noroeste da China, simboliza bem a abordagem adotada pelo PCCh sobre o meio ambiente. Como pontuado por Xiaoyi (2021), a floresta, assim como a cadeia montanhosa da região, cumpre importantes funções de regulação do clima, conservação do solo, água e de preservação da biodiversidade. A densa floresta abriga mais de 2.600 gêneros de plantas (incluindo pinheiros, abetos e carvalhos) e cerca de 300 espécies de animais (como macacos, cervos e os famosos pandas gigantes). No entanto, o ecossistema da região ficou agudamente avariado devido à exploração desenfreada que ocorreu no atendimento de programas desenvolvimentistas como os Planos Quinquenais, Grande Salto Adiante e Reforma e Abertura.

Prosseguindo nas exposições de Xiaoyi (2021), a floresta sofreu com a exploração desencadeada pela indústria madeireira, extrativista, ocupação ilegal e pela expansão das atividades agrícolas; que avançou sobre o seu bioma na procura de terras ainda não cultivadas. Considerada uma das áreas-chave da diversidade global, o ecossistema da região sofreu com a *pressão ambiental* resultante do aumento das contradições entre as políticas de desenvolvimento econômico e o ambiente natural da China. Desse modo, a floresta sofreu com um intenso desmatamento e com a retirada da vegetação nativa em proveito da

agricultura, extrativismo e pecuária intensiva. Atividades que contribuíram para a proliferação de parasitas, erosão e desertificação do solo. A província de Shaanxi, que abriga cidades importantes como *Xi'an* (em chinês: 西安), Baoji (em chinês: 宝鸡) e Xianyang (em chinês: 咸阳), assim como grande parte do noroeste da China, tem o seu subsolo rico em matérias-primas fósseis como carvão, petróleo e gás natural; o que impulsionou o desenvolvimento de atividades de prospecção/mineração na região.

Como podemos observar em Silva (2022), regiões como a Mongólia Interior, com suas condições climáticas rigorosas, também enfrentam graves problemas relacionados à desertificação. O *Deserto de Dalat Banner* (em mongol: *ᠳᠠᠯᠠᠲ ᠪᠠᠨᠠᠨ ᠤᠯᠤᠰ*), localizado na região autônoma e com uma área de aproximadamente 13.688 km² (extensão superior a de países como o Líbano e Gâmbia), está apresentado como um sério desafio ambiental e econômico para a China e tem sido contemplado com políticas inovadoras de recomposição florestal e de biodiversidade²⁰⁰. A região ocupa uma posição bastante estratégica para o desenvolvimento chinês; sendo rica em gás natural, minerais (como ferro, cobre e recém-descobertas minas de urânio), além de ser a maior produtora de carvão mineral da China. Em face da abundância de suas reservas, o ecossistema da região tem sido bastante castigado com o volume de extração de seus recursos. A China, nesses moldes, vem representando tanto a elaboração de novas formas de sociabilidades como a encarnação das crises do capitalismo em seus estágios mais avançados. Algo que para Moore se traduz da seguinte forma:

Ao que parece, atingimos um ponto de inflexão histórico de acumulação de valor negativo. A reprodução não linear desse valor claramente se tornou um problema imperativo — para o capital e para a vida planetária. O “entrelaçamento” da mudança climática com o capital produziu uma nova contradição no valor negativo: “processos de extração dos ‘presentes gratuitos’ da natureza (incluindo o trabalho humano) e a intoxicação da biosfera (incluindo humanos) atingiram agora um ponto de ruptura”. Embora a acumulação de valor negativo

²⁰⁰ Para ilustrar a engenhosidade das soluções buscadas pelos chineses para a resolução da degradação avançada da região, recentemente, foram introduzidos cerca de 1,2 milhão de coelhos da raça Hex para reverter o processo de desertificação em Dalat Banner e promover o seu reflorestamento e melhoria da economia regional.

possa se tornar mais aparente com o esforço cada vez mais frenético do capital de se apropriar do mais-valor e restaurar a Natureza Barata, a sua história tem raízes nas origens do capitalismo (Moore, 2022, p. 142).

A observação de Moore é bastante pertinente se considerarmos que a intensidade da quebra metabólica na China é proporcional à envergadura das interlocuções estabelecidas junto ao grande capital como forma de superação das contradições históricas anteriormente instituídas. A prevalência do modo de produção capitalista em seu nível mais intenso e a busca incessante por novos espaços para a acumulação geraram novas contradições, cuja materialidade se expressa de forma mais contundente sobre a classe trabalhadora dos campos e das cidades e sobre a paisagem natural e seus recursos. Nessas circunstâncias, o avanço do capital segue na China em uma magnitude tamanha que o meio ambiente simplesmente não consegue ter tempo para se recompor de forma apropriada. A questão do desequilíbrio ambiental atingiu um limiar que tem colocado em sério risco as condições de vida dentro e fora do país, conforme fica manifesto no parágrafo abaixo:

[China's] environment can no longer keep pace. Acid rain is falling on one third of China's territory, half of the water in our seven largest rivers is completely useless, while one fourth of our citizens do not have access to clean drinking water. One third of the urban population is breathing polluted air, and less than twenty percent of the rubbish in cities is treated and processed in an environmentally sustainable manner. Finally, five of the ten most polluted cities worldwide are in China (Pia, 2017, p. 28).

O uso ampliado de carvão mineral ou metalúrgico, ainda a principal matéria-prima para a geração de energia na China e fartamente utilizado em usinas termoeletricas, é o maior responsável pela poluição atmosférica do país devido à emissão de CO₂. O carvão mineral é uma fonte de energia que existe em profusão na China e é largamente utilizada, em seus diversos tipos²⁰¹, na

²⁰¹ **Carvão Betuminoso** (o mais comum e usado vastamente na geração de energia elétrica e produção de coque para a indústria siderúrgica. Contém entre 75% e 85% de carbono, o que lhe confere um maior poder calorífico), **Antracite**: com melhor qualidade, com maior percentual de carbono (até 95%) e elevada densidade energética. É utilizado em caldeiras industriais e aquecimento doméstico), **Linhita**: é um tipo de carvão de qualidade intermediária, com teor de carbono entre 60% e 75%. É usado principalmente em usinas termelétricas para gerar energia. **Turfa**: Apesar de não ser tão comum, a turfa é uma das primeiras formas de carvão e tem um

indústria e consumo familiar; sendo o país com a maior incidência no emprego dessa matriz em números absolutos²⁰². No entanto, embora a China ocupe a posição de líder mundial no uso do expediente, o carvão mineral tem ocupado uma posição destacada na geração de energia tanto nas nações desenvolvidas quanto nas emergentes no mercado internacional. Mesmo assim, vale enfatizar que, embora o carvão metalúrgico seja o combustível mineral mais abundante na natureza, a sua utilização está mais concentrada em um pequeno grupo de países, conforme o enxerto a seguir chama a atenção:

A espacialização do fenômeno “consumo de carvão” distribui-se, em escala mundial, de forma bastante interessante: concentra-se basicamente em três zonas do globo – América do Norte (EUA, principalmente), Europa (sobretudo sua porção Oriental) e Extremo Oriente (China, Índia e Japão se destacam). Dois terços do volume total consumido no mundo se concentram em apenas três países: China (43,9%), EUA (14,2%) e Índia (8,8%). Rússia, África do Sul e Austrália despontam no mapa fora dessas três grandes regiões concentradas, por isso podem ser considerados importantes países consumidores isolados de carvão. Como se nota, há uma forte correlação entre industrialização e consumo desse produto. Se compararmos o nível de consumo em 1996 e 2011, é possível notar onde o carvão se tornou relativamente mais procurado e onde perdeu espaço (Sampaio; Freitas, 2013, p. 57.).

No mercado mundial, existe uma grande produção de carvão mineral voltada tanto para o consumo quanto para a exportação. Considerando o exposto por Sampaio; Freitas (2013), percebe-se que enquanto a China tem priorizado a produção de carvão mineral para a sua demanda interna²⁰³, outros países, que compõe um grupo bastante heterogêneo, operam tanto como consumidores quanto na exportação da fonte de energia. Dentro desse cenário existe uma divisão em que os países situados na periferia do capitalismo ainda

baixo teor de carbono (cerca de 55%). Seu uso é limitado devido ao baixo rendimento energético. Fonte: Cosmo; Galeriani; Novakoski; Ricini (2020).

²⁰² Como podemos atestar em Bolivar (2023), em valores proporcionais, a China é superada pela África do Sul, onde 69% do consumo primário de energia vem do carvão mineral; percentual acima dos atuais 55% de consumo primário da China e da Índia (países que lideram em números absolutos o uso do carvão mineral como fonte de energia).

²⁰³ Embora a China exporte um volume considerado alto de carvão mineral, não se encontra entre os países mais proeminentes dentro desse ramo do comércio exterior. Conforme divulgado no periódico *The Global Economy*, em 2023 a China exportou cerca de 5,062.93 (em milhares de toneladas). Para maiores informações: [China Exportação de carvão - dados, gráfico | TheGlobalEconomy.com](#).

tendem a desempenhar as funções mais embrutecidas na extração da matéria-prima e seu comércio.

No âmbito da reconversão energética existe uma disposição dos países industrializados mais avançados (muitos com as suas reservas de carvão mineral em situação de esgotamento) em utilizarem seus excedentes no investimento em fontes alternativas e renováveis; sendo líderes na transição energética, portanto. Enquanto isso, países emergentes ou que operam nos limites do subdesenvolvimento econômico seguem em sua maioria atuando como provedores de matérias fósseis ao mercado internacional e atrasando a sua própria transição energética e conservação de seus biomas. Logo, existe uma lógica econômica na transição energética que limita a capacidade de muitos países em promover políticas de renovação de energia e de conservação/restauração ambiental que o *Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás* (IBP) classificou, em um relatório emitido em 2024, como “injusta”. Em alguns de seus principais pontos a nota traz as seguintes alegações:

O termo “transição justa” foi utilizado pela primeira vez pelo movimento sindical dos Estados Unidos, na década de 1970, para alertar sobre o impacto econômico negativo do aumento das regulações, em indústrias consideradas como poluentes, no emprego e na renda dos trabalhadores desses setores. Desde então, o termo evoluiu e se espalhou entre grupos de justiça ambiental, movimentos sindicais, organizações internacionais e o setor privado. Devido à sua crescente relevância nas discussões de política climática, o termo foi incorporado no preâmbulo de Acordo de Paris de 2015, assim como em planos nacionais e subnacionais. Atualmente, a definição de transição justa pode ter distintas interpretações dependendo dos setores onde é utilizada. No setor de energia vem sendo frequentemente associada como a adoção de critérios e medidas para mitigar o impacto econômico e social negativo atrelado ao processo de transição energética de baixo carbono em países, regiões, indústrias, localidades, trabalhadores e consumidores. Assim, o termo propõe a consideração de ações para administrar os efeitos socioeconômicos potenciais das políticas de mitigação e adaptação e para aumentar a resiliência climática. A discussão sobre transição justa é especialmente importante em países produtores de O&G, uma vez que possuem uma grande dependência econômica dessas atividades produtivas [...] Em decorrência disso, a transição energética compromete ativos valorados em trilhões de dólares, a geração de milhões de empregos e deverá provocar uma redução drástica nas receitas que sustentam a economia dos países produtores (IBP, 2024).

É uma observação que vai ao encontro das grandes desigualdades estruturais que caracterizam o capitalismo internacional e as quais a própria

China precisou levar em consideração na elaboração de seu programa econômico e de transição/segurança energética. A reversão dessa tendência nos países pobres tem ocorrido de forma mais acentuada apenas com investimentos contraídos na forma de parcerias no setor energético; ocorrência que tem na mesma China o maior protagonista da atualidade²⁰⁴. A maior exceção dentro dessa relação produtiva tem sido o Brasil (onde 46,22% da energia produzida vem de fontes renováveis como a energia hidrelétrica e bioenergia²⁰⁵); país emergente que tem se destacado na produção mundial das chamadas energias “limpas” e liderado o processo de reconversão energética na América Latina. Lembrando que o dióxido de carbono é um composto que, embora seja essencial para a vida na Terra, em excesso, pode causar danos significativos ao meio ambiente e à saúde humana. Para deixar mais bem explicada a complexidade dessa rede produção de energia, recorreremos novamente a Sampaio; Freitas:

São justamente esses países mais ricos e desenvolvidos que capitalizam os maiores recursos para o desenvolvimento de matrizes energéticas alternativas que envolvem o uso de hidrogênio, a força das marés, as energias hidráulica, eólica e solar, geração de biocombustíveis etc. Acrescente-se que, atualmente, o continente europeu já se ressentido dos mais de 200 anos de exploração do carvão mineral, e 60% de seu volume consumido em 2011 foi proveniente de importações. Alemanha, Reino Unido e Holanda são os principais importadores na Europa, e entre os maiores fornecedores externos para o continente encontram-se Rússia (27,5%), Colômbia (24,2%) e EUA (18,4%) (Sampaio; Freitas, 2013, p. 58).

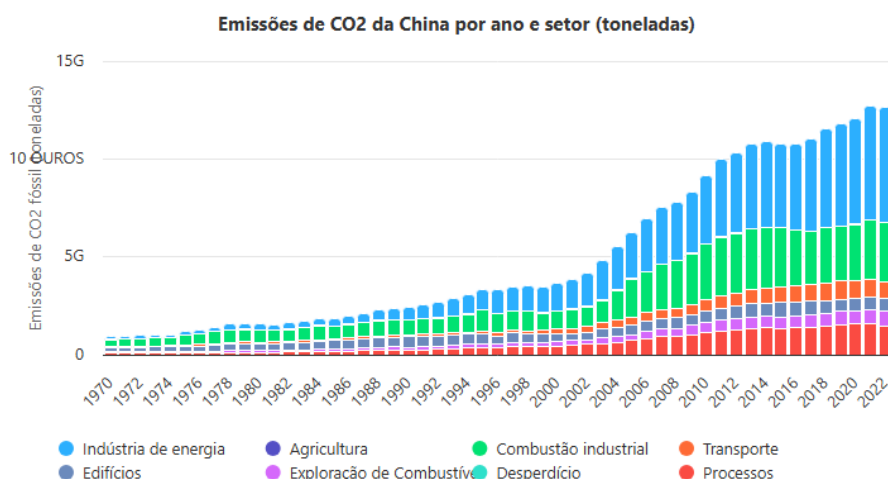
Dessa forma, como elucidado por Xiang-Chao (2018), existe um grande esforço empregado na China em se promover uma gradual mudança em suas fontes de energia. No entanto, a emergência climática que o mundo atravessa e a condição de grave insalubridade ambiental interna que a China enfrenta demanda por soluções que possam ser empregadas celeremente. A

²⁰⁴ A China tem se constituído como o maior parceiro internacional na produção de energias renováveis, com os investimentos de empresas chinesas no exterior em projetos que envolvem tecnologias de energia limpa ultrapassando a cifra de US\$ 100 bilhões (R\$ 545 bilhões) desde o início de 2023. Fonte para consulta: [China já investiu US\\$ 100 bilhões em projetos de energia limpa no mundo | InvestNews](#).

²⁰⁵ Fonte: [Inovação climática no Brasil - o sucesso das startups de energia e biocombustíveis — Climate Ventures](#).

China continua liderando mundialmente as emissões de CO₂, com cerca de 13,26 bilhões de toneladas do composto sendo jogado na atmosfera terrestre em 2023²⁰⁶, impactando o ecossistema mundial, a saúde humana e a economia em grande medida dentro e fora de seu território. Com o é possível constatar em *.worldometers.info* (2023), o crescimento das emissões de CO₂ na China e de sua participação percentual nas emissões mundiais ganharam força a partir, principalmente da efetivação do plano Reforma e Abertura, ocasião em que a China ampliou enormemente as suas demandas internas por energia. Algo que fica mais bem demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 2: evolução das emissões de dióxido de carbono na China contando a partir de 1970.



Fonte: worldometers.info (2023).

O dióxido de carbono, sobre o qual a China é responsável por 26% das emissões no mundo, é o maior responsável pelo efeito estufa na atmosfera terrestre e, portanto, pelo aquecimento global. Segundo o relatório *State of the global climate 2024*²⁰⁷, a mudança do padrão climático mundial, resultante das emissões de CO₂, tem provocado efeitos catastróficos que incluem o

²⁰⁶ Para maiores informações: [China - Emisiones de CO₂ 2023 | Countryeconomy.com](https://china-emissions.com/2023/).

²⁰⁷ O relatório pode ser acessado no seguinte link: [Estado do Clima Global 2024](https://www.climateactionnetwork.org/state-of-the-global-climate-2024/).

derretimento polar, aumento do nível do mar, secas, inundações e tempestades mais frequentes e violentas; afetando a biodiversidade planetária de modo alarmante.

A emissão em grande escala do dióxido de carbono na atmosfera tem colaborado para o aumento do nível de acidificação dos oceanos²⁰⁸, ameaçando gravemente a vida marinha e a biogeocenose aquática. Conforme apontado por Moreira; Santos. Nobrega; Carvalho (2022), o aquecimento climático também tem desestruturado os *habitats* de inúmeras espécies terrestres, contribuindo de forma decisiva para a sua extinção²⁰⁹. Os danos à saúde humana também estão sendo elevados em patamares cada vez mais preocupantes em decorrência da presença massiva de CO₂ na atmosfera; sendo cada vez mais corriqueiros problemas respiratórios como asma e doenças pulmonares. Outra questão é que as mudanças climáticas - embora muitos de seus efeitos sejam comuns - afetam de forma diferenciada as pessoas de acordo com as áreas em que vivem e sua situação econômica; causando maior estresse nos agrupamentos humanos de acordo com o nível social a que tenham pertencimento e condição de vulnerabilidade²¹⁰.

²⁰⁸ O CO₂ ou dióxido de carbono entra na atmosfera terrestre devido à queima coletiva de combustíveis fósseis. E quando, através das chuvas, se mistura com a água do mar, ocorre a acidificação do oceano – estressando a fauna e flora marinhas e comprometendo ecossistemas inteiros à medida que progride.

²⁰⁹ Como analisado por Malecha; Vale (2024), diante da perspectiva de mudanças climáticas velozes e intensas, a biodiversidade pode ser impactada de diferentes maneiras. Esse processo pode provocar drásticas transformações no *habitat* das espécies, por meio de alterações nos ciclos de cheias e vazantes dos mares, aumento da acidificação dos oceanos e aumento na frequência de eventos extremos de temperatura e pluviosidade. A biodiversidade também pode ser afetada de forma contundente através das assimetrias entre as condições climáticas e o momento em que ocorrem importantes eventos sazonais na vida das espécies, como reprodução ou a muda. As mudanças climáticas podem também afetar a biodiversidade alterando a área climática adequada para a permanência ou migração das espécies. Devido ao aumento da temperatura, as espécies podem ter que buscar seu clima adequado se deslocando em direção a latitudes mais elevadas ou maiores altitudes para compensar o aumento da temperatura. Esse tipo de deslocamento já vem sendo observado em diversos animais e plantas em diferentes regiões do planeta.

²¹⁰ Segundo Sayão (2017), ainda que os países desenvolvidos sejam os maiores responsáveis pelas emissões de gases causadores de efeito estufa, a concentração da poluição ocorre em sua maior incidência nos países economicamente mais atrasados, segundo dados de pesquisa internacional divulgada pela revista Lancet. Algumas indústrias vêm perdendo mercado na Europa e em outros países desenvolvidos e buscam os países economicamente dependentes para se instalarem, a procura de leis mais brandas em termos trabalhistas, tributários e

Como relatado por Young; Steffen (2009), o aquecimento climático também tem se mostrado bastante lesivo para o desenvolvimento de atividades econômicas essenciais para a sobrevivência humana; prejudicando de muitas formas a produção de alimentos e acarretando desnutrição e fome em muitas regiões. As mudanças climáticas têm impactado a infraestrutura de diversas regiões no globo. A alteração das chuvas afeta a capacidade hídrica de muitos países, como no Brasil, cuja dependência da hidroeletricidade seja mais acentuada. Com a diminuição ou aumento desmedido das chuvas, a captação de água pode ficar prejudicada, sendo necessárias obras infraestruturais de saneamento ou para evitar transbordamento. Isso indica que será necessário aumentar a capacidade da construção civil, pois a maior incidência de eventos climáticos de grande envergadura resultará em maior número de acidentes ou calamidades públicas – inundações, deslizamentos, erosão – cuja prevenção ou mitigação irá exigir investimentos expressivos²¹¹. No caso das secas, o racionamento de energia pode ocorrer.

A China tem experimentado diversos tipos de emergências por causa das emissões ou pelo desempenho de atividades de extração ou transformação agressivas no meio ambiente. Como está pormenorizado em Barbosa (2016), diversas cidades chinesas enfrentam riscos de afundamento devido à exploração de carvão mineral. A atividade tem comprometido de forma sensível a estrutura de regiões inteiras, como Shanxi, sendo necessário o remanejamento de mais 650 mil moradores devidos aos riscos a que estavam expostos e causando prejuízos econômicos calculados em US\$ 11 Bilhões. Na região, a atividade de mineração ocorre em uma área estimada em 10 mil km². Conforme detalhamento feito por Lorenzo (2024), o crescimento urbano acelerado que o

ambientais. Um exemplo é o óleo diesel, que no Brasil vem sendo discutido para ser usado em veículos leves, sob a justificativa de que possui um rendimento energético melhor, que é carcinogênico. Link da matéria: [Países mais pobres são os mais afetados por mudanças climáticas e poluição — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo](#).

²¹¹ Após as violentas inundações que assolaram o estado do Rio Grande do Sul, em 2024, principalmente a região da Grande Porto Alegre, tem se calculado o custo das medidas necessárias à prevenção de enchentes no município em um custo de mais de R\$510,00 milhões. Link da matéria: [Prefeitura de Porto Alegre analisa sistema de comportas após enchente no RS e apresenta plano de proteção contra cheias | Rio Grande do Sul | G1](#).

país atravessa tem suscitado afundamentos ou riscos de afundamentos em mais de 80 grandes cidades, dentre as quais Pequim, afetando cerca de 67 milhões de pessoas.

Esse e outros graves problemas ambientais resultantes da execução dos programas desenvolvimentistas implantados na China tem redimensionado as lutas políticas no país; fazendo com que as pautas voltadas à proteção e recuperação ambiental se somem a questões políticas e trabalhistas como em talvez nenhum outro país na atualidade. Como analisado por Morena (2013), as pautas ambientais estão entre as maiores causas de protestos no país neste século. Somente em 2012, cerca de 40.000 protestos, dentre as mais variadas composições e volume de participantes, aconteceram tendo a questão ecológica como a sua principal motivação.

Como é permitido apreender em Reinoso (2011), os setores químicos, energéticos e seus grandes conglomerados industriais, como a *Petrochina* (em chinês: 中石油), têm sido os principais alvos de manifestações como a que ocorreu em Kunming (em chinês: 昆明), em 2012, e que atraiu cerca de duas mil pessoas. Outra manifestação que teve repercussão para além das fronteiras chinesas foi a que ocorreu na cidade portuária de Dalian (em chinês: 大连), em 2011, onde doze mil moradores protestaram contra o funcionamento de uma usina química que produzia *paraxileno* (P-Xileno)²¹²; um composto altamente tóxico utilizado na fabricação de poliéster para têxteis e garrafas plásticas.

O aumento dos protestos ambientais na China tem sucedido a partir das demandas concretas que advêm sobre a classe trabalhadora e da atuação de centenas de *Organizações Não-Governamentais*²¹³ que têm operado no país

²¹² P-Xileno ou paraxileno. Utilizado para a fabricação de garrafas PET, é um composto químico orgânico aromático, incolor e inflamável. É um dos três isômeros do xileno e considerado tóxico; podendo causar problemas como irritação nos olhos, nariz e garganta, além de efeitos no sistema nervoso central. O P-xileno também tem se mostrado bastante poluente ao ar e aos recursos hídricos.

²¹³ Conforme exposto por Barbieri (2019), o ativismo ambiental e o surgimento das Organizações Não Governamentais voltadas às lutas pela conservação ambiental emergem na conjuntura de intensas transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreu na China no início da década de 1990. Com as fortes inundações ocorridas no verão de 1991 e centenas de vidas

desde, pelo menos, o início da década de 1990. Nessas circunstâncias, os trabalhadores e estudantes chineses têm se manifestado de forma cada vez mais frequente e articulada em protestos direcionados contra a forma como as suas famílias têm sido expostas às emissões de compostos prejudiciais à saúde e aos impactos ambientais resultantes da indústria química, extrativista e crescimento urbano acelerado. As emissões de compostos como o CO₂ e paraxileno têm sido causa de numerosas manifestações, cujas reivindicações são favoráveis a seu controle e redução de seu despejo no meio ambiente. A ação organizada dos trabalhadores e estudantes chineses tem repercutido também na esfera governamental e políticas de mitigação dos efeitos do crescimento urbano e industrial têm sido incorporadas às políticas públicas formuladas no formato de ação ou leis, conforme fica exemplificado a seguir:

Como parte do Plano de Desenvolvimento de Médio e Longo Prazo de Energia Renovável, lançado em 2007, o governo fornece financiamento adicional para projetos de pesquisa e taxas fiscais preferenciais para aqueles que estão envolvidos no desenvolvimento e uso de energia renovável. Entre os objetivos estabelecidos estão o de, até 2020, aumentar para 15% o uso total de energia de fontes renováveis e em 30% até 2050 [...] Detalhando por tipo de energia, o Plano aponta para que em 2020 existam 300GW de capacidade hídrica instalada; 30GW para capacidade eólica e o mesmo valor para biomassa, e 1.8GW para energia solar. Houve apelos para o governo ajustar suas políticas para a energia renovável e reduzir as tarifas sobre as importações de equipamentos (Molina; Pedone, 2021).

Desse modo, fica perceptível que as políticas de conservação ou recuperação ambiental estão sendo desenvolvidas como uma decorrência do crescimento econômico e necessidades da indústria chinesa; estando os investimentos em produção de energias renováveis articulados ao cumprimento das metas de desenvolvimento industrial estipuladas pelo Estado e capital operantes no país. Essa situação faz com que a produção e consumo de energias renováveis ocorram de forma simultânea à utilização das fontes fósseis,

perdidas o governo chinês percebeu que necessitava ampliar o recebimento de ajuda internacional para recuperar as perdas calculadas em mais de US\$ 7 bilhões. Assim, permite-se a instalação no país de diversas ONGs internacionais que objetivavam a reconstrução das áreas destruídas. Esse episódio marca formalmente o início de um novo período, em que gradualmente o governo chinês se abre para a atuação não governamental, permitindo que diversos movimentos sociais passassem a atuar no interior da sociedade e intermediando a relação da sociedade civil com o Estado.

ainda bastante relacionadas às demandas da produção industrial chinesa. Dentro desse paradigma, a produção e consumo de carvão mineral, embora tenha diminuído proporcionalmente dentro da produção e consumo geral no país, continua ocupando posição central em uma cadeia energética que tem crescido a cada ano. Mas como isso vem se desenrolando?

Na busca de obtenção de maior autonomia energética, novas minas de carvão foram abertas e se investiu na modernização das existentes, com destaque para as jazidas situadas nas províncias de Heilongjiang (em chinês: 黑龙江), Shanxi e Hebei (em chinês: 河北). Dessa forma, um dos resultados dos capitais empregados foi que a produção anual de carvão mineral na China deu um salto em que saiu de 66 milhões de toneladas, em 1952, para cerca de 3,5 bilhões de toneladas, em 2019, durante a vigência do *13º Terceiro Plano Quinquenal* (2016-2021). Um tipo de produção energética que mesmo diante das crises atravessadas seguiu em crescimento e se somando a outras formas de geração de energia que a China passou a desenvolver, fazendo do país o grande destaque mundial nesse setor, conforme a exposição a seguir deixa pertinente:

A China, cuja população é quatro vezes maior que a dos Estados Unidos, ultrapassou os EUA para se tornar o maior consumidor mundial de energia desde 2010. Em 2005 a demanda dos Estados Unidos representava mais do triplo da demanda chinesa. A demanda chinesa de energia apresenta um crescimento médio anual nos últimos dez anos de 4,4% (WORLD ENERGY OUTLOOK, 2017), principalmente em função da expansão ininterrupta da indústria pesada (Schirmer; Frota, 2018, p. 03).

Com os investimentos aplicados ao longo dos anos, a China pôde sair de sua condição de país dependente energeticamente para a de maior produtor e consumidor de energia do mundo, assegurando a seu parque industrial pesado e leve um elevado nível de autossuficiência nesse setor²¹⁴. A China lidera tanto a produção quanto o consumo mundial de carvão mineral, sendo o maior usuário

²¹⁴ Cabe lembrar que, embora a China detenha os maiores níveis de investimentos em energia do mundo, ela também aparece entre as maiores importadoras de combustíveis do mundo, com destaque ao petróleo (importando principalmente do Oriente Médio, Rússia e Venezuela), gás natural (com Rússia e Catar entre os destaques) e carvão mineral (embora seja grande produtora, a China importa o minério da Indonésia e Austrália, principalmente). Para maiores informações: [Importações da China | 1981-2025 Dados | 2026-2027 Previsão](#).

de termoeletricidade produzida a partir dessa fonte. Mesmo com os esforços destinados à substituição dessa matriz energética no país - que fizeram a participação do carvão mineral na totalidade das fontes de energia utilizadas cair de mais de 80%, em 2010, para 55,3% de uso em 2023²¹⁵ -, a China continua utilizando largamente o recurso, o qual possui algumas das maiores reservas do mundo. Posição que se mantém inalterada; embora o setor atravessasse mudanças em sua conjuntura global - incluindo os impactos causados sobre o meio ambiente e a variação nos preços -, afetando diretamente o mercado de produção e consumo da China, como pormenorizado abaixo:

No final de 2014, a China possuía 62 bilhões de toneladas de antracito e betuminoso e 52 bilhões de toneladas de carvão com qualidade de linhito. A China ocupa a terceira posição no mundo em termos de reservas totais de carvão, atrás dos Estados Unidos e da Rússia. A maioria das reservas de carvão está localizada no norte e noroeste do país, o que representa um grande problema logístico para o fornecimento de eletricidade às áreas costeiras mais densamente povoadas. Nos níveis atuais de produção, a China tem 30 anos em reservas. A China é o maior produtor de carvão do mundo, mas a partir de 2015, a queda dos preços do carvão resultou em demissões em minas de carvão no Nordeste. A produção de carvão 1829 Mtep em 2018 é mais do que o agregado total dos próximos nove principais produtores de carvão e 46,7% da produção global total. O carvão é a principal fonte de energia na China. Em 2011, sete empresas chinesas de mineração de carvão produziram 100 milhões de toneladas métricas de carvão ou mais. Essas empresas eram o Grupo Shenhua, China Coal Group, Shaanxi Coal and Chemical Industry, Shanxi Coking Coal Group, Datong Coal Mine Group, Jizhong Energy e Shandong Energy. O maior produtor de carvão metalúrgico foi o Shanxi Coking Coal Group. Em 2015, as estatísticas oficiais revelaram que as estatísticas anteriores foram sistematicamente subestimadas em 17%, correspondendo a todas as emissões de CO₂ da Alemanha. A maior mina de carvão a céu aberto da China está localizada em Haerwusu, na Região Autônoma da Mongólia Interior. Iniciou a produção em 2008 e é operado pelo Shenhua Group. Sua produção estimada de carvão estava prevista em 7 milhões de toneladas no quarto trimestre de 2008. Com uma capacidade anual projetada de 20 milhões de toneladas de carvão bruto, ela operará por aproximadamente 79 anos. Suas reservas de carvão totalizam cerca de 1,73 bilhão de toneladas. É rico em carvão a vapor com baixo teor de enxofre. As minas da Mongólia Interior estão expandindo rapidamente a produção, com 637 milhões de toneladas produzidas em 2009. O transporte de carvão desta região para portos marítimos na costa da China sobrecarregou estradas como

²¹⁵ A Administração Nacional de Energia (em chinês 国家能源局), cancelou em 2017 as licenças de usinas a carvão que teriam totalizado 120 GW de capacidade futura. No entanto, novas usinas de carvão mineral passaram a operar dentro e fora do país no atendimento das exigências energéticas dos setores produtivos da China. Para maiores informações, acessar: [23-O-Carvão-na-República-Popular-da-China.pdf](#) .

a Estrada Nacional 110 da China resultando em congestionamentos crônicos e atrasos (cprepmauss.com.br, 2020).

Figura 16: Vista aérea de mina de carvão em Fushun, na China.



Fonte: www.terra.com.br (2020).

Não obstante, como podemos conferir em Schuck (2025), a preocupação e os investimentos na substituição energética sejam inegavelmente existentes, a produção e o consumo do carvão mineral e derivados não dão sinais de encerramento a curto ou médio prazo. Para chegar à esta conclusão, basta observar que em 2020 a China atingiu o nível mais elevado de produção dos últimos anos, com mais 3,84 bilhões de toneladas dessa matriz energética; segundo dados emitidos pelo *Departamento Nacional de Estatísticas* (Em chinês: 国家统计局). Após um período de recuo na produção de carvão, a China deu o maior salto na mineração da matriz desde 2013, quando atingiu a marca de 3,97 bilhões de toneladas e promovendo também investimentos em Usinas Termoeletricas²¹⁶. Isso ocorreu devido às demandas do setor industrial e da restrição não oficial das importações de carvão adotada no país. Cabe salientar que a ação foi concebida como incentivo à indústria de mineração chinesa após a retomada das operações em decorrência do abrandamento e suspensão das

²¹⁶ Para maiores informações: [China autoriza maior expansão de geração termelétrica a carvão desde 2015 - ClimaInfo](#).

medidas de isolamento social motivadas pelo enfrentamento da pandemia de Covid-19²¹⁷.

O crescimento econômico que a China tem vivenciado nas últimas décadas, especialmente em decorrência do plano Reforma e Abertura, tem possibilitado ao país elevar gradualmente o seu padrão geral de vida e superar problemas que castigavam a classe trabalhadora chinesa por mais de um século (como o desemprego, analfabetismo, desnutrição e baixa expectativa de vida). De forma simultânea, a opulência econômica que a China conquistou ou o desenvolvimento em larga escala de suas forças produtivas tem garantido internacionalmente o exercício de sua soberania seja pela via diplomática, econômica ou militar. A China saiu, dentro de algumas décadas, da situação de nação economicamente dependente e politicamente subjugada para uma potência mundial, cuja influência política está sendo exercida em um leque geopolítico cada vez mais amplo. Entretanto, como é possível concluir a partir de Molina; Pedone (2021), a implantação dos programas de desenvolvimento econômico chinês aumentou a demanda por fontes de energia em uma perspectiva que envolve tanto segurança quanto independência energética.

Tamanha circunstância fez com que a relação desenvolvida entre o Estado chinês, o capital e as forças da natureza atingissem pontos críticos em diversos momentos. Como ponderado por Elvin (2004), programas como o Primeiro Plano Quinquenal e o Grande Salto Adiante inauguraram na China uma nova era balizada pela busca obstinada pelo desenvolvimento econômico acelerado, mas também impuseram sobre o ambiente natural a extração desmedida dos recursos e transformação agressiva da paisagem. Ao almejar atingir rapidamente níveis de desenvolvimento industrial semelhantes aos existentes nos países ricos, o Estado e o capital chinês, de forma premeditada ou não, se dispuseram a arcar com o enorme custo ambiental que a empreitada desenvolvimentista exigia para ser cumprida.

²¹⁷Para maior conhecimento acerca do informado sugerimos o link a seguir: https://www.terra.com.br/economia/producao-de-carvao-da-china-atinge-em-2020-maior-nivel-desde-2015,8f0cf03655d0c25f7a3b7906062e6f527bpswqsf.html?utm_source=clipboard.

A busca ininterrupta pelo crescimento econômico, como sustentado por Lima; Albuquerque; Nascimento (2021) esteve associada, desde o ascenso do PCCh ao comando político da China, às lutas históricas de construção de sua soberania, desenvolvimento e redução da pobreza. Internacionalmente, o desenvolvimento econômico, industrial, militar, tecnológico e diplomático alcançado assentou a China na vanguarda da geopolítica mundial. Essa posição tem permitido firmar uma pragmática agenda de cooperação supranacional que tem garantido ao país acesso aos mais variados mercados espalhados pelo globo e liderança na quebra da hegemonia internacional que os Estados Unidos e a União Europeia têm sustentado desde a Revolução Industrial²¹⁸. O BRICS+, bloco econômico composto por países emergentes e que tem assegurado os maiores índices de crescimento econômico nos últimos anos²¹⁹, têm na China um sócio majoritário, cujo PIB corresponde a cerca de 68% do total²²⁰. Com isso, a China tem exercido uma liderança expansiva, mas fundamentada nas trocas comerciais. Movimento que não escapou às análises de Arrighi:

O efeito combinado da forte mão econômica da China com os problemas de Washington na Ásia ocidental logo se refletiram não só nas relações mútuas dos dois países, como também nas respectivas

²¹⁸ Dentro das correlações de forças existentes na contemporaneidade, é fundamental que se compreenda que elas operam a partir de demandas que são muitas vezes compartilhadas ou como Harvey enunciou: “[...] Com o capitalismo (de algum modo) agora implantado com firmeza e todo o Leste e Sudeste Asiático e se desenvolvendo fortemente na Índia e Indonésia, para não falar de todo o resto do mundo, o problema da demanda global e eficaz dos consumidores está colocado numa base inteiramente diferente. A demanda efetiva que estabiliza o crescimento atual da China, por exemplo, é agora em grande parte localizada nos Estados Unidos, o que explica por que a China se sente tão obrigada a cobrir os déficits dos EUA, pois o colapso do consumismo dos EUA teria (e tem) efeitos devastadores nos empregos industriais e taxas de lucro na China. A resposta óbvia é a China desenvolver seu próprio mercado interno, mas isso exigiria a elevação dos salários e enfraqueceria sua própria vantagem competitiva na economia global” (2011, p. 160).

²¹⁹ Em 2024, as maiores economias do BRICS apresentaram um crescimento econômico destacado. Segundo dados emitidos pela *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), Índia, Indonésia, China, Rússia e Brasil estão entre os dez países com maior crescimento do PIB, entre 40 nações. A Índia liderou o ranking, com um crescimento do PIB de 6,7%. Em seguida, aparecem a Indonésia (5%) e a China (5%). A Rússia ficou em quinto lugar, com um crescimento de 4,1%, enquanto o Brasil ocupou a sétima posição, com um aumento de 3,4%. É importante ressaltar que as economias dos países do BRICS cresceram de forma mais acelerada do que a média dos países que compõem a OCDE, que foi de cerca 1,7% em 2024. Link para leitura completa: [Cinco países do BRICS lideram crescimento do PIB em 2024 | TV BRICS, 14.03.25.](#)

²²⁰ Segundo a contabilidade do PIB dos países que compõe os Brics. Para maior apuramento: [BRICS 2025 | Countryeconomy.com.](#)

posições diante de terceiros. Às vésperas da reunião de 2003 da Apec, em Bangcoc, o *New York Times* noticiou que os líderes políticos e empresariais da Ásia viam a hegemonia norte-americana “erodir de forma sutil, mas inconfundível, enquanto os países asiáticos [viam] a China como potência regional cada vez mais importante”. Embora os Estados Unidos ainda fossem o maior parceiro comercial dos dois aliados estratégicos mais importantes dos norte-americanos, o Japão e a Coreia do Sul. O mais importante foi que a noção local a respeito da política da situação sofreu uma virada radical. Um importante empresário de Singapura, que um ano antes acusara a China de ser um rolo compressor prestes a esmagar as economias mais fracas do sudeste da Ásia, traçou um quadro totalmente diferente no segundo semestre de 2003. “A sensação é de que a China tenta ao máximo agradar, ajudar, acomodar-se aos vizinhos, enquanto os Estados Unidos são vistos como país cada vez mais envolvidos em sua própria política externa, impondo à força ao mundo esse programa (Arrighi, 2008, p. 2015).

Como podemos averiguar em Fernandes; Garcia; Cruz (2015), o BRICS também tem exercido liderança na produção científica mundial, ocupando uma posição que vinha sendo ocupada pelos países que compõem o G7. Os investimentos empreendidos pela China em *Pesquisa e Desenvolvimento* (P & D) e a colaboração perpetrada com os países com quem mantém relações tem elevado o PIB tecnológico do país²²¹ e feito de Zhongguancun (em chinês: 中关村), em Pequim, o maior centro de tecnologia da China e um dos maiores do mundo; com mais de 20 mil empresas de tecnologia e startups registradas.

Entretanto, o desenvolvimento tecnológico acentuado que a China tem experimentado ainda não foi suficiente para solucionar as contradições ambientais que a China enfrenta desde que passou a contar com maiores mediações junto ao grande capital e o modo de produção capitalista. Mediações que se no plano interno estão determinadas pelas demandas históricas de superação do atraso e pobreza, internacionalmente seguem contextualizadas

²²¹ A indústria de produção de novas tecnologias é um setor que tem apresentado um crescimento vertiginoso na China e alcançado um nível de participação cada vez maior no PIB nacional. Como estipulado no *14º Plano Quinquenal da China*, as indústrias emergentes, incluindo tecnologias de fronteira como *Inteligência Artificial, Tecnologia Quântica e Circuitos Integrados*, deverão compor 17% do PIB da China já em 2025. Além disso, o plano também visa aumentar a participação da economia digital no PIB para 10% até 2025. Tamanhos investimentos vão ao encontro do objetivo traçado pelo Estado e capital chinês de tornar o país uma potência tecnológica e industrial autossuficiente. Para informações complementares: [O plano bilionário da China para se tornar uma superpotência em IA.](#)

pelas disputas imperialistas em que a hegemonia norte-americana tem sido confrontada por uma perspectiva multipolar de influência. Conflito geopolítico que em grande parte está se passando dentro da arena econômica; em que a China e os Estados Unidos têm se empenhado em ampliar o nível de suas forças produtivas e expandir o seu capital como forma de assegurar as suas posições de dominância no mapa geopolítico mundial. Uma situação que, conforme demonstrado por Yu (2021), tem colocado a perseguição dos padrões mais elevados de crescimento econômico em constante colisão com as medidas de proteção e recuperação ambiental que estão sendo tomadas.

Sem dúvida alguma, é um fato que não é possível atingir um nível maior de compreensão acerca da estrutura política que a China possui e como tal modelo de gestão conduziu o país a seu mais alto patamar de desenvolvimento sem que se tenha conhecimento das demandas históricas e humilhações que o povo chinês teve que enfrentar. Entretanto, também é um fato que o contexto histórico que motivou o planejamento e execução de grandes programas econômicos existentes na China gerou o efeito deletério de sobre-exploração de sua classe trabalhadora e de décadas de agressões cometidas contra o meio ambiente na forma de desmatamentos, assoreamento dos rios, poluição dos recursos hídricos, do solo e do ar. Uma situação que acarretou em grande deterioração do ecossistema chinês dentro de uma lógica de investimentos instituídos que, conforme levantado por Yu (2021), pareceu organizada a partir de uma premissa que determinava que seria necessário *destruir primeiro, para tratar depois*.

Nas últimas décadas a abordagem da China em relação a poluição ambiental esteve associada a seu programa de construção do socialismo, soberania, redução da pobreza e desenvolvimento em uma escala competitiva frente ao capital hegemônico. Para mitigar os impactos ambientais o governo tem realizado grandes esforços para melhorar a qualidade ambiental. As anunciadas políticas de construção de uma “civilização ecológica”, mais que um compromisso firmado na defesa da recuperação ambiental do país, representam a adoção de uma agenda autodeterminada de políticas ambientais para que a

China possa procurar as próprias soluções para a crise ambiental. Todavia, os ganhos econômicos ainda são tratados como prioridades e demonstram que no socialismo de mercado o controle efetivo sobre os impactos ambientais está limitado pelas determinações inerentes ao modo de produção capitalista e pelo presente momento histórico de concorrência imperialista. De todo modo, a redução das agressões ao meio ambiente se tornou uma questão urgente, interna e externamente ao país, e precisa de medidas à altura de sua gravidade.

4.2. A mitigação da crise ambiental e seu contexto internacional

Como expusemos, a aceleração industrial chinesa implicou em graves consequências sobre o meio ambiente não apenas em seu território, mas em escala internacional; se ponderarmos que a China, isoladamente, responde por cerca de 26% das emissões de gases de efeito estufa no mundo. Assim, os impactos dos resíduos tóxicos lançados pela China na atmosfera terrestre, sobretudo o CO₂, têm incidido em significativa ameaça ao equilíbrio ecológico de todo o planeta e à própria sobrevivência humana. A China, junto aos Estados Unidos, tem exercido liderança em uma estatística sombria: a das nações que mais produzem gases poluentes e de efeito estufa na terra e que mais exploram os recursos naturais situados fora de suas fronteiras. O crescimento econômico chinês, admitido o modelo atual e em uma perspectiva de longo prazo, tem na questão energética o seu ponto central e uma de suas principais contradições. Os investimentos contínuos dentro de um paradigma econômico cada vez mais expansivo tem elevado o padrão geral de vida enquanto os limites do produtivismo industrial são alargados em uma dimensão sem igual. Sobre isso, vejamos:

It is no secret that China's global resources quest is changing geopolitics around the world. A little closer to the mainland, its regional presence and conspicuous desire to secure energy, materials and resources has heightened the security discourse among its neighbours, especially among Southeast Asian nations. One part of the explanation for this insatiable appetite for resources is China's lack of sufficient indigenous energy supplies to sustain economic growth over the long term and that current national demand for resources has outstripped domestic supply, resulting in increased import dependence, both of

which can be accounted for as major drivers of its foreign and energy policy. The other part is explained by China's energy supported economic growth: for instance, throughout the 1980s it was oil self-sufficient, but in 1993 China became a net importer of oil and jumped from seventh largest oil importer in 2000 to fourth in 2010. During this process of transforming its economy—while at the same increasing its foreign gas and oil dependency—it has generated negative externalities: China is now the world's largest emitter of carbon dioxide in absolute terms, though not on a per capita basis (Cáceres; Ear, 2013, p. 29).

Figura 17: A China se tornou o maior investidor em fontes de energias renováveis do mundo em 2022.



Fonte: lfsenergiasolar.wordpress.com (2019).

Embora usufrua atualmente de uma estrutura de produção de energia sem igual, que garante à China uma considerável autonomia no setor, a constante expansão produtiva, contextualizada pela concorrência internacional com as grandes potências (sobretudo os Estados Unidos), tem levado o país a se destacar de modo similar como um grande importador de fontes de energia. Os investimentos instituídos na produção de energia no país alcançaram, em sua totalidade o valor de US\$ 788 bilhões em 2024²²²; o que destaca a China como a nação mais proeminente no setor. Todavia, as disputas estabelecidas junto ao capital hegemônico têm empurrado o país a definir parâmetros de

²²² Fonte: [Capacidade Energética da China: Desafios e Avanços Sustentáveis](#).

consumo de energia cada vez mais elevados. Situação que faz com que a China esteja situado também como um importador voraz de matérias-primas como petróleo²²³, gás natural²²⁴ e carvão mineral²²⁵.

Em termos geopolíticos, o produtivismo industrial chinês, como Deng Xiaoping (2001) deixara claro, foi estabelecido como uma estratégia econômica voltada não somente para a construção de sua soberania, mas, outrossim, como uma afirmação da superioridade de sua forma de organização social da produção sobre o liberalismo ocidental. Uma forma particular de gestão que conjuga o modo de produção capitalista com o controle social sobre o capital exercido através do Partido-Estado (PCCh). Isso significa que o atual estágio do programa socialista chinês corresponde ao momento histórico em que o enfrentamento ao capital internacional ainda se encontra em sua plenitude e com altas taxas de competitividade com o Ocidente.

Dessa forma, se a alegada estratégia de construção do comunismo na China²²⁶ segue para ser cumprida em um prazo ainda indefinido, a tática de

²²³ A China é atualmente o maior importador de petróleo do mundo, com um total demais de 11 milhões de barris por dia. Fonte: [conteudocomunicacao.sharepoint.com/sites/docs/Public/Forms/AllItems.aspx?id=%2Fsites%2Fdocs%2FPublic%2FAtivos%2FHedgePoint%2FGlobal%2FMarkets%2F2024%2FRelatórios%2FIntelligence%2F6%2EJunho%2FSemana de 17 a 21%2FHedgepointhub%2Ecom%2Ebr-Relatório Semanal Energia - 2024 06 18%2Eppt&parent=%2Fsites%2Fdocs%2FPublic%2FAtivos%2FHedgePoint%2FGlobal%2FMarkets%2F2024%2FRelatórios - MKT Intelligence%2F6%2EJunho%2FSemana de 17 a 21&p=true&ga=1](https://conteudocomunicacao.sharepoint.com/sites/docs/Public/Forms/AllItems.aspx?id=%2Fsites%2Fdocs%2FPublic%2FAtivos%2FHedgePoint%2FGlobal%2FMarkets%2F2024%2FRelatórios%2FIntelligence%2F6%2EJunho%2FSemana%20de%2017%20a%2021%2FHedgepointhub%2Ecom%2Ebr-Relatório%20Semanal%20Energia%20-%202024%2006%2018%2Eppt&parent=%2Fsites%2Fdocs%2FPublic%2FAtivos%2FHedgePoint%2FGlobal%2FMarkets%2F2024%2FRelatórios%2FIntelligence%2F6%2EJunho%2FSemana%20de%2017%20a%2021%2F&p=true&ga=1).

²²⁴ Em 2024, a China importou a soma de 131,7 milhões de toneladas de gás natural. Graças a um acordo assinado entre a Rússia e a China em 2022, foi estipulado uma compra por parte da China de um total de mais de 1 trilhão de metros cúbicos de gás até 2049. O acordo foi formalizado em pleno contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a perda de mercados que os russos tiveram de enfrentar graças as retaliações perpetradas pela comunidade internacional sob a liderança dos Estados Unidos da América e União Europeia contra a Rússia. Fonte: [Gazprom atinge 100 bi de metros cúbicos de gás enviados à China](https://gazprom.com/news/100-bi-de-metros-cubicos-de-gas-enviados-a-china).

²²⁵ Mesmo sendo o maior produtor de carvão mineral do mundo e contar com as maiores reservas do mundo, a China tem importa uma média de 281.336.263,084 toneladas de importação por ano. Fonte: [Países por importação de carvão](https://paísesporimportaçãodecarvão.com).

²²⁶ No discurso proferido por Xi Jinping, Secretário-Geral e Presidente da República Popular da China, em 1º de julho, na cerimônia oficial de comemoração dos 100 anos de fundação do Partido Comunista da China (PCCh) foi reiterado o compromisso do PCCh com a construção do comunismo na China. Uma perspectiva que, conforme traçado, deve ser estabelecida em um conjunto de etapas, que incluem o vigente socialismo de mercado, na superação de suas contradições materiais. Observando o desenvolvimento histórico do partido e seu comando político na China, Xi Jinping fez as seguintes considerações: *“Há 100 anos, os pioneiros do comunismo na China estabeleceram o Partido Comunista da China e desenvolveram o grande espírito fundador do Partido, que é composto dos seguintes princípios: defender a verdade e os*

mediação junto ao grande capital e ao modo de produção capitalista é cumprida em tempo presente como uma determinação pragmática a qual não tem se conseguido escapar. Um modelo de organização social e econômica que não tem encontrado grande correspondência em nenhum outro país, mesmo levando em conta Estados declaradamente socialistas como Cuba e Vietnam. A China exerce atualmente uma combinação sem paralelos entre poder estatal, larga participação do capital privado, um setor financeiro pujante e grande capacidade de alocação de investimentos públicos e privados que atendem ao maior mercado consumidor do mundo. Uma configuração particular em que o grande capital exerce influência em todas as esferas da economia, mas não se sobrepõe ao controle estatal exercido pelo PCCh. Situação que levou Huang (2008) a estabelecer a seguinte reflexão:

China is unique in that some of its capable entrepreneurs have the option of accessing one of the most efficient financial markets and legal institutions in the world. But here is an important policy implication. It would be futile for other developing countries to emulate China's domestic financial and legal institutions and practices as a way to achieve economic growth. As successful as Lenovo is, the special circumstance of Hong Kong limits the general applicability of this model. In this connection, McKinsey's exhortation that China has "the best possible" business model is equivalent to urging other poor countries to acquire their own Hong Kong, a piece of advice of dubious utility (Huang, 2008, p. 06).

Contudo, os êxitos econômicos alcançados pela China têm cobrado um preço abusivo sobre as duas categorias mais diretamente afetadas pelas mediações feitas junto ao modo de produção capitalista e pela crescente competitividade do capital chinês: a classe trabalhadora e o meio ambiente. Se quanto a classe trabalhadora, o desenvolvimento das forças produtivas e as lutas sociais vêm conseguindo melhorar as condições gerais de vida e elevar o IDHM do país a cada ano²²⁷, em relação ao meio ambiente os investimentos têm se

ideais, permanecer fiéis à nossa aspiração original e missão fundadora, lutando bravamente sem medo de sacrifícios e permanecendo leal ao Partido e fiel ao povo. Este espírito é a fonte da força do Partido". Para uma leitura mais detalhada, segue o link: [Íntegra do Discurso de Xi Jinping no Centenário do PCCh | Internacionalismo 21](#).

²²⁷ Conforme consta em [worldpopulationreview.com](#) (2025), a China possui atualmente o 0,797 IDH, o que a aproxima do grupo dos países detentores dos índices de desenvolvimento mais elevados do planeta. Para consulta: [Índice de Desenvolvimento Humano \(IDH\) por país 2025](#).

mostrado tanto ou mais urgentes. Como indicado por Ge; Friedrich; Vigna (2020), está em curso uma grave emergência climática que requisita o emprego de medidas que se contrapõem ao cronograma de desenvolvimento econômico dominante no mundo e que tem atualmente na China o seu *player* mais destacado. Como ressaltado pelos autores, as atuais emissões globais de gases de efeito estufa cresceram em 41% em relação às emissões de 1990; tendo na produção e consumo de energia as maiores fontes de gases de efeito estufa lançados sobre a atmosfera terrestre; sendo responsável por 73% das emissões²²⁸.

Refletindo a partir de Weiss (2019), a questão do enfrentamento conjunto do aquecimento climático e destruição ambiental tem a sua gravidade definida não apenas pelo volume de gases de efeito estufa lançados ou pela ação da indústria mineradora, madeireira ou agropecuária sobre o ecossistema. Ela também tem a sua urgência relacionada ao enorme atraso com que passou a ser compreendida e confrontada; sucedendo de ser incorporada de forma mais incisiva e organizada à agenda política internacional apenas nas últimas décadas e em face de uma grande crise. Se a desmesurada quebra metabólica decorrente da produção industrial tem sido exercida sobre a natureza como um imperativo do expansionismo capitalista dos últimos séculos, não podemos falar o mesmo sobre a aplicação das medidas de mitigação de seus efeitos; havendo uma assimetria temporal expressiva entre a destruição acelerada do ecossistema e o estabelecimento internacional de políticas voltadas à recuperação ambiental.

²²⁸ Em matéria publicada no site amachains.com (2022) foi feito um breve mapeamento sobre a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre cometida proporcionalmente por cada setor econômico. O setor de energia é o maior emissor de gases de efeito estufa. No entanto, outras categorias situadas dentro do modo de produção capitalista também oferecem riscos ao equilíbrio climático e ambiental. Os grandes emissores são: agropecuária (12%); uso da terra, mudança no uso da terra e silvicultura (6,5%); processos industriais de produtos químicos, cimento e outros (5,6%); e resíduos, incluindo aterros e águas residuais (3,2%). No setor de energia, a geração de calor e eletricidade é responsável pela maior parte das emissões (15 GtCO₂e em 2016, ou 30% do total de emissões de gases de efeito estufa), seguida por transporte (7,9 GtCO₂e em 2016, ou 15% do total de emissões) e fabricação e construção (6,1 GtCO₂e, ou 12% do total de emissões). Para maiores informações: [Quais são as atividades que mais geram Gases do Efeito Estufa \(GEE\)? – Amachains](#).

Nesse sentido, a *Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano* ou *Conferência de Estocolmo* foi estabelecida como o primeiro grande evento internacional voltado a discutir os problemas ambientais em uma perspectiva global. Organizada pela Nações Unidas e transcorrida entre os dias 05 e 16 de junho em Estocolmo, Suécia, a conferência é considerada um marco nas discussões sobre a crise ambiental derivada do desenvolvimento industrial acentuado, com a presença de lideranças políticas de grande parte do mundo²²⁹. O evento, cuja participação da China ocorreu através do vice-primeiro-ministro Li Xiannian, resultou em uma declaração conjunta dividida em uma proclamação de sete itens e mais vinte e seis princípios formulados com o fim de ajustar o desenvolvimento econômico com a segurança e salubridade ambiental. Em suas notas mais eloquentes a declaração expõe que:

3. O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha. 4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade

²²⁹ A Conferência de Estocolmo reuniu lideranças de 113 países, além de organizações não governamentais e agências internacionais para debater a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. A conferência também foi notada por algumas das ausências entre os países participantes como a União Soviética (que boicotou o evento), Alemanha Oriental (não foi autorizada a participar), Albânia, Vietnam (Norte e Sul), Bulgária, Cuba, Mongólia, Iugoslávia, Bulgária e países em situação de colônia como Moçambique e Angola. Para além das discussões sobre o meio ambiente o evento terminou por se destacar como mais um episódio da Guerra Fria. Para maiores informações: Conferência de Estocolmo: histórico, países, pontos - Maestrovirtuale.com.

de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico (Organização das Nações Unidas, 1972, p. 01, 02).

A Conferência de Estocolmo inaugurou um novo tempo na esfera das questões ambientais, sendo seminal para a busca de soluções conjuntas para a questão do desequilíbrio ambiental e promoção de novos estudos científicos sobre os efeitos do produtivismo industrial sobre a vida na terra. Como explanado por Tadeu; Lima (2016), o encontro ficou marcado por discutir em âmbito internacional a necessidade de reconhecer *os limites biofísicos da reprodução do capital* (2016, p.305). Entretanto, a conferência também ficou caracterizada por chamar a atenção para as consequências da expansão capitalista sobre o meio ambiente sem estabelecer uma crítica contundente contra o capitalismo enquanto sistema econômico e ordenador social. Em termos práticos, o evento esteve centrado em debater a respeito dos efeitos da produção industrial sem buscar promover o que Acsehrad (2009, p.22) classificou como *uma reconsideração das formas de apropriação do mundo material pela sociedade moderna*. Desse modo, a conferência almejou harmonizar a perspectiva capitalista de crescimento ilimitado com a preservação dos ecossistemas.

Faltou à Declaração de Estocolmo estabelecer a ponderação de que a degradação da natureza não se constituiu historicamente como um efeito isolado do capitalismo enquanto sistema produtivo e meio de reprodução social e organização coletiva, mas como parte de sua essência transformadora. A apropriação e modificação violenta do ambiente natural e das relações humanas, dessa forma, se firmaram como uma determinação sem a qual o capitalismo não conseguiria se sustentar; sendo o modo como consegue exercer o seu domínio, estabelecer concorrência e sobreviver a suas crises cíclicas e estruturais. Logo, o capitalismo tem na apropriação violenta do espaço, dos recursos e da força de trabalho a marca histórica que o acompanha seja em suas condições de gênese, seja em suas condições de desenvolvimento. Violência que se impõe não

apenas sobre as forças da natureza, mas sobre os seres vivos e à própria espécie humana. Sobre isso, Moore traçou a seguinte reflexão:

Uma vez que começamos a nos perguntar o que motiva o estado desastroso da situação atual, passamos das consequências do processo de criação de ambiente (environment-making) às suas condições e causas. E, uma vez que começamos a fazer perguntas sobre a criação de ambiente iniciada por humanos, um novo conjunto de conexões aparece. São conexões entre criação de ambiente e relações de desigualdade, poder, riqueza e trabalho. Começamos a fazer novas perguntas sobre a relação entre mudança ambiental e quem tem seu trabalho valorizado — e sua vida valorizada. As noções de classe, raça, gênero, sexualidade, nação — e muito, muito mais — podem ser entendidas em termos de sua relação dentro da natureza como um todo, e de como essa natureza foi radicalmente refeita ao longo dos últimos cinco séculos. Tais perguntas abalam a ideia de Natureza e de Humanidade com iniciais maiúsculas: ecologias sem humanos e relações humanas sem ecologias. Longe de ser uma mera diferença filosófica, a Natureza e a Humanidade que dominam as histórias do Antropoceno fazem algo involuntário mas profundamente violento, pois a história da Humanidade e da Natureza oculta um segredo indecente da história do mundo moderno: o segredo de como o capitalismo foi construído sobre a exclusão da maioria dos humanos da Humanidade — povos indígenas, africanos escravizados, quase todas as mulheres e até mesmo muitos homens de pele branca (eslavos, judeus, irlandeses). Da perspectiva dos administradores imperiais, mercadores, proprietários de terra e conquistadores, esses humanos não eram nada Humanos. Eram vistos como parte da Natureza, junto das árvores, solos e rios, e tratados como tal (Moore, 2022, p. 97, 98).

Assim sendo, a declaração resultante da conferência careceu de identificar de modo mais preciso que a crise climática/ambiental se estabeleceu como uma consequência inevitável da proliferação em larga escala do modo de produção e acúmulo capitalista. Uma crise que não é possível chegar a seu âmago sem que se a compreenda como uma decorrência do expansionismo produtivista do capitalismo industrial e do avanço sem igual que esse sistema produtivo experimentou, especialmente, desde meados do século XIX. Outra questão, conforme podemos analisar a partir de Finotti (2018), é que a perspectiva *ecocapitalista*²³⁰ de preservação do modo de produção capitalista apresentada na Conferência de Estocolmo seguiu como um modelo amplamente

²³⁰ Como podemos averiguar em Silva; Araújo; Santos (2012), *ecocapitalismo* é uma abordagem que busca conciliar o modo de produção capitalista com a proteção ambiental e a sustentabilidade. O ecocapitalismo propõe que o mercado pode ser uma ferramenta útil para a salvaguarda do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

adotado pelos movimentos internacionais seguintes (como o Rio 92, Protocolo de Kioto e as *Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*). Objetivamente, isso significa que, ainda que reconhecidas, as necessidades de preservação e recuperação dos ecossistemas continuam submetidas aos imperativos do capital monopolista.

Como levantado por Fearnside (2019), a admissão da emergência ambiental e climática por parte dos organismos internacionais vem ocorrendo na perspectiva de se mitigar os efeitos da industrialização sem que se modifique radicalmente a estrutura produtiva que lhes dá origem. Dessa forma, as medidas de contenção e reversão são definidas enquanto o avanço do capitalismo neoliberal atua em sentido oposto; muitas vezes promovendo o desmonte de leis nacionais de proteção ambiental e abandono de acordos ambientais multilaterais. Assim, tem prevalecido uma abordagem ambígua em que a reconhecida urgência da crise ambiental coexiste com o avanço do capital neoliberal e da busca pelo movimento autorregulado da economia²³¹. Movimento que como as bancadas neoliberais brasileiras atuantes no *Congresso Nacional do Brasil* têm se empenhado em demonstrar, busca impor o desmonte das leis de proteção ambiental em proveito da ampliação dos ganhos econômicos do grande capital²³².

²³¹ É bastante sintomático que os Estados Unidos, sob a presidência de Donald Trump, tenham já no seu primeiro mandato (2017-2020), revogado mais de cem 100 regras ambientais, que seguem impactando de forma incisiva nas emissões de gases de efeito estufa, um dos principais responsáveis pelo aquecimento global. Em seu novo mandato e confirmando as expectativas pessimistas que a comunidade internacional contraiu, Trump consolidou a retirada dos Estados Unidos do celebrado Acordo de Paris. O Acordo de Paris foi adotado em 2015 durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) e têm como objetivos declarados **limitar o aumento da temperatura global, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e apoiar os países em desenvolvimento**, fornecendo assistência financeira e tecnológica para ajudá-los a enfrentar os desafios das mudanças climáticas. A retirada dos Estados Unidos do acordo ocorre em um contexto internacional de crise do capitalismo e da hegemonia norte-americana em função do ascenso da China nos âmbitos econômicos e geopolíticos e de acirramento da concorrência entre as potências. A retirada dos Estados Unidos se estabelece na busca de novos espaços voltados para a acumulação e de crescimento da retórica negacionista sobre a crise climática. Para maiores informações: [Trump assina decreto para saída dos EUA do Acordo de Paris; veja impactos para o meio ambiente | Meio Ambiente | G1](#).

²³² Como reportado por Vitória (2025), o Projeto de Lei 2.159/2021 foi aprovado no Senado e voltou para a Câmara dos Deputados para nova votação, faltando apenas a sanção do presidente Lula (PT) para que passe a vigorar como lei. O projeto propõe alterar o processo de licenciamento

O fato é que a degradação ambiental e a poluição desmedida dos recursos da natureza têm persistido enquanto a compreensão e enfrentamento do problema vem caminhando ainda em passos lentos. Mais que isso, a busca por soluções para a crise climática e ambiental que atravessamos está sendo empreendida tendo em vista a manutenção do capitalismo como sistema produtivo dominante e expansivo; almejando atenuar os efeitos destrutivos enquanto a unidade geradora da degradação segue preservada na atual época geológica. Um período que tem sido caracterizado pelos impactos da ação humana sobre o meio ambiente e os ecossistemas da terra, carretando em mudanças climáticas, perda da biodiversidade, poluição da água e ar, perda de recursos hídricos e minerais, desmatamento, queimadas e degradação do solo. Sobre esta época, que estudiosos como Crutzen; Stoermer (2000) denominam de antropoceno, Weiss estabeleceu a seguinte reflexão:

[...] o Antropoceno está inextricavelmente relacionado com o capitalismo e a ocidentalização, além de muitos outros fatores. Ele alude a economias abertas ao comércio exterior, muito relevantes à reprimarização observada em muitos países da América Latina, em consequência das demandas exteriores e das políticas socioeconômicas aplicadas. Práticas capitalistas aumentam o metabolismo social com as proporções setoriais da agropecuária e da mineração nas economias. Com a mudança de hábitos, os mercados mundiais demandam cada vez mais proteína. Com a industrialização e a construção, aumenta a demanda por minérios. Como resultado, cresce a materialização das economias nacionais e, em consequência, aumenta a demanda indireta mundial pelo uso de recursos naturais regionais, como solo, água e floresta. São consequências das estratégias econômicas e tecnológicas construídas politicamente e adotadas por países que alteram a relação de preços de matérias primas, produtos e tecnologias (Weiss, 2019, p. 421, 422).

A participação chinesa na Conferência de Estocolmo, contextualizada pela maior aproximação com os Estados Unidos e pela independência em relação aos demais países socialistas, foi marcada por uma adesão crítica aos termos propostos e definidos no congresso. A delegação chinesa reconheceu no

ambiental no país. O texto permite que os empreendimentos possam obter licenças de forma automática, apenas com base na autodeclaração do investidor, sem necessidade de análises técnicas prévias. A única exceção é para casos classificados como de “alto risco ambiental”. Especialistas apontam que o PL fragiliza a prevenção de danos ambientais e compromete o poder de fiscalização dos órgãos competentes. O *Ministério do Meio Ambiente* diz que projeto de lei “representa risco à segurança ambiental e social no país” e “afronta a Constituição Federal”.

encontro um avanço importante em relação ao debate sobre a crise ambiental. Contudo, salientou que as soluções apresentadas careciam ainda de uma maior e mais igualitária participação dos países (lembrando que os países do Bloco Socialista, incluindo a União Soviética, boicotaram o encontro por causa da exclusão da Alemanha Oriental) e que seria necessário dedicar mais tempo à discussão. Também ficou clara a posição chinesa em defesa da soberania dos países de modo equânime, de modo que todos pudessem ter igual determinação sobre o uso dos recursos disponíveis. A China, que vinha enfrentando graves problemas ambientais desde a implantação de programas como o Grande Salto Adiante e seus milhares de fornos metalúrgicos domésticos, reconhecia o problema, mas buscava suas próprias soluções. Sobre isso, Chan escreveu:

As seguintes considerações motivaram a RPC a apresentar seu projeto de resolução: a preservação e melhoria do ambiente humano, pois é um assunto importante que afeta o desenvolvimento dos povos do mundo; a constituição da Declaração, como principal documento e importante pelos princípios orientadores que teriam de ser tratados com seriedade, serem amplamente discutidos, e com o apoio da maioria para que houvesse algum efeito moral, assim como as questões deveriam ser resolvidas na base da igualdade entre todos os países. Outras considerações também foram levadas em conta pela delegação chinesa como: o Projeto da Declaração existente não refletir as opiniões de todos os Estados membros da Conferência, até mesmo o trabalho preliminar da Comissão Preparatória não havia resultado em acordo completo (Chan, 2018, p. 63).

Em coerência com o defendido no evento, a China buscou engendrar o seu caminho particular na formulação de uma agenda ambiental que fosse ao encontro de suas demandas históricas. Sendo assim, como reforçado por Ferreira; Barbi (2012), a China, em parte estimulada pela Conferência de Estocolmo, articulou o seu próprio fórum de discussões sobre a crise ambiental. Dessa forma, a *Primeira Conferência Nacional sobre Proteção Ambiental na China* (1973. Em chinês: 中國第一屆全國環保會議) foi definida como o primeiro grande passo para a instituição de políticas de recuperação ambiental no país. O evento resultou, em 1974, na publicação de um relatório em que se recomendava o estabelecimento de medidas de proteção ao já bastante avariado meio ambiente do país. Seguindo as diretrizes comuns ao PCCh, foi proposto que o Estado centralizasse os esforços empreendidos a favor da

proteção ambiental. Desse modo, como levantado por Chan (2018), o início dos anos 70 foi o período em que a China institucionalizou as suas políticas de proteção ambiental e definiu a sua abordagem em nível doméstico e internacional.

Da tomada de consciência sobre as ameaças acarretadas contra os seus ecossistemas pela industrialização acelerada – que se apresentavam em forma de poluição atmosférica, contaminação da água e do descarte de resíduos orgânicos e inorgânicos - e dos prolongados estudos e discussões, a *Lei de Proteção Ambiental* (em chinês: 环境保护法) foi aprovada em 1979. Como analisado por Ferreira; Barbi (2012), a nova legislação foi responsável por introduzir na China um arcabouço legal voltado à proteção do meio ambiente. A lei definiu a vigência de um *Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental* como uma exigência necessária seja na fase de planejamento de cada novo empreendimento, reforma ou expansão. Um parâmetro legal que surgiu em uma circunstância em que o expansionismo econômico na China alcançaria patamares mais elevados com o programa Reforma e Abertura.

Assim, conforme Chan (2018) destacou, a elaboração da legislação ambiental chinesa ocorreu enquanto o país avançava em seu plano de industrialização e se abria para o comércio internacional. Logo, a China precisou equilibrar a sua determinação soberana com o desempenho de um papel conciliador e cooperativo sobre as questões climáticas mundiais. A China enfrentava problemas de grandes proporções dentro de seu território que incluía a degradação ambiental e da biodiversidade, mas que também dizia respeito ao atraso econômico, desemprego e pobreza que afetavam mais de 800 milhões de seus cidadãos naquele período. O resultado concreto dessa ambivalência foi que as medidas formuladas para a salvaguarda do meio ambiente seriam adotadas de forma gradativa e numa escala bastante inferior aos investimentos que foram constituídos para alavancar o crescimento econômico do país.

Nessa condição, como fica indicado em Junqueira (2020), a China se afirmou factualmente como um Estado Desenvolvimentista que emprega os seus recursos para a cooptação dos principais grupos de interesse com que se

relaciona. Junto a isso, o pragmatismo econômico que norteou as políticas implementadas na sequência do plano Reforma e Abertura foi firmado não apenas como uma tática objetiva para a superação do atraso, mas também como uma forma de garantir a soberania e a segurança nacional. Nesse parâmetro, a fomentação da competitividade industrial e inovação tecnológica cumprem funções situadas para além dos ganhos econômicos, sendo encaradas como fundamentos necessários para a autodeterminação nacional. O desenvolvimento econômico ocupa, dessa forma, uma posição central dentro do Estado Desenvolvimentista chinês, existindo como uma prerrogativa material que torna possível tanto a sobrevivência da forma política do regime quanto do corpo social em sua totalidade.

As leis que surgiram após a vigência da Lei de Proteção Ambiental da China buscaram aprofundar as medidas elaboradas em defesa dos ecossistemas do país de forma integrada aos paradigmas desenvolvimentistas assumidos pelo Estado após o ascenso de Deng Xiaoping ao comando político da China. A *Lei de Proteção Ambiental* de 1989 estabeleceu quatro princípios que funcionariam como um arcabouço para as políticas ambientais chinesas dali em diante, que seriam: 1. A coordenação estatal da proteção ambiental; 2. A prevenção da poluição; 3. A responsabilização dos agentes poluidores atuantes em território chinês; 4. Elevar a importância da gestão ambiental.

Para Zago (2016), no entanto, a importância da ecologia e proteção ambiental na China começaria a ganhar maior força apenas a partir da década de 1990. Naquela década foi quando houve a aprovação e revisão de seis leis e regulamentos ambientais no país, fazendo com que a questão passasse a ocupar um lugar mais destacado na política e consciência geral. Foi também quando a China passou a contar com a atuação de um sem-número de Organizações Não Governamentais em seu território (muitas dessas ONGs com sedes em países estrangeiros); com várias centrando a sua ação na preservação da natureza e recuperação ambiental. A incorporação desses agentes na política interna chinesa aconteceu dentro do contexto de maior abertura do país ao resto do mundo tanto em questões comerciais quanto diplomáticas. Nessa

circunstância, a posição da China de incrementar a sua base legal referente à proteção ambiental acompanhou a tendência internacional em conceder um maior destaque à crise climática e ambiental que assola o planeta.

Ainda segundo Zago (2016), a política ambiental da China passou a ser acompanhada com maior interesse por parte da comunidade científica internacional a partir do momento que o país alterou o seu *status* como nação industrializada e seus problemas ambientais passaram a atingir territórios situados fora de suas fronteiras; configurando-se, então, como um problema mundial. Assim, a associação entre o crescimento econômico chinês e a degradação ambiental, especialmente se pensarmos nas emissões de gases de efeito estufa, passou a integrar os debates e as análises sistemáticas sobre a crise ambiental na China, sendo encarada como um interesse coletivo. Dessa forma, a política ambiental chinesa não corresponde apenas a seu âmbito interno e não diz respeito somente à preservação de seus ecossistemas, mas tem recaído sobre um mundo cada vez mais interdependente e em que as questões climáticas recaem sobre todos os países. Problemática que foi ganhando uma relevância cada vez maior nos anos finais do século XX e início do século XIX.

Com isso, leis como a *Lei de Prevenção e Controle da Poluição da Água* (1996. Em chinês: 水污染防治法) adquiriram maior importância a partir do avanço da década de 1990; ajudando a compor o conjunto normativo estabelecido pelo poder público chinês no enfrentamento da crise ambiental e do despejo de resíduos tóxicos. A *Lei de Prevenção e Controle da Poluição por Resíduos Sólidos* (1995. em chinês: 固体废物污染防治法) foi instituída visando regular a gestão de resíduos sólidos e estabelecer padrões para a disposição final de resíduos. A própria Lei de Proteção Ambiental recebeu atualizações. A primeira, como mencionado, em 1989, mas sendo revisada em 1995 e obtendo uma significativa atualização em 2014, período em que a China já figurava como a segunda maior economia do mundo em PIB Nominal²³³.

²³³ Para maiores informações: [As 14 maiores economia do mundo de 1980 a 2022](#).

Nesse sentido, o *13º Plano Quinquenal* (2016-2020) foi o responsável por levar à China os maiores avanços na defesa do meio ambiente e recuperação de seus ecossistemas. O plano, como examinado por Bueno (2015), foi responsável por introduzir algumas mudanças na vida econômica chinesa em um período em que pairavam muitas incertezas por parte dos investidores estrangeiros sobre a viabilidade de se investir no país. A burocracia complexa, o regramento rigoroso e barreiras culturais e idiomáticas tornavam o mercado chinês bastante desafiador para os capitais externos. No entanto, foram adotadas uma série de medidas visando facilitar e dar garantias de estabilidade aos investimentos estrangeiros diretos na China Popular. Com isso, uma nova e maior abertura ao capital estrangeiro foi estabelecida. Porém, junto à nova leva de empreendimentos foram, traçadas metas mais ambiciosas no que dizia respeito à proteção ambiental e buscou-se conciliar o maior fluxo de capitais no país com investimentos mais auspiciosos em relação aos até então empregados para a recuperação dos biomas e diminuição de emissão de poluentes.

O 13º Plano Quinquenal consolidou na China o conceito de desenvolvimento "verde" e definiu metas importantes para a redução da poluição e melhora da qualidade do ar e da água. O plano foi pré-anunciado pelo então Primeiro-Ministro Li Keqiang (1955-2023) como uma declaração de guerra à poluição da mesma forma como antes fora declarada guerra contra a pobreza (DEBASTIANI; CANZI, 2023). Algumas das principais medidas incluíram a busca pela redução da dependência do carvão mineral e aumento dos investimentos em sua substituição por fontes de energia menos poluidoras. Também se investiu no aumento da cobertura florestal no país com o intuito de ampliar a sua cobertura florestal em 23% até 2020. Outro ponto importante foi que se intensificaram as diligências de controle da poluição, sobretudo em grandes cidades industriais como Pequim e Xangai.

O 13º Plano Quinquenal foi homologado em uma circunstância crítica para a China em que ocorreu uma desaceleração dos investimentos estrangeiros no país, pelas razões supracitadas, enquanto fortes protestos e greves aconteciam por todos o território chinês por questões salariais, trabalhistas e

ambientais, sobretudo. O ano ficou marcado também por um agravamento da insalubridade ambiental na China, com o nível de poluição do ar atingindo níveis alarmantes; com uma média de 52,1 microgramas/m³ de poluentes. Para se ter uma ideia da gravidade da situação, o volume médio de poluentes encontrados no ar das cidades chinesas era, na ocasião, dez vezes superior ao limite recomendado pela Organização Mundial de Saúde²³⁴. Para atenuar a emergência, o governo chinês lançou o *Plano de Ação Nacional da Qualidade do Ar* (em chinês: 国家空气质量行动计划) que resultou em uma expressiva diminuição na quantidade de partículas poluentes presentes no ar já nos anos seguintes à sua instituição, fazendo regredir sensivelmente a combustão ambiental no período.

Dentro dessa circunstância, o 13º Plano Quinquenal ousou e apresentou de forma mais sistematizada à China e aos observadores internacionais a meta de se construir um novo padrão de relacionamento entre o ser humano e a natureza, o qual denominaram como *civilização ecológica*²³⁵. Mas o que isso significa em termos concretos? Na prática, trata-se do incremento de uma complexa estrutura política que busca implementar leis e políticas ambientais enquanto se investe em tecnologias inovadoras voltadas para a recuperação dos ecossistemas. Tudo isso articulado em uma perspectiva conciliadora com o desenvolvimento econômico e melhoria geral nos índices de desenvolvimento humano no âmbito da sociedade chinesa. Em seus princípios mais ambiciosos, o plano almejou dar início à uma transição civilizatória na China com o florescimento de uma consciência mais evoluída e integrada ao ambiente natural. Ou como fica definido a seguir:

Ecological civilisation represents an alternative concept to complement the international notion of sustainable development [...] The concept contributes to the global discourses of environmental governance. It is worth noticing whether ecological civilisation presents an alternative to green capitalism and 'ecological modernisation'. Ecological modernisation means that the government applies innovative, modernised and experimental governance structures to facilitate eco-

²³⁴ Para maiores detalhes: [Os desafios do crescimento econômico chinês | China2Brazil](#).

²³⁵ Embora, como podemos ver em Gare (2012), o princípio de construção de uma “civilização ecológica” já fizesse parte dos debates políticos e ambientais na China, o conceito só passou a apresentar uma sistematização mais concreta a partir da vigência do 13º Plano Quinquenal.

technological changes, mainly relying on the private sector to deliver environmental projects. The government may proactively engage with the private sector, but the essence is market-oriented neoliberal governance. In contrast, ecological civilisation demonstrates state-centred governance under 'state entrepreneurialism' [...] The state utilises market instruments to fulfil state objectives. The approach forefronts state strategic considerations, leading to the recentralisation of environmental governance. In addition, the implementation of ecological civilisation practices is achieved through collaboration among multi-scalar states [...] This also differs from 'authoritarian environmentalism', which mainly relies on top-down policies and operations [...] Environmental governance under state entrepreneurialism requires politicising environmental protection with a vertically and horizontally intertwined environmental governance structure. The rising agenda of ecological civilisation requires reevaluation and reinterpretation of China's environmental practices related to socio-ecological innovations. Based on the changing rationality of the state, the handbook unpacks ecological civilisation as a form of 'governmentality' (Zhang; Wu; Liu, 2024, p. 02, 03).

Logo, como os pronunciamentos feitos pelo presidente Xi Jinping (2024) deixaram evidente, o anunciado plano de construção de uma “civilização ecológica” responde para além de um conjunto de metas instituídas pelo governo chinês em proveito da proteção ambiental. Trata-se de uma alternativa ao modelo internacional de sustentabilidade e também uma declaração de soberania da China na busca por seus próprios caminhos para a resolução da crise ecológica que atravessa. Caminhos que apontam tanto para o futuro quanto para o legado cultural da nação chinesa e sua longa imersão nas filosofias taoístas e confucionistas e sua constante busca de equilíbrio entre o coletivo e a individualidade, entre o ser humano e a natureza. Fora isso, foram estabelecidos investimentos e metas muito superiores às encontradas nas principais economias capitalistas na promoção da recuperação ambiental; conforme o fragmento a seguir expõe com riqueza de detalhes:

Cabe aqui mencionar algumas das metas alcançadas pela implementação do 13º PQ. De 2008 a 2019, a contribuição do carvão no consumo energético da China caiu de 72,2% para 55,6%. Caiu 2,9% em 2014, 3,7% em 2015 e 4,7% em 2016, segundo o Departamento Nacional de Estatísticas. Um esforço de redução acentuado considerando que, no mesmo período, o país ampliou seu consumo de energia em 51,6%. O menor uso do carvão foi substituído, em grande medida, pelo gás natural. De 2008 a 2019, a participação do gás no consumo chinês cresceu de 3,2% para 7,5%. Excluindo o petróleo e o carvão, as energias mais limpas aumentaram seu peso na matriz chinesa de 10,7% para 25,6%. Três milhões de moradias no norte do país tiveram suas caldeiras de carvão substituídas por equipamentos

elétricos ou a gás natural. Foram eliminados mais de 50 GW de capacidade nas usinas elétricas alimentadas por carvão e mais de 150 milhões de toneladas de capacidade de produção de carvão. No ano de 2016, primeiro do 13º PQ, o corte foi de 290 milhões de toneladas [...]. Segundo o 13º Plano Quinquenal, o consumo de energia de fontes não-fósseis deveria subir dos 12% atingidos em 2015 para 15% do total em 2020. Para isso, o governo central precisou orientar o foco das políticas para a demanda, com atenção particular às complementaridades dos sistemas de energia renovável, como o aumento do percentual de gás natural no consumo total e o desenvolvimento de sistemas de armazenamento, de geração distribuída e de redes inteligentes para aumentar a eficiência do sistema e reduzir custos operacionais. Apesar de terem sido citadas nos Planos Quinquenais anteriores, é somente a partir de 2016 que as duas últimas ganham maior relevância no planejamento e nas metas de governança no Plano de Ação de Revolução da Inovação de Tecnologia da Energia, dentro do 13º PQ (Debastiani; Canzi, 2023, p. 09) .

O plano de construção da denominada “civilização ecológica” começou a ser desenhado na China de forma mais consistente a partir do 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (Pequim, 2012. Em chinês: 中国共产党第十八次全国代表大会). Na ocasião se elaborou um conjunto de metas que em seus princípios gerais apontavam para a necessidade de se construir uma plataforma de sustentabilidade voltada ao desenvolvimento da nação chinesa. Em seu conjunto, o plano promoveu mudanças históricas na abordagem chinesa em relação à salvaguarda do meio ambiente com inovações teóricas, práticas e institucionais em seus prospectos de edificação de uma civilização ecológica²³⁶. Dentro desse contexto, o desenvolvimento de alta qualidade passou a ser perseguido como princípio inerente à construção do socialismo com características chinesas. Assim, o desenvolvimento econômico e social verde e com baixos níveis de dióxido de carbono no ar sucedeu de ser encarado como um fundamento para alcançar um maior desenvolvimento qualitativo.

²³⁶ A íntegra do relatório do encontro pode ser acessado em: [Que o mundo entenda o "código verde" da bela China - prática chinesa e contribuição mundial do Pensamento de Xi Jinping sobre a Civilização Ecológica - Xinhuanet](#).

Como Discutido por Lima; Albuquerque; Nascimento (2021), os investimentos emitidos pela China em reflorestamento têm se destacado em meio às políticas ambientais conduzidas nas últimas décadas e se notabilizado diante da comunidade internacional pelo seu volume, engenhosidade e alcance. O programa *Grain for Green*, como o seu nome indica, foi empreendido para ampliar a cobertura vegetal do país e reverter a desertificação que vinha assolando grande parte do solo chinês ao longo de várias décadas. Lançado em março de 2000, o programa foi responsável, principalmente, por restaurar áreas exauridas pela prática da agricultura em larga escala. Também conhecido como *Conversão de Terra Agrícola em Floresta* (em chinês: 农业用地转变为森林), o programa designou o emprego e indenização de agricultores pela restauração florestal em terras degradadas. O *Grain for Green*, desse jeito, introduziu a China em uma nova era no que diz respeito à políticas de recuperação vegetal e do solo, prevenindo inundações e erosão da superfície. O plano abrangeu cerca de 124 milhões de pessoas, 1.897 municípios e 25 províncias.

Um pouco antes do lançamento do programa *Grain for Green*, foi lançado o *Programa de Conservação de Florestas Naturais* (NFCP). Iniciado em junho de 1998 e também conhecido como *Programa de Proteção de Florestas Naturais*, o programa foi articulado em um contexto de severas secas que afligiram o território chinês, provocando fortes baixas do rio Yang Tsé e colocando em risco o uso residencial de água nas províncias situadas ao norte da China e produtos industriais e agrícolas. Em seguida, inundações maciças ocorreram em várias regiões da China, colapsando o meio ambiente e comprometendo a vida de milhões de chineses. Com isso, o Programa de Conservação de Florestas Naturais foi implantado com objetivo de mitigar os efeitos das atividades produtivas sobre o solo e recursos hídricos, promover um maior equilíbrio ecológico e prevenir grandes catástrofes como as que vinham acontecendo repetidamente na China. Ou em uma análise resumida:

Para responder a essas catástrofes, o governo central implementou dois programas, o Programa de Conservação de Florestas Naturais (NFCP, também conhecido como Programa de Proteção de Florestas Naturais) e o Programa Grain to Green (GTGP), também conhecido como Programa de Conversão de Terrenos Inclinações e Programa

Fazenda para Floresta – o 3o) . O NFCP conserva as florestas naturais através da proibição da exploração madeireira e do reflorestamento, incentivando as empresas florestais, enquanto o GTGP converte as terras cultivadas em declives acentuados em florestas e pastagens, fornecendo aos agricultores subsídios em grãos e dinheiro. Essas ações resultaram da constatação de que essas secas e inundações foram pelo menos parcialmente causadas pela agricultura em encostas íngremes e pelo desmatamento (Lima; Albuquerque; Nascimento, 2021, p. 76).

Em vista disso, a China aprofundou os investimentos em reflorestamento e dinamização de suas fontes de energia como forma de atenuar ou reverter os efeitos do expansionismo econômico seja em caráter mais amplo, seja em focos específicos. Além dos citados, os esforços em reflorestamento têm se materializado em grandes projetos como o *Grande Muralha Verde* (em chinês: 大绿墙), que obteve destaque dentre as medidas de restauração da cobertura vegetal na China. Iniciado em 1978, o empreendimento figura entre as deliberações de conservação ambiental mais antigas da República Popular da China. No entanto, foi apenas a partir da reta final do século XX que o projeto ganhou maior fôlego na concretização da meta de criar uma barreira vegetal de 4.480 quilômetros de comprimento e cerca de 100 bilhões árvores plantadas na região de Gobi (em chinês: 戈壁) e outras áreas desérticas. Concluído em 2024, a Grande Muralha Verde cumpriu o objetivo de interromper o fluxo de ventos e tempestades de areia do deserto e os danos que causavam à agricultura; que prejudicavam mais de 400 milhões de chineses²³⁷.

Os investimentos têm ocorrido de forma multimodal de maneira que a mitigação dos efeitos do crescimento econômico acelerado que a China tem experimentado possa ser efetivada mais rapidamente; o que tem demandado pelo emprego da bioengenharia, seleção e melhorias das sementes utilizadas no reflorestamento, desenvolvimento de modelos de simulação para prever os impactos causados pelo desmatamento e uso de drones para operar em plantio de áreas reservadas à regeneração florestal. O programa chinês de recuperação florestal tem buscado aproveitar ao máximo as terras devastadas pelo

²³⁷ Para um maior detalhamento: [China promove reflorestamento e proteção de florestas - China Hoje](#).

desmatamento/cultivo em larga escala e minas desativadas para fazer uso no plantio de árvores e intensificar medidas de prevenção a incêndios e pestes florestais. Com isso, o volume de cobertura florestal da China vivenciou um crescimento que foi de 12%, em 1980, para 25%, em 2024²³⁸. A China possui atualmente a maior área de mata plantada do mundo, ultrapassando os 17,58 bilhões de m³ após mais de 30 anos de crescimento consecutivo; criando condições para o aumento das florestas naturais em seu território²³⁹.

No entanto, conforme analisado por Qiu; Chen; Tang; Lu; Wang; Chen (2017), o programa de conservação ambiental chinês também apresenta inconsistências e resultados discutíveis ao longo de sua execução devido à complexidade espaço-temporal das mudanças na vegetação e seus padrões dinâmicos. Nessa perspectiva, uma nova estrutura de recomposição vegetal foi proposta enquanto as pesquisas nesse campo avançavam sobre questões fundamentais como as mudanças na vegetação e seus efeitos. Segundo Batista (2025), o processo de reflorestamento trouxe consigo problemas que escaparam das previsões dos cientistas em meio a grandes êxitos que incluem a absorção de 5% das emissões industriais de CO₂ pelas novas zonas florestais e a diminuição em 70% da frequência das tempestades de areia sobre cidades como Pequim entre 1978 e 2017. O contato com o pólen da artemísia (vegetal escolhido para o plantio devido à sua resistência à climas extremos e por estabilizar dunas de areia) provocou severos surtos de alergias que afetaram 1/3 dos habitantes de cidades como Yulin (em chinês: 玉林), na província de Shaanxi.

Novamente de acordo com Batista (2025), estudos desenvolvidos na Universidade Xi'an Jiaotong e no Instituto Florestal de Yulin, confirmaram que o pólen de artemísia contém cinco compostos voláteis capazes de ocasionar reações alérgicas graves através de receptores do sistema imunitário. Durante os meses de agosto e setembro, período em que ocorre a floração, essas partículas microscópicas tornam-se aerotransportadas, causando sintomas que

²³⁸ Dados apresentados em: [Taxa de cobertura florestal na China ultrapassa 25%](#).

²³⁹ Fonte para consulta: [China tem a maior área de floresta plantada no mundo](#).

vão da febre dos fenos até à asma brônquica. O impacto na saúde é bastante expressivo se considerarmos que enquanto a predominância na China de doenças como rinite alérgica afeta cerca de 18 % da população, nas áreas dentro do cinturão da Grande Muralha Verde as taxas chegam à 27 %, como em Yulin, e 32 % na Mongólia Interior. Comparativamente à média nacional, os habitantes das áreas situadas próximas à Grande Muralha Verde têm praticamente o dobro de chances de desenvolver alergias respiratórias.

Outras contradições repousam sobre as atuais políticas de recuperação ambiental perpetradas na China. Conforme as análises de Molina; Pedone (2021), a busca pela diversificação das fontes de energia e pelo aumento das matrizes não poluentes não tem resultado, objetivamente, na diminuição dos usos dos recursos minerais em seus empreendimentos industriais. Embora, proporcionalmente a China venha utilizando um volume menor de carvão como fonte energética, em números absolutos o uso desse recurso ainda encontra grande participação na alimentação do seu parque industrial e no consumo doméstico. Em comparação, em 2018, o consumo de carvão mineral na China foi de cerca de 1.906.725 milhões de toneladas de óleo equivalente (TOE) enquanto em 1990, o uso ficou estipulado em 526,223 toneladas de TOE²⁴⁰. Diferença que deixa enunciado que os investimentos em segurança energética e energias renováveis se encontram subordinados aos imperativos do expansionismo econômico e da concorrência internacional, como fica patente a seguir:

Segurança Energética tem um grande peso sobre o processo de desenvolvimento, manutenção do crescimento econômico e relação entre os países. Apesar de à primeira vista a questão energética ser mais analisada como um problema de demanda, o setor é interdependente, pois coloca em xeque também quem produz. Nessa perspectiva, países que não produzem ou produzem pequena quantidade de petróleo, gás natural e/ou carvão devem buscar

²⁴⁰ Para uma apreensão mais detalhada da evolução do consumo de carvão mineral e das emissões de CO² por parte da China, recomendamos a Tese de Doutorado de Michel Augusto Santa da Paixão, intitulada *O crescimento econômico da China e o consumo de carvão para geração de energia*, apresentada, em 2017, para obtenção de doutoramento pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

alcançar um patamar previamente calculado e em contínuo crescimento de produção de energias renováveis o que permitirá, inclusive, a abertura de um novo mercado. Diversificação é a palavra-chave de SE onde as fontes de energias renováveis tenderão a converter essa questão em uma nova era de produção e consumo de energia (Molina; Pedone, 2021. p. 175).

Em seus aspectos positivos e negativos, os efeitos do intenso reflorestamento perpetrado na China sobre a saúde humana simbolizam um pouco do avanço da experiência chinesa dentro do modelo de socialismo adotado no país; especialmente se pensarmos nas últimas décadas. A perspectiva desenvolvimentista admitida, principalmente após a consolidação do mando político de Hua Guofeng e Deng Xiaoping no país, levou o povo chinês a novos patamares de progresso econômico e social, mas carregam consigo os limites e contradições resultantes das mediações constituídas junto ao modo de produção capitalista. Projeções que se encontram radicalmente determinadas internacionalmente pelo capital hegemônico e acirramento imperialista que tem caracterizado os nossos tempos. Disso resulta em políticas ambivalentes em que o governo chinês tem procurado conciliar a expansão econômica em grande escala com medidas de mitigação dos efeitos do desenvolvimento perseguido e que tem exaurido tanto a força de trabalho quanto o ambiente natural. Algo que adentraremos um pouco mais a seguir.

4.3. Os limites e contradições da política de recuperação ambiental na China

Os investimentos empreendidos pela China em proveito da recuperação ambiental e renovação de suas fontes de energia têm sido responsáveis por alguns dos resultados mais significativos dentre as políticas ecológicas existentes no planeta. De acordo com o relatório emitido, em 2022, pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)²⁴¹, o gigante asiático tem liderado os esforços mundiais em

²⁴¹ Para maiores informações: [Relatório da FAO atualiza Estado das Florestas no Mundo 2022 Florestas](#).

recuperação florestal e sido destaque na produção das denominadas energias “limpas”. Em 2023, a China respondeu sozinha por mais de um terço dos investimentos mundiais no setor, destinando em 2023 cerca de US\$ 678 bilhões na produção de energias renováveis; contribuindo decisivamente para os 17% de aumento global em investimento nessa modalidade de fonte de energia emitidos naquele ano²⁴².

Figura 18: A ampliação dos investimentos chineses em outros mercados tem contribuído para que diversos desequilíbrios ecológicos possam ocorrer. Na imagem, a África tem apresentado um crescimento de desmatamento.



Fonte: <https://asilvaemafrica.blogspot.com/> (2014).

Contudo, o empenho destinado à contenção da degradação da atmosfera e dos ecossistemas tem esbarrado no expansionismo produtivista praticado em face à concorrência agressiva que tem caracterizado o mercado capitalista mundial. Diante disso, mesmo os investimentos considerados “limpos”

²⁴² As informações utilizadas no parágrafo estão reunidas em: [BloombergNEF: Investimento global em energia limpa salta 17% e atinge US\\$ 1,8 trilhão em 2023 | Serviço Bloomberg Professional](#).

têm os seus efeitos questionados pelos observadores internacionais devido à dimensão de sua produção e espaço que ocupam na natureza. Como relatado por Bianchin (2025), a China vem desenvolvendo um novo e colossal empreendimento em energia hidrelétrica que pode impactar o planeta de muitas formas. A Usina em questão, cujo nome ainda não está divulgado, tem orçamento estimado em US\$ 167 bilhões e está sendo construída para operar sobre o rio Yarlung Zangbo (em chinês: 雅鲁藏布), na Região Autônoma do Tibete e com capacidade prevista para ser três vezes superior a da Usina Três Gargantas. Ao todo, serão cinco represas atuando em cascatas que gerarão 300 bilhões de KWh anuais e que vêm preocupando países vizinhos como Bangladesh e Índia sobre os seus possíveis impactos.

Ainda segundo Bianchin, não é uma preocupação aleatória se pensarmos, de forma comparativa, na Usina Três Gargantas, a maior do mundo e símbolo do expansionismo industrial chinês. Conforme apontado pela NASA, a Usina Três Gargantas acarretou em uma desaceleração da rotação do planeta em 0,06 microssegundos por dia e no deslocamento do eixo em 2,00 centímetros devido à massa de água de 40 bilhões de metros cúbicos que ela comporta e movimenta. O investimento astronômico perpetrado pelo Estado e capital chinês vai de acordo com as perspectivas de crescimento econômico que demandará em um aumento do consumo de energia que ainda deverá se expandir em 3% até o ano de 2030 (Molina; Pedone, 2021). Dessa forma, o incremento do setor energético está articulado para evitar que o país tenha que enfrentar futuramente uma nova crise no setor e que prejudique o seu crescimento econômico e a segurança nacional. Situação que encontra boa análise a seguir:

A crise de energia pela qual passou a China em 2003-2004 confrontou o país a sua instabilidade e ao risco de uma descontínua capacidade de crescimento [...]. O corte na energia por todo o país levou a um aumento de 15% na demanda por petróleo, o que correspondeu a 850.000 barris por dia (bpd). A situação já estava tensa desde 2002 tornando a energia uma questão crucial. Contudo, tratava-se mais de uma dificuldade em manter os níveis do carvão e da eletricidade e não do petróleo. Dependendo mais de 70% do carvão, sua oferta limitada tornou-se um transtorno e a demanda passou a ser bem maior do que as usinas de geração de energia elétrica e a rede de transmissão podiam produzir. A crise que tomou conta do país atingiu desde a indústria, que teve de trabalhar por meio período, até sinais de trânsito

e residências [...] Em pouco tempo o petróleo se viu na posição de substituir o carvão como grande fornecedor de energia o que aumentou a demanda chinesa em 16% em 2004, acima dos rotineiros 7% ou 8%. A perspectiva é de que até 2030 a China amplie seu consumo de energia em 3% a cada ano, o que fará a demanda por petróleo dobrar para 13.1 milhões bpd [...] Crescendo, desde 2015, a uma média de 6,5% ao ano, a China está ajustando seu crescimento ao consumo de energia e a sua capacidade de criar políticas que lhe permitam contar com uma, ainda que parcial, autossuficiência interna (Molina; Pedone, 2021, p. 177).

Apesar dos alertas apresentados, os investidores internacionais estão encarando o novo e monumental empreendimento com bastante otimismo. Como reflexo do estado de ânimo do mercado financeiro com a construção, os contratos futuros de minério de ferro passaram por um processo de valorização, com a cotação de referência para agosto de 2025 na Bolsa de Cingapura subindo para 2,81% e chegando a US\$ 103,60 por tonelada, com pico intradiário de US\$ 104,80; o maior valor alcançado desde 27 de fevereiro de 2025. O *Índice CSI Construction & Engineering* da China teve um salto de 4%; maior alta em sete meses. As ações das empresas *Power Construction Corporation of China* e *Arcplus Group PLC* se elevaram até o limite de 10%; oferecendo retornos aos investidores compatíveis aos dos títulos de renda fixa, conforme afirmou Wang Zhuo, sócio da *Shanghai Zhuozhu Investment Management*²⁴³.

Dessa forma, embora pesquisadores como Bloch et. al. (2012) relativizem as relações causais existentes entre desenvolvimento econômico e consumo de energia e argumentem que não existe um consenso internacional sobre as possíveis determinações mútuas, a experiência histórica da China em relação à ampliação de seu parque industrial tem apontado em outra direção. O crescimento industrial e econômico chinês está associado em grande medida ao desenvolvimento de suas plataformas energéticas que, como Paixão (2017) sustenta, tem garantido a expansão da base produtiva do país e assegurado uma média de crescimento econômico de 9,5% por mais de 40 anos; o que tem permitido

²⁴³ Para uma apuração mais detalhada das informações compartilhadas, sugerimos o acesso ao link a seguir: [China inicia construção da maior hidrelétrica do mundo e anima mercado](#).

a melhoria das condições de vida das famílias dos trabalhadores chineses em renda e consumo. Em grande parte, o crescimento econômico chinês tem sido assegurado graças à produção e consumo de energia; o que vem mantendo a China como o maior consumidor de energia do mundo, respondendo por um consumo global de 26%. E mesmo com os investimentos em energias renováveis, segue como responsável por quase metade do consumo de carvão mineral do planeta.

Isso faz com que ainda que se reconheça o crescimento exponencial do uso de fontes renováveis na China e as medidas de recuperação do solo e áreas verdes que têm sido efetuadas, muitas dúvidas parem sobre a dimensão do programa ambiental chinês. A começar pela eficácia do arcabouço ecológico formulado em relação ao avanço da indústria chinesa em suas diversas frentes. As chamadas energias “renováveis” ou “limpas”, como alertado por Jesus (2021), também causam impactos sobre os ecossistemas, sendo, portanto, poluidoras do meio ambiente. A eficácia na redução dos impactos dessas fontes corre, portanto, apenas quando operam em uma escala mais reduzida. A degradação ambiental causada por essas fontes varia de acordo com a sua especificidade, localização geográfica e dos *habitats* afetados para que tenham funcionamento. Fontes de energia “limpa” como a eólica demandam pela destruição de ecossistemas para a instalação das grandes torres que absorvem o movimento dos ventos na produção de energia, afetando não apenas o solo, mas as aves que não detectam o movimento das pás eólicas e se chocam contra elas, vindo a morrer ou se machucar gravemente.

As usinas hidrelétricas também são responsáveis por centenas de tipos diferentes de impactos sobre o meio ambiente em suas diferentes etapas de consecução; estando os seus efeitos mais agressivos sobre os ecossistemas e agrupamentos humanos concentrados, em sua maior parte, na fase de construção. Desse modo, os abalos causados durante o andamento das obras costumam ser muito superiores aos ocasionados durante o planejamento e funcionamento das usinas. Assim, segundo o detalhamento emitido por Souza (2017, p. 31) *Na fase de planejamento apenas foram observados impactos sobre o meio*

socioeconômico, enquanto que nas demais fases são causadas alterações ambientais nos meios biótico, físico e socioeconômico. As usinas hidrelétricas, embora não causem emissões de gases poluentes como os combustíveis fósseis, provocam processos erosivos, alterações na qualidade da água, alteração da paisagem, comprometimento da fauna e da flora e deposição de sedimentos. Sem falar nas inúmeras famílias que são prejudicadas de diversas formas na construção das barragens e represamento das águas.

Os veículos movidos à eletricidade, expoentes do desenvolvimento econômico da China, também têm sido apresentados como aliados para a reversão do atual estágio de poluição atmosférica e para a diminuição do uso de combustíveis fósseis. Economicamente, a disseminação dos automóveis elétricos tem permitido à China avançar no âmbito do mercado automobilístico e adquirir maior competitividade perante os Estados Unidos, Europa e Japão; líderes nesse setor. Portanto, fica claro que os investimentos destinados à produção de veículos elétricos atendem, em grande parte, a necessidades econômicas; com a bandeira da ecologia sendo hasteada em sua retaguarda e como marketing voltado à parcela mais exigente dos consumidores. Situação que encontra maior detalhamento no seguinte recorte:

[...] a indústria automobilística é considerada um importante pilar do desenvolvimento econômico chinês, bem como possui relevância na aceleração do processo de urbanização e manutenção do status quo por uma vida melhor. A China, há mais de uma década, é um dos principais mercados consumidores de automóveis do mundo e, embora tenha havido um aumento considerável no número de fabricantes e marcas automobilísticas, a tecnologia chinesa ainda está aquém dos grandes países de referência desse setor. A recente orientação global para a incorporação de veículos elétricos no âmbito das mudanças climáticas abriu oportunidade para que a China possa se tornar uma potência do setor automobilístico, através da produção de veículos de energia nova (VEN), possibilitando assim, além do alcance da competitividade no comércio internacional do segmento, a resolução de questões relacionadas à poluição e segurança energética (Cechin; Bispo, 2024, p. 03, 04).

Nessa circunstância, os veículos automotivos elétricos, passaram a ocupar uma posição bastante estratégica no mercado internacional e possibilitaram à indústria automobilística chinesa assumir uma posição de liderança inédita desde o seu surgimento. Como reportado por Leichsenring (2024), a China tem exercido

uma participação que correspondeu, em 2023, a 57% do mercado mundial de veículos elétricos. Em números absolutos, isso significa que dos nove milhões de veículos elétricos vendidos no mundo naquele ano, 5,1 milhões acabaram no mercado chinês. Essa mudança no cenário fez com que a China, que outrora ocupava um lugar reduzido nesse setor, se tornasse o mercado mais disputado pela indústria automobilística mundial. Contudo, embora os veículos elétricos estejam cumprindo funções relacionadas à transição energética, eles também são responsáveis por agressões ao meio ambiente; sendo uma indústria extremamente dependente da mineração e siderurgia para que possa ser efetivada. Portanto, o aumento da demanda por esses veículos traz consigo severos riscos ao meio ambiente, que compensam parte da baixa emissão de CO².

Como bem analisado por Paixão; Iazdi; Meyer (2020), a indústria siderúrgica tem exercido funções bastante ambíguas no âmbito do desenvolvimento econômico chinês; sendo uma indústria de posição substancialmente estratégica em seu desenvolvimento industrial. Ao passo que as siderurgias têm se destacado pelas emissões de gases de efeito estufa na China (concorrendo com as usinas termoeletricas entre os empreendimentos que mais emitem CO²), também tem encontrado vias de participação na denominada economia verde na forma como tem sido articulada pelo Estado e capital chinês. As siderurgias operantes na China têm investido de forma expressiva em medidas de prevenção de impactos, sustentabilidade e no fornecimento de insumos de caráter sustentável. Uma dualidade de propósitos que parece resumir bem o atual estágio do desenvolvimento econômico chinês e a forma como tem lidado com a presente crise ambiental que o planeta vivencia.

Voltando a Leichsenring (2024), a procura pelos veículos automotivos elétricos tem experimentado um crescimento consistente dentro do mercado chinês. Os incentivos públicos e privados e interesse do consumidor fez com que os automóveis elétricos passassem de 20,7% a 23,7% da frota circulante no país; com o consórcio chinês *GAC Aion* alcançando um aumento de 77% nas

vendas de seus veículos elétricos. Enquanto isso, a participação dos veículos elétricos no mercado europeu corresponde a 14,6% distribuídos de forma desigual; com a Alemanha puxando a estimativa para cima, com 18% de sua frota sendo composta por veículos elétricos (cabendo também uma menção especial à Noruega; país que tem atualmente cerca de 82% dos seus automóveis movidos à bateria elétrica). Os Estados Unidos seguem bem atrás, com apenas 8% dos automóveis vendidos no país sendo abastecidos por energia elétrica. A elevação do mercado dos veículos elétricos tem acelerado a busca pelas minas de lítio (matéria-prima das baterias de energia elétrica) e, portanto, das atividades de mineração em torno do metal alcalino de alta eletropositividade.

Desse modo, as fontes de energia renováveis não garantem por si só uma melhoria na qualidade do meio ambiente. Para isso, deve ocorrer também e de forma planejada uma transformação substancial no sistema produtivo em sua universalidade e na lógica de consumo dominante. No caso chinês, embora tenha alcançado resultados consideráveis em termos de poluição atmosférica em um panorama geral, o problema da degradação ambiental ainda se encontra na ordem do dia. Uma das questões mais pertinentes atualmente é que o acirramento da disputa econômica e pela influência geopolítica mundial tem impulsionado a corrida permanente pelo crescimento produtivo e busca por novos espaços de acumulação. Embora, como afirmado por Castro; Ludovico (2025), a China esteja investindo em uma nova base industrial de baixo carbono e custos decrescentes em um cenário de médio e longo prazo de aderência às metas de descarbonização e consumo de hidrogênio sustentável, isso ocorre em um contexto determinado pelo expansionismo econômico contínuo que coloca em risco os ecossistemas.

A situação coloca os planos de proteção ambiental chineses em alinhamento subordinado às perspectivas sempre expansivas do produtivismo industrial e geração de valor adotadas. Isso tem levado a China a procurar soluções que muitas vezes significam transferir parte de sua infraestrutura e de seu parque industrial para fora de suas fronteiras. Desse modo, a China tem firmado uma série de acordos internacionais que lhe garante acesso não apenas a novos mercados, mas a recursos naturais, geográficos, infraestruturais e mão de obra. Assim, a China

tem se empenhado em estabelecer parcerias cada vez mais consolidadas junto ao continente africano, por exemplo. Circunstância que fez com que a China se afirmasse como o maior parceiro econômico dos países africanos desde 2010²⁴⁴ e venha promovendo vultosos investimentos que comportam desde a agricultura até grandes conglomerados industriais. Uma parceria que, como asseverado por Pereira (2020), tem sido estruturada desde os primórdios da República Popular e exercido uma gama de posições estratégicas para ambos os lados, principalmente se pensarmos no desenvolvimento econômico dos atores envolvidos.

As parcerias têm um caráter multimodal e que tem incluído também a cooperação militar em seu bojo (tendo a China estabelecido a sua primeira base naval sobre o continente africano em Djibouti, em 2017); com a China reconhecendo a legitimidade histórica da luta dos países africanos contra o mando neocolonial que lhes foi imposto pelo imperialismo europeu e norte-americano. Localizada próximo ao *Centro Operacional das Forças Armadas dos Estados Unidos* (em inglês: *Operational Center of the Armed Forces of the United States*), *Camp Lemmonier*, a base foi alegadamente projetada para apoiar missões antipirataria e para prestar ajuda humanitária ao continente e à Ásia Ocidental. A base tem sido ampliada desde a sua fundação e possui capacidade de ancorar porta-aviões chineses e de aliados. Todavia, embora a cooperação militar entre a China e o continente africano venha se expandindo, é no plano industrial e comercial que a relação entre ambos tem encontrado maior ressonância.

Ainda a região mais empobrecida do planeta, o continente africano vem experimentando um ritmo mais acelerado de industrialização nos últimos anos, tendo na China um colaborador bastante ativo nesse ramo. O continente ainda enfrenta uma série de desafios após a estagnação que dominou o seu parque produtivo após a grave crise financeira de 2008; que impôs uma forte retração à sua

²⁴⁴ Para informações mais aprofundada, recomendamos o seguinte link: [O superpoder da China na África - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#).

já enfraquecida plataforma industrial²⁴⁵. Conforme consta em relatório emitido pelo *Grupo Banco Africano de Desenvolvimento*²⁴⁶, a África se encontra na base da cadeia de valor global, com sua cota-parte na indústria de valor agregado em cerca de 1,9% do PIB industrial mundial. Dessa forma, as economias africanas continuam dependendo demasiadamente das matérias-primas ou *commodities*. Nessa configuração, os produtos manufaturados representam um montante ainda muito baixo em suas exportações, com as suas economias ainda importando em grande medida produtos e bens de produção. Uma situação de desequilíbrio em sua balança comercial que drena a riqueza do continente e o coloca em uma posição de dependência em relação às economias mais avançadas.

Nesse sentido, a China tem se apresentado como um robusto investidor e credor do capitalismo africano em uma situação que, como apontado por Hilário (2020), a África tem na indústria uma atividade fundamental para que o crescimento econômico possa ser alcançado e a acumulação de capital seja possível de ser efetivada. Desse modo, a China tem realizado muitos negócios no continente africano se baseando, principalmente, no cronograma definido a cada três anos no *Fórum de Cooperação China-África*; com grande destaque para as imissões no setor portuário, mineração, tecnologia e importação de combustíveis fósseis. Como detalhado por Howell (2025), o capital financeiro chinês também tem atuado fortemente no continente; com os bancos chineses possuindo cerca de US\$ 134 bilhões em empréstimos pendentes nos países africanos. A soma anunciada corresponde a 20% de toda a dívida externa africana e foi contraída para fins de desenvolvimento dos países espalhados pelo continente.

Essa faceta das mediações chinesas junto ao grande capital é, como podemos apreender em Pereira (2020), uma das que mais se aproxima do

²⁴⁵ Pautando-nos nas análises de Gonçalves (2010), constatamos que a crise econômica de 2008 atingiu de forma mais aguda as economias emergentes ou de países economicamente atrasados; especialmente devido à queda expressiva que ocorreu nos preços das *commodities* ou matérias-primas/produtos agrícolas no mercado internacional; principal fonte de atração de divisas para esse grupo de países. Países africanos como Angola, cuja economia está amplamente associada aos recursos angariados pela venda de petróleo, sentiram de forma mais contundente os efeitos da crise no mercado mundial.

²⁴⁶ Para maiores informações: [Industrializar África | Banco Africano de Desenvolvimento](#).

capital imperialista²⁴⁷. Ainda que as abordagens empregadas pela China em suas negociações tenham se caracterizado por serem menos agressivas e mais conciliatórias das que foram utilizadas historicamente pela Europa e Estados Unidos na África, elas também estão estruturadas em pontos impositivos. No mencionado caso do Djibuti, a China investiu US\$ 15 bilhões para o desenvolvimento portuário da região e da infraestrutura relacionada. Em caso de inadimplência de uma das nações mais pobres do mundo, cuja dívida externa está detida em 82% em Pequim, o Djibuti poderá ceder aos chineses o controle do porto de Doraleh; que possui uma posição privilegiada em acesso ao Mar Vermelho e Canal de Suez. Situação que se repete em países como o Quênia; que possui acordo semelhante sobre o porto de Mombaça, um dos mais movimentados da África Oriental. Junto às alegações geopolíticas, desenvolvimentistas e humanitárias, reside um grande fator pragmático nos acordos firmados pela China.

Independente do teor pragmático e das possíveis armadilhas existentes por trás do endividamento africano com Pequim, o fato também é que a China assumiu uma posição bastante estratégica na esfera das políticas de desenvolvimento africanas. A África, por sua vez, tem exercido uma posição importante diante do atual estágio do desenvolvimento chinês, seja como mercado consumidor, fornecedor de commodities ou através das facilidades geográficas que o continente oferece. Dessa forma, embora tenha seus pontos de contradições, a parceria estabelecida entre a China e o continente africano tem se apresentado como uma das mais promissoras da economia mundial da atualidade. A crescente urbanização e industrialização do continente tem permitido às empresas chinesas atuarem em diversas frentes em operações que têm sido bastante lucrativas e que tem impulsionado o crescimento econômico

²⁴⁷ O PIB da China (US\$ 17,794,800,000,000) corresponde à cerca de 5 a 6 vezes o da estimada totalidade do PIB africano (US\$ 2,5 trilhões a US\$ 3 trilhões). O cálculo que permitiu chegar à essa estimativa foi realizado a partir de dados disponíveis no link a seguir: [Produto Interno Bruto \(PIB\) - Comparação entre Países](#).

da China. Em termos gerais, a cooperação empreendida entre a China e o continente africano pode ser sintetizada nos seguintes termos:

Ao nível da cooperação económica e comercial, são enfatizados os seguintes objetivos: (1) apoio ao reforço da industrialização de África; (2) apoio à modernização do setor agrícola africano; (3) participação no esforço de desenvolvimento das infraestruturas em África; (4) reforço da cooperação financeira sino-africana; (5) promoção da facilitação do comércio e investimento sino-africano; (6) desenvolvimento da cooperação em matéria de recursos naturais e de energia; (7) alargamento da cooperação ao setor da economia marítima. Para além da vertente económica e comercial, pretende-se alargar a cooperação sino-africana a outras áreas, nomeadamente através de mecanismos de reforço da confiança política, do aprofundamento da cooperação nos assuntos internacionais, do reforço das atividades de cooperação para o desenvolvimento e do aprofundamento e expansão dos laços culturais e dos intercâmbios entre pessoas (Pereira, 2020, p. 15).

Contudo, se os investimentos efetuados no continente africano carregam consigo elementos muito alvissareiros no que tange o crescimento económico da região, também apresentam motivos para fortes preocupações. A África, dentro da atual conjuntura de aumento produtivista, tem sido, como levantou Lopes (2024), a principal vítima das mudanças climáticas planetárias que têm ocorrido nas últimas décadas. Transformações climáticas e ambientais que têm influenciado em cada aspecto socioeconómico do continente e agravado as condições de fome, insegurança e migrações que a sua população está submetida. Conforme comunicado pela *Organização Meteorológica Mundial* (OMM)²⁴⁸, a presente década é a mais quente na África desde que os registros de variações climáticas foram iniciados, com a temperatura da superfície do mar atingindo o seu nível recorde em 2024. Ocorrência que tem precipitado sobre os países africanos verdadeiras catástrofes climáticas como o ciclone Chido, que atingiu Moçambique, Madagascar, Mayotte, Comores e Malauí; causando pelo menos 172 mortes e 6.534 feridos.

O crescimento urbano e industrial africano e as múltiplas parcerias estabelecidas com o Estado e o capital privado chinês enfrentam, desse modo, o desafio de operar sobre condições em que grandes necessidades humanitárias

²⁴⁸ Situação que pode ser conferida em detalhes no link a seguir: [Temperatura extrema e mudança climática afetam África de forma mais árdua | ONU News](#).

ocorrem e de forte crise ambiental. Embora, os investimentos feitos em países como Moçambique estejam conectados ao plano chinês de desenvolvimento de uma economia “verde” ou “limpa” (em um cenário em que a África se tornou um mercado fundamental para exportações chinesas de tecnologia solar e eólica²⁴⁹), a crise ambiental segue agravando-se sobre o continente. A ação de mineradoras, como a chinesa *Zijin Mining* (em chinês: 紫金矿业), tem impulsionado em larga medida a exploração de minérios como cobalto, níquel, lítio e cobre na África enquanto enfrentam denúncias sobre supostas condições precárias de trabalho e agressões à natureza. Alguns dos impactos mais preocupantes do crescimento das atividades econômicas na África estão apresentados no relatório *Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais*, emitido pela FAO. O documento atesta que o desmatamento florestal tem crescido na África como em nenhum outro continente atualmente²⁵⁰.

Nesse parâmetro, a China tem contribuído de maneira significativa para o agravamento da crise ambiental não apenas no continente africano, mas em todos os cantos do planeta; apesar das anunciadas metas de sustentabilidade e de construção da civilização ecológica que tem pontuado o discurso oficial do governo chinês. Como alertado por Zago (2016), a despeito do inegável emprego de recursos por parte do Estado e capital chinês na busca de mitigação dos efeitos dos investimentos econômicos sobre a natureza, o constante e perseguido alargamento das fronteiras produtivas e comerciais do país tem colocado o futuro das condições ambientais mundiais sob muitas incertezas.

Todavia, existem outros efeitos decorrentes do expansionismo econômico chinês e que têm posto em risco lugares até então inalcançados pelos seus investimentos. É o caso da tradicional Vila do Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do

²⁴⁹ As exportações da China de tecnologia solar e eólica para o continente africano cresceram em torno de 153% entre os anos de 2020 e 2024. Crescimento que está substanciado pela procura de fontes alternativas de energia que deem suporte aos níveis de desenvolvimento que estão sendo alcançados pelos países africanos. Para maiores conhecimentos: [Moçambique Entre Destinatários Africanos de Investimentos Chineses em Energias ‘Limpas’ – CLBrief](#).

²⁵⁰ A perda florestal no continente africano acelerou na última década, passando de menos 3,4 milhões de hectares por ano entre 2000 e 2010, para 3,9 milhões de hectares entre 2010 e 2020. Essa evolução das áreas devastadas colocou a África na situação de único continente na atualidade em que se registrou aumento do desmatamento no planeta. Para averiguação de informações: [África é o único continente que regista um aumento da perda florestal](#).

Cajual, no norte maranhense. Como relatado por Moreira (2015), a vila ou comunidade está situada no sudoeste da Ilha de Upaon-Açu ou Ilha do Maranhão e é formada por cerca de 300 famílias reunidas em cinco pequenos núcleos conhecidos como *Parnuaçu*, *Andirobal*, *Guarimanduba*, *Morro do Egito* e *Cajueiro*. É uma região povoada por pescadores, coletores, pequenos agricultores e criadores de animais que enxergaram na localidade uma possibilidade concreta de garantir a sua sobrevivência e prosperidade em suas diversas formas. Desse modo, a Vila Cajueiro surgiu e se consolidou a partir de fortes relações que foram sendo constituídas junto ao ambiente natural do município de São Luís, em especial com Reserva Extrativista Tauá-Mirim; área de manguezais e palmeirais de grande importância para a manutenção do já ameaçado equilíbrio ambiental de São Luís.

A Vila Cajueiro está localizada na Zona Rural II de São Luís e às margens da baía de São Marcos, no sudoeste da Ilha de Upaon-Açu. Considerando o histórico de ocupação e integração comunitária com o ecossistema, um conjunto de lideranças de dentro e fora da vila entrou com um pedido de reconhecimento oficial da reserva como Área de Proteção. A área requisitada ao CNPT (*Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais*; incorporado ao *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*, em 2007) e ao IBAMA (*Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*) para a implantação da RESEX Tauá-Mirim²⁵¹ abrange diversos povoados como: Taim, Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá, em um total de quase 17 mil hectares entre manguezais e palmeirais nativos. O processo para oficialização da reserva está em tramitação há mais de quinze anos e aguarda a aprovação do Ministério do Meio Ambiente.

Como Sant'ana Júnior (2009) deixou entendido, a morosidade do reconhecimento da RESEX Tauá-Mirim pelo poder público brasileiro não ocorre

²⁵¹ Conforme os termos estabelecidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000.

como fruto do acaso ou por uma circunstancial incompetência, mas em virtude dos interesses do grande capital que opera na região; que, como mencionado na introdução desta Tese, tem direcionado vários investimentos para essa parte do município; dentre os quais, o Porto São Luís. Edificado para ser um Terminal Marítimo de Uso Privado, o Porto São Luís tem comportado grandes investimentos por ocupar uma posição bastante estratégica dentro do espaço geográfico brasileiro e por facilitar o transporte de grandes cargas, especialmente minério de ferro, para diversas localidades distintas.

Propriedade da empresa de capital misto *China Communications Construction Company* (CCCC) e da *WTORRE Empreendimentos Imobiliários S. A.*, o Porto São Luís foi estruturado como um empreendimento bilionário voltado à aquisição de matérias primas, *commodities* e à transferência de etapas da produção industrial/infraestrutural chinesa para países economicamente dependentes ou emergentes. Como denunciado por Sant'ana Júnior (2009), a construção do terminal oferece consideráveis riscos ao delicado ecossistema da região e à existência material da Vila Cajueiro como comunidade tradicional. Tudo com a anuência das principais representações políticas federais, estaduais e municipais que parecem priorizar muito mais os interesses do grande capital na região do que a manutenção do equilíbrio ambiental de São Luís e de suas tradições.

Sustentando-nos em Arcangeli (2020), constatamos que a situação ganha contornos ainda mais preocupantes ao tomarmos conhecimento das acusações feitas pelos moradores da Vila Cajueiro e adjacências a respeito das concessões emitidas pelos órgãos públicos regionais para as empresas interessadas na construção do Porto São Luís e outros grandes investimentos; denunciando ao *MPF-MA* supostas irregularidades no licenciamento ambiental emitido pela *Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais* (SEMA) e contestando a mudança de classificação territorial, determinada através da *Lei*

nº 3.253/92, que colocou a região como parte da *Zona Industrial 3* de São Luís²⁵². Essa situação fez com que muitos moradores da região se sentissem em permanente ameaça de desapropriação e perda dos recursos naturais que garantem a sua sobrevivência.

Figura 19: Moradores da Vila Cajueiro em um ato de reconstrução de residência demolida por seguranças a mando da CCCC/WTorre.



Fonte: acervo pessoal (2017).

O ecossistema requisitado para ser oficializado como a RESEX Tauá-Mirim tem sido por mais de um século o espaço natural que tem fornecido as condições materiais que conferem sustentação e territorialidade aos núcleos comunitários que formam a Vila Cajueiro e suas tradições. Uma cultura, que

²⁵² Conforme a Lei nº 3253/92, a Zona Industrial 3 Inicia-se no ponto de interseção da linha da preamar do Rio das Pedrinhas com a antiga Estrada de Ferro São Luís-Teresina, prosseguindo até encontrar o limite da preamar do Igarapé do Cajueiro, acompanhando o mesmo, passando pelos limites da preamar do Igarapé do Cajueiro, Estreito dos Coqueiros, Rio dos Cachorros, novamente pelo limite da preamar do Rio das Pedrinhas, até alcançar o ponto inicial deste perímetro.

como demonstrado por Vasques (2019), tem se caracterizado por meio do extrativismo, pesca artesanal, produção agroecológica e segurança alimentar. Dessa materialidade de condições e expressões se originou uma comunidade profundamente conectada à proteção do meio ambiente e que busca na oficialização da reserva garantir a sua própria sobrevivência como comunidade tradicional e integrada ao rico ecossistema da região. Ecossistema que vem sendo ameaçado não apenas pela construção do Porto São Luís, mas por diversos outros empreendimentos programados para serem estabelecidos na Zona Rural II de São Luís. Ainda que a propaganda oficial, devidamente alinhada ao discurso governamental, se esforce em divulgar o empreendimento como um exemplo de sustentabilidade e salvaguarda ambiental.

A comunidade da Vila Cajueiro não se sente ameaçada pelo Porto São Luís apenas em relação ao ecossistema que necessita para a sua sobrevivência material, mas também no que diz respeito à continuidade de suas tradições. Levando em conta que as expressões culturais da Vila Cajueiro não encontram a sua definição somente nas práticas de extração, pesca, criação e cultivo, mas igualmente através dos festejos, tambor de mina²⁵³ e outras manifestações que têm atravessado diferentes gerações na comunidade. Desse modo, a luta das famílias moradoras da Vila Cajueiro pela oficialização da RESEX Tauá-Mirim está articulada não apenas em torno da proteção do ecossistema do qual tiram o seu sustento, mas em defesa de sua territorialidade, identidade comunitária e tradições. Algo que tem entrado em conflito com empreendimentos desenvolvimentistas como o Porto São Luís e a forma como têm impactado o município, como analisado a seguir:

Como esse espaço é visto por representantes governamentais, aliados a gestores empresariais, como um local com "vocação natural" para implementação de grandes empresas, esta lógica entra em atrito com lógicas históricas de comunidades que há séculos habitam o local, partilhando entre si modos de vida, de apropriação e preservação do território, além de crenças e simbologias comuns, o que não está sendo

²⁵³ Tambor de Mina ou *Tambor de Mina do Maranhão*, conforme as pesquisas de Ferretti (1996), é uma expressão religiosa de matriz africana com forte presença no Maranhão. Fruto do sincretismo religioso que caracteriza grande parte do acervo cultural maranhense, o Tambor de Mina também carrega consigo aspectos da cultura indígena e tem seus cultos impregnados por transe e possessões que ocorrem ao som dos tambores que lhes conferem o nome.

visualizado por aqueles representantes, no momento em que buscam atrair grandes empreendimentos para o local, desconsiderando que ali residem pessoas cuja ancestralidade remonta há séculos. Os indícios históricos contam no mínimo 200 anos de ocupação territorial, contabilizando, por exemplo, a idade de moradores que nasceram no local e também criaram seus filhos; isto sem considerar indícios históricos que demonstram usos indígenas. A não efetivação da RESEX, a transformação da área rural de cenário da vida dessas populações em Zona Industrial, constitui-se numa ameaça ao modo de vida tradicional dos grupos ali estabelecidos e ao meio ambiente em geral. A área possui incontestável potencial para o desenvolvimento de agricultura orgânica, para o incremento da pesca artesanal, da piscicultura e do turismo comunitário, que deveriam ser observados pelos representantes governamentais como possíveis maneiras de utilização daquele espaço, viabilizando, portanto, a permanência daquelas comunidades como aliadas à execução deste tipo de política ambiental (Sant'ana Júnior, 2009, p. 09, 10).

Segundo Santos (2013), a memória histórica da comunidade está bastante pautada na existência do *Terreiro do Egito*²⁵⁴ (também ameaçado pela construção do terminal), que é datado de 1864; certamente, um dos mais antigos locais de práticas religiosas de matriz africana em atividade no Brasil. Um lugar que, como reconhecido pelo GEDMMA (2014), simboliza a devoção religiosa e a resistência empreendida pelas famílias moradoras da Vila Cajueiro desde os primórdios da comunidade; servindo de abrigo a fugitivos da escravidão e da opressão dos latifúndios. Como externado por Cruz (2024), o logradouro atualmente se encontra em estado de deterioração devido à erosão do solo e abandono por parte do poder público. Uma vez concluído, o Porto São Luís deverá tirar o acesso direto do terreiro ao mar, elemento fundamental para a consecução dos ritos comuns à expressão religiosa. Como a alegada sustentabilidade do projeto poderá resolver a situação?

Na contemporaneidade, a resistência dos moradores da Vila Cajueiro está manifesta na luta contra o desalojamento e destruição ambiental decorrentes da construção do Porto São Luís. Conforme relatado por Arcangeli (2020), é uma luta que vem sendo travada pelos moradores da vila e apoiadores

²⁵⁴ Como consta em Martins: Alves (2017), o Terreiro do Egito é um local considerado sagrado pelos antigos moradores da Vila Cajueiro e por praticantes do Tambor de Mina. O terreiro está localizado próximo das margens da baía de São Marcos no sudoeste da Ilha do Maranhão e desde os anos de 1980 tem sido ameaçado pela expansão do Complexo Portuário de São Luís e por atividades industriais

e que ocorre seja recorrendo à justiça (onde conseguiram seguidos embargos à obra), seja organizando protestos de rua contra o que julgam ser ações arbitrárias. Existe também um forte enfrentamento contra as investidas de jagunços armados que tentam os coagir a procurar outros locais para fixarem residência.

Desse cenário, podemos concluir que as sempre anunciadas medidas de sustentabilidade e “economia verde” por parte do governo chinês possuem grandes contradições quando observadas em seu movimento real. Contradições que muitas vezes acarretam em violências de diversos tipos contra a classe trabalhadora e o indivíduo em sua singularidade, contra a natureza, mas também contra culturas tradicionais, como a da Vila Cajueiro, que são dissidentes ao expansionismo econômico tão característico à articulação imperialista do capital contemporâneo e sua constante busca por acumulação e monopólios. Dentro disso, a constatação primordial é que o cerne dos contrassensos que regem o regime chinês está nas mediações constituídas junto ao modo de produção capitalista que tem na dominância do espaço geográfico uma condição para a reprodução das relações sociais de produção e sua lógica cumulativa. Um conjunto de relações, cuja dialética dificulta mesmo a apreensão da dimensão espacial de seu movimento, conforme Harvey esclarece:

A razão pela qual é tão difícil integrar a construção da geografia em qualquer teoria geral da acumulação do capital, o que deveria estar claro, é que esse processo não só é profundamente contraditório, mas também cheio de imprevistos, acidentes e confusões. A manutenção da heterogeneidade, e não a obtenção de homogeneidade, é importante. Mas ainda é possível obter algum controle sobre a localização dessas dificuldades e seus efeitos. O clima econômico em que o planeta Terra está submetido é, por assim dizer, mutável e imprevisível em seus detalhes. Mudanças econômicas de longo prazo são difíceis de discernir sob toda a superfície agitada, mas estão definitivamente lá. É também muito claro que a reprodução do capitalismo implica a realização de novas geografias, por meio da destruição criativa do velho, é uma boa forma de lidar com o problema permanente da absorção do excedente de capital (Harvey, 2011, p. 327).

Outra questão que cabe levantar é sobre a dimensão política do programa ambiental que a China vem implementando. Teriam as políticas de recuperação e proteção da natureza aplicadas pelo governo chinês alguma

aproximação real com o socialismo ou ecosocialismo? Tendo em vista o analisado, não nos parece possível afirmar isso; mesmo diante das alegações do governo chinês de que está preparando o caminho para o estabelecimento de uma “civilização ecológica”. Como pudemos perceber, as políticas ambientais que estão sendo levadas a cabo pelo Estado e capital privado chinês vêm ocorrendo substanciadas pela elevação do acúmulo de capital no país; sendo encaradas como necessárias para que o movimento expansivo da economia possa encontrar novos espaços para a acumulação. O programa ambiental chinês tem avançado como um aprimoramento do modo de reprodução do capital e não como uma transformação da lógica produtiva/acumulativa que tem se perpetuado na China nas últimas décadas; não tendo, assim, muitas aproximações com que podemos classificar como ecosocialismo.

Para aprofundar um pouco mais o debate, entendemos que o ecosocialismo é fundamentado no interior de uma abordagem que tem seu enquadramento estabelecido a partir de uma dupla perspectiva crítica, onde: 1. busca estabelecer a discussão sobre as aceções ambientalistas, civilizatórias e regulacionistas mediadas pelo Estado e pelo capital. Visões que requisitam uma maior flexibilização da produção e consumo dentro de determinado dimensionamento ético. 2. Se desenvolva a construção de novas *práxis* políticas, econômicas e sociais que possibilitem o surgimento de um novo metabolismo social, cujo direcionamento ético e conceitual considere a dimensão humana da ecologia onde, como destaca Dias (2009, p. 133), se busque uma *“abordagem relacional-estratégica” como uma perspectiva diferenciada dentro do marxismo*. Perspectiva, que como o caso da Vila Cajueiro deixou evidente, precisa considerar a preservação da natureza, mas também as relações humanas que se encontram materialmente contextualizadas por ela e os elementos imateriais, como as crenças religiosas e a cosmovisão que trazem consigo.

Assim, ancorando-nos em Harvey (2006; 2019), Löwy (2013; 2014; 2019; 2021) Seferian (2021), Foster (2015), Saito (2020) e Fernandes (2020; 2021), concebemos que o ecosocialismo, como campo de análise e lutas ambientais, se alicerça em parâmetros mais abrangentes que os encontrados

nas abordagens mais reducionistas do ambientalismo (sejam de esquerda ou direita). Distinção de abordagem que fica ainda mais evidente se comparada à ecologia pautada pelas diretrizes econômicas neoliberais e seus encaminhamentos ecocapitalistas; que são denunciados pela corrente ecossocialista como meros instrumentos a favor da manutenção das relações de classes historicamente instituídas e como linha auxiliar do capital em suas diversas modalidades, sobretudo as imperialistas²⁵⁵.

Desse modo, Como Fraser (2022) permite-nos concluir, o ecossocialismo surge estruturado tanto como um conjunto orgânico de propostas e promoção de justiça ambiental²⁵⁶ - que articula as lutas socioambientais tendo como norteamento a *filosofia da práxis marxista* - quanto em denúncia ao fracasso histórico do capital na salvaguarda do meio ambiente. Assim, as lutas ambientais, são concebidas tendo em perspectiva a totalidade histórico-dialética²⁵⁷ em que seu campo objetivo/subjetivo de transformações se projeta para muito além dos limites e das formas de organização capitalistas modernas.

Conforme Löwy (2013.) enfatiza, embora, em sua soma, o ecossocialismo possa ser caracterizado como uma perspectiva ecológica do enfrentamento ao capitalismo, termina por ser muito mais que isso. Como destacado pelo intelectual, o ecossocialismo veio a se desenvolver no enfrentamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, mas também de suas reproduções existentes no âmago da tradição socialista. O

²⁵⁵ Alcântara (2012) sustenta que a questão ambiental pode representar um caminho de exploração e aprofundamento do imperialismo de algumas nações sobre outras, relacionando-se diretamente com as divisões do sistema produtivo no mundo. Dessa forma, a pesquisadora analisa como as formas de imperialismo buscam permear o ambientalismo em um padrão de exploração da natureza diferenciado entre as nações centrais e periféricas; caracterizado por uma condição de exploração dos recursos naturais das últimas, que ainda precisam arcar, em seus territórios, com o ônus ambiental das atividades poluidoras rejeitadas pelas normas autopreservadoras impostas pelas primeiras.

²⁵⁶ Segundo Acselrad (2004), justiça ambiental é uma concepção afirmativa do direito e um movimento político referenciado pela necessidade de reduzir as assimetrias sociais e econômicas decorrentes da apropriação e exploração da natureza sobre determinados grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

²⁵⁷ Como podemos ver em *Manuscritos econômico-filosóficos* (2010b), a totalidade constitui uma categoria essencial dentro da dialética marxista e define que o conjunto da realidade se elabora como um todo coerente e determinado; que se institui a partir da dialética ou pela contradição histórica de suas múltiplas e correlacionadas partes.

antagonismo ao produtivismo industrial ou ao fetiche desenvolvimentista, de direita ou esquerda, foi elaborado como um dos pilares conceituais do ecossocialismo e sua crítica geral das relações instituídas na modernidade entre o ser humano e a natureza. Nesse parâmetro, o ecossocialismo buscou organizar uma reestruturação das lutas contra o poder hegemônico do capital, trazendo consigo propostas em que o debate ecológico ganha crucial relevância nos domínios da luta de classes.

Nada disso parece estar ocorrendo ou sendo proposto no âmbito das políticas ambientais perpetradas pelo Estado e capital chinês na contemporaneidade. A abordagem empreendida nas políticas ambientais do país tem sido delimitada pelo movimento expansivo do capital e caracterizada como uma linha auxiliar da produção econômica; visando mitigar os seus efeitos nocivos sobre a atmosfera terrestre e o meio ambiente em geral. Dessa forma, as políticas chinesas voltadas ao meio ambiente podem ser classificadas, sem grandes incertezas, como ecocapitalistas e voltadas para assegurar o crescimento econômico chinês em bases ambientalmente seguras; sendo, portanto, uma expressão ecológica das mediações instituídas, sob a liderança do PCCh, junto ao capitalismo que tanto têm impulsionado a produção industrial da China nas últimas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa foi elaborado como uma introdução ampliada ao sistema político chinês tendo em vista a sua formação histórica, formulação de princípios, desenvolvimento econômico e suas principais incidências sobre as duas categorias mais diretamente afetadas por esse processo: a classe trabalhadora e o meio ambiente. Para isso, procuramos investigar as circunstâncias históricas que mais estruturaram a sociedade chinesa hodierna em suas principais demandas; a começar pelas ocorrências que contribuíram para transformar o antigo e poderoso império em uma semicolônia das principais potências capitalistas da época. Acontecimento que precipitou a China em uma crise de grandes proporções que minou a sua soberania, corroeu as suas estruturas políticas e ocasionou uma situação de miséria generalizada que fez do povo chinês um dos mais empobrecidos do mundo ao longo dos séculos XIX e XX.

Como vimos no Capítulo 01 desta Tese, as incursões imperialistas sobre o território chinês catalisaram o desgaste da Dinastia Qing que reinava sobre a China por mais de duzentos anos e possibilitou o surgimento de uma nova estrutura política baseada no republicanismo nacionalista liderado pelo Kuomintang. Uma nova articulação do poder político que encerrou a monarquia que, em suas diversas linhagens, controlou o poder político na China por séculos. No entanto, o esfacelamento do poder monárquico não encerrou a crise política na China seja na sua frágil afirmação diante das potências estrangeiras, seja em suas divisões internas em que grandes pedaços de seus territórios estavam controlados por facções militares organizadas de modo semifeudal.

Foi nesse contexto que a China viu surgir uma renovação em seus movimentos de luta política que culminou em agremiações como o Movimento 04 de Maio e, principalmente, o Partido Comunista Chinês. O PCCh iniciou a sua trajetória sob uma conjuntura em que a China se encontrava internacionalmente subjugada pelas potências imperialistas de seu tempo e que no plano interno estava à beira da guerra civil contra os chefes militares conhecidos como

Senhores de Guerra. Da aparente unidade com os nacionalistas, outras cisões ocorreram e que colocaram o país novamente em guerra civil enquanto uma nova e brutal invasão estrangeira era deflagrada contra o seu território. Foi esse o cenário que o PCCh, que tinha em Mao Tsé-Tung a sua liderança mais destacada, encontrou diante de si e que contextualizou a sua conquista do poder político em 1949; após violentos combates realizados contra os invasores japoneses e os nacionalistas do Kuomintang.

A paisagem que os recém-empossados comunistas encontraram era de terra arrasada; com a China destruída pelas seguidas guerra que enfrentou, pelo atraso econômico que a situou entre as nações mais miseráveis do planeta, pela fome que castigava a maior parte de sua população, pela proliferação de doenças letais e desabrigo. O desafio que as novas lideranças tiveram diante de si era de proporções monumentais e que conjugava não apenas a necessidade de reerguer a nação colapsada pelas vicissitudes históricas que atravessou, mas de redefinir as suas bases de poder político e redimensionar as forças produtivas do país. O Programa Socialista aplicado pelo governo central, materializado no PCCh, se constituiu então sob determinações orgânicas que moldaram o conteúdo de suas políticas e concederam ao socialismo chinês uma configuração distinta dos seus até então aliados da Eurásia e do leste europeu.

Para além das questões voltadas ao estabelecimento de um Estado de transição que concretizasse a ditadura popular contra a burguesia e reminiscências feudais (como ocorreu com os países do bloco socialista), a China se viu obrigada a desenvolver as suas forças produtivas em suas bases mais elementares. Sem ter passado por revoluções burguesas que impusessem o predomínio das formas capitalistas de propriedade, o novo comando político precisou criar as condições para que as forças produtivas se desenvolvessem e a nação pudesse dar os seus primeiros passos rumo à industrialização. Uma nação de longa tradição campesina que precisou sair da condição de atraso a qual estava submetida da forma mais acelerada possível não apenas para resolver as suas demandas materiais, mas como tática para assegurar a sua soberania, unidade territorial e se equiparar as nações mais avançadas em

termos produtivos. Dessa forma, a China que se ergueria sob a liderança de Mao Tsé-Tung e do PCCh era uma nação que se via constrangida a criar novas tradições para si mesma.

Os esforços empreendidos a partir desse momento fizeram surgir uma nova China; então reinventada como República Popular. Uma nação que tentava garantir o seu lugar na modernidade, assegurar a sua soberania, construir a sua própria abordagem de revolução social e transformar terminantemente o nível de desenvolvimento de suas forças produtivas e relações de produção. Para isso, a República Popular estabeleceu diversos planos de desenvolvimento econômico que em seu conjunto procuraram alcançar padrões mais avançados no progresso de suas forças laborais enquanto a organização política e reprodução social seguiam arbitradas pelo PCCh, como um verdadeiro Partido-Estado. A alegada ditadura popular e busca incessante pelo crescimento econômico ocorreram determinadas pelas premências materiais que o país atravessava e que serviram como contexto para as deliberações políticas que se seguiram.

Apesar dos violentos conflitos internos e tragédias consumadas na aplicação dos programas econômicos formulados (sobretudo o Grande Salto Adiante), a China conseguiu ultrapassar as condições de debilidade de suas forças produtivas e adentrar em uma era em que passou a se situar entre as grandes potências mundiais. O conteúdo radicalmente pragmático das reformas instituídas no período que sucedeu o mando maoísta redimensionou as intercessões da China junto ao modo de produção capitalista e contraiu novas expectativas quanto a competitividade, inovação e qualificação de suas forças produtivas. Reformas que, sob a liderança de Deng Xiaoping, elevaram de modo descomunal a produção econômica do país e constituíram as bases materiais para o seu desenvolvimento em educação, ciência, tecnologia e na consecução de políticas sociais que pelas décadas seguintes seriam responsáveis por eliminar do território chinês a situação herdada de extrema pobreza. Um passo importantíssimo se considerarmos as metas anunciadas no plano Reforma e Abertura de construção de uma sociedade “moderadamente próspera”.

As reformas, planejadas para retirar a China do isolamento comercial em que ainda se encontrava, convieram para dar ao programa socialista chinês feições mais dinâmicas e próximas das que conhecemos atualmente; com a China assumindo de forma declarada que articulou um modelo híbrido em sua política, economia e sociedade em que a almejada transição de uma sociedade semifeudal para a forma de organização socioeconômica comunista estaria estabilizada em um modelo de desenvolvimento composto através de grandes mediações junto ao capital. Mediações articuladas através de contradições objetivas em que o Estado chinês ampliaria a sua incursão econômica pelo modo de produção capitalista enquanto o poder político do país estaria consolidado em moldes mais próximos do socialismo, compondo, como afirmado, um sistema híbrido e particular que mudou os rumos da geopolítica contemporânea.

Os êxitos desse exercício transitório estão plenamente anunciados não apenas pelo discurso oficial do Estado chinês, mas também por uma parcela dos intelectuais e comunicadores que enfatizam a materialidade da ascensão da China como potência mundial em todas as conformações possíveis. No entanto, ainda pairam muitas dúvidas sobre a forma e o conteúdo do atual sistema adotado na China, sobre alguns resultados alcançados e suas projeções para as próximas décadas. A China vem, indubitavelmente, cumprindo e superando muitas metas contraídas ao longo de sua existência como República Popular e revertendo as condições socioeconômicas desesperadoras que lhes foram impostas após mais de um século sob opressão estrangeira. Todavia, os limites e contradições concretas das políticas econômicas empregadas têm robustecido as dúvidas e inquietações sobre o programa socialista chinês e qual ordem social que virá de seu movimento dialético.

O contexto internacional fortemente dominado pelo imperialismo ou capitalismo monopolista fez com que as autoridades chinesas formassem o seu plano de desenvolvimento nos parâmetros expansionistas conhecidos. Em seu fundamento geral, o avanço produtivista propiciou a melhoria das condições materiais dos cidadãos chineses, mas também acentuou a sobrecarga sobre a classe trabalhadora do país (muitas vezes explorando a sua capacidade laboral

para além de qualquer razoabilidade) e os ecossistemas. O anunciado empenho em transformar a geopolítica mundial em favor da construção de uma nova ordem multipolar colocou a China em um estado de permanente tensionamento com o capital hegemônico liderado pelos Estados Unidos. Concorrência que colocou a China em uma disputa acirrada por espaços para a acumulação de capital e para asseverar qual forma de organização socioeconômica seria superior: se o modelo híbrido chinês em que o capital detém a primazia econômica sem, no entanto, controlar as instâncias decisórias ou o modelo neoliberal ocidental super-representado pelos Estados Unidos.

Dentro desse contexto, a China estruturou o seu modelo econômico em uma nova articulação de alianças que tem no BRICS ou BRICS+ o seu ponto mais destacado; o que serviu para elevar o seu *status* como *player* dentro da geopolítica global. Entretanto, o atual modelo de gestão econômica denominado pelas autoridades chinesas como socialismo de mercado tem sido o cenário em que tem ocorrido os maiores embates internos. Embates impulsionados não exatamente pelo ascenso de forças contrarrevolucionárias, mas pela desigualdade social e pela classe trabalhadora que tem lutado pelo reconhecimento de direitos tanto em sua remuneração, quanto na regulamentação do usufruto de sua força de trabalho. Organização de lutas trabalhistas que tem conseguido importantes conquistas frente ao Estado e capital operantes no país e contra o que o próprio governo chinês classificou como “culturas de trabalho excessivo”²⁵⁸.

²⁵⁸ As lutas empreendidas pela classe trabalhadora chinesa têm alcançado vitórias expressivas dentro do atual momento econômico do país; entre as quais a ação do *Supremo Tribunal Popular da China* (em chinês: 中国最高人民法院) em que se admitiu a ilegalidade da extenuante escala de trabalho “996”. Essa jornada consistia em uma divisão de horas destinadas ao trabalho que correspondia a 72 horas semanais decompostas em turnos diários de 12 horas de trabalho, seis vezes por semana. Essa carga excessiva de trabalho foi responsável pelo adoecimento físico e mental da base laboral chinesa e por causar diversos desequilíbrios em sua vida social e familiar. Para maiores informações sobre a escala 996: [Tudo sobre o sistema 996: a jornada de trabalho chinesa!](#)

A sobre-exploração da classe trabalhadora chinesa é um dos sintomas mais cruéis das extensas mediações constituídas junto ao grande capital e materializa as contradições decorrentes do regime híbrido adotado que articula o planejamento estatal com o exercício de uma economia de mercado. As ambiguidades das relações instituídas entre a forma política gerenciada pelo PCCh e as forças do mercado capitalista que operam no país contribuíram para que em um regime, cujas intenções declaradas são as de conduzir a China ao socialismo, as desigualdades sociais tenham se avolumado a ponto de o gigante asiático possuir atualmente o maior número de bilionários do planeta²⁵⁹. A estruturação da economia junto ao modo de produção capitalista (articulação tática assumida para conceder ao país maior relevância na geopolítica internacional e para a construção de uma ordem mundial multipolar) é que tem garantido a existência das grandes desigualdades na China e a sobre-exploração dos trabalhadores. Uma contradição elementar que impõe numerosos limites ao programa socialista formulado e traz dúvidas sobre a sua assertividade.

Os impactos do desenvolvimento econômico chinês sobre o meio ambiente constituem fonte de preocupação para os analistas e opinião pública internacional. O crescimento acelerado de sua produção industrial e o espaço que alcançou na economia mundial/mercado capitalista vem cobrando um preço bastante oneroso sobre as forças da natureza e tem colocado o mundo em alerta a respeito dos seus efeitos para a vida na terra. A transformação da China de um país predominantemente agrário e subdesenvolvido para a nação mais industrializada do planeta tem contribuído, principalmente através do despejo dos resíduos de combustíveis fósseis, para o aquecimento global e comprometimento de inúmeros ecossistemas situados mesmo fora de suas fronteiras geopolíticas. Novamente, as mediações contraídas junto ao modo de produção capitalista têm acarretado em contradições objetivas; no caso, frente ao espaço natural.

²⁵⁹ Conforme podemos conferir em: [Os 10 países com o maior número de bilionários](#).

O expansionismo econômico assumido pelo governo chinês como condição inerente à sobrevivência material do país, afirmação de soberania e participação ativa na geopolítica mundial foi determinante para a sobre-exploração ambiental a China assim como ocorreu com a sua força de trabalho. A constante expansão produtiva deflagrada resultou no aumento deliberado da produção e consumo de energia, sobretudo oriunda de combustíveis fósseis como o carvão mineral e petróleo, cujos resíduos têm sido responsáveis por colocar a China na situação de maior emissor no planeta de gases de efeito estufa, sobretudo o CO². Tamanha ocorrência fez com que as condições de vida do país, especialmente da classe trabalhadora, ficassem bastante insalubres devido a contaminação alarmante do ar, da água e do solo; provocando verdadeiras epidemias de problemas respiratórios, alergias e diversos tipos de doenças que custam anualmente a vida de milhares de cidadãos chineses. Um quadro assustador que motivou trabalhadores e estudantes a realizarem grandes protestos no país.

Mesmo considerando que o Estado e o capital operante na China têm feito grandes esforços para reparar ou mitigar os impactos de seu sistema produtivo sobre o meio ambiente e a melhora relativa apresentada em diversos índices, a situação ainda parece distante de alcançar a sua resolução definitiva. A perspectiva de recuperação adotada pelo governo chinês concorre com os investimentos sempre expansivos no âmbito produtivo. Situação que mantém a China como a nação mais poluidora do planeta e que ameaça o equilíbrio ambiental, a vida e culturas diversas em grande parte do planeta. Ocorrência que pode ser notada no continente africano e no Brasil; onde ecossistemas como a RESEX Tauá Mirim e culturas tradicionais como a da Vila Cajueiro, ambas em São Luís, se encontram ameaçadas. Problema que tem motivado os moradores do município a resistirem contra os arbítrios perpetrados pelo capital sino-brasileiro e a conivência das autoridades brasileiras a respeito da questão. Turbulências que exacerbam a incapacidade de se resolver os efeitos do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente dentro da atual lógica produtiva.

O conjunto analisado demonstra que, apesar da China ter alcançado notáveis êxitos na elevação de sua soberania e sobrevivência material, ainda sofre com contradições manifestas em sua forma política e econômica. Contradições que deixam incertezas sobre o que virá pelas próximas décadas ou se o país conseguirá superar as atuais mediações instituídas junto ao grande capital e sua lógica produtivista/expansionista. As relações analisadas na pesquisa permitem o entendimento de que o presente estágio da economia política chinesa não oferece soluções definitivas acerca dos problemas levantados. Sendo necessária a superação da hodierna lógica produtiva para que a China possa alcançar novos parâmetros de organização social e promoção de justiça. Afinal, se como o comunicador João Carvalho advertiu, o capitalismo “falhou, falha e falhará em cada sociedade onde pôs os seus tentáculos”, não parece razoável que se espere que falhe também como mediação para a alegada construção de uma nova ordem geopolítica mais justa, próspera e ecologicamente equilibrada?

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Souza. **Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos**. Opinión Jurídica, Vol. 12, N° 24, pp. 97-100 - ISSN 1692-2530 • Julio-Diciembre de 2013. Medellín, Colombia. Consultado em 20 de agosto de 2019.

ACIOLY, L.; CUNHA, A. M. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO, J. C. J.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2009. cap. 9, p. 343 396.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. Acselrad, Henri; Herculano, Selene; Pádua, José Augusto (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALCANTARA, Gisele Oliveira de. **A questão ambiental como uma forma de imperialismo**. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, Especial: **Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2012.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2014.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **As 14 maiores economia do mundo de 1980 a 2022**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/05/23/as-14-maiores-economia-do-mundo-de-1980-a-2022/>. Publicado em 23/05/2022. Acesso em 28/06/2025.

AMACHAINS. **Quais são as atividades que mais geram Gases do Efeito Estufa (GEE)?** Disponível em: <https://amachains.com/quais-sao-as-atividades-que-mais-geram-gases-do-efeito-estufa->. Publicado em 06/12/2022. Acesso em 14/11/2024.

AMIN, Samir. **Por un mundo multipolar**. Traducción de José Luis Cano. Ediciones de Intervención Cultural/El Viejo Topo, 2005.

ANDERSON, Perry. **Duas revoluções: Rússia e China**/ Perry Anderson; com textos de Wang Chaohua, Luiz Gonzaga Belluzzo, Rosana Pinheiro Machado; Tradução: Hugo Mader, Pedro Davoglio. – 1. ED. – São Paulo: 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Débora. Com 3 mil quilômetros de florestas, China transforma o deserto de Taklamakan em um marco ambiental e avança no maior projeto de reflorestamento do MUNDO! **CPG Click Petroleo e Gas**. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/china-transforma-deserto-em-um-marco-ambiental-maior-projeto-de-reflorestamento-do-mundo/>. Publicado em: 23/12/2024. Acesso em 11/01/2025.

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro**: a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Editora Sundermann, 2021.

ARMSTRONG, Karen. **La gran transformación**: el mundo en la época de Buda, Sócrates, Confucio y Jeremías. Traducción: Ana Herrera. Barcelona: Paidós, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: Origens e Fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Asian Economic Integration Report 2025**: Harnessing the benefits of regional cooperation and integration. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/1042516/asian-economic-integration-report-2025.pdf>. Publicado em 24/03/202. Acesso em 17/04/2025.

ATWOOD, Christopher. Poems of Fraternity: Literary Responses to the Attempted Reunification of Inner Mongolia and the Mongolian People's Republic». In: Kara, György. **The Black Master**: Essays on Central Eurasia in Honor of György Kara on His 70th Birthday. [S.l.]: Otto Harrassowitz Verlag. p. 2, 2005.

BAI, Tongdong. **Against political equality: the confusian case**. Princeton, NJ: The Princeton University Press, 2020.

BAIARDI, Amílcar. **Poderá o crescimento do agronegócio compensar as perdas econômicas decorrentes da desindustrialização?** Brasília: In: Revista de Política agrícola v. 02, Nº 25, EMBRAPA. 2016.

BAKUNIN, Mikhail Aleksandrovich. **Marxism, Freedom And The State**. Whitefish, MT: Kessinger Publishing, 2004.

BARBIERI, Fábio. A grande fome de Mao: a história da catástrofe mais devastadora da China, 198-62 / Frank Dikötter. **Mises: Revista interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, Volume V, Nº 01, Edição 09, Janeiro-Junho 2017. p. 177-180.

BARBIERI, Mariana Delgado. **Luta pelo ambiente: ONGs ambientalistas e protestos na China contemporânea**. Idéias, Campinas, SP, v.10, 1-25, 2019.

BARBOSA, Mateus Ricardo Silva. **I Plano Quinquenal e a ascensão da indústria na China**. Caravana 25 anos da Anpuh Pernambuco: diálogos entre a pesquisa e o ensino. Recife: 2015.

BARBOSA, Vanessa. **As cidades de carvão da China estão afundando: de verdade**. Publicado em 19/08/2016. Disponível em: [As cidades de carvão da China estão afundando — de verdade | Exame](#). Acesso em 13/10/2023.

BARDHAN P, Roemer JE (Eds.). **Market socialism: The current debate**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

BATISTA, Armando. **A “Muralha Verde” da China ia ser a solução para a desertificação. Criou um problema ainda maior**. Disponível em: [A "Muralha Verde" da China ia ser a solução para a desertificação. Criou um problema maior - ZAP Notícias](#). Publicado em 02/08/2025. Acesso em 08/08/2025.

BBC BRASIL NEWS. **População da China envelhece e cria 'fardo' para os mais jovens; saiba mais**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/10/120924_china_envelhece_e_bc#%3A~%3Atext%3D1950%201980%202010%20A%20China%20era%20um%20pa%C3%ADs%20Cexpectativa%20de%20vida%20de%20cerca%20de%2044%20anos. Publicado em 01/10/2012. Acesso em 11/02/2025.

_____ **China pune 1 milhão de corruptos em maior expurgo desde Mao.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41733390>. Publicado em 24/10/2017. Acesso em 15/03/2025.

BECKER, Brian. Tiananmen 30 anos depois: o massacre que não foi. **Revista Ópera**. Publicado em 04/06/2019. Disponível em [Tiananmen 30 anos depois: O massacre que não foi - Revista Opera](#). Acesso em 12/01/2025.

BECKER, Jasper. **Hungry Ghosts: Mao's Secret Famine** / Jasper Becker. New York: Free Press, 2013

BEECHING, Jack. **The Chinese Opium Wars**. London; New York: Harvest Books, 1975.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Willi Bolle (org). Tradução: Irene Aron (alemão), Cleonice Paes Barreto Mourão (francês). Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BENTON, Ted. Marxism and Natural Limits. **New Left Review**, n. 178, London, 1989.

BÈRGERE, Marie-Claire. **A economia popular da China**. Tradução: Watensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BERTI, Claude. **Os processos de Moscou**. Série: os grandes julgamentos. Rio de Janeiro: Otto Pierre, Editores, Ltda, 1978.

BIANCHIN, Victor. **China não aprendeu a lição**: depois de alterar a rotação da Terra com uma de suas construções, vão construir uma ainda maior. Disponível em: [China não aprendeu a lição: depois de alterar a rotação da Terra com uma de suas construções, vão construir uma ainda maior](#). Publicado em: 30/07/2025. Acesso em 31/07/2025.

BIANCO, Lucien. **Los Orígenes de la Revolución China**. Caracas, Tiempo Nuevo, 1970.

_____ **Stalin and Mao: A Comparison of the Russian and Chinese Revolutions** by Lucien Bianco Translated from French by Krystyna Horko. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong press, 2018.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na Teoria Marxista da dependência**. Campinas: Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

BICKERS, Robert; TIEDEMANN R. G. **The Boxers, China and the world**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc., 2007.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **A apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, H; RAFIQ, S; SALIM, R. Coal consumption, CO², emission and economic growth in China: Empirical evidence and policy responses. **Energy Economics**. v. 34, p. 518-528, aug. 2012.

BLOOMBERG L. P. **Investimento global em energia limpa salta 17% e atinge US\$ 1,8 trilhão em 2023**. Disponível em: <https://www.bloomberg.com.br/blog/bloombergnef-investimento-global-em-energia-limpa-salta-17-e-atinge-us-18-trilhao-em-2023/>. Publicado em 31/01/2024. Acesso em 25/09/2024.

BOLIVAR, Nicole Caires. **Transição energética na África do Sul: desafios e perspectivas até 2030**. Publicado em 02/12/2023. Disponível em: Texto Conjuntural África Austral #27 – Grupo Atlântico Sul. Acesso em 13/11/2024.

BOVT, George. **Quem vencerá a nova Guerra Fria?** Tradução: Nicholle Murrel. defersanet.com.br (2015). Disponível em: Quem vencerá a nova Guerra Fria? | Opinião | O Moscow Times. Acesso em 12/03/24.

BRASIL. **Programa Grande Carajás**. Decreto Lei 1.813, 24 de novembro de 1980.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT**. Decreto Lei 6.040, 07 de fevereiro de 2007.

BRASIL DE FATO. **Em 2020, qualidade do ar melhorou em 86% das cidades chinesas**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/noticias-da-china/2021/03/20/em-2020-qualidade-do-ar-melhorou-em-86-das-cidades-chinesas/>. Publicado em 20/03/2021. Acesso em 1/01/2023.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico**: na época de Felipe II / Fernand Braudel. - 2 ED. - Lisboa, PO: Dom Quixote, 1966. (Coleção Anais; 2).

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; DURANTE, Vincenzo (orgs.). **Ética ambiental e bioética [recurso eletrônico]**: proteção jurídica da biodiversidade. Caxias do Sul: Educs, 2012. Acesso em julho de 2019.

BRITANNICA. **Three gorges dam**. Disponível em: [Three Gorges Dam | Facts, Construction, Benefits, & Problems | Britannica](#). Publicado em 2010. Acesso em 13/09/2024.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista – Tomo 1**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

BROWN, Archie. **The Gorbachev fator**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BROWN, Clayton D. China's Great Leap Forward. **US, Asia, and the World: 1914–2012**. Disponível em [O Grande Salto Adiante da China - Associação de Estudos Asiáticos](#). Acesso em 28/11/2024.

BUENO, André. **“13.5”**: uma nova estética para os Planos Quinquenais. Publicado em 22/11/2015. Disponível em: <http://www.politica-china.org/simposio.php>. Acesso em 19/04/2024.

BURKETT, Paul. **Marx and Nature: A Red and Green Perspective**. Chicago: Haymarket, 2014.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001.

CABRAL, Wagner. **Do “Maranhão novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney (ensaio). São Luis: Fundação Joaquim Nabuco/ Observanordeste, 1997.

CAMPOS, Rui Miguel da Cunha. **Ecology on the horizon of China's project of national development**: Ecological Civilization as a paradigm. Dissertação apresentada no Instituto Universitário de Lisboa / Departamento de Sociologia e Políticas Públicas, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da história**:

ensaios de teoria e metodologia / Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias e educação ambiental**. 2001. 349 f. Orientadora: Nadja Hermann. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3336/000291796.pdf?sequence=1&locale=en>. Acesso em 25/05/2024.

CARVALHO, Miguel Henriques de. **A Economia Política do Sistema Financeiro Chinês (1978-2008)**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, Nivalde de; LUDOVICO, Pedro. **A Estratégia da transição energética da China e seus impactos globais**. Disponível em: [Gesel-A-transformacao-energetica-da-China-e-seus-impactos-globais-versao-atualizada-USA.pdf](#). Publicado em 02/2025. Acesso em 19/05/2025.

CECHIN, Alícia; BISPO, Scarlett Queen Almeida. VEÍCULOS ELÉTRICOS: como a China está se preparando para se tornar a maior potência mundial do segmento? **Revista Desenvolvimento em Questão** - Editora Unijuí – ISSN 2237-6453 – Ano 22 – N. 60, 2024.

CELERE ENGENHARIA. **Hidrelétrica das Três Gargantas**: história, desafios e curiosidades sobre a construção. Disponível em <https://celere-ce.com.br/grandes-obras/hidreletrica-das-tres-gargantas/>. Publicado em 21/03/2022. Acesso em 12/10/2023.

CEIC. **China Investimento**: % do PIB. Disponível em: [China | Investimento: % do PIB | 1952 – 2022 | Indicadores econômicos | CEIC \(ceicdata.com\)](#). Acesso em 25/06/2023.

_____ **China Produção de carvão**. Disponível em: [China | Produção de carvão | 1981 – 2025 | Indicadores econômicos | CEIC](#). Acesso em 01/05/2024.

CGTN. **China tem mais de 47 milhões de estudantes do ensino superior**

em 2023. Disponível em

<https://portuguese.cri.cn/2024/03/04/ARTIVwHG5Ds4Dpxk14NtopEB240304.shtml> Publicado em 03/04/2024. Acesso em 19/10/2024.

CHAK, Tings; PRASHAD, Vijay. A Revolução sem fim a China. **Brasil de Fato**. Publicado em 01/10/2024. Disponível em: [A Revolução sem fim a China - Brasil de Fato](#). Acesso em 09/04/2025.

CHAN, Chris King-Chi. **The Challenge of Labour in China**: Strikes and the changing labour regime in global factories. New York, Routledge, 2010.

CHAN, Fernanda Ferreira. **A política ambiental chinesa e a sua participação nas conferências de Estocolmo e Rio+20**: uma análise sobre seus contrastes. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Globalização e Ambiente. FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018.

CHANG, Adam. **Reappraising Zhang Zhidong: Forgotten Continuities During China's Self-Strengthening, 1884-1901**. *Journal of Chinese Military History*, 6(2), 2017. 157-192. <https://doi.org/10.1163/22127453-12341316>. Acesso em 13/06/2023.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, Iris. **The rape of Nanking**: the forgotten holocaust of World War II. New York: Basic Books, 2011.

CHANG-SHENG, Shu. Do grande salto para frente à grande fome: China de 1958-1962. **Diálogos, DHI/UEM**, v. 8, n. 1, p. 107-129, 2004.

CHAU, Aidan. China. **International Strike Report**: China Labour Bulletin (2022). Disponível em: [International-Strike-Report-20240430-final-1.pdf](#). Acesso em 11/09/2024.

CHAU-TSI, Li. A Reforma Agrária na China. **Problemas**: Revista Mensal de Cultura Política, n. 30, p. 28-36, 1950.

CHEN, Cheng-Siang. Crescimento populacional e urbanização na China, 1953-1970. **Revisão Geográfica**, vol. 63, nº 1, 1973, pp. 55–

72. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/213237>. Acessado em 13 de novembro de 2024.

CHEN, King C. **China's war with the Vietnam, 1979: issues, decisions and implications**. Stanford: Hoover Institute Press, 1987.

CHEN, Nai-Ruenn; GALENSON, Walter. **Chinese economy under maoism: The early years, 1949-1969**. Chicago: Aldine Pub. Co., 2017.

CHENG, Anne. **História do pensamento chinês** / Anne Cheng. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

CHENG, Pei-Kai; LESTZ, Michael; SPENCE Jonathan D. **The search for modern China: a documentary collection** / edited by Pei-kai Cheng, Michael Lestz, with Jonathan D. Spence. New York; London: W. W. Norton & Company, 1998.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital** / Francois Chesnais. - São Paulo: Xamã, 1996.

CHINA2BRAZIL. **China conclui instalação de plataforma de petróleo e gás oceânico**. Disponível em: <https://china2brazil.com.br/china-conclui-instalacao-de-plataforma-de-petroleo-e-gas-oceanico/>. Publicado em 18/06/2024. Acesso em 13/08/2024.

_____ **O desafio do crescimento econômico chinês**. Disponível em: [Os desafios do crescimento econômico chinês | China2Brazil](#). Publicado em 27/06/2023. Acesso em 18/11/2024.

CHINA HOJE. **China promove reflorestamento e proteção de florestas**. Disponível em: <https://www.chinahoje.net/china-promove-reflorestamento-e-protecao-de-florestas/>. Publicado em 15/03/2021. Acesso em 23/10/2023

CHU-YUAN, Cheng. **The economy of Communist China: 1949-1969**. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press, 1971.

CJTN ONLINE. **Taxa de cobertura florestal na China ultrapassa 25%**. Disponível em: <https://portuguese.cri.cn/2025/03/12/ART11741752598255959>. Publicado em 01/03/2025. Acesso em 21/05/2025.

CCLBRIEF. **Moçambique Entre Destinatários Africanos de Investimentos Chineses em Energias 'Limpas'**. Disponível em: <https://www.clbrief.com/mocambique-entre-destinatarios-africanos-de->

investimentos-chineses-em-energias-limpas/ Publicado em 13/05/2025.
Acesso em 11/06/2025.

CLIMAINFO. **China autoriza maior expansão de geração termelétrica a carvão desde 2015.** Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/02/27/china-autoriza-maior-expansao-de-geracao-termeletrica-a-carvao-desde-2015/>.

Publicado em 27/02/2023. Acesso em 15/12/2023.

CLIMATE VENTURES. **Inovação climática no Brasil:** o sucesso das startups de energia e biocombustíveis. Disponível em: [Inovação climática no Brasil - o sucesso das startups de energia e biocombustíveis — Climate Ventures](#).

Publicado em 10/07/2025. Acesso em 13/07/2025.

CM JORNAL. **China é o país mais poluente do mundo.** Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/china-e-o-pais-mais-poluente-do-mundo> www.cmjornal.pt. Publicado em: 20/06/2007. Acesso em 21/08/2022.

CNN BRASIL. **China teve ano mais quente já registrado, com condições extremas mortais.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/china-teve-ano-mais-quente-ja-registrado-com-condicoes-extremas-mortais/>. Publicado em 06/01/2024.

Acesso em 08/02/2024.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Chinesa.** São Paulo: Moderna, 2004.

_____. **A Revolução Chinesa.** Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/287205404>. Publicado em 25/12/2015. Acesso em 21/06/2020.

COHEN, Benjamim. **A questão do imperialismo:** a economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

COLETTA, Ricardo Della. China responde Eduardo e diz que quem ataca povo chinês dá 'tiro no pé'. São Paulo: **Folha de São Paulo**, ano 99, 19 mar. 2020. Mundo. Acesso em 20/03/2020.

COLLINS, Maurice. **Foreign Mud:** An account of the Opium War imbróglío at Canton in the 1830's and the Anglo-Chinese War that followed / By Maurice Collins p. cm – (A New Direction's classic). New York: New Direction, 2002.

CONFÚCIO. **Os Analectos.** Tradução de Caroline Chang / D. C. Lau. Porto

Alegre, RS: L & PM Pocket, 2011.

_____. **CONHECER A CHINA ATRAVÉS DE PALAVRAS-CHAVE.**

Pensamentos de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para a Nova Era. Publicado em 18/07/2022. Disponível em: [Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para a Nova Era - Spanish.china.org.cn](https://pt.countryeconomy.com/paises/grupos/brics). Acesso em 09/09/2024.

COSMO, Bruno Marcos Nunes; GALERIANI, Tatiani Mayara; NOVAKOSKI, Fabiula Patricia; RICINI, Bruna Martins Ricini. Carvão mineral. **Revista Agronomia Brasileira**, Volume 4 (2020). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp.

COSTA, Thomaz Barros. Senhores de guerra: militarismo fragmentado na China republicana. **Caravana 25 anos ANPUH Pernambuco: diálogos entre a pesquisa e o ensino**. Recife: anpuh.org, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUNTRY ECONOMY. **BRICS**. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/grupos/brics>. Publicado em 2025. Acesso em 14/07/2025.

_____. **China - Emisiones de CO2 2023**. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/energia-e-meio-ambiente/emissoes-co2/china>. Acesso em 16/02/2025.

CPREPMAUSS. **O carvão mineral na República Popular da China**. Disponível em: <https://cprepmauss.com.br/site/wp-content/uploads/2020/07/23-O-Carv%C3%A3o-na-Rep%C3%BAblica-Popular-da-China.pdf>. Publicado em 23/07/2020. Acesso em 12/09/2023.

CRUTZEN, Paul; Stoermer, Eugene. The “anthropocene”. **Global Change Newsletter**, 41, 2000. P. 17, 18.

CRUZ, Fábio Dias Rodrigues Matos. **Independência e auto-suficiência: a política externa da República Popular da China entre 1957 e 1965**. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à

obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

CRUZ, Neto. **Governador em exercício visita Terreiro do Egito e levanta perspectiva de tombamento histórico em São Luís.** Disponível em: Governador em exercício visita Terreiro do Egito e levanta perspectiva de tombamento histórico em São Luís - Neto Cruz. Publicado em 15/01/2024. Acesso em 13/08/2024.

CUNHA, Luís. **A resiliência do Partido Comunista da China.** In Janus.net, e-journal of international relations. Vol. 13, Nº 1, Maio-Outubro 2022. Acesso em 25/03/2024, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.1.3>

CURTIS, T. **Newness in social enterprise discourses:** looking to the Chinese experience. Publicado em março/2011. Disponível em: [http://www.academia.edu/478925/Danwei China and social enterprise](http://www.academia.edu/478925/Danwei_China_and_social_enterprise). Acesso em 17/09/2022.

DADOSMUNDIAIS.COM. **Balanço de energia e CO₂ na China.** Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/asia/china/orcamento-energia.php>. Publicado em 09/2025. Acesso em 22/04/2025.

DAGNINO, Evelina. *Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.* **Revista de Sociologia: Política & Sociedade**, 05. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

DAMASCENO, Elena Steinhorst. **A RESEX de Tauá-Mirim e seus rizomas:** um trabalho de construção coletiva e etnografia do processo. São Luís: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/CCSO, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2016.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais.** Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

DEUTSCHER, Isaac. **Russia, China, and the West:** a Contemporary Chronicle, 19J3-1966. Edited by FRED HALLIDAY. Oxford: Oxford University Press / Penguin Books, 1970.

DIAS, Rodolfo Palazzo. Bob Jessop e a abordagem relacional-estratégica. **Cadernos Cemarx**, Campinas, nº6, 2009. 133-152.

DITTMER, Lowell. **China's Continuous Revolution: The Post-Liberation Epoch, 1949-1981**. Berkeley: University of California Press, c1988 1988.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

DIKÖTTER, Frank. **A grande fome de Mao: a história da catástrofe mais devastadora da China, (1958-1962)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

ECODEBATE. **Transição urbana e demográfica na trajetória chinesa da pobreza à prosperidade**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/10/20/transicao-urbana-e-demografica-na-trajetoria-chinesa-da-pobreza-a-prosperidade/>. Publicado em 20/10/2021. Acesso em 12/08/2022.

ECOQUEST. **PM 2,5: o que são partículas finas e como elas impactam a sua saúde?** Disponível em <https://ecoquest.com.br/pm-25-o-que-sao-particulas-finas-e-como-elas-impactam-a-sua-saude/> . Publicado em 06/06/2023. Acesso em 13/10/2024.

ELLMAN, Michael. **Socialist Planning**. Cambridge: University Press, 2014.

Elvin, Marcos. **O Retiro dos Elefantes: uma História Ambiental da China**. Imprensa da Universidade de Yale, 2004. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1nq9mw>. Acesso em 10 de abril de 2025.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 5. ED.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____ **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2.ED. São Paulo: Centauro, 2005.

_____ **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / Friedrich Engels; Tradução B.A. Schumann; Supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008.

_____ **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESQUIVEL, Ricardo Martínez. **Imperialismos, masones y masonerías en China (1842-1911), en 300 años:** masonerías y masones, 1717-2017. Tomo V. Cosmopolitismo, eds. Ricardo Martínez Esquivel, Yván Pozuelo Andrés y Rogelio Aragón (Ciudad de México: Palabra de Clío, 2018). p. 94-119.

ESTHERICK, Joseph. WEI, C. X. George. **How the empire fell.** London/ New York: Routledge, 2014.

EXAME. **Pesquisa da China mostra que economia do país asiático foi a que mais cresceu desde 1979.** Disponível em: [Pesquisa da China mostra que economia do país asiático foi a que mais cresceu desde 1979 | Exame.](#) Publicado em 03/10/2024. Acesso em 23/11/2024.

_____. **Poluição custa US\$ 300 bilhões anuais em saúde à China.** Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/poluicao-custa-us-300-bilhoes-anuais-em-saude-a-china/>. Publicado em 02/03/2014. Acesso em 16/02/2022.

EXECUTIVE DIGEST. **Estudo revela quais são as forças armadas mais poderosas em 2023:** sabe que lugar ocupa Portugal no ranking da ‘Global Firepower’? Disponível em: <https://executivedigest.sapo.pt/estudo-revela-quais-sao-as-forcas-armadas-mais-poderosas-em-2023-sabe-que-lugar-ocupa-portugal-no-ranking-da-global-firepower-2/> Publicado em 19/08/2023. Acesso em 11/09/2023.

FAIRBANKS, John King. **Trade and Diplomacy on the China Coast.** Stanford: Stanford University Press, 1953.

_____; GOLDMAN, Merle. **China:** uma nova história. 3ª Ed. Porto Alegre: L & PM Editores, 2008.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo** – para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FAY, Peter Ward. **The Opium War, 1840–1842:** barbarians in the Celestial Empire in the early part of the nineteenth century and the war by which they forced her gates ajar = [Ya p' ien chan cheng. The University of North Carolina Press, 1997.

FEARNSIDE, Philip M. Desmonte da legislação ambiental brasileira. In: J. Weiss

(ed.) **Movimentos Socioambientais: Lutas-Avanços-Conquistas-Retrocessos-Esperanças**. Formosa, GO: Ed. Xapuri, 2019. p. 317-381. FELIPE, Sabrina. Como a grana da China desaloja pobres no Maranhão – com o aval de Flávio Dino. São Paulo: **The Intercept Brasil**. 17 fev. 2019. Acesso em 20/02/2019.

FERNANDES, Luís; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula. Desenvolvimento Desigual na Era do Conhecimento: A Participação dos BRICS na Produção Científica e Tecnológica Mundial. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol.37, no1, janeiro/abril 2015, p. 215-253.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____ **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.

_____ **Poder e contrapoder na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Sabrina. Uma visión ecosocialista para la descarbonización en América Latina. **sabrinafernandes.com.br** (2020). Disponível em: [Una visión ecosocialista para la descarbonización en América Latina \[Tricontinental ES\] – Sabrina Fernandes](#). Acesso em 13/07/2022.

_____ Prefácio. **O Ecosocialismo de Karl Marx: Capitalismo, Natureza e a Crítica Inacabada à Economia Política**. Tradução: Pedro Davoglio. Prefácio: Sabrina Fernandes. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 14-22.

FERNANDES, Yuri Vasconcelos. **O papel das zonas econômicas especiais no desenvolvimento da China**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, 2020.

FERREIRA, L. da C.; BARBI, F. Questões Ambientais e prioridades políticas na China. Trad. Germana Barata. **ComCiência**, Campinas, n. 137, p. 1-7, abr. 2012.

FERRETTI, Sérgio. **Querebentã de Zomadonu: etnografia da Casa das Minas**. São Luís: UFMA, 1996.

FEWSMITH, Joseph. **China Since Tiananmen: The Politics of Transition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FINOTTI, Júlia et al. Ecosocialismo – reflexões sobre o conceito a partir da obra “O que é ecosocialismo?” De Michel Löwy. **Revista Desafios** – v. 6, n. 1, 2019.

FLEIDER, Theo; OLIVEIRA, José A. Puppim de. Planejamento para o desenvolvimento: lições dos processos de planejamento na China. **FGV EAESP | Cad. Gest. Pública Cid.** | São Paulo | Vol. 29 | 2024.

FLORESTAS.PT. **Relatório da FAO atualiza estado das florestas no mundo 2022**. Disponível em: <https://florestas.pt/noticias-e-agenda/relatorio-da-fao-atualiza-estado-das-florestas-no-mundo-2022/>. Publicado em 22/05/2022. Acesso em 14/10/2024.

FORBES. **Os 10 países com o maior número de bilionários**. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2020/04/os-10-paises-com-o-maior-numero-de-bilionarios/>. Publicado em 04/2020. Acesso em 19/06/2025.

FOSTER, John Bellamy. A financeirização do capital e a crise. **Revista Outubro**, v. 18, pp. 09-41, 2009. Tradução de Emilio Chernavsky. Disponível em: outubrorevista.com.br/a-financeirizacao-do-capital-e-a-crise/. Acesso em 31/01/2025.

_____. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, 2015. p. 81-97.

FRASER, Nancy. **O clima do capital: por um ecosocialismo transambiental. Outras palavras: 2022**. Disponível em: [Nancy Fraser: Convite para ampliar a luta ecosocial - Outros Quinhentos \(outraspalavras.net\)](http://outraspalavras.net). Acesso em 30/07/2022.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FRIEDMAN, Edward; PICKOWICZ, Paul G.; SELDEN, Mark. **Revolution, resistance, and reform in Village China**. New Haven and London: Yale University Press, 2005.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Organização: Igor César Franco. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2014.

G1. **Trump assina decreto para saída dos EUA do Acordo de Paris; veja impactos [para o meio ambiente](https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/01/20/trump-decreto-saida-dos-eua-acordo-de-paris-impactos-meio-ambiente.ghtml)**. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/01/20/trump-decreto-saida-dos-eua-acordo-de-paris-impactos-meio-ambiente.ghtml>. Publicado em 20/01/2025. Acesso em 18/04/2025.

_____ **Manifestantes do Cajueiro são expulsos da frente do Palácio dos Leões em São Luís**. Disponível em: [Manifestantes do Cajueiro são expulsos da frente do Palácio dos Leões em São Luís | Maranhão | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/ma/mao/manif/manifestantes-do-cajueiro-sao-expulsos-da-frente-do-palacio-dos-leoes-em-sao-luis-1.20190813.globo.com). Publicado em 13/08/2019. Acesso em 13/08/2019.

_____ **China inicia construção da maior hidrelétrica do mundo e gera otimismo no mercado**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/21/china-inicia-construcao-da-maior-hidreletrica-do-mundo.ghtml>. Publicado em 21/07/2025. Acesso em 24/07/2025.

_____ **Por que a China tem feito tantos negócios na África?** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/01/26/por-que-a-china-tem-feito-tantos-negocios-na-africa.ghtml>. Publicado em 26/01/2025. Acesso em 02/04/2025.

_____ **Prefeitura de Porto Alegre analisa sistema de comportas após enchente no RS e apresenta plano de proteção contra cheias**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/20/prefeitura-de-porto-alegre-analisa-sistema-de-comportas-apos-enchente-no-rs-e-apresenta-plano-de-protecao-contra-cheias.ghtml>. Publicado em 20/06/2024. Acesso em 14/08/2024.

GADELHA, Igor. Salles exonera chefe dos fiscais ambientais do Ibama após 8 meses no cargo. São Paulo: **CNN Brasil**. 04 nov. 2020. Disponível em: [Salles exonera chefe dos fiscais ambientais do Ibama após 8 meses no cargo | CNN Brasil](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2020/11/04/salles-exonera-chefe-dos-fiscais-ambientais-do-ibama-apos-8-meses-no-cargo-cnn-brasil.globo.com) Acesso em 01/12/2020.

GARE, Arran. China and the struggle for ecological civilization. **Capitalism Nature Socialism** nº 23. Swinburne University of Technology, 2012. p. 10-26.

GE, Mengpin; FRIEDRICH, Johannes; VIGNA, Leandro. **4 gráficos para entender as emissões de gases de efeito estufa por país e por setor.**

Publicado em 20/02/2020. Disponível em: [4 gráficos para entender as emissões de gases de efeito estufa por país e por setor | WRI Brasil](#). Acesso em 16/04/2023.

GEDMMA. **Relatório socioantropológico: RESEX de Tauá-Mirim, Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA - Brasil.** São Luís: UFMA, 2009.

GERMER, Claus M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**, n.29, São Paulo: UNESP. p.75-95, 2009.

GLOBAL FIRE POWER. **Ranking de Força Militar 2023.** Disponível em: https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php#google_vignette.

Acesso em 12/12/2023.

GODIVA Stephanie; FALCI Fernando. **A Revolta dos Boxers**, 1995. Disponível em: [Revolta Dos Boxers | PDF | China | Política mundial](#). Acesso em 18/09/2023.

GOELZER, Daniela Philippsen. Inalação de material particulado e sua relação com a saúde humana. **Ciências da Saúde**, Volume 27 - Edição 128/NOV 2023 / 21/11/2023.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, 40 (2), 201-234. Abril 2006.

GONÇALVES, Jonuel. A economia de Angola: da independência à crise mundial de 2008. **Revista Tempo do Mundo | rtm | v. 2 | n. 3 |dez. 2010.**

GORZ, André. **Capitalism, socialism, ecology.** London: Verso, 1994.

GRAMSCI, Antonio. Gabriel. **Americanismo e fordismo.** Tradução: Bogossian, Gabriel. São Paulo: Hedra, 2008.

GREENLANE. **Rebelião Taiping na China Qing.** Disponível em: [Rebelião Taiping na China Qing](#). Publicado em 10/11/2019. Acesso em 22/03/2022.

GRUPO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Industrializar África.** Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/cinco-prioridades-estrategicas-os-high-5/industrializar-africa>. Acesso em 18/07/2025.

GUOQI, Xu. **Asia and the Great War: A Shared History.** Oxford: Oxford

University Press, 2017.

GURVITCH, Georges. **As Classes Sociais**. São Paulo: Global, 1982.

HAIDER, Asad. **Despedimento**: a relevância da Revolução Cultural. Disponível em: [Demissão | A revista do ponto \(thepointmag.com\)](http://thepointmag.com) . Acesso em 13/06/2024.

HAN, Dongping. **Camponeses, Mao e insatisfação na China**: do Grande Salto Adiante ao presente. **Lavra Palavra**. Publicado em 10/07/2019. Disponível em: [Camponeses, Mao e insatisfação na China: do Grande Salto Adiante ao presente | LavraPalavra](http://LavraPalavra). Acesso em 12/10/2024.

HARDMAN, Francisco Foot. Simultaneísmo e fusão na paisagem, na cultura e na literatura chinesa. **China contemporânea**: seis interpretações / Alexandre de Freitas Barbosa et. al. Organização Ricardo Musse. – 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Slak. São Paulo: Annablume, 2006.

_____ **O enigma do Capital**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ **Justicia, naturaleza y la geografía de la diferencia**. Tradução: Jose María Amoroto. Quito – Ecuador: IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador, 2019.

HAYEK, Friedrich August. **Individualism and economic order** / F. A. Hayek. - Chicago: Chicago Press, 1984.

HE, Zengke. Corruption and anti-corruption in reform China. **Communist and Post-Communist Studies** 33, 2000. p. 243-270.

HEATH, Ian, PERRY, Michael. The Taiping Rebellion 1851-66. **Men-at-Arms Serie**. London: Osprey, 1994.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compendio** (1830). Tradução: Paulo Meneses e José Nogueira Machado. São Paulo: Loyola. Vol. I, II, III, 1995.

_____ **Fenomenologia do Espírito**. Tradução: Paulo Meneses. Petrópolis, Ed. Vozes, 2008.

HEINZIG, Dieter. **The Soviet Union and Communist China 1945–1950**.

London; New York: East Gate Book, 2004.

HILÁRIO, Calisto. **Indústria em África, seu papel para o desenvolvimento.** Disponível em: Indústria em África, seu papel no desenvolvimento. Publicado em 23/05/2020. Acesso em 16/11/2024.

HOFFMAN, Frank G. **Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars.** Arlington, Virginia: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

HOWE, Christopher. **China's economy: a basic guide.** London: Paul Elec, 1979.

HOWE, Christopher; WALKER, Kenneth R. **The Foundations of the Chinese Planned Economy: A Documentary Survey, 1953-65.** Hampshire / London: The Macmillan Press LTDA, 1989.

HOWELL, Jeremy. **Por que a China tem feito tantos negócios na África?** Disponível em: Por que a China tem feito tantos negócios na África?. Publicado em 26/01/2025. Acesso em 13/02/2025.

HU, Teh-Wei. **Dinâmica da Hiperinflação na China, 1945-1949.** *Southern Economic Journal*, vol. 36, n. 4, 1970, pp. 453-57. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1056856>. Acesso em 24 abr. 2024.

HUAIWEN, Zong (Comp.). **Years of trial, turmoil and triumph: China from 1949 to 1988.** Beijing: Ed. en Lenguas Extranjeras, 1989.

HUANG, Yasheng. **Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HUNING, Wang. **America Against America (USA).** 1991. Disponível em: America Against America.pdf. Acesso em 25/05/2025.

I21.ORG. **Integra do discurso de Xi Jinping no Centenário do PCCh.** Disponível em: Íntegra do Discurso de Xi Jinping no Centenário do PCCh | Internacionalismo 21. Publicado em 21/07/2021. Acesso em 01/07/2025.

IBRACHINA. **China tira 800 milhões de pessoas da pobreza em 40 anos, respondendo por 75% da redução global da pobreza.** Disponível em <https://ibrachina.com.br/china-tira-800-milhoes-de-pessoas-da-pobreza-em-40-anos-respondendo-por-75-da-reducao-global-da-pobreza/>. Publicado em 22/04/2022. Acesso em 13/09/22.

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. **A importância de uma transição energética justa para os países produtores de O&G.** Publicado em 07/ 2024.

Disponível em [abc-transicao-justa.pdf](#). Acesso em 28/03/2025.

INDEX MUNDI. **Produto Interno Bruto (PIB):** comparação entre países.

Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=65&l=pt>. Acesso em 22/06/2025.

INFOMONEY. **O plano bilionário da China para se tornar uma superpotência em IA.** Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/business/global/o-plano-bilionario-da-china-para-se-tornar-uma-superpotencia-em-ia/>. Publicado em 16/07/2025. Acesso em 21/07/2025.

INGLIS, Brian. **The Opium War.** London: Lume Books, 2018.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **O superpoder da China na África.**

Disponível em: [O superpoder da China na África - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#). Publicado em 31/03/2022. Acesso em 26/02/2024.

INVESTNEWS. **China já investiu US\$ 100 bilhões em projetos de energia limpa no mundo.** Disponível em: <https://investnews.com.br/negocios/china-ja-investiu-us-100-bilhoes-em-projetos-de-energia-limpa-no-mundo/>.

Publicado em: 02/10/2024. Acesso em 09/12/2024.

ISTOÉ DINHEIRO. **Poluição atmosférica está de volta a níveis anteriores à Covid-19 na China.** Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/poluicao-atmosferica-esta-de-volta-a-niveis-anteriores-a-covid-19-na-china>. Publicado em 17/03/2021.

JABBOUR, Elias. **China:** Infraestruturas e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

_____, Elias, GABRIELE, Alberto. **CHINA:** o socialismo do século

XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHINA: socialismo e desenvolvimento, sete décadas depois. Elias Jabbour. 2. Ed. revista e ampliada. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

_____DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia**, v.30, n.3, 2020a. p.1029-1051.

JABBOUR, Elias Marco Kalil et al. **A (nova) economia do projeto**: o conceito e suas novas determinações na china de hoje. Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020.

JAGUARIBE, Anna. **China**: estratégias de modernização alternativa. Desenvolvimento em Debate / Ana Célia Castro, Renato Boschi (Coordenadores) Rio de Janeiro, volume 2, número 2, 2011. p. 39-49.

JESUS, Fernando. **Impactos ambientais causados pelo uso das energias renováveis**. Disponível em: Impactos ambientais causados pelo uso das energias renováveis. Publicado em 06/01/2021. Acesso em 19/11/2024.

JESUS, Tayanná Santos Conceição de; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes. Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista Tauá-Mirim. São Luís: In: **Caderno de Pesquisa**, número especial, EDUFMA, 2014.

JEVONS, William Stanley. **A teoria da economia política**. Tradução: Cláudia Laversveller de Moraes. -3ª ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1988.

JIAN, Chen; KUISONG, Yang. Chinese Politics and the Collapse of the Sino-Soviet Alliance. In: WESTAD, Odd Arne. **The Origins of the Sino-Soviet Alliance**. Washington, D.c.: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 246-295.

JIANLANG, Wang. **Unequal Treaties and China**: volume 1. Honolulu: Silkroad Press, 2016.

JIAXIAN, Wang. In Refutation of Modern Revisionism's Reactionary Theory of the State. **In Refutation of Modern Revisionism**. Peking: Foreign Languages Press, 1958. p. 53-68.

JINPING, XI. **The Governance of China**. Peking: China International Book Trading Corporation, 2014.

JORNAL DE NEGÓCIOS. **Mapa**: Com quantos milhões é feita a incursão da China na Europa. Disponível em: Mapa: China investe mais de 300 mil milhões

na Europa. Saiba onde - Empresas- Jornal de Negócios. Publicado em 23/04/2018. Acesso em 12/11/2023.

JUN, Niu. **The Origins of the Sino-Soviet Alliance**. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 47-90.

JUN, Yin, Jun; XU, Jia. **China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan**. Peking: Peking University Press/Springer, 2022.

JUNCAL, Luana Figueiredo. **VIRADA VERDE NA CHINA?** Um estudo sobre a trajetória da política de energia renovável chinesa (2000-2017). Belo Horizonte: Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, 2019.

JUNQUEIRA, Emerson Maciel. **A posição brasileira na política Going Global da China (2000 / 2018)** / Emerson Maciel Junqueira. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2020.

KALACHE, Alexandre et al. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, 21:200-10, 1987.

KAPLE, Deborah A. Soviet Advisors in China in the 1950s. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). **Brothers in Arms**. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 117-140.

KAROL, K. S. **La Chine de Mao: l'autre communis-me**. Paris: ROBERT LAFFONT, 1966.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Turibio. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LACAPRA, Dominick. **Emile Durkheim: sociologist and philosopher**. The Davies Group, Publishers, Colorado, USA, 2001.

LADLEY, Eric. **Nixon's China Trip, Writer's Club Press; Balancing Act: How Nixon Went to China and Remained a Conservative**. São José: Imprensa do Clube dos Escritores, 2007.

LANGE, Oskar. **Moderna economia política: problemas gerais**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Economia**. Organização: Lenina Pomeranz. Tradução: Anita Kon, Fausto Roberto N. Pellegrini, Lenina Pomeranz. São Paulo: Atica, 1981.

LANGE, Oskar; TAYLOR, Fred M. **On the economic theory of socialism**. Minnesota: The University of Minnesota Press, 1938.

LARDY, Nicholas. **Economic Growth and Distribution in China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

_____. **“Economia Recovery and 1st Five-Year Plan”**. In: MAC FARQUHAR, Roderick; FAIRBANK, John K. (Eds.). *The Cambridge History of China*. Vol. 14, The People's Republic. Part 1, The emergence of revolutionary China, 1949-1965. Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 144-184.

LARY, Diana. **China's Civil War: A Social History, 1945–1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LE BILLON, Philippe. **The geopolitics of resource wars: resource dependence, governance and violence**. Edited by Philippe Le Billon. London/New York: Frank Cass, 2005.

LEICHSENRING, Stefan. **Mercado global de carros elétricos: China responde por 57% das vendas**. Disponível em: [Mercado global de carros elétricos: China responde por 57% das vendas](#). Publicado em 20/01/2024. Acesso em 30/05/2025.

KLOCHKO, Mikhail A. **Soviet scientist in Red China**. Translated by Andrew MacAndrew. New York: FREDERICK A. PRAEGER, 1964.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos, Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Maria Clarice Samnpaio Villac. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LENIN, Vladimir I. Revolutionary Days. In: **Lenin Collected Works**. Moscou: Foreign Publishing House, 1962a, volume 8, pp. 101-123. Acesso em 25/6/2022.

_____. The Plan of the St. Petersburg Battle. In: **Lenin Collected Works**. Moscou: Foreign Publishing House, 1962b, volume 8, pp. 101-123. Acesso em 30/06/2022.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo da Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria/ Vladimir Ilitch Lênin**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENINE, Vladimir I. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2003.

LEWIN, M. "**Quem era o Kulak soviético?**". *Estudos Soviéticos*, vol. 18, nº 2, 1966, pp. 189–212. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/149521>. Acessado em 21 de fevereiro de 2025.

LI, Mingjiang. Mao's China and the Sino-Soviet split: Ideological dilemma. **Cold War History**. New York/London: Routledge, 2012.

LIEBERMAN, HENRY R. **China Vermelha iniciará primeiro plano de 5 anos**. New York Times, edição de 6 de janeiro de 1953 New York. Acesso em 13/12/24.

LIEBIG, Justus Von. **Organic chemistry in its applications to agriculture and physiology**. 1st American edition, with an introduction, notes, and appendix, by John W. Webster. London: J. Owen, 1841.

LIMA, Marcos Costa; FONSECA, Pedro; SALVINO, Amanda; BENNING, Júlia. Uma Análise do Sistema de Ensino Superior Chinês (1949-2019): políticas, avanços e desafios. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 3, dez./2020, pp. 45-66.

LIMA, Marcos Costa; ALBUQUERQUE, Tatiane Souza de, NASCIMENTO, Andreza Melo do. MEIO Ambiente na China: impasses, avanços e desafios. **REALIS: Revista de estudos antiutilitaristas e poscoloniais**. Artigo aceito em 06/11/2021. Disponível _____ em:

[Meio Ambiente na China impasses avancos e desafios \(2\).pdf](#). Acesso em

28/12/2024.

LIN, Justin Yifu. O Sistema de Responsabilidade Doméstica na Reforma Agrícola da China: um estudo teórico e empírico. **Desenvolvimento Econômico e Mudança Cultural** 36, nº 3 (1988): S199–224. <http://www.jstor.org/stable/1566543>. Acesso em 25/05/2025.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. União Soviética: da Nova Política Econômica (NEP) à construção do “socialismo num só país”. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc.** UFRN, Natal, v. 14, n.1, p.105 - 126 jan./jun. 2013.

LIPIETZ, Alain. 1993. **Vert espérance. L’avenir de l’écologie politique**. Paris: La Découverte.

LIY, Macarena Vidal et al. EUA X China: cenários da nova Guerra Fria. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/eua-x-china-cenarios-danova-guerra-fria.html>. Acesso em 13/10/2022.

LIU, YUKUI. The terrible winter of 1968: A memoir of China’s cultural revolution, Part. I, II and III. **The Epoch Times**, March 2013. [The Epoch Times | Breaking News, Latest News, World News and Videos](https://www.theepochtimes.com/news/latest-news/world-news-and-videos). Acesso em 13 de outubro de 2022.

LOPES, Helena Ferreira Santos. O homem do meio-termo. **Relações Internacionais**, nº 20, dezembro, 2008. p. 169-172.

LOPES, Letícia. **Continente africano é a principal vítima das mudanças climáticas no planeta**. Disponível em: [Continente africano é a principal vítima das mudanças climáticas no planeta](#). Publicado em 11/10/2024. Acesso em 30/03/2025.

LORENZO, Alessandro Di. **Grandes cidades estão afundando na China: entenda**. 09/05/2024. Disponível em: [Grandes cidades estão afundando na China; entenda](#). Acesso em 13/10/2023.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. Tradução: Jaime A. Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOVELL, Julia. **The Opium War: drugs, dreams and the making of China**. London: Picador, 2011.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr.

2013.

_____ **O que é o Ecosocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____ Marx, Engels and ecology. Fortaleza: **Kalagatos**: revista de filosofia. v.14, n.1, 2017 Setembro-Dezembro Dossiê 150, 100, 50 p.149-161.

_____ **A Revolução é o Freio de Emergência**: ensaios sobre Walter Benjamin. Trad.: Paulo Colosso. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

_____ **Marx e ecosocialismo**. Publicado em 03/2021. Disponível em: [Marx-e-ecosocialismo-M-Lowy.pdf](#). Acesso em 23/02/2022.

LUBETKIN, Wendy. Deng Xiaping. **Coleção Grandes Líderes**. Tradução: Maria Silvia Conceição Passos. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LUCAS, Edward. **The new cold war**. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2008.

LUCENA, André. **Dois terços da riqueza do mundo são acumulados por 1% da população mundial, diz Oxfam**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/dois-tercos-da-riqueza-do-mundo-sao-acumulados-por-1-da-populacao-mundial-diz-oxfam/>. Publicado em 16/01/2023. Acesso em 31/01/2024.

LUO, Jiang. **A modernização traz corrupção?** - estudo da corrupção no processo de modernização da China. Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021.

LUO, Zhitian. Humilhação Nacional e Afirmação Nacional: a resposta chinesa às Vinte e Uma Demandas". **Estudos Asiáticos Modernos**, vol. 27, n. 2, 1993, pp. 297-319. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/312771>. Acesso em 19 jan. 2024.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACFARQUHAR, Roderick. **The origins of the cultural revolution**. (Studies of

the East Asian Institute) Vol 2—has imprint: New York: Published for the Royal Institute of International Affairs, the East Asian Institute of Columbia University and the Research Institute on International Change of Columbia University by Columbia University Press, 1983.

MACHADO, Gustavo. Marx e a China: o problema da expansão do capitalismo. **Crítica Marxista**, Vol. 50. São Paulo Cultura Acadêmica Editora/UNESP, 2020.

MACRO TENDÊNCIAS. **Expectativa de vida na China 1950-2025**. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/global-metrics/countries/chn/china/life-expectancy>. Publicado em 2025. Acesso em 13/02/2025.

MACIEL, Cleiton Ferreira; MOURA, Jeanne Mariel Brito de. “De Mao a pior”? A questão trabalhista na China contemporânea. **Novos Cadernos NAEA** • v. 17 n. 2 • p. 141-166 • dez. 2014.

MADDISON, A.; WU, H. X. Chinas economic performance: how fast has GDP grown; how big is it compared with the USA? **Papers**, Center for International Comparisons at the University of Pennsylvania, 2007. Disponível em: . Acesso em 19/07/2023.

MAESTRO VIRTUALE. **Conferência de Estocolmo**: histórico, países, pontos. Disponível em: https://maestrovirtuale.com/conferencia-de-estocolmo-historico-paises-pontos/?expand_article=1&google_vignette. Acesso em 13/06/2025.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais**: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **História da Paz**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MALECHA, Artur ; VALE, Mariana M. As mudanças climáticas e a biodiversidade. **Cienc. Cult.** vol.76 no.3 São Paulo July/Sept. 2024.

MANCUSO, Eduardo. **Marxismo e Ecologia**: reencontro necessário. Disponível em: [Marxismo e Ecologia, reencontro necessário - Outras Palavras](#). 2017, acesso em 16/06/2022.

MANDARIMLIN. **Escolaridade na China: de onde veio e como funciona – Mandarim com a Lin**. Disponível em: <https://mandarimlin.com.br/a-escolaridade-na-china.html> (2022). Acesso em 14/05/2023.

MAO Zedong (Mao Tse-Tung). **Obras escolhidas de Map Tsetung**. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1975.

_____. **Obras escolhidas**. Vol. 03 e 04. São Paulo: Ômega, 1979.

_____. **O livro vermelho**: Citações do comandante Mao Tsé-Tung. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Sobre a prática e a contradição**: apresentação por Slavoj Žižek. Tradução: José Maurício Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARCELINO, Fernando. China: as empresas privadas e a direção comunista. **Outras palavras**. São Paulo: outraspalavras.net. Publicado em 14/10/2022. Disponível em: [China: as empresas privadas e a direção comunista | Outras Palavras](#). Acesso em 21/02/2025.

_____. O socialismo peculiar de Deng Xiaoping. Título original: Um pouco sobre Deng Xiaoping e o espírito das reformas. **Outras Palavras**: Descolonizações. São Paulo: outraspalavras.net. Publicado em 09/05/2023. Disponível em: [O socialismo peculiar de Deng Xiaoping | Outras Palavras](#). Acesso em 25/10/2023.

MARCONI, V. **China la longa marcha**: de la revolución a la restauración. Buenos Aires, Antídoto, 1999.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Coleção Pensamento Social Latino-Americano. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARIMBONDO, Santiago. **Economia e Luta de classes**. Disponível em: <https://quilombospartacus.wordpress.com/2017/05/19/economia-e-luta-de-classes/>. Acesso em 30/05/2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARTINS, Dora. Tiananmen 2009. **Relações Internacionais**, Set 2009, no.23, p.101-104.

MARTINS, Felipe Miguel Savegnago; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **de Lênin a Stálin**: a consolidação do planejamento econômico na união das repúblicas socialistas soviéticas. **SEP: Sociedade Brasileira de Economia**

Política. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes; A economia vulgar.** Tradução: Edgard Maladodi et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____ **As lutas de classes na França 1848-1850** / KARL MARX; apresentação e coordenação editorial: Antonio Roberto Bertelli. - São Paulo: Global, 1986. - (Coleção Bases; V. 49).

_____ **Dispatches for the New York Tribune:** selected journalism of Karl Marx. Edited by James Ledbetter. New York: Penguin, 2007.

_____ **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** 2ª ed. rev. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____ **Manuscritos econômico-filosóficos.** 4ª ed. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____ **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____ **O 18 de brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx; tradução e notas Nélío Schneider. - São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____ **O Capital:** Crítica da economia política. Livro 01: O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____ **O Capital:** livro 02. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____ **Quem é o responsável pelas atrocidades na China?** In: MARX, K.; ENGELS, F. **Sobre a China.** São Paulo: Centelha Cultural, 2016. p. 75-80.

MARX, Carlos. ENGELS, Federico. **Colonialismo y guerras en China.** Ciudad Del Mexico: Ediciones Roca, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Acerca del colonialism.** Moscou: Editorial Progreso, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** Feuerbach – a

contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Trad. MÜLLER, Frank. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARXISTS.ORG. **Sobre a Ditadura da Democracia Popular**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1949/mes/ditadura.htm>. Publicado em 03/2008. Acesso em 10/10/2023.

MAX TURBOS. **Quais sao as principais industrias da China?** Disponível em: <https://maxturbos.com.br/quais-sao-as-principais-industrias-da-china/>.

Publicado em 18/08/2022. Acesso em 14/06/24.

MEAD, Walter Russell. **China is the real sick man of Asia**. Disponível em [China Is the Real Sick Man of Asia - WSJ](#). Publicado em 03 /02/2020. Acesso em 19/06/2022.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; MORAIS, Isabela Nogueira de. **Uma abordagem estruturalista das desigualdades de renda na China contemporânea**. Rev. Tempo o Mundo, 3 (3): 99-121 [2011].

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

MENEZES, Pablo Henrique. **O confucionismo e seu impacto na educação** / Paulo Henrique Menezes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2023.

MEYER-FONG, Tobie. **What remains: coming to terms with civil war in 19th century China**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo/UNICAMP, 2002.

MILANI, Ana Rita. **A dependência revisitada: a inserção internacional comparada entre América Latina e China na década de 2000-2010**. Cadernos do desenvolvimento, ed. 21. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; Diegues, Antônio Carlos . Contribuições da era Mao

Tsé-Tung para a industrialização chinesa. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378 mai-ago/2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MISES, Ludwig Von. **As seis lições: socialismo, capitalismo, intervencionismo, inflação, investimento estrangeiro, políticas e ideias** / Ludwig Von Mises; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. - 9. ed. - São Paulo: LVM, 2018.

MOHR, Susana; COSTABEBER, Ljoni Hilda. **Aspectos toxicológicos e ocorrência dos bifenilos policlorados em alimentos**. Ciência Rural, vol.42, nº. 03, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Departamento de Tecnologia e Ciência dos Alimentos, 2012. Acesso em 22 de setembro de 2019.

MOLINA, Tatiana; PEDONE, Luiz. China e a (In)Segurança Energética: Planejamento político com foco na sustentabilidade, competitividade e garantia de suprimentos. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2021. p. 171-190.

MOLITERNO, Danilo. Do início ao fim: o meio ambiente no governo Bolsonaro. São Paulo: **Jornal do Campus**, USP. 07 nov. 2020. Acesso em 02/12/2020.

MONIZ, Luiz Alberto Bandeira. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 44, No. 3, 594–630. London: Taylor & Francis Online, 2017.

MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo** / organizado por Jason W. Moore; tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva — São Paulo: Elefante, 2022.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio De Janeiro/Instituto de Economia, 2011.

Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: legados

do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Revista Carta Inter**. Belo Horizonte,

v. 14, n. 2, 2019, p. 27-51.

MOREIRA, Aline Thayna Ribeiro; SANTOS, Elisangela Carriel dos; NOBREGA, Gabrielly Trudes; CARVALHO, Sandra Regina Barbosa de. O impacto da ação antrópica no meio ambiente: aquecimento global. **Revista Educação em Foco** – Edição nº 14 – Ano: 2022.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no Povoado Cajueiro**. São Luís: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, UFMA, 2015.

MORENA, Fernanda. **Poluição é maior causa de protestos na China: situação é caótica em Pequim**. terra.com.br (16/05/2013). Disponível em: [Poluição é maior causa de protestos na China; situação é caótica em Pequim](#). Acesso em 25/11/2023.

MORI, Tomi. Honda-China: greve termina com vitória. **Revista Fórum**. Publicado em 07/06/2010. Disponível em: [Honda-China: greve termina com vitória | Revista Fórum](#). Acesso em 21/10/2023.

MORTON, W. Scott. **China: its history and culture** / William Scott Morton – 3rd ed. New York: McGraw-Hill, 1992.

MOURA, Rafael. **Industrialização, desenvolvimento e emparelhamento tecnológico no leste asiático: os casos de Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China** / Rafael Moura – Rio de Janeiro: INCT/PPED; CNPq; FAPERJ; CAPES; Ideia D, 2021.

MULTIWAYS. **China supera EUA como maior receptor mundial de investimento estrangeiro direto em 2020, diz UNCTAD**. Disponível em: <https://multiways.com.br/china-supera-eua-como-maior-receptor-mundial-de-investimento-estrangeiro-direto-em-2020-diz-unctad>. Publicado em 25/01/2021. Acesso em 12/03/2025.

MUNGUÍA, Aldo. As principais apostas da China na América Latina. **Lex Latin**. Disponível em: <https://br.lexlatin.com/reportagens/principais-apostas-da->

china-na-america-latina. Publicado em 12/08/2021. Acesso em 09/06/2023.

NABUCO, Paula. **O Grande Salto Adiante e a queda da tradição chinesa**. In: 6º Colóquio Marx e Engels, 2009, Campinas. 6º Colóquio Marx e Engels. CEMARX, 2009a.

_____. Do grande salto à desmaoização: 20 anos de história chinesa. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA**, v. 14, 2009b.

_____. As 'recentes' greves na China. **Outubro n. 2010** semestre 2012. p. 71-91. NASCIMENTO, Everton Davi Silva do. A China e a tragédia do Grande Salto Adiante, 1957-1959. **Experimentos de História Contemporânea** [recurso eletrônico] / organizado por Helder do Nascimento Viana. – 1. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2025.

NAUGHTON, Barry. **The chinese economy: transitions and growth**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2007.

_____. **The rise of China's Industrial Policy 1978 to 2020**. Edición: Silvia Jiménez Barba. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía Ciudad Universitaria, 04510, México, D.F., 2021.

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão e história** / Ataliba Nogueira. 2. – 2 ed. – São Paulo: Ed. Nacional, 1978.2. -2 ed. - São Paulo: Ed. Nacional, (Brasiliense; 355).

NOTÍCIAS AO MINUTO. **África é o único continente que registra um aumento da perda florestal**. Disponível em: <https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/1474015/africa-e-o-unico-continente-ue-regista-um-aumento-da-perda-florestal>. Publicado em 07/05/2020. Acesso em 12/01/2025.

NUNES, Diego. **Aumento das greves na China Relatório aponta para aumento significativo dos protestos e greves na China em 2023**. esquerdadiario.com.br (13/09/2023). Disponível em: [Relatório aponta para aumento significativo dos protestos e greves na China em 2023](#). Acesso em 09/01/2025.

O' CONNOR, James. **USA: a crise capitalista**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Accumulation crisis**. New York, NY: Basil Blackwell Inc. 1984.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OKOROAFOR, Richard. **Os dez países mais industrializados do mundo (2025)**. makemoney.ng. Atualizado em 27/03/2025. Acesso em 02/04/2025.

OLIVEIRA, Álvaro Borges de; DANI, Felipe André. **Soberania nacional e privatização dos terminais portuários**. Scientia Iuris, Londrina, v.16, n.1, p.179-194, jul.2012. DOI: 10.5433/2178-8189.2012v16n1p179.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: Países por importação de carvão. Acesso em 22/06/2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE METEOROLOGIA. [Serviço de Informação Meteorológica à escala Mundial](#). Disponível em: Home | Serviço de Informação Meteorológica à escala Mundial. Acesso em 09/04/2025.

OXFAM BRASIL. **Concentração de riqueza sem precedentes exige indignação e luta constante para transformar realidade**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/concentracao-de-riqueza-sem-precedentes-exige-indignacao-e-luta-constante-para-transformar-realidade/>. Publicado em 22/01/2022. Acesso em 16/06/2023.

PAIXÃO, Michel Augusto Santa da. **O crescimento econômico da China e o consumo de carvão para geração de energia**. Tese para obtenção de doutoramento pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2017.

PAIXÃO, Augusto Santana da; CHOVGNI, Oz Solon; MEYER, Leandro Garcia. A Indústria Siderúrgica e o Impacto Chinês: uma ameaça para a economia verde ou um caminho para uma nova trajetória institucional? **Revista Pesquisa e Debate** | v. 32, n. 1(57), 2020.

PANTSOV, Alexander V.; LEVINE, Steven. **Deng Xiaoping**: a revolutionary life. Oxford: Oxford University Press, 2015.

PASCOM, Gabriel. **Uma nação entre dois Estados**: cooperação e conflito entre

Taiwan e China. Trabalho para Conclusão de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Marília, 2022.

PAULINO, Luis Antônio. A China tornou-se uma potência científica. **Vermelho.org**. Publicado em 22/08/2024. Disponível em: [A China tornou-se uma potência científica - Vermelho](#). Acesso em 12/04/2025.

PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. A segurança energética da China e as reações dos EUA. **Rev. Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, maio/agosto 2008, vol. 30, no2, p. 361-398.

PAUTASSO, Diego; MAIA, Isis Paris. **As lições da China para erradicar a pobreza**. Outras palavras, 2021. Disponível em: [As lições da China para erradicar a pobreza - Outras Palavras](#). Acesso em 13/10/2023.

PAUTASSO, Diego. China e Rússia e a integração asiática: O sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica. **Revista Conjuntura Austral**, v.2, n.5. Porto Alegre, 2011.

PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO. **Comunidade pesqueira do Cajueiro**. Disponível em: <https://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2017/05/comunidade-pesqueira->. Acesso em 17/11/2017.

PENG, Gong. **Mudança no uso do solo e na urbanização a partir da década de 1980 na China**. In: FERREIRA, Leila da C.; ALBUQUERQUE, José Augusto G. (Org.). **CHINA & BRASIL: desafios e possibilidades**. São Paulo: Annablume; Campinas: CEAV, Unicamp, 2013.

PEREIRA JR., Jackson. **Os desafios na capacidade energética da China e a transição sustentável**. Disponível em: [Capacidade Energética da China: Desafios e Avanços Sustentáveis](#). Publicado em 23/01/2025. Acesso em 02/06/2025.

PIA, Andrea. Introducing the Chinese Commons. **Made in China Journal**. Publicado em 01/06/2017. Disponível em [Introducing the Chinese Commons](#). Acesso em 12/03/2024.

PIAZZA, Alan (2014). **Poverty and Living Standards since 1949**. obo in Chinese Studies. doi: 10.1093/obo/9780199920082-0080.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Rumo e Repressão. Posfácio. ANDERSON, Perry. **Duas revoluções: Rússia e China**/ Perry Anderson; com textos de Wang Chaohua, Luiz Gonzaga Belluzzo, Rosana Pinheiro Machado; Tradução: Hugo Mader, Pedro Davoglio. – 1. ED. – São Paulo: 2018.

_____ "A ética confucionista e o espírito do capitalismo": narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar. **Periódico Horizontes Antropológicos**. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social - IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2007.

PINTO, Eduardo Costa. O eixo sino-americano e as transformações no sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Orgs: Pinto, Eduardo Costa *et al.* Brasília: IPEA, 2011, p. 19-77.

PLEKHÂNOV, Guiorgui. **A concepção materialista da História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

PODER360. **Gazprom atinge 100 bi de metros cúbicos de gás enviados à China**. Disponível vem em: <https://www.poder360.com.br/poder-infra/gazprom-atinge-100-bi-de-metros-cubicos-de-gas-enviados-a-china/>. Publicado em 30/05/2025. Acesso em 18/06/2025.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução: Fanny Wrobel – 2 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa** / Wladimir Pomar. São Paulo: Editora Unesp, 2003. – (Coleção Revoluções do século XX / direção de Emília Viotti da Costa).

_____ **O enigma chinês** / Wladimir Pomar. – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

PONTO FINAL. **Relações comerciais entre Austrália e China foram tema no almoço da AustCham**. Disponível em: <https://pontofinal->

macau.com/2024/05/23/relacoes-comerciais-entre-australia-e-china-foram-tema-no-almoco-da-austcham/ Publicado em 23/05/2024. Acesso em 12/04/2025.

PONTOTEL. **Tudo sobre o sistema 996: a jornada de trabalho chinesa!** Disponível em: [Tudo sobre o sistema 996: a jornada de trabalho chinesa!](#). Publicado em 04/03/2025. Acesso em 19/05/2025.

PORTOS DO BRASIL. **Setor portuário começa 2016 anunciando investimentos de 2 bi.** Disponível em: <http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/noticias/setor-portuario-comeca-2016->. Publicado em 07/01/2016. Acesso em 07/09/2018.

PORTUGUESE PEOPLE. **Enfoque da China: Pensamento de Xi Jinping indica novo capítulo do Marxismo no século 21.** Disponível em: <https://portuguese.people.com.cn/309811/312379/index.html>. Publicado em 22/10/2017. Acesso em 30/12/2023.

PO-TA, Chen. **Mao Tsé-tung na Revolução Chinesa.** Edições Nova Cultura 2ª edição 2018.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRAZAN, Michäel. **Le massacre de Nankin 1937: entre mémoire, oubli et négation.** Paris: Denoël, 2007.

PREOBRAJENSKI, E. A. **A Nova Econômica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PRESTON, Diana. **The boxer rebellion: the dramatic story of China's war on foreigners that shook the world in the summer of 1900** / Diana Preston. New York: Walker & Company, 2000.

PÚBLICO. **Greve na Honda chinesa por causa dos salários baixos.** Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/05/29/jornal/greve-na-honda-chinesa-por-causa--dos-salarios-baixos-19504820>. Publicado em 29/05/2010. Acesso em 13/06/2024.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo** / Maria Isaura Pereira de Queiroz. – 3 ED. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003.

QIAOMU, Hu. **Trinta Anos do Partido Comunista da China**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2018.

QIU, Bingwen; CHEN, Gong; TANG, Zhenghong; LU, Difei; WANG, Zhuangzhuang, CHEN, Chongchen. Avaliando o Programa de Florestas Protegidas dos Três Nortes na China por meio de uma nova estrutura para caracterizar as mudanças na vegetação. **ISPRS Revista de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto**, Volume 133, novembro de 2017. p 75-88.

RAMOS, Marcelo Maciel; ROCHA, Rafael Machado. O **confucionismo político e os caminhos para um constitucionalismo chinês**. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 67, pp. 421 - 452, jul./dez. 2015.

RANGEL, Ignácio M. **Elementos de Economia do Projeto Salvador**: Livraria Progresso Editora, 1960. Curso ministrado em 1958. Reeditado por Editora Biental, 1987.

_____ **Obras reunidas** / IGNACIO RANGEL; Organização: Cesar Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RAVALLION, Martin. Poverty in China since 1950: a counterfactual perspective. **Nber Working Paper Series**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2021.

REDAÇÃO. **Como a China venceu a miséria e eleva o padrão de vida dos pobres mesmo com crises**. Agência Brasil-China: diário de notícias (09/04/23). Disponível em: [Como a China venceu a miséria e eleva o padrão de vida dos pobres mesmo com crises - Agência Brasil China](#). Acesso em 18/12/24.

REED, Lawrence W. **O que a hiperinflação da China da década de 1940 pode ensinar aos americanos**. fee.org (11/05/2022). Disponível em: [O que a hiperinflação da China na década de 1940 pode ensinar aos americanos \(fee.org\)](#). Acesso em 12/04/2023.

REINOSO, José. **Últimas manifestações expõem a força da nova classe média na China**. Disponível em: [Últimas manifestações expõem a força da nova classe média na China – Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes](#). Publicado em 17/08/2011. Acesso em 19/02/2024.

REPNIKOVA, Maria. **Soft Power with Chinese Characteristics: China's Campaign for Hearts and Minds.** Journal of Chinese Political Science. Atlanta: 2020.

RIVEIRA, Carolina. Brasil foi maior destino de investimentos da China em 2021 — e chineses prometem mais. **Exame**. Disponível em: [Brasil foi maior destino de investimentos da China em 2021 — e chineses prometem mais | Exame](#). Publicado em 31/08/2022. Acesso em 02/09/2022.

ROSENBAUM, E. M. **El Trimestre Económico**, Vol. 9, No. 34 (2) (Julio-Septiembre 1942), pp. 290-323 (34 páginas).

RUSSO, Alessandro. **Cultural Revolution and revolutionary culture** / Alessandro Russo. Durham: Duke University Press, 2020.

SAITO, Kohei. Os cadernos ecológicos de Marx. **Revista Crítica Marxista**, vol. 50. São Paulo: UNESP. 2020. p, 193-213.

_____ **O Ecosocialismo de Karl Marx: Capitalismo, Natureza e a Crítica Inacabada à Economia Política.** Tradução: Pedro Davoglio. Prefácio: Sabrina Fernandes. São Paulo: Boitempo, 2021.

SALDANHA, Ana. Processos de transformação do campo chinês: da reforma agrária à atualidade. **Brasil de Fato**. Publicado em 01/06/2020. Disponível em: [Artigo | Processos de transformação do campo chinês: da reforma agrária à atualidade – Brasil de Fato](#). Acesso em 23/12/2024.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; FREITAS, Elisa. Carvão, o combustível da modernidade. (2013). **Carta Na Escola** nº 57. P. 56–59.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes et al. (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Walkerlene Cecília Soeiro. **Levantamento do processo histórico de ocupação dos povoados do Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande e Cajueiro**. São Luís: PIBIC, Universidade Federal do Maranhão-UFMA, 2013.

SÃO LUÍS. **Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo**. Lei Municipal nº 3253, de 29 de dezembro de 1992.

SÃO LUÍS. **Plano Diretor Municipal**. Lei Municipal nº 4669, de 11 de outubro de 2006.

SAYÃO, Vinícius. **Países mais pobres são os mais afetados por mudanças climáticas e poluição**. Disponível em: [Países mais pobres são os mais afetados por mudanças climáticas e poluição — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo](#). Publicado em 10/11/2017. Acesso em 23/0/2023.

SCHUCK, Sofia. **China anuncia mega projetos em renováveis, mas segue refém do carvão em novo plano**. Disponível em: [China anuncia mega projetos em renováveis, mas segue refém do carvão em novo plano | Exame](#). Publicado em 07/03/2025. Acesso em 12?03/2025.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DEBONE Victor Sant'Anna. A expansão dos investimentos externos diretos chineses: o caso do setor energético brasileiro. **Revista Conjuntura Austral** | Porto Alegre | v.8, n.44 | p.90-113 | out./nov. 2017.

SEFERIAN, Gustavo. Ecosocialismo e humanismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n.2, ago, 2021. p.515-534.

SELDEN, Mark. **Mao Zedong and the Political Economy of Chinese Development**, China Report, v. 24, n. 2, p. 125–139, 1988.

SHARP, Gene. **From Dictatorship to Democracy: A Conceptual Framework for Liberation**, Fourth U.s. edition. East Boston, MA: The Albert Einstein Institution, 2010.

SHENG, Michael M. **Battling Western imperialism: Mao, Stalin, and the United States** / Michael M. Sheng. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1997.

SHENG, SHU. **A história da China popular no século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

_____. **Os intelectuais chineses e o regime maoísta: 1956-1957**/ Shu Sheng. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.

SHORT, Philip. **Mao: a life**. / Philip Short. -1st ed. New York: A John Macrae Book Henry Holt and Company, 2000.

SIANG-TSEH, Chiang. **The Nien Rebellion**. Seattle: University of Washington Press, 1954.

SILVA, José Medeiros da. **China: a questão camponesa na República Popular**. São Paulo: Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP, 2008.

_____ **A estratégica Mongólia Interior: o desenvolvimento chinês e as transformações nesta Região Autônoma** (2022). Disponível em: [\[1library.org\] a estratégica mongólia interior.pdf](#). Acesso em 14/03/2025.

SILVA, Jonadabe Gondim. **As contradições do desenvolvimento urbano em São Luís: a experiência da Vila Velha do Vinhais com a construção da Avenida Via Expressa**. São Luís: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/CCSO, Universidade Federal do Maranhão-UFMA, São Luís, 2015.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos CES** [Online], 17, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em 30 agosto de 2019.

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. “Consumo consciente”: o ecocapitalismo como ideologia. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, jan./jun. 2012.

SMITH. Adam. **A riqueza das nações vol. 01**. Trad. CARDOSO, Teodora; AGUIAR, Luís Cristóvão de. Lisboa: ISBN, 1999a.

_____ **A riqueza das nações vol. 02**. Trad. CARDOSO, Teodora; AGUIAR, Luís Cristóvão de. Lisboa: ISBN, 1999b.

SOBRAL, Pedro Simão Rocha. **De ameaça a inspiração: a Rebelião Taiping (1850 – 1864) no percurso revolucionário chinês**. Dissertação de Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial. Braga: Universidade do Minho Instituto de Letras e Ciências Humanas, 2018.

SOBRAL, Pedro; SENG, Anabela Fong Keng. O olhar de Liang Qichao sobre a revolução republicana em Portugal. **Portuguese Journal of Asian Studies** |

Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2021.

SOL FÁCIL. **O domínio da energia limpa na China:** uma mudança global no jogo. Disponível: [O domínio da energia limpa na China: uma mudança global no jogo](#). Acesso em 16/07/2024.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana:** promoção da justiça. Salvador: EDUFBA, 2021.

SOUZA, Renata Fernanda Oliveira de. **Análise dos impactos ambientais ocasionados por usinas hidrelétricas no Brasil/** Renata Fernanda Oliveira de Souza. Monografia apresentada ao Curso de Gestão Ambiental, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental da UFRRJ, Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- 2017.

SOUZA, Renildo. Uma forma de desestatização da estrutura produtiva. In: **Estado e capital na China** [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 117-139.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna:** Quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. WRIGHT, David C. The history of China. Santa Barbara: Greenwood, 1996.

STALIN, Josef. **A política de governo e a questão nacional.** J.V-Stálin Obras, 4º Vol. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1954.

SUPER INTERNATIONAL SHIPPING. **As 10 maiores potências industriais da China: um guia para negócios e transporte marítimo.** Disponível em: <https://super-internationalshipping.com/pt/industrial-powerhouses-cities-in-china/>. Acesso em 25/05/2025.

SUN, B., LI, J. Efeitos assimétricos de fatores naturais e socioeconômicos sobre o MP2.5 poluição nos condados chineses. **Sci Rep** **15**, 19128 (2025). <https://doi.org/10.1038/s41598-025-03138-w>.

SUN YAT SEN. **Três princípios do povo.** Tradução: H. G. Lee. Primeira Edição: editorial Min Bao. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Ltda, 1944.

SWEENEY, Chris. **A qualidade do ar do escritório pode afetar a cognição e a produtividade dos funcionários.** Publicado em 09/09/2021. Disponível em:

<https://hsph.harvard.edu/news/office-air-quality-may-affect-employees-cognition-productivity/> Acesso em 1/03/2024.

TADEU, N. D.; LIMA, B. A.. Questão ambiental como nova fronteira do Capitalismo: Reflexões críticas a partir da Economia Ecológica e do Ecomarxismo. Anais do II Simpósio Interdisciplinar de Ciência Ambiental. pp. 302-316. Instituto de Energia e Ambiente – USP. São Paulo, 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desajuste global e modernização conservadora** / MARIA DA CONCEICAO TAVARES, JOSE LUIS FIORI. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

THAXTON JR., Ralph A. **Catastrophe and contention in rural China: Mao's Great Leap Forward famine and the origins of righteous resistance in Da Fo Village**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

THE GLOBAL ECONOMY. **China**: exportação de carvão. Disponível em: [China Exportação de carvão - dados, gráfico | TheGlobalEconomy.com](#). Acesso em 25/04/2025.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa** / E. P. Thompson; Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRADING ECONOMICS. **Reservas de Câmbio da China**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/china/foreign-exchange-reserves>. Acesso em 23/03/2025.

_____ **Importações da China**. Disponível em: [Importações da China | 1981-2025 Dados | 2026-2027 Previsão](#). Acesso em 18/07/2025.

TV BRICS. **Cinco países do BRICS lideram crescimento do PIB em 2024**. Disponível em: <https://tvbrics.com/pt/news/5-paises-do-brics-se-destacam-entre-os-dez-lideres-em-crescimento-do-pib-em-2024/>. Publicado em 14/03/202. Acesso em 19/04/2025.

UNEP. **Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2024**. Disponível em: [Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2024 | UNEP - UN Environment Programme](#). Acesso em 12/02/2025.

VALOR ECONÔMICO. **Salário médio da indústria da China supera o do Brasil e do México**. Disponível em:

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2017/02/26/salario-medio-da-industria-da-china-supera-o-do-brasil-e-do-mexico.ghtml>. Publicado em 02/07/2017.

Acesso em 02/04/2021.

VASQUES, Yndara. **Resex Tauá Mirim**: resistência por meio do extrativismo, produção agroecológica e cultura alimentar. Disponível em: Resex Tauá Mirim: resistência por meio do extrativismo, produção agroecológica e cultura alimentar - Articulação Nacional de Agroecologia. Publicado em 19/12/2019. Acesso em 28/03/2023.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofía de la praxis**. Ciudad de Mexico. Editorial Grijalbo S. A., Ano: 1980.

VERNADSKIF, Vladimir Ivanovich. **The biosphere** / by Vladimir I. Vernadsky; forward by Lynn Margulis and colleagues; introduction by Jacques Grinevald; translated by David B. Langmuir; revised and annotated by Mark A.5. McMenamin. New York: Copernicus, 1998.

VIDAL, Iara. A China é uma democracia? Entenda o sistema político chinês. **Revista Fórum**. A China é uma democracia? Entenda o sistema político chinês - Revista Fórum. Publicado em 25/05/2025. Acesso em 01/06/2025.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. **A economia e o Estado capitalista**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, Nov. 2011.

VITÓRIA, Beatriz. **‘PL da Devastação’ aprovado no Senado**: o que muda no licenciamento ambiental? Disponível em: ‘PL da Devastação’ é aprovado no Senado: entenda o que muda. Publicado em 22/05/2025. Acesso em 02/06/2025.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the transformation of China**. Cambridge / London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

_____; DAVIS, Débora. **Chineses Society on the Eve of Tiananmen**. Cambridge, Massachussetts; London, UK: Harvard University Press, 1990.

WANG, Youqin. **Student Attacks Against Teachers**: The Revolution of 1966. *Issues & Studies* 37, no. 2 (March/April 2001): xx-xxx. Disponível em: [Wayback Machine \(archive.org\)](#). Acesso em 13/10/2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo** / Max Weber; Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEISS, Joseph S. Um antropoceno acelerado e sem regulação. **Movimentos socioambientais**: Lutas -Avanços -Conquistas -Retrocessos -Esperanças 1ª edição. Formosa, GO: Editora Xapuri, 2019. P. 421-431.

WENXIAN, Zhong. **Mao Zedong**: Biography — Assessment — Reminiscences. Beijing: F OREIGN LANGUAGES PRESS BEIJING, 1986.

WESTAD, Odd Arne. **The Origins of the Sino-Soviet Alliance**. The Woodrow Wilson Center Press, 1998.

WOLF, Antônio. **Introdução à dialética**. Open Science Framework, 2021.

WONG CPW, BIRD RM. Sistema Fiscal da China: um trabalho em andamento. In: Brandt L, Rawski TG, eds. **A grande transformação econômica da China**. Imprensa da Universidade de Cambridge, 2008.

WORLD BANK. **CO2 emissions (metric tons per capita)**. Disponível em: [undefined - China | Dados](#). Acesso em 13/11/2023.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **Estado do Clima Global 2024**. Disponível em: <https://wmo.int/publication-series/state-of-global-climate-2024>. Publicado em 19/03/202. Acesso em 22/05/202.

WORLD POPULATION REVIEW. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por país 2025**. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/hdi-by-country>. Acesso em 13/06/2025.

WU, Xuangong. O materialismo histórico e a economia política do socialismo com características chinesas. **Observatório do Marxismo na China**. Tradução: Gabriel Martinez, 2020. Acesso em 30/03/2021.

XIAOPING, Deng. **Selected works of Deng Xiaoping**: 1975 – 1982. Honolulu, HI: University Press of Pacific, 2001.

XIAOYI, Lin. **Do grande caos à grande restauração**: 'Batalha de defesa das

Montanhas Qinling' reflete os esforços da China para proteger seu ambiente ecológico / um amanhã mais verde. Publicado em 14/12/2021. Disponível em: Do grande caos à grande restauração: 'batalha de defesa das Montanhas Qinling' reflete os esforços da China para proteger seu meio ambiente ecológico - Global Times. Acesso em 23/07;2024.

XINHUANET. **Que o mundo entenda o "código verde" da bela China:** prática chinesa e contribuição mundial do Pensamento de Xi Jinping sobre a Civilização Ecológica. Disponível em: <http://www.news.cn/politics/20241126/fbbddbaf344f4df1a4aed27153a88340/c.html>.

Publicado em 26/11/2024. Acesso em 13/05/2025.

XUN, Zhou. **The great famine in China, 1958–1962:** A documentary history. Edited by Zhou Xun. New Haven & London: Yale University Press, 2012.

YAU, Elaine. China enraged by headline 'Asia's Sick Man', but its origin may surprise many. www.scmp.com. Disponível em: China enfurecida com manchete 'Sick Man of Asia', mas sua origem pode surpreender muitos | Correio da Manhã do Sul da China (scmp.com). Publicado em 27 de fevereiro de 2020. Acesso em 25/06/2022.

YOSHIHIRO, Ishikawa. **The formation of the Chinese Communist Party.** Translated by Joshua A. Fogel. New York, NY: Columbia University Press, 2013.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; Steffen, G. Priscilla. Consequências econômicas das mudanças climáticas. **ComCiencia**, SBPC/Labjor, 2009. Disponível em: Conseqüências econômicas das mudanças climáticas. Acesso em 08/10/2023.

YOUNG-Tsu Wong. **Busca pelo nacionalismo moderno:** Zhang Binglin e a China revolucionária, 1869-1936. Hong Kong: Oxford University Press, Monografias Históricas do Leste Asiático, 1989.

ZAGO, Lysandra. **Discussões sobre a questão ambiental na China:** impactos e perspectivas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ClimaCom, 2016.

ZELLER, Zeller, N. (2019). **Semicolonialism in China.** In: Ness, I., Cope, Z. (eds) The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism. Palgrave

Macmillan, Cham, 2019.

ZHANG, Shu Guang. **Economic Cold War**: America's embargo against China and the Sino-Soviet alliance, 1949- 1963 | Shu Guang Zhang. Woodrow Wilson Center Press Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2001.

ZHANG, Fangzhu; WU, Fulong; LIU, Yining. **China's urban environmental governance**. Publicado em 09/05/2024. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/> Acesso em 08/02/202.

ZHONGXIANG, Zhang. X. **Energy and Environmental Policy in China**. Towards a Low-carbon Economy. New horizons in environmental economics. Cheltenham, UK / Northampton, MA: Edward Elgar, 2011.

ZHOU, Lanfeng. **O século de humilhação e a sua influência na construção da identidade nacional da China**. Disponível em E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP N.º 9, maio de 2021. Acesso em 11/03/2022.